



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1706

Quinta-feira - 19 de Março de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2	Itapiranga.....	264	Tunápolis.....	601
Água Doce.....	3	Itapoá	291	Turvo	606
Alto Bela Vista.....	7	Ituporanga	298	Urussanga	608
Anchieta	8	Joaçaba.....	299	Vargeão.....	609
Antônio Carlos	9	Lages	317	Vargem Bonita	610
Ascurra.....	11	Lauro Muller	319	Videira.....	638
Atalanta.....	12	Lebon Regis	320	Vitor Meireles.....	639
Balneário Rincão	13	Leoberto Leal.....	320	Xavantina	643
Barra Velha.....	13	Luzerna	349	Xaxim.....	644
Biguaçu	14	Macieira.....	351		
Blumenau	21	Mafra	352	Consórcios	
Bom Jesus do Oeste	28	Maracajá	352	AGIR.....	645
Bom Retiro	31	Maravilha.....	358	CIGA	645
Braço do Trombudo.....	34	Marema.....	359	CIMVI.....	645
Brusque.....	46	Massaranduba.....	370	CISAM	646
Caçador.....	58	Meleiro	372	CIASS.....	647
Camboriú.....	64	Modelo	373		
Campos Novos	64	Morro da Fumaça	375		
Canelinha	84	Navegantes.....	381		
Canoinhas.....	86	Nova Trento	481		
Capinzal	156	Novo Horizonte	488		
Chapadão do Lageado	157	Orleans	489		
Cocal do Sul.....	160	Ouro Verde.....	490		
Concórdia	174	Palhoça	490		
Cordilheira Alta	219	Palmitos	517		
Coronel Freitas.....	230	Papanduva.....	518		
Coronel Martins.....	230	Paulo Lopes	519		
Correia Pinto.....	231	Peritiba.....	520		
Dionísio Cerqueira	232	Pinheiro Preto	520		
Doutor Pedrinho.....	234	Pomerode	524		
Forquilha.....	237	Ponte Serrada	527		
Fraiburgo.....	241	Porto União.....	527		
Frei Rogério	243	Pouso Redondo	528		
Galvão.....	244	Rio do Sul.....	529		
Garopaba.....	244	Santa Rosa do Sul	534		
Garuva	246	Santa Terezinha do Progresso	535		
Governador Celso Ramos	248	Santiago do Sul.....	535		
Grão Pará	249	São Bento do Sul.....	536		
Guaraciaba	249	São Carlos	540		
Guarujá do Sul	250	São Domingos.....	541		
Herval d'Oeste	251	São João do Sul	543		
Ibiam	252	São Joaquim	546		
Ilhota	253	São José.....	547		
Imarui	253	São José do Cedro.....	565		
Imbituba	254	São Lourenço do Oeste.....	567		
Indaial.....	258	Schroeder	568		
Iomerê	261	Timbé do Sul	572		
Ipumirim	262	Timbó	573		
Itaiópolis	264	Treze Tilias	577		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Charles R. Schwambach - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Leandro Rateke, Marcus V. da Silveira e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Abdon Batista

PREFEITURA

PROCESSO 06/2015 PP 04/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 06/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 04/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS ESPECIALIZADOS PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE JOSE MOCELIN..

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 01/04/2015. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 12 de março de 2015.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Luciano Hermes
Pregoeiro

PROCESSO 47/2015 PP 38/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 47/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 38/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MARMITA Nº9 PARA OS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

TIPO :Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 09:00hs. do dia 31 de Março de 2015 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 10 de Março de 2015.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Luciano Hermes
Pregoeiro

PROCESSO 52/2015 PP 41/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 52/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 41/2015
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÃO DE RESERVATORIOS DE AGUA.
TIPO :Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:30hs. do dia 31 de Março de 2015 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 18 de Março de 2015.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Luciano Hermes
Pregoeiro

PROCESSO 53/2015 PP 42/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 53/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 42/2015
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PARA REALIZAÇÃO DA 26ª FESTA DO MUNICIPIO DE ABDON BATISTA.
TIPO :Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 01 de Abril de 2015 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 18 de Março de 2015.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Luciano Hermes
Pregoeiro

PRORROGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 01/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Abdon Batista, comunica aos interessados do Edital de Licitação, modalidade TOMADA DE PREÇOS (no 01/2015), do tipo Menor Preço GLOBAL, que tornou público, com base na Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, tendo por objeto CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA CONFORME PROPOSTA Nº 10509952000113003 CONVENIO DO FUNDO NACIONAL DA SAÚDE, conforme anexos, que está sendo PRORROGADO o prazo de recebimento e abertura dos envelopes "proposta de preço" e "documentação", para o dia 31 de março de 2015, para a entrega dos envelopes até às 13:45 horas, para o julgamento e início da disputa às 14:00 horas do mesmo dia.

Abdon Batista 18 de março de 2015.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
PREFEITO MUNICIPAL

TOMADA DE PREÇOS 02/2015 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 07/2015
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 02/2015

Objeto: TOMADA DE PREÇOS PARA MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SALA DE RAIO X NA UNIDADE BASICA DE SAUDE JOSE MOCELIN DE ACORDO COM PLANILHAS E MEMORIAL DESCRITIVO.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 06/04/2015. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 18 de março de 2015.
Lucimar Antônio Salmoria
Prefeito Municipal

Joao Paulo da Silva
Presidente da comissão de licitação

Água Doce**PREFEITURA****CONTRATO Nº 24/2015**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 24/2015 DE 17/03/2015

INEXIGIBILIDADE Nº 1/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE ÁGUA DOCE E A EMPRESA NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, NA FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça João Macagnan, 322, Centro, na cidade de Água Doce - SC, inscrito no CNPJ nº 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. 160.789.509-91, doravante denominado CONTRATANTE; e a empresa NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.797.967/0001-95, com sede à Avenida Lourenço Pinto, nº 196, 2º andar, Centro, Curitiba - Paraná, CEP: 80.010.160 neste ato representada por RUDIMAR BARBOSA DOS REIS, inscrito no CPF nº 574.460.249-68 e RG 4.086.763-5, doravante denominada CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelos despachos e justificativas constantes no processo licitatório nº 20/2015 Inexigibilidade nº 1/2015, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Contratação de ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela administração pública, conforme proposta de preços apresentada pela empresa.

Descrição do objeto:

PRODUTO	QUANT.	PERÍODO	VALOR DE INVESTIMENTO
Assinatura anual do banco de preços	01 unidade	12 meses	R\$ 5.990,00

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma de prestação de serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

O valor total a ser pago pela CONTRATANTE à CONTRATADA é de R\$ 5.990,00 (Cinco mil, novecentos e noventa reais), de acordo com a planilha constante na Cláusula Primeira e proposta de preços apresentada pela empresa CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro - O investimento para contratação contempla:
- Assinatura Anual para acesso aos serviços do sistema Banco de Preços - ferramenta pesquisas e comparação de preços praticados pela administração pública;
- Desconto de 10% (dez por cento) em todos os eventos promovidos pela NP Eventos durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto em até 24 (vinte

quatro) horas, contados da data da assinatura da requisição para fornecimento, que será entregue à CONTRATADA pela Secretaria requerente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS GARANTIAS

A CONTRATADA se compromete a fornecer o objeto, conforme proposta de preço apresentada, nas mesmas especificações; atender o Padrão de qualidade e obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor e Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA SÉXTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA obriga-se a realizar o fornecimento do objeto dentro das condições e prazos fixados pelo presente contrato e proposta de preços apresentada pela contratada.

Parágrafo Segundo - O pagamento será efetuado através de requerimento protocolado na Prefeitura Municipal de Água Doce, mediante acompanhamento das Requisições e apresentação da nota fiscal/fatura, atestadas pela Secretaria requerente, devendo o contratado apresentar ainda Prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - apresentando a CND - Certidão de Regularidade de Situação e Prova de regularidade para com o FGTS - Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, atualizadas.

Parágrafo Terceiro - É vedado à contratada negociar com terceiros, seja a que título for, o crédito decorrente deste contrato, ainda que com instituição bancária, permitindo-se tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária, exercício 2015:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 - DEPTO DE SERVIÇOS GERAIS
2.006 - Manutenção Secretaria Adm. Fazenda e Deptos.
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/14 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA NONA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

O preço estabelecido no presente contrato não será reajustado, salvo para a manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, desde que comprovado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUA

Em caso de atraso injustificado no fornecimento do objeto, superior a 03 (três) dias do estabelecido pela solicitação da Secretaria requerente, será aplicado a CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,5 % (zero, vírgula cinco por cento), sobre o valor do contrato, por dia útil excedente ao respectivo prazo, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

Parágrafo primeiro - Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Município de Água Doce, poderá garantir a prévia defesa, aplicar a contratada às sanções previstas no art. 87 da Lei federal n.º 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato.

Parágrafo segundo - As multas previstas nesta cláusula não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das

infrações cometidas

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO

A CONTRATANTE reconhece os direitos da CONTRATADA, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro - O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e 79, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, a Lei Federal n.º 8078/90, bem como os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - TOLERÂNCIA

Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste contrato e/ou de seus anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A lavratura do presente contrato decorre da Inexigibilidade de licitação, realizada com fundamento no Caput do Artigo 25 da Lei nº 8.666/93 e Art. 24, inc. II da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Joaçaba, Estado do Santa Catarina, como o único competente para sanar dúvidas acaso surgidas, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem de perfeito e comum acordo, assinam e rubricam o presente contrato em 02 (duas) vias de iguais formas e teor, na presença das testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Água Doce, SC, 17 de março de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Contratante

RUDIMAR BARBOSA DOS REIS

NP Capacitação e Soluções Tecnológicas Ltda
Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva
CPF: 005.614.419-95

Andreia Turra
CPF: 036.818.329-78

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

DECRETO Nº 027/2015

DECRETO Nº 027/2015 - DE 02 DE MARÇO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VALTER VALENTIN RAMPAZZO, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação do superávit exercício 2014.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0679/182 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 DEPTO DE SERVIÇOS GERAIS
28.846.0000.0.002 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP
3.3.90.00.00.0679-182 Aplicações Diretas.....
..... R\$ 185.000,00
TOTAL R\$ 185.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de março de 2015
VALTER VALENTIN RAMPAZZO
Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 028/2015

DECRETO Nº 028/2015 - DE 03 DE MARÇO DE 2015

"ANULA TOTALMENTE, CRIA ELEMENTOS DE DESPESAS E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VALTER VALENTIN RAMPAZZO, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 35.350,48 (trinta e cinco mil e trezentos e cinquenta reais e quarenta e oito centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão devolução de saldo de convênio de recuperação de estradas.

Art. 2º. Ficam criados os elementos de despesas 3.3.90.00.0109/183

e 3.3.90.00.0109/184 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.0007.1.004 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS
3.3.90.00.00.0109/183 Aplicações Diretas.....R\$ 28.707,90

17 SECRETARIA DE URBANISMO
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO
15.451.0018.1.017 PAVIMENTAÇÃO, ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS
3.3.90.00.0109/184 Aplicações Diretas.....R\$ 6.642,58
TOTAL R\$ 35.350,48

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, ficam anulados os seguintes elementos despesas:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.0007.1.004 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS
4.4.90.00.00.0109/38 Aplicações Diretas.....R\$ 28.707,90

17 SECRETARIA DE URBANISMO
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO
15.451.0018.1.017 PAVIMENTAÇÃO, ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS
4.4.90.00.0109/135 Aplicações Diretas.....R\$ 6.642,58
TOTAL R\$ 35.350,48

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de março de 2015.
VALTER VALENTIN RAMPAZZO
Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 029/2015

DECRETO Nº 029/2015 - DE 05 DE MARÇO DE 2015

"ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado totalmente o seguinte elemento de despesa do orçamento vigente:

99 RESERVA DE CONTIGÊNCIA
99 RESERVA DE CONTIGÊNCIA
99.999.0099.9.999 RESERVA DE CONTIGÊNCIA
9.9.99.00.00.0679/158 Reserva de Contingência.....R\$ 30.000,00
TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto, será

utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

16 DEFESA CIVIL
01 DEFESA CIVIL
06.182.0026.2.011 MANUTENÇÃO FUNDO MUN.DE DEFESA CIVIL
3.3.90.00.00.0679/131 Aplicações Dire-
tas.....R\$ 30.000,00
TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de março de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 030/2015

DECRETO Nº 030/2015 - DE 11 DE MARÇO DE 2015
"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O IMÓVEL QUE ESPECIFICA
PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO E POSTERIOR DESTINAÇÃO
PÚBLICA".

NOVELLI SGANZERLA Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No
uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de abertura/regularização de rua
para aos habitantes de Água Doce, para a implantação da Creche
Municipal e com fundamento no DECRETO-LEI Nº 3.365, de 21 de
junho de 1941, especificamente no artigo 5º, alínea "i" (abertura,
conservação ou melhoramento de vias ou logradouros públicos...)

DECRETA:

Artigo 1º Fica desapropriado parte da matrícula nº 12.559 do Car-
tório do Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba - 2º Ofício
com área total de 1.205,17 m² (um mil, duzentos e cinco metro e
dezessete centímetros quadrados) e parte da matrícula nº 11.683
do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba - 2º
Ofício com área total de 521,78 m² (quinhentos e vinte e um me-
tros e setenta e oito centímetros quadrados), conforme memorial
descritivo, mapa e matrícula em anexo, o que faz parte integrante
da presente decreto.

Artigo 2º O presente decreto entra em vigor na data de sua pu-
blicação.

Água Doce, Estado de Santa Catarina, em 11 de março de 2015.
NOVELI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 031/2015

DECRETO Nº 031/2015 - DE 11 DE MARÇO DE 2015
"NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, no
uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei nº
2.332 de 22 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para formação do CONSE-
LHO MUNICIPAL DO IDOSO, assim composto:

Representantes da Secretaria de Saúde e Promoção Social

Setor Saúde

Titular: SILVIA MONICA BORTOLINI
Suplente: ROSEMARY INÊS HEBERLE

Setor Social

Titular: CLEDI WIEZOREK ALTENBURGER
Suplente: ELEANDRA LUCIA RIBEIRO

Representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Titular: THIARA GABRIELA CYRINO RAMOS
Suplente: ARLETE LÚCIA VENTURIN DOS SANTOS

Representante da Secretaria de Administração

Titular: LUCIANI CRISTINA ALVES
Suplente: SANDRA MARIA CELSO ZANINI

Representante de usuário de Idosos - Grupo do Centro

Titular: AMÁBILE ABATTI
Suplente: IVO ARNS

Representante de usuário de Idosos - Grupo do Interior

Titular: ADI PONTEL
Suplente: ODILA CARON

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: LUIZ PEDRO PELICOLI
Suplente: ELVIRA MARIA PAZINI

Representante da Pastoral da Saúde

Titular: GEMA TOIGO
Suplente: SALETE HARTCOFF

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce - SC, 11 de março de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.008, DE 18 DE MARÇO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTAR AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de Janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º Conceder 15 dias de férias a Servidora Pública Municipal em Cargo de Provimento em Comissão, JANAINÉ SCHNEIDER, ocupante do cargo de ENCARREGADA DE UNIDADE ESCOLAR, lotada na Gerência de Educação e Esporte.

Art. 2º Período aquisitivo de 12/03/2014 à 11/03/2015, período de gozo de 18 de março a 1º de abril de 2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Alto Bela Vista/SC, em 18 de Março de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 034, DE 17 DE MARÇO DE 2015

CONCEDER FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 15 dias de férias a Servidora Pública Municipal, LILIAN SCHWINGEL ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, lotada na Gerência de Saúde.

Art. 2º Período aquisitivo de 06/04/2014 a 05/04/2015, período de gozo de 17 a 31 de março de 2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista em 17 de março de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 035, DE 18 DE MARÇO DE 2015

CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 15 dias de férias ao Servidor Público Municipal, FLAVIO OHLWEILER ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS, lotado na Gerência de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Período aquisitivo de 05/03/2014 a 04/03/2015, período de gozo de 18 de março a 1º de abril de 2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista em 18 de março de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO FMAS N. 005_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 005/2015

A Gestora do FMAS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global, para Aquisição de material de expediente para uso na APAE, de acordo com repasse da Assistência Social, pago com recursos do EADE. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 09/04/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 18 de março de 2015.
Rozane Maria Provin
Gestora FMAS

EXTRATO AVISO PREGÃO FMS- 009_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 009/2015

A Gestora do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, Objetivando o Registro de Preço visando à aquisição de pneus novos para serem utilizados nos veículos da Saúde, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 15:00 horas do dia 09/04/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 18 de março de 2015.
ROSELI CANCI SAGAZ
Gestora FMS

EXTRATO AVISO PREGÃO FMS- 010_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 010/2015

A Gestora do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, Objetivando a Aquisição de material de expediente e toner novos (original/compatível), para manutenção das atividades da

Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária, pagos com recursos do PMAQ e da Vigilância. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 14/04/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 18 de março de 2015.
ROSELI CANCI SAGAZ
Gestora FMS

PORTARIA Nº 152/2015

PORTARIA Nº. 152/2015
De, 16 de Março de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o Processo Seletivo nº 002/2014;

Considerando a grande demanda de alunos nas mais diversas séries;

RESOLVE:
Nomear Professora Itinerante ACT,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Ana Paula Bagnara, para exercer o cargo de Professora Itinerante ACT - Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VIII, no período de 16/03/2015 à 18/12/2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC
Em, 16 de Março de 2015.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão
Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 153/2015

PORTARIA Nº. 153/2015
De, 16 de Março de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 66 da Lei Complementar nº 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:
Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o servidor

Público Municipal Pedro Benatti, ocupante do cargo de Motorista da Saúde Pública, lotado na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2012/2013, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 12/03/2015 à 31/03/2015, sendo convertido 10 (dez) dias em pecúnia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 16 de Março de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão

Secretária de Administração e Gestão.

Antônio Carlos

PREFEITURA

37º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N 001/2014

37º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 19/03/2015 a 18/04/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 18 de março de 2015.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 40H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
17º	ALZIRA CARELO	0633

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 018/2015 - PREGÃO PRESENCIAL (REGISTRO DE PREÇO) Nº. 013/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 018/2015; Modalidade: Pregão Presencial (Registro de Preço) nº. 013/2015; Tipo: Menor Preço por Item; Objeto: Aquisição parcelada de aditivo de combustível para uso nos caminhões e maquinários da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 07 de abril de 2015 as 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8618, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 18 de março de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO:
Nº 022/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2015**
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 022/2015; Modalidade: Pregão Presencial nº. 014/2015; Tipo: Menor Preço por Item; Objeto: A presente licitação tem como objeto a contratação de prestador serviços na área esportiva para Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo e Esporte do Município de Antônio Carlos S/C. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 07 de abril de 2015 as 14:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8618, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 18 de março de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

DECRETO N 021/2015

DECRETO Nº 000021/15 de 18 de Março de 2015
Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 113.159,41 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.01.12.365.0004.2.006-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 113.159,41

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
Superávit financeiro 113.159,41

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 18 de Março de 2015
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 174/2015

PORTARIA Nº 174/2015.

Extingue Portaria.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Extinguir, os efeitos da Portaria nº 111/2015 de 23 de fevereiro de 2015, que designou LUCIDE MARIA SCHMITZ KREFF, para a Função Gratificada de PROFESSOR RESPONSÁVEL, do NEM Cônego Dr. Raulino Reitz, a partir de 01 de março de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - . Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de março de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 19 de março de 2015.

Ascurra

PREFEITURA

LEI Nº 1407, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 1407, de 17 de março de 2015.

Autoriza o Município de Ascurra a Conceder Auxílio Financeiro a Associação Cultural, Esportiva e Social "Per Tutti".

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o município de Ascurra autorizado a conceder um auxílio financeiro a Associação Cultural, Esportiva e Social "Per Tutti", com sede em Ascurra, a Rua João Finardi, s/nº, CNPJ/MF N.º: 00.695.570-0001-43, no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil Reais).

§ 1º - A Entidade beneficiada com o auxílio financeiro de que trata o "caput" deste artigo, deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, na forma da lei, além de manter suas atividades em prol da comunidade local.

§ 2º - Constatada a não aplicação das verbas para o fim a que se destina, a entidade beneficiada pelo auxílio, ou seu dirigente legal, fica responsável pela restituição ao Erário, em valores corrigidos, cessando imediatamente qualquer repasse ou auxílio governamental em execução, vedando-se o acesso a qualquer outro benefício econômico ou fiscal até a liquidação do débito.

Art. 2º - Os recursos Constantes do artigo primeiro da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

03.00	Secretaria de Administração e Planejamento
03.01	Secretaria de Administração e Planejamento
04.121.010.2003	Contribuição Financeira a Entidades
300000000	Despesas Correntes
330000000	Outras Despesas Correntes
335000000	Transf. A instituições Privadas s/fins Lucrativos

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 17 de março de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,

Município de Ascurra em, 17 de março de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

LEI Nº 1408, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 1408, de 17 de março de 2015.

Autoriza Criação de Modalidade de Aplicação e Vínculo de recurso.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n.º 1396, de 15/12/2014. Art. 1º - Cria modalidade de aplicação - 3171.00 e 44.71.00 - e vínculo de recurso -10.000 - no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ascurra, conforme quadro abaixo:

05	SECRETARIA DE SAÚDE	
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
010.301.0070.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN DE SAUDE	
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	
10.000	Recursos Ordinários	
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	
10.000	Recursos Ordinários	

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 17 de março de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,

Município de Ascurra em, 17 de março de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

LEI Nº 1409, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 1409, de 17 de março de 2015.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar Por Anulação de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1396, de 15 de dezembro de 2014.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2014, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 7.933,71, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2065	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICO-SOCIAL -
3317100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010200	Receitas de Impostos - Saúde
	Valor: (7.051,78)
05	SECRETARIA DE SAUDE

05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2065	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICO-SOCIAL -
3337100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010200	Receitas de Impostos - Saúde
	Valor: (792,66)
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2065	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICO-SOCIAL -
3447100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010200	Receitas de Impostos - Saúde
	Valor: (89,27)

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Receitas de Impostos - Saúde
	Valor: (7.933,71)

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 17 de março de 2015.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,

Município de Ascurra em, 17 de março de 2015.
Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Atalanta

PREFEITURA

LEI 1416/2015

LEI N.º 1416/2015

"Concede a Título de Revisão Geral Anual, aos Servidores Públicos Municipais e aos Agentes Políticos de Atalanta e dá Outras Providências."

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal de Atalanta - SC

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a concessão 6,33% (seis, vírgula trinta e três por cento) índice oficial do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), a título de revisão geral anual prevista no Art. 37, Inciso X, da Constituição Federal, aos vencimentos dos Servidores Públicos Municipais de Atalanta, ativos, inativos, pensionistas e aos Agentes Políticos do Município de Atalanta.

Parágrafo Único - A revisão objeto desta lei é o acumulado conforme prevê equivalente ao período de 01 de dezembro de 2013 até 30 de novembro de 2014.

Art. 2º - As despesas, decorrentes da presente lei, correrão a conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - O Impacto orçamentário-financeiro está definido e demonstrado, nos ANEXO I e II, desta lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, SC, 18 de março de 2015.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 03/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA-SC

PROCESSO Nº 03/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015

CONTRATO: 03/2014

CONTRATADA: W. L. A. ASSESSORIA LTDA ME.

OBJETO: REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO PROVIMENTO DE CARGOS, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA.

VALOR TOTAL R\$ 7.770,00 (sete mil setecentos e setenta reais).

DOTAÇÃO: recursos próprios do Orçamento do Município de Atalanta

PRAZO: 17/07/2015

Atalanta, em 17 de março de 2015

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal.

Balneário Rincão**PREFEITURA****AVISO DE PREGÃO Nº. 022/PMBR/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/PMBR/2015.

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.

Data e horário da sessão de abertura: 31/03/2015 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de suprimentos de informática e prestação de Serviços de Assistência Técnica, de manutenção preventiva e corretiva, nos equipamentos de informática existentes nas sedes da Prefeitura, Secretaria de Educação e Saúde do Município de Balneário Rincão/SC, durante o ano de 2015.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 18 de Março de 2015.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO**EXTRATO DE ADITIVO01AO CONTRATO 006/SAMAE/2015**

EXTRATO DE ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 006/SAMAE/2015; SANTOS COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA EPP, OBJETO: Fica reajustado o preço do contrato nº 006/SAMAE/2015, que tem como objeto o fornecimento de combustível para atender as demandas do SAMAE do Balneário Rincão durante o ano de 2015. ASSINATURA:09/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior - Presidente I e pela empresa o Sr. Vanderlei Santos Cardoso.

Barra Velha**PREFEITURA****DECRETO Nº 1016/2015, DE 10 FEVEREIRO DE 2015**

DECRETO Nº 1016/2015, de 10 Fevereiro de 2015

Nomeia membros para compor a "Equipe Técnica Municipal" de Revisão do Plano Diretor Municipal de Barra Velha

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO, Prefeito do Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e

DECRETA

Art. 1º)- Ficam nomeados os Servidores abaixo para compor a "Equipe Técnica Municipal" de Revisão Plano Diretor Municipal.

Coordenador Municipal: Guilherme Stein Cani

Vice-Coordenadora Municipal: Carina J. H. Fernandes

Vice-Coordenadora Municipal: Marcia Nunes Silveira

Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura

Titular: Thiago Pinheiro

Fundação Municipal do Meio Ambiente

Titular: Maria Luiza Duarte de Oliveira

Secretaria Municipal de Administração

Titular: Ana Carolina Lucena Cravo Gomes

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos

Titular: Valdir Nogueira

Secretaria Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Comércio e Indústria

Titular: Osiel Ferreira

Procuradoria

Titular: Jair Irineu Bernardo

Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca

Titular: João Paulo de Mello Felipe

Art. 2º)- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se em local de costume. Registre-se. Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, em 10 de Fevereiro de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

PREFEITO

PP 003/2015 FUMTEC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 016/02015 - FUMTEC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015 - FUMTEC

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial - FUMTEC, Tipo Menor Preço Global, Prestação de serviço para impressão de material de divulgação turística de Barra Velha, conforme Anexo I do Edital - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 31/03/2015 até às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 31/03/2015 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra poderá ser retirado na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 08:00 às 12:00 das 13:30 as 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 18 de março de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

Biguaçu**PREFEITURA****EDITAL 001/SEMAD/2015/ALTERAÇÃO 003**

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL 001/SEMAD/2015/ALTERAÇÃO 003

O Prefeito de Biguaçu, RAMON WOLLINGER, no uso de suas atribuições legais, resolve proceder às devidas alterações no edital do Processo Seletivo Público 001/SEMAD/2015, conforme se apresentam.

Art. 1º Alterar, por erro material, a quantidade de questões de conhecimento específicos, para as provas dos cargos de nível médio, de forma a que fiquem iguais as de nível superior, promovendo as seguintes alterações no edital:

ANEXO IV - Provas e Programas

2. Nível Médio**PROVAS DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO**

A Prova de Conhecimentos Específicos será específica a cada um dos cargos de nível médio e terá 10 (dez questões) como segue:

Art. 2º Ficam mantidos incólumes os demais itens do Edital 001/SEMAD/2015.

Biguaçu (SC), 13 de março de 2015.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.034/2012 - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO - PROCESSO ADMINISTRATIVO 2526-2013 -PROCESSO - PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 52/2012/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.034/2012 - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO - PROCESSO ADMINISTRATIVO 2526-2013

Processo - Pregão Presencial - PP Nº 52/2012/FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: ADSERVIG VIGILÂNCIA LTDA ME

Valor: R\$ 114.125,55 (CENTO E QUATORZE MIL CENTO E VINTE E CINCO REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.034/2012 - PROCESSO - PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 52/2012/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.034/2012

Processo - Pregão Presencial - PP Nº 52/2012/FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: ADSERVIG VIGILÂNCIA LTDA ME

Vigência: de 01/01/2015 a 31/12/2015.

Valor: R\$ 153.600,00 (cento e cinquenta e três mil e seiscentos reais).

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 890/2015

PORTARIA nº 890 de 17 de março de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Zenilda Corrêa Welter, ocupante do cargo temporário de Professor III (Artes), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Zenilda Corrêa Welter, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Artes), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/03/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 891/2015

PORTARIA nº 891 de 17 de março de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Luciane Hoffmann da Silva, ocupante do cargo temporário de Professor II, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Luciane Hoffmann da Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos são retroativos a 03/03/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 892/2015

PORTARIA nº 892 de 17 de março de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Sandra Luciana Oliveira, ocupante do cargo temporário de Professor II, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Sandra Luciana Oliveira, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/03/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 893/2015

PORTARIA nº 893 de 17 de março de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Maria Amélia de Jesus Freire Nascimento, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Sala, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Maria Amélia de Jesus Freire Nascimento, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/03/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 894/2015

PORTARIA nº 894 de 17 de março de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Tânia Cristina de Souza, ocupante do cargo temporário de Professor II, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Tânia Cristina de Souza, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 26/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/02/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 895/2015

PORTARIA nº 895 de 17 de março de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Tânia Cristina de Souza, ocupante do cargo temporário de Professor III (EJA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Tânia Cristina de Souza, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (EJA), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 26/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/02/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 896/2015

PORTARIA nº 896 de 17 de março de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Vanessa Doronei Silveira, ocupante do cargo temporário de Professor III (Educação Física), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Vanessa Doronei Silveira, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Educação Física), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/03/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 897/2015

PORTARIA nº 897 de 17 de março de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Sandra Maria Pessoa Silveira, ocupante do cargo temporário de Professor III (Inglês), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Sandra Maria Pessoa Silveira, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Inglês), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/03/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 898/2015

PORTARIA nº 898 de 17 de março de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Natalicia Hendges da Luz, ocupante do cargo temporário de Professor II, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Natalicia Hendges da Luz, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/03/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 900/2015

PORTARIA nº 899 de 17 de março de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Isabel Cristina Pereira, ocupante do cargo temporário de Técnico em Educação, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Isabel Cristina Pereira, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico em Educação, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/03/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 901/2015

PORTARIA nº 901 de 17 de março de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Thamy Fernandes Schmidt, ocupante do cargo temporário de Fonoaudiólogo, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Thamy Fernandes Schmidt, detentor do cargo de provimento temporário de Fonoaudiólogo, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/03/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 902/2015

PORTARIA nº 902 de 17 de março de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Eliana Cleia de Almeida Gonçalves, ocupante do cargo temporário de Professor III (Inglês), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Eliana Cleia de Almeida Gonçalves, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Inglês), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/03/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 903/2015

PORTARIA nº 903 de 18 de março de 2015
Admitir o (a) Servidor (a) MARLENE MARIA KLEIN GARCIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARLENE MARIA KLEIN GARCIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo

temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/02/2015.

Biguaçu, 18 de março de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 904/2015

PORTARIA nº 904 de 18 de março de 2015
Admitir o (a) Servidor (a) LÍVIA ZIMMER COQUEIRA CEZAR, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LÍVIA ZIMMER COQUEIRA CEZAR, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/02/2015.

Biguaçu, 18 de março de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 905/2015

PORTARIA nº 905 de 18 de março de 2015
Admitir o (a) Servidor (a) ROSANE MERCEDES DE SOUZA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSANE MERCEDES DE SOUZA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/02/2015.

Biguaçu, 18 de março de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 906/2015

PORTARIA nº 906 de 18 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) MARILIA VENTURI FAISTEL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARILIA VENTURI FAISTEL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/02/2015.

Biguaçu, 18 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 907/2015

PORTARIA nº 907 de 18 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) MARCIA SILVA FELIX TAVARES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARCIA SILVA FELIX TAVARES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 27/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/02/2015.

Biguaçu, 18 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 908/2015

PORTARIA nº 908 de 18 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) LIANE COSTA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LIANE COSTA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/02/2015.

Biguaçu, 18 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 909/2015

PORTARIA nº 909 de 18 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) DANIELE CRISTINA FURTADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DANIELE CRISTINA FURTADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/02/2015.

Biguaçu, 18 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 910/2015

PORTARIA nº 910 de 18 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) EVA ALBERTINA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) EVA ALBERTINA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/02/2015.

Biguaçu, 18 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 911/2015

PORTARIA nº 911 de 18 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) SAYURI APARECIDA PEREIRA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SAYURI APARECIDA PEREIRA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/02/2015.

Biguaçu, 18 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 912/2015

PORTARIA nº 912 de 18 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) NEOSITA APARECIDA CAMPOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) NEOSITA APARECIDA CAMPOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 24/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/02/2015.

Biguaçu, 18 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 913/2015

PORTARIA nº 913 de 18 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) CINTIA CRISTINA MACHADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CINTIA CRISTINA MACHADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada

de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 18 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 914/2015

PORTARIA nº 914 de 18 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) DIANE VIEIRA CARDOSO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DIANE VIEIRA CARDOSO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 18 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 915/2015

PORTARIA nº 915 de 18 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ALCILIETE ANÁLIA SOARES ABREU, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALCILIETE ANÁLIA SOARES ABREU, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 18 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 916/2015

PORTARIA nº 916 de 18 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) RAQUEL ORLANDO VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RAQUEL ORLANDO VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 18 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 917/2015

PORTARIA nº 917 de 18 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) IRMA FRANCISCO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IRMA FRANCISCO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 18 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 918/2015

PORTARIA nº 918 de 18 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) MARIA JOSE TINOCO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA JOSE TINOCO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 18 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO PP 296/2014 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP 296/2014 PMB

O Prefeito Municipal de Biguaçu Senhor Ramon Wollinger, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação, por falta de empresas interessadas, do Processo Licitatório PP 296/2014 PMB, que tem por objeto "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER".

Biguaçu, 17 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 313/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) COMPUTADORES PARA USO DA CITRAN BIGUAÇU.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 2 abril, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 2 abril, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 19 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 28/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE COFFEE BREAK PARA SERVIR EVENTOS A SEREM REALIZADOS DURANTE O ANO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO E

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO.
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 2 abril, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 2 abril, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 19 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 78/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LONAS IMPRESSAS PARA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2015 A SEREM INSTALADAS NO PAINEL EM FRENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

EMPRESA CONTRATADA: PAEMI COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA EPP

VALOR: R\$ 3.270,00 (três mil duzentos e setenta reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

04.01.2.014.33.90.39.63.00.00.00

JUSTIFICATIVA: Devido à necessidade da aquisição de lonas impressas para as demonstrações contábeis de 2015 a serem instaladas no painel em frente à Prefeitura Municipal de Biguaçu, optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2014 não ultrapassarão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art. 24, II da Lei 8.666/93.

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria de Administração apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 12 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

PORTARIA Nº 18.549/2015

PORTARIA Nº 18.549, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA HELOISA PACHECO MARTINS KARLBERG COMO REPRESENTANTE TITULAR DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL - CMPC.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o artigo 10 da Lei Complementar nº 833, de 13/12/2011, e de conformidade com o Ofício Jurídico FCB nº 002/2015, de 16/03/2015, e considerando o falecimento do representante titular da Sociedade Civil, Clóvis Truppel, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, para compor o Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 833, de 13/12/2011, HELOISA PACHECO MARTINS KARLBERG, como representante titular da área de Artes Visuais (Sociedade Civil), em substituição a CLÓVIS TRUPPEL, nomeado pela Portaria nº 17.787, de 08/05/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.550/2015

PORTARIA Nº 18.550, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL C.G.N.B.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e art. 209, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, de acordo com o art. 9º, da Lei nº 7.564, de 09/09/2010, e atendendo solicitação efetuada pela Secretária Municipal de Saúde, através do Memo SGTS n. 094/2015, de 27/02/2015, resolve:

DETERMINAR

a instauração de processo administrativo disciplinar a ser conduzido pela Primeira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias 15.145, 31/10/2011, 15.579, de 02/04/2012 e 17.341, de 21/10/2013, para apurar a responsabilidade da servidora pública municipal C.G.N.B., matrícula nº 69822-2, contratada por prazo determinado sob a égide da CLT, nos termos da Lei Municipal nº 7.564/10, para a função de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com os documentos anexados ao Memo SGTS nº 094/2015, de 27/02/2015, por infringir, em tese, o artigo 176, VI combinado com o artigo 190, IV da Lei Complementar nº 660/07 e o art. 11 e inciso I da Lei Federal nº 8.429/92.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.551/2015

PORTARIA Nº 18.551, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA GABRIELA KIELING DA SILVA
PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO
DE GERENTE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO NA FUNDAÇÃO
PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o §2º do art. 7º da Lei Complementar nº 706, de 29/01/2009 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

GABRIELA KIELING DA SILVA, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente Administrativo-Financeiro, símbolo CC-3, na Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, no dia 11 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de março de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO/2015

EXTRATO - CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E OMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

OBJETO: Outorga Onerosa do Direito de Construir de 42,42m2 (quarenta e dois metros quadrados e quarenta e dois décimos quadrados) referente ao coeficiente de aproveitamento a ser utilizado na Rua Dos Caçadores, no 1.195, Bairro Velha.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Administrativo 2014/14178.

PREÇO: O valor de R\$ 7.070,00 (sete mil e setenta reais).

DATA: 20 de fevereiro de 2015.

TERMO REVOGAÇÃO PROCESSO LICITAÇÃO 06-2211/14 - SAMAE

TERMO DE REVOGAÇÃO

Processo Licitação 06-2211/2014 - Registro de Preços para aquisição de pneus para frota de veículos do SAMAE, conforme especificações constantes no Edital, pelo período de 01 (um) ano.

Por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para tal conduta, revoga-se a licitação em epígrafe.

PORTARIA Nº 801/2014 - FURB

PORTARIA Nº 801/2014, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Homologa os resultados do Concurso Público de Títulos e Provas para o provimento efetivo de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor Universitário - Área Temática "Alimentação Coletiva e Nutrição Humana" - Edital nº 05/2014.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais, considerando deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE - Processo nº 083/2014, Parecer nº 075/2014 -, tomada em sua sessão plenária de 18 de junho de 2014, HOMOLOGA os resultados do Concurso Público de Provas e Títulos regido pelo Edital nº 05/2014, para o provimento efetivo de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor Universitário, sob o Regime Estatutário, com fulcro nas Leis Complementares Municipais nºs 743, 745 e 746, de 19 de março de 2010, Área Temática (Matéria) "Alimentação Coletiva e Nutrição Humana" - Componentes Curriculares (Disciplinas): Alimentação Coletiva I, Alimentação Coletiva II, Eventos Gastronômicos, e Estágio em Alimentação Coletiva, conforme a seguir:

CANDIDATOS	RESULTADO
Bethania Hering	Classificada
Eduardo Henrique Szpak Gaievski	Desclassificado

Blumenau, 25 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 802/2014 - FURB

PORTARIA Nº 802/2014, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Homologa os resultados do Concurso Público de Títulos e Provas para o provimento efetivo de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor Universitário - Componentes Curriculares (Disciplinas): História da América I, História da América II, História do Brasil I e Ensino de História, Transversalidade e Interdisciplinaridade. Edital nº 06/2014.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais, considerando deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE - Processo nº 084/2014, Parecer nº 076/2014 -, tomada em sua sessão plenária de 24 de junho de 2014, HOMOLOGA os resultados do Concurso Público de Provas e Títulos regido pelo Edital nº 06/2014, para o provimento efetivo de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor Universitário, sob o Regime Estatutário, com fulcro nas Leis Complementares Municipais nºs 743, 745 e 746, de 19 de março de 2010, Componentes Curriculares (Disciplinas): História da América I, História da América II, História do Brasil I e Ensino de História, Transversalidade e Interdisciplinaridade, conforme a seguir:

CANDIDATOS	RESULTADO
Juliana de Mello Moraes	1ª Classificada
Fernando Bagiotto Botton	2º Classificado
Diego Nones Bissigo	3º Classificado
Oscar Javier Castro	4º Classificado
Darlan Jevaer Schmitt	Desclassificado
Emerson Divino Ribeiro de Oliveira	Desclassificado
Fernanda da Silva Rodrigues Rossi	Desclassificada
Ivana Lopes Teixeira	Desclassificada
João Julio Gomes dos Santos Junior	Desclassificado

Luiz Adriano Gonçalves Borges	Desclassificado
Renata Aparecida Sopelsa	Desclassificada
Renata Brauner Ferreira	Desclassificada
Ricardo Schmachtenberg	Desclassificado
Thiago Rodrigo da Silva	Desclassificado
Yomara Feitosa Caetano de Oliveira Fagionato	Desclassificada

Blumenau, 25 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 803/2014 - FURB

PORTARIA Nº 803/2014, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Homologa os resultados do Concurso Público de Títulos e Provas para o provimento efetivo de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor Universitário - Área Temática (Matéria): Contabilidade Tributária - Componentes Curriculares (Disciplinas): Contabilidade e Procedimentos Fiscais, e Contabilidade Tributária. Edital nº 13/2014.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais, considerando deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE - Processo nº 085/2014, Parecer nº 077/2014 -, tomada em sua sessão plenária de 18 de junho de 2014, HOMOLOGA os resultados do Concurso Público de Provas e Títulos regido pelo Edital nº 13/2014, para o provimento efetivo de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor Universitário, sob o Regime Estatutário, com fulcro nas Leis Complementares Municipais nºs 743, 745 e 746, de 19 de março de 2010, Área Temática (Matéria): Contabilidade Tributária - Componentes Curriculares (Disciplinas): Contabilidade e Procedimentos Fiscais, e Contabilidade Tributária, conforme a seguir:

CANDIDATOS	RESULTADO
Jefferson Fernando Grande	1º Classificado
Sueli Viviani	2ª Classificada
Darclê Costa Silva Haussmann	3ª Classificada

Blumenau, 25 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 804/2014 - FURB

PORTARIA Nº 804/2014, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Homologa os resultados do Concurso Público de Títulos e Provas para o provimento efetivo de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor Universitário - Área Temática: Estágio - Edital nº 02/2014.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais, considerando deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE - Processo nº 086/2014, Parecer nº 078/2014 -, tomada em sua sessão plenária de 18 de junho de 2014, HOMOLOGA os resultados do Concurso Público de Provas e Títulos regido pelo Edital nº 02/2014, para o provimento efetivo de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor Universitário, sob o Regime Estatutário, com fulcro nas Leis Complementares Municipais nºs 743, 745 e 746, de 19 de março de 2010, Área Temática/Matéria Estágio - Disciplinas: Estágio I, Estágio II, Estágio III e Estágio IV; Estágio da Licenciatura I, Estágio da Licenciatura II, Estágio da Licenciatura III e Estágio da

Licenciatura IV e Educação Ambiental, conforme a seguir:

CANDIDATOS	RESULTADO
Daniela Tomio	Classificada

Blumenau, 25 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 805/2014 - FURB

PORTARIA Nº 805/2014, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Homologa os resultados do Concurso Público de Títulos e Provas para o provimento efetivo de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor Universitário - Área Temática (Matéria) Treinamento Esportivo - Componentes Curriculares (Disciplinas): Treinamento Físico, Bases Metodológicas do Conhecimento Físico, e Cinesiologia, Edital nº 16/2014.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais, considerando deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE - Processo nº 087/2014, Parecer nº 079/2014 -, tomada em sua sessão plenária de 18 de junho de 2014, HOMOLOGA os resultados do Concurso Público de Provas e Títulos regido pelo Edital nº 16/2014, para o provimento efetivo de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor Universitário, sob o Regime Estatutário, com fulcro nas Leis Complementares Municipais nºs 743, 745 e 746, de 19 de março de 2010, Área Temática (Matéria) Treinamento Esportivo - Componentes Curriculares (Disciplinas): Treinamento Físico, Bases Metodológicas do Conhecimento Físico, e Cinesiologia, conforme a seguir:

CANDIDATOS	RESULTADO
João Augusto Reis de Moura	1º Classificado
Juliano Dal'Pupo	2º Classificado
Antonio José Muller	Desclassificado

Blumenau, 25 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 806/2014 - FURB

PORTARIA Nº 806/2014, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Homologa os resultados do Concurso Público de Títulos e Provas para o provimento efetivo de 02 (duas) vagas para o cargo de Professor Universitário - Área Temática (Matéria): Química Analítica - Componentes Curriculares (Disciplinas): Química Analítica Quantitativa, Química Analítica Qualitativa, Análise instrumental, Tópicos em Química Analítica, Quantitativa, Química Analítica Qualitativa, Análise instrumental, Química Analítica, Química Analítica Geral, Química Analítica Experimental, Química Analítica Geral, Análise instrumental I, Análise instrumental II, Métodos Cromatográficos. Edital nº 17/2014.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais, considerando deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE - Processo nº 090/2014, Parecer nº 080/2014 -, tomada em sua sessão plenária de 18 de junho de 2014, HOMOLOGA os resultados do Concurso Público de Provas e Títulos regido pelo Edital nº 17/2014, para o provimento efetivo de 02 (duas) vagas para o cargo de Professor Universitário, sob o Regime Estatutário, com fulcro nas Leis Complementares Municipais nºs 743, 745 e 746, de 19 de

março de 2010, Área Temática - Química Analítica (Disciplinas): Química Analítica Quantitativa, Química Analítica Qualitativa, Análise instrumental, Tópicos em Química Analítica, Química Analítica Quantitativa, Química Analítica Qualitativa, Análise instrumental, Química Analítica, Química Analítica Geral, Química Analítica Experimental, Química Analítica Geral, Análise instrumental I, Análise instrumental II, Métodos Cromatográficos, conforme a seguir:

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

Portaria nº 806/2014/Reitoria

Fls. 2

CANDIDATOS	RESULTADO
Alessandra Emanuele Tonietto	1ª Classificada
Martinho Rau	2º Classificado
Geovani Zanella	Desclassificada
Mariele Martini	Desclassificada

Blumenau, 25 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 807/2014 - FURB

PORTARIA Nº 807/2014, DE 26 DE JUNHO DE 2014

Nomeia Bruno Tadeu Dada para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico de Laboratório - Engenharia (LCC).

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2013, NOMEIA

BRUNO TADEU DADA

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico de Laboratório - Engenharia (LCC), com lotação no Centro de Ciências Tecnológicas, referência inicial 35.

Blumenau, 26 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 808/2014 - FURB

PORTARIA Nº 808/2014, DE 26 DE JUNHO DE 2014

Concede licença maternidade especial à Servidora Letícia Fernanda da Silva Rodrigues.

o Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 277 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE ESPECIAL, sem prejuízo da remuneração, à Servidora

LETÍCIA FERNANDA DA SILVA RODRIGUES

cadastro funcional nº 8669, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada no Departamento de Engenharia Elétrica e de Telecomunicações, pelo prazo de 60 (sessenta) dias

consecutivos, a contar de 19 de junho de 2014.

Blumenau, 26 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 809/2014 - FURB

PORTARIA Nº 809/2014, DE 26 DE JUNHO DE 2014

Designa os integrantes da Comissão Permanente de Licitação da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, o disposto no Memorando nº 177/2014/DAM, de 25 de junho de 2014, oriundo da Chefia da Divisão de Administração de Materiais, DESIGNA os Servidores

CARLA DE CÁSSIA NARDELLI VIEIRA

CARLOS ALBERTO AMORIM

JULIA MIRANDA BRESSANE

KAREN FABIANE KOLLER

LUCÉLIO BELLETTI

RENATO ANDRADE REBELO

SÉRGIO KALCKMANN JUNIOR

para, sob a Presidência da Servidora Karen Fabiane Koller e Vice-Presidência do Servidor Carlos Alberto de Amorim, comporem a Comissão Permanente de Licitação da FURB, com vigência de 1º de julho de 2014 até 30 de junho de 2015.

Blumenau, 26 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 810/2014 - FURB

PORTARIA Nº 810/2014, DE 26 DE JUNHO DE 2014

Designa Pregoeiros para realização de procedimentos licitatórios na Modalidade de Pregão.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso IV do art. 3º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e no art. 8º do Decreto Municipal nº 7.732, de 3 de agosto de 2004, bem como, ainda, as indicações constantes do Memorando Nº 178/2014/DAM, de 25 de junho de 2014, oriundo da Chefia da Divisão de Administração de Materiais, DESIGNA os Servidores Técnico-Administrativos adiante nominados para atuar como Pregoeiros na realização de procedimentos licitatórios na Modalidade de Pregão:

LEURI ARLÊNIO FRITSCH

MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA

ROBERTO BERNHARD DISSE

SÉRGIO DE SOUZA

Revoga-se, a contar desta data, a Portaria nº 168/2013, de 20 de março de 2013.

Blumenau, 26 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 811/2014 - FURB

PORTARIA Nº 811/2014, DE 27 DE JUNHO DE 2014

Designa Equipe de Apoio para auxiliar os Pregoeiros na realização de procedimentos licitatórios na Modalidade de Pregão.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso IV do art. 3º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e no art. 8º do Decreto Municipal nº 7.732, de 3 de agosto de 2004, bem como, ainda, as indicações constantes do Memorando Nº 179/2014/DAM, de 25 de junho de 2014, oriundo da Chefia da Divisão de Administração de Materiais, DESIGNA os Servidores Técnico-Administrativos adiante nominados para compor a Equipe de Apoio para auxiliar os Pregoeiros na realização de procedimentos licitatórios na Modalidade de Pregão:

FABIANA RISCAROLLI
GUILHERME VARGAS
MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA

Blumenau, 27 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 812/2014 - FURB

PORTARIA Nº 812/2014, DE 27 DE JUNHO DE 2014

Concede licença maternidade especial à Servidora Regiane Patrícia de Souza Stuepp.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 277 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE ESPECIAL, sem prejuízo da remuneração, à Servidora

REGIANE PATRÍCIA DE SOUZA STUEPP

cadastro funcional nº 3521, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada na Divisão de Cultura, pelo prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar de 17 de julho de 2014.

Blumenau, 27 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 813/2014 - FURB

PORTARIA Nº 813/2014, DE 27 DE JUNHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Joel Dias da Silva.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

JOEL DIAS DA SILVA

cadastro funcional nº 9313, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia de Produção e Design, para participar do Primeiro e Segundo Módulo da Disciplina Gestão e Tratamento de Resíduos Industriais, como professor visitante do Programa de Mestrado Profissional em Engenharia Ambiental, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em

Belo Horizonte - MG, nos seguintes períodos: a) de 30 de junho a 4 de julho de 2014 e b) de 18 a 22 de agosto de 2014.

Blumenau, 27 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 814/2014 - FURB

PORTARIA Nº 814/2014, DE 27 DE JUNHO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Melita Bona.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

MELITA BONA

cadastro funcional nº 6063, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Artes, para participar do 31st ISME World Conference - International Society for Music Education, em Porto Alegre - RS, no período de 20 a 25 de julho de 2014.

Blumenau, 27 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 815/2014 - FURB

PORTARIA Nº 815/2014, DE 27 DE JUNHO DE 2014

Designa Comissão Especial para atuar no julgamento de documentos de qualificação técnica na fase de habilitação e dos documentos apresentados na fase de proposta de preços, no processo licitatório Concorrência nº 081/2014.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e, conforme disposto no Memorando nº 182/2014/DAM, de 24 de junho de 2014, oriundo da chefia da Divisão de Administração de Materiais, DESIGNA os integrantes adiante nominados:

1. Departamento de Engenharia Elétrica e de Telecomunicações
Professor Universitário - CÉSAR RICARDO CÂMARA DA SILVA

2. Departamento de Engenharia Civil
Professor Universitário - LUIS CARLOS SEELBACH

3. Divisão de Administração do Campus
Engenheiro Eletricista - EVERSON PEDRO BURG

para atuar no julgamento de documentos de qualificação técnica na fase de habilitação e dos documentos apresentados na fase de proposta de preços, no processo licitatório Concorrência nº 081/2014.

Blumenau, 27 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 816/2014 - FURB

PORTARIA Nº 816/2014, DE 30 DE JUNHO DE 2014

Concede exoneração ao Servidor Edson Silva.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE EXONERAÇÃO ao Servidor

EDSON SILVA

cadastro funcional nº 9420, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotado na Divisão de Administração do Campus, a contar de 23 de junho de 2014.

Blumenau, 30 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 818/2014 - FURB

PORTARIA Nº 818/2014, DE 30 DE JUNHO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Marianne Hoeltgebaum.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

MARIANNE HOELTGEBAUM

cadastro funcional nº 4746, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Administração, para participar de banca de defesa de doutorado no Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA, em São José dos Campos - SP, no dia 3 de julho de 2014.

Blumenau, 30 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 819/2014 - FURB

PORTARIA Nº 819/2014, DE 30 DE JUNHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Sérgio Henrique Lopes Cabral.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

SÉRGIO HENRIQUE LOPES CABRAL

cadastro funcional nº 2752, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Elétrica e de Telecomunicações, considerando sua participação em banca de defesa de mestrado, em Curitiba - PR, no dia 27 de junho de 2014.

Blumenau, 30 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 820/2014 - FURB

PORTARIA Nº 820/2014, DE 30 DE JUNHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Luiz Henrique Meyer.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

luiz henrique meyer

cadastro funcional nº 2678, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Elétrica e de Telecomunicações, considerando sua participação em banca de defesa de mestrado, em Curitiba - PR, no dia 27 de junho de 2014.

Blumenau, 30 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 821/2014 - FURB

PORTARIA Nº 821/2014, DE 30 DE JUNHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Adriano Péres.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

ADRIANO PÉRES

cadastro funcional nº 2755, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Elétrica e de Telecomunicações, para participar de (o):

- SEPOC 2014 - Seminário de Eletrônica de Potência e Controle, em Santa Maria - RS, no período de 24 a 27 de agosto de 2014;
- Em atendimento à designação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC, realizar Avaliação de Curso de Graduação - Reconhecimento do Curso de Engenharia Física - da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, em Porto Alegre - RS, no período de 3 a 6 de agosto de 2014.

Blumenau, 30 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 822/2014 - FURB

PORTARIA Nº 822/2014, DE 30 DE JUNHO DE 2014

Concede licença prêmio ao Servidor Cláudio Laurentino Guimarães.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 05 (cinco) dias -, de 14 a 18 de julho de 2014, referente ao período aquisitivo de 1º de março de 1993 a 28 de fevereiro de 1998, ao Servidor

CLÁUDIO LAURENTINO GUIMARÃES

cadastro funcional nº 2541, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Ciências Farmacêuticas.

Blumenau, 30 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 823/2014 - FURB

PORTARIA Nº 823/2014, DE 30 DE JUNHO DE 2014

Concede licença prêmio ao Servidor Alexander Christian Vibrans.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 11 (onze) dias -, de 15 a 25 de julho de 2014, referente ao período aquisitivo de 5 de agosto de 2003 a 4 de agosto de 2008, ao Servidor

ALEXANDER CHRISTIAN VIBRANS

cadastro funcional nº 4833, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Florestal.

Blumenau, 30 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 825/2014 - FURB

PORTARIA Nº 825/2014, DE 30 DE JUNHO DE 2014

Concede licença prêmio ao Servidor Arno Muller.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 15 (quinze) dias -, no período de 17 a 31 de julho de 2014, referente ao período aquisitivo de 1º de março de 1998 a 28 de fevereiro de 2003, ao Servidor

ARNO MULLER

cadastro funcional nº 2498, ocupante do cargo de Assistente Operacional, lotada no Centro de Ciências Exatas e Naturais.

Blumenau, 30 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 826/2014 - FURB

PORTARIA Nº 826/2014, DE 30 DE JUNHO DE 2014

Concede licença prêmio à Servidora Larissa Schmitz.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 05 (cinco) dias -, no período de 14 a 18 de julho de 2014, referente ao período aquisitivo de 5 de fevereiro de 2001 a 7 de fevereiro de 2006, à Servidora

LARISSA SCHMITZ

cadastro funcional nº 4105, ocupante do cargo de Auxiliar de

Laboratório - Odontologia, lotada no Departamento de Odontologia.

Blumenau, 30 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 827/2014 - FURB

PORTARIA Nº 827/2014, DE 30 DE JUNHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Thair Ibrahim Abdel Hamid Mustafa.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

THAIR IBRAHIM ABDEL HAMID MUSTAFA

cadastro funcional nº 2793, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Elétrica e de Telecomunicações, para participar de reunião de Atividades de Pesquisa do Projeto SIPEX 681/2011, contrato FURB-CEEE-GT/9947546, em Porto Alegre - RS, nos dias 30 de junho e 1º de julho de 2014.

Blumenau, 30 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 828/2014 - FURB

PORTARIA Nº 828/2014, DE 30 DE JUNHO DE 2014

Designa membro da Comissão para Elaboração da Política de Educação a Distância da FURB.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais, DESIGNA a Servidora:

1. ANA LÚCIA ANACLETO REIS - Divisão de Tecnologia da Informação.

para compor a Comissão para Elaboração da Política de Educação a Distância da FURB, instituída pelas Portarias nº 450, de 28 de março de 2014 e nº 734, de 27 de maio de 2014.

Blumenau, 30 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 829/2014 - FURB

PORTARIA Nº 829/2014, DE 1º DE JULHO DE 2014

Concede exoneração ao Servidor Tiago Martins de Oliveira.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE EXONERAÇÃO ao Servidor

TIAGO MARTINS DE OLIVEIRA

cadastro funcional nº 9409, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Divisão de Registros Acadêmicos, a contar desta data.

Blumenau, 1º de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 830/2014 - FURB

PORTARIA Nº 830/2014, DE 1º DE JULHO DE 2014

Torna sem efeito, por desistência da vaga e do cargo, a nomeação de ANDRÉ LUIZ DAMASCENO BELAN no cargo de Químico.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 660/2007, 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, RESOLVE:

Tornar sem efeito, por desistência expressa da vaga e do cargo, nos termos do Artigo 16, da Lei Complementar 660/2007, a nomeação de ANDRÉ LUIZ DAMASCENO BELAN no cargo de QUÍMICO, nomeado pela Portaria nº 782/2014, de 17 de junho de 2014.

Blumenau, 1º de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2015

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e PENSO COMUNICAÇÃO LTDA ME

OBJETO: SERVIÇOS DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU

VALOR: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: TOMADA DE PREÇO Nº 40-01/2014, de 22/09/2014 e de acordo com as disposições previstas nas Leis nº 8.666/93 (e alterações) e nº 12.232/10.

DATA: 19/02/2015

VENCIMENTO: 19/02/2016

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4684/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

=====

DECRETO Nº 4684/15 de 16 de Março de 2015

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 0472/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 0472/2015, que tem por objeto Aquisição de semente de Aveia Preta embalagens com 40 KG, com certificação de no mínimo 85 % de germinação para distribuição gratuita a agricultores do município no exercício de 2015.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionado, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Terra Viva Comércio e Representações Eireli Epp	Semente de Aveia Preta embalagens com 40 kg, com certificação de no mínimo 85% de germinação.	600,00	26.460,00

Vinte e seis mil quatrocentos e sessenta reais

26.460,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 16/03/15.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4685/2015

=====

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4685/15 de 16 de Março de 2105.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 0443/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 0443/2015, que tem por objeto Divulgação dos atos oficiais do Município por meio de radio-difusão em rádio FM e Rádio AM no exercício de 2015.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
2	RADIO MODELO LTDA.	Programa semanal, sendo 2 inserções diárias de 45 segundos cada e um programa diário nas quintas-feiras de 5 minutos com início às 12h e 45 min às 12 h e 50 min, para divulgação de atos oficiais do município, avisos e comunicados de interesse direto da administração por radio difusão sonora em ondas médias AM com cobertura de audiência comprovada em todo o território municipal, para o período de Abril a Dezembro de 2015.	9,00	6.300,00
1	Radio 102 de Pinhalzinho Ltda	Programa semanal, sendo 3 inserções diárias de 60 segundos, mais 1 inserção diária de 2 minutos e 30 segundos nas terças, quartas e quintas-feiras, para divulgação de atos oficiais do município, avisos e comunicados de interesse direto da administração por radio difusão sonora em ondas médias FM com cobertura de audiência comprovada em todo o território municipal, para o período de Abril a Dezembro de 2015.	9,00	20.250,00

Seis mil e trezentos reais	6.300,00
Vinte mil duzentos e cinquenta reais	20.250,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 16/03/15.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4686/2015

=====

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4686/2015 de 16 de Março de 2015.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 0419/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 0419/2015, que tem por objeto Contratação de empresa para disponibilização de sinal de internet (FIBRA OPTICA) para manutenção das atividades do departamento da administração no exercício de 2015.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionado, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Mhnet Empreendimentos Ltda EPP	Link internet com velocidade de 10/10 MBPS (com garantia de 100 % da banda) para o Centro Administrativo Municipal com opção de 3 Links de internet na velocidade de 1/1 MBPS (com garantia de 100 % da banda)	9,00	4.249,98

Quatro mil duzentos e quarenta e nove reais e noventa e oito centavos

4.249,98

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 16/03/15.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 045/2015 DE 18 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 045/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, licença prêmio a Servidora Publica Municipal Sra. MARILEI SALETE OLIVEIRA HORN, portadora do CPF sob nº. 681.936.299-49, matricula nº 183-0, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, ocupante do cargo de Professora I Educação Infantil, a que faz juz no período aquisitivo de 07/02/2007 a 07/02/2012, que será gozada de 10/03/2015 a 07/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de Março de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 046/2015 DE 18 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 046/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

DISPOE SOBRE A ESTABILIDADE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL APÓS TRES ANOS DE ESTAGIO PROBATORIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. DECLARAR Estável a servidora pública municipal Sra. Janete Terezinha Diel Rossi, inscrita no CPF sob nº 065.289.869-67 e matricula nº 562-2, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada em 02/03/2012 após aprovação em concurso público, ser submetida a avaliações em estágio probatório e aprovada.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de março de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 047/2015 DE 18 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 047/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE ADICIONAL POR TITULAÇÃO PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Titulação a servidora pública Municipal Sra. Ediane Franscisco da Silva Bruinsma, matricula nº 164-3, com CPF sob nº 023.716.799-92, a partir do mês de março do ano 2015, conforme art. 67 e Anexo I da lei nº 542/2006 (Estatuto de Servidores) por Titulação de "Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - Tecnóloga em Gestão Pública -".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de março de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 048/2015 DE 18 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 048/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE férias por merecimento a Servidor Municipal Sra. MISSIARA STAUDT, matricula nº 569-0, portadora do CIC sob. nº 039.608.249-12, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, período aquisitivo de 05 de abril de 2013 a 04 de abril de 2014, período de concessão de 23 de março de 2015 a 06 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de Março de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 049/2015 DE 18 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 049/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

NOMEAR SERVIDORA PARA CARGO DE DIRETORA GERAL DE ESCOLA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. Fabiane Ammes Morandini, matrícula 514-2, portadora do CPF sob nº. 034.590.939-94 com lotação na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esportes, para ocupar o cargo de Diretora Geral de Escola na Secretaria de Educação, optando pelo vencimento de cargo efetivo de professora sendo o nível "8ª", com carga horária de 40 horas semanais constante na Lei 917/2013.

Parágrafo Único - Será concedido gratificação de 35 % conforme art. 49 da Lei 917/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de março de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro**PREFEITURA****024.15 - DEC ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Decreto n. 024/15 de 18.03.2015.

Nomeia Novos Membros para Compor o Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que determina a Resolução/FNDE/CD/ Nº 38 de 23 de Agosto de 2004 e a Medida Provisória nº 455 de 28 de janeiro de 2009.

D e c r e t a:

Art. 1 - Ficam nomeados os novos membros para compor o Conselho Municipal de Alimentação Escolar de acordo com a indicação abaixo descrita:

a) Representantes do Poder Executivo:

Titular: JOELMA MENEGAZ

Suplente: MARILENE DOS SANTOS NECKEL

b) Representante dos Docentes, Trabalhadores na área de Educação:

Titular: JOSÉ SIMIANO

Suplente: MARIA ALVINA FORMENTO

Titular: ERONETE APARECIDA DA SILVA DE SOUZA

Suplente: HÉLIO TADEU SILVEIRA

c) Representante dos Pais e Alunos:

Titular: TANIA TEREZINHA GOEDERT NECKEL

Suplente: SILVIA BATISTA CORREA

Titular: DAIANA DA SILVA

Suplente: ROSENILDA MORETTI

d) Representante de Entidades Cívis Organizadas:

Titular: MARIA IVONE DE MORAES

Suplente: IVONE GOEDERT DOS SANTOS

Titular: VERGINIO MORETTI

Suplente: LUCIA BORGES MORETTI

Art. 2 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3 - Ficam revogadas as disposições em contrário especialmente o Decreto nº 26/14 de 24 de fevereiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. Adm. e Fazenda

268.03.15 - P. EXON. VALERIA M. MASSUCHETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 268/15 de 17.03.15

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Conceder Exoneração a servidora Valéria Moretti Massuchetti, do Cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível - 22, do Quadro de Pessoal Nomeado em Caráter Temporário do Município, através da Portaria n.º 203/2015 de 23.02.2015, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, a contar do dia 17 de março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

ERRATA PP 11/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

ERRATA MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015 (FMS)

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde vem a público retificar o Edital Pregão Presencial 11/2015 de 13 de março de 2015, para Aquisição de leites especiais (Fórmulas Infantis e Dieta via oral/enteral) para atender a Secretaria Municipal de Saúde no exercício de 2015. Alterar no Anexo I Termo de Referência e no Anexo IV Modelo Proposta de Preços:

No Item 10 "Onde se lê": Fórmula infantil semi-elementar e hipoalergênica em pó à base de proteína caseína ou soro do leite extensamente hidrolisada, nutricionalmente completa, isenta de lactose, sacarose, galactose e glúten, indicado para casos de alergia alimentar (a proteína do leite de vaca e à soja), com TCM, contendo maltodextrina/polímeros de glicose. Fórmula com DHA e ARA.

Leia-se: Fórmula infantil semi-elementar e hipoalergênica em pó à base de proteína caseína ou soro do leite extensamente hidrolisada, nutricionalmente completa, isenta de lactose, sacarose, galactose e glúten, indicado para casos de alergia alimentar (a proteína do leite de vaca), com TCM, contendo maltodextrina/polímeros de glicose. Fórmula com DHA e ARA.

Nos itens "Onde se lê": Apresentação Lata de 400g e Lata de 400g a 500 g.

Leia-se: Apresentação Lata de no mínimo 800g.

Bom Retiro, 19 de março de 2015.

Jocemar da Silva
Pregoeiro

EXTRATO CONTRATOS 472015 A 56/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 47/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)

Objeto: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Bom Retiro no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

Valor Total: R\$ 3.540,00 (três mil quinhentos e quarenta reais)

Extrato Contrato 48/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)

Objeto: Contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os acessos do REGIN e Simples Nacional.

Valor Total: R\$ 4.200,00 (quatro mil duzentos reais)

Extrato Contrato 49/2015 Pregão Presencial 06/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Peçalub Comércio de Peças, Equipamentos e Lubrificantes Ltda- ME.

Objeto: Aquisição de Peças e contratação de Mão de Obra para reparos da Transmissão Hidráulica da Patrola New Holland 140 B

Valor Total: R\$ 38.100,00 (trinta e oito mil e cem reais)

Extrato Contrato 50/2015 Pregão Presencial 09/2015 (FMS)

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMS)

Contratado: Arte Joias e Ótica Ltda. ME.

Objeto: Aquisição de pares de lentes para óculos e armações para atendimento de pessoas desprovidas economicamente

Valor Total: R\$ 93.920,00 (noventa e três mil novecentos e vinte reais)

Extrato Contrato 51/2015 Pregão Presencial 01/2015 (FMAS)

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)

Contratado: Sandro Vilmar Pires ME.

Objeto: Aquisição de Materiais Elétricos e Materiais de Hidro Sanitária para Instalação de Casas Urbanas, concedidas através da Defesa Civil.

Valor Total: R\$ 4.447,71 (quatro mil quatrocentos e quarenta e sete reais e setenta e um centavos)

Extrato Contrato 52/2015 Pregão Presencial 01/2015 (FMAS)

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)

Contratado: Ademar Oscar Rosar & Cia Ltda.

Objeto: Aquisição de Materiais Elétricos e Materiais de Hidro Sanitária para Instalação de Casas Urbanas, concedidas através da Defesa Civil.

Valor Total: R\$ 4.447,71 (quatro mil quatrocentos e quarenta e sete reais e setenta e um centavos)

Extrato Contrato 53/2015 Pregão Presencial 07/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Veronica dos Santos Orio.

Objeto: Aquisição de Frutas, Verduras e Legumes para a Merenda Escolar das Escolas de Campo, Pré-escolares e Creches Municipais, para o exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 8.186,00 (oito mil cento e oitenta e seis reais)

Extrato Contrato 54/2015 Pregão Presencial 07/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: JJJ Importação e Exportação Ltda.

Objeto: Aquisição de Frutas, Verduras e Legumes para a Merenda

Escolar das Escolas de Campo, Pré-escolares e Creches Municipais, para o exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 41.451,00 (quarenta e um mil quatrocentos e cinquenta e um reais)

Extrato Contrato 55/2015 Pregão Presencial 07/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Antenor Júlio Gadotti.

Objeto: Aquisição de Frutas, Verduras e Legumes para a Merenda Escolar das Escolas de Campo, Pré-escolares e Creches Municipais, para o exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 4.980,00 (quatro mil novecentos e oitenta reais)

Extrato Contrato 56/2015 Pregão Presencial 02/2015 (FMAS)

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)

Contratado: Alfredo Comércio Varejista Ltda. ME.

Objeto: Fornecimento mensal de 30 (trinta) cestas básicas de alimentos, de forma parcelada, fornecidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social no exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 30.852,00 (trinta mil oitocentos e cinquenta e dois reais)

Extrato Contrato de Locação Comercial

Locatário: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Locador: Edson Luiz Moretti.

Objeto: Locação de um imóvel comercial constituído de uma sala de nº 03 com área de 93,2m², localizada Rua Anita Garibaldi, nº 65 - Bom Retiro/SC, para instalação da sede do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

Valor Mensal: R\$ 795,00 (setecentos e noventa e cinco reais)

Bom Retiro, 19 de março de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10 2015 PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 1/12

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 09/03/2015 Válido até: 09/03/2016						
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desclo. (%)	Preço Unitário
1	Pneu radial 1000x20, borrachudo, 16 lonas profundidade mínima do sulco de 20,0mm câmara e protetor (15386)	UND	MODELO PNEUS LTDA. (8069)	FIRESTONE/C	0	1.210.0000
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE	0	1.210.5000
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	DUNLOP SP4:	0	1.215.0000
2	Pneu radial 1000x20 misto liso, 16 lonas, profundidade mínima de sulco de 18mm, com câmara e protetor (15387)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	PRESA PR101	0	1.250.0000
3	Pneu borrachudo 900x20, 14 lonas, profundidade mínima do sulco de 19,5mm convencional, com câmara e protetor (15388)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (8368)	JK/JET TRACH	0	760.0000
5	Pneu 1400x24 com 16 lonas convencional com câmara e protetor (15390)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Superguider G	0	1.610.0000
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	GOODRIDE G	0	1.615.0000
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	CONDORIZCF	0	1.630.0000
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (8368)	PEGASUS/G2	0	1.700.0000
6	Pneu 1300x24 com 14 lonas convencional com câmara e protetor (15391)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	CHAOYANG C	0	1.460.0000
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Superguider G	0	1.465.0000
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FUNSAZCRU	0	1.470.0000
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (8368)	PEGASUS/G2	0	1.500.0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 2/12

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 09/03/2015		Válido até: 09/03/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Pneu Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Pneu 11L 16TL F3 com 12 lonas convencional, com câmara (15392)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	JK/TORTUGA	0	550,0000	1
8	Pneu 19,5 X 24 16 lonas convencional com protetor e câmara (15393)	UND	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	LANDE 12PR I	0	1.920,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Superguider R.	0	1.990,0000	2
9	Pneu 12,5/80 - R18 convencional com câmara (11286)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Superguider R.	0	840,0000	1
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	ARMOUR/R4	0	843,0000	2
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	LANDE 12PR I	0	900,0000	3
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FORERUNNEI	0	900,0000	4
10	Pneu 17,5x25 com 16 lonas convencional, com câmara e protetor (6972)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	PEGASUS/FO	0	2.080,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Superguider G	0	2.090,0000	2
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	ROADGUIDEF	0	2.200,0000	3
11	Pneu 14,9 X 28 com 10 lonas convencional com, câmara e protetor. (11288)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	ROADGUIDEF	0	1.500,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Superguider R	0	1.600,0000	2
12	Pneu 18,4 X30 com 12 lonas convencional com, camara e protetor (15767)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	ROADGUIDEF	0	1.900,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 3/12

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 09/03/2015		Válido até: 09/03/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Pneu 12.4 X24 com 10 lonas convencional com, câmara e protetor (15768)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Marcher R1	0	2.300,0000	2
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	ROADGUIDEF	0	950,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FOREVER/MA	0	1.100,0000	2
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Superguider R	0	1.150,0000	3
14	Pneu 750 X 16 com câmara. (11289)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	AX SS200,	0	390,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	JK/MAGGION	0	392,0000	2
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Linglong LL9	0	396,0000	3
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	FM SUPER CE	0	399,0000	4
15	Pneu 175/70 R 14 88 T. (11290)	UND	MODELO PNEUS LTDA. (8069)	PIRELLI/QBO	0	416,0000	5
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Sailun Atrezzo	0	215,0000	1
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	APOLLO AMA,	0	216,0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE	0	217,0000	3
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	F580 88T FIRE	0	227,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 4/12

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 09/03/2015 Válido até: 09/03/2016									
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
16	Pneu 185 R14 C 102 profundidade do sulco mínima de 9,5mm. (11291)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	SUNNY SN22	0	218,0000	1		
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Linglong LMCE	0	218,9000	2		
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	TRIANGLE/TR	0	219,0000	3		
17	Camera 1000 x 20. (11293)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW V3	0	64,0000	1		
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	64,5000	2		
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	91,2900	3		
18	PROTETOR 1000 X 20 (2674)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	CARRETEIRO	0	21,4000	1		
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	21,5000	2		
			JK PNEUS LTDA (7955)	TOPTec	0	25,4700	3		
19	Câmera 900 x 20. (11295)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW V3	0	58,9000	1		
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	59,0000	2		
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	79,5100	3		
20	Protetor 900 x 20. (11296)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	CARRETEIRO	0	21,4000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 5/12

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 09/03/2015 Válido até: 09/03/2016							
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	Câmera 1300 x 24. (11297)		COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	22.0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	TOPTec	0	25.4700	3
		UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	118.0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW KM24	0	118.9000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	152.9800	3
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	35.0000	1
		UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	CARRETEIRO	0	45.0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	RAL FLEX	0	55.0000	3
		UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW KM24	0	117.5000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	118.0000	2
22	Protetor 1300 x 24. (11298)		JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	152.9800	3
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	35.0000	1
		UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	CARRETEIRO	0	45.0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	RAL FLEX	0	55.0000	3
		UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW KM24	0	117.5000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	118.0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	152.9800	3
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	35.0000	1
		UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	CARRETEIRO	0	45.0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	RAL FLEX	0	55.0000	3
23	Câmera 1400 x 24. (11299)		COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	22.0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	TOPTec	0	25.4700	3
		UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	118.0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW KM24	0	118.9000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	152.9800	3
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	35.0000	1
		UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	CARRETEIRO	0	45.0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	RAL FLEX	0	55.0000	3
		UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW KM24	0	117.5000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	118.0000	2
24	Protetor 1400 x 24. (11301)		JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	152.9800	3
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	35.0000	1
		UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	CARRETEIRO	0	45.0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	RAL FLEX	0	55.0000	3
		UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW KM24	0	117.5000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	118.0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	152.9800	3
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	35.0000	1
		UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	CARRETEIRO	0	45.0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	RAL FLEX	0	55.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 6/12

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 09/03/2015 Válido até: 09/03/2016									
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
25	Câmera 19.5 X 24. (11302)		MODELO PNEUS LTDA. (8069)	RAL FLEX	0	55.0000	3		
		UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW TR218	0	150.0000	1		
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FLEXEM	0	175.0000	2		
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	210.8700	3		
26	Câmera 12.5/80 - R18. (11303)		RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW TR218	0	65.0000	1		
		UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FLEXEM	0	70.0000	2		
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	76.1500	3		
		UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FOREVER	0	152.0000	1		
27	Câmera 17.5x25. (11304)		RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW TR220	0	153.0000	2		
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	208.5300	3		
		UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FOREVER	0	75.0000	1		
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	CARRETEIRO	0	80.0000	2		
29	PROTETOR 17.5X25 (3103)		MODELO PNEUS LTDA. (8069)	IRBO	0	135.0000	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 7/12

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 09/03/2015 Válido até: 09/03/2016									
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
30	Pneu 275/80 R 22.5 Iiso (15580)	UND	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	D821 DRC 16f	0	1.020.0000	1		
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	GOODRIDE C	0	1.050.0000	2		
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	TRIANGLE/TR	0	1.050.0000	3		
31	Pneu 275/80 R 22.5 borrachudo (15581)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	TRIANGLE TR	0	1.095.0000	1		
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	TRIANGLE/TR	0	1.100.0000	2		
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	FD663 16L FIR	0	1.240.0000	3		
32	CÂMARA 14.9 x 28 (15583)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW TR218	0	140.0000	1		
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	171.8300	2		
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	MAGNUM	0	175.0000	3		
33	Câmara 12.4x24 (11263)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	MAGGION	0	96.0000	1		
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW TR218	0	96.5000	2		
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	108.6300	3		
34	Câmara 18.4x30 (6670)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW TR218	0	170.0000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 8/12

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 09/03/2015		Válido até: 09/03/2016		Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
35	Pneu 175/70 R 13. (11248)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	MAGGION	0	185,0000	2	
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	TR218 QBOM	0	287,0000	3	
		UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	ROSAVA BC4;	0	137,9000	1	
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	SAILUN ATRE	0	138,0000	2	
		UND	MODELO PNEUS LTDA. (8069)	SEIB 500 82S	0	139,0000	3	
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	82T EVERTRE	0	143,0000	4	
		UND	JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE	0	159,2400	5	
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	PREMIORI SC	0	198,0000	1	
		UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	LINGLONG R€	0	198,5000	2	
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	KH17 KUMHO	0	260,0000	3	
36	Pneu 195/65 R15 Iso (15584)	UND	JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE	0	279,8500	4	
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	LINGLONG R€	0	329,0000	1	
		UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	FALKEN R51	0	360,0000	2	
37	Pneu 225/70 R 15C Iso (15585)	UND						

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 9/12

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 09/03/2015 Válido até: 09/03/2016									
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
38	Pneu 215/75 R 15.5 liso (15586)	UND	JK PNEUS LTDA (7955)	BRIDGESTON	0	405.6400	3		
				ASR35 AEOLL	0	485.0000	1		
				LINGLONG LL	0	490.0000	2		
				TRIANGLE/TR	0	500.0000	3		
				FIRESTONE	0	689.9100	4		
				SAILUN/ATRE	0	175.0000	1		
				ROSAVA BC4	0	185.0000	2		
				FIRESTONE	0	217.6800	3		
				UNIGLORY EV	0	190.0000	1		
				AH01 AEOLUS	0	192.0000	2		
39	Pneu 185/70 R 14 (11247)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	0	197.5000	3		
				SAILUN/ATRE	0	210.0000	4		
				FIRESTONE	0	253.2800	5		
				UNIGLORY EV	0	190.0000	1		
				AH01 AEOLUS	0	192.0000	2		
				TRIANGLE TR	0	197.5000	3		
				SAILUN/ATRE	0	210.0000	4		
				FIRESTONE	0	253.2800	5		
				UNIGLORY EV	0	190.0000	1		
				AH01 AEOLUS	0	192.0000	2		
40	Pneu 195/60R 15. (11275)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	0	197.5000	3		
				SAILUN/ATRE	0	210.0000	4		
				FIRESTONE	0	253.2800	5		
				UNIGLORY EV	0	190.0000	1		
				AH01 AEOLUS	0	192.0000	2		
				TRIANGLE TR	0	197.5000	3		
				SAILUN/ATRE	0	210.0000	4		
				FIRESTONE	0	253.2800	5		
				UNIGLORY EV	0	190.0000	1		
				AH01 AEOLUS	0	192.0000	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 10/12

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 09/03/2015 Válido até: 09/03/2016									
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
41	Pneu 205/60 R16 (15587)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	SAILUN/ATRE	0	230.0000	1		
42	Pneu 185 R14 102/1005 (15588)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	SUNNY SN22	0	218.0000	1		
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Linglong LMC2	0	220.0000	2		
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	TRIANGLE/TR	0	220.0000	3		
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE	0	264.1400	4		
43	Pneu 90/90/X18. (15683)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	ROTTYRE RT1	0	98.0000	1		
44	Pneu 275 X 18. (15684)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	ROTTYRE RT1	0	85.0000	1		
45	Pneu 185/60 R 14. (15685)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	NANKANG RX	0	170.0000	1		
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	SAILUN/ATRE	0	175.0000	2		
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	AH01 AEOLUS	0	193.0000	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 11/12

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 09/03/2015		Válido até: 09/03/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretárias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE	0	216,3500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 09/03/2015		Válido até: 09/03/2016	
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015
PROCESSO Nº 5/2015

- (7955) - JK PNEUS LTDA
- (8069) - MODELO PNEUS LTDA.
- (8439) - COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA
- (8446) - TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA
- (8789) - RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA
- (9367) - CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA
- (9368) - GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA

Braço do Trombudo, 9 de Março de 2015.

Brusque

PREFEITURA

EDITAL Nº011/2015 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Processo Seletivo Simplificado- Edital nº011/2015

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nºs 2.174/97, 2.270/98, 3248/09 e Decreto nº 4.859/02, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de EDUCADOR SOCIAL, em caráter temporário a fim de atender necessidade de excepcional interesse público, para atuação no Município de Brusque, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que se regerá pelas normas dispostas neste edital.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1- O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.
- 1.2- Os cargos, as vagas, carga horária, habilitação e remuneração estão especificados no quadro constante do item 6 deste edital.
- 1.3- O Processo Seletivo terá por critério de seleção a apresentação de títulos, tempo de serviço e cursos de formação na área de educação.
- 1.5- O prazo de validade do presente Processo Seletivo será de um ano.
- 1.6- O presente processo seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista o número de cargos preenchidos e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos.

2- DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO

- 2.1 - Ter o Ensino Médio Completo;
- 2.2 - Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;
- 2.3 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, na data da contratação;
- 2.4 - Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- 2.5 - Estar em dia com as obrigações militares (para sexo masculino);
- 2.6 - Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;
- 2.7 - Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art. 37, XVI, $\square c \square$, da Constituição Federal.

3- DA INSCRIÇÃO

- 3.1 O candidato deverá ler atentamente o Edital do Processo Seletivo;
- 3.2 As inscrições serão feitas exclusivamente pelo site da Secretaria de Educação (www.educacao.brusque.gov.br), no período de 00h00min horas do dia 18 de março de 2015 às 23h59min do dia 23 de março de 2015.
- 3.3 O candidato no ato da inscrição deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas;
- 3.4 No momento seguinte, deverá ser entregue a ficha de inscrição junto com a documentação do item 5.1, sob protocolo, junto ao setor de Recursos Humanos, localizado na Prefeitura Municipal de Brusque,

3.5 - Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

4. - DA LISTA DE INSCRIÇÃO

- 4.1.- A lista dos candidatos inscritos será divulgada em 25 de março de 2015, em ordem alfabética sem classificação, no site da Secretaria de Educação (www.educacao.brusque.sc.gov.br), bem como no Site da Prefeitura (www.brusque.sc.gov.br) e afixada no mural da Prefeitura.
- 4.2. - O candidato poderá interpor recurso do resultado da lista de inscrição, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) que deseja contestar sob pena de não ser admitido seu recurso, que deverá ser apresentado no setor de recursos humanos, no dia 26 de março de 2015.

5- DO PERÍODO, HORÁRIO, LOCAL DE ENTREGA E DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO

- 5.1 - A documentação deverá ser entregue sob protocolo na ordem do item 5.2., nos dias 18 de março de 2015 a 25 de março de 2015, das 08 as 11:30 horas, e das 13 as 17:00 horas; junto ao setor de Recursos Humanos, localizado na Prefeitura Municipal de Brusque,
- 5.2. - O candidato inscrito deverá apresentar, um cópia dos seguintes documentos, na seguinte ordem:
 - a) 1 (uma) foto 3x4 recente e com data.
 - b) CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social (folhas da identificação);
 - c) PIS;
 - d) CPF;
 - e) Carteira de Identidade;
 - f) Título de Eleitor;
 - g) Comprovante de residência;
 - h) Quitação das obrigações militares, para os homens;
 - i) Certidão de casamento ou nascimento conforme o caso;
 - j) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
 - k) Certidão de Quitação Eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral (www.tre-sc.gov.br);
 - l) Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinares, no exercício do cargo ou função pública (Anexo I deste Edital);
 - m) Declaração de não exercer cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas federal, estadual ou municipal (Anexo II deste Edital);
 - n) Declaração de bens (Anexo III);
 - o) Certidão/atestado de tempo de serviço expresso em anos e meses considerado até a data de publicação do edital (ou até 28/02/2014);
 - p) Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso do Ensino Médio;
 - q) Títulos e Certificados de Conclusão de Cursos de Formação na área de educação que o candidato porventura obtiver.

6- DOS CARGOS, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E REMUNERAÇÃO

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	REMUNERAÇÃO
Educador social	10 + C.R*	40 horas semanais	Ensino Médio Completo	R\$ 1578,38

*Cadastro de Reserva

7- DAS CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO

7.1.1 - Atribuições:

- Executar programas, projetos e serviços de políticas públicas desenvolvidas pela administração pública direta, indireta, entidades e organizações populares do município, em conformidade com a

Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social - PNAS e Sistema Único de Assistência Social - SUAS, SUS, Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei das Diretrizes e Bases da Educação, visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população.

- Propiciar a integração e reintegração dos usuários e suas famílias colaborando na solução de seus problemas, utilizando, sob supervisão, os métodos e processos básicos de educação alimentar, higiene, relacionamento social, laborterapia, educação e/ou formação para o trabalho, qualificação profissional, entre outros.
- Monitorar e acompanhar atividades de recreação, refeições, repousos, limpeza e conservação de ambiente.
- Zelar pelo cumprimento dos direitos e deveres dos usuários e suas famílias.
- Assistir os usuários das políticas públicas sociais de proteção básica e especial, programando e desenvolvendo atividades de caráter profissional, educativo e recreativo, atendendo às suas necessidades básicas, a fim de permitir sua emancipação e integração na sociedade.
- Encaminhar e/ou acompanhar os usuários nas consultas e/ou atendimentos de saúde, educação, assistência social, jurídico e outros, quando necessário.
- Acolher usuários, bem como seus familiares, verificando a documentação existente.
- Zelar pela integridade física e moral dos usuários, acionando órgãos e entidades necessários para garantir a segurança e a proteção dos mesmos.
- Propiciar aos usuários, um ambiente limpo, seguro e organizado, recebendo-os quando em seu abrigo, auxiliando-os quanto ao funcionamento, horário, contribuindo com a realização das tarefas rotineiras, alimentação, entre outros.
- Verificar, no ato do abrigo dos usuários, a existência de hematomas, escoriações, bem como a sua integridade física, sempre comunicando à coordenação, caso haja a existência dos mesmos.
- Orientar o usuário quanto à administração de medicamentos, conforme receita médica.
- Atuar, principalmente nos abrigos municipais, atendendo o público, seja ele criança, adolescente, pessoas em situação de rua, mulher vítima de violência entre outros.
- Acompanhar e monitorar os horários, bem como a programação exibida em TV, rádio, DVD, entre outros.
- Manter o registro dos usuários atendidos, atualizando-os e organizando-os, a fim de possibilitar atendimento do histórico do cotidiano, bem como do desenvolvimento biopsicossocial dos mesmos.
- Registrar as atividades realizadas, quando necessário.

8 - DA CLASSIFICAÇÃO

8.1 - A classificação dar-se-á, seguindo os critérios abaixo especificados:

a) Habilitação:

Títulos	Pontuação
Comprovante de Conclusão de Ensino Médio	1,0
Comprovante de Ensino Superior até a 4ª fase	2,0
Comprovante de Ensino Superior a partir da 5ª fase	3,0
Certificado ou Diploma de Conclusão de Ensino Superior	4,0

b) Horas de curso de (formação) aperfeiçoamento:

	PONTOS
Para cada 16h de cursos realizados até 28/02/2015 na área de educação, com limite de 176 horas.	1,0

c) Tempo de serviço:

	PONTOS
Por mês de serviço trabalhado em ambiente escolar, público e/ou privado considerado até 28/02/2015.	1,0

8.2- Para o cálculo da pontuação será utilizada a seguinte fórmula:

$$PF = PMH + PCA + PTS$$

Na qual:

PF= Pontuação Final;

PMH = Pontuação de Maior Habilitação;

PCA = Pontuação dos cursos de aperfeiçoamento;

PTS = Pontuação do Tempo de Serviço;

8.3- Estará classificado o candidato que obter, no mínimo, 02 (dois) pontos.

8.4- O preenchimento das vagas será efetuado pela ordem decrescente de classificação

09 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

09.1 Ocorrendo empate na pontuação aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

09.2- Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicado o critério de item 09.1, terá preferência, sucessivamente, o candidato:

a) Candidato que comprovar maior tempo de serviço público;

b) Candidato mais idoso;

c) Candidato casado ou sob regime de união estável.

09.2.1- A comprovação do estado civil especificado na letra ☐ c ☐ do item 10.1 dar-se-á pela apresentação da Certidão de Casamento no Registro Civil ou da Declaração de União Estável, devidamente registrada por Tabelionato.

11 - DO RESULTADO

11.1 - As listagens dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão publicadas no SITE da Prefeitura de Brusque (www.brusque.sc.gov.br) e da Secretaria Municipal de Educação - (www.educacao.brusque.sc.gov.br) e afixadas no mural da Secretaria Municipal de Educação no dia 26 de março de 2015.

12 - DO RECURSO

12.1- O candidato poderá interpor recurso contra o resultado da classificação do Processo Seletivo. O recurso deverá ser entregue no setor de recursos humanos, no dia 27 de março de 2015.

12.2- O recurso, cujo modelo encontra-se disponibilizado no Anexo V do presente Edital, para ser aceito deverá vir devidamente fundamentado e assinado pelo candidato, apontando com clareza o(s) ponto(s) da sua irrisignação, sob pena de ser preliminarmente indeferido

12.3- Não será aceito recurso via postal, via fax ou via correio eletrônico, tampouco será aceito recurso fora do prazo, termos e horários especificados nos itens 9.1; todavia, poderá o candidato apresentá-lo por intermédio de procurador, munido de procuração com poderes específicos para tal ato, sem a qual não será admitida a interposição de recurso.

12.4 - A divulgação dos resultados finais será realizada dia 30 de março de 2015.

13- DO EXAME MÉDICO ADMISSIONAL

13.1 Os candidatos classificados que irão ser contratados por esta municipalidade, serão contatados via telefone, para agendamento da data e local para a realização do exame médico admissional.

14- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1- Não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Educação.

14.2- O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominações legais;

14.3- O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital, e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente processo seletivo.

14.4- O presente edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da Administração, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aos candidatos.

14.5- O candidato aprovado no Processo Seletivo e convocado para trabalhar, receberá seu salário pela Caixa Econômica Federal, agência Brusque, cuja data da assinatura do contrato de abertura de conta será informada pela sua respectiva secretaria.

14.6- O candidato convocado para trabalhar e que estiver com restrição no CPF, deverá regularizá-lo junto à Receita Federal, o mais breve possível, sob pena de não ter seu salário depositado na conta em razão da irregularidade.

14.7- A aprovação e classificação final no Processo Seletivo geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do Processo Seletivo, a Prefeitura Municipal de Brusque reserva-se no direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e respeitados os limites de gastos com pessoal, até o número de vagas existentes, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

14.8- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Brusque, 18 de março de 2015.

Diego Fagundes

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

ANEXO I**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade número _____, e inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins que, no exercício do cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, ____/____/____.

Assinatura do Candidato.

ANEXO II**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, portador (a) da carteira de identidade número _____, inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins de de provimento de cargo público que não exerço cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma, minha contratação para o cargo de _____ deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, ____/____/____.

Assinatura do Candidato.

ANEXO III**DECLARAÇÃO DE BENS**

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

Casa, apartamento ou terreno

Endereço	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual
----------	-------------------	--------------------	----------------------

Veículo

Tipo	Ano	Data da aquisição	Valor de venda atual
Valor de aquisição			

Outros

Fontes de renda

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Local e data: _____

Assinatura

ANEXO IV**PROTOCOLO DE ENTREGA DOCUMENTOS**

Nome do candidato: _____

Recebido em ____/____/____ por: _____

() Ficha de inscrição on-line;

() 1 (uma) foto 3x4 recente e com data.

() CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social (folhas da identificação);

() PIS;

- () CPF;
 () Carteira de Identidade;
 () Título de Eleitor;
 () Comprovante de residência;
 () Quitação das obrigações militares, para os homens;
 () Certidão de casamento ou nascimento conforme o caso;
 () Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
 () Certidão de Quitação Eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral (www.tre-sc.gov.br);
 () Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinares, no exercício do cargo ou função pública (Anexo I deste Edital);
 () Declaração de não exercer cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas federal, estadual ou municipal (Anexo II deste Edital);
 () Certidão/atestado de tempo de serviço expresso em anos e meses considerado até a data de publicação do edital (ou até 31/10/2013);
 () Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso do Ensino Fundamental;
 () Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso do Ensino Médio;
 () Títulos e Certificados de Conclusão de Cursos de Formação na área de educação que o candidato porventura obtiver.

ANEXO V

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO RECURSO

RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA AO PROCESSO SELETIVO Nº, publicado pelo edital nº, realizado pela Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Brusque.

Eu,, portador do documento de identidade nº, requerimento da inscrição nº, para concorrer a uma vaga no Processo Seletivo Edital nº, a ser prestado para a Secretaria Municipal de Educação, para o cargo de, apresento recurso junto à Secretaria Municipal de Educação, contra decisão da Banca do referido Processo Seletivo.

I. Do objeto de recurso:

.....

 (explicitar a decisão que está contestando).

II. Dos argumentos do recurso:

.....

III. Dos anexos de suporte para recurso (opcional):

.....

Brusque, de de 2015

..... Assinatura do candidato

RECEBIDO em / /

.....

EDITAL Nº010/2015- PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Processo Seletivo Simplificado- Edital nº010/2015

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nºs 2.174/97, 2.270/98, 3248/09 e Decreto nº 4.859/02, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de ENGENHEIRO CIVIL, em caráter temporário a fim de atender necessidade de excepcional interesse público, para atuação na Secretaria Municipal de Educação, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que se regerá pelas normas dispostas neste edital.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1- O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.

1.2- Os cargos, as vagas, carga horária, habilitação e remuneração estão especificados no quadro constante do item 6 deste edital.

1.3- O Processo Seletivo terá por critério de seleção a apresentação de títulos, tempo de serviço e cursos de formação na área de engenharia.

1.5- O prazo de validade do presente Processo Seletivo será de um ano.

1.6- O presente processo seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista o número de cargos preenchidos e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos.

2- DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO

2.1 - Ter o Formação Superior Completa em Engenharia Civil, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.;

2.2 - Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;

2.3 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, na data da contratação;

2.4 - Estar em dia com as obrigações eleitorais;

2.5 - Estar em dia com as obrigações militares (para sexo masculino);

2.6 - Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;

2.7 - Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art. 37, XVI, ☐ c₁, da Constituição Federal.

3- DA INSCRIÇÃO

3.1 O candidato deverá ler atentamente o Edital do Processo Seletivo;

3.2 As inscrições serão realizadas junto ao setor de Recursos Humanos, localizado na Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de março de 2015 até 25 de março de 2015, das 08 as 11:30 horas, e das 13 as 16:30 horas;

3.3 O candidato no ato da inscrição deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas;

3.4 - Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

4. - DA LISTA DE INSCRIÇÃO

4.1.- A lista dos candidatos inscritos será divulgada em 26 de março de 2015, em ordem alfabética sem classificação, no Site da Prefeitura (www.brusque.sc.gov.br) e afixada no mural da Prefeitura.

4.2. - O candidato poderá interpor recurso do resultado da lista

de inscrição, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) que deseja contestar sob pena de não ser admitido seu recurso, que deverá ser apresentado na Secretaria de Educação, Setor de Gestão de Pessoal, no dia 27 de março de 2015.

5. - DO PERÍODO, HORÁRIO, LOCAL DE ENTREGA E DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO

5.1. - A documentação deverá ser entregue sob protocolo ao setor de Recursos Humanos, localizado na Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de março de 2015 até 25 de março de 2015, das 08 as 11:30 horas, e das 13 as 16:30 horas;

5.2. - O candidato inscrito deverá apresentar, um cópia dos seguintes documentos, na seguinte ordem:

- a) 1 (uma) foto 3x4 recente e com data.
- b) CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social (folhas da identificação);
- c) PIS;
- d) CPF;
- e) Carteira de Identidade;
- f) Título de Eleitor;
- g) Comprovante de residência;
- h) Quitação das obrigações militares, para os homens;
- i) Certidão de casamento ou nascimento conforme o caso;
- j) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- k) Certidão de Quitação Eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral (www.tre-sc.gov.br);
- l) Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinares, no exercício do cargo ou função pública (Anexo I deste Edital);
- m) Declaração de não exercer cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas federal, estadual ou municipal (Anexo II deste Edital);
- n) Declaração de bens (Anexo III);
- o) Certidão/atestado de tempo de serviço expresso em anos e meses considerado até a data de publicação do edital (ou até 31/04/2014);
- p) Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso do Ensino Médio;
- q) Diploma e histórico de conclusão do ensino Superior em Engenharia Civil, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

6- DOS CARGOS, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E REMUNERAÇÃO

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	REMUNERAÇÃO
Engenheiro civil	C.R*	40 horas semanais	Ensino superior em Engenharia Civil	R\$ 3.156,76

*Cadastro de Reserva

7- DAS CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO

7.1.1 - Atribuições:

- Realizar estudos de viabilidade técnica de projetos, investigando e definindo metodologias de execução, cronograma, desenvolvendo estudos ambientais, dimensionamento da obra, bem como especificando equipamentos, materiais e serviços a serem utilizados, de modo a assegurar a qualidade da obra dentro da legislação vigente.

- Analisar projetos de construções, loteamentos, desmembramentos, pedidos de construção, reformas, paisagísticos, urbanísticos, sistemas de abastecimento de água, tratamento de esgotos, entre outros, com o intuito de aprovar os mesmos, esclarecendo e orientando sobre possíveis dúvidas com relação às obras públicas

e particulares.

- Fiscalizar dados técnicos e operacionais em obras, analisando materiais aplicados, medições, entre outros, bem como programando inspeções preventivas e corretivas, com o intuito de conferir a compatibilidade da obra com o projeto e/ou memorial descritivo.

- Elaborar planos, programas e/ou projetos, identificando necessidades, coletando informações, analisando dados, elaborando e definindo metodologias, diagnósticos, técnicas, materiais, orçamentos, entre outros, de modo a buscar a aprovação junto aos superiores e órgãos competentes.

- Elaborar planilha de orçamento com especificação de serviços e/ou materiais utilizados, bem como suas respectivas quantidades, realizando levantamento de preços, a fim de subsidiar com informações pertinentes a área de compras em licitações e/ou concorrências públicas, observando as normas técnicas.

- Desenvolver projetos de pesquisa, realizando ou solicitando ensaios de produtos, métodos, equipamentos e procedimentos, a fim de implementar tecnologias.

- Realizar estudos e análises de dados censitários e estudos demográficos, gerando informações a serem utilizadas no desenvolvimento de projetos.

- Desenvolver cálculos e projetos hidráulicos, hidro-sanitários e de saneamento ambiental, utilizando ferramentas de apoio como sistemas CAD, SIG, Modelagem Matemática de Redes, entre outros.

- Realizar laudos, informes e/ou pareceres técnicos e outros, efetuando levantamento em campo, inspecionando e coletando dados e fotos, conforme solicitação, de modo a avaliar riscos e sugerir medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área.

- Acompanhar a execução de projetos, orientando as operações à medida que avançam as obras, visando assegurar o cumprimento dos prazos e padrões de qualidade e segurança preestabelecidos. Realizar medições, valendo-se de dados obtidos em campo e através de sistemas informatizados, para emitir parecer quanto a execução das obras realizadas.

- Vistoriar e/ou inspecionar documentos de projetos, no que tange a legalidade, verificando o cumprimento das normas de licenciamento de atividades e construção e/ou das exigências processuais.

- Analisar processos de licenciamento de estabelecimentos e atividades, de acordo com as posturas municipais e legislação de uso do solo, integrando, sempre que possível, as normas ambientais, tributárias e sanitárias.

- Elaborar mapas temáticos relacionados ao planejamento e gestão urbanos, incluindo mapas de zoneamento urbanístico, uso do solo, evolução do parcelamento, equipamentos urbanos, redes de infra-estrutura, sistema viário, patrimônio público, áreas de risco e de interesse ambiental, social, econômico e turístico, de modo a atender a demanda solicitada, fazendo cumprir a legislação vigente.

- Organizar e manter a base de dados atualizada, inserindo informações acerca de cadastros técnicos, imóveis, loteamentos, logradouros, estabelecimentos licenciados, obras públicas, equipamentos urbanos, entre outros.

- Realizar levantamento e execução de projetos de organização e

controle de circulação de ruas, rodovias e outras vias de trânsito, sinalizando-as adequadamente, a fim de permitir perfeito fluxo de veículos e assegurar o máximo de segurança para motorista e pedestres.

- Estudar os fenômenos causadores de engarrafamento de trânsito, observando a direção e o volume do mesmo nas diversas áreas da cidade e nas principais zonas de estrangulamento, de modo a propor medidas de controle da situação.

- Participar de processos judiciais, representando o município através de informações e documentos levantados previamente.

- Zelar pelos equipamentos e materiais postos sob sua guarda.

- Realizar outras atribuições de acordo com sua formação profissional.

8 - DA CLASSIFICAÇÃO

8.1 - A classificação dar-se-á, seguindo os critérios abaixo especificados:

a) Habilitação:

Títulos	Pontuação
Certificado ou Diploma de Conclusão de Ensino Superior	1,0
Certificado ou Diploma de Conclusão de pós graduação	2,0
Certificado ou Diploma de Conclusão de mestrado	3,0
Certificado ou Diploma de Conclusão de doutorado	4,0

b) Horas de curso de (formação) aperfeiçoamento:

	PONTOS
Para cada 16h de cursos realizados nos anos de 2012 até 28/02/2015 na área de engenharia, com limite de 176 horas.	1,0

c) Tempo de serviço:

	PONTOS
Por mês de serviço trabalhado na área em setor público e/ou privado considerado até 28/02/2015.	0,1

8.2- Para o cálculo da pontuação será utilizada a seguinte fórmula:

$$PF = PMH + PCA + PTS$$

Na qual:

PF= Pontuação Final;

PMH = Pontuação de Maior Habilitação;

PCA = Pontuação dos cursos de aperfeiçoamento;

PTS = Pontuação do Tempo de Serviço;

8.3- Estará classificado o candidato que obter, no mínimo, 01 (um) ponto.

8.4- O preenchimento das vagas será efetuado pela ordem decrescente de classificação

09 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

09.1- Em caso de empate, terá preferência, sucessivamente, o candidato:

a) Candidato que comprovar maior tempo de serviço público;

b) Candidato mais idoso;

c) Candidato casado ou sob regime de união estável.

09.2- A comprovação do estado civil especificado na letra "c" do item 10.1 dar-se-á pela apresentação da Certidão de Casamento no Registro Civil ou da Declaração de União Estável, devidamente

registrada por Tabelionato.

11 - DO RESULTADO

11.1 - As listagens dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão publicadas no SITE da Prefeitura de Brusque (www.brusque.sc.gov.br) e afixadas no mural no dia 27 de março de 2015.

12 - DO RECURSO

12.1- O candidato poderá interpor recurso contra o resultado da classificação do Processo Seletivo. O recurso deverá ser entregue no setor de recursos humanos, no dia 30 de março de 2015.

12.2- O recurso, cujo modelo encontra-se disponibilizado no Anexo V do presente Edital, para ser aceito deverá vir devidamente fundamentado e assinado pelo candidato, apontando com clareza o(s) ponto(s) da sua irresignação, sob pena de ser preliminarmente indeferido

12.3- Não será aceito recurso via postal, via fax ou via correio eletrônico, tampouco será aceito recurso fora do prazo, termos e horários especificados nos itens 9.1; todavia, poderá o candidato apresentá-lo por intermédio de procurador, munido de procuração com poderes específicos para tal ato, sem a qual não será admitida a interposição de recurso.

12.4 - A divulgação dos resultados finais será realizada dia 31 de março de 2015.

13- DO EXAME MÉDICO ADMISSIONAL

13.1 Os candidatos classificados que irão ser contratados por esta municipalidade, serão contatados via telefone, para agendamento da data e local para a realização do exame médico admissional.

14- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1- Não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Educação.

14.2- O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominações legais;

14.3- O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital, e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente processo seletivo.

14.4- O presente edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da Administração, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aos candidatos.

14.5- O candidato aprovado no Processo Seletivo e convocado para trabalhar, receberá seu salário pela Caixa Econômica Federal, agência Brusque, cuja data da assinatura do contrato de abertura de conta será informada pela sua respectiva secretaria.

14.6- O candidato convocado para trabalhar e que estiver com restrição no CPF, deverá regularizá-lo junto à Receita Federal, o mais breve possível, sob pena de não ter seu salário depositado na conta em razão da irregularidade.

14.7- A aprovação e classificação final no Processo Seletivo geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do Processo Seletivo, a Prefeitura Municipal de Brusque reserva-se no direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e respeitados os limites de gastos com pessoal, até o número de vagas existentes, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

14.8- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Brusque, 16 de março de 2015.
Diego Fagundes
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade número _____, e inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins que, no exercício do cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, ____/____/____.

Assinatura do Candidato.

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) da carteira de identidade número _____, inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins de de provimento de cargo público que não exerço cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma, minha contratação para o cargo de _____ deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, ____/____/____.

Assinatura do Candidato.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:

<input type="checkbox"/> Não possuo bens a declarar			
<input type="checkbox"/> Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:			
Casa, apartamento ou terreno			
Endereço	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual
Veículo			
Tipo	Ano		Valor de venda atual
Data da aquisição			
Valor de aquisição			
Outros			

Fontes de renda

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Local e data: _____

Assinatura

ANEXO IV

PROTOCOLO DE ENTREGA DOCUMENTOS

Nome do candidato: _____

Recebido em ____/____/____ por: _____

- ☐ Ficha de inscrição on-line;
- ☐ 1 (uma) foto 3x4 recente e com data.
- ☐ CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social (folhas da identificação);
- ☐ PIS;
- ☐ CPF;
- ☐ Carteira de Identidade;
- ☐ Título de Eleitor;
- ☐ Comprovante de residência;
- ☐ Quitação das obrigações militares, para os homens;
- ☐ Certidão de casamento ou nascimento conforme o caso;
- ☐ Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- ☐ Certidão de Quitação Eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral (www.tre-sc.gov.br);
- ☐ Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinares, no exercício do cargo ou função pública (Anexo I deste Edital);
- ☐ Declaração de não exercer cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas federal, estadual ou municipal (Anexo II deste Edital);
- ☐ Certidão/atestado de tempo de serviço expresso em anos e meses considerado até a data de publicação do edital (ou até 31/10/2013);
- ☐ Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso do Ensino Fundamental;
- ☐ Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso do Ensino Médio;
- ☐ Títulos e Certificados de Conclusão de Cursos de Formação na área de educação que o candidato porventura obtiver.

ANEXO V

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO RECURSO

RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA AO PROCESSO SELETIVO Nº _____, publicado pelo edital nº _____, realizado pela Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Brusque.

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____, requerimento da inscrição nº _____, para concorrer a uma vaga no Processo Seletivo Edital nº _____, a ser prestado para a Secretaria Municipal de Educação, para o cargo de _____, apresento recurso junto à Secretaria Municipal de Educação, contra decisão da Banca do referido Processo Seletivo.

I. Do objeto de recurso:

.....
.....
.....
..... (explicitar a decisão que está contestando).

II. Dos argumentos do recurso:

.....
.....
.....

III. Dos anexos de suporte para recurso (opcional):

.....

 Brusque, de de 2015
 Assinatura do candidato
 RECEBIDO em / /

Anexo VI

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº _____

CARGO _____

Nome Completo do Candidato _____

Data de nascimento _____

Endereço: _____ nº _____

Bairro _____ Cidade _____ Fone _____

Estado Civil: _____

Grau de Escolaridade _____

Registro no Órgão de Classe nº _____

(RG) _____ CPF _____

Ass. do candidato Ass. Fiscal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE 002/2015 SAMAE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE 002/2015
 EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 007/2013

O PREFEITO MUNICIPAL e o DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a homologação do resultado do Concurso Público para Provimento de Cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque, CONVOCA os candidatos habilitados relacionados no Anexo I deste Edital com vistas à nomeação para os cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos do SAMAE de Brusque, na Rua Doutor Penido, 297, Centro, cidade de Brusque, a partir do dia 23 de março de 2015, no horário das 08:00 h às 12:00 h e das 13:30 h às 17:00 h para a entrega dos documentos relacionados no Anexo II deste Edital e para a assinatura do Termo de Interesse na Vaga.

1.1 Os candidatos serão atendidos conforme data e horário combinado.

1.2 A falta de qualquer documento constante no anexo II acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital, implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

1.4 É de única e exclusiva responsabilidade do candidato a abertura de conta corrente para recebimento de seus vencimentos pela

Caixa Econômica Federal. O candidato, antes de proceder a entrega dos documentos relacionados no anexo II do presente Edital, na hora e data designados no item 1, deverá comparecer a um Correspondente Bancário da Caixa, a fim de realizar a abertura de conta.

DA AVALIAÇÃO MÉDICA

2. A avaliação da junta médica oficial dar-se-á, em momento anterior à posse, da seguinte forma:

2.1 Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, o candidato deverá comparecer no local, data e horário a ser informado quando da entrega dos documentos, para apresentação dos exames constantes no Anexo III deste edital e submissão à referida avaliação;

2.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.

DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

3. A publicação dos atos de nomeação, será termo inicial para a posse do candidato, no prazo de 30 (trinta dias), na forma do artigo 16 § 1º da Lei Complementar de Brusque - SC número 147 de 25/09/09;

DA POSSE

4. Cumpridas as exigências constantes neste Edital, será dada posse ao candidato, observado o prazo disposto no item "3" deste edital, nos termos do artigo 16 e seguintes da Lei Complementar de Brusque - SC número 147 de 25/09/09;

5. Empossado, o candidato terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar-se no seu local de trabalho ou no Setor de Recursos Humanos do SAMAE de Brusque, na forma do art. 19 da Lei Complementar de Brusque - SC número 147 de 25/09/09;

DA APRESENTAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

6. Cumpridas todas as exigências do presente edital, os convocados deverão se apresentar para início das atividades, no dia 6 de abril de 2015, às 08:00 horas, no Setor de Recursos Humanos do SAMAE de Brusque, situada na Rua Doutor Penido, 297, Centro, cidade de Brusque.

Brusque - SC, 18 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL
 Prefeito Municipal de Brusque

ROGÉRIO RISTOW
 Diretor Presidente
 SAMAE DE BRUSQUE

ANEXO I

Cargo: Agente Hidráulico

NOME	CLASSIFICAÇÃO
JAMES ANDREY LUZ	11
MARCIO VARRIENTO DOS SANTOS	12
ROBSON DO PRADO	13

Cargo: Servente Serviços Gerais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
IVAN DA SILVA LOTIN	4

ANEXO II - EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 002/2015
 EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO NÚMERO 007/2013
 RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

- 1) 01 (uma) Foto 3x4;
- 2) Cópia da Carteira de Trabalho - CTPS (frente e verso);
- 3) Cópia do Pis/Pasep;

4) Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:

- 4.1 CPF (duas cópias);
 4.2 Cédula de Identidade (RG) ou de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada (duas cópias);
 4.3 Título de Eleitor;
 4.4 Comprovante de quitação eleitoral;
 4.5 Certidão de casamento ou nascimento se for solteiro;
 4.6 Certidão de nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos;
 4.7 Carteira de vacinação dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
 4.8 Certificado de reservista para os homens;
 4.9 Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
 4.10 Comprovante de Residência atual (duas cópias);

4.11 Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional.

5) Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração de imposto de renda;

6) Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública (modelo em anexo);

7) Termo de Interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);

8) Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico;

9) Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidades no exercício na Administração Pública (modelo em anexo);

10) Documentação para abertura de conta no Banco (REALIZADA PELO PRÓPRIO SERVIDOR):

- 2 cópias do CPF;
- 2 cópias do RG;
- 2 cópias do comprovante de residência

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:				
<input type="checkbox"/> Não possuo bens a declarar				
<input type="checkbox"/> Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:				
Casa, apartamento ou terreno				
Endereço	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual	
Veículo				
Tipo	Ano	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual
Outros				

Fontes de renda

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Local e data: _____

Assinatura

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Eu, _____, brasileiro (a), _____ (estado civil), inscrito (a) no RG nº _____, e CPF nº _____, declaro para os fins, para tomar posse no cargo de _____

_____, que não sou titular, não exerço e/ou não estou em licença, remunerada ou não, de qualquer cargo, emprego, ou função pública da administração pública direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de qualquer Município, Estado, do Distrito Federal ou da União, que seja incompatível com o Cargo em que tomarei posse, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.

DECLARO, que não percebo proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja incompatível com o Cargo em que tomarei posse.

DECLARO, outrossim, estar ciente de que devo comunicar ao Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos.

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Brusque/SC, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do candidato

TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____, inscrito no CPF sob o número ... _____ frente à aprovação no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Brusque, conforme edital 007/2013 do SAMAE de Brusque confirmo o interesse de tomar posse no Cargo de ... _____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Brusque, de de 2015.

ASSINATURA DO CANDIDATO

D E C L A R A Ç Ã O

_____, portador (a) da carteira de identidade número _____, inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque/SC, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

ANEXO III - EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 002/2015
 EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 007/2013

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS:

1. EXAMES DE EXIGÊNCIA BÁSICA DE CARÁTER GERAL:
 - 1.1 EXAMES LABORATORIAIS:
 - 1.1.1 Hemograma

- 1.1.2 Glicose
- 1.1.3 Parasitológico de fezes
- 1.1.4 Parcial de urina
- 1.1.5 VDRL
- 1.1.6 Raio X de Torax (PA e Perfil)

1.2 EXAMES PARA MAIORES DE 40 ANOS DE IDADE:

- 1.2.1 Exames Laboratoriais descritos no item anterior
- 1.2.1 Colesterol
- 1.2.2 Triglicerídeos
- 1.2.3 Eletrocardiograma com laudo
- 1.2.4 Acuidade visual

2. EXAMES PARA OS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS:

- 2.1 Exames exigidos nos itens anteriores deste anexo
- 2.2 Laudo médico original, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), bem como à provável causa da deficiência.

3. EXAMES ESPECÍFICO DE ACORDO COM O CARGO OU FUNÇÃO (ALÉM DOS ITENS 1 E 2)

3.1 AUDIOMETRIA- Para o cargo ou função que esteja exposto a ruído contínuo e/ou intermitente (Telefonista, motorista, eletricista, mecânico, operador de máquinas).

3.2 RAIOS-X DE COLUNA LOMBO-SACRA (PA e Perfil): Para o cargo ou função que esteja exposta a esforço físico (Motorista, Agente de Obras, Operador de Máquinas, Servente de Serviços Gerais, Agente de Serviços Especiais, Mecânico, Engenheiro Civil e Engenheiro Eletricista).

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 007/2015 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 007/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 007/2015, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de pneus. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 07 de abril de 2015, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

PORTARIA Nº 01, DE 13 DE MARÇO DE 2015 FCB

PORTARIA Nº 01, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia os membros da comissão de Análise do Fundo Municipal de Apoio à Cultura, criado pela Lei Municipal nº 2842/05.

A SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais, conforme o § 1º do Art. 9º da Lei nº 2.842/05,

RESOLVE:

Art 1º Nomear os membros da Comissão de Análise do Fundo

Municipal de Apoio à Cultura, conforme abaixo:

- Dorinel Fortunato Reis - Agente Administrativo
- Antônio Carlos Tillmann - Controlador Geral do Município
- Álisson Sousa Castro - Historiador da Fundação Cultural

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de março de 2015.

Eudez Pavesi

Superintendente da Fundação Cultural de Brusque

PORTARIA Nº 043/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 043/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, juntamente com o Diretor Presidente do Serviço autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no art. 102, inc. X, da Lei Orgânica Municipal, nos moldes do art. 37, inc. IX, da Constituição Federal, da Lei n.º 2.174/97 com suas posteriores alterações e:

Considerando a necessidade de brevidade na contratação de pessoal para assegurar a continuidade dos serviços essenciais da Autarquia prestados à população, e nos termos do artigo 37, IX, da Constituição federal de 1988; artigo 102, X, da Lei Orgânica do Município de Brusque; artigo 5º, alínea "c", da Lei Municipal n. 1970/1994 e de acordo com as Leis Municipais n.º. 2.174/1997, 2.270/1998, 3.314/2010, 3.671/2013 e Decreto nº. 4.859/2002, sendo tais contratações por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista o número de cargos preenchidos e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos,

RESOLVE

Art. 1.º Admitir pelo período de 17/03/2015 a 16/03/2016, a contratação temporária oriunda do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 001/2015, conforme classificação:

Em 2º lugar, para o cargo de Agente de Leitura e Inspeção: LEANDRO SILVA DOS SANTOS.

Art. 2.º Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 17/03/2015, revogadas as disposições em contrário.

Brusque/SC, 17 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ROGÉRIO RISTOW
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA Nº 044/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 044/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, juntamente com o Diretor Presidente do Serviço autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no art. 102, inc. X, da Lei Orgânica Municipal, nos moldes do art. 37, inc. IX, da Constituição Federal, da Lei n.º 2.174/97 com suas posteriores alterações e:

Considerando a necessidade de brevidade na contratação de pessoal para assegurar a continuidade dos serviços essenciais da Autarquia prestados à população, e nos termos do artigo 37, IX, da Constituição federal de 1988; artigo 102, X, da Lei Orgânica do Município de Brusque; artigo 5º, alínea "c", da Lei Municipal n. 1970/1994 e de acordo com as Leis Municipais n.º. 2.174/1997, 2.270/1998, 3.314/2010, 3.671/2013 e Decreto nº. 4.859/2002, sendo tais contratações por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista o número de cargos preenchidos e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos,

RESOLVE

Art. 1.º Admitir pelo período de 18/03/2015 a 17/03/2016, a contratação temporária oriunda do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 001/2015, conforme classificação:

Em 1º lugar, para o cargo de Agente de Leitura e Inspeção: MARCIO ZUQUI.

Art. 2.º Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/03/2015, revogadas as disposições em contrário.

Brusque/SC, 17 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL Prefeito Municipal	ROGÉRIO RISTOW Diretor Presidente do SAMAE
---	---

PORTARIA Nº 669/2015

PORTARIA Nº 669/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a(o) servidor(a) LUCIANO FISCHER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico, lotado(a) na Sec. de Obras, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, no período compreendido entre 02/02/2015 a 02/04/2015, referente ao período aquisitivo de 01/07/2005 a 31/06/2010.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro no art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02/03/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de março de 2015.
DIEGO FAGUNDES
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 670/2015

PORTARIA Nº 670/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a(o) servidor(a) JOÃO BATISTA ODIZI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado(a) na Sec. de Obras, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 09/02/2015 a 09/05/2015, referente ao período aquisitivo de 01/03/2005 a 28/02/2010.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro no art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02/03/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de março de 2015.
DIEGO FAGUNDES
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 671/2015

PORTARIA Nº 671/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a(o) servidor(a) ANDREIA DE MODESTI PRUNER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Auxiliar, lotado(a) na Sec. de Educação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 12/03/2015 a 09/06/2015, referente ao período aquisitivo de 01/03/2010 a 28/02/2015.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro no art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02/03/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de março de 2015.
DIEGO FAGUNDES
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 672/2015

PORTARIA Nº 672/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a(o) servidor(a) DANIELA FLÁVIA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Sec. de Educação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 25/03/2015 a 22/06/2015, referente ao período aquisitivo de 08/02/2010 a 07/02/2015.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro no art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 9.651, DE 17 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.651, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 002/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, conforme abaixo nominado:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

ANA DANIELA SCHLINDWEIN

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 27/01/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.652, DE 17 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.652, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 004/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de AGENTE ADMINISTRATIVO, conforme abaixo nominados:

AGENTE ADMINISTRATIVO

SUSAN CATARINE SCHWANZ

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete do Prefeito

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.331

DECRETO Nº 6.331, de 10 de março de 2015.

Altera e acrescenta dispositivos no art. 3º do Decreto nº 5.401/2012, que Adota o sistema de taxímetro, institui tabela de preços para cobrança de tarifas e estabelece a localização de pontos de veículos de aluguel - táxis, no Município de Caçador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto na Lei Municipal nº 1.012, de 19/06/1996, que Dispõe sobre a regulamentação dos serviços de táxi no Município de Caçador, estabelece normas para permissão e funcionamento,

DECRETA:

Art. 1º O art. 3º do Decreto nº 5.401, de 21 de novembro de 2012, que Adota o sistema de taxímetro, institui tabela de preços para cobrança de tarifas e estabelece a localização de pontos de veículos de aluguel - táxis, no Município de Caçador, e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

I -

III - Ponto nº 03 - 06 carros - Rua Antonio Caramori; (NR)

IV -

Parágrafo único. Os dois carros acrescidos ao Ponto nº 03, serão remanejados do Ponto nº 07, extinto pelo Decreto nº 5.401/2012.” (AC)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de março de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.333

DECRETO Nº 6.333, de 11 de março de 2015.

Suplementa dotação orçamentária, do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, por conta do superávit financeiro, verificado no exercício de 2014, em favor da Secretaria de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e atendendo ao disposto no art. 5º, alínea “f” da Lei nº 3.185, de 16 de dezembro de 2014, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor da Secretaria de Educação, na importância de R\$ 318.904,58 (trezentos e dezoito mil, novecentos e quatro reais e cinquenta e oito centavos):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3.3.90.00.0322 - Aplicações Diretas R\$ 318.904,58

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior, no valor de R\$ 318.904,58 (trezentos e dezoito mil, novecentos e quatro reais e cinquenta e oito centavos), conforme segue:

Recurso 0022 - Transferências de Convênios - Educação
..... R\$ 318.904,58

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 6.334

DECRETO Nº 6.334, de 11 de março de 2015.

Suplementa dotação orçamentária, do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, por conta do superávit financeiro, verificado no exercício de 2014, em favor da Fundação Municipal do Meio Ambiente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e atendendo ao disposto no art. 5º, alínea “f” da Lei nº 3.185, de 16 de dezembro de 2014, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor da Fundação Municipal do Meio Ambiente, na importância de R\$ 16.540,69 (dezesesseis mil, quinhentos e quarenta reais e sessenta e nove centavos):

14.03 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
18.541.0024.2.036 - Manutenção das Atividades e Programas de Preservação
3.3.90.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 16.540,69

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 16.540,69 (dezesesseis mil, quinhentos e quarenta reais e sessenta e nove centavos), conforme segue:

Recurso 0024 - Transferências de Convênios com o Governo do Estado R\$ 16.540,69

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 6.336

DECRETO Nº 6.336, de 16 de março de 2015.

Nomeia Comissão Especial para elaboração do Edital de Eleição do Conselho Tutelar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Especial para elaboração do Edital de Eleição do Conselho Tutelar e condução do processo eleitoral:

- I - Marizete Fátima Iaczinski (conselheira governamental);
- II - Arlete Torrezan (conselheira governamental);
- III - Beatriz Coscodai (conselheira não governamental);
- IV - Sandra Figur (conselheira não governamental);
- V - Adriana Carneiro Schmitz (colaboradora);
- VI - Luciana Marta Debarba Cereza (colaboradora).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 34 - EMPREGO PÚBLICO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 34, de 13 de Março de 2015.

Convoca aprovados em Concurso Público para o preenchimento dos cargos existentes e formação de Cadastro de Reserva na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador - SC, conforme o Edital PM 01/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família - ESF, Agentes Comunitários de Saúde - EACS, Programa Equipe Saúde Bucal, e dá outras providências

CONVOCA:

Os cidadãos, a seguir relacionados, aprovados em Concurso Público para o preenchimento do cargo existente na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador, conforme o Edital PM 01/2012, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com o Decreto nº 5.189, de 04/04/12, que homologou o resultado final do Concurso, prorrogado pelo Decreto nº 5.957, de 02 de abril de 2014, conforme sequência de classificação:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ALTO BONITO
Eliziane Simas
Miriam Germano de Goes

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - BELLO
Alvete Alizete Scheidt

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - CENTRO
Ana Célia Caetano

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - FIGUEROA
Janice Alves Cordeiro Selig

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - LOT. SANTO ANTONIO

- (CIBRAZEM)

Ana Paula da Silva Batista

Graciela Kelly dos Santos

a) Os Convocados deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, da Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo, perder o direito ao Concurso.

b) A contratação dar-se-á nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de Março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 287

LEI COMPLEMENTAR Nº 287, de 18 de março de 2015.

Acrescenta e altera dispositivos da Lei nº 33, de 26 de novembro de 1980 - Código de Postura do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º O Capítulo III, do Título II, da Lei nº 33, de 26 de novembro de 1980 - Código de Posturas do Município de Caçador, passa a vigorar com as seguintes redações:

"CAPÍTULO III**DA HIGIENE DAS HABITAÇÕES"**

Art. 33.

"Art. 33A. É obrigação do proprietário ou ocupante de terras, manter roçada em toda extensão da propriedade, sob pena dos serviços serem feitos pela Municipalidade ou terceiros contratados por esta, a qual cobrará do proprietário ou responsável, as despesas, acrescidas das respectivas multas, bem como de taxa de administração pela execução dos serviços.

Parágrafo único. Os valores dos serviços, quando realizados ou contratados pela Municipalidade, serão estabelecidos por Decreto do Poder Executivo." (NR)

Art. 34. ...

"Art. 36. Aos infratores de qualquer artigo deste capítulo será cobrada a multa de 01 (um) Valor de Referência Municipal - VRM, acrescida em 20% (vinte por cento) em caso de reincidência." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI COMPLEMENTAR Nº 288

LEI COMPLEMENTAR Nº 288, de 18 de março de 2015.

Altera atribuição do cargo de Analista de Recursos Humanos, Licitações e Compras constante no Anexo I da Lei Complementar nº 113, de 20 e agosto de 2007, que dispõe sobre o novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Ficam alteradas as atribuições do cargo de Analista de Recursos Humanos, Licitações e Compras constante no Anexo I da Lei Complementar nº 113, de 20 e agosto de 2007, que dispõe sobre o novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"elaborar editais, contratos e convênios;" Para: "confeccionar editais, contratos e suas alterações, prorrogações, aditamentos, apostilamentos, rescisões, bem assim providenciar os procedimentos que envolvem sua elaboração;"

"controlar os prazos referentes aos contratos e suas alterações;" (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.209

LEI Nº 3.209, de 18 de março de 2015.

Autoriza a conceder incentivos fiscais e estímulos materiais à empresa Guararapes Painéis Ltda.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Caçador autorizado a conceder à empresa Guararapes Painéis Ltda., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rodovia Avelino Mandelli, s/n km 01, Bairro Aeroporto, neste Município, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 08.810.422/0001-34, estímulos materiais, compreendendo a realização de serviços de pavimentação asfáltica de 50.000 (cinquenta mil metros quadrados), concessão de 2.500 (duas mil e quinhentas) horas máquinas para preparação do terreno.

Parágrafo único. Os serviços de que trata este artigo, destinam-se a preparação da área objetivando a ampliação do parque industrial da empresa em 105.300,00m² (cento e cinco mil e trezentos metros quadrados).

Art. 2º A empresa beneficiária arcará com as despesas de material pétreo e asfáltico necessários para a execução dos serviços, bem como com os demais custos com a operacionalização, conforme

orçamento realizado pelo IPPUC.

§ 1º A Prefeitura Municipal somente poderá autorizar o início da execução dos serviços após comprovação do recolhimento pela beneficiária, dos valores a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º A Prefeitura Municipal encaminhará à Câmara Municipal cópia do comprovante do pagamento efetuado pela beneficiária, no prazo de até 10 dias contados do recolhimento.

Art. 3º Fica ainda, o Prefeito Municipal de Caçador autorizado a conceder os seguintes incentivos fiscais:

I - isenção de 100% do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, pelo período de 03 (três) anos, a contar da aprovação desta Lei;

II - isenção de 100% de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, sobre as obras e instalações dos novos empreendimentos, contemplando todos os contratados para as mesmas pela empresa;

III - isenção de taxas municipais (Alvará de Licença e Localização, Alvará Sanitário, Alvará de Habite-se e Alvará de Obras), pelo período de 03 (três) anos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.210

LEI Nº 3.210, de 18 de março de 2015.

Suplementa e anula dotação orçamentária no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 76.919,66 (setenta e seis mil, novecentos e dezenove reais e sessenta e seis centavos):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.025 - Bloco Investimentos

4.4.90.00.00.00.00.0371 - Aplicações Diretas	R\$ 76.919,66

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da dotação orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 76.919,66 (setenta e seis mil, novecentos e dezenove reais e sessenta e seis centavos):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.0371 - Aplicações Diretas	R\$ 76.919,66
--	---------------

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.211

LEI Nº 3.211, de 18 de março de 2015.

Abre crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor da Secretaria de Infraestrutura, no valor de R\$ 640.177,36 (seiscentos e quarenta mil, cento e setenta e sete reais e trinta e seis centavos), na forma que segue:

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0021.2.080 - Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários

3.3.90.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

4.4.90.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 340.177,36

Total R\$ 640.177,36

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos financeiros provenientes do Termo de Compromisso nº 0352.357-44/2011, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades e o Município de Caçador, tendo por finalidade a transferência de recursos da União para a execução de obras de infraestrutura, equipamento comunitário, recuperação de área degradada, no âmbito do Programa FNNIS - Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, Ação Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.212

LEI Nº 3.212, de 18 de março de 2015.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor da Secretaria de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor da Secretaria de Educação, no valor de R\$ 218.000,00 (duzentos e dezoito mil reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.1.030 - Construção, Ampliação e Reformas de Escolas Municipais

4.4.90.00.0058 - Aplicações Diretas R\$ 218.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da dotação orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 218.000,00 (duzentos e dezoito mil reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.049 - Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.0058 - Aplicações Diretas R\$ 218.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.213

LEI Nº 3.213, de 18 de março de 2015.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor da Secretaria de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor da Secretaria de Educação, no valor de R\$ 895.777,37 (oitocentos e noventa e cinco mil, setecentos e setenta e sete reais e trinta e sete centavos):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.0011.1.036 - Construção, Ampliação e Reformas de Centros de Educação Infantil

4.4.90.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 895.777,37

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, do Orçamento Geral vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 895.777,37 (oitocentos e noventa e cinco mil, setecentos e

setenta e sete reais e trinta e sete centavos):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.1.106 - Construção e Reformas de Ginásios de Esportes

3.3.90.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 64.964,00

12.361.0011.1.031 - Construção e Reformas de Quadras de Esportes

4.4.90.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 254.500,00

12.361.0011.1.030 - Construção, Ampliação e Reformas de Escolas Municipais

4.4.90.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 254.500,00

3.3.90.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 54.500,00

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação

3.1.90.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 267.313,37

Total... R\$ 895.777,37

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.015

PORTARIA Nº 25.015, de 09 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79 da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, e ainda na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, os cidadãos, a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a Classificação em Processo Seletivo conforme o Edital SME 002/2013, com resultado final homologado pelo Decreto nº 5.865, de 20 de Dezembro de 2013, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, atuação, motivo de contratação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Atuação	Motivo de Contratação	Período
Alessandra de Oliveira Matos	Professora de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Educar é Tudo	Vaga Transição, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
Aline Aparecida Fraga	Professora de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Sonho Encantado	V.V. Teresinha Nava, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
Ana Paula de Lima Pires	Professora de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Pierina Adami	V.V. Noeli Cavalheiro Werner, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
Analu Santin	Professora de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Pierina Adami	V.V. Emanuelli Martins, férias	05/01/2015 a 04/02/2015

Carmelucia Maria Singer	Professora de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Educar é Tudo	Vaga Transição, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
Eliane de Almeida	Professora de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Pierina Adami	V.V. Miriane Pries, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
Fabiula Costa Moreira Ferreira	Professora de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Ulysses Guimarães	Vaga Transição, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
Ivanilde Alves de Gois Dallariva	Professora de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Educar é Tudo	Vaga Transição, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
Juliana Aparecida Guedes dos Santos Cardoso	Professora de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Pierina Adami	V.V. Elizangela Bartel, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
Luana Rodakievich	Professora de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Educar é Tudo	Vaga Transição, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
Maria Rosangela Chagas Faro	Professora de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Sininho	V.V. Marizete Theves, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
Patrícia Gonçalves	Professora de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Educar é Tudo	Vaga Transição, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
Regina Aparecida Daneluz	Professora de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Pierina Adami	V.V. Maria Sicka Fernandes, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
Sibele Baldicera	Professora de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Ulysses Guimarães	Vaga Transição, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
Adrielli Lara de Amorin	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	CMEI Sininho	V.V. Silmara Adamczeski, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
Cleonice Graneemann de Mello	Auxiliar de Creche e Berçário	2.1/A	40	CMEI Educar é Tudo	Vaga Transição, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
Danieli Aparecida Eli-cher dos Santos	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	CMEI Sonho Encantado	V.V. Cleide Mara Nurilles, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
Elisete Lipka	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	CMEI Pierina Adami	V.V. Marcia Alves, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
Jaqueline Leismann	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	CMEI Sonho Encantado	V.V. Vera Cella, férias	05/01/2015 a 04/02/2015

Marcela Juliani Almeida Fernandes	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	CMEI Educar é Tudo	Vaga Transição, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
Maria Salete Rech Menezes	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	CMEI Pierina Adami	V.V. Paula Cristina Santore, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
Mirian Aparecida Ventz	Auxiliar de Creche e Berçário	2.1/A	40	CMEI Pierina Adami	V.V. Ester Ferreira, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
Sandriane Fogaça Fernandes	Auxiliar de Creche e Berçário	2.1/A	40	CMEI Educar é Tudo	Vaga Transição, férias	05/01/2015 a 04/02/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de Janeiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.016

PORTARIA Nº 25.016, de 09 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR por tempo determinado, os cidadãos a seguir relacionados, para atuarem junto a Secretaria Municipal de Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, escola de atuação, motivo da contratação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Atuação	Razão	Período
Daniela dos Santos Pires	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	CMEI Pierina Adami	V.V. Lilia Capelin, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
Edineia Dias de Souza	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	CMEI Pierina Adami	V.V. Maria Jatobá Crestani, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
Eliana Aparecida Ramos Batista Padilha	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	CMEI Ulysses Guimaraes	V.V. Tania Klabunde, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
Maria Terezinha Antunes	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	CMEI Educar é Tudo	Vaga Transição, férias	05/01/2015 a 04/02/2015

Patricia Villwock Ferreira de Andrade	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	CMEI Educar é Tudo	Vaga Transição, férias	05/01/2015 a 04/02/2015
---------------------------------------	-------------------------------	-------	----	--------------------	------------------------	-------------------------

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de Janeiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 24-2015 – PR – 11-2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 24-2015 - PR - 11-2015 - PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015
OBJETO; AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS DE TINTA PARA IMPRESSORA E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 06/04/2015.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 06/04/2015.
Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 16 de março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Camboriú**PREFEITURA****PR 05/15 - FUNDESP**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2015-FUNDESP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL AUTOMOTIVO A VAREJO ATRAVÉS DE POSTO REVENDEDOR, DESTINADO AO ABASTECIMENTO DA FROTA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 08 (Oito) de Abril de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 18 de Março de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Campos Novos**PREFEITURA****DECRETO Nº. 7.260/15 DE 17/13/2015 APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

DECRETO Nº 7.260/2015 DE 17/03/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando parecer técnico do Departamento de Engenharia, nos autos do Processo Administrativo nº 0885/2015;

Considerando as disposições da Lei Federal nº 6.766, Lei Estadual nº 6.063, c/c artigos 55, §2º, 57, inciso III, e §4º da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 - Plano Diretor;

Com amparo no artigo 100, incisos VIII - XVIII da Lei Orgânica do município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento do terreno urbano de propriedade de Raul Ferreira Terres, inscrito no CPF sob nº 296.250.849-91, com área total de 721,50 m² (setecentos e vinte e um metros e cinquenta centímetros quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campos Novos sob nº 7.669.

Art. 2º. O imóvel mencionado no artigo primeiro possui as seguintes confrontações:

Norte: com a Rua Humberto Calgaro em 26,00 metros;
Sul: com Valdemar Verones em 26,00 metros;
Leste: com a Rua Nerci Capelari em 27,75 metros;
Oeste: com Osni Boing em 27,75 metros.

Art. 3º. O desmembramento autorizado por este decreto dá origem a 2 (duas) unidades imobiliárias autônomas com as seguintes características e confrontações:

Lote 01 com a área superficial de 403,00m² e as seguintes confrontações:

Norte: com a Rua Humberto Calgaro em 26,00 metros;
Sul: com o lote 02 em 26,00 metros;
Leste: com a Rua Nerci Capelari em 15,50 metros;
Oeste: com Osni Boing em 15,50 metros.

Lote 02 com a área superficial de 318,50 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com o lote 01 em 26,00 metros;
Sul: com Valdemar Verones em 26,00 metros;
Leste: com a Rua Nerci Capelari em 12,25 metros;
Oeste: com Osni Boing em 12,25 metros.

Art. 4º. Ficam aprovadas as plantas e memoriais descritivos das unidades imobiliárias descritas no artigo 3º deste decreto.

Art. 5º. Ficam autorizados os Tabelionatos e Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campos Novos, a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias a transferência

de domínio e registro dos imóveis objeto deste decreto.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, em especial o Decreto nº 7.239/2015 de 23/02/2015.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 17 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 381/15

PORTARIA Nº 381/15 DE 27/02/15

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA LUCIA FRANCISCA DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora LUCIA FRANCISCA DE OLIVEIRA, referente GFDE LICITAÇÃO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 13/01/2014 a 12/01/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 530/15

PORTARIA Nº530/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADELITA TEREZINHA SERPA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ADELITA TEREZINHA SERPA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 531/15

PORTARIA Nº531/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADRIANE MUTERLE DA LUZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ADRIANE MUTERLE DA LUZ para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 532/15

PORTARIA Nº 532/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADRIANE RIETTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ADRIANE RIETTA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 533/15

PORTARIA Nº 533/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO AIDA INES ZANOTTO ANTUNES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, AIDA INES ZANOTTO ANTUNES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 534/15

PORTARIA Nº 534/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALESSANDRA DE LIMA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ALESSANDRA DE LIMA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 535/15

PORTARIA Nº 535/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALEXSSANDRA APARECIDA RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ALEXSSANDRA APARECIDA RIBEIRO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 536/15

PORTARIA Nº 536/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALINE APARECIDA DE ALMEIDA PEREZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei

1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ALINE APARECIDA DE ALMEIDA PEREZ para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 537/15

PORTARIA Nº 537/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALINE ARAUJO DE MATOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ALINE ARAUJO DE MATOS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 538/15

PORTARIA Nº 538/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALINE CRISTIANE VIEIRA RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ALINE CRISTIANE VIEIRA RIBEIRO para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 540/15

PORTARIA Nº 540/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALMERINDA ANTUNES DE OLIVEIRA KORB

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ALMERINDA ANTUNES DE OLIVEIRA KORB para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 541/15

PORTARIA Nº541/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALOÍSIO AMARCY DOS PASSOS PETRONILIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ALOÍSIO AMARCY DOS PASSOS PETRONILIO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 10 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 542/15

PORTARIA Nº 542/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO AMOARA RUBIA DA ROSA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, AMOARA RUBIA DA ROSA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua

publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 543/15

PORTARIA Nº 543/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA CAROLINA PADILHA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANA CAROLINA PADILHA DOS SANTOS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 544/15

PORTARIA Nº544/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA CAROLINA THIBES KEMER SPILMANN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANA CAROLINA THIBES KEMER SPILMANN para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 545/15

PORTARIA Nº 545/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA MARIA AUXILIADORA FERREIRA FIRMINO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANA MARIA AUXILIADORA FERREIRA FIRMINO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 30 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 546/15

PORTARIA Nº 546/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA MARIA CAMARGO ZEN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANA MARIA CAMARGO ZEN para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 10 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 547/15

PORTARIA Nº 547/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA PAULA BOSI BERTELI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANA PAULA BOSI BERTELI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 548/15

PORTARIA Nº 548/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA PAULA DA SILVA PAVELSKI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANA PAULA DA SILVA PAVELSKI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 549/15

PORTARIA Nº 549/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA PAULA MATIA GALLI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANA PAULA MATIA GALLI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 550/15

PORTARIA Nº 550/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA QUEZIA SILVA DA ROSA RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANA QUEZIA SILVA DA ROSA RIBEIRO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 551/15

PORTARIA Nº 551/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA ROSELY AMARAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANA ROSELY AMARAL para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 552/15

PORTARIA Nº 552/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDREA APARECIDA RODRIGUES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANDREA APARECIDA RODRIGUES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 553/15

PORTARIA Nº 553/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDREIA APARECIDA BOM

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANDREIA APARECIDA BOM para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 554/15

PORTARIA Nº 554/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDREIA DE AZEREDO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANDREIA DE AZEREDO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 555/15

PORTARIA Nº 562/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANITA CARLOS STEFANES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANITA CARLOS STEFANES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I , atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 556/15

PORTARIA Nº 556/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDREIA LUCHETTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANDREIA LUCHETTA para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 557/15

PORTARIA Nº 557/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDREIA PRATES PERTUSSATI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANDREIA PRATES PERTUSSATI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 558/15

PORTARIA Nº 558/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDRESSA FATIMA BAGNARA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a licença maternidade da funcionária MARINA SCHALY,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANDRESSA FATIMA BAGNARA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I , atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 559/15

PORTARIA Nº 559/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDRESSA PIRES NOHATTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANDRESSA PIRES NOHATTO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 560/15

PORTARIA Nº 560/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANGELA MARIA LAGO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANGELA MARIA LAGO para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 561/15

PORTARIA Nº 561/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANGELITA APARECIDA PEREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANGELITA APARECIDA PEREIRA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 562/15

PORTARIA Nº 562/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANITA CARLOS STEFANES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANITA CARLOS STEFANES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 563/15

PORTARIA Nº 563/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ARTEMIO GREEF JUNIOR

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ARTEMIO GREEF JUNIOR para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 564/15

PORTARIA Nº 564/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO BRUNA BOSI TREVISOL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, BRUNA BOSI TREVISOL para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 565/15

PORTARIA Nº 565/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO BRUNA PINHEIRO LOPES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, BRUNA PINHEIRO LOPES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 566/15

PORTARIA Nº 566/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CALINCA PIERI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CALINCA PIERI para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 567/15

PORTARIA Nº 567/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CAMILA MACHADO LINS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CAMILA MACHADO LINS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 568/15

PORTARIA Nº 568/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CAMILA NAZARIO CRUZ DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CAMILA NAZARIO CRUZ DA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 569/15

PORTARIA Nº 569/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CANDIDA APARECIDA DA ROSA SERPA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CANDIDA APARECIDA DA ROSA SERPA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 570/15

PORTARIA Nº 570/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CARLA ROBERTA DE JESUS VICENTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CARLA ROBERTA DE JESUS VICENTE para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 571/15

PORTARIA Nº 571/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CARLA TOLOMEOTTI DE MOURA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei

1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CARLA TOLOMEOTTI DE MOURA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 572/15

PORTARIA Nº 572/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CLASILANDIA LOPES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CLASILANDIA LOPES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 573/15

PORTARIA Nº 573/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CLAUDETE APARECIDA HEINZEN RECALCATTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CLAUDETE APARECIDA HEINZEN RECALCATTI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 575/15

PORTARIA Nº 575/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CLAUDIA ELIANE DE LIMA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CLAUDIA ELIANE DE LIMA para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 576/15

PORTARIA Nº 576/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CLAUDIANA DE SOUZA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CLAUDIANA DE SOUZA DA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 577/15

PORTARIA Nº 577/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CLEIDI DUARTE DE MATTIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CLEIDI DUARTE DE MATTIA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 578/15

PORTARIA Nº 578/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CLOVIS LUCAS FERREIRA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CLOVIS LUCAS FERREIRA DA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 579/15

PORTARIA Nº 579/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CONCEIÇÃO SILMARA RIBEIRO BECKER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CONCEIÇÃO SILMARA RIBEIRO BECKER para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 580/15

PORTARIA Nº 580/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CRISLAINE DE OLIVEIRA DUARTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CRISLAINE DE OLIVEIRA DUARTE para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 581/15

PORTARIA Nº 581/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CRISTIANE PELOZATO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CRISTIANE PELOZATO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 30 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 582/15

PORTARIA Nº 582/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CRISTIANE SALETE CORREIA GRACIETTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CRISTIANE SALETE CORREIA GRACIETTI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 583/15

PORTARIA Nº 583/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CRISTINA APARECIDA COELHO DE AVILA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CRISTINA APARECIDA COELHO DE AVILA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 584/15

PORTARIA Nº 584/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DAIANA APARECIDA DOS SANTOS GRASSI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, DAIANA APARECIDA DOS SANTOS GRASSI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 585/15

PORTARIA Nº 585/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DAIANE CRISTINA CESTONARO TESSER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, DAIANE CRISTINA CESTONARO TESSER para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 586/15

PORTARIA Nº 586/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DAIANE VARELA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, DAIANE VARELA DA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 587/15

PORTARIA Nº 587/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DANIELA DA SILVA LESSE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, DANIELA DA SILVA LESSE para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 588/15

PORTARIA Nº 588/15 de 27/02/2015
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DANIELI ALVES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, DANIELI ALVES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 589/15

PORTARIA Nº 589/15 de 27/02/2015
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DANIELLI SIQUEIRA BRANDÃO MEYER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, DANIELLI SIQUEIRA BRANDÃO MEYER para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 590/15

PORTARIA Nº 590/15 de 27/02/2015
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DARLEI PELENTIR

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, DARLEI PELENTIR para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 591/15

PORTARIA Nº 591/15 de 27/02/2015
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DIANE MARCELA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, DIANE MARCELA DA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 592/15

PORTARIA Nº 592/15 de 27/02/2015
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DINAMAR CARBONERA DE CARMO ANTUNES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, DINAMAR CARBONERA DE CARMO ANTUNES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 593/15

PORTARIA Nº 593/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DIRLEI TITON DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, DIRLEI TITON DE OLIVEIRA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 594/15

PORTARIA Nº 594/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DIRLENE MARIA RECH TRAVERSINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, DIRLENE MARIA RECH TRAVERSINI para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 596/15

PORTARIA Nº 596/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDSON RICARDO MAXIMINIANO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, EDSON RICARDO MAXIMINIANO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 597/15

PORTARIA Nº 597/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELDER LUIZ RUAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ELDER LUIZ RUAS para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 598/15

PORTARIA Nº 598/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELENICE APARECIDA MERFORT

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ELENICE APARECIDA MERFORT para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 599/15

PORTARIA Nº 599/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELESANDRA SCUZIATTO ZINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ELESANDRA SCUZIATTO ZINI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 609/15

PORTARIA Nº 609/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELISANGELA RAIZER MACULAN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ELISANGELA RAIZER MACULAN para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 610/15

PORTARIA Nº 610/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELISON ANTUNES KUNEN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ELISON ANTUNES KUNEN para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 611/15

PORTARIA Nº 611/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELITON MARCIO ZANONI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ELITON MARCIO ZANONI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 612/15

PORTARIA Nº 612/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIZANDRA DE OLIVEIRA FRANÇA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ELIZANDRA DE OLIVEIRA FRANÇA para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 613/15

PORTARIA Nº 613/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIZANDRA FATIMA MACHAJEWSKI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ELIZANDRA FATIMA MACHAJEWSKI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 614/15

PORTARIA Nº 614/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIZANDRA RAMOS MATOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ELIZANDRA RAMOS MATOS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 615/15

PORTARIA Nº 615/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIZANDRA RIETTA MAIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ELIZANDRA RIETTA MAIA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 616/15

PORTARIA Nº 616/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIZANGELA CAROLINE DE OLIVEIRA ZACARON

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ELIZANGELA CAROLINE DE OLIVEIRA ZACARON para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 617/15

PORTARIA Nº 617/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIZANGELA GONÇALVES RECALCATTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ELIZANGELA GONÇALVES RECALCATTI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro

de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 618/15

PORTARIA Nº 618/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIZETE SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ELIZETE SANTOS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 619/15

PORTARIA Nº 619/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELLEN MARIA CATARINA BALDISSERA PEICHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ELLEN MARIA CATARINA BALDISSERA PEICHO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 620/15

PORTARIA Nº 620/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EMANUELA KAREN FAGUNDES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, EMANUELA KAREN FAGUNDES para exercer o cargo de AUXILIAR DE SECRETARIA, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 621/15

PORTARIA Nº 621/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EMANUELY APARECIDA LOPES DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, EMANUELY APARECIDA LOPES DOS SANTOS para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 622/15

PORTARIA Nº 622/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EVA LUCIANA DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, EVA LUCIANA DE OLIVEIRA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua

publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 623/15

PORTARIA Nº 623/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EVELIZE ADRIELI DE OLIVEIRA MACHADO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, EVELIZE ADRIELI DE OLIVEIRA MACHADO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 624/15

PORTARIA Nº 624/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FABIANA DE FATIMA ROSSA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, FABIANA DE FATIMA ROSSA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 625/15

PORTARIA Nº 625/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FATIMA MARIA LESSE GARCIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, FATIMA MARIA LESSE GARCIA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 626/15

PORTARIA Nº 626/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FRANCIELE DIONISIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, FRANCIELE DIONISIO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 627/15

PORTARIA Nº 627/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FRANCIELI APARECIDA TORIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, FRANCIELI APARECIDA TORIN para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 DE fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 628/15

PORTARIA Nº 628/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FRANCIELI CALAI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, FRANCIELI CALAI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 629/15

PORTARIA Nº 629/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FRANCIELI RODRIGUES DA ROSA MACHADO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, FRANCIELE RODRIGUES DA ROSA MACHADO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 630/15

PORTARIA Nº 630/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GABRIELI DORINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, GABRIELI DORINI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

REPUBLICADO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 02/2015

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 02/2015

O Município de Campos Novos, por intermédio do Prefeito Municipal, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal c/c arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24.02.1967, Código Tributário Municipal - Lei Complementar nº 01/2002, e da Lei Municipal nº 4.075/2014, TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados nos trechos de ruas do perímetro urbano identificadas neste Edital, que serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custo, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente de obra de pavimentação nas vias públicas da cidade, identificadas no item 2, devidamente autorizadas pelas Lei Municipal nº 4.075/2014, conforme segue:

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização de imóveis dos contribuintes em razão da obra pública de pavimentação, drenagem pluvial e outras melhorias acessórias, conforme consta da Lei 4.075/2014 e orçamento anexo, estando a cobrança limitada à valorização que sobrevier ao imóvel.

2. DO LOCAL DAS OBRAS:

As obras de melhoria serão executadas na Servidão da Rua Coronel Augusto Carlos (Trecho entre a Rua Coronel Augusto Carlos até o final da servidão); Rua Antônio Ribeiro de Lima (Trecho da Rua Prefeito Luiz Fabrício até o calçamento existente - área total: 346,40m²); Rua Benjamin Constant (Trecho da Rua Agenor Farias até a Rua Felicita Bresola); Rua Prefeito Luiz Fabricio (Trecho entre a Rua Osvaldo Devaly e Rua Antonio Ribeiro de Lima) e Rua Benjamin Colla (Trecho da Rua Osvaldo Delavy até a Rua Prefeito Luiz Fabrício).

3. PLANTAS DE SITUAÇÃO E MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO:

As Plantas de Situação e Memorial Descritivo integram o presente Edital na forma dos Anexos I e II e se prestam a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras

de pavimentação que, exemplificativamente, podem ser: serviços de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de águas pluviais (boca-de-lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplanagem como cortes e aterros, pavimentação em paralelepípedo e meio-fio, inclusive compactação destes.

4. ORÇAMENTO DE CUSTO DA OBRA:

O custo das obras a serem executadas é de R\$ R\$ 175.009,47 (cento e setenta e cinco mil e nove reais e quarenta e sete centavos), conforme descrito no Anexo III.

5. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO E VALOR A SER SUPOSTADO PELA ADMINISTRAÇÃO
O custo total da obra está orçado em R\$ 175.009,47 (cento e setenta e cinco mil e nove reais e quarenta e sete centavos), cabendo aos contribuintes beneficiados com a obra, através da Contribuição de Melhoria, o pagamento do valor de R\$ 66.503,00 (sessenta e seis mil quinhentos e três reais).

6. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com os trechos das ruas mencionadas no item 2 que sofrerem valorização, conforme plantas de localização constantes do Anexo I.

7. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

A base de cálculo da Contribuição de Melhoria será estabelecida pelo quantum de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos dois laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início dos trabalhos (Anexo IV) e o segundo ao seu término.

Os laudos serão elaborados por comissão nomeada pelo Chefe do Poder Executivo, conforme prevê a Lei nº 4.075/2014.

Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida prova em contrário, e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Constatada a ocorrência do fato gerador, a alíquota incidente para fins de cobrança da contribuição de melhoria será de no máximo 38 % (trinta e oito por cento) do custo individualizado da obra (custo da obra para cada imóvel beneficiado).

Correrão por conta do Município de Campos Novos as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de Contribuição de Melhoria e as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Integra o presente Edital o primeiro laudo de avaliação inicial dos imóveis, antes da realização da obra, conforme Anexo IV.

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos (inclusive do laudo de avaliação), dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, por meio de petição, que servirá para início do processo administrativo, no qual o interessado poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra dentre outros elementos.

A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o impugnante.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO LANÇAMENTO:

Após a elaboração do segundo laudo de avaliação, o lançamento do tributo e a notificação do contribuinte, este poderá, no prazo de 30 (trinta dias), contados do recebimento da notificação, apresentar impugnação que suspenderá os efeitos do lançamento em relação ao impugnante e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do momento em que

havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da contribuição de melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

10. DOS ANEXOS:

Integram o presente Edital, sendo parte integrante do mesmo para todos os fins, os seguintes anexos:

ANEXO I - PLANTAS DE SITUAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA, COM RELAÇÃO DOS IMÓVEIS E RESPECTIVOS PROPRIETÁRIOS BENEFICIADOS

ANEXO II - MEMORIAL DESCRITIVO

ANEXO III - ORÇAMENTO DA OBRA

ANEXO IV - LAUDO DE AVALIAÇÃO INICIAL DOS IMÓVEIS SITUADOS NA ZONA BENEFICIADA

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Demais informações poderão ser obtidas no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal.

Campos Novos, 05 de março de 2015.

Prefeito Municipal

NELSON CRUZ

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO Nº 07/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2015

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: MAI COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA MONITORADA

VALOR MENSAL: R\$ 130,07

DATA: 18/03/2015

VIGENCIA: 17/03/2016

Canelinha

PREFEITURA

CONTRATOS Nº 66/2015, 74/2015, 76/2015 A 79/2015 E 81/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº 066/2015. TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 146/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA. OBJETO: Este termo aditivo visa alterar o prazo máximo para execução e entrega da obra prevista na cláusula 10ª e o prazo de duração do contrato previsto na cláusula 18ª, que constam do Contrato Administrativo de Execução de obra nº. 146/2014, ficando as duas alteradas para prazo de 280 (duzentos e oitenta) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Execução dos Serviços. Canelinha/SC., 13 de fevereiro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

Contrato nº 074/2015. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos em gestão patrimonial, conferência e Cadastro dos Bens Móveis e Imóveis do Município de Canelinha, que inclui a execução dos seguintes serviços:a) Implantação das Novas Normas Contábeis, Depreciação e Valorização dos Bens patrimoniais;b) Ajustamento dos valores dos bens cadastrados no sistema;c) Disponibilização de modelos dos atos e documentos, relativos à gestão e rotinas direcionadas ao setor de Controle Patrimonial;d) Orientação e acompanhamento das ações sobre os bens imóveis, quanto à documentação e digitação no sistema;e) Identificação e cadastramento das Unidades Administrativas; f) Identificação, conferência e cadastro dos Centros de Custos e Contas contábeis (Contabilidade Geral e Fundos), no sistema Betha Patrimônio (já implantado); g) Implantação dos mecanismos técnicos para movimentação dos bens;h) Informações gerais e treinamento funcional para o servidor designado para o acompanhamento do técnico, na etapa final da Assessoria Técnica;i) Relatórios cadastrais;j) Relatório dos bens por responsáveis;l) Relatório dos bens por Centro de Custos. VALOR: R\$-7.750,00 (sete mil setecentos e cinquenta reais). FONTE DO RECURSO: (07) 04.122.0009 2.003 3.3.90 0.1.000. FONTE DO RECURSO: O presente Contrato iniciará sua vigência na assinatura do contrato e término em 31 de dezembro de 2015. Canelinha (SC), 27 de fevereiro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 076/2015. TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE SINAL DE INTERNET Nº 108/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: BLUCOMPTec INFORMATICA LTDA - ME. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato Administrativo de Locação de Sinal de Internet nº 108/2014, fica acrescido em 2 (dois) pontos de sinal de internet, a ser disponibilizados a partir de 01 de março de 2015, nas Escolas de Educação Básica Municipal Fazenda Vitória (1 ponto) e Senador Benjamim Galotti (1 ponto), situadas respectivamente nas Localidades de Porto da Galera e Galera, que quantitativamente representa 16% (dezesseis por cento), do contrato. VALOR: sendo aditivado o valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), conforme justificativa, que passa a fazer parte deste instrumento. Canelinha/SC., 27 de fevereiro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 077/2015. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: ANTONIO LINHARES. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação dos serviços profissionais do CONTRATADO, na manutenção da fanfarra municipal, compreendendo instrução e treinamento, incluindo princípios de organização, exercícios de coordenação motora, coreografia para apresentações, coordenação de ensaios e apresentações. VALOR: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais). FONTE DO RECURSO: 057 04.04 2.013 3.3.90.30.36. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses consecutivos, com início em 01 de março de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015. Canelinha/SC., 27 de fevereiro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 078/2015. contrato Administrativo de Fornecimento de MATERIAIS DE PAPELARIA. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: LIVRARIA E PAPELARIA SPENGLER LTDA EPP. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, a aquisição parcelada conforme necessidade, de materiais de papelaria em geral, destinados à operacionalização e manutenção das oficinas oferecidas pelo CRAS no exercício 2015. VALOR: R\$-16.313,25 (dezesseis mil trezentos e treze reais e vinte e cinquenta centavos). FONTE DO RECURSO: 082 05.02 2.054 3.3.90.30.16. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2015, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha/SC., 04 de março de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

Contrato nº 079/2015. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADA: ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA - EEP. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, à contratação de empresa para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para terraplenagem, pavimentação, passeios e sinalização da estaca 0=PP à 12 e drenagem da estaca 0=PP à 17+4,705 metros da Rua João Vicente de Souza, nesta Cidade de Canelinha, em lajotas sextavadas de concreto fck 35 Mpa, com dimensões de 25x25x08 cm, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de composições, BDI, ART e Projetos, em anexo ao processo Edital Processo de Licitação nº 11/2015, Tomada de Preço nº 01/2015 (Processo Administrativo nº 11/2015, licitação nº 1/2014-TP), parte integrante e inseparável do edital. VALOR: R\$-196.414,06 (cento e noventa e seis mil quatrocentos e quatorze reais e seis centavos). VIGÊNCIA: O presente Contrato terá o prazo de duração de 90 (noventa) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Execução dos Serviços. Canelinha (SC), 06 de março de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

Contrato nº 081/2015. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MANOEL SPERANDIO - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto à prestação de serviços de mão de obra com fornecimento de material para a reforma do prédio público denominado "Casa Luca Santana", com área de 161,07 m², visando a manutenção e conservação do prédio para a nova sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Cidadania, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, Quadro de composições, BDI, ART e Projetos, em anexo ao processo de dispensa de licitação nº 01/2015 (processo Administrativo nº 21/2015) parte integrante e inseparável do edital. VALOR: R\$-13.998,57 (treze mil novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e sete centavos). FONTE DO RECURSO: 076 05.02 1.100 4 4.90.51.07. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá o prazo de duração de 30 (trinta) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Execução dos Serviços. Canelinha (SC), 06 de março de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 80/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA.

CONTRATO Nº 080/2015. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: JULIO RODRIGUES O JULIFAR - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto o fornecimento parcelado de medicamentos, destinados a atender pessoas portadoras de doenças permanentes, do Programa da Secretaria de Assistência Social e da Cidadania do Município de Canelinha. VALOR: R\$ 23.826,80 (vinte e três mil oitocentos e vinte e seis reais e oitenta centavos). FONTE DO RECURSO: 006 10.01 2.015 3.3.90.32.02. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2015, iniciado a partir da assinatura do contrato.

Canelinha, em 06 de março de 2015.

JOÃO BATISTA ARES

SECRETÁRIO DE SAÚDE.

EXTRATO EDITAL 01 CMDCA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

AVISO DE INSCRIÇÃO DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS

EDITAL 001/15

OBJETO: O presente edital tem por objetivo, divulgar a abertura de inscrições de entidades governamentais e não governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Canelinha - SC, sendo de abrangência Regional. Data das inscrições: 24/03/2015 a 11/12/2015

INFORMAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO: O edital completo e demais informações poderão ser obtidos de terça a sexta feira na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania do município de Canelinha, sito a Av. Joaquim José de Santana nº2432, Centro, no horário das 08:00 as 13:00 horas, e pelo site WWW.secsocialcanelinha.com.br/cmdca.

Canelinha, em 18 de março de 2015.

Rosane Ribeiro

Coordenadora do CMDCA de Canelinha SC.

EXTRATO EDITAL 02 CMDCA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

AVISO DE INSCRIÇÃO DE PROJETOS INOVADORES NA ÁREA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

EDITAL 002/15

OBJETO: O presente edital tem por objetivo, divulgar a abertura de inscrições de projetos inovadores na área da infância e adolescência no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Canelinha - SC. Data das inscrições: 24/03/2015 a 24/04/2015

INFORMAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO: O edital completo e demais informações poderão ser obtidos de terça a sexta feira na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania do município de Canelinha, sito a Av. Joaquim José de Santana nº2432, Centro, no horário das 08:00 as 12:00 horas, e pelo site WWW.secsocialcanelinha.com.br/cmdca.

Canelinha, em 18 de março de 2015.

Rosane Ribeiro

Coordenadora do CMDCA de Canelinha SC.

EXTRATO EDITAL 25/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 25/2015

MODALIDADE: Tomada de Preço nº 03/2015

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para reforma dos banheiros da EEBM Realina Feller Roberti, localizada à Rua Francisco Damião Garcia, nº 7.377, Bairro Moura, Canelinha/SC, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, BDI, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital. DATA DE ABERTURA: 06 de abril às 09:00 horas INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 18 de março de 2015.

ANTONIO DA SILVA

Prefeito do Município

EXTRATO EDITAL 26/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 26/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 21/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à contratação conforme necessidade de 840 horas de sonorização móvel e fixa e 20 locações de palco, para divulgação e uso em eventos oficiais do Município de Canelinha, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 31 de março de 2015, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 18 de março de 2015.

ANTONIO DA SILVA

Prefeito do Município.

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 042/2015

DECRETO Nº. 042/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 980,50 m² (Novecentos e oitenta metros e cinquenta decímetros quadrados), procedido por JÉSSICA TREMBA FROGEL, situado na Rua Leopoldo Naisser, no Distrito de Marcílio Dias, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 14.671, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 14 com área de 462,50 m² e lote nº 15 com área de 518,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 1743, conforme requerimento protocolado sob nº. 181/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 03/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 043/2015

DECRETO Nº. 043/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 12.100,00 m² (Doze mil e cem metros quadrados), procedido por IVONE SIDORAK, situado na Rua Mathias Muller, no Bairro Piedade, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 9.309, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 34 com área de 745,90 m², lote nº 35 com área de 419,70 m², lote nº 36 com área de 419,70 m², lote nº 37 com área de 419,50 m², lote nº 38 com

área de 419,30 m², lote nº 39 com área de 7.718,45 m² sendo 3.652,00 m² de APP (Área de Preservação Permanente), lote nº 40 com área de 456,45 m², lote nº 41 com área de 437,50 m², lote nº 42 com área de 437,50 m² e lote nº 43 com área de 626,00 m², todos pertencentes à quadra nº 1739, conforme requerimento protocolado sob nº. 5758/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 044/2015

DECRETO Nº. 044/2015

CRIAR CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; CONSIDERANDO, a necessidade de criação destes CEIs para atender crianças de 0 a 5 anos de idade nas comunidades rurais e comunidades adjacentes e também para solicitar registro no INEP/MEC com nome institucional; resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica criado o Centro de Educação Infantil Rural "Salto da Água Verde", situado na Localidade Salto da Água Verde.

Art. 2º - Fica criado o Centro de Educação Infantil Rural "Santa Bárbara", situado na Localidade Rio dos Pardos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 045/2015

DECRETO Nº. 045/2015

LUIZ ALBERTO RINSCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.509 de 06/03/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.509 de 06/03/2015, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional: seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços urbanos
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Atividade 2.025 - Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 50.000,00
Recursos 11200 - Conv. Trânsito - SSP/SC - Prefeitura

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços urbanos
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Atividade 2.025 - Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 50.000,00
Recursos 11200 - Conv. Trânsito - SSP/SC - Prefeitura

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 06 de março 2015.
LUIZ ALBERTO RINSCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 046/2015

DECRETO Nº. 046/2015

LUIZ ALBERTO RINSCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da constituição de comissão específica para a avaliação dos produtos constantes nos processos de Licitação para o registro de preços de materiais de limpeza, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Avaliação dos Produtos Constantes nos Processos de Licitação para Registro de Preços de Materiais de Limpeza, esta composta pelos seguintes servidores:

1. Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento:
 - 1.1 - Roseli Dobroshinskei - Presidente;
2. Secretaria Municipal de Educação:
 - 2.1 - Cristiane de Lima Carvalho;
 - 2.2 - Maria Conceição Pereira;
3. Secretaria Municipal de Saúde:
 - 3.1 - Adriana Farias - Secretária;
 - 3.2 - Damaris Aparecida de Cassia Krul Pires.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto nº 017/2013.

Canoinhas/SC, 11 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINSCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 047/2015

DECRETO Nº. 047/2015

LUIZ ALBERTO RINSCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RETIFICAR O DECRETO Nº. 032/2015

Art. 1º - Fica retificado o Art. 1º do Decreto nº 032/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.591,48 m² (Um mil, quinhentos e noventa e um metros e quarenta e oito decímetros quadrados), procedido por WOLFGANG NEPOMUCENO PINTO, situado na Rua Saulo de Carvalho, no Bairro Alto da Tijuca, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 16.359, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 06 com área de 1.063,48 m² e lote nº 20 com área de 528,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 243, conforme requerimento

protocolado sob nº. 409/2015.”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 12/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 048/2015

DECRETO Nº. 048/2015

RATIFICA DECRETO Nº. 059/2014 DESMEMBRAMENTO
DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 059/2014, que aprovou o desmembramento de terreno urbano com área de 594,50m² (Quinhentos e noventa e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), procedido por GILBERTO SEBASTIÃO GARRETT situado na Rua Derby Fontana, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 28.770, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 25 com área de 200,00 m² e lote nº 02 com área de 394,50 m², ambos pertencentes à quadra nº 001, conforme requerimento protocolado sob nº. 2010/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 245/2015

PORTARIA Nº. 245/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990;

SUSPENDER VANTAGENS

Art. 1º - Ficam suspensas por prazo indeterminado as concessões de vantagens de ordem pessoal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 10/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/15

HOMOLOGAÇÃO: 18/03/15

CONTRATADO: LEANDRO REI PEREIRA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO (COM CAPACIDADE DE 9.000, 12.000 E 18.000 Btus), COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL NECESSÁRIO, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)

DATA: 18/03/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/15

HOMOLOGAÇÃO: 18/03/15

CONTRATADO: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO (COM CAPACIDADE DE 9.000, 12.000 E 18.000 Btus), COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL NECESSÁRIO, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

DATA: 18/03/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

DECRETO Nº 052/2015**DECRETO Nº. 052/2015****“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 02/SME/2015”**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

HOMOLOGAR

Art. 1º - Fica homologado o resultado do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Profissionais, para atuar junto à Secretaria Municipal de Educação, no Edital nº 02/SME/2015, conforme relação dos candidatos em “anexo”.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

ANEXO I CLASSIFICAÇÃO FINAL

Administrador Escolar Todos os Níveis														Instrutor Agrícola Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação	Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação		
					Acertos	Nota	Acertos	Nota											Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	4	49895	Karina De Fatima Gomes	06/02/1989	8	2,00	17	4,25	25	6,25	1,60	7,85	Aprovado	1	9	51558	Amilton Froehner (Estatuto idoso)	07/02/1952	12	3,00	5	1,25	17	4,25	Aprovado		
2	2	50373	Fabiane Emanuele Do Prado	28/05/1985	6	1,50	16	4,00	22	5,50	1,35	6,85	Aprovado	2	21	50399	Marco Rafael Reva	06/09/1995	11	2,75	6	1,50	17	4,25	Aprovado		
3	7	50268	Ricardo Erzinger	03/09/1989	6	1,50	17	4,25	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado	3	11	50228	Argeu Camilo Franciscon	14/07/1964	9	2,25	7	1,75	16	4,00	Aprovado		
4	1	50251	Elenice Aparecida Karvat	10/07/1969	5	1,25	15	3,75	20	5,00	0,35	5,35	Aprovado	4	19	51244	Lucio Erivelton Dos Santos	31/12/1996	9	2,25	7	1,75	16	4,00	Aprovado		
5	6	51071	Renan Jankovsky	01/03/1996	7	1,75	8	2,00	15	3,75	0,00	3,75	Aprovado	5	25	50981	Sandro Ricardo Koch	03/02/1976	11	2,75	5	1,25	16	4,00	Aprovado		
														6	15	51256	Glaucio De Meira Colaco	05/05/1978	9	2,25	6	1,50	15	3,75	Aprovado		
														7	23	51067	Ronaldo Bay	15/03/1992	10	2,50	5	1,25	15	3,75	Aprovado		
														8	8	51345	Ademir Jose De Carvalho	18/03/1984	8	2,00	6	1,50	14	3,50	Aprovado		
														9	18	51427	Jorge Mario Wille	18/06/1969	6	1,50	7	1,75	13	3,25	Aprovado		

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

10	10	50346	Ana Paula Paiva Bitencourt De Lima Carvalho	16/02/1982	5	1,25	7	1,75	12	3,00	Aprovado
11	16	51602	Joao Saulo Muller	09/09/1955	6	1,50	5	1,25	11	2,75	Aprovado
12	14	50878	Elisabete Aparecida Alegri	01/09/1974	6	1,50	5	1,25	11	2,75	Aprovado
13	17	50779	Jonas Carvalho Do Prado	14/10/1991	5	1,25	4	1,00	9	2,25	Aprovado
Monitor de Educação Especial Todos os Níveis											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	51	50590	Beatriz De Fatima Pontes	26/01/1995	15	3,75	19	4,75	34	8,50	Aprovado
2	164	50979	Scheila Reva	10/03/1990	17	4,25	17	4,25	34	8,50	Aprovado
3	148	50833	Neucimara Panfil	04/07/1979	16	4,00	17	4,25	33	8,25	Aprovado
4	139	49751	Maria Lucia Pereira Bonfim	22/06/1978	12	3,00	19	4,75	31	7,75	Aprovado
5	76	49762	Elaine Schiessl De Lima	05/12/1988	13	3,25	18	4,50	31	7,75	Aprovado
6	112	50558	Josiane Erzingher	27/12/1980	11	2,75	19	4,75	30	7,50	Aprovado
7	73	49761	Dirce Batista Moreira Dos Anjos	30/05/1967	12	3,00	18	4,50	30	7,50	Aprovado
8	77	51452	Elcio Mario Ningeleski Junior	22/10/1991	13	3,25	17	4,25	30	7,50	Aprovado
9	38	50941	Andre Granemann Damas	28/07/1995	13	3,25	17	4,25	30	7,50	Aprovado
10	91	51088	Franciele Grosskopf	28/03/1987	10	2,50	19	4,75	29	7,25	Aprovado
11	66	49522	Daniele Soraia Lucas	09/08/1991	11	2,75	18	4,50	29	7,25	Aprovado
12	105	50819	Jessica Thais Santos Lima	17/09/1991	12	3,00	17	4,25	29	7,25	Aprovado
13	110	50561	Jolsimari Erzingher	25/05/1982	11	2,75	17	4,25	28	7,00	Aprovado
14	63	50209	Dahra Boreck	18/04/1996	11	2,75	17	4,25	28	7,00	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

15	180	50204	Zenilda Iachitzki	29/06/1977	12	3,00	16	4,00	28	7,00	Aprovado
16	107	51267	Joceli Schueller	18/09/1977	12	3,00	16	4,00	28	7,00	Aprovado
17	138	51129	Maria Dionete Caetano Gonçalves	21/07/1970	14	3,50	14	3,50	28	7,00	Aprovado
18	32	50888	Ana Carla Ferreira De Souza	06/04/1992	9	2,25	18	4,50	27	6,75	Aprovado
19	167	50193	Solange Schiessl Fagundes Dos Passos	24/02/1978	10	2,50	17	4,25	27	6,75	Aprovado
20	87	50223	Eveline Gisele Steilein	30/11/1981	10	2,50	17	4,25	27	6,75	Aprovado
21	40	50821	Andrea Regina Morais	18/12/1982	10	2,50	17	4,25	27	6,75	Aprovado
22	80	51513	Eliane Carla Engel	20/11/1984	10	2,50	17	4,25	27	6,75	Aprovado
23	168	49726	Suelen Regina Correia	27/12/1986	10	2,50	17	4,25	27	6,75	Aprovado
24	100	50701	Jaine Aparecida Correa De Paula	19/02/1993	11	2,75	16	4,00	27	6,75	Aprovado
25	53	49716	Camila Justino De Souza	17/04/1995	12	3,00	15	3,75	27	6,75	Aprovado
26	78	49769	Elenita Zaluski Kelczeski	15/06/1996	13	3,25	14	3,50	27	6,75	Aprovado
27	170	50178	Susy Aparecida Gapski	04/07/1989	7	1,75	19	4,75	26	6,50	Aprovado
28	136	51147	Maria Claudineia Randig	27/12/1979	8	2,00	18	4,50	26	6,50	Aprovado
29	128	49853	Lucimara Lis	07/02/1989	8	2,00	18	4,50	26	6,50	Aprovado
30	150	49697	Noeci Cecilia Granemann Damas	21/11/1967	9	2,25	17	4,25	26	6,50	Aprovado
31	37	49531	Ana Paula Rosa Krzyzyk	24/07/1981	9	2,25	17	4,25	26	6,50	Aprovado
32	113	50554	Josimar Carneiro	03/05/1986	9	2,25	17	4,25	26	6,50	Aprovado
33	162	49872	Sandi Maiara De Lima	13/02/1993	9	2,25	17	4,25	26	6,50	Aprovado
34	34	50078	Ana Marta Feger	05/10/1966	10	2,50	16	4,00	26	6,50	Aprovado
35	157	50919	Rosilda Wendt Gomes De Camargo	17/09/1976	10	2,50	16	4,00	26	6,50	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460-000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

36	119	49519	Juraci Grittens Dos Santos	22/06/1983	10	2,50	16	4,00	26	6,50	Aprovado
37	85	49633	Erica Daiana Maximo	04/08/1986	10	2,50	16	4,00	26	6,50	Aprovado
38	92	50117	Francielle Schmitk Gasperin	03/01/1989	10	2,50	16	4,00	26	6,50	Aprovado
39	173	50363	Tatiane Do Carmo Dias Machado	23/10/1996	11	2,75	15	3,75	26	6,50	Aprovado
40	133	49795	Marcia Regina Rodrigues Ferreira Filho	16/07/1979	7	1,75	18	4,50	25	6,25	Aprovado
41	82	50477	Elizandra Claudineia Teleginski	21/04/1983	7	1,75	18	4,50	25	6,25	Aprovado
42	120	50314	Jusimara Da Silveira	19/08/1979	8	2,00	17	4,25	25	6,25	Aprovado
43	117	51173	Juliane Correa De Almeida Bueno De Oliveira Cordeiro	10/06/1984	8	2,00	17	4,25	25	6,25	Aprovado
44	75	50169	Elaine Regina Goncalves De Oliveira	19/08/1995	8	2,00	17	4,25	25	6,25	Aprovado
45	152	51467	Raquel Tananuska	22/01/1975	9	2,25	16	4,00	25	6,25	Aprovado
46	179	50219	Viviane Cardoso	09/09/1981	9	2,25	16	4,00	25	6,25	Aprovado
47	60	50958	Claudete Urbanek Alves Massaneiro	24/08/1979	10	2,50	15	3,75	25	6,25	Aprovado
48	122	50297	Katia Regiane Ferreira Ennes	02/02/1982	10	2,50	15	3,75	25	6,25	Aprovado
49	125	50291	Leticia Da Silva	06/07/1988	10	2,50	15	3,75	25	6,25	Aprovado
50	144	50541	Marisa Loik Dos Santos Geraldo	16/09/1981	7	1,75	17	4,25	24	6,00	Aprovado
51	65	50208	Daniela Leandro	11/05/1987	7	1,75	17	4,25	24	6,00	Aprovado
52	123	49992	Kelin Lisiane Gluczkowski	14/04/1995	7	1,75	17	4,25	24	6,00	Aprovado
53	98	51148	Ivete Terezinha Da Siva	29/05/1968	8	2,00	16	4,00	24	6,00	Aprovado
54	135	50341	Maria Aparecida Rogalski Waldmann	03/08/1971	8	2,00	16	4,00	24	6,00	Aprovado
55	130	51214	Maiara Carvalho Do Prado Voigt	09/04/1987	8	2,00	16	4,00	24	6,00	Aprovado
56	39	50538	Andrea Lesnioski Porta	14/08/1984	9	2,25	15	3,75	24	6,00	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

57	124	50337	Leonir Sales Dos Santos Riske	18/03/1962	10	2,50	14	3,50	24	6,00	Aprovado
58	121	51207	Karin Sarah Bukart	26/06/1991	10	2,50	14	3,50	24	6,00	Aprovado
59	104	50962	Jenifer Silveira Valente	31/08/1993	10	2,50	14	3,50	24	6,00	Aprovado
60	27	50526	Adriana Baze	17/11/1993	6	1,50	17	4,25	23	5,75	Aprovado
61	155	50675	Roseli Aparecida Ferreira Bechel	01/05/1971	7	1,75	16	4,00	23	5,75	Aprovado
62	116	51290	Juliana Kegler De Paula Pinto	20/03/1988	7	1,75	16	4,00	23	5,75	Aprovado
63	55	51466	Carolina Aparecida Dumke	04/10/1993	8	2,00	15	3,75	23	5,75	Aprovado
64	52	49367	Camila Goncalves	12/06/1988	9	2,25	14	3,50	23	5,75	Aprovado
65	81	49688	Elisangela Antunes E Silva Ferreira	21/09/1979	10	2,50	13	3,25	23	5,75	Aprovado
66	41	51005	Andreia Kautz	15/11/1994	5	1,25	17	4,25	22	5,50	Aprovado
67	42	51356	Andresa Ferreira	23/01/1995	6	1,50	16	4,00	22	5,50	Aprovado
68	174	50533	Tereza Lucimara Gabriel Geraldo	07/02/1978	7	1,75	15	3,75	22	5,50	Aprovado
69	83	51385	Emanuele Carvalho Do Prado	11/08/1989	7	1,75	15	3,75	22	5,50	Aprovado
70	59	51066	Claudete Rodrigues Gravi Goncalves	17/09/1991	7	1,75	15	3,75	22	5,50	Aprovado
71	142	49921	Marilza Stein Borges	09/07/1967	8	2,00	14	3,50	22	5,50	Aprovado
72	28	50316	Alexandra Ostroski	16/03/1984	8	2,00	14	3,50	22	5,50	Aprovado
73	97	50236	Iriely Da Cruz	21/07/1984	8	2,00	14	3,50	22	5,50	Aprovado
74	141	50546	Maria Tatiane Koge Nogath	28/10/1990	8	2,00	14	3,50	22	5,50	Aprovado
75	111	50843	Joseli De Fatima Popovitz	18/03/1980	9	2,25	13	3,25	22	5,50	Aprovado
76	172	51296	Tania Franciele Pereira Da Silva	17/03/1989	9	2,25	13	3,25	22	5,50	Aprovado
77	88	50098	Fabiane Barbosa	15/02/1990	4	1,00	17	4,25	21	5,25	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

78	156	50536	Roseli Schmitberger Dos Santos	24/04/1980	5	1,25	16	4,00	21	5,25	Aprovado
79	43	50007	Andriele Da Rocha	23/05/1994	5	1,25	16	4,00	21	5,25	Aprovado
80	175	51403	Thais Da Rocha Cordeiro	27/02/1995	5	1,25	16	4,00	21	5,25	Aprovado
81	101	51289	Janete Kaminski Rincon	17/04/1973	6	1,50	15	3,75	21	5,25	Aprovado
82	158	51020	Rosilene Nogath	18/01/1983	6	1,50	15	3,75	21	5,25	Aprovado
83	49	51405	Auria Tamara Chuk	01/12/1969	7	1,75	14	3,50	21	5,25	Aprovado
84	153	49681	Rosa Maria De Souza	30/11/1977	7	1,75	14	3,50	21	5,25	Aprovado
85	46	50142	Angela Cristina Dolla	27/05/1978	7	1,75	14	3,50	21	5,25	Aprovado
86	61	51048	Cleomara Aparecida Da Silva	06/03/1996	7	1,75	14	3,50	21	5,25	Aprovado
87	134	51347	Mari Eli Cordeiro	15/07/1973	8	2,00	13	3,25	21	5,25	Aprovado
88	126	50340	Leticia Deller Morvan Mendes	07/02/1989	8	2,00	13	3,25	21	5,25	Aprovado
89	106	50214	Joceli Belarmino Rodrigues Ribeiro	09/06/1987	2	0,50	18	4,50	20	5,00	Aprovado
90	33	49837	Ana Carolina Ferreira Dos Santos	28/11/1994	4	1,00	16	4,00	20	5,00	Aprovado
91	166	51463	Siomara Popovicz	27/10/1982	5	1,25	15	3,75	20	5,00	Aprovado
92	89	49894	Fabiani Aparecida Hitner Ponijaleki	18/05/1977	6	1,50	14	3,50	20	5,00	Aprovado
93	74	49956	Dirce Maria Chupel Regodzinski	09/08/1977	6	1,50	14	3,50	20	5,00	Aprovado
94	154	50414	Rosana Da Silva	27/07/1979	6	1,50	14	3,50	20	5,00	Aprovado
95	127	50261	Luana Coelho Vezaro	18/02/1990	6	1,50	14	3,50	20	5,00	Aprovado
96	26	50961	Adriana Bayel	19/01/1970	7	1,75	13	3,25	20	5,00	Aprovado
97	165	51195	Silmara Regina Karvat Artnr	27/05/1981	7	1,75	13	3,25	20	5,00	Aprovado
98	96	51011	Ines Ricardo De Jesus Schimborski	28/03/1973	8	2,00	12	3,00	20	5,00	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

99	171	51556	Taciana Pazda Cordeiro	24/07/1976	8	2,00	12	3,00	20	5,00	Aprovado
100	129	50112	Luiz Fernando Padilha	20/11/1995	8	2,00	12	3,00	20	5,00	Aprovado
101	140	50220	Maria Talita Tabora	27/09/1987	3	0,75	16	4,00	19	4,75	Aprovado
102	45	51545	Andrieli Soares	22/09/1994	3	0,75	16	4,00	19	4,75	Aprovado
103	114	50786	Jucimara Muller Novack	06/03/1973	4	1,00	15	3,75	19	4,75	Aprovado
104	131	49927	Maiara Daiane Rosa	05/09/1990	4	1,00	15	3,75	19	4,75	Aprovado
105	69	51369	Danlei Cordeiro	11/06/1996	4	1,00	15	3,75	19	4,75	Aprovado
106	47	50160	Angelica Niezelski	03/03/1992	6	1,50	13	3,25	19	4,75	Aprovado
107	103	50887	Jaqueline De Paula	29/03/1992	6	1,50	13	3,25	19	4,75	Aprovado
108	54	49654	Carine Batista Moreira Dos Anjos	01/07/1996	7	1,75	12	3,00	19	4,75	Aprovado
109	151	50681	Patricia Goncalves Padilha Cubas Muller	23/08/1977	4	1,00	14	3,50	18	4,50	Aprovado
110	149	51532	Nilza Soares Ricardo	13/12/1976	5	1,25	13	3,25	18	4,50	Aprovado
111	29	51529	Aline De Souza Ruchinski	20/05/1990	5	1,25	13	3,25	18	4,50	Aprovado
112	50	50157	Barbara Dumke	14/09/1990	5	1,25	13	3,25	18	4,50	Aprovado
113	44	49862	Andriele Yasmin Da Silveira	09/09/1993	5	1,25	13	3,25	18	4,50	Aprovado
114	137	50382	Maria De J. R. Cordeiro	22/07/1967	3	0,75	14	3,50	17	4,25	Aprovado
115	146	50651	Marlene De Lima Kochan	05/04/1979	3	0,75	14	3,50	17	4,25	Aprovado
116	147	50048	Mayara Aparecida Da Silva	04/11/1994	3	0,75	14	3,50	17	4,25	Aprovado
117	64	50994	Daiane Kautz	01/08/1989	4	1,00	13	3,25	17	4,25	Aprovado
118	94	49741	Gilmar Dos Anjos	14/06/1994	4	1,00	13	3,25	17	4,25	Aprovado
119	35	49547	Ana Paula Baptista	02/03/1988	7	1,75	10	2,50	17	4,25	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

120	159	50995	Rozinilda Groscoopp	25/08/1973	5	1,25	11	2,75	16	4,00	Aprovado
121	56	50616	Cassiane Consulo	09/04/1998	6	1,50	10	2,50	16	4,00	Aprovado
122	95	51032	Gizeli Catia Lopes Polak	01/12/1988	7	1,75	9	2,25	16	4,00	Aprovado
123	109	50553	Jocimara Carneiro Tichevski	20/01/1991	7	1,75	9	2,25	16	4,00	Aprovado
124	177	51283	Valdeci De Fatima Rosa Kath	15/10/1963	4	1,00	11	2,75	15	3,75	Aprovado
125	36	51404	Ana Paula Cordeiro	22/04/1994	4	1,00	11	2,75	15	3,75	Aprovado
126	93	51497	Gerson Hoffmann Santi Filho	28/07/1995	6	1,50	9	2,25	15	3,75	Aprovado
127	57	51295	Celiane De Fatima Ribeiro	25/06/1981	2	0,50	11	2,75	13	3,25	Aprovado
128	79	51299	Eleoni Dos Santos	19/04/1973	1	0,25	9	2,25	10	2,50	Aprovado
129	99	51433	Ivone De Fatima Ferreira Dos Santos	05/11/1980	3	0,75	7	1,75	10	2,50	Aprovado
130	84	51187	Erica Da Silva Idalencio	17/08/1994	3	0,75	7	1,75	10	2,50	Aprovado
131	90	49831	Flavia Stuski Schicolski	24/07/1996	4	1,00	5	1,25	9	2,25	Aprovado
Monitor de Educação Infantil Todos os Níveis											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	222	50749	Denise Karpen	22/06/1979	11	2,75	16	4,00	27	6,75	Aprovado
2	329	50715	Samuel De Aguiar Simoes	21/06/1987	11	2,75	16	4,00	27	6,75	Aprovado
3	353	51242	Viridiana Dos Santos	05/05/1980	12	3,00	15	3,75	27	6,75	Aprovado
4	192	51455	Ana Paula Arther	20/06/1994	12	3,00	15	3,75	27	6,75	Aprovado
5	351	49450	Tatiane Zientara De Lima	07/10/1985	13	3,25	14	3,50	27	6,75	Aprovado
6	256	50385	Jennifer Wolter	14/04/1993	14	3,50	13	3,25	27	6,75	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

7	0	51501	Tatiane Gomes de Camargo	09/05/1997	9	2,25	17	4,25	26	6,50	Aprovado
8	268	50730	Juliana Kriginski	08/12/1978	11	2,75	15	3,75	26	6,50	Aprovado
9	211	50991	Claudete Kondras Ferreira	16/12/1976	12	3,00	14	3,50	26	6,50	Aprovado
10	270	51002	Juliani De Fatima Schipitoski	17/04/1994	12	3,00	14	3,50	26	6,50	Aprovado
11	189	50511	Ana Claudia Beje	07/07/1988	9	2,25	16	4,00	25	6,25	Aprovado
12	205	50456	Carine Correa	04/08/1995	9	2,25	16	4,00	25	6,25	Aprovado
13	209	51126	Cassiana Baptista Pires	16/11/1980	10	2,50	15	3,75	25	6,25	Aprovado
14	272	50817	Karine Hauerbach	05/01/1997	11	2,75	14	3,50	25	6,25	Aprovado
15	208	50655	Caroline Neves	10/04/1982	8	2,00	16	4,00	24	6,00	Aprovado
16	254	50605	Jaqueline Farias Cardoso De Jesus	31/01/1986	9	2,25	15	3,75	24	6,00	Aprovado
17	219	50676	Danieli Aparecida Oliveira	06/12/1987	9	2,25	15	3,75	24	6,00	Aprovado
18	184	51246	Aline Marisa Bazzanella	11/05/1990	9	2,25	15	3,75	24	6,00	Aprovado
19	257	49937	Jeniffer Massaneiro Pichebichevski	14/01/1994	9	2,25	15	3,75	24	6,00	Aprovado
20	278	49583	Larissa Santos Lima	28/01/1997	9	2,25	15	3,75	24	6,00	Aprovado
21	285	50740	Leticia Magalhaes	15/04/1990	10	2,50	14	3,50	24	6,00	Aprovado
22	220	51137	Debora Correa Pinto	08/11/1990	10	2,50	14	3,50	24	6,00	Aprovado
23	264	50064	Joice Fidencio Da Costa Guzinski	11/11/1996	10	2,50	14	3,50	24	6,00	Aprovado
24	314	50114	Patricia Barbosa Da Silva	28/02/1996	11	2,75	13	3,25	24	6,00	Aprovado
25	212	50835	Claudia Emi Kellner	12/12/1965	12	3,00	12	3,00	24	6,00	Aprovado
26	346	51001	Suzane Ribeiro Da Cruz Cardoso	29/03/1984	12	3,00	12	3,00	24	6,00	Aprovado
27	308	51153	Michele Karvat	29/03/1994	8	2,00	15	3,75	23	5,75	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

28	311	50988	Natana Mara Bueno Da Rocha	15/07/1995	8	2,00	15	3,75	23	5,75	Aprovado
29	229	51262	Eliete Neres De Meira Barbosa	13/08/1972	9	2,25	14	3,50	23	5,75	Aprovado
30	304	50909	Marineia Aparecida Vieira De Lima Alegri	02/09/1975	9	2,25	14	3,50	23	5,75	Aprovado
31	306	49620	Mayara Graciano Vaz	15/05/1992	9	2,25	14	3,50	23	5,75	Aprovado
32	292	51605	Maiara Ribeiro Frogel	25/11/1994	9	2,25	14	3,50	23	5,75	Aprovado
33	331	50492	Sandra Goncalves Palhano Dos Santos	08/07/1969	10	2,50	13	3,25	23	5,75	Aprovado
34	281	50459	Leoni Maria Marschalk Feskiu	02/02/1965	11	2,75	12	3,00	23	5,75	Aprovado
35	199	51419	Bruna Andressa Cochen	09/04/1995	5	1,25	17	4,25	22	5,50	Aprovado
36	202	49898	Bruna Neumann	29/03/1995	6	1,50	16	4,00	22	5,50	Aprovado
37	232	50120	Elisangela Screpec Izidio	27/08/1983	7	1,75	15	3,75	22	5,50	Aprovado
38	207	49554	Caroline Miiher Stocker	08/01/1991	8	2,00	14	3,50	22	5,50	Aprovado
39	233	51175	Fabiane Aparecida Colaco	08/08/1994	8	2,00	14	3,50	22	5,50	Aprovado
40	183	50156	Aline Aparecida Gurzinski	01/07/1997	8	2,00	14	3,50	22	5,50	Aprovado
41	302	50508	Marilsa Langer	05/04/1972	9	2,25	13	3,25	22	5,50	Aprovado
42	287	51425	Lindamar De Oliveiradias	29/11/1978	9	2,25	13	3,25	22	5,50	Aprovado
43	288	49721	Lorena Moreira Mayer	02/03/1995	9	2,25	13	3,25	22	5,50	Aprovado
44	203	50523	Cacilda Wardenski De Freitas	29/07/1976	10	2,50	12	3,00	22	5,50	Aprovado
45	298	49899	Maria Ines Lisboa	06/12/1979	10	2,50	12	3,00	22	5,50	Aprovado
46	261	51112	Jessica Regina Moreira	25/08/1991	10	2,50	12	3,00	22	5,50	Aprovado
47	343	50005	Solange Aparecida De Souza Prestes	02/01/1979	11	2,75	11	2,75	22	5,50	Aprovado
48	315	51310	Patricia Brandl Porta	13/12/1996	11	2,75	11	2,75	22	5,50	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

49	230	50210	Elisa Aparecida Cordeiro Haubricht	26/09/1989	4	1,00	17	4,25	21	5,25	Aprovado
50	333	51025	Scheila De Fatima Piechontcoski	24/04/1991	5	1,25	16	4,00	21	5,25	Aprovado
51	201	49993	Bruna Marielli Sampaio Nepomuceno	18/03/1997	6	1,50	15	3,75	21	5,25	Aprovado
52	231	51418	Elisangela Pfleger	23/02/1989	7	1,75	14	3,50	21	5,25	Aprovado
53	319	51363	Renata Cristiane Hatschbach	09/01/1998	7	1,75	14	3,50	21	5,25	Aprovado
54	238	50265	Franciane Tamara Fuck	13/03/1989	8	2,00	13	3,25	21	5,25	Aprovado
55	236	50472	Flavia Cristina De Lima	12/04/1990	8	2,00	13	3,25	21	5,25	Aprovado
56	266	51086	Josiele Schepanski	03/01/1993	8	2,00	13	3,25	21	5,25	Aprovado
57	210	50199	Charlene Karine Desouzafigura	18/10/1986	9	2,25	12	3,00	21	5,25	Aprovado
58	226	50197	Elenice Kucarz	24/08/1988	10	2,50	11	2,75	21	5,25	Aprovado
59	237	50719	Franciane De Fatima Ostroski	04/06/1993	6	1,50	14	3,50	20	5,00	Aprovado
60	338	51390	Siomara Do Rocio Marcondes Safanelli	27/08/1969	7	1,75	13	3,25	20	5,00	Aprovado
61	235	50402	Fernanda Gomes Do Valle	14/07/1990	7	1,75	13	3,25	20	5,00	Aprovado
62	347	50902	Tamires Querino De Lima	17/02/1994	7	1,75	13	3,25	20	5,00	Aprovado
63	249	51225	Janaina Tacheviski	08/06/1994	7	1,75	13	3,25	20	5,00	Aprovado
64	263	50495	Joice Aparecida Cordeiro	02/10/1996	7	1,75	13	3,25	20	5,00	Aprovado
65	259	50780	Jessica Fernanda Hinke Rosa	06/01/1997	7	1,75	13	3,25	20	5,00	Aprovado
66	242	50206	Helena Mathias Piermann	16/10/1978	4	1,00	15	3,75	19	4,75	Aprovado
67	290	50515	Luciane De Jesus Fernandes Ferreira	26/01/1982	4	1,00	15	3,75	19	4,75	Aprovado
68	221	51097	Deborah Maria Dranka	03/04/1994	4	1,00	15	3,75	19	4,75	Aprovado
69	341	51190	Sirlene Rodrigues Colaco Pinto	12/06/1986	5	1,25	14	3,50	19	4,75	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

70	300	51241	Maria Sueli Adamski Vouk	23/08/1986	5	1,25	14	3,50	19	4,75	Aprovado
71	250	50437	Janaine Aparecida Juraszck	06/08/1989	5	1,25	14	3,50	19	4,75	Aprovado
72	309	51568	Nadia Raquel Da Rocha	10/12/1980	6	1,50	13	3,25	19	4,75	Aprovado
73	234	49500	Fernanda Baptista Moreira Voigt	24/01/1989	7	1,75	12	3,00	19	4,75	Aprovado
74	291	51313	Maiara Leite	26/12/1994	7	1,75	12	3,00	19	4,75	Aprovado
75	182	50927	Adriane Jack	08/10/1976	8	2,00	11	2,75	19	4,75	Aprovado
76	295	50494	Marciana Hinke	23/10/1976	8	2,00	11	2,75	19	4,75	Aprovado
77	245	51593	Itacilma Franciele Sobrinho	30/05/1978	8	2,00	11	2,75	19	4,75	Aprovado
78	342	51424	Soeli Terezinha Rocha De Almeida	10/09/1979	8	2,00	11	2,75	19	4,75	Aprovado
79	327	50354	Sabrina Hening	13/03/1990	9	2,25	10	2,50	19	4,75	Aprovado
80	339	50144	Sirlei De Fatima Schimidt	26/11/1985	4	1,00	14	3,50	18	4,50	Aprovado
81	185	49942	Aline Patricia Massaneiro Carlim	14/06/1988	4	1,00	14	3,50	18	4,50	Aprovado
82	227	50828	Eliane Aparecida Dias De Moraes	11/10/1987	5	1,25	13	3,25	18	4,50	Aprovado
83	253	51343	Jaqueline Aparecida Carvalho De Lima	31/01/1995	5	1,25	13	3,25	18	4,50	Aprovado
84	280	51172	Leni Basilio Piechontcoski	23/09/1972	7	1,75	11	2,75	18	4,50	Aprovado
85	296	51447	Margarete De Jesus Correa Herbest	19/08/1973	7	1,75	11	2,75	18	4,50	Aprovado
86	213	50179	Cristiane Aparecida Colaco	20/07/1983	7	1,75	11	2,75	18	4,50	Aprovado
87	307	51328	Mayara Mara Martinhuk	13/12/1996	7	1,75	11	2,75	18	4,50	Aprovado
88	310	50407	Nadira Pereira Do Nascimento Guesser	03/01/1974	8	2,00	10	2,50	18	4,50	Aprovado
89	282	50725	Leoni Nogueira	09/09/1978	8	2,00	10	2,50	18	4,50	Aprovado
90	217	50751	Daiana Kegler De Paula Pinto	09/11/1984	8	2,00	10	2,50	18	4,50	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

91	255	51590	Jaqueline Vieira Dos Santos	13/01/1994	8	2,00	10	2,50	18	4,50	Aprovado
92	193	49723	Ana Paula Daga	28/03/1995	9	2,25	9	2,25	18	4,50	Aprovado
93	243	50579	Iracilda Kaminski Alves Massaneiro	19/01/1974	4	1,00	13	3,25	17	4,25	Aprovado
94	194	51536	Andreia Kubrack Gruber	05/02/1975	4	1,00	13	3,25	17	4,25	Aprovado
95	225	50916	Elen Jaine Cordeiro	25/04/1990	4	1,00	13	3,25	17	4,25	Aprovado
96	200	50196	Bruna Kriczinski	15/12/1996	4	1,00	13	3,25	17	4,25	Aprovado
97	269	50531	Juliana Aparecida Babisz	03/05/1982	5	1,25	12	3,00	17	4,25	Aprovado
98	283	50027	Leticia Camargo	22/08/1988	5	1,25	12	3,00	17	4,25	Aprovado
99	318	51037	Regiane Renata Jankovsky Padilha	04/06/1985	6	1,50	11	2,75	17	4,25	Aprovado
100	277	49492	Kerolay Karpavicius Torquato	14/01/1992	6	1,50	11	2,75	17	4,25	Aprovado
101	181	50964	Adenilson Brey	02/02/1996	6	1,50	11	2,75	17	4,25	Aprovado
102	289	49503	Luana Regina De Mattos Furst	19/08/1982	7	1,75	10	2,50	17	4,25	Aprovado
103	337	50647	Simone Schroeder Leite	04/07/1985	7	1,75	10	2,50	17	4,25	Aprovado
104	246	49860	Jacira Schiessl (Estatuto do Idoso)	12/07/1954	7	1,75	9	2,25	16	4,00	Aprovado
105	316	51203	Patricia Stanski	23/12/1991	3	0,75	13	3,25	16	4,00	Aprovado
106	265	50284	Joraci Correa De Siqueira	07/05/1955	4	1,00	12	3,00	16	4,00	Aprovado
107	305	51387	Marli Sempkoviski	14/06/1980	4	1,00	12	3,00	16	4,00	Aprovado
108	191	51471	Ana Maria Domingos Pinto Maia	08/07/1984	4	1,00	12	3,00	16	4,00	Aprovado
109	340	49678	Sirlene Maria De Souza	13/02/1991	5	1,25	11	2,75	16	4,00	Aprovado
110	303	51115	Marina Neizer Dos Santos	02/06/1992	5	1,25	11	2,75	16	4,00	Aprovado
111	271	50876	Karine Eliza Nepomuceno	09/10/1993	5	1,25	11	2,75	16	4,00	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

112	188	50970	Ana Caroline Medeiros Franco	18/01/1994	5	1,25	11	2,75	16	4,00	Aprovado
113	247	51094	Jaine Maria Alves Weklak	04/03/1992	6	1,50	10	2,50	16	4,00	Aprovado
114	348	50138	Tatiana De Jesus	01/08/1984	7	1,75	9	2,25	16	4,00	Aprovado
115	274	50537	Karla Feldmann Lader	24/07/1987	1	0,25	14	3,50	15	3,75	Aprovado
116	214	51291	Cristiane Correa	21/07/1983	3	0,75	12	3,00	15	3,75	Aprovado
117	326	51151	Rueli Dos Santos Correa	11/09/1990	3	0,75	12	3,00	15	3,75	Aprovado
118	260	50918	Jessica Mara Dos Passos Tavares	11/06/1995	3	0,75	12	3,00	15	3,75	Aprovado
119	332	49588	Scharlize De Moura Nascimento	20/04/1990	4	1,00	11	2,75	15	3,75	Aprovado
120	345	51348	Suzamara Cheuchuk	19/09/1993	4	1,00	11	2,75	15	3,75	Aprovado
121	344	50348	Susamar Pagnoncelli	21/06/1980	5	1,25	10	2,50	15	3,75	Aprovado
122	293	51070	Maira Virginia Graciano Vaz Castilho	27/03/1976	6	1,50	9	2,25	15	3,75	Aprovado
123	313	51197	Nicole Karine Liller Da Silva	10/07/1992	6	1,50	9	2,25	15	3,75	Aprovado
124	197	51027	Beatriz Fernandes	01/06/1997	6	1,50	9	2,25	15	3,75	Aprovado
125	336	50366	Simone De Fatima Hening Schicolski	26/07/1986	3	0,75	11	2,75	14	3,50	Aprovado
126	279	50564	Lediane Magalhaes	01/09/1987	3	0,75	11	2,75	14	3,50	Aprovado
127	294	50859	Marcia Da Silveira	07/01/1989	4	1,00	10	2,50	14	3,50	Aprovado
128	241	50036	Gislene Aparecida Lorena	18/12/1992	4	1,00	10	2,50	14	3,50	Aprovado
129	321	50602	Roselaine Maria Diefenthaler	28/08/1967	7	1,75	7	1,75	14	3,50	Aprovado
130	325	51109	Rosilene Paul Schultz	03/05/1984	2	0,50	11	2,75	13	3,25	Aprovado
131	284	50527	Leticia Custodio	16/09/1996	3	0,75	10	2,50	13	3,25	Aprovado
132	297	50010	Maria De Lourdes Da Crus Loika	29/10/1966	4	1,00	9	2,25	13	3,25	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO

Departamento de Leis e Decretos

133	299	51337	Maria Janaina Carvalho De Lima	17/08/1996	4	1,00	9	2,25	13	3,25	Aprovado		
134	354	51402	Yanassan Gresczeschen	31/10/1995	6	1,50	7	1,75	13	3,25	Aprovado		
135	286	50212	Lili Ap. Gabriel Kuhn	02/10/1964	7	1,75	6	1,50	13	3,25	Aprovado		
136	267	51062	Josilene Vaz	05/02/1987	4	1,00	8	2,00	12	3,00	Aprovado		
137	215	50174	Cristiane Suelen Szczygiel	30/04/1990	4	1,00	8	2,00	12	3,00	Aprovado		
138	320	51182	Rosane Maria De Souza	25/02/1970	3	0,75	8	2,00	11	2,75	Aprovado		
139	216	50319	Cristina Aparecida Becker Dos Santos	02/12/1975	3	0,75	8	2,00	11	2,75	Aprovado		
140	352	50983	Vilma Tromm Dolla	20/10/1976	5	1,25	6	1,50	11	2,75	Aprovado		
141	312	50232	Neuci Isabel Alves Do Prado	16/06/1978	3	0,75	7	1,75	10	2,50	Aprovado		
142	251	51344	Janair Teixeira Spinelli	01/05/1975	4	1,00	6	1,50	10	2,50	Aprovado		
143	186	51502	Almir Jose Santi Neto	27/02/1984	5	1,25	3	0,75	8	2,00	Aprovado		
Orientador Educacional Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	362	49775	Tatiane Cristina Lopes De Albuquerque	07/09/1982	10	2,50	19	4,75	29	7,25	1,71	8,96	Aprovado
2	357	50594	Angela Patricia Waenarowski	27/01/1986	4	1,00	18	4,50	22	5,50	0,71	6,21	Aprovado
3	361	50827	Rita De Cassia Possamai Gomes Do Valle	25/09/1960	5	1,25	18	4,50	23	5,75	0,28	6,03	Aprovado
4	358	50530	Carla Cavalheiro	26/12/1984	4	1,00	12	3,00	16	4,00	1,70	5,70	Aprovado
5	356	50711	Angela Maria Pontarolo Hacker	14/01/1975	3	0,75	16	4,00	19	4,75	0,70	5,45	Aprovado
6	360	51399	Odalvia Vaurek	03/12/1954	5	1,25	15	3,75	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
7	355	50814	Almir Rogerio Schicolski	17/11/1981	7	1,75	13	3,25	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

8	359	50272	Henrique Knorek	17/10/1961	5	1,25	14	3,50	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
Pedagogo Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	380	49468	Neuseli Pokrywiecki Waldmann	25/12/1970	9	2,25	15	3,75	24	6,00	1,90	7,90	Aprovado
2	371	49574	Giselle De Araujo	21/08/1981	9	2,25	16	4,00	25	6,25	1,57	7,82	Aprovado
3	378	50299	Maria Angelica Barbosa	06/11/1986	9	2,25	15	3,75	24	6,00	1,77	7,77	Aprovado
4	366	50163	Cintia Graciliano De Araujo Do Prado	08/02/1982	7	1,75	15	3,75	22	5,50	1,90	7,40	Aprovado
5	370	50431	Eliane Valomin Durau	22/05/1974	8	2,00	11	2,75	19	4,75	1,63	6,38	Aprovado
6	382	51227	Siomara Leal De Barros Plachek	06/03/1977	6	1,50	13	3,25	19	4,75	1,52	6,27	Aprovado
7	376	51603	Luciane Soares Walter	11/03/1985	7	1,75	12	3,00	19	4,75	0,70	5,45	Aprovado
8	379	50967	Michele Cristina Wosiack	07/09/1982	7	1,75	8	2,00	15	3,75	1,49	5,24	Aprovado
9	369	51208	Edevane.voinarski	20/10/1987	8	2,00	10	2,50	18	4,50	0,70	5,20	Aprovado
10	365	51394	Angela Maria lachitzki	07/11/1987	5	1,25	15	3,75	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
11	367	51061	Cleonice De Fatima Glevinski Alves De Lima	15/12/1976	6	1,50	14	3,50	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
12	374	50357	Luciana Malinoski Erhardt	17/04/1971	3	0,75	12	3,00	15	3,75	1,21	4,96	Aprovado
13	381	50855	Rosane Denk	18/05/1992	5	1,25	14	3,50	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
14	373	50242	Lizete Didek	10/11/1982	7	1,75	12	3,00	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
15	364	51213	Adriane Claudia Marcia Bartnick De Carvalho	03/03/1973	4	1,00	13	3,25	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

16	377	49982	Lucimar Neneve Dos Santos	27/01/1968	3	0,75	8	2,00	11	2,75	1,12	3,87	Aprovado
17	372	51546	Jucimara Schiessl	07/07/1987	4	1,00	10	2,50	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
18	363	50100	Adao Carlos De Lima	05/11/1969	7	1,75	7	1,75	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
Prof. Anos Iniciais (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total	Nota	Títulos	Nota	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Prova		Final	
1	427	49799	Marilda Quirino De Almeida Ziemann	20/09/1972	9	2,25	14	3,50	23	5,75	1,53	7,28	Aprovado
2	438	49529	Silvana Aparecida Tibes	12/06/1978	7	1,75	14	3,50	21	5,25	1,7	6,95	Aprovado
3	409	49891	Idelci Kuilaski Smekatz	27/11/1981	8	2,00	12	3,00	20	5,00	1,94	6,94	Aprovado
4	404	50344	Elizabeth Aparecida Nogueira Figura	22/12/1963	8	2,00	14	3,50	22	5,50	1,42	6,92	Aprovado
5	389	50464	Alexandra Aparecida De Castro	28/05/1984	9	2,25	15	3,75	24	6,00	0,81	6,81	Aprovado
6	440	49773	Veridiani Aparecida Costa	17/11/1973	10	2,50	17	4,25	27	6,75	0,00	6,75	Aprovado
7	423	51303	Marcelo Martins De Carvalho	24/07/1987	12	3,00	15	3,75	27	6,75	0,00	6,75	Aprovado
8	396	49971	Cleia Rodrigues Ferreira Noernberg	13/04/1992	7	1,75	17	4,25	24	6,00	0,74	6,74	Aprovado
9	401	49760	Dirce Batista Moreira Dos Anjos	30/05/1967	8	2,00	13	3,25	21	5,25	1,47	6,72	Aprovado
10	403	50430	Eliane Valomin Durau	22/05/1974	5	1,25	15	3,75	20	5,00	1,63	6,63	Aprovado
11	398	51476	Cleonice De Fatima Glevinski Alves De Lima	15/12/1976	9	2,25	17	4,25	26	6,50	0,00	6,50	Aprovado
12	408	49459	Helena Zanchett	25/01/1959	8	2,00	14	3,50	22	5,50	1,00	6,50	Aprovado
13	428	50759	Marlene Kostulski Niezelski	17/09/1964	5	1,25	11	2,75	16	4,00	2,06	6,06	Aprovado
14	426	50802	Maria Veronica Schumovski	04/08/1969	6	1,50	11	2,75	17	4,25	1,78	6,03	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

15	402	51134	Eliane Leandro Gonçalves Jungles	14/12/1988	10	2,50	14	3,50	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
16	411	50136	Janete Krauss	26/12/1974	4	1,00	14	3,50	18	4,50	1,49	5,99	Aprovado
17	429	50966	Michele Cristina Wosiack	07/09/1982	6	1,50	12	3,00	18	4,50	1,49	5,99	Aprovado
18	394	50688	Carla Cavalheiro	26/12/1984	8	2,00	9	2,25	17	4,25	1,70	5,95	Aprovado
19	399	50857	Cristiana Romao Pereira	18/08/1981	7	1,75	10	2,50	17	4,25	1,65	5,90	Aprovado
20	390	50980	Andrea Pinheiro Dos Santos	19/09/1973	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,64	5,89	Aprovado
21	420	50972	Lucia Maria Wosiack	12/04/1954	11	2,75	11	2,75	22	5,50	0,35	5,85	Aprovado
22	410	49543	Ivete Terezinha Pacheco Carvalho Zucco (conforme ato 011)	23/03/1974	8	2,00	15	3,75	23	5,75	0,04	5,79	Aprovado
23	417	50609	Laura Melnechenko Iendras	10/03/1975	8	2,00	13	3,25	21	5,25	0,49	5,74	Aprovado
24	397	50586	Clenice Truppel Fagundes	30/12/1980	7	1,75	13	3,25	20	5,00	0,70	5,70	Aprovado
25	424	50540	Maria Tatiane Koge Nogath	28/10/1990	7	1,75	10	2,50	17	4,25	1,42	5,67	Aprovado
26	439	51226	Siomara Leal De Barros Plachek	06/03/1977	6	1,50	10	2,50	16	4,00	1,52	5,52	Aprovado
27	418	51443	Liliane Teleginski	18/03/1993	9	2,25	13	3,25	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
28	425	51320	Maria Vanessa Greschechen	25/03/1983	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
29	414	51365	Karem Regina Jung	14/12/1967	9	2,25	12	3,00	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
30	432	49935	Priscila Kondras Ferreira Dos Santos	20/11/1990	6	1,50	12	3,00	18	4,50	0,70	5,20	Aprovado
31	387	49405	Adriana Alves Godoy	04/08/1986	4	1,00	15	3,75	19	4,75	0,42	5,17	Aprovado
32	415	50783	Karine Petrentchuk	22/07/1980	6	1,50	14	3,50	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
33	430	49617	Michelle Segobria Ferreira	10/03/1981	7	1,75	13	3,25	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
34	419	50241	Lizete Didek	10/11/1982	8	2,00	12	3,00	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
35	437	51089	Roselis Aparecida Pacheco De Miranda	23/10/1957	6	1,50	10	2,50	16	4,00	1,00	5,00	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

[illegible]

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

3	456	50168	Elaine Regina Gonçalves De Oliveira	19/08/1995	9	2,25	15	3,75	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
4	443	51454	Ana Paula Artner	20/06/1994	6	1,50	15	3,75	21	5,25	0,70	5,95	Aprovado
5	468	51266	Joceli Schueller	18/09/1977	10	2,50	12	3,00	22	5,50	0,29	5,79	Aprovado
6	467	49677	Janice Cristina Da Silva Kryczyk	14/03/1992	10	2,50	12	3,00	22	5,50	0,28	5,78	Aprovado
7	455	50866	Diana Aparecida Schimidt De Souza Artner	28/07/1985	7	1,75	16	4,00	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado
8	475	50322	Ligia Renata Cochask	14/07/1981	9	2,25	14	3,50	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado
9	451	51218	Claudia Golec	16/09/1990	9	2,25	14	3,50	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado
10	463	50580	Fernanda Hauerbach Szczygiel	24/08/1993	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
11	461	50718	Elli Leonilda Beije Burzi	22/11/1983	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
12	469	51017	Jorge Luis Beckert Medeiros	10/10/1985	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
13	449	51575	Caroline Schlichting Vieira	01/10/1986	9	2,25	13	3,25	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
14	473	49650	Juliano De Freitas Padilha	03/01/1989	6	1,50	13	3,25	19	4,75	0,70	5,45	Aprovado
15	458	50491	Eliane De Fatima Santana Zientara	25/04/1977	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
16	488	51022	Renata Cristiane Hatschbach	09/01/1998	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
17	476	50913	Luciane Bosse Serini Woelh	28/09/1980	9	2,25	12	3,00	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
18	444	49546	Ana Paula Baptista	02/03/1988	7	1,75	12	3,00	19	4,75	0,49	5,24	Aprovado
19	482	50567	Nicolle Novak	25/08/1988	6	1,50	14	3,50	20	5,00	0,14	5,14	Aprovado
20	460	50476	Elizandra Claudineia Teleginski	21/04/1983	8	2,00	12	3,00	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
21	474	49802	Larissa Ziemann	05/04/1996	4	1,00	15	3,75	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
22	480	51128	Maria Dionete Caetano Goncalves	21/07/1970	6	1,50	13	3,25	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
23	447	50159	Angelica Niezelski	03/03/1992	6	1,50	13	3,25	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO

Departamento de Leis e Decretos

24	448	51479	Ariane Caroline Krailing	01/04/1992	7	1,75	12	3,00	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
25	484	51540	Otilia Do Prado Ludka	22/09/1956	9	2,25	10	2,50	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
26	472	50518	Jucimara Panstein Todt	20/01/1980	9	2,25	8	2,00	17	4,25	0,35	4,60	Aprovado
27	454	50705	Denilda Nunes Da Rocha	01/08/1982	6	1,50	9	2,25	15	3,75	0,82	4,57	Aprovado
28	450	50834	Claudia Emi Kellner	12/12/1965	6	1,50	12	3,00	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
29	465	51410	Idalina Lorena	25/05/1971	6	1,50	12	3,00	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
30	491	50575	Vanessa Waldmann	15/08/1993	7	1,75	11	2,75	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
31	442	50315	Alexandra Ostroski	16/03/1984	8	2,00	10	2,50	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
32	464	50418	Geni Correa Bueno Pereira	16/10/1980	4	1,00	13	3,25	17	4,25	0,08	4,33	Aprovado
33	470	50908	Josiane Vaz	24/11/1984	5	1,25	12	3,00	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
34	478	50858	Marcia Da Silveira	07/01/1989	8	2,00	9	2,25	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
35	492	49560	Vilma Aparecida Cordeiro Bento Maria	23/06/1972	4	1,00	12	3,00	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
36	441	51165	Alessandra Bianek Ferreira	08/08/1994	5	1,25	11	2,75	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
37	445	51004	Andreia Kautz	15/11/1994	5	1,25	11	2,75	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
38	452	50998	Cleonice De Cassia Karvat	22/03/1985	7	1,75	9	2,25	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
39	459	50977	Elisa Aparecida Cordeiro Haubricht	26/09/1989	7	1,75	9	2,25	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
40	479	50974	Maria De J. R. Cordeiro	22/07/1967	6	1,50	9	2,25	15	3,75	0,00	3,75	Aprovado
41	489	50143	Sirlei De Fatima Schmidt	26/11/1985	9	2,25	6	1,50	15	3,75	0,00	3,75	Aprovado
42	490	50362	Tatiane Do Carmo Dias Machado	23/10/1996	2	0,50	12	3,00	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
43	453	50993	Daiane Kautz	01/08/1989	4	1,00	10	2,50	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
44	481	50060	Maria Elisa Manoel	20/09/1969	3	0,75	10	2,50	13	3,25	0,00	3,25	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

45	462	50386	Eni Terezinha Correa Rocha De Almeida	15/10/1979	3	0,75	7	1,75	10	2,50	0,00	2,50	Aprovado
Prof. Artes (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	496	51080	Elizete Alves Correa	29/05/1969	11	2,75	12	3,00	23	5,75	1,86	7,61	Aprovado
2	503	50081	Viviane Guedes Dos Santos Neppel	14/09/1983	8	2,00	15	3,75	23	5,75	1,36	7,11	Aprovado
3	493	51382	Anna Alice Morantt	11/10/1988	9	2,25	16	4,00	25	6,25	0,04	6,29	Aprovado
4	498	50942	Jaqueline Bonetes Carvalho Do Prado	03/01/1985	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
5	495	50829	Debora Cristiana Rodrigues Da Silva Kruger De Matos	08/05/1983	6	1,50	13	3,25	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
6	497	50899	Janaína Aparecida Godoy	20/04/1990	8	2,00	10	2,50	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
Prof. Artes (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	519	51472	Soraia Maria Zierhut Haag Karpen	31/07/1976	10	2,50	16	4,00	26	6,50	0,00	6,50	Aprovado
2	520	49550	Tais Viegurski Azevedo	12/05/1989	9	2,25	16	4,00	25	6,25	0,00	6,25	Aprovado
3	509	50264	Franciane Tamara Fuck	13/03/1989	11	2,75	13	3,25	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
4	515	49706	Noeli De Fatima Schupel	07/05/1972	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
5	516	50713	Pablo Tiago Zucco	11/08/1986	8	2,00	13	3,25	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
6	514	50360	Maurício Luis Tomaselli	15/12/1972	9	2,25	12	3,00	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

7	512	50861	Lucimara Alves Machado Stukoski	05/02/1976	8	2,00	12	3,00	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
8	507	50820	Elisangela Antunes E Silva Ferreira	21/09/1979	9	2,25	11	2,75	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
9	506	50391	Eliara Vargas Da Silva	11/07/1984	5	1,25	13	3,25	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
10	511	50290	Leticia Da Silva	06/07/1988	6	1,50	12	3,00	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
11	510	50963	Jenifer Silveira Valente	31/08/1993	6	1,50	12	3,00	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
12	505	51461	Carolina Aparecida Dumke	04/10/1993	7	1,75	11	2,75	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
13	518	51435	Solange Aparecida Ziemann	22/04/1993	6	1,50	9	2,25	15	3,75	0,00	3,75	Aprovado
14	504	51377	Annie Caroline Morantt Ferreira De Lima	11/10/1988	6	1,50	7	1,75	13	3,25	0,00	3,25	Aprovado
15	508	50401	Fernanda Gomes Do Valle	14/07/1990	4	1,00	8	2,00	12	3,00	0,00	3,00	Aprovado
Prof. Ciências (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
1	523	51102	Claudia Golec	16/09/1990	9	2,25	18	4,50	27	6,75	0,00	6,75	Aprovado
2	528	50796	Joao Luiz Godoy	25/06/1980	10	2,50	16	4,00	26	6,50	0,00	6,50	Aprovado
3	524	51253	Dieny Naisa Fermino	20/07/1988	10	2,50	11	2,75	21	5,25	1,00	6,25	Aprovado
4	522	50837	Adriana Moskwiaka Herbst	09/01/1986	8	2,00	15	3,75	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado
5	530	50712	Karina Voigt	26/12/1982	6	1,50	16	4,00	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
6	532	50565	Suelen Ciecaleski	12/01/1992	6	1,50	16	4,00	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
7	525	51050	Eliza Fabiola Busch	01/10/1987	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
8	531	50731	Lucimeri Klodzinski Perosso	31/05/1976	4	1,00	17	4,25	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

9	526	51522	Emmanuelle Froehner Pamfil	23/05/1984	2	0,50	11	2,75	13	3,25	0,00	3,25	Aprovado
Prof. Ciências (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
1	541	51016	Jorge Luis Beckert Medeiros	10/10/1985	Acertos	Nota	Acertos	Nota	27	6,75	0,00	6,75	Aprovado
2	542	50306	Luciane Cavalheiro	16/09/1983	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,57	5,82	Aprovado
3	534	50447	Andriele Aparecida Kohler Scheuer	12/10/1988	6	1,50	17	4,25	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado
4	545	50498	Robson Nepomuceno	02/05/1989	4	1,00	18	4,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
5	543	49644	Margarete Ferreira Dos Santos	01/01/1900	5	1,25	16	4,00	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
6	539	51371	Edneia De Fatima Luiz	24/02/1990	4	1,00	16	4,00	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
7	537	49908	Crislaine Gonsalves Fernandes	08/05/1988	10	2,50	10	2,50	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
8	536	51469	Claudio Cesar Dreher	26/07/1991	1	0,25	10	2,50	11	2,75	0,00	2,75	Aprovado
Prof. E. Religioso (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
1	548	51096	Roberto Carlos Ferreira De Moraes	13/05/1972	Acertos	Nota	Acertos	Nota	29	7,25	0,00	7,25	Aprovado
Prof. E. Religioso (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO

Departamento de Leis e Decretos

1	567	51105	Rosangela Rodrigues Duarte	05/03/1979	11	2,75	18	4,50	29	7,25	0,00	7,25	Aprovado
2	561	51421	Luis Fernando Vercka	31/10/1992	12	3,00	17	4,25	29	7,25	0,00	7,25	Aprovado
3	552	51373	Edneia De Fatima Luiz	24/02/1990	7	1,75	19	4,75	26	6,50	0,00	6,50	Aprovado
4	563	49794	Marcia Regina Rodrigues Ferreira Filho	16/07/1979	8	2,00	18	4,50	26	6,50	0,00	6,50	Aprovado
5	566	50607	Rosana Claudia De Lima	13/11/1973	6	1,50	18	4,50	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
6	560	50296	Katia Regiane Ferreira Ennes	02/02/1982	6	1,50	18	4,50	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
7	556	51526	Fabio Alves Martins	23/12/1982	10	2,50	14	3,50	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
8	569	51477	Silmar Ciriaco	17/11/1983	7	1,75	16	4,00	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado
9	568	49871	Sandi Maiara De Lima	13/02/1993	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
10	550	50794	Alexandre Felipe Barra	25/01/1995	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
11	565	50497	Robson Nepomuceno	02/05/1989	5	1,25	16	4,00	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
12	549	51578	Alessandra Krauss Wieczorkiewicz	25/09/1990	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
13	558	50818	Jessica Thais Santos Lima	17/09/1991	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
14	557	50685	Francieli Kuminck	24/05/1991	7	1,75	13	3,25	20	5,00	0,07	5,07	Aprovado
15	564	49637	Margarete Ferreira Dos Santos	01/01/1900	7	1,75	13	3,25	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
16	570	50506	Suelin Maria De Augustinho	14/11/1983	8	2,00	12	3,00	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
17	554	51570	Elisandro Wieczorkiewicz	18/11/1984	5	1,25	13	3,25	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
18	559	50482	Joice Aparecida Cordeiro	02/10/1996	6	1,50	11	2,75	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
19	553	51594	Eliane Colaco	02/04/1974	4	1,00	9	2,25	13	3,25	0,00	3,25	Aprovado
Prof. Ed. Especial Int. Libras (hab) Todos os Níveis													

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
1	572	49584	Adriana Garcia Da Silva Droczak	05/02/1974	8	2,00	18	4,50	26	6,50	1,70	8,20	Aprovado
Prof. Ed. Especial Int. Libras (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
1	574	50342	Maria Aparecida Rogalski Waldmann	03/08/1971	10	2,50	17	4,25	27	6,75	0,74	7,49	Aprovado
2	573	49734	Beatriz Leite Borges De Lima	12/03/1987	8	2,00	17	4,25	25	6,25	0,21	6,46	Aprovado
3	575	49642	Maria Goreti Britto	15/08/1966	7	1,75	16	4,00	23	5,75	0,35	6,10	Aprovado
4	576	49752	Maria Lucia Pereira Bonfim	22/06/1978	7	1,75	16	4,00	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado
5	577	49929	Patricia Giseli Anton	17/12/1991	7	1,75	11	2,75	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
Prof. Ed. Especial Sala AEE (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
1	581	50162	Cintia Graciliano De Araujo Do Prado	08/02/1982	7	1,75	19	4,75	26	6,50	1,90	8,40	Aprovado
2	580	51459	Andrea Aparecida Suchara Da Silveira	20/01/1983	4	1,00	17	4,25	21	5,25	0,62	5,87	Aprovado
3	582	50771	Marion Goncalves Padilha Pereira	14/08/1976	4	1,00	17	4,25	21	5,25	0,08	5,33	Aprovado
Prof. Ed. Especial Sala AEE (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total	Nota	Títulos	Nota	Situação

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

[illegible]

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ



Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

13	605	50512	Milena Ferreira	03/09/1992	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,49	5,99	Aprovado
14	612	51581	Roseliane Tibes De Souza	12/12/1991	5	1,25	14	3,50	19	4,75	1,00	5,75	Aprovado
15	614	49576	Silvane De Souza Leite	22/10/1987	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
16	595	49792	Celia Kriczinski	26/10/1977	6	1,50	12	3,00	18	4,50	1,00	5,50	Aprovado
17	590	50694	Adilson	14/06/1992	4	1,00	17	4,25	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
18	601	49807	Jocimeri Martins Pires	13/04/1980	4	1,00	12	3,00	16	4,00	0,70	4,70	Aprovado
19	598	50200	Gislaine Garrett Pazda	24/04/1991	3	0,75	15	3,75	18	4,50	0,07	4,57	Aprovado
20	593	51054	Augusto Willian Voigt	02/01/1993	4	1,00	14	3,50	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
21	615	50347	Susamar Pagnoncelli	21/06/1980	4	1,00	12	3,00	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
22	602	50984	Joelcio Wierzchkiewicz	12/10/1986	7	1,75	7	1,75	14	3,50	0,46	3,96	Aprovado
Prof. Ed. Física (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total	Nota	Títulos	Nota	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Prova		Final	
1	622	50449	Cristian Rezende	24/04/1994	9	2,25	16	4,00	25	6,25	0,00	6,25	Aprovado
2	621	51408	Clebson Ferreira	17/11/1987	10	2,50	14	3,50	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
3	634	49742	Marina Massaneiro	22/12/1988	6	1,50	16	4,00	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
4	627	49873	Julian Amarildo Moreira De Almeida	15/09/1994	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
5	619	51045	Ana Carolina Machado Massaneiro	14/10/1994	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
6	631	50260	Luana Coelho Vezaro	18/02/1990	5	1,25	14	3,50	19	4,75	0,42	5,17	Aprovado
7	633	50846	Magnun Spaka De Moraes	30/11/1988	8	2,00	12	3,00	20	5,00	0,07	5,07	Aprovado
8	618	51528	Aline De Souza Ruchinski	20/05/1990	8	2,00	11	2,75	19	4,75	0,08	4,83	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

9	626	49578	Gustavo Leandro De Araujo	12/04/1991	7	1,75	12	3,00	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
10	629	51043	Laercio Manoel David	04/08/1962	8	2,00	11	2,75	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
11	630	50453	Leticia Alves Bueno Fidelis	12/08/1993	7	1,75	10	2,50	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
12	624	51400	Emanuel Griten	16/01/1998	7	1,75	10	2,50	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
13	635	50611	Roselis Alves De Albuquerque Silva	04/01/1981	4	1,00	10	2,50	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
Prof. Ed. Infantil (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	688	49841	Zora Ionara Graneman Fernandes Kichileski	28/11/1973	11	2,75	17	4,25	28	7,00	2,18	9,18	Aprovado
2	675	49645	Salete Soares De Lima Kalempa	04/04/1966	8	2,00	15	3,75	23	5,75	2,43	8,18	Aprovado
3	651	49573	Giselle De Araujo	21/08/1981	8	2,00	17	4,25	25	6,25	1,86	8,11	Aprovado
4	652	50359	Jaqueline Maria Pertile Aumondi	15/03/1980	10	2,50	16	4,00	26	6,50	1,61	8,11	Aprovado
5	663	50298	Maria Angelica Barbosa	06/11/1986	10	2,50	14	3,50	24	6,00	1,77	7,77	Aprovado
6	669	49979	Maristela Bail De Faveri	06/08/1973	7	1,75	14	3,50	21	5,25	2,26	7,51	Aprovado
7	671	49486	Mirna Karpavicius	05/08/1959	9	2,25	13	3,25	22	5,50	2,00	7,50	Aprovado
8	666	49443	Mariel Horsky	15/05/1981	6	1,50	16	4,00	22	5,50	1,95	7,45	Aprovado
9	639	49818	Andrea Alves Ferreira De Freitas Padilha	11/08/1978	6	1,50	17	4,25	23	5,75	1,42	7,17	Aprovado
10	650	49893	Fabiani Aparecida Hitner Ponijaleki	18/05/1977	10	2,50	12	3,00	22	5,50	1,62	7,12	Aprovado
11	664	50215	Maria Da Luz De Oliveira	11/07/1976	8	2,00	12	3,00	20	5,00	2,00	7,00	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

12	676	50702	Scheila Grosskopf	15/12/1987	6	1,50	17	4,25	23	5,75	1,16	6,91	Aprovado
13	653	50723	Josiane Dos Santos	18/12/1989	11	2,75	16	4,00	27	6,75	0,12	6,87	Aprovado
14	655	49986	Katia Regina Finta Zipperer	08/04/1971	4	1,00	15	3,75	19	4,75	2,02	6,77	Aprovado
15	647	50576	Eliane Carvalho De Lima Damaso Da Silveira	10/11/1976	5	1,25	14	3,50	19	4,75	1,70	6,45	Aprovado
16	678	50046	Simone Puttkamer Carvalho	08/12/1969	7	1,75	16	4,00	23	5,75	0,56	6,31	Aprovado
17	643	51116	Angelina Castro De Oliveira (conforme ato 011)	09/02/1966	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,80	6,30	Aprovado
18	642	50593	Angela Patricia Waenarowski	27/01/1986	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,71	6,21	Aprovado
19	649	50368	Fabiane Emanuele Do Prado	28/05/1985	6	1,50	13	3,25	19	4,75	1,35	6,10	Aprovado
20	638	50510	Ana Claudia Beje	07/07/1988	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,53	6,03	Aprovado
21	665	50762	Maria Valdirene Krause Francisco	19/10/1982	9	2,25	15	3,75	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
22	668	49400	Marieli Pereira De Matos	09/06/1987	6	1,50	15	3,75	21	5,25	0,74	5,99	Aprovado
23	658	51597	Lorena Machado	25/08/1974	4	1,00	19	4,75	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado
24	636	49848	Adriana Machado Campolin	21/08/1982	8	2,00	13	3,25	21	5,25	0,49	5,74	Aprovado
25	659	50352	Luciana Malinoski Erhardt	17/04/1971	6	1,50	12	3,00	18	4,50	1,21	5,71	Aprovado
26	681	50465	Sonia Maria Soares Padilha Crestani	31/12/1956	5	1,25	13	3,25	18	4,50	1,16	5,66	Aprovado
27	672	49498	Rosana Da Silva	27/07/1979	6	1,50	14	3,50	20	5,00	0,61	5,61	Aprovado
28	641	51416	Andresa Ferreira	23/01/1995	6	1,50	16	4,00	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
29	682	51342	Sueli Cubas Muller	05/11/1988	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
30	677	49699	Silvia Rosane Schatzmann	14/02/1978	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
31	654	50469	Juliana Catarina Dos Santos	25/11/1988	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

32	670	51123	Marli Terezinha Scholz Maron Fernandes	25/09/1970	7	1,75	11	2,75	18	4,50	1,00	5,50	Aprovado
33	683	50177	Susy Aparecida Gapski	04/07/1989	5	1,25	14	3,50	19	4,75	0,70	5,45	Aprovado
34	684	50481	Suzane Aparecida Olescovicz Szydolski	06/10/1987	6	1,50	13	3,25	19	4,75	0,70	5,45	Aprovado
35	673	50854	Rosane Denk	18/05/1992	6	1,50	15	3,75	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
36	637	51212	Adriane Claudia Marcia Bartnick De Carvalho	03/03/1973	8	2,00	12	3,00	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
37	661	49981	Lucimar Neneve Dos Santos	27/01/1968	4	1,00	11	2,75	15	3,75	1,12	4,87	Aprovado
38	656	50485	Kelli Cristiane Veiga	02/01/1989	5	1,25	14	3,50	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
39	645	50134	Celina Polak Correa De Oliveira	03/07/1984	8	2,00	9	2,25	17	4,25	0,19	4,44	Aprovado
40	644	50286	Carine Graciela Da Silva	25/02/1986	6	1,50	11	2,75	17	4,25	0,14	4,39	Aprovado
41	640	50238	Andrea Lesnioski Porta	14/08/1984	7	1,75	9	2,25	16	4,00	0,07	4,07	Aprovado
42	674	50596	Roselaine Maria Diefentheiler	28/08/1967	6	1,50	10	2,50	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
43	685	50295	Taiane Vieira Da Silveira	20/11/1993	8	2,00	8	2,00	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
Prof. Ed. Infantil (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
1	761	50254	Vanessa Wagner D' Oliveira	12/03/1981	9	2,25	16	4,00	25	6,25	0,60	6,85	Aprovado
2	762	50116	Vania Maria Wille De Sousa	19/10/1982	11	2,75	16	4,00	27	6,75	0,00	6,75	Aprovado
3	694	50589	Beatriz De Fatima Pontes	26/01/1995	12	3,00	15	3,75	27	6,75	0,00	6,75	Aprovado
4	755	49629	Sirlene Aparecida Janiszewski De Souza	11/07/1974	8	2,00	15	3,75	23	5,75	0,64	6,39	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO

Departamento de Leis e Decretos

5	726	50729	Juliana Kriginski	08/12/1978	9	2,25	16	4,00	25	6,25	0,00	6,25	Aprovado
6	754	50933	Silmara Pensak	23/05/1990	9	2,25	16	4,00	25	6,25	0,00	6,25	Aprovado
7	717	49936	Jeniffer Massaneiro Pichebichevski	14/01/1994	9	2,25	16	4,00	25	6,25	0,00	6,25	Aprovado
8	748	49667	Nelci Teresinha Schupel Titon	06/02/1974	12	3,00	13	3,25	25	6,25	0,00	6,25	Aprovado
9	702	50689	Danielli Martins Pusca	31/12/1992	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,63	6,13	Aprovado
10	735	50307	Luciane Cavalheiro	16/09/1983	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,57	6,07	Aprovado
11	752	50726	Sabrina Aparecida Hudzinski	10/01/1985	11	2,75	13	3,25	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
12	722	51308	Joice Fidencia Da Costa Guzinski	11/11/1996	11	2,75	13	3,25	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
13	724	50557	Josiane Erzinger	27/12/1980	8	2,00	13	3,25	21	5,25	0,67	5,92	Aprovado
14	757	50728	Suelen Elizabete Ignaszewski	29/10/1989	4	1,00	16	4,00	20	5,00	0,80	5,80	Aprovado
15	695	50891	Bianca De Cassia Griten Pires	20/08/1993	7	1,75	16	4,00	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado
16	711	51490	Giseli Winter Padilha	15/07/1992	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
17	705	50721	Eliane De Fatima B Carvalho Do Prado	16/02/1978	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
18	758	49727	Suelen Regina Correia	27/12/1986	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
19	759	50432	Taina Maria Dos Passos Churutekoski	30/12/1994	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
20	719	50917	Jessica Mara Dos Passos Tavares	11/06/1995	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
21	725	50189	Josiane Wigneski	29/04/1988	9	2,25	13	3,25	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
22	697	49897	Bruna Neumann	29/03/1995	9	2,25	13	3,25	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
23	747	50987	Natana Mara Bueno Da Rocha	15/07/1995	9	2,25	13	3,25	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
24	692	49870	Andriele Yasmin Da Silveira	09/09/1993	7	1,75	12	3,00	19	4,75	0,70	5,45	Aprovado
25	763	50273	Vania Wagner Tartari	04/10/1987	7	1,75	12	3,00	19	4,75	0,56	5,31	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO

Departamento de Leis e Decretos

26	729	51204	Karin Sarah Bukart	26/06/1991	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,04	5,29	Aprovado
27	714	51014	Ines Ricardo De Jesus Schimborski	28/03/1973	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
28	700	50957	Claudete Urbanek Alves Massaneiro	24/08/1979	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
29	723	50560	Jolsimari Erzinger	25/05/1982	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
30	728	49518	Juraci Gritens Dos Santos	22/06/1983	8	2,00	13	3,25	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
31	739	51146	Maria Claudineia Randig	27/12/1979	9	2,25	12	3,00	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
32	740	49416	Maria Dinacir Silva	24/03/1979	10	2,50	11	2,75	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
33	716	50384	Jennifer Wolter	14/04/1993	10	2,50	11	2,75	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
34	733	49581	Lorena Moreira Mayer	02/03/1995	10	2,50	11	2,75	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
35	746	50555	Natali Artner	20/05/1995	6	1,50	14	3,50	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
36	704	50415	Ecilda Aparecida Greim	27/11/1994	7	1,75	13	3,25	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
37	696	50195	Bruna Kriczinski	15/12/1996	7	1,75	13	3,25	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
38	741	51508	Maria Eduarda Diefenthaler	26/05/1996	8	2,00	12	3,00	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
39	738	50493	Marciana Hinke	23/10/1976	6	1,50	13	3,25	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
40	701	50207	Daniela Leandro	11/05/1987	6	1,50	13	3,25	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
41	690	49836	Ana Carolina Ferreira Dos Santos	28/11/1994	6	1,50	13	3,25	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
42	710	51087	Franciele Grosskopf	28/03/1987	7	1,75	12	3,00	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
43	742	51505	Marielen Cristina Wypick	12/06/1989	8	2,00	11	2,75	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
44	713	49715	Heloisa Fernanda De Souza	28/10/1992	10	2,50	9	2,25	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
45	764	50504	Zenilda De Fatima Da Silva Falkievicz	16/02/1969	3	0,75	15	3,75	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
46	693	50141	Angela Cristina Dolla	27/05/1978	4	1,00	14	3,50	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

47	734	49502	Luana Regina De Mattos Furst	19/08/1982	4	1,00	14	3,50	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
48	709	49499	Fernanda Baptista Moreira Voigt	24/01/1989	5	1,25	13	3,25	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
49	691	50006	Andriele Da Rocha	23/05/1994	7	1,75	11	2,75	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
50	751	51503	Rosicler De Fatima Mowacki	16/03/1979	8	2,00	10	2,50	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
51	745	51567	Nadia Raquel Da Rocha	10/12/1980	8	2,00	10	2,50	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
52	744	50486	Miquelina Lakovitz Kieski (Estatuto do Idoso)	30/09/1948	5	1,25	12	3,00	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
53	707	51384	Emanuele Carvalho Do Prado	11/08/1989	2	0,50	15	3,75	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
54	708	50597	Fabiola Schiessl De Oliveira	30/03/1987	5	1,25	12	3,00	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
55	712	51551	Gislaine Aparecida Subtil Sasso	15/03/1992	5	1,25	12	3,00	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
56	736	51091	Luciane Medeiros Do Nascimento	09/04/1990	6	1,50	11	2,75	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
57	753	51081	Silmara Fronchak	12/12/1993	6	1,50	11	2,75	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
58	732	50868	Leticia Camargo	22/08/1988	7	1,75	10	2,50	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
59	718	50793	Jessica Fernanda Hinke Rosa	06/01/1997	7	1,75	10	2,50	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
60	699	50198	Charlene Karine Desouzafigura	18/10/1986	7	1,75	8	2,00	15	3,75	0,28	4,03	Aprovado
61	750	50529	Roseli Schmitberger Dos Santos	24/04/1980	4	1,00	12	3,00	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
62	737	51314	Lucimari Medeiros Do Nascimento	18/06/1982	7	1,75	9	2,25	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
63	698	50636	Caroline Maria Dubiela	12/05/1990	6	1,50	8	2,00	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
Prof. EJA (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

1	775	51523	Rosemeri Rodrigues Ferreira Brandl	03/01/1972	8	2,00	18	4,50	26	6,50	1,64	8,14	Aprovado
2	766	50129	Clarice De Fatima Rodrigues Siems	28/03/1959	7	1,75	16	4,00	23	5,75	1,70	7,45	Aprovado
3	771	50803	Maria Veronica Schumovski	04/08/1969	4	1,00	16	4,00	20	5,00	1,78	6,78	Aprovado
4	773	51047	Roberta Camila Dubiela	18/03/1987	9	2,25	18	4,50	27	6,75	0,00	6,75	Aprovado
5	769	50345	Elizabeth Aparecida Nogueira Figura	22/12/1963	8	2,00	13	3,25	21	5,25	1,42	6,67	Aprovado
6	765	51383	Anna Alice Morantt	11/10/1988	9	2,25	17	4,25	26	6,50	0,04	6,54	Aprovado
7	768	51135	Eliane Leandro Goncalves Jungles	14/12/1988	6	1,50	19	4,75	25	6,25	0,00	6,25	Aprovado
8	774	50545	Roberto Carlos Ferreira De Moraes	13/05/1972	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
9	772	50659	Miguel Cardoso	27/09/1965	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
10	770	51598	Lorena Machado	25/08/1974	7	1,75	13	3,25	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
Prof. EJA (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total	Nota	Títulos	Nota	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Prova		Final	
1	779	51114	Altavir Damaso Da Silveira Filho	20/03/1981	9	2,25	20	5,00	29	7,25	0,37	7,62	Aprovado
2	792	51247	Mayara Padilha Da Silva	06/11/1991	8	2,00	20	5,00	28	7,00	0,00	7,00	Aprovado
3	782	50053	Elenice Pereira	08/05/1972	8	2,00	17	4,25	25	6,25	0,31	6,56	Aprovado
4	798	50424	Zenilda De Lima	27/04/1969	11	2,75	15	3,75	26	6,50	0,00	6,50	Aprovado
5	790	49651	Juliano De Freitas Padilha	03/01/1989	9	2,25	13	3,25	22	5,50	0,70	6,20	Aprovado
6	785	51552	Evaristo Abraao Kluska	11/05/1972	7	1,75	16	4,00	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado
7	795	50608	Rosana Claudia De Lima	13/11/1973	7	1,75	16	4,00	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado
8	787	49728	Heloisa Fernanda De Souza	28/10/1992	8	2,00	15	3,75	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

9	786	51285	Francieli Kuminck	24/05/1991	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,07	5,57	Aprovado
10	793	50801	Nelci Teresinha Schupel Titon	06/02/1974	4	1,00	18	4,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
11	783	50392	Eliara Vargas Da Silva	11/07/1984	4	1,00	18	4,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
12	780	50999	Cleonice De Cassia Karvat	22/03/1985	5	1,25	14	3,50	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
13	796	50612	Roselis Alves De Albuquerque Silva	04/01/1981	2	0,50	15	3,75	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
Prof. Geografia (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
1	802	49988	Maria Aparecida Bueno Ferreira	20/03/1983	8	2,00	11	2,75	19	4,75	1,20	5,95	Aprovado
2	800	50568	Deisi Denise Ciecaleski	11/09/1990	9	2,25	13	3,25	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
3	799	51015	Daniele Porta	15/12/1982	8	2,00	11	2,75	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
Prof. Geografia (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
1	804	50233	Djenifer Onnil David	04/08/1988	8	2,00	8	2,00	16	4,00	0,35	4,35	Aprovado
2	808	51106	Rosangela Rodrigues Duarte	05/03/1979	7	1,75	10	2,50	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
3	803	49733	Beatriz Leite Borges De Lima	12/03/1987	4	1,00	12	3,00	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
4	807	49880	Luiza Helena Bresolin De Souza	01/09/1971	4	1,00	10	2,50	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
5	809	51478	Silmar Ciriaco	17/11/1983	6	1,50	7	1,75	13	3,25	0,00	3,25	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

Prof. História (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	815	49710	Joel Valcir Zucco	01/10/1983	8	2,00	18	4,50	26	6,50	1,07	7,57	Aprovado
2	818	50578	Maury Kettlen Welke	25/07/1978	12	3,00	11	2,75	23	5,75	1,00	6,75	Aprovado
3	810	51579	Alessandra Krauss Wieczorkiewicz	25/09/1990	5	1,25	13	3,25	18	4,50	1,82	6,32	Aprovado
4	817	50361	Maurício Luis Tomaselli	15/12/1972	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
5	816	51422	Luis Fernando Vercka	31/10/1992	9	2,25	12	3,00	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
6	811	50585	Clenice Truppel Fagundes	30/12/1980	6	1,50	10	2,50	16	4,00	0,70	4,70	Aprovado
7	812	50029	Daniele Cristina De Lima	28/04/1984	4	1,00	13	3,25	17	4,25	0,08	4,33	Aprovado
8	813	50945	Eliane Colaco	02/04/1974	2	0,50	10	2,50	12	3,00	0,00	3,00	Aprovado
9	820	50753	Salete Aparecida Figura	14/08/1974	3	0,75	8	2,00	11	2,75	0,00	2,75	Aprovado
Prof. História (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	834	51326	Tatiane Engel	17/10/1993	12	3,00	13	3,25	25	6,25	0,00	6,25	Aprovado
2	823	50795	Alexandre Felipe Barra	25/01/1995	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
3	831	50282	Sergio Luis Dos Santos Veiga	21/05/1977	8	2,00	10	2,50	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
4	827	51531	Jaqueline Aparecida Alves	24/12/1983	8	2,00	10	2,50	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
5	829	50133	Luana Pires De Lima	18/09/1996	8	2,00	10	2,50	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
6	824	50379	Dircete Schweicrzski Julinsky	19/03/1971	8	2,00	9	2,25	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

7	826	51527	Fabio Alves Martins	23/12/1982	5	1,25	10	2,50	15	3,75	0,00	3,75	Aprovado
8	828	50935	Joceli De Fatima Alves Da Rocha Suchara	07/06/1977	5	1,25	9	2,25	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
9	830	50182	Magno Lopes De Medeiros	21/02/1994	6	1,50	8	2,00	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
10	832	50293	Taiane Vieira Da Silveira	20/11/1993	8	2,00	6	1,50	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
11	825	51571	Elisandro Wieczorkiewicz	18/11/1984	4	1,00	9	2,25	13	3,25	0,00	3,25	Aprovado
Prof. Inglês (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total	Nota	Títulos	Nota	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Prova		Final	
1	836	49627	Camila Del'gobo Kruger Munhoz	19/02/1993	9	2,25	14	3,50	23	5,75	0,70	6,45	Aprovado
2	835	50249	Adriana Bueno De Oliveira	24/06/1974	7	1,75	11	2,75	18	4,50	1,42	5,92	Aprovado
Prof. Inglês (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total	Nota	Títulos	Nota	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Prova		Final	
1	852	50320	Soeli Franzon	14/12/1965	11	2,75	18	4,50	29	7,25	0,00	7,25	Aprovado
2	849	51210	Sennahias Manoel De Souza	17/04/1992	10	2,50	18	4,50	28	7,00	0,00	7,00	Aprovado
3	853	51199	Tania Aparecida De Sousa	07/10/1988	11	2,75	17	4,25	28	7,00	0,00	7,00	Aprovado
4	839	49365	Alisson Pokrywiecki Bechel	27/02/1992	10	2,50	17	4,25	27	6,75	0,00	6,75	Aprovado
5	838	51140	Ademir Joao Tinfel	01/06/1980	10	2,50	16	4,00	26	6,50	0,20	6,70	Aprovado
6	841	50885	Carlos Eduardo Sani	21/03/1990	9	2,25	17	4,25	26	6,50	0,00	6,50	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

7	842	50052	Elenice Pereira	08/05/1972	10	2,50	14	3,50	24	6,00	0,31	6,31	Aprovado
8	843	50700	Jaine Aparecida Correa De Paula	19/02/1993	10	2,50	15	3,75	25	6,25	0,04	6,29	Aprovado
9	851	49478	Sirlene De Fatima Arbigaous	05/09/1977	8	2,00	17	4,25	25	6,25	0,00	6,25	Aprovado
10	840	50940	Andre Granemann Damas	28/07/1995	8	2,00	17	4,25	25	6,25	0,00	6,25	Aprovado
11	845	51051	Jesse Carlos Batista	17/03/1993	9	2,25	16	4,00	25	6,25	0,00	6,25	Aprovado
12	854	51292	Willian Rodrigues De Carvalho	16/10/1988	13	3,25	10	2,50	23	5,75	0,12	5,87	Aprovado
13	846	50205	Lucimara Piechontcoski	12/12/1982	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
14	850	50952	Silvana Chopinski	10/09/1994	6	1,50	15	3,75	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
15	844	49906	Jaqueline Costa Serafim Antunes	02/02/1995	2	0,50	12	3,00	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
Prof. L. Portuguesa (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
1	857	51248	Gilda Maria Schreiner Padilha	30/11/1952	9	2,25	15	3,75	24	6,00	2,29	8,29	Aprovado
2	859	51259	Sueli De Fatima Sabatke	29/10/1952	9	2,25	15	3,75	24	6,00	1,63	7,63	Aprovado
3	855	50775	Antonio Ovande Maciel	08/06/1991	5	1,25	14	3,50	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
Prof. L. Portuguesa (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
1	873	51258	Tainara Wypcyk Padilha Da Silva	29/09/1994	11	2,75	13	3,25	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
2	862	51448	Amabile Caroline Krull Calado	13/06/1994	11	2,75	12	3,00	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

3	870	49882	Patricia Drosdek Correa	21/05/1995	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
4	871	51491	Reni Graciano Leite	11/05/1979	6	1,50	13	3,25	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
5	861	51113	Altavir Damaso Da Silveira Filho	20/03/1981	7	1,75	10	2,50	17	4,25	0,37	4,62	Aprovado
6	860	49549	Alderli Conceicao Da Silva Tobias	12/10/1983	5	1,25	11	2,75	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
7	864	51125	Cassiana Baptista Pires	16/11/1980	6	1,50	10	2,50	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
8	874	50765	Tais Da Cruz	07/01/1994	4	1,00	11	2,75	15	3,75	0,07	3,82	Aprovado
9	867	50023	Leidiane Arthner	22/09/1984	5	1,25	9	2,25	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
Prof. Matemática (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
1	875	51462	Debora Rengel	02/05/1989	11	2,75	13	3,25	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
2	876	51215	Gilberto Adriano Bialeski	21/02/1983	7	1,75	9	2,25	16	4,00	1,78	5,78	Aprovado
Prof. Matemática (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
1	886	51127	Marilia Dranka	13/02/1994	14	3,50	14	3,50	28	7,00	0,00	7,00	Aprovado
2	879	51168	Crislaine Gonsalves Fernandes	08/05/1988	10	2,50	12	3,00	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
3	882	50388	Diego Sorg Jurgensen	17/05/1996	9	2,25	10	2,50	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
4	889	50670	Olga Correia Da Silva	29/09/1958	10	2,50	9	2,25	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
5	891	50281	Sergio Luis Dos Santos Veiga	21/05/1977	10	2,50	9	2,25	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

6	890	50277	Ricardo Erzinger	03/09/1989	10	2,50	8	2,00	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
7	877	49722	Ana Paula Daga	28/03/1995	12	3,00	6	1,50	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
8	878	50825	Andreia Dias Miranda	30/07/1987	8	2,00	9	2,25	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
9	885	50181	Magno Lopes De Medeiros	21/02/1994	6	1,50	10	2,50	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
10	881	50707	Daniela Do Prado	15/06/1990	5	1,25	10	2,50	15	3,75	0,00	3,75	Aprovado
11	883	49523	Gilvano Porta Junior	26/08/1996	6	1,50	8	2,00	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
12	888	50539	Marisa Loik Dos Santos Geraldo	16/09/1981	3	0,75	8	2,00	11	2,75	0,04	2,79	Aprovado

Prof. Música (hab) Todos os Níveis																
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação					
					Acertos	Nota	Acertos	Nota								
1	894	50943	Jaqueline Bonetes Carvalho Do Prado	03/01/1985	10	2,50	16	4,00	26	6,50	Aprovado					
2	895	51520	Yasushi Yamasaki	17/08/1965	6	1,50	14	3,50	20	5,00	Aprovado					

Prof. Música (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação		
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	904	51599	Reginaldo Antonio Marques Dos Santos	08/06/1980	10	2,50	15	3,75	25	6,25	Aprovado		
2	897	51378	Annie Caroline Morantt Ferreira De Lima	11/10/1988	10	2,50	15	3,75	25	6,25	Aprovado		
3	898	50448	Dinacir De Jesus Fernandes	21/03/1983	8	2,00	15	3,75	23	5,75	Aprovado		
4	902	50714	Pablo Tiago Zucco	11/08/1986	5	1,25	15	3,75	20	5,00	Aprovado		
5	905	50444	Ricardo Luis Nunes De Lima	12/11/1978	6	1,50	13	3,25	19	4,75	Aprovado		

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

6	896	50720	Aline Marcela Lourenco	05/04/1992	6	1,50	13	3,25	19	4,75	Aprovado
7	901	51376	Nodario De Lima Junior	16/04/1982	6	1,50	11	2,75	17	4,25	Aprovado
8	899	50118	Leandro De Oliveira Izidio	12/03/1984	7	1,75	10	2,50	17	4,25	Aprovado
9	900	50869	Martinho Pires	06/10/1966	2	0,50	8	2,00	10	2,50	Aprovado
Prof. Projetos Esportivos (hab) Todos os Níveis											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	913	51549	Jose Roberto Krzesinski Filho	14/03/1987	9	2,25	18	4,50	27	6,75	Aprovado
2	914	50841	Michely Dayani Todt	09/06/1988	9	2,25	18	4,50	27	6,75	Aprovado
3	916	51237	Patricia Hirt Mayer	04/11/1985	7	1,75	19	4,75	26	6,50	Aprovado
4	918	50224	Rodinei Roque Lopes De Albuquerque	25/02/1981	7	1,75	18	4,50	25	6,25	Aprovado
5	908	51584	Ceila Rosa	06/10/1989	8	2,00	17	4,25	25	6,25	Aprovado
6	921	51254	Tatiane Ap. Gumiero	11/01/1984	9	2,25	16	4,00	25	6,25	Aprovado
7	912	49808	Jocimeri Martins Pires	13/04/1980	10	2,50	15	3,75	25	6,25	Aprovado
8	917	51232	Pedro Eugenio Wipiewski	27/11/1990	10	2,50	15	3,75	25	6,25	Aprovado
9	906	50695	Adilson	14/06/1992	5	1,25	19	4,75	24	6,00	Aprovado
10	910	50218	Francieli Vieira	21/04/1992	7	1,75	17	4,25	24	6,00	Aprovado
11	907	51055	Augusto Willian Voigt	02/01/1993	7	1,75	17	4,25	24	6,00	Aprovado
12	915	49427	Monica Goncalves	08/08/1973	8	2,00	16	4,00	24	6,00	Aprovado
13	919	50666	Ruan Phelipe Rodrigues	08/02/1988	9	2,25	15	3,75	24	6,00	Aprovado
14	909	50600	Celita Moreira	01/12/1986	5	1,25	17	4,25	22	5,50	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

15	920	49577	Silvane De Souza Leite	22/10/1987	3	0,75	16	4,00	19	4,75	Aprovado
16	911	50201	Gislaine Garrett Pazda	24/04/1991	4	1,00	15	3,75	19	4,75	Aprovado
Prof. Projetos Esportivos (não-hab) Todos os Níveis											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	931	49743	Marina Massaneiro	22/12/1988	8	2,00	18	4,50	26	6,50	Aprovado
2	925	50867	Diana Aparecida Schmidt De Souza Artner	28/07/1985	8	2,00	17	4,25	25	6,25	Aprovado
3	928	49579	Gustavo Leandro De Araujo	12/04/1991	6	1,50	17	4,25	23	5,75	Aprovado
4	929	51044	Laercio Manoel David	04/08/1962	3	0,75	18	4,50	21	5,25	Aprovado
5	926	51401	Emanuel Griten	16/01/1998	5	1,25	14	3,50	19	4,75	Aprovado
6	930	50847	Magnun Spaka De Moraes	30/11/1988	4	1,00	13	3,25	17	4,25	Aprovado
7	923	50992	Anselmo Marcolin	20/11/1991	5	1,25	10	2,50	15	3,75	Aprovado
Prof. Projetos Pedagógicos (hab) Todos os Níveis											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	954	51260	Sueli De Fatima Sabatke (Estatuto do Idoso)	29/10/1952	9	2,25	18	4,50	27	6,75	Aprovado
2	952	49618	Michelle Segobria Ferreira	10/03/1981	8	2,00	19	4,75	27	6,75	Aprovado
3	953	50047	Simone Puttkamer Carvalho	08/12/1969	9	2,25	18	4,50	27	6,75	Aprovado
4	937	49972	Cleia Rodrigues Ferreira Noernberg	13/04/1992	10	2,50	16	4,00	26	6,50	Aprovado
5	942	51219	Gilberto Adriano Bialeski	21/02/1983	9	2,25	16	4,00	25	6,25	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

6	935	50287	Carine Graciela Da Silva	25/02/1986	5	1,25	19	4,75	24	6,00	Aprovado
7	949	49401	Mariii Pereira De Matos	09/06/1987	9	2,25	15	3,75	24	6,00	Aprovado
8	943	51252	Gilda Maria Schreiner Padilha	30/11/1952	8	2,00	15	3,75	23	5,75	Aprovado
9	939	49425	Deise Ferreira Chaves Rinaldi	21/02/1986	8	2,00	15	3,75	23	5,75	Aprovado
10	950	50772	Marion Goncalves Padilha Pereira	14/08/1976	6	1,50	16	4,00	22	5,50	Aprovado
11	934	50776	Antonio Ovande Maciel	08/06/1991	5	1,25	16	4,00	21	5,25	Aprovado
12	938	50830	Debora Cristiana Rodrigues Da Silva Kruger De Matos	08/05/1983	8	2,00	13	3,25	21	5,25	Aprovado
13	948	49444	Mariel Horsky	15/05/1981	5	1,25	15	3,75	20	5,00	Aprovado
14	947	50436	Luziria De Barros Pereira Cordeiro	14/11/1960	4	1,00	15	3,75	19	4,75	Aprovado
15	955	50484	Suzane Aparecida Olescovicz Szydolski	06/10/1987	4	1,00	15	3,75	19	4,75	Aprovado
16	956	51553	Virlene De Jesus Dos Santos	09/06/1977	5	1,25	14	3,50	19	4,75	Aprovado
17	951	50760	Marlene Kostulski Niezelski	17/09/1964	6	1,50	12	3,00	18	4,50	Aprovado
18	944	50724	Josiane Dos Santos	18/12/1989	4	1,00	12	3,00	16	4,00	Aprovado
19	946	50973	Lucia Maria Wosiack	12/04/1954	4	1,00	10	2,50	14	3,50	Aprovado
Prof. Projetos Pedagógicos (não-hab) Todos os Níveis											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	977	50024	Leidiane Artner	22/09/1984	9	2,25	18	4,50	27	6,75	Aprovado
2	958	49850	Alderli Conceicao Da Silva Tobias	12/10/1983	9	2,25	17	4,25	26	6,50	Aprovado
3	976	51143	Ketlin Rodrigues Da Silva Batista	21/04/1989	9	2,25	17	4,25	26	6,50	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

4	957	51141	Ademir Joao Tinfel	01/06/1980	9	2,25	16	4,00	25	6,25	Aprovado
5	963	51480	Ariane Caroline Krailing	01/04/1992	10	2,50	15	3,75	25	6,25	Aprovado
6	993	51293	Willian Rodrigues De Carvalho	16/10/1988	10	2,50	14	3,50	24	6,00	Aprovado
7	967	50690	Danielli Martins Pusca	31/12/1992	10	2,50	14	3,50	24	6,00	Aprovado
8	971	49907	Jaqueline Costa Serafim Antunes	02/02/1995	10	2,50	14	3,50	24	6,00	Aprovado
9	959	49366	Alisson Pokryviecki Bechel	27/02/1992	6	1,50	17	4,25	23	5,75	Aprovado
10	989	50433	Taina Maria Dos Passos Churutekoski	30/12/1994	7	1,75	16	4,00	23	5,75	Aprovado
11	961	50791	Angela Leitholt Correia De Freitas	09/08/1976	8	2,00	15	3,75	23	5,75	Aprovado
12	987	51473	Soraia Maria Zierhut Haag Karpen	31/07/1976	9	2,25	14	3,50	23	5,75	Aprovado
13	968	50722	Eliane De Fatima Burdziack Carvalho Do Prado	16/02/1978	6	1,50	16	4,00	22	5,50	Aprovado
14	980	51139	Natali Artner	20/05/1995	8	2,00	14	3,50	22	5,50	Aprovado
15	975	50784	Karine Petrentchuk	22/07/1980	9	2,25	13	3,25	22	5,50	Aprovado
16	966	50990	Danieli Bilitzki	15/10/1996	9	2,25	13	3,25	22	5,50	Aprovado
17	965	49652	Cristiane Da Rosa Gomes	18/06/1980	4	1,00	17	4,25	21	5,25	Aprovado
18	960	50823	Andreia Dias Miranda	30/07/1987	6	1,50	15	3,75	21	5,25	Aprovado
19	964	50637	Caroline Maria Dubiela	12/05/1990	6	1,50	15	3,75	21	5,25	Aprovado
20	973	50190	Josiane Wigneski	29/04/1988	6	1,50	13	3,25	19	4,75	Aprovado
21	992	51412	Vania Maria Wille De Sousa	19/10/1982	7	1,75	12	3,00	19	4,75	Aprovado
22	982	49930	Patricia Giseli Anton	17/12/1991	8	2,00	11	2,75	19	4,75	Aprovado
23	990	50766	Tais Da Cruz	07/01/1994	4	1,00	14	3,50	18	4,50	Aprovado
24	970	49590	Janaina Ortiz Dos Santos	09/09/1997	3	0,75	14	3,50	17	4,25	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

25	988	50507	Suelin Maria De Augustinho	14/11/1983	5	1,25	12	3,00	17	4,25	Aprovado
26	978	49690	Maria Dinacir Silva	24/03/1979	6	1,50	11	2,75	17	4,25	Aprovado
27	972	51415	Josiane Barbosa Da Silva	18/06/1979	6	1,50	11	2,75	17	4,25	Aprovado
Servente (feminino) Todos os Níveis											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	1046	50490	Sandra Goncalves Palhano Dos Santos	08/07/1969	19	4,75	17	4,25	36	9,00	Aprovado
2	1017	51554	Jussara Cordeiro	10/03/1973	18	4,50	17	4,25	35	8,75	Aprovado
3	996	49854	Camila Carvalho	03/09/1992	19	4,75	16	4,00	35	8,75	Aprovado
4	1001	50894	Fabiana Paula Ferreira	10/04/1985	15	3,75	18	4,50	33	8,25	Aprovado
5	1032	50906	Marineia Aparecida Vieira De Lima Alegri	02/09/1975	18	4,50	15	3,75	33	8,25	Aprovado
6	1055	51297	Tania Franciele Pereira Da Silva	17/03/1989	18	4,50	15	3,75	33	8,25	Aprovado
7	1033	51507	Marlene Emmer Ferreira	31/01/1961	20	5,00	13	3,25	33	8,25	Aprovado
8	995	51184	Ana Rita Da Rocha Schindler	08/05/1970	16	4,00	16	4,00	32	8,00	Aprovado
9	1054	50514	Taciana Franco De Lima	07/10/1993	16	4,00	16	4,00	32	8,00	Aprovado
10	1058	49451	Tatiane Zientara De Lima	07/10/1985	18	4,50	14	3,50	32	8,00	Aprovado
11	1036	51349	Matilde Terezinha De Melo	24/09/1962	14	3,50	17	4,25	31	7,75	Aprovado
12	998	50915	Elen Jaine Cordeiro	25/04/1990	14	3,50	17	4,25	31	7,75	Aprovado
13	1016	50532	Juliana Aparecida Babisz	03/05/1982	16	4,00	15	3,75	31	7,75	Aprovado
14	1026	49653	Mareli Leite	06/03/1966	17	4,25	14	3,50	31	7,75	Aprovado
15	1050	51191	Sirlene Rodrigues Colaco Pinto	12/06/1986	17	4,25	14	3,50	31	7,75	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

16	1037	51154	Michele Karvat	29/03/1994	14	3,50	16	4,00	30	7,50	Aprovado
17	1011	50550	Jocimara Carneiro Tichevski	20/01/1991	15	3,75	15	3,75	30	7,50	Aprovado
18	1038	50408	Nadira Pereira Do Nascimento Guesser	03/01/1974	16	4,00	14	3,50	30	7,50	Aprovado
19	1028	49900	Maria Ines Lisboa	06/12/1979	16	4,00	14	3,50	30	7,50	Aprovado
20	1049	51196	Silmara Regina Karvat Artner	27/05/1981	14	3,50	15	3,75	29	7,25	Aprovado
21	1024	50421	Marcia Aparecida Taborda De Carvalho Ostroski	15/09/1974	13	3,25	15	3,75	28	7,00	Aprovado
22	1042	49805	Rafaela Aparecida Marques Dos Santos	03/04/1991	13	3,25	15	3,75	28	7,00	Aprovado
23	1022	50638	Luciane Maria Vfleger Vossgrau	21/12/1975	14	3,50	14	3,50	28	7,00	Aprovado
24	1041	50087	Patricia Piotrowski Pereira	19/05/1989	14	3,50	14	3,50	28	7,00	Aprovado
25	1015	50911	Jucineia Aparecida Unichi Popadiuk	10/12/1979	15	3,75	13	3,25	28	7,00	Aprovado
26	1047	50754	Sara Rodrigues De Moraes	19/05/1974	12	3,00	15	3,75	27	6,75	Aprovado
27	1000	51561	Ezicleia Colaco	01/01/1977	13	3,25	14	3,50	27	6,75	Aprovado
28	1048	51026	Scheila De Fatima Piechontcoski	24/04/1991	13	3,25	14	3,50	27	6,75	Aprovado
29	1052	51325	Sueli Ferreira De Souza	03/07/1966	11	2,75	15	3,75	26	6,50	Aprovado
30	1031	50000	Marilene Duarte Pereira	07/02/1982	11	2,75	15	3,75	26	6,50	Aprovado
31	1023	50394	Marcela Tavares De Camargo	20/08/1983	12	3,00	14	3,50	26	6,50	Aprovado
32	1018	51370	Leliane Santos Isidro	10/01/1982	13	3,25	13	3,25	26	6,50	Aprovado
33	1003	50037	Gislene Aparecida Lorena	18/12/1992	13	3,25	13	3,25	26	6,50	Aprovado
34	1007	51557	Ivanilda Pires Goncalves De Oliveira	27/06/1977	14	3,50	12	3,00	26	6,50	Aprovado
35	1019	50420	Leoni Nogueira	09/09/1978	14	3,50	12	3,00	26	6,50	Aprovado
36	1002	51056	Geni Ribeiro Da Cruz Ferreira	21/09/1973	15	3,75	11	2,75	26	6,50	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

37	1029	49964	Maria Isolina Kurpiel Ferreira	06/10/1974	15	3,75	11	2,75	26	6,50	Aprovado
38	1010	51357	Janair Teixeira Spinelli	01/05/1975	16	4,00	10	2,50	26	6,50	Aprovado
39	1014	50285	Joraci Correa De Siqueira	07/05/1955	12	3,00	13	3,25	25	6,25	Aprovado
40	1059	50521	Vanessa De Fatima Custodio	30/01/1994	12	3,00	13	3,25	25	6,25	Aprovado
41	1040	50547	Patricia Camilo	20/07/1992	11	2,75	13	3,25	24	6,00	Aprovado
42	1044	51358	Rosenilda Aparecida Da Cruz	04/06/1979	13	3,25	10	2,50	23	5,75	Aprovado
43	1061	50996	Zenaide Divina Venancio Nunes	29/09/1973	10	2,50	12	3,00	22	5,50	Aprovado
44	1056	50708	Tatiana Bigas	08/02/1995	11	2,75	11	2,75	22	5,50	Aprovado
45	1030	50744	Mariana Das Gracias Custodio	28/04/1988	10	2,50	11	2,75	21	5,25	Aprovado
46	999	50500	Eulalia Eni Souza (Estatuto do Idoso)	27/08/1952	12	3,00	8	2,00	20	5,00	Aprovado
47	1004	50581	Iracilda Kaminski Alves Massaneiro	19/01/1974	8	2,00	12	3,00	20	5,00	Aprovado
48	1008	51434	Ivone De Fatima Ferreira Dos Santos	05/11/1980	8	2,00	12	3,00	20	5,00	Aprovado
49	1039	50788	Natalina De Jesus Martins	25/12/1978	8	2,00	10	2,50	18	4,50	Aprovado
50	1020	50528	Leticia Custodio	16/09/1996	9	2,25	9	2,25	18	4,50	Aprovado
51	1057	51177	Tatiana Maria Custodio	07/09/1992	7	1,75	10	2,50	17	4,25	Aprovado
52	1043	50763	Rosa Rodrigues	22/06/1974	7	1,75	7	1,75	14	3,50	Aprovado
53	1013	50810	Joelma Da Silveira Schikolski	20/04/1977	4	1,00	8	2,00	12	3,00	Aprovado
54	1006	51583	Irodine Moreira	30/05/1955	3	0,75	4	1,00	7	1,75	Aprovado
Servente (masculino) Todos os Níveis				NASC.		CG		CE			
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Total Acertos	Situação

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

1	1063	50113	Luiz Fernando Padilha	20/11/1995	17	4,25	17	4,25	34	8,50	Aprovado
---	------	-------	-----------------------	------------	----	------	----	------	----	------	----------

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº FMS 01/2015, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº FMS 05/2015. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO ABRE O PRAZO DE 5 DIAS ÚTEIS A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DESTA PARA INTERPOSIÇÃO DE POSSÍVEIS RECURSOS QUANTO AO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 1/17

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 9118 - PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA.									
2	27586	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 500 MG	SOBRAL	Cpr	20.000,000	0,0000	0,0340	680,00	Venceu
7	28299	AMPOLAS DE ÁGUA DESTILADA 10 ML INJETÁVEL	SAMTEC	UN	5.000,000	0,0000	0,1470	735,00	Venceu
8	28237	AMITRIPTILINA 25 MG	TEUTO	Cpr	150.000,000	0,0000	0,0380	5.700,00	Venceu
29	27579	ACICLOVIR CREME	PRATI	UN	500,000	0,0000	1,5640	782,00	Venceu
31	32419	CETOCANAZOL 20 MG TÓPICO COM 30 GRAMAS	DONADUZ	TUBO	500,000	0,0000	1,0920	546,00	Venceu
32	31739	CARBAMAZEPINA 200 MG	NEOQUIMICA	Cpr	120.000,000	0,0000	0,0750	9.000,00	Venceu
46	34452	DEXAMETASONA ELIXIR 100 ML	PRATI	Fr	2.000,000	0,0000	1,0670	2.134,00	Venceu
55	34524	DICLOFENACO DIETALAMONIO GEL	DONADUZ	TUBO	2.000,000	0,0000	2,2300	4.460,00	Venceu
101	40838	METRANIDAZOL 250 MG	PRATI	Cpr	40.000,000	0,0000	0,0660	2.640,00	Venceu
106	41311	NICONAZOL CREME TÓPICO 2%	HIPOLABOR	UN	300,000	0,0000	1,4550	436,50	Venceu
128	36727	FLUOXETINA 20 MG.	HIPOLABOR	Cpr	80.000,000	0,0000	0,0590	4.720,00	Venceu
179	28141	ALOPURINOL 300 MG	PRATI	Cpr	50.000,000	0,0000	0,1020	5.100,00	Venceu
182	30485	BROMETO DE IPRATÓPIO 20 ML	TEUTO	Fr	600,000	0,0000	0,6300	378,00	Venceu
189	34369	DESLANOSIDO 0,2 MG, COM 2 ML	UNIAO QUIMICA	Amp	500,000	0,0000	1,0670	533,50	Venceu
200	35487	ETILEFRINA 10 MG 1 ML INJETÁVEL	UNIAO QUIMICA	Amp	300,000	0,0000	0,9460	283,80	Venceu
206	39302	LIDOCAINA 2% SEM VASO COM 20 ML INJETÁVEL	HIPOLABOR	FRS	3.000,000	0,0000	1,2600	3.780,00	Venceu
212	31729	CAPSULAS GELATINOSAS DE NIFEDIPINA SUBLINGUAL 10 MG	BAYER	UN	10.000,000	0,0000	0,3960	3.960,00	Venceu
217	43185	PIROXICAM 20 MG CPR	PRATI	Cpr	50.000,000	0,0000	0,0790	3.950,00	Venceu
232	34518	DICLOFENACO + CODEINA 50+50 MG	DONADUZ	Cpr	5.000,000	0,0000	2,7160	13.580,00	Venceu
233	32768	CLORIDRATO DE PETIDINA 50 MG - AMPOLA 2 ML	NOVARTIS	Cpr	500,000	0,0000	1,4610	730,50	Venceu
244	28221	AMINOFILIA 24MG/ML INJETÁVEL	HIPOLABOR	Amp	1.000,000	0,0000	0,7410	741,00	Venceu
245	32543	CICLOPENTOLATO 1% COLÍRIO 5 ML	ALLERGAN	Fr	50,000	0,0000	6,4800	324,00	Venceu
246	32791	CLORPROMAZINA 25MG / ML AMPOLA 5ML	UNIAO QUIMICA	UN	500,000	0,0000	1,0670	533,50	Venceu
247	32786	CLORPROMAZINA 100 MG	UNIAO QUIMICA	Cpr	20.000,000	0,0000	0,1450	2.900,00	Venceu
261	34563	DIMEDRATO +PIRODOXINA INJETÁVEL	UNIAO QUIMICA	UN	200,000	0,0000	1,1850	237,00	Venceu
273	46041	SULFADIAZINA 500 MG	SOBRAL	Cpr	5.000,000	0,0000	0,1320	660,00	Venceu
289	31730	CAPTROPIL 25 MG	SANVAL	Cpr	300.000,000	0,0000	0,0130	3.900,00	Venceu
297	27679	ADENOSINA 6 MG/2ML INJETÁVEL	HIPOLABOR	Fr	100,000	0,0000	8,4800	848,00	Venceu
304	36711	FLUMAZENIL 0,01 MG/ML	UNIAO QUIMICA	Fr	30,000	0,0000	14,9100	447,30	Venceu
307	41357	NITRUPRUSSATO DE SÓDIO50 MG AMPOLA+PÓ LIOFILO INJETÁVEL 2ML	CRISTALIA	Fr	50,000	0,0000	11,5800	579,00	Venceu
312	29559	BICARBONATO DE SÓDIO 10% INJETÁVEL COM 10 ML	SAMTEC	FRS	100,000	0,0000	0,4350	43,50	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 2/17

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015 Fornecedor: 9118 - PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA. Licitação: 1/2015 - CC Data da Homologação:									
313	27565	ACETILCISTEINA 600MG COM 5GRAMAS	PRATI DONADUZ	Env.	5.000,000	0,0000	0,5630	2.815,00	Venceu
324	47282	TIORIDAZINA 25 MG	UNIAO QUIMICA	Cpr	40.000,000	0,0000	0,2180	8.720,00	Venceu
339	35903	FIBRINOLISINA + DESOXIRRIBONUCLEASE + CLORANFENICOL 30 G.	CRISTALIA	TUBO	200,000	0,0000	29,1000	5.820,00	Venceu
346	28281	AMPICILINA SUSPENSÃO ORAL 250MG/5ML	PRATI DONADUZ	Fr	1.000,000	0,0000	1,8550	1.855,00	Venceu
347	30474	EMBALAGEM COM 60 ML+ BROMOPRIDA 10 MG	PRATI DONADUZ	Cpr	20.000,000	0,0000	0,0890	1.780,00	Venceu
350	32599	CIMETIDINA 200 MG	PRATI DONADUZ	Cpr	30.000,000	0,0000	0,0490	1.470,00	Venceu
357	44160	RANITIDINA 50 MG COM 2 ML INJETAVEL	TEUTO	Amp	1.000,000	0,0000	0,5450	545,00	Venceu
361	37363	GENTAMICIDA 80 MG INJETAVEL	SANTISA	Amp	500,000	0,0000	0,5690	284,50	Venceu
369	40499	MEBENDAZOL 100 MG	SOBRAL	Cpr	6.000,000	0,0000	0,0290	174,00	Venceu
390	311043023	METILERGOMETRINA 0,2 MG/ML INJETAVEL	UNIAO QUIMICA	Amp	400,000	0,0000	1,2850	514,00	Venceu
393	311043026	SULFATO DE MAGNESIA 10% COM 10 ML INJETAVEL	SAMTEC	Amp	200,000	0,0000	0,2910	58,20	Venceu
397	311043029	CLORIDRATO DE CLONIDINA 150 MG/ML INJETAVEL	CRISTALIA	Amp	100,000	0,0000	6,0400	604,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			99.982,30	
Nr. do Processo: 5/2015 Fornecedor: 9550 - BH FARMA COMÉRCIO LTDA Licitação: 1/2015 - CC Data da Homologação:									
68	32736	CLOPIDOGREL 75 MG	SANDOZ	Cpr	30.000,000	0,0000	0,3600	10.800,00	Venceu
138	46073	SULFATO FERROSO 40 MG	PRATI DONADUZZI	Cpr	80.000,000	0,0000	0,0300	2.400,00	Venceu
223	39782	LORATADINA 1 MG/ML FRASCO COM 100 ML	MARIOL	Fr	2.000,000	0,0000	1,4500	2.900,00	Venceu
295	43967	PROPRANOLOL 40 MG	OSORIO DE MORAES	Cpr	30.000,000	0,0000	0,0120	360,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			16.460,00	
Nr. do Processo: 5/2015 Fornecedor: 9551 - DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA Licitação: 1/2015 - CC Data da Homologação:									

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 3/17

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015 Fornecedor: 9551 - DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA									
Licitação: 1/2015 - CC Data da Homologação:									
84	30598	BUTILBROMETO DE ESCOLAMINAQ COM 1 ML INJETÁVEL	TEUTO	Amp	2.000,000	0,0000	0,8500	1.700,00	Venceu
105	40882	MICONAZOL CREME VAGINAL 20 MG BISNAGA 80 GRAMAS	TEUTO	UN	500,000	0,0000	4,1900	2.095,00	Venceu
107	41291	NEOMICINA + BACITRACINA CREME BISNAGA COM 10 GRAMAS	MULTILAB	UN	2.000,000	0,0000	0,8900	1.780,00	Venceu
131	45155	SALBUTAMOL 100 MCG COM 200 DOSES AEROSOL ORAL	GLENMARK	FRS	1.000,000	0,0000	4,3800	4.380,00	Venceu
133	45720	SINVASTATINA 40 MG	SANVAL	Cpr	50.000,000	0,0000	0,1180	5.900,00	Venceu
135	46060	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA SUSPENSÃO 100 ML	TEUTO	Fr	2.000,000	0,0000	1,1900	2.380,00	Venceu
155	28023	ALENDRONATO DE SODIO 70 MG	DELTA	Cpr	5.000,000	0,0000	0,3400	1.700,00	Venceu
156	28022	ALENDRONATO DE SODIO 10 MG	UCI	Cpr	10.000,000	0,0000	0,1580	1.580,00	Venceu
174	28262	AMOXICILINA 250 MG SUSPENSÃO COM 60 ML	PRATI	FRS	3.000,000	0,0000	1,6900	5.070,00	Venceu
181	29609	BIPERIDENO 2 MG	CRISTALIA	Cpr	30.000,000	0,0000	0,1790	5.370,00	Venceu
192	44751	RISPERIDONA 2 MG	U QUIMICA	Cpr	30.000,000	0,0000	0,2800	8.400,00	Venceu
284	29526	BENZOATO DE BENZILA SUSPENSÃO COM 100 ML	IFAL	FRS	1.000,000	0,0000	1,8900	1.890,00	Venceu
292	40804	METFORMINA 850mg	PRATI	Cpr	20.000,000	0,0000	0,0630	1.260,00	Venceu
323	311043014	TENOXICAN INJETÁVEL C/PO PARA PREPARO + DILUENTE 2ML	U QUIMICA	Fr	150,000	0,0000	4,3500	652,50	Venceu
379	311043016	CETOPROFENO 100 MG + PO LIOFILIZADO INTRA VENOSO INJETÁVEL	U QUIMICA	Fr	2.000,000	0,0000	3,2800	6.560,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->		64.597,50		
Nr. do Processo: 5/2015 Fornecedor: 9644 - MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA									
Licitação: 1/2015 - CC Data da Homologação:									
4	28230	AMIODARONA 100 MG	BALDACCI	Cpr	10.000,000	0,0000	0,2100	2.100,00	Venceu
9	28260	AMOXICILINA 250 MG SUSP.150 ML	RANBAXY	Fr	3.000,000	0,0000	3,2800	9.840,00	Venceu
24	29493	BECLOMETASONA 50 MCG SPRAY ORAL	CHIESI	FRS	300,000	0,0000	26,5000	7.950,00	Venceu
25	29492	BECLOMETASONA 250 MCG SPRAY ORAL	CHIESI	FRS	400,000	0,0000	33,0000	13.200,00	Venceu
35	32314	CEFALEXINA 250 MG SUSP.60ML	TEUTO	Fr	1.500,000	0,0000	2,6800	4.020,00	Venceu
51	34533	DICLOFENACO RESINATO 15MG/ML GOTAS 10 ML	VITAPAN	FRS	1.500,000	0,0000	1,5000	2.250,00	Venceu
66	34457	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG SUSPENSÃO 100 ML	NATULAB	FRS	2.000,000	0,0000	0,8260	1.652,00	Venceu
78	30606	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+DIPIRONA 2,5+20 MG 5 ML	HYPOFARMA	Amp	3.000,000	0,0000	1,4400	4.320,00	Venceu
81	30608	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+DIPIRONA	HYPERMARCAS	Cpr	60.000,000	0,0000	0,1880	11.280,00	Venceu
82	30604	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+ PARACETAMOL	GEOLAB	Cpr	20.000,000	0,0000	0,3560	7.120,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 4/17

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC Data da Homologação: Fornecedor: 9644 - MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA									
103	29665	BISNAGA DE METRANIDAZOL CREME OU GEL VAGINAL	TEUTO	UN	2.000,000	0,0000	2,1000	4.200,00	Venceu
108	41323	NIMESULIDA 100 MG	VITAPAN	Cpr	100,000,000	0,0000	0,0400	4.000,00	Venceu
109	41325	NIMESULIDA 50 MG COM 15 ML	VITAPAN	FRS	3.000,000	0,0000	0,7200	2.160,00	Venceu
111	41339	NISTATINA susp.oral 40 ml	NATULAB	Fr	1.000,000	0,0000	1,5000	1.500,00	Venceu
116	42184	PARACETAMOL 750MG	ZYDUS	Cpr	50.000,000	0,0000	0,0379	1.895,00	Venceu
122	43508	POLIVITAMINICO E SAIS MINERAIS (NÃO PODE SER COMPLEXO B).	NATURELIFE	Cpr	40.000,000	0,0000	0,0890	3.560,00	Venceu
124	43510	POLIVITAMINICO E SAIS MINERAIS SUSPENSÃO DE 100 ML	NATURELIFE	FRS	1.000,000	0,0000	1,9400	1.940,00	Venceu
126	31751	CARBONATO DE CALCIO + CALCIFEROL D 500M(G+400UI.	GEOLAB	Cpr	50.000,000	0,0000	0,4250	21.250,00	Venceu
127	43837	PREDNISONA 5 MG CPR.	VITAPAN	Cpr	20.000,000	0,0000	0,0620	1.240,00	Venceu
143	39792	LOSARTANA POTÁSSICA+HIDROCLOROTIAZIDA 50/12,5 MG	HYPERMARCAS	Cpr	50.000,000	0,0000	0,0900	4.500,00	Venceu
171	39755	LOMOTRIGINA 25 MG	ALTHAIA	Cpr	20.000,000	0,0000	0,1450	2.900,00	Venceu
172	39756	LOMOTRIGINA 50 MG	ALTHAIA	Cpr	20.000,000	0,0000	0,1880	3.760,00	Venceu
177	37206	FUROSEMIDA 20 MG COM 2 ML	SANTISA	Amp	2.000,000	0,0000	0,4500	900,00	Venceu
190	41331	NIMODIPINO 30 MG	HYPERMARCAS	Cpr	30.000,000	0,0000	0,0820	2.460,00	Venceu
193	34760	DOXICICLINA 100 MG	PHARLAB	Cpr	20.000,000	0,0000	0,0800	1.600,00	Venceu
195	32657	CITALOPRAM 20 MG	ZYDUS	Cpr	100.000,000	0,0000	0,1300	13.000,00	Venceu
213	41641	OXIDO DE ZINCO+VITAMINA A+D POMADA 30 GRAMAS	NATIVITA	TUBO	2.000,000	0,0000	1,5000	3.000,00	Venceu
218	45136	SAIS P/ REIDRATAÇÃO 27,9 G	NATULAB	Env.	5.000,000	0,0000	0,3500	1.750,00	Venceu
222	37386	GINKGO BILOBA 80 MG	CIMED	Cpr	40.000,000	0,0000	0,1300	5.200,00	Venceu
258	34562	DILTIAZEN 60 MG	TEUTO	Cpr	10.000,000	0,0000	0,0900	900,00	Venceu
260	38054	ISOSSORBIDA 40 MG	ZYDUS	UN	10.000,000	0,0000	0,0950	950,00	Venceu
274	37753	HIDROXIZINA 25 MG	TKS	Cpr	10.000,000	0,0000	0,1360	1.360,00	Venceu
275	37752	HIDROXIZINA 10 MG5 ML COM 100 ML	HYPERMARCAS	FRS	200,000	0,0000	4,8900	978,00	Venceu
277	27965	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL	PRATI	FRS	5.000,000	0,0000	0,8650	4.325,00	Venceu
301	32324	CEFALOTINA 1 GRAMA INJETÁVEL	ABL	Fr	200,000	0,0000	4,2000	840,00	Venceu
302	27601	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250 MG/5ML	BLAU	Fr	500,000	0,0000	1,9000	950,00	Venceu
314	27564	ACETILCISTEINA 20MG/ML COM 100 ML	HYPERMARCAS	FRS	200,000	0,0000	2,6600	532,00	Venceu
315	34575	DIOSMINA + HESPERIDINA 450+50 MG	HYPERMARCAS	Cpr	20.000,000	0,0000	0,2280	4.560,00	Venceu
318	34229	DE CLORIDRATO DE TRAZADONA 150MG	APSEN	Cpr	12.000,000	0,0000	2,4260	29.112,00	Venceu
336	46042	SULFADIAZINA DE PRATA 10 MG/1MG POMADA BISNAGA COM 30 GRAMAS	NATIVITA	UN	400,000	0,0000	2,5600	1.024,00	Venceu
338	47500	TOPIRAMATO 50 MG	ZYDUS	Cpr	15.000,000	0,0000	0,1160	1.740,00	Venceu
360	37366	GENTAMICINA 40 MG INJETÁVEL	SANTISA	Amp	500,000	0,0000	0,5000	250,00	Venceu
371	41316	NIFEDIPINA 20 MG	HYPERMARCAS	Cpr	10.000,000	0,0000	0,0280	280,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 5/17

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 9644 - MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA									
394	311043027	TOBRAMINA 0,3 % COLÍRIO COM 5 ML	HYPERMARCAS	Fr	20,000	0,0000	3,8000	76,00	Venceu
					751.720,000	192.424,00			
Total do Fornecedor ----->									
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 9877 - ANGEOMED COM.DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA.									
30	27576	ACICLOVIR 200 MG	UNIÃO QUÍMICA	Cpr	20.000,000	0,0000	0,0680	1.360,00	Venceu
57	34591	DIPIRONA GTS 10 ML	MAROL	FRS	3.000,000	0,0000	0,4490	1.347,00	Venceu
61	41637	OXICARBAMAZEPINA SUSPENSÃO / FRASCO	UNIÃO QUÍMICA	FRS	500,000	0,0000	23,8800	11.940,00	Venceu
72	37660	HALOPERIDOL 5 MG COM 1 ML INJETÁVEL	TEUTO	Amp	500,000	0,0000	0,6750	337,50	Venceu
73	37655	HALOPERIDOL 1 MG	CRISTALIA	Cpr	20.000,000	0,0000	0,0950	1.900,00	Venceu
77	37746	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO+HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIA SUSPENSÃO 100 ML	MARIOL	FRS	3.000,000	0,0000	1,4800	4.440,00	Venceu
100	40818	METOCLOPRAMIDA 4% SOLUÇÃO ORAL 10 ML	MARIOL	FRS	5.000,000	0,0000	0,4050	2.025,00	Venceu
104	40839	METRANIDAZOL 4% SOLUÇÃO	PRATI	FRS	500,000	0,0000	1,4850	742,50	Venceu
117	42186	PARACETAMOL GOTAS 15 ML	HIPOLABOR	FRS	5.000,000	0,0000	0,4580	2.290,00	Venceu
130	45153	SALBUTAMOL 0,4 MG/ML COM 100 ML	HIPOLABOR	FRS	500,000	0,0000	0,6750	337,50	Venceu
134	46062	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400 MG/80	PRATI	Cpr	30.000,000	0,0000	0,0630	1.890,00	Venceu
146	35343	ESPIRONOLACTONA 50 MG	HIPOLABOR	Cpr	10.000,000	0,0000	0,1350	1.350,00	Venceu
147	40109	MALEATO DE METILERGOMETRINA 0,125 MG.	NOVARTIS	Cpr	5.000,000	0,0000	0,5270	2.635,00	Venceu
169	44995	SACHE DE SULFATO DE GLICOSAMINA 1500 MG	EMS	UN	10.000,000	0,0000	1,1480	11.480,00	Venceu
196	30583	BUPROPIONA 150 MG	EMS	Cpr	20.000,000	0,0000	0,3410	6.820,00	Venceu
234	39306	LIDOCAÍNA SPAY	HIPOLABOR	Fr	10,000	0,0000	33,7500	337,50	Venceu
255	27563	ACETATO DE RETINOL+METIONINA+AMINOÁCIDOS OFTÁLMICO BISNAGA 3	LATINO FARMA	UN	50,000	0,0000	7,8490	392,45	Venceu
278	41529	OLEO MINERAL 100ML	MARIOL	Fr	1.200,000	0,0000	1,3990	1.678,80	Venceu
288	32423	CETOPROFENO 100 MG COM 2 ML INJETÁVEL	UNIÃO QUÍMICA	Amp	2.000,000	0,0000	1,6430	3.286,00	Venceu
294	21683	METILDOPA 500 MG	TKS	UN	50.000,000	0,0000	0,1220	6.100,00	Venceu
327	47280	TIORIDAZINA 100 MG.	UNIÃO QUÍMICA	Cpr	25.000,000	0,0000	0,6390	15.975,00	Venceu
328	37662	HALOPERIDOL DECAMOATO 50 MG INJETÁVEL 1 ML	CRISTALIA	Amp	500,000	0,0000	6,2100	3.105,00	Venceu
329	32728	CLONAZEPAM 2MG	EMS	UN	100.000,000	0,0000	0,0730	7.300,00	Venceu
348	30476	BROMOPRIDA 4MG/1ML GOSTAS COM FRASCO COM 10 ML	MARIOL	FRS	1.500,000	0,0000	0,7890	1.183,50	Venceu
349	31746	CARBAMAZEPINA XPE 100ML	MEDLEY	Fr	300,000	0,0000	3,9800	1.194,00	Venceu
355	32789	CLORPROMAZINA 25 MG	CRISTALIA	Cpr	20.000,000	0,0000	0,1990	3.980,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 6/17

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descsto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015									
Fornecedor: 9877 - ANGEOMED COM.DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA.									
			Licitação: 1/2015 - CC		Data da Homologação:				
359	35828	FENITOINA 100 MG.	TEUTO	Cpr	50.000,000	0,0000	0,0810	4.050,00	Venceu
365	39272	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	CRISTALIA	Cpr	10.000,000	0,0000	0,6080	6.080,00	Venceu
373	41868	PANTOPRAZOL 20 MG.	EMS	Cpr	60.000,000	0,0000	0,1910	11.460,00	Venceu
377	32726	CLONAZEPAM 2,5 MG SOLUÇÃO COM 20 ML	HIPOLABOR	FRS	2.000,000	0,0000	1,4850	2.970,00	Venceu
					455.560,000			119.986,75	
Total do Fornecedor ----->									
Nr. do Processo: 5/2015									
Fornecedor: 9962 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.									
			Licitação: 1/2015 - CC		Data da Homologação:				
11	28268	AMOXICILINA+CLAVULUNATO 500/125 MG	E.M.S	Cpr	10.000,000	0,0000	0,8630	8.630,00	Venceu
19	28948	ATENOLOL 50 MG	Vitapan	Cpr	60.000,000	0,0000	0,0243	1.458,00	Venceu
45	34932	ENALAPRIL 20mg	Belfar	Cpr	40.000,000	0,0000	0,0480	1.920,00	Venceu
89	29063	BACLOFENO 10 MG	Teuto	Cpr	10.000,000	0,0000	0,1096	1.096,00	Venceu
115	42180	PARACETAMOL 500 MG	Teuto	Cpr	200.000,000	0,0000	0,0340	6.800,00	Venceu
139	46078	SULFATO FERROSO sol.Oral 30ml	Hipolabor	Fr	2.000,000	0,0000	0,5500	1.100,00	Venceu
183	30464	BROMETO DE FENOTEROL GOTAS 5 MG SOLUÇÃO ORAL 20 ML	Hipolabor	FRS	300,000	0,0000	1,2900	387,00	Venceu
248	48639	VITAMINAS DO COMPLEXO B 20 ML, GOTAS	Belfar	FRS	500,000	0,0000	1,3600	680,00	Venceu
253	34750	DOPAMINA 5 MG/ 1 ML INJET COM 10 ML	Teuto	UN	500,000	0,0000	0,5900	295,00	Venceu
270	32666	CLARITROMICINA 500 MG	Pharlab	Cpr	10.000,000	0,0000	0,7000	7.000,00	Venceu
282	46868	TIMOLOL 0,5 COM 10 ML	Teuto	Fr	200,000	0,0000	1,2466	249,32	Venceu
285	32748	CLORETO DE SODIO 10% INJ. 10ML	Samtec	Amp	1.000,000	0,0000	0,2027	202,70	Venceu
293	40802	METFORMINA 500 MG	Teuto	Cpr	20.000,000	0,0000	0,0450	900,00	Venceu
298	35847	FENTANILA 0,05 MG/1ML INJETÁVEL COM 10 ML	Hipolabor	Fr	200,000	0,0000	2,4110	482,20	Venceu
344	28225	AMINOFILINA 100MG	Vitapan	Cpr	40.000,000	0,0000	0,0293	1.172,00	Venceu
358	35831	FENITOINA INJ. 250MG/5ML	Hipolabor	Amp	200,000	0,0000	1,3562	271,24	Venceu
367	39268	LEVODOPA + CARBIDOPA 250/25MG	Neo Quimica	Cpr	30.000,000	0,0000	0,1650	4.950,00	Venceu
386	311043019	OXACILINA 500 MG INJETÁVEL	Ariston	Amp	400,000	0,0000	2,1918	876,72	Venceu
389	311043022	CLORANFENICOL 1 G INJETÁVEL	Ariston	Amp	400,000	0,0000	1,3699	547,96	Venceu
392	311043025	SULFATO DE SALBUTAMOL 0,5 MG/ML INJETÁVEL	Hipolabor	Amp	200,000	0,0000	2,1096	421,92	Venceu
395	32190	CARVÃO ATIVADO EM PÓ	Quimidrol	KG	20,000	0,0000	28,2739	565,48	Venceu
					425.920,000			40.005,54	
Total do Fornecedor ----->									

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 7/17

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descsto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015 Fornecedor: 9979 - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA Licitação: 1/2015 - CC Data da Homologação:									
144	29539	BESILATO ANLODIPINO 5 MG	VITAPAN	Cpr	30.000,000	0,0000	0,0221	663,00	Venceu
207	39299	LIDOCAÍNA 2% GEL BISNAGA COM 30 GRAMAS	PHARLAB	UN	1.000,000	0,0000	1,2915	1.291,50	Venceu
305	41591	ONDASENTRONA 2 MG/2ML INJETÁVEL COM 2 ML	HALEX ISTAR	Fr	300,000	0,0000	0,9839	295,17	Venceu
331	41353	NITROFURANTOINA 100 MG	TEUTO	Cpr	5.000,000	0,0000	0,1100	550,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->								2.799,67	
Nr. do Processo: 5/2015 Fornecedor: 12435 - KLIMA - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA Licitação: 1/2015 - CC Data da Homologação:									
10	31727	CAPSULAS DE AMOXICILINA 500 MG	PRATI	CAPS	100.000,000	0,0000	0,0960	9.600,00	Venceu
47	34442	DEXAMETASONA 1% COM 10 GRAMAS CREME	MULTILAB	UN	3.000,000	0,0000	0,5690	1.707,00	Venceu
58	34587	DIPIRONA 500mg	CIFARMA	Cpr	150.000,000	0,0000	0,0580	8.700,00	Venceu
110	41346	NISTATINA CREME VAGINAL 25.000 UI BISNAGA 60 G. C/ APLICADOR	MULTILAB	TUBO	3.000,000	0,0000	2,1800	6.540,00	Venceu
159	39270	LEVODOPA+BENSERAZIDA 250 MG	ROCHE	Cpr	10.000,000	0,0000	1,4000	14.000,00	Venceu
201	36617	FITOMETADIONA 10 MG INJETÁVEL 1 ML	HIPOLABOR	Amp	1.000,000	0,0000	0,8500	850,00	Venceu
203	42822	PETROLATO 30 GR (VASELINA)	RIOQUIMICA	UN	500,000	0,0000	1,5000	750,00	Venceu
220	32778	CLORIDRATO DE TRAMADOL INJETÁVEL 50 MG / 1 ML	HIPOLABOR	Amp	3.000,000	0,0000	0,6000	1.800,00	Venceu
227	40653	MELOXICAM 15 MG.	PHARLAB	UN	80.000,000	0,0000	0,0830	6.640,00	Venceu
335	32421	CETOCONAZOL 20MG/GR XAMPOO COM 100 ML	NATIVITA	FRS	200,000	0,0000	3,0000	600,00	Venceu
381	42788	PERMETRINA LOÇÃO 15 DOSE UNICA	NATIVITA	FRS	500,000	0,0000	1,1000	550,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->								51.737,00	
Nr. do Processo: 5/2015 Fornecedor: 12890 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA Licitação: 1/2015 - CC Data da Homologação:									
12	28267	AMOXICILINA+CLAVULONATO 250/ MG 75 ML	SANDOZ	FRS	1.000,000	0,0000	5,2500	5.250,00	Venceu
26	29546	BETAMETASONA GOTAS 0,5 MG/ML FRASCO C/ 15ML	HYPERMARCAS/I	Fr	1.000,000	0,0000	8,7500	8.750,00	Venceu
42	30466	BROMETO DE IPRATRÓPIO + SALBUTAMOL 20+120 MCG/50 MCL AEROSOL	BOEHRINGER	FRS	100,000	0,0000	13,9000	1.390,00	Venceu
53	34535	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG	VITAMED	Cpr	50.000,000	0,0000	0,0209	1.045,00	Venceu
56	34552	DIGOXINA 0,25 MG	PHARLAB	Cpr	20.000,000	0,0000	0,0329	658,00	Venceu
86	37812	IBUPROFENO 600 MG	TEUTO	Cpr	60.000,000	0,0000	0,0690	4.140,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 8/17

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC									
Fornecedor: 12890 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA									
87	37814	IBUPROFENO GOTAS 50 MG COM 30 ML	NATULAB	FRS	2.000,000	0,0000	0,8290	1.658,00	Venceu
123	43509	POLIVITAMINICO E SAIS MINERAIS GOTAS COM 20 ML (NÃO PODE SE	NATURELIFE	Fr	1.000,000	0,0000	4,7400	4.740,00	Venceu
132	45719	SINVASTATINA 20 MG	SANDOZ	Cpr	80.000,000	0,0000	0,0589	4.712,00	Venceu
178	27590	ÁCIDO FÓLICO 5 MG	NATULAB	Cpr	100.000,000	0,0000	0,0220	2.200,00	Venceu
250	48641	VITAMINAS DO COMPLEXO B, INJETÁVEL, 2 ML	HYPOFARMA	Amp	4.000,000	0,0000	0,6900	2.760,00	Venceu
279	34463	DEXTRANO 70 + HIPROMELOSE 1+3 MG COM 15 ML	LATINO FARMA	FRS	100,000	0,0000	9,4700	947,00	Venceu
290	45247	SECNIDAZOL 500 MG	PRATI	Cpr	30.000,000	0,0000	0,3800	11.400,00	Venceu
332	45718	SINVASTATINA 10 MG	SANDOZ	Cpr	30.000,000	0,0000	0,0539	1.617,00	Venceu
372	33099	COMPRIMIDO DE OMEPRAZOL 20 MG.	TEUTO	UN	600.000,000	0,0000	0,0410	24.600,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			75.907,00	
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC									
Fornecedor: 13267 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA									
1	27585	ÁCIDO ACETILSALICILICO 100 MG.	IMEC	Cpr	300.000,000	0,0000	0,0140	4.200,00	Venceu
14	48296	VALPROATO SÓDICO SUSPENSÃO 50 MG/ML COM 100 ML COM DOSADOR	HIPOLABOR	FRS	1.000,000	0,0000	1,9500	1.950,00	Venceu
21	28195	AMBROSOL XAROPE ADULTO 120 ML	HIPOLABOR	FRS	2.000,000	0,0000	0,9600	1.920,00	Venceu
34	32315	CEFALEXINA 500 MG	CELLOFARM/ASF	Cpr	80.000,000	0,0000	0,1580	12.640,00	Venceu
43	34933	ENALAPRIL 5 MG	BELFAR	Cpr	40.000,000	0,0000	0,0490	1.960,00	Venceu
70	36696	FLUCONAZOL 150 MG	MEDQUIMICA	Cpr	10.000,000	0,0000	0,1680	1.680,00	Venceu
80	30599	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA 20ML	FARMACE	Fr	2.000,000	0,0000	1,8900	3.780,00	Venceu
198	40677	MEPERIDINA 2 ML INJETÁVEL	UNIÃO QUIMICA	Amp	300,000	0,0000	1,8000	540,00	Venceu
211	41137	MORFINA 30 MG	CRISTALIA	Cpr	6.000,000	0,0000	1,2500	7.500,00	Venceu
225	39428	LINCOMICINA 600 MG INJETÁVEL 2 ML	PHARLAB	Amp	1.200,000	0,0000	1,5000	1.800,00	Venceu
228	40938	MIDAZOLAN INJ. 15MG/3ML	HIPOLABOR	Amp	1.000,000	0,0000	1,0500	1.050,00	Venceu
242	27550	ACEBROFILINA 25 MG XAROPE	PRATI	FRS	500,000	0,0000	2,5500	1.275,00	Venceu
303	41264	NALOXONA 0,04 MG/ 1ML INTRAVENOSA INJETÁVEL	DONADUZZI	FRS	100,000	0,0000	5,2000	520,00	Venceu
306	30480	BROMOPRIDA INJETÁVEL 10 MG/2ML INJETÁVEL	HIPOLABOR	Fr	2.000,000	0,0000	0,9800	1.960,00	Venceu
376	37414	GLIMEPIRIDA 1 MG	EMS	Cpr	30.000,000	0,0000	0,1080	3.240,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			46.015,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 9/17

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 13420 - SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP									
36	28144	ALPRAZOLAN 0,5 MG	E.M.S	Cpr	30.000,000	0,0000	0,0840	2.520,00	Venceu
37	28146	ALPRAZOLAN 1,0 MG	E.M.S	Cpr	30.000,000	0,0000	0,0800	2.400,00	Venceu
50	34446	DEXAMETASONA 4MG/ML INJETÁVEL COM 2,5 ML	TEUTO	Amp	2.500,000	0,0000	0,8240	2.060,00	Venceu
59	34584	DIPIRONA 500 MG/ML 2 ML INJ.	TEUTO	Amp	5.000,000	0,0000	0,4640	2.320,00	Venceu
142	47498	TOPIRAMATO 100 MG	E.M.S	Cpr	20.000,000	0,0000	0,2320	4.640,00	Venceu
161	39271	LEVOFLOXACINO 500 MG	E.M.S	Cpr	20.000,000	0,0000	0,5780	11.560,00	Venceu
199	40793	MESILATO DE DOXAZOSINA 2 MG	E.M.S	Cpr	20.000,000	0,0000	0,0720	1.440,00	Venceu
299	32750	CLORETO SE SUXAMETÔNIO 500 MG INJETÁVEL COM 10 ML	BLAU	FRS	200,000	0,0000	6,9800	1.396,00	Venceu
337	47499	TOPIRAMATO 25 MG	E.M.S	Cpr	15.000,000	0,0000	0,1160	1.740,00	Venceu
353	32724	GLOMIPRAMINA 75 MG	E.M.S	Cpr	10.000,000	0,0000	0,9440	9.440,00	Venceu
354	32723	GLOMIPRAMINA 25 MG	E.M.S	Cpr	20.000,000	0,0000	0,5890	11.780,00	Venceu
374	41585	OMEPRAZOL 40 MG + DILUENTE 10 ML INJETÁVEL	BLAU	UN	2.000,000	0,0000	3,9900	7.980,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->				
					174.700,000				

Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC Data da Homologação:

Fornecedor: 13442 - CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

13	27608	ACIDO VALPROICO OU VALPROATO SÓDICO 500 MG	ABBOTT	Cpr	50.000,000	0,0000	0,4750	23.750,00	Venceu
15	27606	ACIDO VALPROICO 250 MG	ABBOTT	Cpr	30.000,000	0,0000	0,1750	5.250,00	Venceu
71	46849	TIAMAZOL 10 MG	BIOLAB	Cpr	20.000,000	0,0000	0,3100	6.200,00	Venceu
88	32640	CIPROFIBRATO 100 MG	BIOLAB	Cpr	20.000,000	0,0000	0,3130	6.260,00	Venceu
145	29540	BESILATO DE ANLODIPINA 10 MG	VITAPAN	Cpr	30.000,000	0,0000	0,0350	1.050,00	Venceu
262	37208	FUROSEMIDA 40 MG	GEOLAB	Cpr	50.000,000	0,0000	0,0320	1.600,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->				
					200.000,000				

Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC Data da Homologação:

Fornecedor: 13526 - DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA

5	28301	AMPOLAS DE AMIODARONA 50 MG/ML INJETÁVEL COM 3 ML	HIPOLABOR	UN	200,000	0,0000	1,7400	348,00	Venceu
22	28196	AMBROSOL XAROPE PEDIÁTRICO 120 ML	NATIVITA	FRS	2.000,000	0,0000	0,9780	1.956,00	Venceu
23	29548	BETAMETASONA+FOSFATO DISSODICO DE BETAMETASONA 3+3 MG INJETÁ	PHARLAB	Amp	1.000,000	0,0000	3,8000	3.800,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 10/17

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015 Fornecedor: 13526 - DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA Licitação: 1/2015 - CC Data da Homologação:									
33	31742	CARBAMAZEPINA CR 200 MG.	UNIÃO QUÍMICA	Cpr	10.000,000	0,0000	0,1250	1.250,00	Venceu
38	46852	TIAMINA 300 MG	HIPOLABOR	Cpr	10.000,000	0,0000	0,0830	830,00	Venceu
119	29514	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 MUI INJETÁVEL	TEUTO	Amp	4.000,000	0,0000	2,8000	11.200,00	Venceu
120	29517	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 MUI INJETÁVEL + DILUENTE	TEUTO	Amp	4.000,000	0,0000	2,2800	9.120,00	Venceu
151	46664	TENOXICAM 20 MG	MEDQUÍMICA	Cpr	20.000,000	0,0000	0,2510	5.020,00	Venceu
208	39787	LORAZEPAN 2 MG	TEUTO	Cpr	30.000,000	0,0000	0,0550	1.650,00	Venceu
238	48510	VERAPAMIL 80 MG CPR.	SANVAL	Cpr	50.000,000	0,0000	0,0490	2.450,00	Venceu
263	40813	METILPREDNISOLONA 500 MG AMPOLA + DILUENTE	GEOLAB	Amp	500,000	0,0000	0,0390	19,50	Venceu
333	48636	VITAMINAS A+D GOTAS	SANVAL	Fr	500,000	0,0000	2,6000	1.300,00	Venceu
351	32603	CIMETIDINA INJETÁVEL 300 MG	TEUTO	Amp	3.000,000	0,0000	0,6000	1.800,00	Venceu
378	311043015	ADRENALINA 1MG/ML INJETÁVEL	HIPOLABOR	Amp	2.000,000	0,0000	1,2000	2.400,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->				
					137.200,000				43.143,50

Nr. do Processo: 5/2015
Fornecedor: 13725 - ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Licitação: 1/2015 - CC
Data da Homologação:

44	34930	ENALAPRIL 10 MG	VITAPAN	Cpr	40.000,000	0,0000	0,0450	1.800,00	Venceu
271	35068	ERITROMICINA 500 MG	PRATI	Cpr	10.000,000	0,0000	0,4209	4.209,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->				6.009,00

Nr. do Processo: 5/2015
Fornecedor: 13952 - CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA
Licitação: 1/2015 - CC
Data da Homologação:

152	37168	FRUCTOS+ VITAMINA B2, B6, PP E C 20 ML INJETÁVEL	CRISTALIA	Amp	4.000,000	0,0000	8,8000	35.200,00	Venceu
251	35475	ESTROGÊNIO (CONJ. 0.625 MG)	MABRA	Cpr	10.000,000	0,0000	0,4170	4.170,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->				39.370,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 11/17

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 14053 - 1000MEDIC DISTRIB.IMPORT.EXPORT. MEDICAMENTOS LTDA									
205	37832	IMIPRAMINA 75 MG	NOVARTIS	Cpr	10.000,000	0,0000	1,3561	13.561,00	Venceu
226	39425	LINCOMICINA 300 MG INJETÁVEL	PFIZER	Amp	1.200,000	0,0000	8,2625	9.915,00	Venceu
235	32764	CLORIDRATO DE METADONA 10 MG	CRISTALIA	Cpr	5.000,000	0,0000	1,0074	5.037,00	Venceu
236	32765	CLORIDRATO DE METADONA 10 MG INJETÁVEL COM 1 ML	CRISTALIA	Amp	500,000	0,0000	3,5750	1.787,50	Venceu
239	30472	BROMIDRATO DE FENOTEROL+BROMETRO DE IPRATRÓPIO 0,100 MG+	BOEHRINGER	UN	100,000	0,0000	11,5500	1.155,00	Venceu
240	30470	BROMIDRATO DE FENOTEROL 100MG AEROSOL DOSIFICADOR COM AEROCOA	BOEHRINGER	Fr	100,000	0,0000	16,7500	1.675,00	Venceu
241	30469	BROMETRO DE IPRATRÓPIO 100 MG COM 10 ML AEROSOL DOSIFICADOR	BOEHRINGER	UN	100,000	0,0000	20,2750	2.027,50	Venceu
252	35477	ESTROGENIOS CONJUGADOS CREME VAGINAL 25 G	WYETH	TUBO	500,000	0,0000	28,1635	14.081,75	Venceu
280	37779	HIPROMELOSE 5MG/ML FRASCO 10ML	ALLERGAN	Fr	100,000	0,0000	7,4965	749,65	Venceu
375	43497	POLIMIXINA + LIDOCAINA SOL. OTOLÓGICA	FMQ	Fr	500,000	0,0000	8,3055	4.152,75	Venceu
382	32733	CLONIXINATO DE LISINA 125 MG	FMQ	Cpr	22.400,000	0,0000	1,0191	22.827,84	Venceu
383	32734	CLONIXINATO DE LISINA+CICLOBENZAPRIMA 125/5 MG	FMQ	Cpr	14.400,000	0,0000	2,2157	31.906,08	Venceu
396	311043028	CLORDIAZEPOXIDO 10 MG	VALEANT	Cpr	1.000,000	0,0000	0,3408	340,80	Venceu
Total do Fornecedor ----->								109.216,87	
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 14061 - LICIMED DIST.MEDIC.CORRELATOS PROD.MED.HOSPIT.LTDA									
97	32572	CILOSTAZOL 100MG	EUROFARMA	Cpr	10.000,000	0,0000	0,3720	3.720,00	Venceu
150	32541	CICLOBENZAPRIMA 10 MG	EUROFARMA	Cpr	40.000,000	0,0000	0,1420	5.680,00	Venceu
157	30569	BUDESONIDA 32 MCG. SPRAY NASAL	EUROFARMA	FRS	500,000	0,0000	12,4280	6.214,00	Venceu
158	30571	BUDESONIDA 64 MCG. SPRAY NASAL	EUROFARMA	FRS	500,000	0,0000	15,0890	7.544,50	Venceu
259	38055	ISSOSSORBIDA 5 MG SUBL.	BALDACCI	Cpr	10.000,000	0,0000	0,1430	1.430,00	Venceu
264	48300	VALSARTANA 80 MG	EUROFARMA	Cpr	10.000,000	0,0000	0,2790	2.790,00	Venceu
268	29544	BETAISTINA 24 MG	EUROFARMA	Cpr	10.000,000	0,0000	0,2310	2.310,00	Venceu
316	28259	AMOXICILINA + CLAVULUNATO 875/125 MG	EUROFARMA	Cpr	10.000,000	0,0000	1,3930	13.930,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->								43.618,50	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 12/17

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 14143 - MARCOFARMA DISTRIB. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA									
16	29032	AZITROMICINA 500 MG	MEDQUIMICA	Cpr	30.000,000	0,0000	0,3240	9.720,00	Venceu
17	29035	AZITROMICINA SUSPENSÃO 600MG	PHARLAB	Fr	1.000,000	0,0000	1,9800	1.980,00	Venceu
18	29036	AZITROMICINA SUSPENSÃO 900 MG	PHARLAB	FRS	500,000	0,0000	2,7400	1.370,00	Venceu
20	28946	ATENOLOL 100 MG	TEUTO	Cpr	60.000,000	0,0000	0,0310	1.860,00	Venceu
49	34445	DEXAMETASONA 4 MG	TEUTO	Cpr	10.000,000	0,0000	0,1200	1.200,00	Venceu
52	34531	DICLOFENACO POTÁSSICO 50 MG	GEOLAB	Cpr	100.000,000	0,0000	0,0369	3.690,00	Venceu
54	34536	DICLOFENACO SÓDICO 75 MG/3 ML, INJETÁVEL	TEUTO	Amp	5.000,000	0,0000	0,4980	2.490,00	Venceu
62	41635	OXICARBAMAZEPINA 300 MG	UNIÃO QUIMICA	Cpr	10.000,000	0,0000	0,3250	3.250,00	Venceu
64	34500	DIAZEPAM 10 MG	SANTISA	UN	80.000,000	0,0000	0,0360	2.880,00	Venceu
65	34505	DIAZEPAN 5 MG	SANTISA	Cpr	20.000,000	0,0000	0,0350	700,00	Venceu
75	37665	HALOPERIDOL GOTAS	PRATI	Fr	500,000	0,0000	2,4400	1.220,00	Venceu
85	37810	IBUPROFENO 300 MG	TEUTO	Cpr	60.000,000	0,0000	0,0479	2.874,00	Venceu
112	41374	NORFLOXACINO 400 MG	MEDQUIMICA	Cpr	30.000,000	0,0000	0,1190	3.570,00	Venceu
160	44157	RANITIDINA 150 MG	MEDQUIMICA	Cpr	30.000,000	0,0000	0,0625	1.875,00	Venceu
173	43834	PREDNISOLONA SUSPENSÃO 3MG/ML 60 ML	PRATI	Fr	500,000	0,0000	2,4800	1.240,00	Venceu
186	32818	CODEINA 30 MG+ PARACETAMOL 500 MG	GEOLAB	Cpr	30.000,000	0,0000	0,4770	14.310,00	Venceu
197	30461	BROMAZEPAN 3 MG	TEUTO	Cpr	80.000,000	0,0000	0,0479	3.832,00	Venceu
215	43947	PROMETAZINA 25 MG CPR.	TEUTO	Cpr	50.000,000	0,0000	0,0490	2.450,00	Venceu
243	27551	ACEBROFILINA 50 MG XAROPE	PRATI	FRS	500,000	0,0000	2,4400	1.220,00	Venceu
249	48638	VITAMINAS DO COMPLEXO B	VITAMED	Cpr	50.000,000	0,0000	0,0370	1.850,00	Venceu
291	37397	GLIBENCLAMIDA 5 MG	MEDQUIMICA	Cpr	20.000,000	0,0000	0,0179	358,00	Venceu
341	34604	DIPROPIONATO DE BETAMENTASONA 5MG E FOSFATI DISSODICO DE	PHARLAB	Amp	2.000,000	0,0000	2,2500	4.500,00	Venceu
342	43832	PREDNISOLONA 60 ML 1MG/ML.	PRATI	Fr	200,000	0,0000	2,4400	488,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->		68.927,00		
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 14182 - WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA									
121	37964	INSULINA LANTUS - 10 ML.		Amp	120,000	0,0000	246,4500	29.574,00	Venceu
136	42783	PERICIAZIN 4% GOTAS COM 20 ML	FRS	FRS	150,000	0,0000	11,2600	1.689,00	Venceu
137	42781	PERICIAZIN (NEULEPTIL) 1% GOTAS COM 20 ML	FRS	FRS	150,000	0,0000	5,8100	871,50	Venceu
319	32779	CLORIDRATO DE TRAZADONA 50MG		Cpr	15.000,000	0,0000	0,7800	11.700,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->		43.834,50		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 13/17

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC									
Fornecedor: 15697 - Extra Dist. de Medicamentos e Prod. Hospit. Ltda									
Data da Homologação:									
188	32747	CLORETO DE BEZALCONIO GTS 30 ML	MARIOL	Fr	2.000,000	0,0000	0,4625	925,00	Venceu
209	41138	MORFINA INJETAVEL 10MG/1ML	CRISTALIA	Amp	300,000	0,0000	3,2250	967,50	Venceu
210	41136	MORFINA 10 MG	CRISTALIA	Cpr	6.000,000	0,0000	0,5500	3.300,00	Venceu
257	35837	FENOBARBITAL GOTAS 4% SOL. ORAL 20ML	CRISTALIA	Fr	1.000,000	0,0000	3,0250	3.025,00	Venceu
266	33101	COMPRIMIDOS DE VALSARTANA 160MG	GERMED	Cpr	10.000,000	0,0000	0,2825	2.825,00	Venceu
322	311043013	CLORIDRATO DE DIFENIDRAMINA 50 MG/ML C/PO PARA PREPARO	CRISTALIA	Fr	50,000	0,0000	14,2250	711,25	Venceu
352	31743	CARBAMAZEPINA CR 400 MG	CRISTALIA	Cpr	10.000,000	0,0000	0,4375	4.375,00	Venceu
368	38052	ISSOSSORBIDA 10 MG CPR	GERMED	Cpr	10.000,000	0,0000	0,0750	750,00	Venceu
370	40505	MEBENDAZOL SUSPENSÃO 30 ML	MARIOL	Cpr	1.200,000	0,0000	0,5125	615,00	Venceu
385	311043018	BIPERIDENO 5 MG/ML	CRISTALIA	Amp	400,000	0,0000	1,7000	680,00	Venceu
387	311043020	BUPIVACAINA 0,25% COM 20 ML INJETAVEL	CRISTALIA	Fr	100,000	0,0000	20,9250	2.092,50	Venceu
388	311043021	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 20 MG/ML EV INJETAVEL	CRISTALIA	Amp	100,000	0,0000	4,3713	437,13	Venceu
					Total do Fornecedor ----->	20.703,38			
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC									
Fornecedor: 15830 - INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA									
Data da Homologação:									
67	34456	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG	GEOLAB	Cpr	30.000,000	0,0000	0,0540	1.620,00	Venceu
176	37415	GLIMERIPIDA 2 MG	CIMED	Cpr	20.000,000	0,0000	0,0620	1.240,00	Venceu
224	39783	LORATADINA 10 MG	CIMED	Cpr	30.000,000	0,0000	0,0430	1.290,00	Venceu
231	32771	CLORIDRATO DE TANSULOSINA 0,4 MG	GEOLAB	Cpr	3.000,000	0,0000	1,3900	4.170,00	Venceu
267	29545	BETAISTINA16 MG	EUOFARMA	Cpr	10.000,000	0,0000	0,1900	1.900,00	Venceu
281	46867	TIMOLOL 0,25 COM 5 ML	BIOSINTETICA	FRS	200,000	0,0000	2,6500	530,00	Venceu
300	32329	CEFTRIAXONA 1 GRAMA + DILUENTE DE 2 ML INJETAVEL	EUOFARMA	Fr	1.000,000	0,0000	5,0000	5.000,00	Venceu
330	41383	NORTRIPTILINA 25MG	EUOFARMA	Cpr	10.000,000	0,0000	0,2200	2.200,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->	17.950,00			
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC									
Fornecedor: 16078 - DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME									

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 14/17

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nº. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC									
Fornecedor: 16078 - DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME									
83	30603	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 ML	HIPOLABOR	Fr	2.000,000	0,0000	2,4000	4.800,00	Venceu
149	32544	CICLOPENZAPRIMA 5 MG	GERMED	Cpr	50.000,000	0,0000	0,1090	5.450,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->								15.390,00	
Nº. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC									
Fornecedor: 16103 - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP									
69	28376	ANFOTERCINA B+ TETRACINA COM 10 APLICADORES CREME VAGINAL	MEDLEY	TUBO	2.000,000	0,0000	8,5000	17.000,00	Venceu
96	32573	CILOSTAZOL 50MG	EUROFARMA	Cpr	10.000,000	0,0000	0,2130	2.130,00	Venceu
113	41786	PALMITATO DE PIPOTIAZINA L4 100MG. INJ. 4 ML	SANOFI	Amp	100,000	0,0000	45,0000	4.500,00	Venceu
114	41784	PALMITATO DE PIPOTIAZIDA 25 MG INJETÁVEL	SANOFI	UN	500,000	0,0000	38,9000	19.450,00	Venceu
141	48869	TINIDAZOL 500 MG	MEDLEY	Cpr	5.000,000	0,0000	0,4800	2.400,00	Venceu
166	40831	METOPROLOL 25 MG	ASTRAZENECA	Cpr	20.000,000	0,0000	0,5700	11.400,00	Venceu
167	40832	METOPROLOL 50 MG	ASTRAZENECA	Cpr	20.000,000	0,0000	1,1400	22.800,00	Venceu
168	40830	METOPROLOL 100 MG	ASTRAZENECA	Cpr	10.000,000	0,0000	1,8600	18.600,00	Venceu
194	37205	FUROATO DE MOMETASONA 0,05%, 60 DOSES, SPRAY NASAL	SCHERING	FRS	200,000	0,0000	35,4000	7.080,00	Venceu
214	42280	PAROXETINA 20 MG	AUROBINDO	Cpr	100.000,000	0,0000	0,1400	14.000,00	Venceu
265	48301	VALSARTANA+ HIDROCROTIOTIAZIDA 320/25 MG	NOVA QUIMICA	Cpr	10.000,000	0,0000	0,7700	7.700,00	Venceu
286	32424	CETOPROFENO 2% SOLUÇÃO GOTAS	TEUTO	FRS	500,000	0,0000	4,0000	2.000,00	Venceu
366	39266	LEVODOPA + BENSERAZIDA 125 MG	ROCHE	UN	5.000,000	0,0000	1,1000	5.500,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->								134.560,00	
Nº. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC									
Fornecedor: 16105 - WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.									
63	34503	DIAZEPAN 10 MG INJ. 2 ML	SANTISA	Amp	5.000,000	0,0000	0,5500	2.750,00	Venceu
76	37732	HIDROCORTIZONA 500 MG + DILUENTE	TEUTO	Amp	2.000,000	0,0000	6,2900	12.580,00	Venceu
118	29520	BENZILPENICILINA POTÁSSICA+BENZILPENICINA PROCAÍNA 400 MUJ	BLAU	Amp	2.000,000	0,0000	2,3800	4.760,00	Venceu
175	37712	HEPARINA INJ. 5.000 UI/0,25 ML SUBCUTANEA	CRISTALIA	Amp	1.500,000	0,0000	3,9800	5.970,00	Venceu
204	37830	IMIPRAMINA 25 MG	CRISTALIA	Cpr	50.000,000	0,0000	0,1530	7.650,00	Venceu
256	35832	FENOBARBITAL 100 MG	TEUTO	Cpr	100.000,000	0,0000	0,0740	7.400,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 15/17

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 16105 - WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.									
269	48360	VARFARINA SODICA 5 MG	TEUTO	Cpr	10.000,000	0,0000	0,0880	880,00	Venceu
					170.500,000			41.990,00	
Total do Fornecedor ----->									
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 16527 - CAMILA APARECIDA MINARI									
272	35065	ERITROMICINA 250 MG SUSP	PRATI	FRS	300,000	0,0000	2,7800	834,00	Venceu
320	311043011	PROTETOR SOLAR FPS 50 COM 50 GRAMAS PRIMEIRA LINHA	COSMODERMA 120 GR	UN	300,000	0,0000	16,6300	4.989,00	Venceu
356	32793	CLORPROMAZINA 40MG/ ML SOLUCAO GOTAS	CRISTALIA	Fr	100,000	0,0000	5,0900	509,00	Venceu
364	39273	LEVOMEPROMAZINA 25 MG	CRISTALIA	Cpr	10.000,000	0,0000	0,2290	2.290,00	Venceu
391	311043024	SOLUCAO DE CLUSTER GLICERINADO (FLEET ENEMA) 133 ML	CRISTALIA	Fr	100,000	0,0000	5,8900	589,00	Venceu
					10.800,000			9.211,00	
Total do Fornecedor ----->									
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 16528 - Cirúrgica Santa Cruz Com. de Prod. Hospitalar LTDA									
6	28300	AMPOLAS DE ÁGUA DESTILADA 5 ML INJETÁVEL	ISO FARMA	UN	5.000,000	0,0000	0,1400	700,00	Venceu
41	32643	CIPROFLOXACINO 500 MG	PRATI-DONADUZ	Cpr	20.000,000	0,0000	0,1350	2.700,00	Venceu
74	37659	HALOPERIDOL 5 MG	UNIAO QUIMICA	Cpr	30.000,000	0,0000	0,0620	1.860,00	Venceu
98	40817	METOCLOPRAMIDA 10mg	BELFAR	Cpr	50.000,000	0,0000	0,0540	2.700,00	Venceu
99	40816	METOCLOPRAMIDA 10 MG INJETÁVEL DE 2 ML	ISO FARMA	Amp	5.000,000	0,0000	0,2300	1.150,00	Venceu
125	37406	GLICOSE 50% INJ. 10 ML	ISO FARMA	Amp	5.000,000	0,0000	0,2000	1.000,00	Venceu
140	37215	GABAPENTINA 300 MG.	PRATI-DONADUZ	CXA	12.000,000	0,0000	0,3100	3.720,00	Venceu
184	31753	CARBONATO DE LITO 300MG	HIPO LABOR	Cpr	50.000,000	0,0000	0,0900	4.500,00	Venceu
185	32817	CODENA 30 MG	CRISTALIA	Cpr	50.000,000	0,0000	0,1200	38.500,00	Venceu
221	32776	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG	HIPO LABOR	Cpr	30.000,000	0,0000	0,1200	3.600,00	Venceu
283	39274	LEVOMEPROMAZINA 4% GOTAS	CRISTALIA	Fr	200,000	0,0000	6,5800	1.316,00	Venceu
287	32426	CETOPROFENO 50 MG	PRATI-DONADUZ	Cpr	20.000,000	0,0000	0,1390	2.780,00	Venceu
296	39790	LOSARTAN 50MG	NEO QUIMICA/HYPERI	Cpr	30.000,000	0,0000	0,0390	1.170,00	Venceu
334	32420	CETOCONAZOL 200 MG	GEOLAB	Cpr	40.000,000	0,0000	0,0800	3.200,00	Venceu
343	43829	PREDNISOLONA 20 MG	SANVAL	Cpr	30.000,000	0,0000	0,0960	2.880,00	Venceu
345	28275	AMPICILINA 500 MG	PRATI-DONADUZ	Cpr	20.000,000	0,0000	0,1060	2.120,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 16/17

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC									
Fornecedor: 16528 - Cirúrgica Santa Cruz Com. de Prod. Hospitalar LTDA									
363	37405	GLICOSE 25% INJ. 10 ML.	ISO FARMA	Amp	1.000,000	0,0000	0,2000	200,00	Venceu
380	43996	BLOQUEADOR SOLAR FPS 30 COM 120 ML	MOPH	Fr	300,000	0,0000	6,4500	1.935,00	Venceu
					398.500,000			76.031,00	
Total do Fornecedor ----->									
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC									
Fornecedor: 16529 - PHARMA LOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA.									
27	30595	BUSPIRONA 10 MG	ANSITEC/LIBBS	Cpr	20.000,000	0,0000	1,0855	21.710,00	Venceu
28	30596	BUSPIRONA 5 MG	ANSITEC/LIBBS	Cpr	20.000,000	0,0000	0,6050	12.100,00	Venceu
90	39281	LEVOTIROXINA 112 MCG	LEVOTIROXINA ^M	UN	10.000,000	0,0000	0,1700	1.700,00	Venceu
91	39288	LEVOTIROXINA 88 MCG	LEVOTIROXINA/ ^M	Cpr	10.000,000	0,0000	0,1350	1.350,00	Venceu
				MERCK					
92	39282	LEVOTIROXINA 25 MCG	LEVOTIROXINA ^M	Cpr	50.000,000	0,0000	0,0930	4.650,00	Venceu
93	39285	LEVOTIROXINA 50 MG	LEVOTIROXINA ^M	Cpr	50.000,000	0,0000	0,1020	5.100,00	Venceu
94	39286	LEVOTIROXINA 75 MCG	LEVOTIROXINA ^M	Cpr	40.000,000	0,0000	0,1110	4.440,00	Venceu
95	39279	LEVOTIROXINA 100 MCG	LEVOTIROXINA ^M	Cpr	30.000,000	0,0000	0,0900	2.700,00	Venceu
129	40810	METILFENIDATO 10 MG	RITALINA/NOVAR	Cpr	15.000,000	0,0000	0,6730	10.095,00	Venceu
153	34263	DEFLAZACORT 30 MG	DEFLAZACORTE/ ^M	Cpr	5.000,000	0,0000	1,1200	5.600,00	Venceu
154	34264	DEFLAZACORT 6 MG	DEFLAZACORTE/ ^M	Cpr	5.000,000	0,0000	0,3500	1.750,00	Venceu
				NOVAQU					
170	46071	SULFATO DE GLICOSAMINA 500 MG+SULFATO DE CONDOITINA 400 MG	CONDROFLEX/ZC	Cpr	10.000,000	0,0000	1,3900	13.900,00	Venceu
219	43963	PROPILOINTRATO 10 MG	SUSTRATE/FMQ	Cpr	20.000,000	0,0000	0,2962	5.924,00	Venceu
254	45418	SERETIDE 50/250 MCG SPRAY ORAL	SERETIDE/GSK	FRS	500,000	0,0000	62,6100	31.305,00	Venceu
317	48607	VILDAGLIPTINA+ METFORMINA 50+1000	GALVUS	Cpr	2.000,000	0,0000	2,3160	4.632,00	Venceu
321	311043012	SERETIDE 50/125 MCG SPRAY ORAL	MET/NOVARTIS	FRS	500,000	0,0000	59,6300	29.815,00	Venceu
				SERETIDE SP/GLAXO					
325	47281	TIORIDAZINA 200 MG	MELLERIL/VALE ^A	Cpr	10.000,000	0,0000	2,0000	20.000,00	Venceu
326	47283	TIORIDAZINA 50 MG.	MELLERIL/VALE ^A	Cpr	30.000,000	0,0000	0,3510	10.530,00	Venceu
					328.000,000			187.301,00	
Total do Fornecedor ----->									
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC									
Fornecedor: 16530 - ATONS DO BRASIL DIST. DE PROD. HOSP LTDA									
148	45508	SERTRALINA 50 MG	TORRENT	Cpr	100.000,000	0,0000	0,1050	10.500,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 17/17

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 1/2015 - CC									
Fornecedor: 16530 - ATONS DO BRASIL DIST. DE PROD. HOSP LTDA									
162	32196	CARVEDILOL 3,125MG	TORRENT	Cpr	20.000,000	0,0000	0,0500	1.000,00	Venceu
163	32194	CARVEDILOL 12,5 MG	TORRENT	Cpr	40.000,000	0,0000	0,0700	2.800,00	Venceu
164	32195	CARVEDILOL 25 MG	TORRENT	Cpr	40.000,000	0,0000	0,1050	4.200,00	Venceu
165	32193	CARVEDILOL 0,625 MG	TORRENT	Cpr	30.000,000	0,0000	0,0500	1.500,00	Venceu
191	44750	RISPERIDONA 1 MG	TORRENT	Cpr	30.000,000	0,0000	0,1500	4.500,00	Venceu
229	48490	VENLAFAXINA 75 MG	TORRENT	Cpr	24.400,000	0,0000	0,6000	14.640,00	Venceu
230	48489	VENLAFAXINA 150 MG.	TORRENT	Cpr	11.200,000	0,0000	0,7500	8.400,00	Venceu
340	41636	OXICARBAMAZEPINA 600 MG	TORRENT	Cpr	5.000,000	0,0000	0,6500	3.250,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					300.600,000			50.790,00	

Canoinhas, 18 de Março de 2015.

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 036/2015

DECRETO Nº 036, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Revoga o Processo Licitatório nº 025/2015, na modalidade de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, poder - dever da Administração de anular ou revogar seus próprios atos, inclusive ex officio.

CONSIDERANDO a vinculação ao princípio da legalidade e à defesa do interesse público;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 100/2015, anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 025/2015, na modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2015, com objeto de contratação de empresa especializada para serviços de pavimentação em C.A.U.Q. de vias urbanas da área central do município de Capinzal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 17 de março de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Edital 009/2015

EDITAL Nº 009, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre inscrição de produtores interessados em aderir ao programa de incentivo a implantação e melhorias de pastagem na produção de leite do município de Capinzal - SC

ANDEVIR ISGANZELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, em cumprimento as disposições do Decreto nº 019 de 23 de fevereiro de 2015, que regulamenta o Capítulo V da Lei nº 3.128, de 4 de julho de 2014 que institui o programa "Viva Bem Capinzal no Campo", no tocante ao incentivo à implantação e melhoria de pastagem para produção de leite, torna público o Edital da 2ª (segunda) chamada para inscrição de produtores interessados em aderir ao programa de incentivo a implantação e melhorias de pastagem na produção de leite do município de Capinzal.

Os produtores interessados devem comparecer no período de 17 a 31 março de 2015, na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de para efetuarem sua inscrição, com os seguintes documentos:

- I. CPF;
- II. RG,
- III. comprovante de residência;
- IV. escritura ou contrato de arrendamento do imóvel;
- V. bloco de produtor rural; e

VI. nota fiscal recente proveniente da venda de leite.

E para que chegue ao conhecimento de todos é expedido o presente Edital de Convocação, que será publicado na Imprensa Local e afixado no Mural Público no Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sede da Prefeitura, bem como na sede das Secretarias Municipais e em outros locais públicos, de forma a ser dada ao mesmo a mais ampla divulgação.

Capinzal, SC, em 17 de março de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0074/2015 CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 0004/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0074/2015

Concorrência para Obras e Serviço de Engenharia Nº 0004/2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução das obras e serviços de implantação do Sistema de Esgoto Sanitário SES, no Loteamento Nova Capinzal, com Recursos do Ministério das Cidades, contrato de repasse nº 0352.423-44/2011, Programa de Urbanização Regularização e Integração de Assentamentos Precários, conforme orçamento, projetos e Memorial Descritivo em anexo.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 22/04/2015.

Menor Preço Global

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739, FAX Nº (0xx49) 3555-8744

Capinzal, 19 de março de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal de Capinzal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 034, DE 18.03.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 034, DE 18.03.2015

Altera o art. 5º do Decreto nº 011/2015 de 03.03.2015 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50, inciso V da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o contido no art. 32 da Lei Complementar nº 015, de 18.12.2003,

DECRETA:

Art. 1º O Art. 5º do Decreto nº 011 de 03.03.2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“
Art. 5º Ficam substituídas as antigas guias de recolhimento mensal e os “carnês” de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, regime de Faturamento e Estimativa, pela Guia de Pagamento do ISS, gerada e emitida através do programa Livro Eletrônico, a partir de 01 de abril de 2015, no endereço supramencionado.
..... ”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de março de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 04.2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA por este Edital a candidata selecionada no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 01/2014, a seguir relacionada, para comparecerem no Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, para admissão em caráter temporário-ACT, sob regime administrativo especial, afim de exercerem as seguintes funções:

NOME	FUNÇÃO
Taina Leticia Lopes Klettenberg	Orientador Social - 20 Horas

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 18 de março de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício.

LEI N.º 0629 DE 18.03.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI N.º 0629 DE 18.03.2015

Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Cria o Fundo Municipal da Infância e Adolescência e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e das normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Chapadão do Lageado será feito através das Políticas Sociais Básicas de Educação, Saúde, Recreação, Desportos, Cultura, Lazer, profissionalização e outras, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 3º Aos que dela necessitarem será prestada a assistência social, em caráter supletivo.

Parágrafo único. É vedada a criação de programas de caráter compensatório da ausência ou insuficiências das políticas sociais básicas no Município sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º O atendimento, inclusive o preventivo, médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso de todas as formas, crueldade e opressão praticadas contra a criança e o adolescente, será proporcionado pela estrutura municipal.

Art. 5º O Município cadastrará e identificará pais e responsáveis de crianças e adolescentes desaparecidos.

Art. 6º Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedir normas para a organização e o funcionamento dos serviços criados nos termos dos artigos 4º e 5º.

Art. 7º A política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida através dos seguintes órgãos:

- I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III - Conselho Tutelar.

Art. 8º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão deliberativo e centralizador das ações em todos os níveis.

Art. 9º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cuja função precípua é a deliberação e controle relativos às ações públicas governamentais e da sociedade civil, visando à promoção dos direitos humanos da criança e do adolescente com eficiência, eficácia e proatividade:

- I - acompanhar, monitorar e avaliar as políticas no seu âmbito;
- II - divulgar e promover as políticas e práticas bem-sucedidas;
- III - difundir junto à sociedade local a concepção de criança e adolescente como sujeitos de direitos e pessoas em situação especial de desenvolvimento, e o paradigma da proteção integral como prioridade absoluta;
- IV - conhecer a realidade de seu território e elaborar o seu plano de ação;

V - definir prioridades de enfrentamento dos problemas mais urgentes;
 VI - propor e acompanhar o reordenamento institucional, buscando o funcionamento articulado em rede das estruturas públicas governamentais e das organizações da sociedade;
 VII - promover e apoiar campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente;
 VIII - propor a elaboração de estudos e pesquisas com vistas a promover, subsidiar e dar mais efetividade às políticas;
 IX - participar e acompanhar a elaboração, aprovação e execução do PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual) local e suas execuções, indicando modificações necessárias à consecução dos objetivos da política dos direitos da criança e do adolescente;
 X - definir a utilização dos respectivos recursos por meio de plano de aplicação;
 XI - acompanhar e oferecer subsídios na elaboração legislativa local relacionada à garantia dos direitos da criança e do adolescente;
 XII - fomentar a integração do Judiciário, Ministério Público, Defensoria e Segurança Pública, na apuração dos casos de denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade que versem sobre ameaça ou violação de direitos da criança e do adolescente;
 XIII - atuar como instância de apoio no nível local nos casos de petições, denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade, participando de audiências ou ainda promovendo denúncias públicas quando ocorrer ameaça ou violação de direitos da criança e do adolescente, acolhendo-as e dando encaminhamento aos órgãos competentes;
 XIV - integrar-se com outros órgãos executores de políticas públicas direcionadas à criança e ao adolescente e demais Conselhos setoriais.
 XV - registrar as organizações da sociedade civil sediadas em sua base territorial que prestem atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o art. 90, caput, e, no que couber, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129, da Lei nº 8.069/90;
 XVI - inscrever os programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias em execução na sua base territorial por entidades governamentais e organizações da sociedade civil;
 XVII - cadastrar as entidades e os programas em execução, certificando-se de sua contínua adequação à política traçada para a promoção dos direitos da criança e do adolescente;
 XVIII - regulamentar, organizar e coordenar o processo de escolha dos conselheiros tutelares, seguindo as determinações da Lei 8.069/90 e da Resolução nº 75/2001 da Conanda;
 XIX - instaurar sindicância para apurar eventual falta grave cometida por conselheiro tutelar no exercício de suas funções, observando a legislação municipal pertinente ao processo de sindicância ou administrativo/disciplinar, de acordo com a Resolução nº 75/2001 do Conanda.

§ 1º Sem prejuízo das atribuições específicas, cabe ainda, ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente:

I - elaborar e deliberar sobre a política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente no seu âmbito de ação;
 II - promover a realização periódica de diagnósticos relativos à situação da infância e da adolescência bem como do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito de sua competência;
 III - elaborar planos anuais de ação e aplicação dos recursos do Fundo, contendo os programas a serem implementados no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e as respectivas metas, considerando os resultados dos diagnósticos realizados e observando

os prazos legais da lei orçamentária municipal;
 IV - elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;
 V - publicar os projetos selecionados com base nos editais a serem financiados pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 VI - monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, por intermédio de balanços trimestrais, relatório financeiro e o balanço anual do fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicação dessas informações, em sintonia com o disposto em legislação específica;
 VII - monitorar e fiscalizar os programas, projetos e ações financiadas com os recursos do Fundo, segundo critérios e meios definidos pelos próprios Conselhos, bem como solicitar aos responsáveis, a qualquer tempo, as informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação das atividades apoiadas pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 VIII - desenvolver atividades relacionadas à ampliação da captação de recursos para o Fundo; e
 IX - mobilizar a sociedade para participar no processo de elaboração e implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como na fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º Para o desempenho de suas atribuições, o Poder Executivo deverá garantir ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente o suficiente e necessário suporte organizacional, estrutura física, recursos humanos e financeiros.

Art.10. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto por seis (06) membros sendo:

I - Três (03) Conselheiros Titulares, com os respectivos suplentes, indicados pelo Poder Executivo, representando as seguintes secretarias municipais:

- a) Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;
- b) Secretaria da Saúde;
- c) Secretaria de Assistência Social.

II - Três (03) Conselheiros Titulares, com os respectivos suplentes, representantes de entidades não governamentais do Município.

Art. 11. Os Membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, indicados pelas organizações representativas da sociedade civil organizada de forma a constituir a participação popular serão por elas escolhidos em "fórum" específico, convocado pelo Presidente até 30 (trinta) dias antes do encerramento do mandato.

Art. 12. Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Unidade Orçamentária vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, como captador e aplicador dos recursos a serem utilizados, segundo as deliberações do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual é órgão vinculado.

§ 1º O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem como receita:

- I - recursos da receita corrente anual do Município, consignadas no Orçamento Geral;
- II - outros recursos públicos que lhes forem destinados, consignados no orçamento da União, do Estado e do Município, inclusive mediante transferências do tipo "fundo a fundo" entre essas esferas de governo, desde que previsto na legislação específica;
- III - doações de pessoas físicas ou jurídicas sejam elas de bens materiais, imóveis ou recursos financeiros;

IV - destinações de receitas dedutíveis do Imposto de Renda, como incentivos fiscais, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações pertinentes;
V - contribuições de governos estrangeiros e de organismos internacionais multilaterais;
VI - o resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente; e
VII - recursos provenientes de multas, dentre outros que lhe forem destinados.

§ 2º Os recursos consignados no orçamento do Município devem compor o orçamento do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, de forma a garantir a execução dos planos de ação, elaborado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º A definição quanto à utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, compete única e exclusivamente ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 4º Dentre as prioridades do plano de ação aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, deve ser facultado ao doador indicar, aquela ou aquelas de sua preferência para a aplicação dos recursos destinados.

§ 5º As indicações previstas acima poderão ser objeto de termo de compromisso elaborado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente para formalização entre o destinador e o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 6º A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais relativas a:

I - desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 3 (três) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal, e do art. 260, § 2º da Lei nº 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III - programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e

VI - ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

§ 7º Deve ser vedada a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei, cuja excepcionalidade deve ser aprovada pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 8º Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

I - a transferência sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;
II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;
III - a manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;
IV - o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente; e
V - o investimento em aquisição, construção, manutenção, reforma e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

§ 9º Nos processos de seleção de projetos nos quais as entidades e os órgãos públicos ou privados representados nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente figurem como beneficiários dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, os mesmos não devem participar da comissão de avaliação e deverão abster-se do direito de voto.

§ 10. O financiamento de projetos pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve estar condicionado à previsão orçamentária e à disponibilidade financeira dos recursos.

§ 11. Desde que amparado em legislação específica e condicionado à existência e ao funcionamento efetivo do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.069 de 1990, art. 261, parágrafo único, poderá ser admitida a transferência de recursos entre os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente dos entes federados.

§ 12. O saldo financeiro positivo apurado no balanço do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve ser transferido para o exercício subsequente, a crédito do mesmo fundo, conforme determina o art. 73 da Lei nº 4.320 de 1964.

§ 13. O Fundo da Infância e do Adolescente é o responsável pelos seguintes procedimentos, dentre outros:

I - execução do Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, elaborado e aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - executar e acompanhar o ingresso de receitas e o pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - emitir empenhos, cheques e ordens de pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - apresentar, trimestralmente ou quando solicitado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, a análise e avaliação da situação econômico-financeira do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de balancetes e relatórios de gestão;

V - manter arquivados, pelo prazo previsto em lei, os documentos comprobatórios da movimentação das receitas e despesas do Fundo, para fins de acompanhamento e fiscalização.

§ 14. Compete, ainda, ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, além das competências de que trata o art.10:

I - fornecer o comprovante de doação/destinação ao contribuinte, contendo a identificação do órgão do Poder Executivo, endereço e número de inscrição no CNPJ no cabeçalho e, no corpo, o nº de ordem, nome completo do doador/destinador, CPF/CNPJ, endereço, identidade, valor efetivamente recebido, local e data, devidamente firmado em conjunto com o Presidente do Conselho, para dar a quitação da operação;

II - encaminhar à Secretaria da Receita Federal a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), por intermédio da Internet, até o último dia útil do mês de março, em relação ao ano calendário anterior;

III - comunicar obrigatoriamente aos contribuintes, até o último dia útil do mês de março a efetiva apresentação da Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), da qual conste obrigatoriamente o

nome ou razão social, CPF do contribuinte ou CNPJ, data e valor destinado;

IV - observar o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alínea b, da Lei nº 8.069 de 1990 e art. 227, caput, da Constituição Federal.

§ 15. Deverá ser emitido um comprovante para cada doador, mediante a apresentação de documento que comprove o depósito bancário em favor do Fundo, ou de documentação de propriedade, hábil e idônea, em se tratando de doação de bens.

Art. 13. Os recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente utilizados para o financiamento, total ou parcial, de projetos desenvolvidos por entidades governamentais ou não governamentais devem estar sujeitos à prestação de contas de gestão aos órgãos de controle interno do Poder Executivo e ao Conselho dos Direitos, bem como ao controle externo por parte do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

§ 1º O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, diante de indícios de irregularidades, ilegalidades ou improbidades em relação ao Fundo ou suas dotações nas leis orçamentárias, dos quais tenha ciência, deve apresentar representação junto ao Ministério Público para as medidas cabíveis.

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deve utilizar os meios ao seu alcance para divulgar amplamente:

I - as ações prioritárias das políticas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - os prazos e os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - a relação dos projetos aprovados em cada edital, o valor dos recursos previstos e a execução orçamentária, efetivada para implementação dos mesmos;

IV - o total das receitas previstas no orçamento do Fundo para cada exercício; e

V - os mecanismos de monitoramento, de avaliação e de fiscalização dos resultados dos projetos beneficiados com recursos dos Fundos Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 14. Nos materiais de divulgação das ações, projetos e programas que tenham recebido financiamento do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente são obrigatórios a referência ao Conselho e ao Fundo como fonte pública de financiamento.

Art. 15. A celebração de convênios com os recursos do Fundo para a execução de projetos ou a realização de eventos deve se sujeitar às exigências da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação que regulamenta a formalização de convênios no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 16. O Poder Executivo regulamentará os dispositivos desta lei que se fizer necessário.

Art. 17. As despesas para execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas.

Art. 18. Fica revogada a Lei nº 0013 de 23.01.97 e suas alterações.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de março de 2015.

ORLANDO PAUL

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/PMCS/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/PMCS/2015

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de comunicação de internet via rádio, com fornecimento dos equipamentos em comodato, instalação e tarifa mensal, para a Praça Central e para o Ginásio de Esportes Glíio Búrigo, no município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 31/03/2015.

Abertura: Dia 31/03/2015, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 18 de março de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 177.15

DECRETO SAF/Nº. 177/15, de 24 de fevereiro de 2015.

DEFINE O VALOR REFERENTE AO LITRO DO OLEO DIESEL PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DESCRITOS NO ARTIGO 8º DA LEI 1.008, DE 24 DE AGOSTO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Fica definido o valor referente ao litro do óleo diesel para utilização da máquina - escavadeira hidráulica S-90 - consoante determina o artigo 8º da Lei 1.008, de 24 de agosto de 2010.

a) Litro Óleo Diesel R\$ 2,78 (dois reais e setenta e oito centavos).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 24 de fevereiro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 193/15

DECRETO SAF/ Nº. 193/15, de 04 de março de 2015.
HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE COCAL DO SUL.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 7º, inciso IX, da Lei n. 972, de 03 de dezembro de 2009, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal da Cidade de Cocal do Sul, aprovado pelos membros do Conselho em 24 de outubro de 2014, conforme Regimento Interno parte integrante deste decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 04 de março de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 196/15

DECRETO SAF/Nº. 196/15, de 04 de março de 2015.
EXONERA SERVIDOR POR ADERIR AO PDV- (Programa de Desligamento Voluntário).

O PREFEITURO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 265, de 18 de fevereiro de 1997, resolve,

EXONERAR A PEDIDO:

VANDERLEI JOSÉ ROSSO, Motorista de Ônibus, por aderir ao PDV - Programa de Desligamento Voluntário, nomeado por Concurso Público, através do Decreto SAF/Nº. 162/03, de 12 de março de 2003, a partir de 02 de março de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 04 de março de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração, publicado por afixação, no lugar de costume, data supra.

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 197/15

DECRETO SAF/Nº. 197/15, de 03 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve

EXONERAR
MARIA ISOLETE NOLLA BROLESI, portadora do CPF nº. 653.829.519-34, Agente Comunitária de Saúde, admitida em 01 de maio de 2006, a partir de 02 de março de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 03 de março de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 198/15

DECRETO SAF/Nº. 198/15, de 03 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve

EXONERAR

JANAÍNA CREPALDI CESCA portadora do CPF nº. 033.310.529-06, Agente Comunitária de Saúde, admitida em 01 de maio de 2006, a partir de 02 de março de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 03 de março de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 199/15

DECRETO SAF/Nº. 199/15, de 04 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

MARIANA DE MATTIA SARTORI, portadora do CPF nº. 060.043.439-78, Médico Clínico Geral, nomeada pelo Decreto SAF/N. 362/13, de 15 de maio de 2013, a partir de 02 de março de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 04 de março de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 200/15

DECRETO SAF/Nº. 200/15, de 04 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

MARIVETE JOAQUIM BENTO, portadora do CPF nº. 541.127.299-87, Professor, nomeada pelo Decreto SAF/N. 162/15, de 20 de fevereiro de 2015, a partir de 02 de março de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 04 de março de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 201/15

DECRETO SAF/Nº. 201/15, de 04 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

FABIANE DE FAVERI, portadora do CPF nº. 034.239.919-50, Professor, nomeada pelo Decreto SAF/N. 173/15, de 20 de fevereiro de 2015, a partir de 02 de março de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 04 de março de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 202/15

DECRETO SAF/Nº. 202/15, de 04 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

RENATO DE BEM MARCELINO, portador do CPF nº. 113.422.408-71, Professor, nomeado pelo Decreto SAF/N. 164/15, de 02 de março de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 04 de março de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 203/15

DECRETO SAF/Nº. 203/15, de 04 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

REGINA BORGES DE OLIVEIRA, portadora do CPF nº. 036.636.409-06, Professor, nomeada pelo Decreto SAF/N. 45/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 02 de março de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de janeiro de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 204.15

DECRETO SAF/Nº. 204/15, de 04 de março de 2015.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA, DE COCAL DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 9º. da Lei nº. 1.032, de 15 de dezembro de 2010,

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - C.M.D.C.A, que tem a seguinte composição:

a) Entidades governamentais do Município

Sandro Roberto Faraco - titular
Vanessa Mussoi Garcia - suplente(representantes da Procuradoria do Município/Assessoria Jurídica);

Pâmela Roque Venson - titular
Rafael Uggioni Colombo - suplente(representantes da Secretaria de Ação Social e da Família);

Charlene Rosso - titular
Andrea Ghisi Ortigossa - suplente(representantes da Secretaria de Saúde Pública);

Simoni Martins da Silva - titular
Amanda Carolina Cologni - suplente(representantes da Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas);

Janaína da Soler Magnus - titular
Albertina Pessoas Domingos - suplente(representantes Secretaria de Educação, Esporte e Cultura).

b) Entidades não-governamentais:

Suzana Lucia Amboni - titular
Rosiclei Prior Viola - suplente(representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE);

Aparecida Francisco Wanderlind - titular
Jussara Cittadin Teixeira - suplente(representantes do Lions Clube);

Fabiana Pirola Goulart - titular
Daiane Nascimento Torquato Brolesi - suplente(representantes do Centro de Integração Empresa Escola - CIEE);

Guilherme Zanatta - titular
Fabrício Vieira Querino - suplente(representantes da Igreja Católica e Assembléia de Deus);

Emanuel de Oliveira - titular
Jorge Teixeira - suplente(representantes da Associação de Pais e Professores - APP).

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se o Decreto SAF/N. 453/13, de 26 de agosto de 2013; Decreto SAF/N. 381/14, de 03 de outubro de 2014 e Decreto SAF/N. 442/14, de 03 de dezembro de 2014.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 04 de março de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 206.15

DECRETO SAF/Nº. 206/15, de 06 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

CINTIA SILVA DA SILVA, portadora do CPF nº. 778.309.620-49, Professor ACT 30 horas, para atuar na Creche Morada da Alegria, a partir de 02 de março de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de março de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 207/15

DECRETO SAF/Nº. 207/15, de 06 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

KATIUSCIA MELQUIADES MACEDO, portadora do CPF nº. 059.464.646-47, Professor ACT 20 horas, para atuar na Escola de Ensino Fundamental Cristo Rei, a partir de 02 de março de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de março de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 218/15

DECRETO SAF/ Nº. 218/15, de 06 de março de 2015.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.244, de 26 de fevereiro de 2015, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 - Secretaria de Obras Viárias, Edif., San., Ref., Transp e Serv., Públicos
2.040 - Manutenção Convênio SSP

3.3.90.00.00.00.00.00.0121 – Aplicações Diretas	R\$ 4.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0121 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

TOTAL	R\$ 14.000,00
-------------	---------------

Parágrafo único. A suplementação acima, ocorre por conta do superávit financeiro do exercício de 2014 na fonte de recursos - Política Civil.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de março de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 221/15

DECRETO SAF/Nº. 221/15, de 10 de março de 2015.
DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO DE ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA ATLETA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 4º, § 2º, da Lei nº. 1.224, de 02 de outubro de 2014, resolve:

DESIGNAR:

Art. 1º. A Comissão de Análise do Programa Bolsa Atleta Municipal, será assim constituída:

- MATEUS CECHINEL; ANDERSON DAMIAN LUIZ e FABRICIO DEMETRIO, representantes do Departamento Municipal de Esportes;

- RAFAEL UGGIONI COLOMBO, representante da Procuradoria Geral do Município;

- MARCOS ALBERTO FREITAS, representante da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de março de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLÉDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 228/15

DECRETO SAF/Nº. 228/15, DE 13 DE MARÇO DE 2015.
DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DA "III COCAL FEST", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 4º. da Lei nº. 1.150, de 04 de julho de 2013, resolve:

DESIGNAR:

Art. 1º. A Comissão Central Organizadora da "III COCAL FEST" será assim constituída:

I - JUAREZ FOGAÇA - Presidente;

II - RAMIRES DE NONI - Vice-Presidente;

III - CLEDIO FACHIN - Tesoureiro;

IV - JULIANE ZANETTE - Secretária;

V - MARIA LUÍZA DA ROLT - Assessoria de Divulgação;

VI - SARGENTO JOSÉ AMÉRICO, SARGENTO NELSON OLIVEIRA DA SILVA, EVANDRO CARLOS RODRIGUES e SOLDADO RAFAEL TOMASI BITTENCOURT- Assessoria de Segurança;

VII - NEIDE PELEGRIN, LEIDIANE MANGILLI MARCELLO CECCONI, RAQUEL ROMAGNA QUAREZEMIN, MATEUS CECHINEL, XANDRUS GALLI, ANGELA MARIA MENDES ANJO, ROSENY CITTADIN BARBOSA - Assessoria Cultural;

VIII - SINARA MARIA CRIPPA MILANEZ, MORGANA BOSA MACCARI, GIOVANA GALATTO SANTA ROSA, ROSSANA MÁRCIA CREMA ZOMER - Assessoria de Saúde;

IX - JANAÍNA ZACCARON, ZULEIDE TAVARES MAXIMIANO, ANA PAULA TEIXEIRA CECHINEL, LOURDETE CECHINEL MACCARI, CINTIA BÚRIGO - Assessoria de Ornamentação;

X - RICHARDSON VIEIRA, ADENIR JOSÉ SARTOR, LINDOMAR MACCARI, MARILÉIA PEREIRA - Assessoria de Gastronomia;

XI - ELVIO JOÃO SCARPATTO, LUCIANO MARCOS ANTUNES PINTO, CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA - Assessoria de Infraestrutura.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 13 de março de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLÉDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 229/15

DECRETO SAF/N. 229/15, de 16 de março de 2015.
ALTERA A TAXA DE MULTA APLICADA, IMPOSTA PELO DECRETO SAF/N. 509/13, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Fica alterada a Taxa de Multa aplicada, imposta pelo Decreto SAF/N. 509/13, de 21 de outubro de 2013, passando a vigor com a seguinte redação:

- Revalidação de Alvará Sanitário fora do prazo, implicará em multa de 2%(dois por cento) ao mês ou infração de atraso sobre a taxa de serviço atual.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 16 de março de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 99.15

DECRETO SAF/N. 99/15, de 04 de fevereiro de 2015.
SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 43 da Lei n. 4.320/64 e Lei Municipal n. 1.241, de 17 de dezembro de 2014, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 - Secretaria de Obras Viárias, Edif., Saneamento, Ref. Transp e Serv. Públicos:

1.031 - Infraestrutura de Águas e Saneamento

4.4.90.00.00.00.00.00.0094 – Aplicações Diretas	R\$ 5.754.623,27
---	------------------

TOTAL	R\$ 5.754.623,27
-------------	------------------

Parágrafo único. A suplementação acima se dá por conta do excesso de arrecadação, por conta do Convênio n. 25100007374201462 - Funasa - Sistema de Esgotamento Sanitário.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 04 de fevereiro de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N.191/15

DECRETO SAF/N. 191/15, de 02 de março de 2015.

CRIA A COMISSÃO PARA FORMAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME, DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de criação do Plano Municipal de Educação - PME, conforme Lei Federal n. 13.005, de 25 de junho de 2014, resolve,

DECRETAR:

Art 1º. Fica criada a Comissão para formação do Plano Municipal de Educação - PME, que tem por objetivo estabelecer as metas e estratégias educacionais para o Município, em consonância com o Plano Nacional e o Plano Estadual de Educação, por um período de 10(dez) anos (2015 a 2024), que tem a seguinte composição:

ANA PAULA TEIXEIRA CECHINEL - coordenadora do PME;

DIEGO DA SILVEIRA FERNANDO, JÚLIA TEIXEIRA e LUCIANO ANTUNES, representantes da equipe técnica do PME;

JANAINA ZACARON e LUCIANE IDÊNE DOS SANTOS ROSSO LEAL, representantes da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura;

GLÓRIA MARIA MAZUCCO, representante do Conselho Municipal de Educação;

ADRIANA CANCELLIER, representante dos gestores municipais, estaduais e particulares;

EMANUEL DE OLIVEIRA, representante do Fórum Municipal de Educação;

ÂNGELA MARIA MENDES ANJO, ROSENY CITTADIN BARBOSA e LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT, representantes da Câmara Municipal de Vereadores;

MARIA APARECIDA DO LIVRAMENTO, representante do Conselho Tutelar;

KÊNIA DA SILVA, representante do Conselho FUNDEB;

MARLENE CANCELLIER NUNES, representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cocal do Sul;

ROSANA APARECIDA BEZ BIROLO ALANO e DAIANE JUSTINO, representantes da Educação Infantil;

TATIANE PÉRICO SAZAN e TAMIRES FRANCISCO, representantes do Ensino Fundamental;

KARLA SCARPATO POSSAMAI DELLA e BARBARA LIBIA STACKOSKI, representantes do Ensino Médio;

VILMAR MENEGON BRISTOT e MIRELA ZACCARON, representantes do Ensino Profissional Técnico de Nível Médio;

ANDRÉIA DE LIMA e DIANA MORONA, representantes do Ensino Superior;

JOSÉ ADELINO FELTRIN e MARENIR SANTA HELENA, representantes da Educação de Jovens e Adultos;

JULIANA IDÊNE DOS SANTOS e ILIETE VIEIRA GOULARTE, representantes da Educação Especial;

OLVILENE BEZ FONTANA, JULIANE ZANETTE, CHARLENE CARDOSO, SUSIMARY TERESINHA DO AMARAL GALATTO, MARIVALDA WASIELEVSKI DE COSTA e BÁRBARA FRASSON CARDOZO, representantes da Educação Indígena, Quilombola e do Campo;

JANAÍNA DA SOLER MAGNUS e FABIANO BOLSONI FRANCISCO, representantes da Gestão Democrática e Financiamento;

ELAINE CORRÊA e GISLENE DE FÁVERI MARCELINO, representantes da Valorização dos Profissionais da Educação.

Art 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de março de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS AMOSTRAS PR 05/PMCS/2015

Relatório de Análise das Amostras Governo Municipal de Cocal do Sul

AO EDITAL DE PREGÃO Nº 05/PMCS/2015**REGISTRO DE PREÇOS**

OBJETO: Registro de preços de **Materiais de Limpeza e afins**, para uso no Município de Cocal do Sul.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCAS PRÉ APROVADAS	APROVADAS	REPROVADAS	MOTIVO
01	ÁGUA SANITÁRIA: multiuso, composição hidróxido de sódio e água, princípio ativo hipoclorito de sódio 2,0% a 2,5% de cloro ativo, embalagem de 5 litros, com registro e autorização de funcionamento emitidos pelo Ministério da Saúde, prazo de validade e Químico responsável.	Galão	Rossi; São Paulo; Raridade; JJ; Rialer	Mais Brilho		
02	CLORO LÍQUIDO: Hipoclorito de Sódio 3,9 a 5,6%. Embalagem de 5 litros, com registro e autorização de funcionamento emitidos pelo Ministério da Saúde, prazo de validade e Químico responsável.	Galão	São Paulo; Raridade; Rialer			
03	AROMATIZANTE: Floral, Talco ou Lavanda, para lavagem geral de superfícies, banheiros e utensílios. Por ser concentrado, proporciona otimização em sua utilização. Embalagem de 5 litros. Aspecto físico: líquido. O produto deve ter registro no Ministério da Saúde, prazo de validade e Químico responsável.	Galão	Rossi; São Paulo; Raridade; JJ; Rialer	Mais Brilho		
04	AMACIANTE DE ROUPAS: Aspecto físico líquido viscoso concentrado, perfumado. Embalagem de 5 litros, que deve conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade, número de registro no Ministério da Saúde e Químico responsável.	Galão	Rossi; São Paulo; Raridade; JJ; Rialer	Mais Brilho		
05	DETERGENTE LÍQUIDO PARA LOUÇAS: Neutro, concentrado, para lavagem de louças ou superfícies, biodegradável, com excelente ação desengordurante, o produto deve ter registro no Ministério da Saúde, prazo de validade e Químico responsável. Embalagem de 5 litros.	Galão	Rossi; São Paulo; Raridade; JJ; Rialer	Mais Brilho		
06	DETERGENTE LÍQUIDO PARA ROUPAS: Concentrado, para lavagem de roupas e panos, com fragrância. Embalagem de 5 litros. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde e Químico responsável.	Galão	Rossi; São Paulo; Raridade; Rialer	Mais Brilho		
07	SABONETE LÍQUIDO PARA MÃOS: Sabonete líquido, aspecto físico viscoso, com fragrância de coco ou erva-doce. Aplicação: para higienização e hidratação da pele. Embalagem de 5 litros. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde e Químico responsável.	Galão	JJ		Sauba, Mais Brilho	Não atende as especificações
08	LIMPADOR MULTIUSO: Limpador diluível em água – limpeza diária. Ingrediente ativo: Linear alquil benzeno sulfonato de sódio. Ácido dodecil benzeno sulfônico, conservante, tenso ativo, neutralizante, perfume, sequestrante, corante, veículo e aditivo, tenso ativo biodegradável. Embalagem de 5L. O produto deve ter registro no Ministério da Saúde.	Galão	Rossi; São Paulo; Raridade; Rialer	Mais Brilho		

	prazo de validade e Químico responsável.					
09	LAVA AUTOS: Detergente automotivo concentrado com grande eficiência de limpeza para carros, caminhões, ônibus e máquinas pesadas. Ele pode ser diluído até 2%, removendo a sujeira sem manchar ou danificar a pintura. Deve possuir pH neutro e conter tensoativo biodegradável. Embalagem de 50 kg, com registro e autorização de funcionamento emitidos pelo Ministério da Saúde, prazo de validade e Químico responsável.	Unidade				
10	LIMPA VIDRO: Tipo líquido, com álcool. Cor incolor/azul. Frasco plástico de 500 ml, com aplicador tipo gatilho ou bico dosador. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e validade.	Unidade	Sauba; Veja; Vidrex; Ajax; Bom Bril (Pratice); Casa e Perfume; Rialer			
11	ALCOOL ETILICO EM GEL: Alcool gel com no mínimo 400g c/ válvula pump - Alcool 70%. Gel para higienizar as mãos ou superfícies. Ação bactericida e antisséptica. Embalagem transparente.	Unidade	Cooperalcool; Sauba; Eversoft; Asseptgel			
12	AROMATIZADOR DE AMBIENTES: Desodorizador de ambiente aerosol. Fragrâncias diversas. Frasco de no mínimo 300 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. Não deve conter CFC.	Unidade	Dom Line; Air Wick; Glade			
13	ALCOOL ETILICO LIQUIDO: Hidratado – para uso doméstico - 46° INPM, com registro do responsável químico, registro no Inmetro, com data de envasamento, nº de lote e validade na embalagem, com tampa de rosca para facilitar o manuseio. Frasco plástico de 1L.	Unidade	Cooperalcool; Sauba; Zulu; Da Ilha; Araucária; Mega			
14	ALCOOL ETILICO LIQUIDO: Hidratado – para uso doméstico – 92,8° INPM, com registro do responsável químico, registro no Inmetro, com data de envasamento, nº de lote e validade na embalagem, com tampa de rosca para facilitar o manuseio. Frasco plástico de 1L.	Unidade	Cooperalcool; Sauba; Zulu; Da Ilha; Araucária; Mega			
15	AVENTAL DE TECIDO: De napa forrado com bainha, com 3 alças, sendo uma no pescoço e duas para a cintura. Impermeável que ofereça proteção contra abrasão e produtos químicos variados, com bolso tipo canguru, no tamanho: 120 x 70 cm.	Unidade				
16	BALDE PEQUENO: Balde plástico resistente, c/ alça em metal resistente, c/ capacidade pra 8 a 10 L. Livre de BPA/BPDE.	Unidade	Jaguar; Plasvale; Sanremo; Plasutil			
17	BALDE GRANDE: Balde plástico resistente, c/ alça em metal resistente, c/ capacidade pra 18 a 20 L. Livre de BPA/BPDE.	Unidade	Jaguar; Plasvale; Sanremo; Plasutil			
18	BALDE PARA RODO MÁGICO: Balde plástico oval, com capacidade para 14 a 15 litros para rodo mágico de 28 cm.	Unidade				
19	BALDE COM ESPREMEDOR + MOP UMIDO: Balde espremedor mais mop úmido, com cabo de 1.40m, ideal para limpeza de piso, substitui com vantagens e pano de chão lavável. Contendo: - Mop Umido - Clip de fixação para haste. - sistema de espremedor com pressão superior – Dreno de escoamento de água suja. - Divisória de água limpa e suja injetada no próprio balde. - Capacidade para 30 litros - Rodízios projetados para fácil manutenção e higienização - placa sinalizadora - Medidas Comp/ Larg./alt./ (52x37x48cm)	Kit				
20	BORRIFADOR/ PULVERIZADOR: Corpo e gatilho em plástico polipropileno, resistente, capacidade para 500 ml.	Unidade				
21	CARRO EXTRA TRIPLEX: Carro bandeja	Unidade				

	produzido em polipropileno e alumínio anodizado é extremamente resistente e versátil. Possui sistema de quatro rodas giratórias que facilitam o deslocamento em locais restritos e corredores, ambientes propícios para sua utilização. Com capacidade para até 45 Kg em cada compartimento. Carro triplex fechamento + portas, fechamentos de portas proteger as matérias e guarda los em segurança.					
22	CERA LÍQUIDA ALTO BRILHO: A base de carnaúba, perfumada. Aplicação em pisos cerâmicos, granitos, mármore e paviflex. Cores: amarela, vermelha ou incolor. Unidade com 750 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde e Químico responsável.	Unidade				
23	CERA LÍQUIDA: A base de carnaúba, perfumada. Aplicação em pisos cerâmicos, granitos, mármore e paviflex. Cores: amarela ou vermelha. Baldes de 13 kg com alça e tampa resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde e Químico responsável.	Balde	Zavaski (Andréia)			
24	COADOR DE PANO GRANDE: Coador, para café, tecido em 100% algodão, cor branca com 14 cm de diâmetro, aramado, cabo de madeira lisa de aproximadamente 10 cm.	Unidade	Novo Horizonte; Coisas do Campo; Cristalfio; JOTA	Michelon	Zaleana	Não atende as especificações
25	CAIXA DE PALITOS DE FÓSFORO: Palitos de fósforo de segurança (longos). Acondicionados em caixas com 240 unidades.	Caixa	Fiat Lux			
26	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL: Copo plástico com capacidade para 180 mL, que possam ser utilizados para água, sucos ou café. Material "PP" . Segundo normas da ABNT. Caixa c/ 2500 unidades.	Caixa				
27	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL: Copo plástico com capacidade para 50 mL, que possam ser utilizados para água, sucos ou café. Material "PP" . Segundo normas da ABNT. Caixa c/ 5000 unidades.	Caixa				
28	CARRO FUNCIONAL COM BOLSA: Fabricado em polipropileno de alta resistência com colunas em alumínio anodizado. Indicados para transporte de roupas, alimentos, produtos e descartáveis. Quatro rodízios giratórios de quatro polegadas que possibilitam seu fácil deslocamento. Tampa bipartida com compartimento de objetos e acessórios. Fornecidos em quatro cores para identificação de áreas. Auxiliam na prevenção da contaminação cruzada, pois conjuntos utilizados em sanitários ou outros ambientes com níveis críticos de contaminação. Composto por: 01 bolsa de vinil amarela, garantia do fornecedor, medidas (montado): 116 cm (comp) X 57 cm (larg) X 100 cm (alt).	Unidade				
29	CORDA PARA VARAL Nº 5: Corda em nylon, resistente. Pacote com 10 metros.	Unidade	Supercorda			
30	CORDA PARA VARAL: Feita em aço com revestimentos, acompanha duas presilhas para fixação, comprimento de 15 a 20 metros.	Unidade				
31	DESODORANTE SANITÁRIO: Tipo pedra sanitária, perfumado, aromas variados, embalado em celofane, a prova de vazamento, com no mínimo 30g; com ação bacteriostática e aromatizante e suporte plástico, contendo data de fabricação e validade.	Unidade				
32	ESFREGÃO DE AÇO: Tipo palha de aço, redondo. Aplicação: louça.	Unidade				
33	ESPONJA DE LÃ DE AÇO. Esponjas de formato retangular, aplicação limpeza geral, textura macia e isenta de sinais de oxidação, medindo, no mínimo, 100x75. Composição: lã de aço carbono. Pacote com 08 unidades.	Pacote	Bombril; Assolan; Ypê; Alklin; Limppano			

34	ESPONJA DUPLA FACE. Esponja com dupla face sintética, ideal para limpeza de louças e utensílios domésticos. Medindo no mínimo: 110 X 75 X 25 mm.	Unidade	Bettanin; SuperPro; Assolan; Limppano; 3M			
35	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO: Escova com suporte em forma de pote redondo. Material: PP e cerdas sintéticas.	Unidade	Betannin; Condor	N Cavas (Sani Prin)		
36	ESPANADOR DE PÓ: Espanador de pena de avestruz com cabo longo em madeira ou PP. Comprimento do cabo: 40 cm.	Unidade				
37	ENROLADOR DE MANGUEIRA: ½" Até 50 metros, com rodinhas, dois engates rápidos e carretel em polipropileno. Dimensões do produto (Compr.X Larg. X Altura): 510X565X845 mm. Peso líquido:3,2 Kg.	Unidade				
38	ESCOVA PARA LIMPEZA EM GERAL: Com cerdas em nylon, e com pegador em plástico. Dimensões: 30,5 x 7 x 8 cm.	Unidade	Condor; Betannin	Gaúcha		
39	ESCOVA PARA ROUPAS: Escova para roupa e limpeza em geral, confeccionada em madeira com cerdas de nylon, formato oval.	Unidade	Condor; Betannin; Goulart	Gaúcha		
40	EXTENSÕES PARA RODOS LIMPA VIDROS: Extensões telescópicas para rodos limpa vidros para limpar vidros altos com segurança, alcançar locais de difícil acesso e alturas elevadas. Composto de 02 extensões de 1,50 m cada para alcance de até 3,00 m.	Unidade				
41	PANO PARA PÓ: Tipo flanela laranja ou branca, medindo 38 x 58 cm, 100% algodão.	Unidade	Flabom; Alklin; Limppano	GTA		
42	GUARDANAPO: Feito de papel com fibras naturais celulósicas, folhas simples de alta qualidade, embalagem contendo 50 guardanapos de 30 x 32,5cm.	Pacote		Virtus		
43	FIBRA MULTIUSO LIMPEZA GERAL: A fibra multiuso geral é um produto não tecido à base de fibras sintéticas e minerais abrasivos unidas por resina à prova d'água, usada para limpeza geral de superfícies laváveis. Pode ser usados em azulejos, pisos em geral, peças sanitárias. Medindo 102 mm x 230 mm.	Unidade				
44	LUSTRA MÓVEIS: Emulsão aquosa cremosa, perfumada, para aplicação em móveis e superfícies lisas. Aromas diversos. Frasco plástico de 190 a 200 ml com bico econômico. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e validade.	Unidade	Jonhson; Ypê; Poliflor; Destac; Assolan; Brilhol	Saubá		
45	LUVA DE BORRACHA TAMANHO P. Luva para limpeza em borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393.	Par	Volk; Ideatex soft; Danny; Kalipso; Mucambo			
46	LUVA DE BORRACHA TAMANHO M. Luva para limpeza em borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393.	Par	Volk; Ideatex soft; Danny; Kalipso; Mucambo			
47	LUVA DE BORRACHA TAMANHO G. Luva para limpeza em borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393.	Par	Volk; Ideatex soft; Danny; Kalipso; Mucambo			
48	LUVA DE VINIL TAMANHO P. Luva para procedimento não cirúrgico, uso único, vinil, lisa, transparente, antialérgica, levemente pulverizada com amido, não estéril, ambidestra. Caixa com 100 unidades.	Caixa	Volk; Embramac; Descarpac; Talge; Lagrotta Azurra; Danny			
49	LUVA DE VINIL TAMANHO M. Luva para procedimento não cirúrgico, uso único, vinil, lisa, transparente, antialérgica, levemente pulverizada com amido, não estéril, ambidestra. Caixa com 100	Caixa	Volk; Embramac; Descarpac; Talge; Lagrotta Azurra; Danny			

	unidades					
50	LUVA DE VINIL TAMANHO G. Luva para procedimento não cirúrgico, uso único, vinil, lisa, transparente, antialérgica, levemente pulverizada com amido, não estéril, ambidestra. Caixa com 100 unidades.	Caixa	Volk; Embramac; Descarpac; Talge; Lagrotta Azurra; Danny			
51	LIXEIRA 15L: Com tampa e pedal, fabricado em material 100% Aço Inox, formato cilíndrico, sem ser vazado, com capacidade de 15 litros.	Unidade				
52	LIXEIRA 30L: Com tampa e pedal, fabricado em material 100% Aço Inox, formato cilíndrico sem ser vazado, com capacidade de 30 litros.	Unidade				
53	LIXEIRA 50L: Com tampa e pedal, fabricado em material plástico resistente, formato cilíndrico, sem ser vazado com capacidade de 50 litros.	Unidade				
54	LIXEIRA 50L: Com tampa, fabricado em material Plástico resistente, formato cilíndrico, sem ser vazado, com capacidade de 50 litros.	Unidade				
55	LIXEIRA 100L: Com tampa, fabricado em material plástico resistente, formato cilíndrico, sem ser vazado, com capacidade de 100 litros.	Unidade				
56	MOP PÓ 60 CM COMPLETO COM CABO: Rodo Mop Pó Completo, com 60 cm, é um produto eficaz para uso na limpeza e higienização do chão tanto em ambiente corporativo quanto em ambiente residencial. Diferente do rodo comum, o rodo Mop, pode ser usado tanto seco quanto molhado, pois tem a mesma função de uma vassoura, e é muito mais eficiente, já que ele não tem cerdas e sim uma luva de pano envolta em sua base. Isso torna esse rodo muito mais efetivo na hora de juntar partículas, diferentemente da vassoura que mais espalha a sujeira do que a agrega. Além disso, ele pode ser usado como finalizador na limpeza do chão, pois sua base de algodão permite o uso dele com desinfetante e outros produtos de limpeza. Dimensão: 60 cm. Peso: 1,190 kg.	Unidade				
57	MULTI-INSETICIDA: Mata-insetos em aerosol a base de água. Mata vários tipos de insetos como mosquitos, moscas, baratas e formigas. Mata o mosquito da Dengue. Frasco de no mínimo 300 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. Não deve conter CFC.	Unidade	Dom Line; Mat Inset; Baygon; SBP			
58	MANGUEIRA: De 3/4, 2 mm de espessura, com um esguicho, com duas abraçadeiras e um bico com o tamanho de 30 metros e enrolador.	Unidade				
59	MANGUEIRA: De 3/4, 2 mm de espessura, com um esguicho, com duas abraçadeiras e um bico com o tamanho de 50 metros e enrolador.	Unidade				
60	PÁ PARA RECOLHER LIXO: Pá plástica com cabo de madeira revestido com plástico, medindo aproximadamente 50 cm. A porção que recolhe o lixo deve medir aproximadamente 23X23 cm.	Unidade	Betannim; Condor; Goulart			
61	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS: Toalha de papel, tipo folha 2 dobras, grofada, cor branca (100% celulose), super resistente, rápida absorção de líquido, de primeira qualidade. Aplicação: higiene pessoal. Pacote com no mínimo 1.000 folhas.	Pacote		Virtus, Nobre, Jofel	Alphes, Tubarão	Não atende as especificações
62	PAPEL HIGIÊNICO: Papel higiênico, picotado, grofado, com relevo, folha simples na cor branca (100% celulose), neutro, de primeira qualidade. Fardo com 64 rolos medindo 30mx10cm. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto.	Fardo		Clarys, Paloma, Fofinho, Bob	Tok Lev, Litopel	Não atende as especificações
63	PRENDEDOR PARA ROUPA: Grampos pra prender roupas no varal, material plástico resistente, pacote com 12 unidades.	Pacote	Paraná; Forta; Zavaski; Clamp	JLK		
64	PORTA SABONETE LIQUIDO DE PIA: Capacidade 350ml, material da tampa em polipropileno e corpo em poliestireno transparente, de alta resistência. Material atóxico.	Unidade				

65	PORTA PAPEL TOALHA DE PAREDE: Material plástico medindo 27 de altura X 12 profundidade X 25 Cm de largura, com chave de abertura.	Unidade				
66	PANO PARA CHÃO: Tipo saca alvejada. Em algodão liso, 100% algodão, na cor branca. Medidas aproximadas: 43 x 67 cm. Margem de variação 10% pesando o mínimo de 120g por saco.	Unidade	Martim; Pano Pratic; Santa Clara; Pano Sul	GTA		
67	PANO DE PRATO: Fabricado com saca alvejada, em estampas diversas. 100% algodão. Medindo no mínimo 40X66 cm. Acondicionados em saco plástico transparente.	Unidade	Santa Clara; Martim; Duluda	GTA		
68	REFIL PARA MOP UMIDO: Composto de 85% de algodão e 15% de poliéster, alta absorção e resistência, pontas em loop "arrastam" e seguram as sujidades otimiza a limpeza e os tempos nas tarefas. Refis coloridos para uso em ambientes específicos, evitando contaminações de um ambiente para o outro, aplicação em limpezas em geral. Cores: cru, azul, verde, vermelho e amarelo. Gramatura: 350g, 17 Largura X 6 altura X 35comp. (cm) / 0,350 kg.	Unidade				
69	RODO LIMPA VIDRO: Rodo e luva para secagem de vidros. Utilizados em trabalhos onde se necessita agilidade e eficiência. Dispõe de um lavador acoplado a um limpador, economizando em até 30% o tempo de execução da limpeza, excelente opção em alturas elevadas. Medindo: 35 larguras X 10 Altura X 60 Cabo (cm) / 0,770 kg e com cabo.	Unidade				
70	REFIL PARA RODO LIMPA VIDROS: Refil de luva limpa vidros 35 cm. Material sintético e resistente.	Unidade				
71	RODO PLÁSTICO: Superfície dupla de 40 cm com cabo de madeira plastificado. Rodo Perfil de borracha com acabamento chanfrado. Utilizado para secar superfícies úmidas. É ideal para o trabalho doméstico otimizando o tempo de serviço. Possui borracha natural resistente. Lâmina em EVA duplo. Ajusta-se às imperfeições do piso ideal.	Unidade	Betannim; Condor; Goulart	Gaúcha		
72	RODO MÁGICO: Rodo com super espuma absorvente PVA, com as seguintes especificações: Cabo telescópio que vai de 64 cm ate 94 cm, alta absorção de água chegando até 700 ml, rodo de 28 cm.	Unidade				
73	REFIL PARA RODO MÁGICO: Refil super espuma absorvente PVA, para rodo mágico com comprimento de 28 cm na cor azul.	Unidade				
74	SAPONÁCEO CREMOSO: Saponáceo cremoso. Líquido branco viscoso, embalagem plástica de 200 ml, tampa abre e fecha. Composição: tensoativos aniônico, alcalinizante, agente abrasivo, agente de branqueamento e essência (pinho, limão). Contém tensoativo biodegradável.	Unidade	Cif; Bombril; Assolan; Sanny; Johnson (Mr. Musculo)		Raridade, Sauba	Não atende as especificações
75	SAPONÁCEO EM PÓ: Aromas pinho, limão e lavanda. Com princípio ativo dicloroisocianurato de sódio; composição básica tensoativo aniônico, alcalizante, agente abrasivo, agente branqueamento e essência; corante e outras substâncias químicas permitidas. Acondicionado em tubo plástico, pesando 300g.	Unidade	Bombril; Assolan; Brilhante (Vim)		Raridade, Sanny	Não atende as especificações
76	SACO DE LIXO DE 15 L: Saco plástico lixo, 15 litros, capacidade 3 kg, cor preta, 39X58, de polipropileno. Aplicação: uso doméstico. Fardo com 100 unidades. Deverá conter os dados de identificação, procedência e especificações na embalagem. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	Fardo	Induplast; Versátil; Plazon; Liplast			
77	SACO DE LIXO DE 30 L: Saco plástico lixo, 30 litros, capacidade 6 kg, cor preta, 59X62, de polipropileno. Aplicação: uso doméstico. Fardos plásticos com 100 unidades. Deverá conter os dados de identificação, procedência e especificações na embalagem. Deverá estar em	Fardo	Induplast; Versátil; Plazon; Liplast			

	conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.					
78	SACO DE LIXO DE 50 L: Saco plástico lixo, 50 litros, capacidade 10 kg, cor preta, 63X80, de polipropileno. Aplicação: uso doméstico. Fardo plástico com 100 unidades. Deverá conter os dados de identificação, procedência e especificações na embalagem. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	Fardo	Induplast; Versátil; Plazon; Liplast			
79	SACO DE LIXO DE 100L: Saco plástico lixo, 100 litros, capacidade 20 kg, cor preta, 75X105, de polipropileno. Aplicação: coleta de lixo. Fardo plástico com 100 unidades. Deverá conter os dados de identificação, procedência e especificações na embalagem. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	Fardo	Induplast; Versátil; Plazon; Liplast			
80	SACO DE LIXO DE 150L: Saco plástico lixo, 150 litros, capacidade 30 kg, cor preta, 90X120, de polipropileno. Aplicação: coleta de lixo. Fardo plástico com 100 unidades. Deverá conter os dados de identificação, procedência e especificações na embalagem. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	Fardo	Induplast; Versátil; Plazon; Liplast; Oriplast			
81	SACO DE LIXO 240L: Saco plástico lixo, 240 litros, cor preta, 115X130, espessura 10 micra, de polipropileno. Aplicação: coleta de lixo. Fardo plástico com 100 unidades. Deverá conter os dados de identificação, procedência e especificações na embalagem. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	Fardo				
82	SACO PLÁSTICO PARA ALIMENTOS: Sacos plásticos transparentes, rolos contínuos picotados. Dimensões: 30 X 50 cm, 500 und por bobina. Capaz de suportar peso de até 5 kg. Ideais para armazenar alimentos, resistente ao freezer e micro-ondas	Bob.	Liplast; Plazon; Oriplast; BomPlast			
83	SABÃO EM BARRA: glicerinado, neutro, embalagem de 1kg, com 5 unidades de 200gr.	Pacote	Ypê; Minuano; Ace	Zavaski (somente o glicerinado)		
84	SABONETE EM BARRA: Barras de 90g, para lavagem das mãos e corpo, aromas suaves ou neutros, cor branca. Embalados individualmente em papel plastificado.	Unidade	Lux; Palmolive; Albany; Francis		Motivus	Não atende as especificações
85	SABÃO EM PÓ: Pacote de 01 Kg, produto disposto em embalagem plástica resistente. Composição: Tenso Ativo aniônico, tamponantes coadjuvante, sinergistas, branqueador óptico, corantes, alvejantes, essências, carga, perfumado. Devendo conter registro no ministério da saúde, data de fabricação e validade.	Kg	Ace; Brilhante; Surf; Ypê	Girando Sol		
86	SUPORTE DISPENSER POUÇA COPOS BOTÃO-COPOS 180 ml: Dispenser para copos de água (180 ml). Injetado em plástico ABS e tubo em poliestireno. Medidas: 55cm (altura) x 14cm (largura) x 20 cm (profundidade). O modelo deve possuir botão frontal na parte inferior, que quando acionado, libera o copo.	Unidade				
87	SUPORTE COM ESPONJA DE FIBRA, COM MANOPLA E CABO DE ALUMÍNIO: Suporte com esponja de fibras abrasivas de limpeza. Indicado para limpeza de pisos e paredes, sua junta articula e facilita a limpeza em alturas e previne acidentes com andaimes e escadas. Fabricados em plástico resistente, com manopla e cabo de alumínio. Comprimento: 23 cm. Largura: 10 cm. Peso: 0,100 KG.	Unidade				
88	TOALHAS DE PAPEL ABSORVENTES: Toalhas de papel, cor branca, com relevo, folha simples. Pacotes contendo 2 rolos picotados com no mínimo 50 folhas cada, de 20x22 cm.	Fardo	Mili; Dálmata; Bob; Kitchen	Bourbon, Virtus		
89	TAPETE CAPACHO: Dimensão 100cmX60cm, superfície 100% poliéster e base 100% látex, Antiderrapante, Antichamas, Resistente, Lavável.	Unidade				

90	TOALHA DE MESA: Em plástico estampado, flanela, em rolos de 1,40 metros de largura.	Metro				
91	TOALHA DE ROSTO: 100% algodão, felpuda, cores claras. Medindo no mínimo 41x71 cm. Acondicionadas em saco plástico transparente.	Unidade	Bruns; Santa Clara	GTA		
92	TOUCA DESCARTAVEL DE TNT. Toucas brancas, sanfonadas, com elástico, acondicionadas em embalagens com 100 und.	Pacote	Lagrotta Azzurra; Embramac; Descarpac; Talge			
93	VASSOURA COM CERDAS DE NYLON: Vassoura com base em madeira resistente, cerdas com comprimento mínimo (saliente) de 11cm e espessura média de 0,8mm, dispostas em no mínimo 4 carreiras de tufo justapostos homogêneos de modo a preencher toda a base, a fixação das cerdas à base deverá ser firme e resistente, cabo de madeira plastificado medindo 1,20m, com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade na base da vassoura e com gancho na outra ponta do cabo para pendurar, com perfeito acabamento, uso doméstico.	Unidade	Betannim (Noviça e Certa); Condor (Varre fácil e Esmeralda); Goulart(Du Kanto); Alklin (Premium, Dentro e fora);	Gaúcha (Principal e Prolar)	Gaúcha (Gauchinha) Goulart (Naylita)	Não atende as especificações
94	VASSOURA COM CERDAS DE PALHA: Vassoura com cepa e cerdas de palha, tipo 05 fios, amarração com arame, cabo madeira medindo 1,20m, comprimento cerdas 60cm. Amarradas em dúzias. Pesando aproximadamente 800g.	Unidade	Goulart; Goudinho			
95	VASSOURA LIMPA TETO: Com cerdas em nylon, com cabo em alumínio medindo 2m para limpeza de tetos.	Unidade				
96	ESCOVA PARA LIMPEZA DE MAMADEIRAS: Cores diversas. Cerdas e cabo: polipropileno. Corpo em fio de aço com acabamento em polipropileno. Espuma fabricada em poliuretano.	Unidade	Kuka	Kibei		
97	VASSOURA/RASTELO EM FERRO PARA GRAMA E JARDIM: palhetas fixas, mínimo de 20 palhetas, com cabo de madeira medindo no mínimo 1,20 m.	Unidade	Famastil			

SAMAE**PREGÃO PRESENCIAL 10/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 horas do dia 08 de Abril de 2015, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM nº 10/2015, para aquisição de combustíveis diversos para a frota de veículos e máquinas desta Autarquia, conforme descrição no Anexo I do edital. As propostas serão recebidas a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 09:00 horas do dia 08 de Abril de 2015. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 - Bairro Jardim Bela Vista - Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: www.samaecocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul-SC, 18 de Março de 2015.
Carla Cristina Possamai Della.
Diretora do SAMAE

Concórdia**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRENCIA Nº 02/2015-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 2/2015 - PMC
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra), de revitalização da Rua Tancredo de Almeida Neves, localizada neste Município, com recursos oriundos do Governo do Estado - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE - Proposta nº 13487 e recursos próprios, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo "D" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 23/04/2015.
Abertura: dia 24/04/2015, às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 17 de março de 2015.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015 - PMC

Objeto: Aquisição de Vacina contra gripe H1N1, para os servidores da Prefeitura Municipal de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 06/04/2015.
Abertura: dia 07/04/2015 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207

Concórdia, SC, 16 de março de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015 - PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível contratação durante o ano de 2015 de empresa especializada em serviços de detonação e perfuração de rochas, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 06/04/2015.

Abertura: dia 07/04/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167

Concórdia, SC, 18 de março de 2015.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 9/2015 - PMC

Obras E Serviços De Engenharia

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de engenharia visando a elaboração de estudo de viabilidade técnica econômica dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Concórdia, SC, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "D" deste Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 09/04/2015, ÀS 16h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 06/04/2015, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 09/04/2015, às 16h00min.

Abertura: dia 10/04/2015, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 18 de março de 2015.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

COMUNICAÇÃO DE DEFERIMENTO DE RECURSO PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2015 – FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2015 - FMS

Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços de monitoramento eletrônico para as unidades do Fundo Municipal de Saúde.

COMUNICAÇÃO DE DEFERIMENTO DE RECURSO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Pregoeira torna público que na data de 18/03/2015 foi DEFERIDO o recurso hierárquico interposto pela licitante: DETECTOR MONITORAMENTO LTDA. De consequência, fica alterado o julgamento proferido na sessão do dia 24/02/2015. Convocamos a segunda colocada do certame, DETECTOR MONITORAMENTO LTDA, para apresentação de sua documentação de habilitação, conforme dispõe o item 9.4 do edital, no prazo de 04 (quatro) dias úteis da data de veiculação dessa publicação. Na sequência, deverá o processo prosseguir para adjudicação e posterior homologação do objeto licitado. Fica a disposição das licitantes, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à diretoria de compras.

Concórdia, SC, 18 de março de 2015.

VANUSA SALETE CAMARGO

Pregoeira

COMUNICAÇÃO DEFERIMENTO, PEDIDO DE DESISTÊNCIA DE RECURSO E CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DO ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS Nº03/2015 -PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

Tomada de Preços Nº03/2015 -PMC

Objeto: Contratação de empresa, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para execução de drenagem pluvial, a ser realizada nas Ruas 29 de Julho, Charruas, Tapes e Carajás, localizadas no Bairro Itaíba, com recursos oriundos do Convênio nº 789301/2013, através do Processo nº 2623.1007674-17/2013, celebrado com a Caixa Econômica Federal/ Ministério das Cidades e contrapartida municipal, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

COMUNICAÇÃO DEFERIMENTO, PEDIDO DE DESISTÊNCIA DE RECURSO E CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DO ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, o Presidente da Comissão de Licitações torna público que na data de 18/03/2015 conhecemos do pedido de desistência recursal interposto pela licitante MARCOS AURELIO DE SOUZA EIRELLE ME e DEFERIMOS seu pedido.

De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão do dia 06/03/2015, prosseguindo o processo para abertura do envelope nº 02 Proposta de Preços que será realizado no dia 30/03/2015 as 10:30(dez horas e trinta minutos) na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Concórdia sito a Rua Leonel Mosele, 62 centro nesta cidade.

Concórdia, SC, 18 de março de 2015.

MAURO FRIGO

Presidente da CPL em exercício

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 148/2014 -PMC

Contrato Nº : 148/2014

Aditivo Nº : 1TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : IACC PRÉ-MOLDADOS LTDA

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 17/2014

Objeto : Locação de imóvel para abrigar as instalações da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, Núcleo Tecnológico Municipal - NTM e Clínica do Aprendizado, neste Município.

Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 31/03/2016

Assinatura : 11/03/2015

Valor R\$: 130.863,60 (Cento e Trinta Mil, Oitocentos e Sessenta e Três Reais e Sessenta Centavos)

Dotação : 38 - 06.001.2012.333903910000000.01010000

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 185/2014 -PMC

Contrato Nº : 185/2014

Aditivo Nº : 2 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TMK ENGENHARIA EIRELI ME

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 3/2014

Objeto : contratação de serviços para levantamento topográfico e desmembramento de áreas, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo ?D? deste Edital.

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 12/04/2015

Assinatura : 06/03/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 304/2014 -PMC

Contrato Nº : 304/2014

Aditivo Nº : 2 TA/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 7/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica na Estrada de acesso ao Distrito de Presidente Kennedy, Bairro Flamengo, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo ?D? deste Edital.

Vigência : Início: 03/03/2015 Término: 13/08/2015

Assinatura : 03/03/2015

Valor R\$: 109.541,02 (Cento e Nove Mil, Quinhentos e Quarenta e Um Reais e Dois Centavos)

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 396/2014 -PMC

Contrato Nº : 396/2014

Aditivo Nº : 2 TA/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia

12/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução obra de pavimentação asfáltica em CAUQ nas ruas Irã e Goiás, neste Município, através do regime de empreitada por preço unitário (material, mão de obra e equipamentos), neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 03/03/2015 Término: 03/07/2015

Assinatura : 03/03/2015

Valor R\$: 21.903,63 (Vinte e Um Mil, Novecentos e Três Reais e Sessenta e Três Centavos)

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 408/2014 -PMC

Contrato Nº : 408/2014

Aditivo Nº : 2 TA/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 11/2014

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra, no regime de empreitada por preços máximos unitários (material, mão de obra e equipamentos) de alargamento de pista na Rua João Suzin Marini, Centro, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 03/03/2015 Término: 23/03/2015

Assinatura : 03/03/2015

Valor R\$: 5.197,08 (Cinco Mil, Cento e Noventa e Sete Reais e Oito Centavos)

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 139/2014 -PMC

Contrato Nº : 139/2014

Aditivo Nº : 3TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TRANSPORTES BALBINOT EIRELI ME

Licitação : Pregão Presencial 28/2014

Objeto : Prorrogação do prazo e reajuste contratual de empresa, do ramo de transportes coletivos de passageiros, para prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte de alunos da Rede Municipal e Estadual de ensino, durante o ano letivo de 2014.

Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/03/2016

Assinatura : 12/03/2015

Valor R\$: 44.204,16 (Quarenta e Quatro Mil, Duzentos e Quatro Reais e Dezesseis Centavos)

Dotação : 51 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 336 - 06.002.2016.333903926000000.03360000

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 191/2012 -PMC

Contrato Nº : 191/2012/2012

Aditivo Nº : 3 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : SALETE KAPP E CIA LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 35/2012

Objeto : Contratação de empresa para efetuar os serviços de limpeza nas dependências do 20º Batalhão da Polícia Militar e nas dependências da Fundação Municipal de Cultura.

Vigência : Início: 12/03/2015 Término: 28/03/2016

Assinatura : 12/03/2015

Valor R\$: 22.764,00 (Vinte e Dois Mil e Setecentos e Sessenta e Quatro Reais)

Dotação : 193 - 12.001.2043.333903401000000.01100000

Dotação : 281 - 16.001.2401.333903401000000.01000001

Dotação : 353 - 12.001.2043.333903978000000.03100000

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 173/2012 -PMC

Contrato Nº : 173/2012/2012

Aditivo Nº : 4TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TURBONET PROVEDOR LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 2/2012

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO DE INTERNET BANDA LARGA

Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 18/03/2016

Assinatura : 09/03/2015

Valor R\$: 5.568,60 (Cinco Mil, Quinhentos e Sessenta e Oito Reais e Sessenta Centavos)

Dotação : 136 - 09.001.2032.333903958000000.01000001

Dotação : 281 - 16.001.2401.333903958000000.01000001

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 225/2014 -PMC

Contrato Nº : 225/2014

Aditivo Nº : 5ºTA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 3/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), pavimentação asfáltica de diversas ruas deste município.

Vigência : Início: 03/03/2015 Término: 08/04/2015

Assinatura : 03/03/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 318/2014 -PMC

Contrato Nº : 318/2014

Aditivo Nº : 5 TA/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E

OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 8/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica em CAUQ das ruas Isidoro Simioni e Fiorelo Fiamentti, localizadas neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 03/03/2015 Término: 16/05/2015

Assinatura : 03/03/2015

Valor R\$: 39.328,87 (Trinta e Nove Mil, Trezentos e Vinte e Oito Reais e Oitenta e Sete Centavos)

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 47/2011 - FMS

Contrato Nº : 47/2011/2011

Aditivo Nº : 5 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA

Contratada : ADEMIR ZANELLA

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 4/2011

Objeto : Locação de Imóvel

Vigência : Início: 10/03/2015 Término: 06/09/2015

Assinatura : 09/03/2015

Valor R\$: 5.477,70 (Cinco Mil, Quatrocentos e Setenta e Sete Reais e Setenta Centavos)

Dotação : 219 - 13.001.2102.333903615000000.01380002

EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 188/2014 -PMC

Contrato Nº : 188/2014

Aditivo Nº : 6 TA/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 2/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica de diversas ruas, localizadas neste Município, com recursos oriundos de Financiamento com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina SA -BADESC, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 03/03/2015 Término: 20/04/2015

Assinatura : 03/03/2015

Valor R\$: 7.497,92 (Sete Mil, Quatrocentos e Noventa e Sete Reais e Noventa e Dois Centavos)

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO 7º TA CONTRATO Nº 230/2014 -PMC

Contrato Nº : 230/2014

Aditivo Nº : 7 TA/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia

1/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica da via que liga o loteamento Sintrial ao Distrito de Presidente Kennedy, localizada neste Município, com recursos oriundos do Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 04/03/2015 Término: 31/05/2016

Assinatura : 04/03/2015

Valor R\$: 41.112,00 (Quarenta e Um Mil e Cento e Doze Reais)

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO 8º TA CONTRATO Nº 230/2014 -PMC

Contrato Nº : 230/2014

Aditivo Nº : 8 TA/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 1/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica da via que liga o loteamento Sintrial ao Distrito de Presidente Kennedy, localizada neste Município, com recursos oriundos do Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 31/05/2016

Assinatura : 11/03/2015

Valor R\$: 210.801,67 (Duzentos e Dez Mil, Oitocentos e Um Reais e Sessenta e Sete Centavos)

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2015

A Secretária Municipal de Administração, torna público que ratificou o ato da Senhora Vera Lucia Maria Uberti Pelizzaro, Diretora de Gabinete, que declarou inexigível a licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 17 de março de 2015, para a aquisição de peças e serviço para conserto do veículo oficial, PMC 350 placa MGI 3153 modelo Chevrolet Captiva., a favor da seguinte empresa: JACOB BIEZUS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, no valor total de R\$ 3.967,10 (três mil, novecentos e sessenta e sete reais com dez centavos).

BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA

A Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 2/2015- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 2/2015- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e a SOCIEDADE ESPORTIVA E RE-CREATIVA BOA ESPERANÇA, neste município, inscrita no CNPJ sob nº 80.631.062/0001-30, representada pelo seu Presidente, senhor RUDI CARLOS KOPSEL.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Boa Esperança e população em geral, estruturação de local para o desenvolvimento das atividades esportivas, culturais, e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 110.000.00

PRAZO: De 24/03/2015 a 31/12/2015.

DATA DA ASSINATURA: 24 de março de 2015.

RESOLUÇÃO 103 /2015- APROVAÇÃO DO PLANO DMS

RESOLUÇÃO Nº 103/2015 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre aprovação do Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo do Município de Concórdia/SC.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº 8.069/90, Lei Complementar Municipal nº 593, de 21 de setembro de 2011 e considerando:

- Deliberação na reunião extraordinária conjunta entre CMDCA e CMAS, realizada em 03 de março de 2015;
- Lei n.12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional;

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal Decenal de Atendimento Socio-educativo que prevê ações articuladas, para os próximos 10 (dez) anos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data

ARMINDO DA SILVA

Presidente do CMDCA

3-ANEXO 12- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FIA



FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA

Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Período de Referência: Dezembro / 2014

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Fixação	Execução	Diferença
Receitas Correntes	136.000,00	44.812,18	91.187,82	Créditos Orçament. e Suplement.	456.337,75	226.179,80	230.157,95
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	Corrente	225.179,78	104.275,45	120.904,33
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	Capital	231.157,97	121.904,35	109.253,62
Receitas Patrimoniais	4.500,00	6.578,51	(2.078,51)	Créditos Especiais	0,00	0,00	0,00
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	Corrente	0,00	0,00	0,00
Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	Capital	0,00	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	0,00	Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	Corrente	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	Capital	0,00	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	131.500,00	38.233,67	93.266,33	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita Intra-Orçam. Corrente	0,00	0,00	0,00				
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00				
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00				
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00				
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00				
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00	0,00				
Receitas Intra-Orçamentárias Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita Intra-Orçam. Capital	0,00	0,00	0,00				
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	204.186,18	(204.186,18)	INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00	0,00
Transferência Financeira Recebida	0,00	204.186,18	(204.186,18)	Transferência Financeira Concedida	0,00	0,00	0,00
SOMA	136.000,00	248.998,36	(112.998,36)	SOMA	456.337,75	226.179,80	230.157,95
DEFICIT TOTAL	320.337,75	0,00	320.337,75	SUPERAVIT TOTAL	0,00	22.818,95	(22.818,95)
TOTAL	456.337,75	248.998,36	207.339,39	TOTAL	456.337,75	248.998,36	207.339,39
FONTE: Sistema Atende.Net- IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA							
Data Emissão: 28/fev/2015 Hora de emissão: 08h e 02m							
Notas:							

LAURI GARBOSSA
Ordenador da Despesa

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

3-ANEXO 12- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FMC



FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Período de Referência: Dezembro / 2014

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Fixação	Execução	Diferença
Receitas Correntes	40.370,00	186.083,47	(145.713,47)	Créditos Orçament. e Suplement.	2.614.689,03	2.167.030,25	447.658,78
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	Corrente	1.810.872,99	1.501.811,26	309.061,73
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	Capital	803.816,04	665.218,99	138.597,05
Receitas Patrimoniais	13.320,00	94.795,93	(81.475,93)	Créditos Especiais	0,00	0,00	0,00
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	Corrente	0,00	0,00	0,00
Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	Capital	0,00	0,00	0,00
Receitas de Serviços	13.000,00	264,50	12.735,50	Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	80.000,00	(80.000,00)	Corrente	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	14.050,00	11.023,04	3.026,96	Capital	0,00	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	0,00	0,00	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita Intra-Orçam. Corrente	0,00	0,00	0,00				
Receitas de Capital	0,00	147.540,52	(147.540,52)				
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00				
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00				
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00				
Transferências de Capital	0,00	147.540,52	(147.540,52)				
Outras Receitas Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00	0,00				
Receitas Intra-Orçamentárias Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita Intra-Orçam. Capital	0,00	0,00	0,00				
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	1.615.365,12	(1.615.365,12)	INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00	0,00
Transferência Financeira Recebida	0,00	1.615.365,12	(1.615.365,12)	Transferência Financeira Concedida	0,00	0,00	0,00
SOMA	40.370,00	1.948.989,11	(1.908.619,11)	SOMA	2.614.689,03	2.167.030,25	447.658,78
DEFICIT TOTAL	2.574.319,03	218.041,14	2.356.277,89	SUPERAVIT TOTAL	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.614.689,03	2.167.030,25	447.658,78	TOTAL	2.614.689,03	2.167.030,25	447.658,78
FONTE: Sistema Atende.Net- IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA							
Data Emissão: 27/fev/2015 Hora de emissão: 16h e 35m							
Notas:							

GILMAR LUIZ MONTICELLI
Ordenador de Despesa
CPF: 210.578.850-53

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

3-ANEXO 12- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FMEC



FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Período de Referência: Dezembro / 2014

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Fixação	Execução	Diferença
Receitas Correntes	67.200,00	97.320,88	(30.120,88)	Créditos Orçament. e Suplement.	4.411.068,35	4.374.237,38	36.830,97
Receita Tributária	5.000,00	0,00	5.000,00	Corrente	4.292.809,35	4.255.978,38	36.830,97
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	Capital	118.259,00	118.259,00	0,00
Receitas Patrimoniais	10.000,00	10.904,45	(904,45)	Créditos Especiais	0,00	0,00	0,00
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	Corrente	0,00	0,00	0,00
Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	Capital	0,00	0,00	0,00
Receitas de Serviços	50.100,00	68.646,41	(18.546,41)	Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	Corrente	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	2.100,00	17.770,02	(15.670,02)	Capital	0,00	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	0,00	0,00	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita Intra-Orçam. Corrente	0,00	0,00	0,00				
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00				
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00				
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00				
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00				
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00	0,00				
Receitas Intra-Orçamentárias Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita Intra-Orçam. Capital	0,00	0,00	0,00				
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	4.267.873,60	(4.267.873,60)	INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00	0,00
Transferência Financeira Recebida	0,00	4.267.873,60	(4.267.873,60)	Transferência Financeira Concedida	0,00	0,00	0,00
SOMA	67.200,00	4.365.194,48	(4.297.994,48)	SOMA	4.411.068,35	4.374.237,38	36.830,97
DEFICIT TOTAL	4.343.868,35	9.042,90	4.334.825,45	SUPERAVIT TOTAL	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.411.068,35	4.374.237,38	36.830,97	TOTAL	4.411.068,35	4.374.237,38	36.830,97
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES							
Data Emissão: 28/fev/2015 Hora de emissão: 08h e 46m							
Notas:							

VILMAR ANTONIO BENTZ
Ordenador da Despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

3-ANEXO 12- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PMC



MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2014 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Fixação	Execução	Diferença
Receitas Correntes	134.209.580,00	146.989.830,30	(12.780.250,30)	Créditos Orçament. e Suplement.	154.005.073,18	119.380.677,07	34.624.396,11
Receta Tributária	25.760.047,00	26.831.387,96	(1.071.340,96)	Corrente	104.234.933,26	94.419.223,35	9.815.709,91
Recetas de Contribuições	4.410.000,00	4.517.404,61	(107.404,61)	Capital	49.770.139,92	24.961.453,72	24.808.686,20
Recetas Patrimoniais	1.302.210,00	4.617.821,08	(3.315.611,08)	Créditos Especiais	1.490.000,00	1.133.127,34	356.872,66
Recetas Agropecuárias	18.000,00	10.862,36	7.137,64	Corrente	430.000,00	321.775,87	108.224,13
Recetas Industriais	0,00	0,00	0,00	Capital	1.060.000,00	811.351,47	248.648,53
Recetas de Serviços	2.644.500,00	2.623.270,17	21.229,83	Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	110.748.723,00	117.675.364,23	(6.926.641,23)	Corrente	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	3.876.100,00	6.075.919,27	(2.199.819,27)	Capital	0,00	0,00	0,00
(-)-Deduções da Receita Corrente	14.550.000,00	15.362.199,38	(812.199,38)	Reserva de Contingência	200.600,00	0,00	200.600,00
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	1.610.000,00	1.808.102,09	(198.102,09)				
(-)-Deduções da Receita Intra-Orçam. Corrente	0,00	0,00	0,00				
Receitas de Capital	23.479.000,00	8.520.270,44	14.958.729,56				
Operações de Crédito	9.000.000,00	3.469.600,48	5.530.399,52				
Alienação de Bens	281.000,00	211.237,13	69.762,87				
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00				
Transferências de Capital	14.198.000,00	4.839.432,83	9.358.567,17				
Outras Receitas Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)-Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00	0,00				
Receitas Intra-Orçamentárias Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)-Deduções da Receita Intra-Orçam. Capital	0,00	0,00	0,00				
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	497.047,62	(497.047,62)	INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	35.506.690,94	(35.506.690,94)
Transferência Financeira Recebida	0,00	497.047,62	(497.047,62)	Transferência Financeira Concedida	0,00	35.506.690,94	(35.506.690,94)
SOMA	159.298.580,00	157.815.250,45	1.483.329,55	SOMA	155.895.873,18	166.020.495,35	(324.822,17)
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT TOTAL	3.602.906,82	1.794.755,10	1.808.151,72
TOTAL	159.298.580,00	157.815.250,45	1.483.329,55	TOTAL	159.298.580,00	157.815.250,45	1.483.329,55
FONTE: Sistema Atende.Net- IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA							
Data Emissão: 17/mar/2015 Hora de emissão: 14h e 59m							
Notas:							

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

3-ANEXO 12- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO FMS



FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Período de Referência: Dezembro / 2014

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Fixação	Execução	Diferença
Receitas Correntes	35.632.860,00	29.910.776,13	5.722.083,87	Créditos Orçament. e Suplement.	66.017.731,39	56.615.214,07	9.402.517,32
Receta Tributária	4.10.400,00	358.162,65	52.237,35	Corrente	61.478.165,04	53.229.497,90	8.248.667,14
Recetas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	Capital	4.539.566,35	3.385.716,17	1.153.850,18
Recetas Patrimoniais	147.500,00	282.991,23	(135.491,23)	Créditos Especiais	60.000,00	0,00	60.000,00
Recetas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	Corrente	60.000,00	0,00	60.000,00
Recetas Industriais	0,00	0,00	0,00	Capital	0,00	0,00	0,00
Recetas de Serviços	0,00	0,00	0,00	Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	35.072.260,00	29.244.948,96	5.827.311,04	Corrente	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	2.700,00	24.673,29	(21.973,29)	Capital	0,00	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	0,00	0,00	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita Intra-Orçam. Corrente	0,00	0,00	0,00				
Receitas de Capital	3.217.000,00	1.368.560,00	1.848.420,00				
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00				
Alienação de Bens	50.000,00	57.400,00	(7.400,00)				
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00				
Transferências de Capital	3.167.000,00	1.311.180,00	1.855.820,00				
Outras Receitas Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00	0,00				
Receitas Intra-Orçamentárias Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita Intra-Orçam. Capital	0,00	0,00	0,00				
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	24.542.866,04	(24.542.866,04)	INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00	0,00
Transferência Financeira Recebida	0,00	24.542.866,04	(24.542.866,04)	Transferência Financeira Concedida	0,00	0,00	0,00
SOMA	38.849.860,00	55.822.222,17	(16.972.362,17)	SOMA	66.077.731,39	56.615.214,07	9.462.517,32
DEFICIT TOTAL	27.227.871,39	792.991,90	26.434.879,49	SUPERÁVIT TOTAL	0,00	0,00	0,00
TOTAL	66.077.731,39	56.615.214,07	9.462.517,32	TOTAL	66.077.731,39	56.615.214,07	9.462.517,32
FONTE: Sistema Atende.Net- IPM, Unidade Responsável FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA							
Data Emissão: 28/fev/2015 Hora de emissão: 09h e 39m							
Notas:							

ALESSANDRO VERNIZE
Ordenador de Despesa

ROSA MARIA SELA SGARABOTTO
Tec. Contábil
CRC/SC 17.218

4-ANEXO 13- BALANÇO FINANCEIRO - FIA**FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA**

Anexo 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Dezembro / 2014

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIAS	721,44	44.812,18	ORÇAMENTÁRIA	(41.413,82)	226.179,80
Receitas Orçamentárias	721,44	44.812,18	Despesas Correntes	(10.000,00)	104.275,45
Receitas Correntes	721,44	44.812,18	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	Outras Despesas Correntes	(10.000,00)	104.275,45
Receita Patrimonial	721,44	6.578,51	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Despesas de Capital	(31.413,82)	121.904,35
Receita Industrial	0,00	0,00	Investimentos	(31.413,82)	121.904,35
Receita de Serviços	0,00	0,00	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	38.233,67	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	0,00
(-) Deduções das Receitas Correntes	0,00	0,00			
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00			
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias Corrente	0,00	0,00			
Receitas de Capital	0,00	0,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	0,00			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	24.186,18	204.186,18	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	24.186,18	204.186,18	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	(41.413,82)	650,88	EXTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	650,88
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	0,00	650,88	Depósitos	0,00	650,88
Consignações	0,00	0,00	Consignações	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	0,00	650,88	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	0,00	650,88
Restos a Pagar	(41.413,82)	0,00	Restos a Pagar	0,00	0,00
Obrigações a Pagar	(41.413,82)	0,00	Obrigações a Pagar	0,00	0,00
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	117.648,69	119.737,75	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEQUINTE	142.556,31	142.556,31
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	117.648,69	119.737,75	Bancos Conta Movimento	142.556,31	142.556,31
Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	0,00	0,00	(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	101.142,49	369.386,99	TOTAL	101.142,49	369.386,99

Notas:

Data de Emissão: 28/02/2015

LAURI GARBOSSA
Ordenador da Despesa

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

4-ANEXO 13- BALANÇO FINANCEIRO - FMAS**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

Anexo 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Dezembro / 2014

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIAS	42.724,27	937.831,47	ORÇAMENTÁRIA	(52.369,42)	1.622.539,26
Receitas Orçamentárias	42.724,27	937.831,47	Despesas Correntes	(52.369,42)	1.494.901,71
Receitas Correntes	42.724,27	848.652,27	Pessoal e Encargos Sociais	18.565,60	108.985,04
Receita Tributária	0,00	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	Outras Despesas Correntes	(72.254,08)	1.375.859,26
Receita Patrimonial	3.298,06	30.399,93	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	1.319,06	10.057,41
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Despesas de Capital	0,00	127.637,55
Receita Industrial	0,00	0,00	Investimentos	0,00	127.637,55
Receita de Serviços	0,00	0,00	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Transferências Correntes	39.426,21	817.973,34	Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	279,00	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	0,00
(-) Deduções das Receitas Correntes	0,00	0,00			
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00			
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias Corrente	0,00	0,00			
Receitas de Capital	0,00	89.179,20			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	89.179,20			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	0,00			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	730.700,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	730.700,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	(361.090,91)	148.137,97	EXTRAORÇAMENTÁRIA	3.879,31	55.080,11
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	3.879,31	26.840,09	Depósitos	3.879,31	26.840,09
Consignações	711,26	4.971,85	Consignações	711,26	4.971,85
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	3.168,05	21.868,24	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	3.168,05	21.868,24
Restos a Pagar	(364.970,22)	120.870,88	Restos a Pagar	0,00	28.240,02
Obrigações a Pagar	(364.970,22)	120.870,88	Obrigações a Pagar	0,00	28.240,02
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	427,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	777.543,54	368.616,94	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEQUINTE	507.667,01	507.667,01
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	175.266,79	30.031,29	Bancos Conta Movimento	62.899,26	62.899,26
Bancos Conta Vinculada	602.276,75	338.585,65	Bancos Conta Vinculada	444.767,75	444.767,75
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	0,00	0,00	(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	459.176,90	2.185.286,38	TOTAL	459.176,90	2.185.286,38

Notas:

Data de Emissão: 28/02/2015

LAURI GARBOSSA
Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

4-ANEXO 13- BALANÇO FINANCEIRO - FMC**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA**

Anexo 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Dezembro / 2014

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIAS	105.432,26	333.623,99	ORÇAMENTÁRIA	435.981,79	2.167.030,25
Receitas Orçamentárias	105.432,26	333.623,99	Despesas Correntes	47.742,08	1.501.811,26
Receitas Correntes	5.432,26	186.083,47	Pessoal e Encargos Sociais	73.546,48	612.807,55
Receita Tributária	0,00	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	Outras Despesas Correntes	(35.878,57)	812.931,20
Receita Patrimonial	5.397,16	94.795,93	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	10.074,17	76.072,51
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Despesas de Capital	388.239,71	665.218,99
Receita Industrial	0,00	0,00	Investimentos	388.239,71	665.218,99
Receita de Serviços	25,60	264,50	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	80.000,00	Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	9,50	11.023,04	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	0,00
(-) Deduções das Receitas Correntes	0,00	0,00			
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00			
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias Corrente	0,00	0,00			
Receitas de Capital	100.000,00	147.540,52			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	100.000,00	147.540,52			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	0,00			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	8.235,12	1.615.365,12	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	8.235,12	1.615.365,12	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	335.651,59	932.637,86	EXTRAORÇAMENTÁRIA	202.271,25	1.525.019,96
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	25.708,77	227.836,38	Depósitos	25.708,77	227.836,38
Consignações	0,00	306,00	Consignações	0,00	306,00
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	25.708,77	227.530,38	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	25.708,77	227.530,38
Restos a Pagar	309.942,82	700.872,28	Restos a Pagar	176.562,48	1.297.183,58
Obrigações a Pagar	309.942,82	700.872,28	Obrigações a Pagar	176.562,48	1.297.183,58
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	3.929,20	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.034.442,35	1.655.931,52	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	845.508,28	845.508,28
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	904.605,44	1.655.931,52	Bancos Conta Movimento	614.859,47	614.859,47
Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	129.836,91	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	230.648,81	230.648,81
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	0,00	0,00	(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	1.483.761,32	4.537.558,49	TOTAL	1.483.761,32	4.537.558,49

Notas:

Data de Emissão: 27/02/2015

GILMAR LUIZ MONTICELLI
Ordenador de Despesa
CPF: 210.578.850-53

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

4-ANEXO 13- BALANÇO FINANCEIRO - FMEC**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES**

Anexo 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Dezembro / 2014

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIAS	14.335,32	97.320,88	ORÇAMENTÁRIA	255.025,17	4.374.237,38
Receitas Orçamentárias	14.335,32	97.320,88	Despesas Correntes	255.025,17	4.255.978,38
Receitas Correntes	14.335,32	97.320,88	Pessoal e Encargos Sociais	134.111,88	1.058.187,90
Receita Tributária	0,00	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	Outras Despesas Correntes	103.815,57	3.079.167,54
Receita Patrimonial	152,29	10.904,45	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	17.097,72	118.622,94
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Despesas de Capital	0,00	118.259,00
Receita Industrial	0,00	0,00	Investimentos	0,00	118.259,00
Receita de Serviços	7.535,00	68.646,41	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	6.648,03	17.770,02	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	0,00
(-) Deduções das Receitas Correntes	0,00	0,00			
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00			
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias Corrente	0,00	0,00			
Receitas de Capital	0,00	0,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	0,00			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	502.932,50	4.267.873,60	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	502.932,50	4.267.873,60	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	(177.376,04)	252.784,49	EXTRAORÇAMENTÁRIA	29.403,67	238.109,76
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	73,98	Realizável	0,00	73,98
Créditos em Circulação	0,00	73,98	Créditos em Circulação	0,00	73,98
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	29.403,55	209.075,76	Depósitos	29.403,55	209.075,76
Consignações	99,38	1.498,05	Consignações	99,38	1.498,05
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	29.304,17	207.577,71	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	29.304,17	207.577,71
Restos a Pagar	(206.779,71)	42.066,04	Restos a Pagar	0,12	28.960,02
Obrigações a Pagar	(206.779,71)	42.066,04	Obrigações a Pagar	0,12	28.960,02
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,12	1.568,71	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	30.128,66	79.959,77	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEQUINTE	85.591,60	85.591,60
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	30.128,66	79.959,77	Bancos Conta Movimento	85.591,60	85.591,60
Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	0,00	0,00	(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	370.020,44	4.697.938,74	TOTAL	370.020,44	4.697.938,74

Notas:

Data de Emissão: 28/02/2015

VILMAR ANTONIO BENTZ
Ordenador da Despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

4-ANEXO 13- BALANÇO FINANCEIRO - FMS**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA**

Anexo 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Dezembro / 2014

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIAS	2.587.599,10	31.279.356,13	ORÇAMENTÁRIA	(1.191.143,20)	56.615.214,07
Receitas Orçamentárias	2.587.599,10	31.279.356,13	Despesas Correntes	(1.189.855,12)	53.229.497,90
Receitas Correntes	2.587.599,10	29.910.776,13	Pessoal e Encargos Sociais	2.052.235,18	15.879.769,06
Receita Tributária	36.956,88	358.162,65	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	Outras Despesas Correntes	(3.504.140,10)	35.527.658,22
Receita Patrimonial	28.551,33	282.991,23	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	262.049,80	1.822.070,62
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Despesas de Capital	(1.288,08)	3.385.716,17
Receita Industrial	0,00	0,00	Investimentos	(1.288,08)	3.385.716,17
Receita de Serviços	0,00	0,00	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Transferências Correntes	2.521.354,06	29.244.948,96	Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	736,83	24.673,29	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	0,00
(-) Deduções das Receitas Correntes	0,00	0,00			
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00			
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias Corrente	0,00	0,00			
Receitas de Capital	0,00	1.368.580,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	57.400,00			
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	1.311.180,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	0,00			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	4.223.722,06	24.542.866,04	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	4.223.722,06	24.542.866,04	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	(7.313.506,13)	5.899.179,95	EXTRAORÇAMENTÁRIA	444.729,83	4.013.607,44
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	7.210,03	64.016,86	Realizável	7.210,03	64.016,86
Créditos em Circulação	7.210,03	64.016,86	Créditos em Circulação	7.210,03	64.016,86
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	437.234,80	3.394.711,76	Depósitos	437.234,80	3.394.711,76
Consignações	736,83	9.589,58	Consignações	736,83	9.589,58
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	436.497,97	3.385.122,18	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	436.497,97	3.385.122,18
Restos a Pagar	(7.758.235,96)	2.232.338,17	Restos a Pagar	285,00	554.878,82
Obrigações a Pagar	(7.758.235,96)	2.232.338,17	Obrigações a Pagar	285,00	554.878,82
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	285,00	208.113,16	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	3.563.363,93	2.715.011,72	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	3.807.592,33	3.807.592,33
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.031.414,32	422.580,87	Bancos Conta Movimento	1.483.223,07	1.483.223,07
Bancos Conta Vinculada	1.849.430,12	2.292.430,85	Bancos Conta Vinculada	2.324.369,26	2.324.369,26
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	682.519,49	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	0,00	0,00	(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	3.061.178,96	64.436.413,84	TOTAL	3.061.178,96	64.436.413,84

Notas:

Data de Emissão: 28/02/2015

ALESSANDRO VERNIZE
Ordenador de Despesa

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

4-ANEXO 13- BALANÇO FINANCEIRO - PMC

MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Anexo 13 - Balanço Financeiro
 Período de Referência: Dezembro / 2014

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIAS	17.109.352,62	157.318.202,83	ORÇAMENTÁRIA	8.407.178,99	120.513.804,41
Receitas Orçamentárias	17.109.352,62	157.318.202,83	Despesas Correntes	7.319.926,69	94.740.999,22
Receitas Correntes	14.035.210,59	146.989.830,30	Pessoal e Encargos Sociais	6.651.654,04	47.536.624,64
Receita Tributária	2.066.153,19	26.831.387,96	Juros e Encargos da Dívida	3.000,00	36.000,00
Receita de Contribuições	393.288,41	4.517.404,61	Outras Despesas Correntes	(456.495,15)	38.974.916,72
Receita Patrimonial	298.251,88	4.617.821,08	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	1.121.767,80	8.193.457,86
Receita Agropecuária	360,00	10.862,36	Despesas de Capital	1.087.252,30	25.772.805,19
Receita Industrial	0,00	0,00	Investimentos	1.087.252,30	25.583.213,37
Receita de Serviços	62.145,37	2.623.270,17	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Transferências Correntes	11.943.255,25	117.675.364,23	Amortização da Dívida	0,00	189.591,82
Outras Receitas Correntes	591.160,53	6.075.919,27	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	0,00
(-) Deduções das Receitas Correntes	1.319.404,04	15.362.199,38			
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	151.041,05	1.808.102,09			
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias Corrente	0,00	0,00			
Receitas de Capital	2.923.100,98	8.520.270,44			
Operações de Crédito	2.921.999,00	3.469.600,48			
Alienação de Bens	1.101,98	211.237,13			
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	4.839.432,83			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	0,00			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	497.047,62	497.047,62	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	5.068.775,86	35.506.690,94
Transferências Financeiras Recebidas	497.047,62	497.047,62	Transferências Financeiras Concedidas	5.068.775,86	35.506.690,94
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	(9.024.280,18)	26.051.527,25	EXTRAORÇAMENTÁRIA	1.872.506,52	16.615.858,19
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	9.647,87	206.471,16	Realizável	9.647,87	206.471,16
Créditos em Circulação	9.647,87	206.471,16	Créditos em Circulação	9.647,87	206.471,16
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	1.842.348,31	13.999.954,48	Depósitos	1.840.601,10	13.805.248,19
Consignações	220.628,60	1.091.534,79	Consignações	220.628,60	1.091.534,79
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	1.621.719,71	12.908.419,69	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	1.619.972,50	12.713.713,40
Restos a Pagar	(10.884.407,04)	11.287.765,19	Restos a Pagar	18.507,55	2.567.718,84
Obrigações a Pagar	(10.884.407,04)	11.287.765,19	Obrigações a Pagar	18.507,55	2.567.718,84
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	6.000,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	6.000,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	6.000,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	6.000,00
Outras Operações	3.750,00	30.420,00	Outras Operações	3.750,00	30.420,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	3.750,00	30.420,00	Outras Obrigações	3.750,00	30.420,00
Acréscimos Patrimoniais	4.380,68	520.916,42	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	29.409.373,01	11.412.607,54	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	22.643.031,70	22.643.031,70
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.049.380,40	8.370.841,24	Bancos Conta Movimento	1.155.595,83	1.155.595,83
Bancos Conta Vinculada	35.704,35	2.945.338,32	Bancos Conta Vinculada	406.141,04	406.141,04
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	9.932.963,12	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	4.465.445,28	4.465.445,28
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	18.391.325,14	96.427,98	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	16.615.849,55	16.615.849,55
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	0,00	0,00	(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	37.991.493,07	195.279.385,24	TOTAL	37.991.493,07	195.279.385,24

Notas:

Data de Emissão: 17/03/2015

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

5-ANEXO 14- BALANÇO PATRIMONIAL - FIA**FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA**

Prestação de Contas
Anexo TC 14 - Balanço Patrimonial
Período de Referência: Dezembro / 2014

Pág 1 / 1

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	Acumulado	TÍTULOS	Acumulado
ATIVO FINANCEIRO	142.556,31	FINANCEIRO	0,00
DISPONÍVEL	142.556,31	DEPÓSITOS	0,00
Caixa	0,00	Consignações	0,00
Bancos Conta Movimento	142.556,31	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Bancos Conta Vinculada	0,00	RESTOS A PAGAR	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Obrigações a Pagar	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
(-)Provisão para perdas em Invest. do RPPS	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
REALIZÁVEL	0,00	DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	0,00
Créditos a Receber	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00		
Empréstimos e Financiamentos	0,00		
Adiantamentos Concedidos	0,00		
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00		
Valores em Transito Realizáveis	0,00		
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00		
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	0,00		
ATIVO PERMANENTE	55.889,08	PASSIVO PERMANENTE	0,00
CRÉDITOS	0,00	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	0,00
Créditos a Receber	0,00	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
Depósitos e Financiamentos	0,00	Financiamentos em Circulação (Curto Prazo)	0,00
(-)Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Financiamento em Circulação (Longo Prazo)	0,00
Outros Créditos	0,00	Outras	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	0,00	DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	92,50	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
INVESTIMENTOS RPPS	0,00	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
Investimentos RPPS	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
(-) Provisão para Perdas em Inv. do RPPS	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
DÍVIDA ATIVA	0,00	Financiamentos em Circulação (Curto Prazo)	0,00
Créditos Inscritos em Dívida a Curto Prazo	0,00	Financiamento em Circulação (Longo Prazo)	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	0,00	DÉBITOS CONSOLIDADOS	0,00
Crédito em processo de inscrição da Dívida Ativa	0,00	Precatórios a Pagar	0,00
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	0,00	Dívida Renegociadas	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	0,00	Obrigações a Pagar	0,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	Obrigações Legais e Tributárias	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	DIVERSOS	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Obrigações a Pagar	0,00
Investimento do RPPS a Longo Prazo	0,00	Depósitos Judiciais	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	Provisões Matemáticas Previdenciárias	0,00
IMOBILIZADO	55.796,58	Outras Obrigações Exigíveis	0,00
Bens Móveis e Imóveis	76.169,56	Diversas Provisões	0,00
Bens Imóveis	0,00	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00
Bens Móveis	76.169,56		
Títulos e Valores	0,00		
Bens Intangíveis	0,00		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	20.372,98		
DIFERIDO	0,00		
ATIVO REAL	198.445,39	PASSIVO REAL	0,00
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	198.445,39
Passivo Real a Descoberto	0,00	Ativo Real Líquido	198.445,39
COMPENSADO	142.556,31	COMPENSADO	142.556,31
TOTAL	341.001,70	TOTAL	341.001,70

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA

Data Emissão: 28/fev/2015 Hora de emissão: 08h e 04m

Notas:

LAURI GARBOSSA
Ordenador da Despesa

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

IPM - Informática Ltda

5-ANEXO 14- BALANÇO PATRIMONIAL - FMAS**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

Prestação de Contas
Anexo TC 14 - Balanço Patrimonial
Período de Referência: Dezembro / 2014

Pág 1 / 1

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	Acumulado	TÍTULOS	Acumulado
ATIVO FINANCEIRO	507.667,01	FINANCEIRO	120.870,88
DISPONÍVEL	507.667,01	DEPÓSITOS	0,00
Caixa	0,00	Consignações	0,00
Bancos Conta Movimento	62.899,26	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Bancos Conta Vinculada	444.767,75	RESTOS A PAGAR	120.870,88
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Obrigações a Pagar	120.870,88
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
(-)Provisão para perdas em Invest. do RPPS	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
REALIZÁVEL	0,00	DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	0,00
Créditos a Receber	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00		
Empréstimos e Financiamentos	0,00		
Adiantamentos Concedidos	0,00		
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00		
Valores em Transito Realizáveis	0,00		
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00		
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	0,00		
ATIVO PERMANENTE	370.464,90	PASSIVO PERMANENTE	9.386,39
CRÉDITOS	0,00	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	0,00
Créditos a Receber	0,00	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
Depósitos e Financiamentos	0,00	Financiamentos em Circulação (Curto Prazo)	0,00
(-)Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Financiamento em Circulação (Longo Prazo)	0,00
Outros Créditos	0,00	Outras	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	68.681,60	DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	931,65	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
INVESTIMENTOS RPPS	0,00	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
Investimentos RPPS	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
(-) Provisão para Perdas em Inv. do RPPS	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
DÍVIDA ATIVA	0,00	Financiamentos em Circulação (Curto Prazo)	0,00
Créditos Inscritos em Dívida a Curto Prazo	0,00	Financiamento em Circulação (Longo Prazo)	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	0,00	DÉBITOS CONSOLIDADOS	0,00
Crédito em processo de inscrição da Dívida Ativa	0,00	Precatórios a Pagar	0,00
Ativa		Dívida Renegociadas	0,00
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	0,00	Obrigações a Pagar	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	0,00	Obrigações Legais e Tributárias	0,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	DIVERSOS	9.386,39
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Obrigações a Pagar	9.386,39
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Judiciais	0,00
Investimento do RPPS a Longo Prazo	0,00	Provisões Matemáticas Previdenciárias	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	Outras Obrigações Exigíveis	0,00
IMOBILIZADO	300.851,65	Diversas Provisões	0,00
Bens Móveis e Imóveis	381.145,03	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00
Bens Imóveis	0,00		
Bens Móveis	381.145,03		
Títulos e Valores	0,00		
Bens Intangíveis	0,00		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	80.293,38		
DIFERIDO	0,00		
ATIVO REAL	878.131,91	PASSIVO REAL	130.257,27
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	747.874,64
Passivo Real a Descoberto	0,00	Ativo Real Líquido	747.874,64
COMPENSADO	542.959,97	COMPENSADO	542.959,97
TOTAL	1.421.091,88	TOTAL	1.421.091,88

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Data Emissão: 28/fev/2015 Hora de emissão: 08h e 30m

Notas:

LAURI GARBOSSA
Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

IPM - Informática Ltda

5-ANEXO 14- BALANÇO PATRIMONIAL - FMC**FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA**

Prestação de Contas
Anexo TC 14 - Balanço Patrimonial
Período de Referência: Dezembro / 2014

Pág 1 / 1

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	Acumulado	TÍTULOS	Acumulado
ATIVO FINANCEIRO	845.508,28	FINANCEIRO	1.024.601,19
DISPONÍVEL	845.508,28	DEPÓSITOS	0,00
Caixa	0,00	Consignações	0,00
Bancos Conta Movimento	614.859,47	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Bancos Conta Vinculada	0,00	RESTOS A PAGAR	1.024.601,19
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Obrigações a Pagar	1.024.601,19
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	230.648,81	SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
(-)Provisão para perdas em Invest. do RPPS	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
REALIZÁVEL	0,00	DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	0,00
Créditos a Receber	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00		
Empréstimos e Financiamentos	0,00		
Adiantamentos Concedidos	0,00		
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00		
Valores em Transito Realizáveis	0,00		
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00		
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	0,00		
ATIVO PERMANENTE	4.658.878,11	PASSIVO PERMANENTE	150.078,02
CRÉDITOS	233.189,32	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	0,00
Créditos a Receber	0,00	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	233.189,32	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
Depósitos e Financiamentos	0,00	Financiamentos em Circulação (Curto Prazo)	0,00
(-)Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Financiamento em Circulação (Longo Prazo)	0,00
Outros Créditos	0,00	Outras	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	12.651,95	DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.434,47	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
INVESTIMENTOS RPPS	0,00	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
Investimentos RPPS	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
(-) Provisão para Perdas em Inv. do RPPS	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
DÍVIDA ATIVA	0,00	Financiamentos em Circulação (Curto Prazo)	0,00
Créditos Inscritos em Dívida a Curto Prazo	0,00	Financiamento em Circulação (Longo Prazo)	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	0,00	DÉBITOS CONSOLIDADOS	0,00
Crédito em processo de inscrição da Dívida Ativa	0,00	Precatórios a Pagar	0,00
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	0,00	Dívida Renegociadas	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	0,00	Obrigações a Pagar	0,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	Obrigações Legais e Tributárias	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	DIVERSOS	150.078,02
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Obrigações a Pagar	150.078,02
Investimento do RPPS a Longo Prazo	0,00	Depósitos Judiciais	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	Provisões Matemáticas Previdenciárias	0,00
IMOBILIZADO	4.410.602,37	Outras Obrigações Exigíveis	0,00
Bens Móveis e Imóveis	4.460.751,33	Diversas Provisões	0,00
Bens Imóveis	4.232.883,39	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00
Bens Móveis	227.867,94		
Títulos e Valores	0,00		
Bens Intangíveis	0,00		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	50.148,96		
DIFERIDO	0,00		
ATIVO REAL	5.504.386,39	PASSIVO REAL	1.174.679,21
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	4.329.707,18
Passivo Real a Descoberto	0,00	Ativo Real Líquido	4.329.707,18
COMPENSADO	1.954.541,97	COMPENSADO	1.954.541,97
TOTAL	7.458.928,36	TOTAL	7.458.928,36

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Data Emissão: 27/fev/2015 Hora de emissão: 16h e 37m

Notas:

GILMAR LUIZ MONTICELLI
Ordenador de Despesa
CPF: 210.578.850-53

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

IPM - Informática Ltda

5-ANEXO 14- BALANÇO PATRIMONIAL - FMEC**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES**

Prestação de Contas
Anexo TC 14 - Balanço Patrimonial
Período de Referência: Dezembro / 2014

Pág 1 / 1

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	Acumulado	TÍTULOS	Acumulado
ATIVO FINANCEIRO	85.591,60	FINANCEIRO	42.716,04
DISPONÍVEL	85.591,60	DEPÓSITOS	0,00
Caixa	0,00	Consignações	0,00
Bancos Conta Movimento	85.591,60	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Bancos Conta Vinculada	0,00	RESTOS A PAGAR	42.716,04
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Obrigações a Pagar	42.716,04
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
(-)Provisão para perdas em Invest. do RPPS	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
REALIZÁVEL	0,00	DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	0,00
Créditos a Receber	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00		
Empréstimos e Financiamentos	0,00		
Adiantamentos Concedidos	0,00		
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00		
Valores em Transito Realizáveis	0,00		
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00		
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	0,00		
ATIVO PERMANENTE	295.992,71	PASSIVO PERMANENTE	376.216,42
CRÉDITOS	0,00	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	0,00
Créditos a Receber	0,00	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
Depósitos e Financiamentos	0,00	Financiamentos em Circulação (Curto Prazo)	0,00
(-)Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Financiamento em Circulação (Longo Prazo)	0,00
Outros Créditos	0,00	Outras	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	39.557,00	DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.569,36	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
INVESTIMENTOS RPPS	0,00	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
Investimentos RPPS	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
(-) Provisão para Perdas em Inv. do RPPS	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
DÍVIDA ATIVA	0,00	Financiamentos em Circulação (Curto Prazo)	0,00
Créditos Inscritos em Dívida a Curto Prazo	0,00	Financiamento em Circulação (Longo Prazo)	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	0,00	DÉBITOS CONSOLIDADOS	0,00
Crédito em processo de inscrição da Dívida Ativa	0,00	Precatórios a Pagar	0,00
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	0,00	Dívida Renegociadas	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	0,00	Obrigações a Pagar	0,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	Obrigações Legais e Tributárias	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	DIVERSOS	376.216,42
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Obrigações a Pagar	376.216,42
Investimento do RPPS a Longo Prazo	0,00	Depósitos Judiciais	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	Provisões Matemáticas Previdenciárias	0,00
IMOBILIZADO	254.866,35	Outras Obrigações Exigíveis	0,00
Bens Móveis e Imóveis	286.030,53	Diversas Provisões	0,00
Bens Imóveis	126.181,57	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00
Bens Móveis	159.848,96		
Títulos e Valores	0,00		
Bens Intangíveis	0,00		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	31.164,18		
DIFERIDO	0,00		
ATIVO REAL	381.584,31	PASSIVO REAL	418.932,46
SALDO PATRIMONIAL	37.348,15	SALDO PATRIMONIAL	0,00
Passivo Real a Descoberto	37.348,15	Ativo Real Líquido	0,00
COMPENSADO	126.415,25	COMPENSADO	126.415,25
TOTAL	545.347,71	TOTAL	545.347,71

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Data Emissão: 28/fev/2015 Hora de emissão: 08h e 48m

Notas:

VILMAR ANTONIO BENTZ
Ordenador da Despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

IPM - Informática Ltda

5-ANEXO 14- BALANÇO PATRIMONIAL - FMS**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA**

Prestação de Contas
Anexo TC 14 - Balanço Patrimonial
Período de Referência: Dezembro / 2014

Pág 1 / 1

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	Acumulado	TÍTULOS	Acumulado
ATIVO FINANCEIRO	3.807.592,33	FINANCEIRO	2.264.408,17
DISPONÍVEL	3.807.592,33	DEPÓSITOS	0,00
Caixa	0,00	Consignações	0,00
Bancos Conta Movimento	1.483.223,07	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Bancos Conta Vinculada	2.324.369,26	RESTOS A PAGAR	2.264.408,17
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Obrigações a Pagar	2.264.408,17
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
(-)Provisão para perdas em Invest. do RPPS	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
REALIZÁVEL	0,00	DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	0,00
Créditos a Receber	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00		
Empréstimos e Financiamentos	0,00		
Adiantamentos Concedidos	0,00		
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00		
Valores em Transito Realizáveis	0,00		
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00		
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	0,00		
ATIVO PERMANENTE	5.250.611,85	PASSIVO PERMANENTE	5.442.337,63
CRÉDITOS	0,00	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	0,00
Créditos a Receber	0,00	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
Depósitos e Financiamentos	0,00	Financiamentos em Circulação (Curto Prazo)	0,00
(-)Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Financiamento em Circulação (Longo Prazo)	0,00
Outros Créditos	0,00	Outras	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	1.990.376,15	DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.896,05	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
INVESTIMENTOS RPPS	0,00	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
Investimentos RPPS	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
(-) Provisão para Perdas em Inv. do RPPS	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
DÍVIDA ATIVA	0,00	Financiamentos em Circulação (Curto Prazo)	0,00
Créditos Inscritos em Dívida a Curto Prazo	0,00	Financiamento em Circulação (Longo Prazo)	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	0,00	DÉBITOS CONSOLIDADOS	0,00
Crédito em processo de inscrição da Dívida Ativa	0,00	Precatórios a Pagar	0,00
Ativa		Dívida Renegociadas	0,00
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	0,00	Obrigações a Pagar	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	0,00	Obrigações Legais e Tributárias	0,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	DIVERSOS	5.442.337,63
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Obrigações a Pagar	5.442.337,63
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Judiciais	0,00
Investimento do RPPS a Longo Prazo	0,00	Provisões Matemáticas Previdenciárias	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	Outras Obrigações Exigíveis	0,00
IMOBILIZADO	3.256.339,65	Diversas Provisões	0,00
Bens Móveis e Imóveis	3.663.218,62	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00
Bens Imóveis	1.560.508,98		
Bens Móveis	2.102.709,64		
Títulos e Valores	0,00		
Bens Intangíveis	0,00		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	406.878,97		
DIFERIDO	0,00		
ATIVO REAL	9.058.204,18	PASSIVO REAL	7.706.745,80
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	1.351.458,38
Passivo Real a Descoberto	0,00	Ativo Real Líquido	1.351.458,38
COMPENSADO	5.924.336,67	COMPENSADO	5.924.336,67
TOTAL	14.982.540,85	TOTAL	14.982.540,85

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Data Emissão: 28/fev/2015 Hora de emissão: 09h e 41m

Notas:

ALESSANDRO VERNIZE
Ordenador de Despesa

ROSA MARIA SELA SGARABOTTO
Tec. Contábil
CRC/SC 17.218

IPM - Informática Ltda

5-ANEXO 14- BALANÇO PATRIMONIAL - PMC

MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Prestação de Contas
Anexo TC 14 - Balanço Patrimonial
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2014 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 1 / 1

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	Acumulado	TÍTULOS	Acumulado
ATIVO FINANCEIRO	22.643.031,70	FINANCEIRO	11.897.986,69
DISPONÍVEL	22.643.031,70	DEPÓSITOS	194.706,29
Caixa	0,00	Consignações	0,00
Bancos Conta Movimento	1.155.595,83	Depósitos de Diversas Origens	194.706,29
Bancos Conta Vinculada	406.141,04	RESTOS A PAGAR	11.703.280,40
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	4.465.445,28	Obrigações a Pagar	11.703.280,40
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	16.615.849,55	SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
(-)Provisão para perdas em Invest. do RPPS	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
REALIZÁVEL	0,00	DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	0,00
Créditos a Receber	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00		
Empréstimos e Financiamentos	0,00		
Adiantamentos Concedidos	0,00		
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00		
Valores em Transito Realizáveis	0,00		
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00		
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	0,00		
ATIVO PERMANENTE	125.212.515,57	PASSIVO PERMANENTE	34.536.258,63
CRÉDITOS	4.202.538,99	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	8.000.000,00
Créditos a Receber	2.251.684,54	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	1.950.854,45	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	1.775.719,10
Adiantamentos Concedidos	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	6.224.280,90
Depósitos e Financiamentos	0,00	Financiamentos em Circulação (Curto Prazo)	0,00
(-)Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Financiamento em Circulação (Longo Prazo)	0,00
Outros Créditos	0,00	Outras	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	1.252.815,46	DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	20.355,24	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
INVESTIMENTOS RPPS	0,00	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
Investimentos RPPS	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
(-) Provisão para Perdas em Inv. do RPPS	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
DÍVIDA ATIVA	14.642.209,97	Financiamentos em Circulação (Curto Prazo)	0,00
Créditos Inscritos em Dívida a Curto Prazo	2.186.355,08	Financiamento em Circulação (Longo Prazo)	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	0,00	DÉBITOS CONSOLIDADOS	3.407.236,10
Crédito em processo de inscrição da Dívida Ativa	0,00	Precatórios a Pagar	232.116,40
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	26.084.547,88	Dívida Renegociadas	36.000,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	13.628.692,99	Obrigações a Pagar	3.139.119,70
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	45.001,86	Obrigações Legais e Tributárias	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	DIVERSOS	23.129.022,53
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Obrigações a Pagar	23.129.022,53
Investimento do RPPS a Longo Prazo	45.001,86	Depósitos Judiciais	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	Provisões Matemáticas Previdenciárias	0,00
IMOBILIZADO	105.049.594,05	Outras Obrigações Exigíveis	0,00
Bens Móveis e Imóveis	108.547.350,58	Diversas Provisões	0,00
Bens Imóveis	90.363.548,36	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00
Bens Móveis	18.183.802,22		
Títulos e Valores	0,00		
Bens Intangíveis	0,00		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	3.497.756,53		
DIFERIDO	0,00		
ATIVO REAL	147.855.547,27	PASSIVO REAL	46.434.245,32
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	101.421.301,95
Passivo Real a Descoberto	0,00	Ativo Real Líquido	101.421.301,95
COMPENSADO	53.014.874,28	COMPENSADO	53.014.874,28
TOTAL	200.870.421,55	TOTAL	200.870.421,55

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Data Emissão: 17/mar/2015 Hora de emissão: 15h e 19m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

IPM - Informática Ltda

6-ANEXO 15- DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FIA**FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA**

Prestação de Contas

Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais

: 28/02/2015 Período de Referência: Dezembro / 2014

Pág 1 / 3

Art. 105 da Lei n. 4.320/1964

Variações Ativas		Variações Passivas	
Resultantes da Execução Orçamentária			
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	44.812,18	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	226.179,80
Receitas Correntes	44.812,18	Despesas Correntes	104.275,45
Receitas Tributárias	0,00	Pessoal e Encargos Sociais	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas Patrimoniais	6.578,51	Outras Despesas Correntes	104.275,45
Receitas Agropecuárias	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00
Receitas Industriais	0,00	Despesas de Capital	121.904,35
Receitas de Serviços	0,00	Investimentos	121.904,35
Transferências Correntes	0,00	Inversões Financeiras	0,00
Outras Receitas Correntes	38.233,67	Amortizações da Dívida	0,00
(-) Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	0,00		
(-) Ded. da Rec. Intra-Orçamentária Corrente	0,00		
Receitas de Capital	0,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas Capital	0,00		
(-) Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária de Capital	0,00		
(-)Deduções da Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	204.186,18	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	204.186,18	Transferências Financeiras Concedidas	0,00

Mutações Patrimoniais			
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	3.586,18	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	19.120,00
Aquisição de Bens	3.586,18	Alienação de Bens	19.120,00
Bens Imóveis	3.586,18	Bens Imóveis	0,00
Bens Móveis	0,00	Bens Móveis	19.120,00
Títulos e Valores	0,00	Demais Alienações	0,00
Bens Intangíveis	0,00	Liquidação de Créditos	0,00
Outras Aquisições de Bens	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Incorporação de Créditos	0,00	Recebimento de Dívida Ativa	0,00
Custo de Bens e Serviços - Incorporação	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Gastos de Despesas Diferidas	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Dividendos	0,00
		Créditos Diversos a Receber	0,00
		Entidades Devedoras	0,00
		Outras Liquidações de Créditos	0,00
		Custo de Bens e Serviços Baixa	0,00
		Outras Desincorporações de Ativos	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
Operações de Créditos - Em Contratos	0,00	Operações de Créditos - Em Contratos	0,00
Juros e Encargos	0,00	Aumento de Capital	0,00
Operações de Créditos - Em Títulos	0,00	Operações de Crédito - Em Títulos	0,00
Adiantamentos Recebidos	0,00	Adiantamentos Recebidos	0,00
Entidades Credoras	0,00	Créditos de Exercícios Anteriores	0,00
Dividendos	0,00	Operações com Duplicatas Descontadas	0,00
Operações Especiais	0,00	Recebimento de Depósitos Judiciais	0,00
Amortização de Débitos	0,00	Outras Incorporações de Passivos	0,00
Outras Desincorporações de Passivos	0,00		

Independentes da Execução Orçamentária			
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	3.678,68	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	7.950,35
Incorporação de Ativos	3.678,68	Desincorporação de Ativos	7.950,35
Incorporação de Bens Imóveis	3.586,18	Baixa de Bens Imóveis	7.172,36
Incorporação de Bens Móveis	0,00	Baixa de Bens Móveis	777,99
Bens Móveis de Uso Permanente	0,00	Bens Móveis de Uso Permanente	777,99
Aquisição	0,00	Doações Intra-Orçamentárias	0,00
Doações Intra-Orçamentárias	0,00	Perda	0,00
Produção	0,00	Doações	0,00

IPM - Informática Ltda


FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA
Prestação de Contas
Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais

: 28/02/2015 Período de Referência: Dezembro / 2014

Pág 2 / 3

Doação	0,00	Devolução de Bens	0,00
Transferencia	0,00	Transferências	0,00
Permuta	0,00	Permuta	0,00
Apreensão	0,00	Inservibilidade	777,99
Outras Incorporações de Bens Móveis	0,00	Outras Baixas de Bens Móveis	0,00
Bens de Estoque	0,00	Bens de Estoque	0,00
Incorporação de Bens Intangíveis	0,00	Baixa de Bens Intangíveis	0,00
Incorporação de Títulos e Valores	0,00	Baixa de Títulos e Valores	0,00
Incorporação de Disponibilidades	0,00	Outras Baixas de Valores	0,00
Incorporação de Direitos	0,00	Desincorporação de Disponibilidades	0,00
Créditos a Receber	0,00	Baixa de Direitos	0,00
Fornecimentos a Receber	0,00	Créditos a receber	0,00
Recursos de Restos a Pagar	0,00	Fornecimentos a Receber	0,00
Recursos de Limite a Receber	0,00	Recursos de Restos a Pagar	0,00
Créditos Tributários	0,00	Recursos de Limite a Receber de Restos a Pagar	0,00
Recursos Especiais a Receber	0,00	Créditos Tributários	0,00
Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00	Recursos Especiais a Receber	0,00
Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos de Contribuições	0,00	Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00
Créditos Tributários	0,00	Dívida Ativa - Cancelamentos	0,00
Outros Créditos a Receber	0,00	Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	0,00
Créditos Diversos a Receber	0,00	Dívida Ativa - Anistia/Perdão	0,00
Devedores Entidades e Agentes	0,00	Dívida Ativa - Baixa pela Inscrição	0,00
Entidades Devedoras	0,00	Outros Créditos a Receber	0,00
Agentes Devedores	0,00	Créditos Diversos a Receber	0,00
Diversos Responsáveis - Inscrição	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Entidades Devedoras	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Agentes Devedores	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Diversos Responsáveis	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Depósitos Realizáveis	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Valores Pendentes	92,50	Adiantamentos Concedidos	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis	0,00
Dívida Ativa - Inscrição	0,00	Valores Pendentes	0,00
Dívida Ativa - Ajuste	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos Tributários (Exercício)	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Fornecimento a Receber	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Créditos Parcelados - Cancelamento	0,00
Créditos Tributários	0,00	Créditos Administrativos - Cancelamento	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Empréstimo e Financiamento	0,00
Incorporação de Outros Direitos	0,00	Créditos Tributários	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Dívida Ativa - Ajuste	0,00
		Dívida Ativa - Cancelamento	0,00
		Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	0,00
		Dívida Ativa - Anistia/Perdão	0,00
		Baixa de Créditos para Inscrição da Dívida Ativa	0,00
		Baixa de Outros Direitos	0,00
		Baixa de Direitos a Incorporar pela Inscrição de Restos a Pagar	0,00

Independentes da Execução Orçamentária			
AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	0,00	AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	13.983,06
Valorização de Bens	0,00	Desvalorização de Bens	0,00
Bens Imóveis	0,00	Bens Imóveis	0,00
Bens Móveis	0,00	Bens Móveis	0,00
Bens Intangíveis	0,00	Bens Intangíveis	0,00
Bens de Estoque	0,00	Bens de Estoque	0,00
Outros Bens	0,00	Outros Bens	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00
Ajustes de Créditos	0,00	Ajustes de Créditos	0,00
Reversão da Provisão Dev. Duvidosos	0,00	Provisão para Devedores Duvidosos	0,00
Ágios	0,00	Deságios	0,00
Atualização Monetária Financeira	0,00	Atualização Monetária Não Financeira	0,00
Atualização Monetária não Financeira	0,00	Baixa de CM da Dívida Ativa	0,00
Dívida Ativa - Atualização Monetária	0,00	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00

IPM - Informática Ltda

**FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA**

Prestação de Contas

Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais

: 28/02/2015 Período de Referência: Dezembro / 2014

Pág 3 / 3

Diversos Responsáveis	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Créditos a Receber	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Provisão para Perdas Prováveis	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	Variação Cambial	0,00
Títulos e Valores	0,00	Depreciação, Amortização e Exaustão	13.983,06
Créditos Parcelados	0,00	Depreciações	13.983,06
Créditos Administrativos	0,00	Amortizações	0,00
Juros	0,00	Exaustões	0,00
Dívida Ativa - Juros e Multas	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
Outros Juros	0,00	Incorporação de Obrigações	0,00
Variação Cambial	0,00	Operação de Crédito - Em Contratos	0,00
Multas	0,00	Operação de Crédito - Em Títulos	0,00
Reversão da Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Obrigações de Exercícios Anteriores	0,00
Outros Ajustes Patrimoniais	0,00	Recursos a Liberar	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	Provisões	0,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	0,00	Depósitos Exigíveis	0,00
AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	0,00	Obrigações Tributárias	0,00
VALORIZAÇÃO DIVERSAS	0,00	Pessoal a Pagar	0,00
AJUSTES MONETÁRIOS DE BALANÇOS	0,00	Ágios	0,00
RESULTADO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	0,00	Obrigações de Exercícios Anteriores	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	Obrigações com Encargos Sociais	0,00
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS DIVERSOS	0,00	Entidades Credoras	0,00
		Precatórios	0,00
		Restos a Pagar	0,00
		Obrigações Tributárias - Patrimonial	0,00
		Entidades de Previdência Complementar	0,00
		Encargos Patronais - RPPS	0,00
		Outras Obrigações	0,00
		Outros Débitos	0,00
		Outras Incorporações de Obrigações	0,00
		AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	0,00
		AJUSTES MONETÁRIOS DO BALANÇO	0,00
		AJUSTES DE EXERCÍCIO ANTERIORES	0,00
		DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS DIVERSOS	0,00
Total das Variações Ativas	256.263,22	Total das Variações Passivas	267.233,21
RESULTADO PATRIMONIAL	10.969,99	RESULTADO PATRIMONIAL	0,00
Déficit Verificado	10.969,99	Superávit Verificado	0,00
TOTAL GERAL	267.233,21	TOTAL GERAL	267.233,21

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA

Data Emissão: 28/fev/2015 Hora de emissão: 08h e 05m

Notas:

LAURI GARBOSSA
Ordenador da Despesa

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

6-ANEXO 15- DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Prestação de Contas
Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
 : 28/02/2015 Período de Referência: Dezembro / 2014

Pág 1 / 3

Art. 105 da Lei n. 4.320/1964

Variações Ativas		Variações Passivas	
Resultantes da Execução Orçamentária			
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	937.831,47	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	1.622.539,26
Receitas Correntes	848.652,27	Despesas Correntes	1.494.901,71
Receitas Tributárias	0,00	Pessoal e Encargos Sociais	108.985,04
Receitas de Contribuições	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas Patrimoniais	30.399,93	Outras Despesas Correntes	1.375.859,26
Receitas Agropecuárias	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	10.057,41
Receitas Industriais	0,00	Despesas de Capital	127.637,55
Receitas de Serviços	0,00	Investimentos	127.637,55
Transferências Correntes	817.973,34	Inversões Financeiras	0,00
Outras Receitas Correntes	279,00	Amortizações da Dívida	0,00
(-) Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	0,00		
(-) Ded. da Rec. Intra-Orçamentária Corrente	0,00		
Receitas de Capital	89.179,20		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	89.179,20		
Outras Receitas Capital	0,00		
(-) Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária de Capital	0,00		
(-)Deduções da Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	730.700,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	730.700,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00

Mutações Patrimoniais			
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	121.739,36	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00
Aquisição de Bens	121.739,36	Alienação de Bens	0,00
Bens Imóveis	70.213,33	Bens Imóveis	0,00
Bens Móveis	51.526,03	Bens Móveis	0,00
Títulos e Valores	0,00	Demais Alienações	0,00
Bens Intangíveis	0,00	Liquidação de Créditos	0,00
Outras Aquisições de Bens	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Incorporação de Créditos	0,00	Recebimento de Dívida Ativa	0,00
Custo de Bens e Serviços - Incorporação	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Gastos de Despesas Diferidas	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Dividendos	0,00
		Créditos Diversos a Receber	0,00
		Entidades Devedoras	0,00
		Outras Liquidações de Créditos	0,00
		Custo de Bens e Serviços Baixa	0,00
		Outras Desincorporações de Ativos	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
Operações de Créditos - Em Contratos	0,00	Operações de Créditos - Em Contratos	0,00
Juros e Encargos	0,00	Aumento de Capital	0,00
Operações de Créditos - Em Títulos	0,00	Operações de Crédito - Em Títulos	0,00
Adiantamentos Recebidos	0,00	Adiantamentos Recebidos	0,00
Entidades Credoras	0,00	Créditos de Exercícios Anteriores	0,00
Dividendos	0,00	Operações com Duplicatas Descontadas	0,00
Operações Especiais	0,00	Recebimento de Depósitos Judiciais	0,00
Amortização de Débitos	0,00	Outras Incorporações de Passivos	0,00
Outras Desincorporações de Passivos	0,00		

Independentes da Execução Orçamentária			
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	139.826,58	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	141.190,27
Incorporação de Ativos	139.826,58	Desincorporação de Ativos	141.190,27
Incorporação de Bens Imóveis	70.213,33	Baixa de Bens Imóveis	140.426,66
Incorporação de Bens Móveis	0,00	Baixa de Bens Móveis	763,61
Bens Móveis de Uso Permanente	0,00	Bens Móveis de Uso Permanente	763,61
Aquisição	0,00	Doações Intra-Orçamentárias	0,00
Doações Intra-Orçamentárias	0,00	Perda	0,00
Produção	0,00	Doações	0,00

IPM - Informática Ltda

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL****Prestação de Contas****Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais**

: 28/02/2015 Período de Referência: Dezembro / 2014

Pág 2 / 3

Doação	0,00	Devolução de Bens	0,00
Transferencia	0,00	Transferências	0,00
Permuta	0,00	Permuta	0,00
Apreensão	0,00	Inservibilidade	763,61
Outras Incorporações de Bens Móveis	0,00	Outras Baixas de Bens Móveis	0,00
Bens de Estoque	68.681,60	Bens de Estoque	0,00
Incorporação de Bens Intangíveis	0,00	Baixa de Bens Intangíveis	0,00
Incorporação de Títulos e Valores	0,00	Baixa de Títulos e Valores	0,00
Incorporação de Disponibilidades	0,00	Outras Baixas de Valores	0,00
Incorporação de Direitos	0,00	Desincorporação de Disponibilidades	0,00
Créditos a Receber	0,00	Baixa de Direitos	0,00
Fornecimentos a Receber	0,00	Créditos a receber	0,00
Recursos de Restos a Pagar	0,00	Fornecimentos a Receber	0,00
Recursos de Limite a Receber	0,00	Recursos de Restos a Pagar	0,00
Créditos Tributários	0,00	Recursos de Limite a Receber de Restos a Pagar	0,00
Recursos Especiais a Receber	0,00	Créditos Tributários	0,00
Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00	Recursos Especiais a Receber	0,00
Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos de Contribuições	0,00	Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00
Créditos Tributários	0,00	Dívida Ativa - Cancelamentos	0,00
Outros Créditos a Receber	0,00	Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	0,00
Créditos Diversos a Receber	0,00	Dívida Ativa - Anistia/Perdão	0,00
Devedores Entidades e Agentes	0,00	Dívida Ativa - Baixa pela Inscrição	0,00
Entidades Devedoras	0,00	Outros Créditos a Receber	0,00
Agentes Devedores	0,00	Créditos Diversos a Receber	0,00
Diversos Responsáveis - Inscrição	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Entidades Devedoras	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Agentes Devedores	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Diversos Responsáveis	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Depósitos Realizáveis	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Valores Pendentes	931,65	Adiantamentos Concedidos	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis	0,00
Dívida Ativa - Inscrição	0,00	Valores Pendentes	0,00
Dívida Ativa - Ajuste	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos Tributários (Exercício)	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Fornecimento a Receber	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Créditos Parcelados - Cancelamento	0,00
Créditos Tributários	0,00	Créditos Administrativos - Cancelamento	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Empréstimo e Financiamento	0,00
Incorporação de Outros Direitos	0,00	Créditos Tributários	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Dívida Ativa - Ajuste	0,00
		Dívida Ativa - Cancelamento	0,00
		Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	0,00
		Dívida Ativa - Anistia/Perdão	0,00
		Baixa de Créditos para Inscrição da Dívida Ativa	0,00
		Baixa de Outros Direitos	0,00
		Baixa de Direitos a Incorporar pela Inscrição de Restos a Pagar	0,00

Independentes da Execução Orçamentária			
AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	6.709,25	AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	49.317,57
Valorização de Bens	0,00	Desvalorização de Bens	0,00
Bens Imóveis	0,00	Bens Imóveis	0,00
Bens Móveis	0,00	Bens Móveis	0,00
Bens Intangíveis	0,00	Bens Intangíveis	0,00
Bens de Estoque	0,00	Bens de Estoque	0,00
Outros Bens	0,00	Outros Bens	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00
Ajustes de Créditos	0,00	Ajustes de Créditos	0,00
Reversão da Provisão Dev. Duvidosos	0,00	Provisão para Devedores Duvidosos	0,00
Ágios	0,00	Deságios	0,00
Atualização Monetária Financeira	0,00	Atualização Monetária Não Financeira	0,00
Atualização Monetária não Financeira	0,00	Baixa de CM da Dívida Ativa	0,00
Dívida Ativa - Atualização Monetária	0,00	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00

IPM - Informática Ltda

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

Prestação de Contas

Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais

: 28/02/2015 Período de Referência: Dezembro / 2014

Pág 3 / 3

Diversos Responsáveis	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Créditos a Receber	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Provisão para Perdas Prováveis	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	Variação Cambial	0,00
Títulos e Valores	0,00	Depreciação, Amortização e Exaustão	49.317,57
Créditos Parcelados	0,00	Depreciações	49.317,57
Créditos Administrativos	0,00	Amortizações	0,00
Juros	0,00	Exaustões	0,00
Dívida Ativa - Juros e Multas	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	15.668,64
Outros Juros	0,00	Incorporação de Obrigações	15.668,64
Variação Cambial	0,00	Operação de Crédito - Em Contratos	0,00
Multas	0,00	Operação de Crédito - Em Títulos	0,00
Reversão da Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Obrigações de Exercícios Anteriores	0,00
Outros Ajustes Patrimoniais	0,00	Recursos a Liberar	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	6.282,25	Provisões	15.300,51
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	427,00	Depósitos Exigíveis	0,00
AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	0,00	Obrigações Tributárias	0,00
VALORIZAÇÃO DIVERSAS	0,00	Pessoal a Pagar	0,00
AJUSTES MONETÁRIOS DE BALANÇOS	0,00	Ágios	0,00
RESULTADO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	0,00	Obrigações de Exercícios Anteriores	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	Obrigações com Encargos Sociais	0,00
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS DIVERSOS	0,00	Entidades Credoras	0,00
		Precatórios	0,00
		Restos a Pagar	0,00
		Obrigações Tributárias - Patrimonial	0,00
		Entidades de Previdência Complementar	0,00
		Encargos Patronais - RPPS	368,13
		Outras Obrigações	0,00
		Outros Débitos	0,00
		Outras Incorporações de Obrigações	0,00
		AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	0,00
		AJUSTES MONETÁRIOS DO BALANÇO	0,00
		AJUSTES DE EXERCÍCIO ANTERIORES	0,00
		DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS DIVERSOS	0,00
Total das Variações Ativas	1.936.806,66	Total das Variações Passivas	1.828.715,74
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	108.090,92
Déficit Verificado	0,00	Superávit Verificado	108.090,92
TOTAL GERAL	1.936.806,66	TOTAL GERAL	1.936.806,66

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Data Emissão: 28/fev/2015 Hora de emissão: 08h e 30m

Notas:

LAURI GARBOSSA
Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

6-ANEXO 15- DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FMC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
Prestação de Contas
Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
 : 27/02/2015 Período de Referência: Dezembro / 2014

Pág 1 / 3

Art. 105 da Lei n. 4.320/1964

Variações Ativas		Variações Passivas	
Resultantes da Execução Orçamentária			
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	333.623,99	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	2.167.030,25
Receitas Correntes	186.083,47	Despesas Correntes	1.501.811,26
Receitas Tributárias	0,00	Pessoal e Encargos Sociais	612.807,55
Receitas de Contribuições	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas Patrimoniais	94.795,93	Outras Despesas Correntes	812.931,20
Receitas Agropecuárias	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	76.072,51
Receitas Industriais	0,00	Despesas de Capital	665.218,99
Receitas de Serviços	264,50	Investimentos	665.218,99
Transferências Correntes	80.000,00	Inversões Financeiras	0,00
Outras Receitas Correntes	11.023,04	Amortizações da Dívida	0,00
(-) Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	0,00		
(-) Ded. da Rec. Intra-Orçamentária Corrente	0,00		
Receitas de Capital	147.540,52		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	147.540,52		
Outras Receitas Capital	0,00		
(-) Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária de Capital	0,00		
(-)Deduções da Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	1.615.365,12	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	1.615.365,12	Transferências Financeiras Concedidas	0,00

Mutações Patrimoniais			
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.298.660,62	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00
Aquisição de Bens	1.298.660,62	Alienação de Bens	0,00
Bens Imóveis	1.283.762,12	Bens Imóveis	0,00
Bens Móveis	14.898,50	Bens Móveis	0,00
Títulos e Valores	0,00	Demais Alienações	0,00
Bens Intangíveis	0,00	Liquidação de Créditos	0,00
Outras Aquisições de Bens	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Incorporação de Créditos	0,00	Recebimento de Dívida Ativa	0,00
Custo de Bens e Serviços - Incorporação	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Gastos de Despesas Diferidas	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Dividendos	0,00
		Créditos Diversos a Receber	0,00
		Entidades Devedoras	0,00
		Outras Liquidações de Créditos	0,00
		Custo de Bens e Serviços Baixa	0,00
		Outras Desincorporações de Ativos	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
Operações de Créditos - Em Contratos	0,00	Operações de Créditos - Em Contratos	0,00
Juros e Encargos	0,00	Aumento de Capital	0,00
Operações de Créditos - Em Títulos	0,00	Operações de Crédito - Em Títulos	0,00
Adiantamentos Recebidos	0,00	Adiantamentos Recebidos	0,00
Entidades Credoras	0,00	Créditos de Exercícios Anteriores	0,00
Dividendos	0,00	Operações com Duplicatas Descontadas	0,00
Operações Especiais	0,00	Recebimento de Depósitos Judiciais	0,00
Amortização de Débitos	0,00	Outras Incorporações de Passivos	0,00
Outras Desincorporações de Passivos	0,00		

Independentes da Execução Orçamentária			
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	293.172,44	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	54.185,81
Incorporação de Ativos	293.172,44	Desincorporação de Ativos	54.185,81
Incorporação de Bens Imóveis	0,00	Baixa de Bens Imóveis	0,00
Incorporação de Bens Móveis	642,80	Baixa de Bens Móveis	0,00
Bens Móveis de Uso Permanente	642,80	Bens Móveis de Uso Permanente	0,00
Aquisição	0,00	Doações Intra-Orçamentárias	0,00
Doações Intra-Orçamentárias	0,00	Perda	0,00
Produção	0,00	Doações	0,00

IPM - Informática Ltda



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
Prestação de Contas
Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
 : 27/02/2015 Período de Referência: Dezembro / 2014

Pág 2 / 3

Doação	0,00	Devolução de Bens	0,00
Transferencia	642,80	Transferências	0,00
Permuta	0,00	Permuta	0,00
Apreensão	0,00	Inservibilidade	0,00
Outras Incorporações de Bens Móveis	0,00	Outras Baixas de Bens Móveis	0,00
Bens de Estoque	56.905,85	Bens de Estoque	54.185,81
Incorporação de Bens Intangíveis	0,00	Baixa de Bens Intangíveis	0,00
Incorporação de Títulos e Valores	0,00	Baixa de Títulos e Valores	0,00
Incorporação de Disponibilidades	0,00	Outras Baixas de Valores	0,00
Incorporação de Direitos	0,00	Desincorporação de Disponibilidades	0,00
Créditos a Receber	0,00	Baixa de Direitos	0,00
Fornecimentos a Receber	0,00	Créditos a receber	0,00
Recursos de Restos a Pagar	0,00	Fornecimentos a Receber	0,00
Recursos de Limite a Receber	0,00	Recursos de Restos a Pagar	0,00
Créditos Tributários	0,00	Recursos de Limite a Receber de Restos a Pagar	0,00
Recursos Especiais a Receber	0,00	Créditos Tributários	0,00
Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00	Recursos Especiais a Receber	0,00
Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos de Contribuições	0,00	Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00
Créditos Tributários	0,00	Dívida Ativa - Cancelamentos	0,00
Outros Créditos a Receber	0,00	Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	0,00
Créditos Diversos a Receber	0,00	Dívida Ativa - Anistia/Perdão	0,00
Devedores Entidades e Agentes	233.189,32	Dívida Ativa - Baixa pela Inscrição	0,00
Entidades Devedoras	233.189,32	Outros Créditos a Receber	0,00
Agentes Devedores	0,00	Créditos Diversos a Receber	0,00
Diversos Responsáveis - Inscrição	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Entidades Devedoras	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Agentes Devedores	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Diversos Responsáveis	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Depósitos Realizáveis	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Valores Pendentes	2.434,47	Adiantamentos Concedidos	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis	0,00
Dívida Ativa - Inscrição	0,00	Valores Pendentes	0,00
Dívida Ativa - Ajuste	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos Tributários (Exercício)	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Fornecimento a Receber	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Créditos Parcelados - Cancelamento	0,00
Créditos Tributários	0,00	Créditos Administrativos - Cancelamento	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Empréstimo e Financiamento	0,00
Incorporação de Outros Direitos	0,00	Créditos Tributários	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Dívida Ativa - Ajuste	0,00
		Dívida Ativa - Cancelamento	0,00
		Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	0,00
		Dívida Ativa - Anistia/Perdão	0,00
		Baixa de Créditos para Inscrição da Dívida Ativa	0,00
		Baixa de Outros Direitos	0,00
		Baixa de Direitos a Incorporar pela Inscrição de Restos a Pagar	0,00

Independentes da Execução Orçamentária			
AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	99.532,48	AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	30.622,28
Valorização de Bens	0,00	Desvalorização de Bens	0,00
Bens Imóveis	0,00	Bens Imóveis	0,00
Bens Móveis	0,00	Bens Móveis	0,00
Bens Intangíveis	0,00	Bens Intangíveis	0,00
Bens de Estoque	0,00	Bens de Estoque	0,00
Outros Bens	0,00	Outros Bens	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00
Ajustes de Créditos	0,00	Ajustes de Créditos	0,00
Reversão da Provisão Dev. Duvidosos	0,00	Provisão para Devedores Duvidosos	0,00
Ágios	0,00	Deságios	0,00
Atualização Monetária Financeira	0,00	Atualização Monetária Não Financeira	0,00
Atualização Monetária não Financeira	0,00	Baixa de CM da Dívida Ativa	0,00
Dívida Ativa - Atualização Monetária	0,00	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00

IPM - Informática Ltda



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
Prestação de Contas
Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
 : 27/02/2015 Período de Referência: Dezembro / 2014

Pág 3 / 3

Diversos Responsáveis	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Créditos a Receber	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Provisão para Perdas Prováveis	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	Variação Cambial	0,00
Títulos e Valores	0,00	Depreciação, Amortização e Exaustão	30.622,28
Créditos Parcelados	0,00	Depreciações	30.622,28
Créditos Administrativos	0,00	Amortizações	0,00
Juros	0,00	Exaustões	0,00
Dívida Ativa - Juros e Multas	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	158.262,78
Outros Juros	0,00	Incorporação de Obrigações	158.262,78
Variação Cambial	0,00	Operação de Crédito - Em Contratos	0,00
Multas	0,00	Operação de Crédito - Em Títulos	0,00
Reversão da Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Obrigações de Exercícios Anteriores	0,00
Outros Ajustes Patrimoniais	0,00	Recursos a Liberar	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	95.603,28	Provisões	158.262,78
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	3.929,20	Depósitos Exigíveis	0,00
AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	0,00	Obrigações Tributárias	0,00
VALORIZAÇÃO DIVERSAS	0,00	Pessoal a Pagar	0,00
AJUSTES MONETÁRIOS DE BALANÇOS	0,00	Ágios	0,00
RESULTADO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	0,00	Obrigações de Exercícios Anteriores	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	Obrigações com Encargos Sociais	0,00
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS DIVERSOS	0,00	Entidades Credoras	0,00
		Precatórios	0,00
		Restos a Pagar	0,00
		Obrigações Tributárias - Patrimonial	0,00
		Entidades de Previdência Complementar	0,00
		Encargos Patronais - RPPS	0,00
		Outras Obrigações	0,00
		Outros Débitos	0,00
		Outras Incorporações de Obrigações	0,00
		AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	0,00
		AJUSTES MONETÁRIOS DO BALANÇO	0,00
		AJUSTES DE EXERCÍCIO ANTERIORES	0,00
		DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS DIVERSOS	0,00
Total das Variações Ativas	3.640.354,65	Total das Variações Passivas	2.410.101,12
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	1.230.253,53
Déficit Verificado	0,00	Superávit Verificado	1.230.253,53
TOTAL GERAL	3.640.354,65	TOTAL GERAL	3.640.354,65

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Data Emissão: 27/fev/2015 Hora de emissão: 16h e 38m

Notas:

 GILMAR LUIZ MONTICELLI
 Ordenador de Despesa
 CPF: 210.578.850-53

 LEANDRO BOEIRA ZORZAN
 Contador
 CRC/SC 090502/O-4

6-ANEXO 15- DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FMEC

FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES
Prestação de Contas
Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
 : 28/02/2015 Período de Referência: Dezembro / 2014

Pág 1 / 3

Art. 105 da Lei n. 4.320/1964

Variações Ativas		Variações Passivas	
Resultantes da Execução Orçamentária			
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	97.320,88	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	4.374.237,38
Receitas Correntes	97.320,88	Despesas Correntes	4.255.978,38
Receitas Tributárias	0,00	Pessoal e Encargos Sociais	1.058.187,90
Receitas de Contribuições	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas Patrimoniais	10.904,45	Outras Despesas Correntes	3.079.167,54
Receitas Agropecuárias	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	118.622,94
Receitas Industriais	0,00	Despesas de Capital	118.259,00
Receitas de Serviços	68.646,41	Investimentos	118.259,00
Transferências Correntes	0,00	Inversões Financeiras	0,00
Outras Receitas Correntes	17.770,02	Amortizações da Dívida	0,00
(-) Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	0,00		
(-) Ded. da Rec. Intra-Orçamentária Corrente	0,00		
Receitas de Capital	0,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas Capital	0,00		
(-) Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária de Capital	0,00		
(-)Deduções da Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	4.267.873,60	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	4.267.873,60	Transferências Financeiras Concedidas	0,00

Mutações Patrimoniais			
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	79.492,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00
Aquisição de Bens	79.492,00	Alienação de Bens	0,00
Bens Imóveis	69.903,00	Bens Imóveis	0,00
Bens Móveis	9.589,00	Bens Móveis	0,00
Títulos e Valores	0,00	Demais Alienações	0,00
Bens Intangíveis	0,00	Liquidação de Créditos	0,00
Outras Aquisições de Bens	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Incorporação de Créditos	0,00	Recebimento de Dívida Ativa	0,00
Custo de Bens e Serviços - Incorporação	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Gastos de Despesas Diferidas	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Dividendos	0,00
		Créditos Diversos a Receber	0,00
		Entidades Devedoras	0,00
		Outras Liquidações de Créditos	0,00
		Custo de Bens e Serviços Baixa	0,00
		Outras Desincorporações de Ativos	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
Operações de Créditos - Em Contratos	0,00	Operações de Créditos - Em Contratos	0,00
Juros e Encargos	0,00	Aumento de Capital	0,00
Operações de Créditos - Em Títulos	0,00	Operações de Crédito - Em Títulos	0,00
Adiantamentos Recebidos	0,00	Adiantamentos Recebidos	0,00
Entidades Credoras	0,00	Créditos de Exercícios Anteriores	0,00
Dividendos	0,00	Operações com Duplicatas Descontadas	0,00
Operações Especiais	0,00	Recebimento de Depósitos Judiciais	0,00
Amortização de Débitos	0,00	Outras Incorporações de Passivos	0,00
Outras Desincorporações de Passivos	0,00		

Independentes da Execução Orçamentária			
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	41.126,36	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	1.116,06
Incorporação de Ativos	41.126,36	Desincorporação de Ativos	1.116,06
Incorporação de Bens Imóveis	0,00	Baixa de Bens Imóveis	0,00
Incorporação de Bens Móveis	0,00	Baixa de Bens Móveis	1.116,06
Bens Móveis de Uso Permanente	0,00	Bens Móveis de Uso Permanente	1.116,06
Aquisição	0,00	Doações Intra-Orçamentárias	0,00
Doações Intra-Orçamentárias	0,00	Perda	0,00
Produção	0,00	Doações	0,00

IPM - Informática Ltda



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Prestação de Contas
Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
 : 28/02/2015 Período de Referência: Dezembro / 2014

Pág 2 / 3

Doação	0,00	Devolução de Bens	0,00
Transferencia	0,00	Transferências	0,00
Permuta	0,00	Permuta	0,00
Apreensão	0,00	Inservibilidade	1.116,06
Outras Incorporações de Bens Móveis	0,00	Outras Baixas de Bens Móveis	0,00
Bens de Estoque	39.557,00	Bens de Estoque	0,00
Incorporação de Bens Intangíveis	0,00	Baixa de Bens Intangíveis	0,00
Incorporação de Títulos e Valores	0,00	Baixa de Títulos e Valores	0,00
Incorporação de Disponibilidades	0,00	Outras Baixas de Valores	0,00
Incorporação de Direitos	0,00	Desincorporação de Disponibilidades	0,00
Créditos a Receber	0,00	Baixa de Direitos	0,00
Fornecimentos a Receber	0,00	Créditos a receber	0,00
Recursos de Restos a Pagar	0,00	Fornecimentos a Receber	0,00
Recursos de Limite a Receber	0,00	Recursos de Restos a Pagar	0,00
Créditos Tributários	0,00	Recursos de Limite a Receber de Restos a Pagar	0,00
Recursos Especiais a Receber	0,00	Créditos Tributários	0,00
Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00	Recursos Especiais a Receber	0,00
Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos de Contribuições	0,00	Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00
Créditos Tributários	0,00	Dívida Ativa - Cancelamentos	0,00
Outros Créditos a Receber	0,00	Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	0,00
Créditos Diversos a Receber	0,00	Dívida Ativa - Anistia/Perdão	0,00
Devedores Entidades e Agentes	0,00	Dívida Ativa - Baixa pela Inscrição	0,00
Entidades Devedoras	0,00	Outros Créditos a Receber	0,00
Agentes Devedores	0,00	Créditos Diversos a Receber	0,00
Diversos Responsáveis - Inscrição	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Entidades Devedoras	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Agentes Devedores	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Diversos Responsáveis	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Depósitos Realizáveis	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Valores Pendentes	1.569,36	Adiantamentos Concedidos	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis	0,00
Dívida Ativa - Inscrição	0,00	Valores Pendentes	0,00
Dívida Ativa - Ajuste	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos Tributários (Exercício)	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Fornecimento a Receber	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Créditos Parcelados - Cancelamento	0,00
Créditos Tributários	0,00	Créditos Administrativos - Cancelamento	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Empréstimo e Financiamento	0,00
Incorporação de Outros Direitos	0,00	Créditos Tributários	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Dívida Ativa - Ajuste	0,00
		Dívida Ativa - Cancelamento	0,00
		Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	0,00
		Dívida Ativa - Anistia/Perdão	0,00
		Baixa de Créditos para Inscrição da Dívida Ativa	0,00
		Baixa de Outros Direitos	0,00
		Baixa de Direitos a Incorporar pela Inscrição de Restos a Pagar	0,00

Independentes da Execução Orçamentária			
AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	123.441,48	AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	19.149,76
Valorização de Bens	0,00	Desvalorização de Bens	0,00
Bens Imóveis	0,00	Bens Imóveis	0,00
Bens Móveis	0,00	Bens Móveis	0,00
Bens Intangíveis	0,00	Bens Intangíveis	0,00
Bens de Estoque	0,00	Bens de Estoque	0,00
Outros Bens	0,00	Outros Bens	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00
Ajustes de Créditos	0,00	Ajustes de Créditos	0,00
Reversão da Provisão Dev. Duvidosos	0,00	Provisão para Devedores Duvidosos	0,00
Ágios	0,00	Deságios	0,00
Atualização Monetária Financeira	0,00	Atualização Monetária Não Financeira	0,00
Atualização Monetária não Financeira	0,00	Baixa de CM da Dívida Ativa	0,00
Dívida Ativa - Atualização Monetária	0,00	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00

IPM - Informática Ltda



FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES
Prestação de Contas
Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
: 28/02/2015 Período de Referência: Dezembro / 2014

Pág 3 / 3

Diversos Responsáveis	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Créditos a Receber	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Provisão para Perdas Prováveis	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	Variação Cambial	0,00
Títulos e Valores	0,00	Depreciação, Amortização e Exaustão	19.149,76
Créditos Parcelados	0,00	Depreciações	19.149,76
Créditos Administrativos	0,00	Amortizações	0,00
Juros	0,00	Exaustões	0,00
Dívida Ativa - Juros e Multas	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	275.224,22
Outros Juros	0,00	Incorporação de Obrigações	275.224,22
Variação Cambial	0,00	Operação de Crédito - Em Contratos	0,00
Multas	0,00	Operação de Crédito - Em Títulos	0,00
Reversão da Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Obrigações de Exercícios Anteriores	0,00
Outros Ajustes Patrimoniais	0,00	Recursos a Liberar	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	121.872,77	Provisões	275.224,22
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	1.568,71	Depósitos Exigíveis	0,00
AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	0,00	Obrigações Tributárias	0,00
VALORIZAÇÃO DIVERSAS	0,00	Pessoal a Pagar	0,00
AJUSTES MONETÁRIOS DE BALANÇOS	0,00	Ágios	0,00
RESULTADO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	0,00	Obrigações de Exercícios Anteriores	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	Obrigações com Encargos Sociais	0,00
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS DIVERSOS	0,00	Entidades Credoras	0,00
		Precatórios	0,00
		Restos a Pagar	0,00
		Obrigações Tributárias - Patrimonial	0,00
		Entidades de Previdência Complementar	0,00
		Encargos Patronais - RPPS	0,00
		Outras Obrigações	0,00
		Outros Débitos	0,00
		Outras Incorporações de Obrigações	0,00
		AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	0,00
		AJUSTES MONETÁRIOS DO BALANÇO	0,00
		AJUSTES DE EXERCÍCIO ANTERIORES	0,00
		DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS DIVERSOS	0,00
Total das Variações Ativas	4.609.254,32	Total das Variações Passivas	4.669.727,42
RESULTADO PATRIMONIAL	60.473,10	RESULTADO PATRIMONIAL	0,00
Déficit Verificado	60.473,10	Superávit Verificado	0,00
TOTAL GERAL	4.669.727,42	TOTAL GERAL	4.669.727,42

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Data Emissão: 28/fev/2015 **Hora de emissão:** 08h e 49m

Notas:

VILMAR ANTONIO BENTZ
Ordenador da Despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

6-ANEXO 15- DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FMS**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA**

Pág 1 / 3

Prestação de Contas**Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais**

: 28/02/2015 Período de Referência: Dezembro / 2014

Art. 105 da Lei n. 4.320/1964

Variações Ativas		Variações Passivas	
Resultantes da Execução Orçamentária			
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	31.279.356,13	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	56.615.214,07
Receitas Correntes	29.910.776,13	Despesas Correntes	53.229.497,90
Receitas Tributárias	358.162,65	Pessoal e Encargos Sociais	15.879.769,06
Receitas de Contribuições	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas Patrimoniais	282.991,23	Outras Despesas Correntes	35.527.658,22
Receitas Agropecuárias	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	1.822.070,62
Receitas Industriais	0,00	Despesas de Capital	3.385.716,17
Receitas de Serviços	0,00	Investimentos	3.385.716,17
Transferências Correntes	29.244.948,96	Inversões Financeiras	0,00
Outras Receitas Correntes	24.673,29	Amortizações da Dívida	0,00
(-) Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	0,00		
(-) Ded. da Rec. Intra-Orçamentária Corrente	0,00		
Receitas de Capital	1.368.580,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	57.400,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	1.311.180,00		
Outras Receitas Capital	0,00		
(-) Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária de Capital	0,00		
(-)Deduções da Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	24.542.866,04	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	24.542.866,04	Transferências Financeiras Concedidas	0,00

Mutações Patrimoniais			
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.859.651,26	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	57.559,61
Aquisição de Bens	1.859.651,26	Alienação de Bens	57.400,00
Bens Imóveis	1.543.332,61	Bens Imóveis	0,00
Bens Móveis	316.318,65	Bens Móveis	57.400,00
Títulos e Valores	0,00	Demais Alienações	0,00
Bens Intangíveis	0,00	Liquidação de Créditos	159,61
Outras Aquisições de Bens	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Incorporação de Créditos	0,00	Recebimento de Dívida Ativa	0,00
Custo de Bens e Serviços - Incorporação	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Gastos de Despesas Diferidas	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Dividendos	0,00
		Créditos Diversos a Receber	159,61
		Entidades Devedoras	0,00
		Outras Liquidações de Créditos	0,00
		Custo de Bens e Serviços Baixa	0,00
		Outras Desincorporações de Ativos	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
Operações de Créditos - Em Contratos	0,00	Operações de Créditos - Em Contratos	0,00
Juros e Encargos	0,00	Aumento de Capital	0,00
Operações de Créditos - Em Títulos	0,00	Operações de Crédito - Em Títulos	0,00
Adiantamentos Recebidos	0,00	Adiantamentos Recebidos	0,00
Entidades Credoras	0,00	Créditos de Exercícios Anteriores	0,00
Dividendos	0,00	Operações com Duplicatas Descontadas	0,00
Operações Especiais	0,00	Recebimento de Depósitos Judiciais	0,00
Amortização de Débitos	0,00	Outras Incorporações de Passivos	0,00
Outras Desincorporações de Passivos	0,00		

Independentes da Execução Orçamentária			
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	2.022.601,44	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	12,94
Incorporação de Ativos	2.022.601,44	Desincorporação de Ativos	12,94
Incorporação de Bens Imóveis	27.701,29	Baixa de Bens Imóveis	0,00
Incorporação de Bens Móveis	627,95	Baixa de Bens Móveis	12,94
Bens Móveis de Uso Permanente	627,95	Bens Móveis de Uso Permanente	12,94
Aquisição	627,95	Doações Intra-Orçamentárias	0,00
Doações Intra-Orçamentárias	0,00	Perda	0,00
Produção	0,00	Doações	0,00

IPM - Informática Ltda

**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA**

Pág 2 / 3

Prestação de Contas**Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais**

: 28/02/2015 Período de Referência: Dezembro / 2014

Doação	0,00	Devolução de Bens	0,00
Transferencia	0,00	Transferências	0,00
Permuta	0,00	Permuta	0,00
Apreensão	0,00	Inservibilidade	12,94
Outras Incorporações de Bens Móveis	0,00	Outras Baixas de Bens Móveis	0,00
Bens de Estoque	1.990.376,15	Bens de Estoque	0,00
Incorporação de Bens Intangíveis	0,00	Baixa de Bens Intangíveis	0,00
Incorporação de Títulos e Valores	0,00	Baixa de Títulos e Valores	0,00
Incorporação de Disponibilidades	0,00	Outras Baixas de Valores	0,00
Incorporação de Direitos	0,00	Desincorporação de Disponibilidades	0,00
Créditos a Receber	0,00	Baixa de Direitos	0,00
Fornecimentos a Receber	0,00	Créditos a receber	0,00
Recursos de Restos a Pagar	0,00	Fornecimentos a Receber	0,00
Recursos de Limite a Receber	0,00	Recursos de Restos a Pagar	0,00
Créditos Tributários	0,00	Recursos de Limite a Receber de Restos a Pagar	0,00
Recursos Especiais a Receber	0,00	Créditos Tributários	0,00
Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00	Recursos Especiais a Receber	0,00
Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos de Contribuições	0,00	Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00
Créditos Tributários	0,00	Dívida Ativa - Cancelamentos	0,00
Outros Créditos a Receber	0,00	Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	0,00
Créditos Diversos a Receber	0,00	Dívida Ativa - Anistia/Perdão	0,00
Devedores Entidades e Agentes	0,00	Dívida Ativa - Baixa pela Inscrição	0,00
Entidades Devedoras	0,00	Outros Créditos a Receber	0,00
Agentes Devedores	0,00	Créditos Diversos a Receber	0,00
Diversos Responsáveis - Inscrição	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Entidades Devedoras	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Agentes Devedores	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Diversos Responsáveis	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Depósitos Realizáveis	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Valores Pendentes	3.896,05	Adiantamentos Concedidos	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis	0,00
Dívida Ativa - Inscrição	0,00	Valores Pendentes	0,00
Dívida Ativa - Ajuste	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos Tributários (Exercício)	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Fornecimento a Receber	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Créditos Parcelados - Cancelamento	0,00
Créditos Tributários	0,00	Créditos Administrativos - Cancelamento	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Empréstimo e Financiamento	0,00
Incorporação de Outros Direitos	0,00	Créditos Tributários	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Dívida Ativa - Ajuste	0,00
		Dívida Ativa - Cancelamento	0,00
		Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	0,00
		Dívida Ativa - Anistia/Perdão	0,00
		Baixa de Créditos para Inscrição da Dívida Ativa	0,00
		Baixa de Outros Direitos	0,00
		Baixa de Direitos a Incorporar pela Inscrição de Restos a Pagar	0,00

Independentes da Execução Orçamentária			
AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	2.240.167,58	AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	284.592,92
Valorização de Bens	0,00	Desvalorização de Bens	0,00
Bens Imóveis	0,00	Bens Imóveis	0,00
Bens Móveis	0,00	Bens Móveis	0,00
Bens Intangíveis	0,00	Bens Intangíveis	0,00
Bens de Estoque	0,00	Bens de Estoque	0,00
Outros Bens	0,00	Outros Bens	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00
Ajustes de Créditos	0,00	Ajustes de Créditos	0,00
Reversão da Provisão Dev. Duvidosos	0,00	Provisão para Devedores Duvidosos	0,00
Ágios	0,00	Deságios	0,00
Atualização Monetária Financeira	0,00	Atualização Monetária Não Financeira	0,00
Atualização Monetária não Financeira	0,00	Baixa de CM da Dívida Ativa	0,00
Dívida Ativa - Atualização Monetária	0,00	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00

IPM - Informática Ltda

**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA**

Prestação de Contas

Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais

: 28/02/2015 Período de Referência: Dezembro / 2014

Pág 3 / 3

Diversos Responsáveis	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Créditos a Receber	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Provisão para Perdas Prováveis	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	Variação Cambial	0,00
Títulos e Valores	0,00	Depreciação, Amortização e Exaustão	284.592,92
Créditos Parcelados	0,00	Depreciações	284.592,92
Créditos Administrativos	0,00	Amortizações	0,00
Juros	0,00	Exaustões	0,00
Dívida Ativa - Juros e Multas	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	3.053.266,36
Outros Juros	0,00	Incorporação de Obrigações	3.053.266,36
Variação Cambial	0,00	Operação de Crédito - Em Contratos	0,00
Multas	0,00	Operação de Crédito - Em Títulos	0,00
Reversão da Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Obrigações de Exercícios Anteriores	0,00
Outros Ajustes Patrimoniais	0,00	Recursos a Liberar	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.032.054,42	Provisões	3.053.266,36
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	208.113,16	Depósitos Exigíveis	0,00
AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	0,00	Obrigações Tributárias	0,00
VALORIZAÇÃO DIVERSAS	0,00	Pessoal a Pagar	0,00
AJUSTES MONETÁRIOS DE BALANÇOS	0,00	Ágios	0,00
RESULTADO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	0,00	Obrigações de Exercícios Anteriores	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	Obrigações com Encargos Sociais	0,00
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS DIVERSOS	0,00	Entidades Credoras	0,00
		Precatórios	0,00
		Restos a Pagar	0,00
		Obrigações Tributárias - Patrimonial	0,00
		Entidades de Previdência Complementar	0,00
		Encargos Patronais - RPPS	0,00
		Outras Obrigações	0,00
		Outros Débitos	0,00
		Outras Incorporações de Obrigações	0,00
		AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	0,00
		AJUSTES MONETÁRIOS DO BALANÇO	0,00
		AJUSTES DE EXERCÍCIO ANTERIORES	0,00
		DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS DIVERSOS	0,00
Total das Variações Ativas	61.944.642,45	Total das Variações Passivas	60.010.645,90
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	1.933.996,55
Déficit Verificado	0,00	Superávit Verificado	1.933.996,55
TOTAL GERAL	61.944.642,45	TOTAL GERAL	61.944.642,45

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Data Emissão: 28/fev/2015 Hora de emissão: 09h e 43m

Notas:

ALESSANDRO VERNIZE
Ordenador de Despesa

ROSA MARIA SELA SGARABOTTO
Tec. Contábil
CRC/SC 17.218

6-ANEXO 15- DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PMC**MUNICÍPIO DE CONCORDIA****Prestação de Contas****Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais**

: 17/03/2015 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2014 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

Pág 1 / 3

Art. 105 da Lei n. 4.320/1964

Variações Ativas		Variações Passivas	
Resultantes da Execução Orçamentária			
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	157.318.202,83	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	120.513.804,41
Receitas Correntes	146.989.830,30	Despesas Correntes	94.740.999,22
Receitas Tributárias	26.831.387,96	Pessoal e Encargos Sociais	47.536.624,64
Receitas de Contribuições	4.517.404,61	Juros e Encargos da Dívida	36.000,00
Receitas Patrimoniais	4.617.821,08	Outras Despesas Correntes	38.974.916,72
Receitas Agropecuárias	10.862,36	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	8.193.457,86
Receitas Industriais	0,00	Despesas de Capital	25.772.805,19
Receitas de Serviços	2.623.270,17	Investimentos	25.583.213,37
Transferências Correntes	117.675.364,23	Inversões Financeiras	0,00
Outras Receitas Correntes	6.075.919,27	Amortizações da Dívida	189.591,82
(-) Deduções da Receita Corrente	15.362.199,38	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	1.808.102,09		
(-) Ded. da Rec. Intra-Orçamentária Corrente	0,00		
Receitas de Capital	8.520.270,44		
Operações de Crédito	3.469.600,48		
Alienação de Bens	211.237,13		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	4.839.432,83		
Outras Receitas Capital	0,00		
(-) Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária de Capital	0,00		
(-)Deduções da Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	497.047,62	Interferências Passivas	35.506.690,94
Transferências Financeiras Recebidas	497.047,62	Transferências Financeiras Concedidas	35.506.690,94

Mutações Patrimoniais			
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	12.636.979,83	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.975.571,87
Aquisição de Bens	12.636.911,73	Alienação de Bens	206.454,91
Bens Imóveis	7.065.919,76	Bens Imóveis	28.673,91
Bens Móveis	5.570.991,97	Bens Móveis	138.200,00
Títulos e Valores	0,00	Demais Alienações	39.581,00
Bens Intangíveis	0,00	Liquidação de Créditos	1.769.116,96
Outras Aquisições de Bens	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Incorporação de Créditos	68,10	Recebimento de Dívida Ativa	1.769.048,86
Custo de Bens e Serviços - Incorporação	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Gastos de Despesas Diferidas	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Dividendos	0,00
		Créditos Diversos a Receber	68,10
		Entidades Devedoras	0,00
		Outras Liquidações de Créditos	0,00
		Custo de Bens e Serviços Baixa	0,00
		Outras Desincorporações de Ativos	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	499.917,49	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	8.000.000,00
Operações de Créditos - Em Contratos	36.000,00	Operações de Créditos - Em Contratos	8.000.000,00
Juros e Encargos	0,00	Aumento de Capital	0,00
Operações de Créditos - Em Títulos	0,00	Operações de Crédito - Em Títulos	0,00
Adiantamentos Recebidos	0,00	Adiantamentos Recebidos	0,00
Entidades Credoras	0,00	Créditos de Exercícios Anteriores	0,00
Dividendos	0,00	Operações com Duplicatas Descontadas	0,00
Operações Especiais	0,00	Recebimento de Depósitos Judiciais	0,00
Amortização de Débitos	0,00	Outras Incorporações de Passivos	0,00
Outras Desincorporações de Passivos	463.917,49		

Independentes da Execução Orçamentária			
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	19.618.677,98	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	3.687.314,40
Incorporação de Ativos	19.618.677,98	Desincorporação de Ativos	3.687.314,40
Incorporação de Bens Imóveis	2.307.921,99	Baixa de Bens Imóveis	2.189.877,83
Incorporação de Bens Móveis	14.570,59	Baixa de Bens Móveis	69.942,36
Bens Móveis de Uso Permanente	14.570,59	Bens Móveis de Uso Permanente	69.942,36
Aquisição	0,00	Doações Intra-Orçamentárias	0,00
Doações Intra-Orçamentárias	0,00	Perda	24.794,83
Produção	0,00	Doações	0,00

IPM - Informática Ltda

**MUNICÍPIO DE CONCORDIA****Prestação de Contas****Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais**

: 17/03/2015 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2014 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

Pág 2 / 3

Doação	0,00	Devolução de Bens	0,00
Transferencia	3.042,59	Transferências	0,00
Permuta	0,00	Permuta	0,00
Apreensão	0,00	Inservibilidade	45.147,53
Outras Incorporações de Bens Móveis	11.528,00	Outras Baixas de Bens Móveis	0,00
Bens de Estoque	1.252.815,46	Bens de Estoque	0,00
Incorporação de Bens Intangíveis	0,00	Baixa de Bens Intangíveis	0,00
Incorporação de Títulos e Valores	0,00	Baixa de Títulos e Valores	0,00
Incorporação de Disponibilidades	0,00	Outras Baixas de Valores	0,00
Incorporação de Direitos	2.251.684,54	Desincorporação de Disponibilidades	0,00
Créditos a Receber	2.251.684,54	Baixa de Direitos	862.940,21
Fornecimentos a Receber	0,00	Créditos a receber	862.940,21
Recursos de Restos a Pagar	0,00	Fornecimentos a Receber	0,00
Recursos de Limite a Receber	0,00	Recursos de Restos a Pagar	0,00
Créditos Tributários	1.928.652,85	Recursos de Limite a Receber de Restos a Pagar	0,00
Recursos Especiais a Receber	0,00	Créditos Tributários	0,00
Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00	Recursos Especiais a Receber	0,00
Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos de Contribuições	0,00	Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00
Créditos Tributários	0,00	Dívida Ativa - Cancelamentos	461.201,66
Outros Créditos a Receber	323.031,69	Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	363.241,00
Créditos Diversos a Receber	0,00	Dívida Ativa - Anistia/Perdão	38.497,55
Devedores Entidades e Agentes	1.948.375,24	Dívida Ativa - Baixa pela Inscrição	0,00
Entidades Devedoras	1.948.375,24	Outros Créditos a Receber	0,00
Agentes Devedores	0,00	Créditos Diversos a Receber	0,00
Diversos Responsáveis - Inscrição	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	101.370,36
Créditos Parcelados	0,00	Entidades Devedoras	101.370,36
Créditos Administrativos	0,00	Agentes Devedores	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Diversos Responsáveis	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Depósitos Realizáveis	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Valores Pendentes	20.355,24	Adiantamentos Concedidos	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	11.822.954,92	Depósitos Realizáveis	0,00
Dívida Ativa - Inscrição	11.359.771,28	Valores Pendentes	0,00
Dívida Ativa - Ajuste	463.183,64	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	463.183,64
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos Tributários (Exercício)	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Fornecimento a Receber	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Créditos Parcelados - Cancelamento	0,00
Créditos Tributários	0,00	Créditos Administrativos - Cancelamento	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Empréstimo e Financiamento	0,00
Incorporação de Outros Direitos	0,00	Créditos Tributários	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Dívida Ativa - Ajuste	0,00
		Dívida Ativa - Cancelamento	463.183,64
		Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	0,00
		Dívida Ativa - Anistia/Perdão	0,00
		Baixa de Créditos para Inscrição da Dívida Ativa	0,00
		Baixa de Outros Direitos	0,00
		Baixa de Direitos a Incorporar pela Inscrição de Restos a Pagar	0,00

Independentes da Execução Orçamentária			
AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	10.206.240,14	AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	2.209.633,43
Valorização de Bens	902,25	Desvalorização de Bens	0,00
Bens Imóveis	0,00	Bens Imóveis	0,00
Bens Móveis	902,25	Bens Móveis	0,00
Bens Intangíveis	0,00	Bens Intangíveis	0,00
Bens de Estoque	0,00	Bens de Estoque	0,00
Outros Bens	0,00	Outros Bens	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00
Ajustes de Créditos	0,00	Ajustes de Créditos	0,00
Reversão da Provisão Dev. Duvidosos	0,00	Provisão para Devedores Duvidosos	0,00
Ágios	0,00	Deságios	0,00
Atualização Monetária Financeira	0,00	Atualização Monetária Não Financeira	0,00
Atualização Monetária não Financeira	1.010.782,39	Baixa de CM da Dívida Ativa	0,00
Dívida Ativa - Atualização Monetária	1.010.782,39	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00

IPM - Informática Ltda

**MUNICÍPIO DE CONCORDIA****Prestação de Contas****Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais**

: 17/03/2015 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2014 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

Pág 3 / 3

Diversos Responsáveis	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Créditos a Receber	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Provisão para Perdas Prováveis	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	Variação Cambial	0,00
Títulos e Valores	0,00	Depreciação, Amortização e Exaustão	2.209.633,43
Créditos Parcelados	0,00	Depreciações	2.209.633,43
Créditos Administrativos	0,00	Amortizações	0,00
Juros	352.067,23	Exaustões	0,00
Dívida Ativa - Juros e Multas	352.067,23	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	17.049.458,38
Outros Juros	0,00	Incorporação de Obrigações	17.049.458,38
Variação Cambial	0,00	Operação de Crédito - Em Contratos	0,00
Multas	0,00	Operação de Crédito - Em Títulos	0,00
Reversão da Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Obrigações de Exercícios Anteriores	0,00
Outros Ajustes Patrimoniais	0,00	Recursos a Liberar	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	8.321.571,85	Provisões	16.812.001,85
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	520.916,42	Depósitos Exigíveis	0,00
AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	0,00	Obrigações Tributárias	0,00
VALORIZAÇÃO DIVERSAS	0,00	Pessoal a Pagar	0,00
AJUSTES MONETÁRIOS DE BALANÇOS	0,00	Ágios	0,00
RESULTADO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	0,00	Obrigações de Exercícios Anteriores	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	Obrigações com Encargos Sociais	0,00
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS DIVERSOS	0,00	Entidades Credoras	0,00
		Precatórios	237.456,53
		Restos a Pagar	0,00
		Obrigações Tributárias - Patrimonial	0,00
		Entidades de Previdência Complementar	0,00
		Encargos Patronais - RPPS	0,00
		Outras Obrigações	0,00
		Outros Débitos	0,00
		Outras Incorporações de Obrigações	0,00
		AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	0,00
		AJUSTES MONETÁRIOS DO BALANÇO	0,00
		AJUSTES DE EXERCÍCIO ANTERIORES	0,00
		DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS DIVERSOS	0,00
Total das Variações Ativas	200.777.065,89	Total das Variações Passivas	188.942.473,43
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	11.834.592,46
Déficit Verificado	0,00	Superávit Verificado	11.834.592,46
TOTAL GERAL	200.777.065,89	TOTAL GERAL	200.777.065,89

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Data Emissão: 17/mar/2015 Hora de emissão: 15h e 20m

Notas:

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FMAS



FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Período de Referência: Dezembro / 2014

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Fixação	Execução	Diferença
Receitas Correntes	657.250,00	848.652,27	(191.402,27)	Créditos Orçament. e Suplement.	2.216.221,44	1.578.535,54	637.685,90
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	Corrente	2.046.625,59	1.450.897,99	595.727,60
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	Capital	169.595,85	127.637,55	41.958,30
Receitas Patrimoniais	10.250,00	30.399,93	(20.149,93)	Créditos Especiais	62.300,00	44.003,72	18.296,28
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	Corrente	62.300,00	44.003,72	18.296,28
Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	Capital	0,00	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	0,00	Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	647.000,00	817.973,34	(170.973,34)	Corrente	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	279,00	(279,00)	Capital	0,00	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	0,00	0,00	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita Intra-Orçam. Corrente	0,00	0,00	0,00				
Receitas de Capital	87.040,00	89.179,20	(2.139,20)				
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00				
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00				
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00				
Transferências de Capital	87.040,00	89.179,20	(2.139,20)				
Outras Receitas Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00	0,00				
Receitas Intra-Orçamentárias Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita Intra-Orçam. Capital	0,00	0,00	0,00				
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	730.700,00	(730.700,00)	INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00	0,00
Transferência Financeira Recebida	0,00	730.700,00	(730.700,00)	Transferência Financeira Concedida	0,00	0,00	0,00
SOMA	744.290,00	1.668.531,47	(924.241,47)	SOMA	2.278.521,44	1.622.539,26	655.982,18
DEFICIT TOTAL	1.534.231,44	0,00	1.534.231,44	SUPERAVIT TOTAL	0,00	45.992,21	(45.992,21)
TOTAL	2.278.521,44	1.668.531,47	609.989,97	TOTAL	2.278.521,44	1.668.531,47	609.989,97
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
Data Emissão: 27/fev/2015 Hora de emissão: 13h e 22m							
Notas:							

LAURI GARBOSA
Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

ANEXO 12 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2014-FUMDEMA



FUMDEMA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Período de Referência: Dezembro / 2014

RECEITA			DESPESA			
TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Fixação	Execução
Receitas Correntes	10.100,00	21.119,04	(11.019,04)	Créditos Orçament. e Suplement.	1.086.800,00	786.575,40
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	Corrente	1.064.800,00	771.382,90
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	Capital	32.000,00	15.192,50
Receitas Patrimoniais	6.100,00	20.220,59	(14.120,59)	Créditos Especiais	139.000,00	0,00
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	Corrente	0,00	0,00
Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	Capital	139.000,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	0,00	Créditos Extraordinários	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	Corrente	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	4.000,00	898,45	3.101,55	Capital	0,00	0,00
(-)-Deduções da Receita Corrente	0,00	0,00	0,00	Reserva de Contingência	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	0,00	0,00	0,00			
(-)-Deduções da Receita Intra-Orçam. Corrente	0,00	0,00	0,00			
Receitas de Capital	0,00	139.000,00	(139.000,00)			
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	139.000,00	(139.000,00)			
Outras Receitas Capital	0,00	0,00	0,00			
(-)-Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00	0,00			
Receitas Intra-Orçamentárias Capital	0,00	0,00	0,00			
(-)-Deduções da Receita Intra-Orçam. Capital	0,00	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	942.700,00	(942.700,00)	INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00
Transferência Financeira Recebida	0,00	942.700,00	(942.700,00)	Transferência Financeira Concedida	0,00	0,00
SOMA	10.100,00	1.102.819,04	(1.092.719,04)	SOMA	1.225.800,00	786.575,40
DEFICIT TOTAL	1.215.700,00	0,00	1.215.700,00	SUPERAVIT TOTAL	0,00	316.243,64
TOTAL	1.225.800,00	1.102.819,04	122.980,96	TOTAL	1.225.800,00	1.102.819,04
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUMDEMA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE						
Data Emissão: 31/dez/2014 Hora de emissão: 15h e 30m						
Notas:						

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

LEVI ELOI DOS SANTOS
Diretor / Superintendente
CPF: 046.240.889-21

ANEXO 13 BALANÇO FINANCEIRO 2014-FUMDEMA**FUMDEMA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

Anexo 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Dezembro / 2014

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIAS	2.786,12	160.119,04	ORÇAMENTÁRIA	17.340,23	786.575,40
Receitas Orçamentárias	2.786,12	160.119,04	Despesas Correntes	17.340,23	771.382,90
Receitas Correntes	2.786,12	21.119,04	Pessoal e Encargos Sociais	38.518,75	309.716,48
Receita Tributária	0,00	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	Outras Despesas Correntes	(24.505,10)	440.575,87
Receita Patrimonial	2.786,12	20.220,59	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	3.326,58	21.090,55
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Despesas de Capital	0,00	15.192,50
Receita Industrial	0,00	0,00	Investimentos	0,00	15.192,50
Receita de Serviços	0,00	0,00	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	898,45	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	0,00
(-) Deduções das Receitas Correntes	0,00	0,00			
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00			
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias Corrente	0,00	0,00			
Receitas de Capital	0,00	139.000,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	139.000,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	0,00			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	42.700,00	942.700,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	42.700,00	942.700,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	(81.400,06)	118.795,25	EXTRAORÇAMENTÁRIA	15.446,00	113.993,05
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	13.796,00	93.747,11	Depósitos	13.796,00	93.747,11
Consignações	0,00	102,00	Consignações	0,00	102,00
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	13.796,00	93.645,11	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	13.796,00	93.645,11
Restos a Pagar	(96.846,06)	5.248,13	Restos a Pagar	0,00	445,93
Obrigações a Pagar	(96.846,06)	5.248,13	Obrigações a Pagar	0,00	445,93
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	1.650,00	19.800,01	Outras Operações	1.650,00	19.800,01
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	1.650,00	19.800,01	Outras Obrigações	1.650,00	19.800,01
Acréscimos Patrimoniais	0,00	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	490.605,49	100.859,48	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	421.905,32	421.905,32
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	50,00	92.192,11	Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Vinculada	0,00	8.667,37	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	313.256,44	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	264.199,23	264.199,23
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	177.299,05	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	157.706,09	157.706,09
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	0,00	0,00	(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	454.691,55	1.322.473,77	TOTAL	454.691,55	1.322.473,77

Notas:

Data de Emissão: 31/12/2014

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

CESAR PELLIZZARO
Tesoreroiro

LEVI ELOI DOS SANTOS
Diretor / Superintendente
CPF: 046.240.889-21

ANEXO 14 BALANÇO PATRIMONIAL 2014-FUMDEMA**FUMDEMA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

Pág 1 / 1

Prestação de Contas
Anexo TC 14 - Balanço Patrimonial
Período de Referência: Dezembro / 2014

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	Acumulado	TÍTULOS	Acumulado
ATIVO FINANCEIRO	421.905,32	FINANCEIRO	5.248,13
DISPONÍVEL	421.905,32	DEPÓSITOS	0,00
Caixa	0,00	Consignações	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Bancos Conta Vinculada	0,00	RESTOS A PAGAR	5.248,13
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	264.199,23	Obrigações a Pagar	5.248,13
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	157.706,09	SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
(-)Provisão para perdas em Invest. do RPPS	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
REALIZÁVEL	0,00	DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	0,00
Créditos a Receber	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00		
Empréstimos e Financiamentos	0,00		
Adiantamentos Concedidos	0,00		
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00		
Valores em Transito Realizáveis	0,00		
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00		
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	0,00		
ATIVO PERMANENTE	181.883,94	PASSIVO PERMANENTE	82.593,33
CRÉDITOS	0,00	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	0,00
Créditos a Receber	0,00	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
Depósitos e Financiamentos	0,00	Financiamentos em Circulação (Curto Prazo)	0,00
(-)Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Financiamento em Circulação (Longo Prazo)	0,00
Outros Créditos	0,00	Outras	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	59.862,27	DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	486,44	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
INVESTIMENTOS RPPS	0,00	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
Investimentos RPPS	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
(-) Provisão para Perdas em Inv. do RPPS	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
DÍVIDA ATIVA	0,00	Financiamentos em Circulação (Curto Prazo)	0,00
Créditos Inscritos em Dívida a Curto Prazo	0,00	Financiamento em Circulação (Longo Prazo)	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	0,00	DÉBITOS CONSOLIDADOS	0,00
Crédito em processo de inscrição da Dívida Ativa	0,00	Precatórios a Pagar	0,00
Ativa	0,00	Dívida Renegociadas	0,00
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	0,00	Obrigações a Pagar	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	0,00	Obrigações Legais e Tributárias	0,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	DIVERSOS	82.593,33
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Obrigações a Pagar	82.593,33
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Judiciais	0,00
Investimento do RPPS a Longo Prazo	0,00	Provisões Matemáticas Previdenciárias	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	Outras Obrigações Exigíveis	0,00
IMOBILIZADO	121.535,23	Diversas Provisões	0,00
Bens Móveis e Imóveis	152.226,55	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00
Bens Imóveis	19.911,00		
Bens Móveis	132.315,55		
Títulos e Valores	0,00		
Bens Intangíveis	0,00		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	30.691,32		
DIFERIDO	0,00		
ATIVO REAL	603.789,26	PASSIVO REAL	87.841,46
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	515.947,80
		Déficit ou Superávit Acumulado	515.947,80
COMPENSADO	448.825,43	COMPENSADO	448.825,43
TOTAL	1.052.614,69	TOTAL	1.052.614,69

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUMDEMA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Data Emissão: 31/dez/2014 Hora de emissão: 15h e 33m

Notas:

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

LEVI ELOI DOS SANTOS
Diretor / Superintendente
CPF: 046.240.889-21

IPM - Informática Ltda

ANEXO 15 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2014-FUMDEMA**FUMDEMA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

Pág 1 / 1

Prestação de Contas**Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais**

: 31/12/2014 Período de Referência: Dezembro / 2014

Art. 105 da Lei n. 4.320/1964

Variações Ativas		Variações Passivas	
Resultantes da Execução Orçamentária			
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	160.119,04	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	786.575,40
Receitas Correntes	21.119,04	Despesas Correntes	771.382,90
Receitas Patrimoniais	20.220,59	Pessoal e Encargos Sociais	309.716,48
Outras Receitas Correntes	898,45	Outras Despesas Correntes	440.575,87
Receitas de Capital	139.000,00	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	21.090,55
Transferências de Capital	139.000,00	Despesas de Capital	15.192,50
		Investimentos	15.192,50
Interferências Ativas	942.700,00		
Transferências Financeiras Recebidas	942.700,00		

Mutações Patrimoniais			
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	14.450,00		
Aquisição de Bens	14.450,00		
Bens Móveis	14.450,00		

Independentes da Execução Orçamentária			
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	48.547,70	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	83.550,10
Incorporação de Ativos	48.547,70	Desincorporação de Ativos	83.550,10
Bens de Estoque	47.905,48	Baixa de Bens Móveis	2.257,15
Valores Pendentes	642,22	Bens Móveis de Uso Permanente	2.257,15
		Inservibilidade	2.257,15
		Bens de Estoque	81.137,17
		Valores Pendentes	155,78

Independentes da Execução Orçamentária			
AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	32.985,62	AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	22.651,89
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	32.985,62	Depreciação, Amortização e Exaustão	22.651,89
		Depreciações	22.651,89
		INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	68.485,89
		Incorporação de Obrigações	68.485,89
		Provisões	68.485,89
Total das Variações Ativas	1.198.802,36	Total das Variações Passivas	961.263,28
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	237.539,08
Déficit Verificado	0,00	Superávit Verificado	237.539,08
TOTAL GERAL	1.198.802,36	TOTAL GERAL	1.198.802,36

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUMDEMA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Data Emissão: 31/dez/2014 Hora de emissão: 15h e 35m

Notas:

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

LEVI ELOI DOS SANTOS
Diretor / Superintendente
CPF: 046.240.889-21

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 125/2015

DECRETO Nº 125/2015, DE 16 DE MARÇO DE 2015

"DISPÕE SOBRE RETORNO ANTECIPADO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica Municipal, atendendo o Art. 69 Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Determinar à Servidora Pública Municipal, Sra. NILVETE APARECIDA SARTOR ATUATTI, ocupante do cargo de Técnico em Apoio Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, seu retorno antecipado de férias a partir do dia 16 de março de 2015, sendo que o período de 15 (quinze) dias serão gozados oportunamente.

Parágrafo Único: As férias previstas no caput foram concedidas pelo Decreto n. 062/2015 e referem-se ao período aquisitivo de 07/02/2014 a 06/02/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 16 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 126/2015

DECRETO Nº 126/2015, DE 17 DE MARÇO DE 2015

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor municipal Sr. CLÁUDIO JOÃO POSSA, ocupante do cargo de Secretário Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 02/01/2014 a 01/01/2015 a partir do dia 06/04/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de março de 2015.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CLÁUDIO JOÃO POSSA Ciente em: ____/____/2015

DECRETO N. 127/2015

DECRETO Nº 127/2015, DE 17 DE MARÇO DE 2015

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. ISABEL CRISTINA TOZZO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 23/07/2013 a 22/07/2014 a partir do dia 16/03/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de março de 2015.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 16/03/2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ISABEL CRISTINA TOZZO Ciente em: ____/____/2015

LEI Nº 1138/2015 - "AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO CONCEDER REPOSIÇÃO PERDA INFLACIONÁRIA E GANHO REAL, A INCIDIR SOBRE OS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS"

LEI N. 1138/2015

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONCEDER REPOSIÇÃO INERENTE A PERDA INFLACIONÁRIA E GANHO REAL, A INCIDIR SOBRE OS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido aos servidores públicos vinculados ao Poder Executivo e servidores do Poder Legislativo do Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, a reposição salarial e ganho real da seguinte forma:

§ 1º 3,85% referente o IGP-M do período de março de 2014 a fevereiro de 2015;

§ 2º 1,15% a título de ganho real.

§ 3º Para os agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores) será repassado somente o percentual de que trata o § 1º deste artigo.

Art. 2º Os percentuais de que trata a presente lei serão aplicados sobre a folha de pagamento do mês de março de 2015.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ATA RESULTADO PP 010/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA CNPJ: 95.990.198/0001-04 R. Celso Tozzo, 27 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2015 - PR Processo Administrativo: 21/2015 Processo de Licitação: 21/2015 Data do Processo: 09/02/2015
	Folha: 1/5

OBJETO DA LICITAÇÃO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 5 de Março de 2015, às 09:58 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 210/2013, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 21/2015, Licitação nº 10/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aberta a sessão, a pregoeira saudou os membros da equipe de apoio bem como os representantes das empresas proponentes presentes. A pregoeira informou que recebeu envelopes de 07 empresas, sendo que destas 05 são microempresas ou empresas de pequeno porte e 02 que não se enquadram nessas categorias. Sendo o edital exclusivo para ME ou EPP e considerando que se credenciaram 05 empresas ME ou EPP não serão credenciadas as empresas PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E A EMPRESA ALTERMED MATERIALMÉDICO HOSPITALAR. Logo após passou-se para a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços. Analisados os documentos apresentados constatou-se que as empresas apresentaram a licença de funcionamento bem como as AFES correspondentes, porém 1 apresentou a publicação das AFES fora do exigido no edital, ou seja, com data de publicação superior a 12 meses. As empresas ao serem questionadas sobre o assunto, todas alegaram que para a linha de materiais de enfermagem não é exigida a renovação anual da AFE, que a vigência da mesma é por tempo indeterminado. A pregoeira decide por dar continuidade ao certame, analisando a questão das AFES depois da sessão e emitindo nova ata caso a Lei seja contrária a colocação dos representantes presentes. A fase de lances resultou nos preços abaixo registrados.

Participante: 280 - CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
50	LANCETAS STERILANCE TL 30G C/ 50 UN	cx	20.000,00	GTECH	0,0000	0,05	1.000,00
75	SERINGA 05 ML	un	12.000,00	SR	0,0000	0,12	1.440,00
76	SERINGA 3ML	un	9.000,00	SR	0,0000	0,09	810,00
89	UMIDIFICADOR DE OXIGÊNIO 250 ML	un	5,00	UNITEC	0,0000	9,75	48,75
Total do Participante —>							3.298,75

Participante: 1502 - VANUSA DIAS EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, TRATAMENTO OLEOSO PARA CURATIVO, PARA USO EM PELE LESIONADA, RESTAURADOR DO EPITÉLIO, COMPOSTO DE ÓLEOS VEGETAIS POLIS SATURADOS, ÁCIDO LINOLÉICO, ÁCIDOS CÁPRICO, CAPRILICO, CAPROICO, LAURICO, LECITINA DE SOJA, VITAMINA A, VITAMINA E, PARA USO DE QUALQUER TIPO DE FERIDA LIMPA, CONTEÚDO 200 ML, EMBALAGEM UNITÁRIA, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA, LOTE DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E REGISTRO NO MS CLASSIFICADO COMO PRODUTO PARA SAÚDE.	fr	200,00	SOLIDOR	0,0000	9,60	1.920,00
5	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 08 DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 17,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	un	8.000,00	MB	0,0000	0,25	2.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CNPJ: 95.990.198/0001-04
 R. Celso Tozzo, 27
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 10/2015 - PR

Processo Administrativo: 21/2015
 Processo de Licitação: 21/2015
 Data do Processo: 09/02/2015

Folha: 2/5

Participante: 1502 - VANUSA DIAS EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	ALCOOL GEL 500ML	un	30,00	MEGA	0,0000	3,00	90,00
7	AGULHAS 25X6 CAIXAS COM 100	cx	100,00	PROCARE	0,0000	4,45	445,00
10	AGULHA 20X5,5 COM 100UN.	cx	20,00	PROCARE	0,0000	4,70	94,00
11	AGULHA 40X12 C/ 100 UNI	cx	5,00	PROCARE	0,0000	4,70	23,50
12	ABOCATH Nº 22X0,9X25MM	un	200,00	LABOR	0,0000	0,52	104,00
13	ABAIXADOR DE LINGUAS PACOTE COM 100 UNIDADES	pt	100,00	THEOTO	0,0000	2,50	250,00
14	AGUA OXIGENADA	l	5,00	RIOQUIMICA	0,0000	2,89	14,45
16	APARELHO DE BARBEAR TIPO LAMINA DESCARTÁVEL, MATERIAL LAMINA DE AÇO COM DUAS LAMINAS MATERIAL CABO PLÁSTICO ANATÔMICO COM ESTRIAS DE BORRACHA COM FITA LUBRIFICANTE	un	300,00	VITALMAX	0,0000	0,55	165,00
17	CURATIVO TRANSPARENTE TIPO BAND-AID REDONDO COM 2,2 X 2,2 CM DIÂMETRO CAIXA COM 16 UNIDADES	cx	40,00	BAND AID	0,0000	3,60	144,00
18	CURATIVO TRANSPARENTE ADESIVO 18CM X 50 CM CAIXA COM 40 UNIDADES	cx	500,00	BAND AID	0,0000	5,16	2.580,00
19	COLETOR DE URINA COM MATERIAL LAMINADO PLÁSTICO DE PVC ATÓXICO, TERMO-SOLDADO EM FORMATO DE BOLSA, COM UMA FACE TRANSPARENTE E A OUTRA BRANCA LEITOSA, CAPACIDADE DE 2.000 ML, GRADUADA COM DUAS ESCALAS EM MILILITROS PARA MARCAÇÃO E MEDIÇÃO DE PEQUENOS E GRANDES VOLUMES DO FLUXO URINÁRIO, SISTEMA DE VÁLVULA ANTI-REFLUXO, ALÇA PLÁSTICA RESISTENTE, TIPO ÓCULOS, PARA SUSTENTAÇÃO E MANIPULAÇÃO DO COLETOR, TUBO EXTENSOR COM APROXIMADAMENTE 110 CM, DIÂMETRO INTERNO DE 7 MM, COM SISTEMA DE CORTA FLUXO, TENDO EM SUA EXTREMIDADE DISTAL, CONECTOR UNIVERSAL E TAMPA, COM PONTO AUTO-RETRÁTIL PARA COLETA RECENTE DE URINA, SISTEMA RÁPIDO DE DRENAGEM COM DIÂMETRO INTERNO DE 8 MM E CLAMP OCLUSOR DENTEADO, COM RESISTÊNCIA PARA DIVERSAS ABERTURAS E FECHAMENTOS DO FLUXO. ESTERILIZADO A GÁS ÓXIDO DE ETILENO.	un	400,00	ADVANTIVE	0,0000	2,09	836,00
20	CAIXA COLETORES DE MATERIAIS PÉRFUROSCORTANTE 7 LITROS	un	400,00	DESCARBOX	0,0000	2,00	800,00
24	ENVELOPE (FILME) PARA ESTERILIZAÇÃO 15CMX30 CM	un	600,00	DESCARPAC	0,0000	0,18	108,00
28	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO P	un	2.000,00	VAGISPEC	0,0000	0,71	1.420,00
29	ESPECULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO M	un	1.000,00	VAGISPEC	0,0000	0,69	690,00
30	ESCALP INTRAVENOSO TAMANHO 23 G	un	5.000,00	ADVANTIVE	0,0000	0,13	650,00
31	ESCALP INTRAVENOSO TAMANHO 21 G	un	5.000,00	ADVANTIVE	0,0000	0,13	650,00
32	ESCALP INTRAVENOSO TAMANHO 25	un	600,00	ADVANTIVE	0,0000	0,13	78,00
33	EQUIPO MACROGOTAS PARA SOLUÇÕES PARENTERAIS	un	5.000,00	ADVANTIVE	0,0000	0,63	3.150,00
34	FIO DE SUTURA NYLON 2.0 CAIXA COM 24 UNIDADES COM AGULHA TRIANGULAR CORTANTE	cx	10,00	PROCARE	0,0000	17,00	170,00
35	FIO DE SUTURA NYLON 3.0 CAIXA COM 24 UNIDADES COM AGULHA TRIANGULAR CORTANTE	cx	10,00	PROCARE	0,0000	17,00	170,00
36	FIO DE SUTURA NYLON 4.0 CAIXA COM 24 UNIDADES COM AGULHA TRIANGULAR CORTANTE	cx	20,00	PROCARE	0,0000	17,00	340,00
37	FIO DE SUTURA NYLON 5.0 CAIXA COM 24 UNIDADES COM AGULHA TRIANGULAR CORTANTE	cx	10,00	PROCARE	0,0000	17,00	170,00
39	FIXADOR CELULAR 100 ML EMBALAGEM PLÁSTICA APLICADOR SPRAY	un	100,00	VAGISPEC	0,0000	4,50	450,00
40	PAPEL FILME PARA ESTERILIZAR COM 20 CM DE LARGURA E 100 M DE COMPRIMENTO RÓLO	rl	200,00	PHARMATEX	0,0000	46,80	9.360,00
41	PAPEL FILME PARA ESTERILIZAR 45 CM DE LARGURA E 200 M DE COMPRIMENTO	rl	30,00	PHARMATEX	0,0000	99,00	2.970,00
42	FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL LIVRE DE BISFENOL-A; TAMPA COM MEMBRANA PERFURÁVEL, ADAPTADA AOS EQUIPOS DE ALIMENTAÇÃO ENTERAL. FRASCO EM PE DE 300ML GRADUADO COM ESCALA DE 50 ML; COM DISPOSITIVO PARA FIXAÇÃO EM SUPORTE; ATÓXICO; VOLUME: 300ML.	un	600,00	LAMEDID	0,0000	0,80	480,00
43	FITA MICROPORE HIPOALERGÊNICA 2,5 CM	rl	1.000,00	CIEX	0,0000	0,90	900,00
48	HASTES FLEXÍVEIS CAIXA COM 75 UNIDADES	cx	100,00	BOB	0,0000	0,77	77,00
49	LÂMINAS CIRÚRGICAS ESTERILIZADAS NUMERO 15 (BISTURI) CAIXA COM 100 LAMINAS	cx	2,00	PROCARE	0,0000	13,41	26,82

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CNPJ: 95.990.198/0001-04
 R. Celso Tozzo, 27
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 10/2015 - PR

Processo Administrativo: 21/2015
 Processo de Licitação: 21/2015
 Data do Processo: 09/02/2015

Folha: 3/5

Participante: 1502 - VANUSA DIAS EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
52	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO P COM 100UN	cx	100,00	MEDIX	0,0000	12,90	1.290,00
53	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO M COM 100UN	cx	200,00	MEDIX	0,0000	12,90	2.580,00
54	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO TAMANHO G COM 100UN	cx	50,00	MEDIX	0,0000	12,90	645,00
55	LUVAS CIRURGICAS TAMANHO 8,0	pr	600,00	SUPERMAX	0,0000	0,80	480,00
56	LUVAS CIRÚRGICAS TAMANHO 7,5	pr	600,00	SUPERMAX	0,0000	0,80	480,00
57	LUVAS CIRÚRGICAS TAMANHO 7,0	pr	600,00	SUPERMAX	0,0000	0,80	480,00
58	MONOLIPA 0,5 LITROS	un	50,00	JPROLAB	0,0000	2,50	125,00
61	POVEDINE TÓPICO 1000ML	l	50,00	RIOQUIMICA	0,0000	7,20	360,00
64	PINÇA HEMOSTÁTICA DE METAL RETA SEM DENTES	un	30,00	ABC	0,0000	9,00	270,00
67	SONDA DE ALIVIO Nº 12	un	8.000,00	MEDSONDA	0,0000	0,46	3.680,00
73	SERINGA DE 1ML COM AGULHA 13X0,38	un	6.000,00	SOLIDOR	0,0000	0,14	840,00
84	TERMÔMETRO DIGITAL FLEXÍVEL	un	30,00	GTECH	0,0000	8,92	267,60
85	TERMOMETRO DE MERCÚRIO	un	50,00	GTECH	0,0000	2,77	138,50
86	TERMÔMETRO DIGITAL INTERNO E EXTERNO MÁXIMO E MÍNIMO COM ALARME. SENSOR COM PONTEIRA PLÁSTICA EM CABO DE 1,80CM. DISPLAY DE CRISTAL LÍQUIDO (LCD) DE TRÊS DÍGITOS.	un	4,00	GTECH	0,0000	60,27	241,08
87	TESOURA PARA RETIRADA DE PONTOS 11 CM RETA (MODELO SPENCER)	un	50,00	ABC	0,0000	9,00	450,00
88	TRAVESSEIRO HOSPITALAR 60X40 ESPUMA INTEIRIÇA, MATERIAL: NAPA	un	3,00	LM	0,0000	35,00	105,00
90	PRESERVATIVO MASCULINO SEM LUBRIFICANTE CAIXA COM 144 UNIDADES	cx	2,00	MAS	0,0000	28,00	56,00
96	PINÇA HEMOSTÁTICA RETA 14 CM COMP	un	10,00	ABC	0,0000	10,80	108,00
100	CABO BISTURI EM AÇO INOXIDÁVEL Nº 3	un	10,00	ABC	0,0000	4,00	40,00
101	ELETRODO DESCARTÁVEL PARA DESFIBRILADORA DEA CMOS DRAKE ADULTO	un	3,00	CMOSDRAKE	0,0000	200,00	600,00
102	ELETRODO DESCARTÁVEL PARA DESFIBRILADORA DEA CMOS DRAKE INFANTIL	un	2,00	CMOSDRAKE	0,0000	180,00	360,00
103	TUBO CIRÚRGICO DE SILICONE 202 - 05,00 X 10,00 MM EMBALAGEM C/ 15 METROS	pt	10,00	ADVANTIVE	0,0000	15,00	150,00

Total do Participante —→ 45.071,95

Participante: 1786 - ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
15	ALGODÃO HIDRÓFILO 500 G COMPOSTO EM MANTA FINA EM CAMADAS DE 1 A 15 CM DE ALVEJADAS EM MANTAS UNIFORMES 80% BRANCO ISENTAS DE IMPUREZAS COM 22 CM DE LARGURA.	rl	100,00	NATHALYA	0,0000	7,60	760,00
21	CAIXA COLETORA DE MATERIAIS PÉRFUROSCORTANTE 13 LITROS	un	100,00	EMBALEIRE	0,0000	3,11	311,00
22	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS	un	100,00	MED SONDA	0,0000	0,80	80,00
23	CAMPO FENESTRADO DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, COM DIMENSÕES 23X25CM	un	500,00	AMERICA	0,0000	0,98	490,00
51	LUVAS DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL ESTÉRIL	pr	1.000,00	LUPLAST	0,0000	0,86	860,00
62	PORTA BISTURI EM AÇO OXIDÁVEL Nº 3	un	4,00	GOLGRAN	0,0000	6,50	26,00
63	PINÇA ANATÔMICA DE METAL RETA SEM DENTES	un	30,00	GOLGRAN	0,0000	5,20	156,00
66	SACO BRANCO LEITOSO PARA DESCARTE DE MATERIAL CONTAMINADO 30L COM 100UN	pt	30,00	JUREMA	0,0000	12,74	382,20
68	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº16	un	20,00	SOLIDOR	0,0000	1,75	35,00
69	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº18	un	20,00	SOLIDOR	0,0000	1,75	35,00
70	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 10	un	10,00	MED SONDA	0,0000	0,78	7,80
72	SERINGA 1ML C/AGULHA 12,7X0,3 UM CONFORTO E SEGURANÇA NA APLICAÇÃO DE INSULINA. U-100 - AGULHA 12,7MM X 0,3MM	un	500,00	INJEX	0,0000	0,42	210,00
74	SERINGA 1 ML - DESCARTÁVEL	un	12.000,00	EMBRAMAC	0,0000	0,13	1.560,00
92	SUORTE DE SORO COM RODÍZIOS ALTURA MÍNIMA 1150 X ALTURA MÁXIMA 1900 X LARGURA 500 X PROFUNDIDADE 500.	un	4,00	HELTER	0,0000	167,70	670,80
97	PINÇA SHERON PARA COLPO	un	20,00	VAGISPEC	0,0000	1,30	26,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CNPJ: 95.990.198/0001-04
 R. Celso Tozzo, 27
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 10/2015 - PR

Processo Administrativo: 21/2015
 Processo de Licitação: 21/2015
 Data do Processo: 09/02/2015

Folha: 4/5

Participante: 1786 - ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
98	LAMINA PARA MICROSCOPIA 26.0 X 76.0 MM COM PONTA FOSCA COM 50 UNIDADE	cx	50,00	ADLIN	0,0000	2,73	136,50

Total do Participante —> 5.746,30
Participante: 1889 - FUSÃO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
9	AGULHAS 13X4,5 CAIXAS COM 100	cx	100,00	LABOR	0,0000	4,44	444,00
59	PAPEL PRINT TERMO SENSÍVEL UPP100 SEM BRILHO PARA IMPRESSÃO DOS EXAMES ULTRASSOM	un	50,00	C/ BRILHO (ULSTAR)	0,0000	32,00	1.600,00
77	SERINGA 20 ML	un	500,00	LABOR	0,0000	0,30	150,00
91	BANDEJA RETANGULAR LISA EM AÇO INOXIDÁVEL 18X8X2,3 CM	un	5,00	FAMII	0,0000	36,39	181,95
99	CAIXA PORTA LAMINAS CONFECCIONADO: POLIPROPILENO CAPACIDADE: 50 LAMINAS DIMENSÕES: 225X95X35 MM	un	4,00	VAGISPEC	0,0000	17,28	69,12
104	TESTE RÁPIDO DE GRAVIDEZ	un	150,00	CONFIRA	0,0000	12,41	1.861,50

Total do Participante —> 4.306,57
Participante: 2220 - LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 20CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 42,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	un	10.000,00	ANDREONI	0,0000	0,56	5.600,00
3	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 10CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 21,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	un	10.000,00	ANDREONI	0,0000	0,34	3.400,00
4	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 06 DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 13,3G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	un	8.000,00	ANDREONI	0,0000	0,20	1.600,00
8	AGULHAS 25X7 CAIXAS COM 100	cx	100,00	SOLIDOR	0,0000	4,44	444,00
25	ESPÁTULA DE AYRES PACOTE COM 50 UNIDADES	pt	10,00	THEOTO	0,0000	3,90	39,00
26	ESCOVA CERVICAL NÃO ESTERILIZADA PACOTE COM 100 UNIDADES	pt	5,00	KOLPLAST	0,0000	14,85	74,25

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2015 - PR
CNPJ: 95.990.198/0001-04 R. Celso Tozzo, 27 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	Processo Administrativo: 21/2015 Processo de Licitação: 21/2015 Data do Processo: 09/02/2015
	Folha: 5/5

Participante: 2220 - LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
27	ESPARADRAPO 10 CM COM FITA ADESIVA 100% ALGODÃO	rl	500,00	MISSNER	0,0000	4,06	2.030,00
38	FITA INDICADORA DE AUTOCLAVE 19MM X 30 M	rl	1.500,00	CIEX	0,0000	2,20	3.300,00
44	FITA DE MICROPORE HIPOALERGENICA 5 CM	rl	500,00	MISSNER	0,0000	1,65	825,00
45	COMPRESSAS DE GAZE HIDRÓFILA NÃO ESTÉRIL MEDINDO 7,5X7,5CM FECHADA E 15X30CM QUANDO ABERTA, DENSIDADE DE 9 FIOS POR CM², CONFECCIONADAS EM FIOS 100% ALGODÃO EM TECIDO TIPO TELA, COM 8 CAMADAS E 5 DOBRAS, ALVEJADAS, PURIFICADAS E ISENTAS DE IMPUREZAS, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS, AMIDO, CORANTES CORRETIVOS E ALVEJANTES ÓPTICOS. POSSUIR DOBRAS UNIFORMES E PARA DENTRO EM TODA A SUA EXTENSÃO PARA EVITAR O DESFIAMENTO. EMBALADAS EM PACOTES COM 500 UNIDADES COM PESO MÍNIMO DE 350 GRAMAS POR PACOTE. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13.843.	pt	4.000,00	MEDBLANC	0,0000	5,99	23.960,00
46	GAZE HIDRÓFILA TIPO QUEIJO NÃO ESTÉRIL MEDINDO 91CM DE LARGURA POR 91M DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM², CONFECCIONADA COM FIOS 100% ALGODÃO EM TECIDO TIPO TELA, COMPOSTA POR 3 DOBRAS E 8 CAMADAS, UNIFORMEMENTE ENROLADAS SOBRE SI, ALTAMENTE ABSORVENTE, ALVEJADA E ISENTA DE IMPUREZAS, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS, AMIDO, CORANTES CORRETIVOS E ALVEJANTES ÓPTICOS. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO COM PESO MÍNIMO DE 1,7KG. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 14.108.	un	150,00	MEDBLANC	0,0000	22,00	3.300,00
60	PAPEL LENÇOL DESCARTÁVEL PICOTADO EM ROLO CELULOSE VIRGEM 50X0,70M,	rl	200,00	CLEAN	0,0000	4,55	910,00
65	SACO BRANCO LEITOSO PARA DESCARTE DE MATERIAL CONTAMINADO 100L, PACOTE COM 100UN.	pt	50,00	EREPLAST	0,0000	22,40	1.120,00
93	SUPORTE PARA APOIO DE BRAÇO ALTURA TOTAL 1200 X LARGURA 450 X PROFUNDIDADE 450	un	2,00	METALIC	0,0000	94,43	188,86

Total do Participante —————> 46.791,11

Total Geral —————> 105.214,68

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Cordilheira Alta, 5 de Março de 2015

COMISSÃO:

MICHELE ENDLER - - Pregoeiro(a)
 KÁTIA ANA DI DOMENICO - - SECRETARIA
 IVANETE DE LOURDES PEDERSSETTI - - MEMBRO

ATA RESULTADO PP 011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA CNPJ: 11.427.163/0001-71 R. Maria Ranzan C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2015 - PR Processo Administrativo: 22/2015 Processo de Licitação: 22/2015 Data do Processo: 09/02/2015
	Folha: 1/5

OBJETO DA LICITAÇÃO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 5 de Março de 2015, às 15:11 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 210/2013, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 22/2015, Licitação nº 11/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aberta a sessão, a pregoeira saudou os membros da equipe de apoio bem como os representantes das empresas proponentes presentes. A pregoeira recebeu envelopes de 06 empresas, sendo que todas são microempresas ou empresas de pequeno porte. Sendo o edital exclusivo para ME ou EPP e considerando que se credenciaram 05 empresas ME ou EPP. Logo após passou-se para a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços. Analisados os documentos apresentados constatou-se que as empresas apresentaram a licença de funcionamento bem como as AFES correspondentes, porém 1 apresentou a publicação das AFES fora do exigido no edital, ou seja, com data de publicação superior a 12 meses. As empresas ao serem questionadas sobre o assunto, todas alegaram que para a linha de materiais de enfermagem não é exigida a renovação anual da AFE, que a vigência da mesma é por tempo indeterminado. A empresa Odontoeste não apresentou a licença de funcionamento e a AFE, conforme exigido no edital, ficando assim inabilitada para o certame. O representante da empresa Odontoeste se retirou da sessão. A pregoeira decide por dar continuidade ao certame, analisando a questão das AFES depois da sessão e emitindo nova ata caso a Lei seja contrária a colocação dos representantes presentes. A fase de lances resultou nos preços abaixo registrados.

Participante: 280 - CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	ENVELOPE PARA ESTERILIZAÇÃO AUTO SELANTE 90MMX260MM PCTE COM 100UN	pt	50,00	VEDAMAX	0,0000	20,00	1.000,00
Total do Participante —>							1.000,00

Participante: 1502 - VANUSA DIAS EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	SONDA RETA Nº06 PARA ENDO	un	15,00	TRINKS	0,0000	4,05	60,75
9	ENVELOPE PAPEL GRAU CIRURGICO 25X15 CM C/ 200 UN	cx	50,00	HOSPITEX	0,0000	20,70	1.035,00
10	SUGADOR CIRURGICO C/ 20 UNI	cx	20,00	PREVEN	0,0000	19,80	396,00
11	TIRAS DE AÇO ABRASIVAS PARA AMÁLGAMA - 6MM C/ 12UN	pt	50,00	KGS	0,0000	4,63	231,50
12	TESOURA RETA ÍRIS 11,5 CM	un	20,00	ABC	0,0000	8,63	172,60
13	DETERGENTE ENZIMÁTICO DE ALTA EFICÁCIA LIMPADORA DESTINA A DISSOLVER E Digerir MATERIAS ORGÂNICAS E OUTRAS SUJEIRAS ADERIDAS AOS ESTRUMENTAIS GALÃO 5 LITROS	gl	10,00	ASFER	0,0000	72,00	720,00
14	VERNIZ DE FLUOR EQUIVALENTE A 2,26% DE FLUOR EM UMA BASE ADESIVA DE RESINAS NATURAIS	fr	25,00	IODONTOSUL	0,0000	8,00	200,00
16	LUVAS DESCARTÁVEIS TAMANHO PP CAIXA COM 100 UNIDADE	cx	100,00	MEDIX	0,0000	12,90	1.290,00
17	LUVAS DESCARTÁVEIS TAMANHO M CAIXA COM 100 UNIDADE	cx	100,00	MEDIX	0,0000	13,75	1.375,00
19	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO 28MM N-4	un	60,00	QUIMIDROL	0,0000	2,15	129,00
20	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO N-6	un	50,00	QUIMIDROL	0,0000	2,15	107,50
21	BROCA DE AÇO BAIXA ROTAÇÃO Nº8	un	50,00	QUIMIDROL	0,0000	1,50	75,00
22	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO HL 1016	un	50,00	FAVA	0,0000	0,92	46,00
23	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO HL 1014	un	50,00	FAVA	0,0000	0,92	46,00
24	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 1014	un	50,00	FAVA	0,0000	0,92	46,00
25	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 1015	un	50,00	FAVA	0,0000	0,92	46,00
26	BROCA PARA AMALGAMA N° 1036	un	50,00	FAVA	0,0000	0,92	46,00
27	BROCA PARA AMÁLGAMA 1047	un	50,00	FAVA	0,0000	0,92	46,00
28	BROCA DIAMANTADA 3118FF, EM AÇO INOXIDAVEL GRAU CIRURGICO, COM HASTE FG E DIAMANTADAS ATRAVÉS DE PROCESSO ELETROQUÍMICO ÚNICO.	un	50,00	FAVA	0,0000	0,92	46,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA

CNPJ: 11.427.163/0001-71
 R. Maria Ranzan
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 11/2015 - PR

Processo Administrativo: 22/2015
 Processo de Licitação: 22/2015
 Data do Processo: 09/02/2015

Folha: 2/5

Participante: 1502 - VANUSA DIAS EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Prego Unitário	Prego Total
29	BROCA DIAMANTADA 3168FF, EM AÇO INOXIDAVEL GRAU CIRURGICO, COM HASTE FG E DIAMANTADAS ATRAVES DE PROCESSO ELETROQUIMICO UNICO.	un	50,00	FAVA	0,0000	0,92	46,00
30	ADESIVO TIPO SINGLE BOND 2, 6 ML	fr	10,00	VIGODENT	0,0000	22,00	220,00
31	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR, LENTE FABRICADA EM DUROPOLICARBONATO, ARMAÇÃO EM NYLON REGULÁVEL E FLEXÍVEL, FILTRA 99% DOS RAIOS ULTRAVIOLETAS	un	6,00	SSPLUS	0,0000	4,25	25,50
34	RESINA P60 A3 RESTAURADOR PARA DENTES POSTERIOR DE ALTA RESISTENCIA 01 SERINGA DE 4 MG.	SER	5,00	SDI	0,0000	55,00	275,00
42	FIO MONOFILAMENTO PRETO DE SUTURA DE NYLON 4,0 CAIXA COM 24 UNIDADES.	cx	20,00	PROCARE	0,0000	17,38	347,60
45	CALÇADOR DE WODSOON Nº3	un	10,00	TRINKS	0,0000	3,50	35,00
46	CALÇADOR DE WODSOON Nº4	un	10,00	ABC	0,0000	3,50	35,00
48	ANESTÉSICO ARTICAINA HCL 4%+EPINEFRINA 1:100.000 CAIXA COM 50 UNIDADES	cx	60,00	DFL	0,0000	62,00	3.720,00
50	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA (PÓ) 10 G	fr	5,00	AAF	0,0000	4,00	20,00
51	ESCOVA DE DENTE INFANTIL CERDA MACIA EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	pt	50,00	MEDFIO	0,0000	21,88	1.094,00
52	TOUCA DESCARTÁVEL COM TIRAS CAIXA COM 100 UNIDADES	cx	50,00	SSPLUS	0,0000	6,00	300,00
53	MÁSCARA TRIPLA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO CAIXA COM 50 UNID	cx	50,00	DESCARPACK	0,0000	4,38	219,00
54	FÓRCEPS INFANTIL 17	un	4,00	TRINKS	0,0000	33,48	133,92
55	FÓRCEPS INFANTIL 16	un	4,00	TRINKS	0,0000	33,48	133,92
56	FÓRCEPS INFANTIL 18 L	un	4,00	TRINKS	0,0000	33,48	133,92
57	FÓRCEPS INFANTIL 65	un	4,00	TRINKS	0,0000	33,48	133,92
58	FÓRCEPS INFANTIL 69	un	4,00	TRINKS	0,0000	33,48	133,92
59	SONDA EXPLORADORA Nº5	un	50,00	ABC	0,0000	4,00	200,00
60	PINÇA CLINICA PARA ALGODÃO	un	50,00	ABC	0,0000	5,00	250,00
61	ESPELHO PLANO Nº5	un	100,00	SSPLUS	0,0000	1,94	194,00
66	TESTE DE VITALIDADE ENDO ICE 200 ML	fr	4,00	MAQUIRA	0,0000	22,50	90,00
68	PEDRA POMES EXTRA FINA EMBALAGEM 100 G FRASCO 100 GRAMAS	fr	10,00	IODONTOSUL	0,0000	3,75	37,50
69	GEL DENTAL INFANTIL SEM FLUOR PH BAIXO FRASCO 100 ML	fr	60,00	ORALLS	0,0000	4,21	252,60
70	AGUA DESTILADA GALÃO DE 5 LITROS	gl	50,00	ASFER	0,0000	6,13	306,50
73	KIT DE POLIMENTO PARA AMÁLGAMA EMBALAGEM 08 UNIDADES	Kit	10,00	KG	0,0000	23,75	237,50
76	BROCA ENDO Z 25MM	un	20,00	MEDIN	0,0000	15,00	300,00
77	EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA EM PASTILHAS EMBALAGEM COM 60 PASTILHAS	fr	50,00	MAQUIRA	0,0000	8,00	400,00
78	RESINA P60 A 3,5 BISNAGA 4 G	bs	10,00	SDI	0,0000	56,25	562,50
79	RESINA P60 A2 BISNAGA 4 G	bs	10,00	SDI	0,0000	56,25	562,50
81	TIRA DE AÇO ABRASIVA PARA AMÁLGAMA 4MM CAIXA COM 12	cx	20,00	AAF	0,0000	4,88	97,60
82	SUGADOR ODONTOLÓGICO DE SALIVA COLORIDO COM 100 UNIDADES	pt	500,00	SSPLUS	0,0000	2,48	1.240,00
83	ALGODÃO EM ROLETE DENTAL PACOTES COM 100 UNIDADES	pt	1.000,00	SSPLUS	0,0000	1,11	1.110,00
86	PELICULA RADIOGRÁFICA INFANTIL EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	cx	4,00	PROGRAD	0,0000	80,00	320,00
88	MATRIZ DE METAL 0,5MM 5 METROS	rl	40,00	IODONTOSUL	0,0000	1,08	43,20
89	MATRIZ DE METAL 0,7MM 5 METROS	rl	40,00	IODONTOSUL	0,0000	1,08	43,20
90	REVELADOR DE DENTAL 475 ML	fr	30,00	RAYTEC	0,0000	4,06	121,80
91	FIXADOR DENTAL 475 ML	fr	20,00	RAYTEC	0,0000	4,06	81,20
92	TOUCA SANFONADA DESCARTÁVEL TAMANHO GRANDE PACOTE COM 100 UNIDADES	pt	60,00	SSPLUS	0,0000	5,00	300,00
93	TRICRESOL FORMALINA FRASCO 10 ML	fr	10,00	AAF	0,0000	4,01	40,10
95	CAPSULA DE AMALGAMA 2 PORÇÕES CAIXA COM 50 UNIDADES	cx	25,00	SDI	0,0000	81,25	2.031,25
98	FIO DENTAL 100METROS	un	20,00	MEDFIO	0,0000	1,50	30,00
99	FIO DENTAL 50 METROS	un	500,00	MEDFIO	0,0000	1,08	540,00
100	COLGADURA PARA RAO X INDIVIDUAL	un	20,00	PRISMA	0,0000	2,50	50,00
102	PORTA ALGODÃO EM INOX 08 X10 CM	un	7,00	FAVA	0,0000	27,97	195,79
103	BROQUEIRO PARA ALTA ROTAÇÃO ACRÍLICO ORGANIZADOR DE BROCAS COM 15 FUROS AUTOCLAVAVEL	un	7,00	PRISMA	0,0000	26,25	183,75

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA

CNPJ: 11.427.163/0001-71
 R. Maria Ranzan
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 11/2015 - PR

Processo Administrativo: 22/2015
 Processo de Licitação: 22/2015
 Data do Processo: 09/02/2015

Folha: 3/5

Participante: 1502 - VANUSA DIAS EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
104	PORTA ESCOVA DE DENTE INDIVIDUAL DE PLÁSTICO EM FORMA DE TUBO	un	500,00	ORALLS	0,0000	2,47	1.235,00
107	LAMINA DE BISTURI Nº 15 CAIXA COM 100 UNIDADES	cx	20,00	FREEBAC	0,0000	16,25	325,00
108	FLUOR EM GEL ACIDULADO 1,23% SABOR TUTTI FRUTI FRASCO 200 ML	fr	40,00	IODONTOSUL	0,0000	2,50	100,00
112	AGULHA HIPODÉRMICA 0,7X25 CAIXA COM 100 UNIDADES	cx	200,00	DESCARPACK	0,0000	5,63	1.126,00
113	CURETA DE LUCAS	un	10,00	ABC	0,0000	6,88	68,80
114	CURETA PERIODONTIA MC CALL 11-12	un	10,00	ABC	0,0000	6,88	68,80
115	CURETA PERIODONTIA MC CALL 13-14	un	10,00	ABC	0,0000	6,88	68,80
116	CURETA PERIODONTIA MC CALL 17-18	un	10,00	ABC	0,0000	6,88	68,80
119	PORTA MATRIZ TOFFLEMIRE	un	10,00	PRISMA	0,0000	16,25	162,50
121	AFASTADOR CIRURGICO MINESSOTA	un	10,00	FAVA	0,0000	5,00	50,00
122	PEDRA PARA AFIAR BRANCA	un	2,00	IODONTOSUL	0,0000	11,88	23,76
123	SINDESMÓTOMO	un	10,00	ABC	0,0000	6,25	62,50
126	PORTA AGULHA MAYO	un	12,00	ABC	0,0000	11,25	135,00
128	ESPÁTULA DUPLA PARA CIMENTO N° 70	un	5,00	ABC	0,0000	5,25	26,25
129	ESPÁTULA DUPLA PARA CIMENTO Nº 36	un	5,00	ABC	0,0000	5,25	26,25
130	PLACA DE VIDRO LAPIDADA MEDIDAS: 9,5CM X 15 CM X 10 MM	un	12,00	MAC	0,0000	6,25	75,00
136	HASTES FLEXÍVEIS COM PONTA DE ALGODÃO CAIXA COM 75 UNIDADES	cx	20,00	COTTON	0,0000	0,85	17,00
137	BROCA ZECRYA EXTRA LONGA 23MM	un	15,00	MEDIN	0,0000	20,00	300,00
138	ESCULPIDOR HOLLEMBACK 3S	un	10,00	ABC	0,0000	5,63	56,30
141	BRUNIDOR PARA AMALGAMA N29 SIMPLES	un	5,00	ABC	0,0000	5,63	28,15
142	SOLUÇÃO DE MILTON 1% FRASCO 01 LITRO	fr	10,00	ASFER	0,0000	4,00	40,00
144	CAIXA ORGANIZADORA 13,5 LITROS	un	4,00	MASTER	0,0000	23,00	92,00
145	CAIXA ORGANIZADORA COM 25 DIVISÓRIAS INTERNAS	un	3,00	MASTER	0,0000	29,00	87,00
146	POTE PLÁSTICO 30 X 10 CM	un	6,00	MASTER	0,0000	12,00	72,00
147	POTE PLÁSTICO 20 X 10 CM	un	4,00	MASTER	0,0000	10,00	40,00
149	SACO PARA LIXO HOSPITALAR 100 LITROS EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	pt	10,00	RAVA	0,0000	6,00	60,00

Total do Participante —→ 27.356,95

Participante: 1786 - ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	PASTA PROFILÁTICA ABRASIVA 90 GR	tb	20,00	VIGODENT	0,0000	4,50	90,00
6	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA TÓPICA COM 10ML	fr	10,00	BIODINAMICA	0,0000	15,56	155,60
18	IONÓMERO DE VIDRO P/ RESTAURAÇÃO COR A3 EMBALAGEM C/ 1 FRASCO DE CIMENTO EM PÓ C/ 10G + 1 FRASCO DE LÍQUIDO C/ 8G	Kit	25,00	FGM	0,0000	17,92	448,00
32	AGULHA EXTRA CURTA 30G CAIXA COM 100 UNIDADES	cx	80,00	PROCARE	0,0000	16,65	1.332,00
33	AGULHA CURTA 30G CAIXA COM 100 UNIDADES	cx	50,00	INJEX	0,0000	16,67	833,50
36	PRENDEDOR DE GUARDANAPO CORRENTE	un	4,00	MAQUIRA	0,0000	4,99	19,96
43	ANESTÉSICO TÓPICO GEL COM 20% DE BENZOCAINA SABOR TUTTI FRUTI EMBALAGEM 12 GRAMAS	fr	50,00	DFL	0,0000	5,85	292,50
49	ANESTÉSICO LIDOCAÍNA HCL 2% SEM VASOCONSTRITOR CAIXA C/ 50UN	cx	20,00	CRISTÁLIA	0,0000	54,69	1.093,80
62	PORTA AMALGAMA PLÁSTICO AUTOCLAVAVEL	un	10,00	MAQUIRA	0,0000	8,10	81,00
63	DISCO DE LIXA DIAMOND PRO GRANULAÇÃO : GROSSA, MEDIA, FINA E EXTRA FINA COM LIXAS DE 8MM E 12MM+ 1 MANDRIL CAIXA COM 56 UNIDADES	cx	25,00	FGM	0,0000	56,55	1.413,75
64	ÁGUA OXIGENADA 01 LITRO	l	5,00	VIC PHARMA	0,0000	3,50	17,50
65	LUBRIFICANTE EM SPRAY PARA INSTRUMENTO DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 200 ML.	fr	4,00	PREVEN	0,0000	17,45	69,80
72	PÓ DE BICARBONATO PARA PROFILAXIA EXTRA FINO FRASCO 200 G	fr	40,00	MAQUIRA	0,0000	9,99	399,60
85	FIO DENTAL 300 METROS	un	20,00	HILLO 500	0,0000	5,61	112,20
87	PELICULA RADIOGRÁFICA ADULTO CAIXA COM 100 UNIDADES	cx	4,00	DFL	0,0000	79,70	318,80
97	MICROAPLICADOR MICROBRUSH TAMANHO REGULAR 2,0MM CAIXA COM 100 UNIDADES	cx	60,00	KG	0,0000	5,89	353,40
101	COLGADURA PARA RAOX X HASTE	un	4,00	TECNODENT	0,0000	37,72	150,88
109	CUNHA REFLEXIVA EMBALAGEM COM 20 UNIDADES TRANSPARENTES SORTIDAS	cx	20,00	TDV	0,0000	22,48	449,60
111	SERINGA DESCARTÁVEL ESTÉRIL SEM AGULHA COM 10 ML	un	500,00	SR	0,0000	0,37	185,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA

CNPJ: 11.427.163/0001-71
 R. Maria Ranzan
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 11/2015 - PR

Processo Administrativo: 22/2015
 Processo de Licitação: 22/2015
 Data do Processo: 09/02/2015

Folha: 4/5

Participante: 1786 - ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
118	PORTA MATRIZ IVORY	un	10,00	PRISMA	0,0000	19,95	199,50
124	ALVEOLOTÔMO MICRO CURVO 12CM	un	4,00	GOLGRAN	0,0000	66,01	264,04
125	ALVEOLOTÔMO CURTO 16CM	un	8,00	GOLGRAN	0,0000	56,58	452,64
135	JALECO DESCARTÁVEL EM TNT COM GOLA DE PADRE ABERTURA FRONTAL E MANGA LONGA TAMANHO M	un	10,00	PROT DESC	0,0000	8,00	80,00
139	CONDENSADOR PARA AMALGAMA TIPO WARD N3	un	5,00	GOLGRAN	0,0000	5,60	28,00
140	CONDENSADOR PARA AMALGAMA TIPO WARD N2	un	5,00	GOLGRAN	0,0000	5,60	28,00
143	DESINCRUSTANTE PARA LIMPEZA DE AUTOCLAVE CLAVE CLEAN FRASCO 30 G	fr	5,00	ASFER	0,0000	18,86	94,30
148	CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PASTA BASE 13 GR E CATALIZADORA 11 G E BLOCO DE MISTURA	un	20,00	TECHNEW	0,0000	11,42	228,40

Total do Participante → 9.191,77

Participante: 1889 - FUSÃO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	BABADOR ODONTOLÓGICO IMPERMEÁVEL C/ 100UN, FOLHAS DE ALTA QUALIDADE COM CAMADA PLÁSTICA SUPERABSORVENTE, NA COR BRANCA	cx	200,00	INJECTA	0,0000	9,50	1.900,00
15	COMPRESSAS DE GAZE HIDRÓFILA NÃO ESTÉRIL MEDINDO 7,5X7,5CM FECHADA E 15X30CM QUANDO ABERTA, DENSIDADE DE 9 FIOS POR CM², CONFECCIONADAS EM FIOS 100% ALGODÃO EM TECIDO TIPO TELA, COM 8 CAMADAS E 5 DOBRAS, ALVEJADAS, PURIFICADAS E ISENTAS DE IMPUREZAS, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS, AMIDO, CORANTES CORRETIVOS E ALVEJANTES ÓPTICOS. POSSUIR DOBRAS UNIFORMES E PARA DENTRO EM TODA A SUA EXTENSÃO PARA EVITAR O DESFIAMENTO. EMBALADAS EM PACOTES COM 500 UNIDADES COM PESO MÍNIMO DE 350 GRAMAS POR PACOTE. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13.843.	pt	100,00	ALBUS	0,0000	11,29	1.129,00
35	CABO DE SUPORTE PARA ESPELHO BUCAL ODONTOLÓGICO	un	50,00	PREVEN	0,0000	1,90	95,00
37	RESINA COMPOSTA COR A 3 O Z250 XT	bs	10,00	OFEREÇO FGM	0,0000	44,90	449,00
38	RESINA COMPOSTA Z250 XT COR A 3,5	bs	10,00	OFEREÇO FGM	0,0000	44,90	449,00
39	RESINA COMPOSTA Z250 XT COR A 4 O	bs	10,00	OFEREÇO FGM	0,0000	44,90	449,00
47	ANESTÉSICO LIDOCAÍNA HCL 2% + EPINEFRINA 1:100.000 CAIXA COM 50 UNIDADES	cx	40,00	OFEREÇO NOVOCOL	0,0000	46,10	1.844,00
67	TIRAS DE CARBONO ACCU FILM II CAIXA COM 280 UNIDADES	cx	3,00	ACCUFILM C/50 UND	0,0000	44,50	133,50
71	SELANTE DE SULCOS E CICATRÍCULAS, FOTOATIVADO, COM CARGA DE IONÓMERO DE VIDRO SERINGA 1,2 ML	Kit	8,00	FGM	0,0000	27,45	219,60
74	PONTA EXA- CERAPOL PARA POLIMENTO DE RESINA COMPOSTA	un	50,00	OFEREÇO SHOFU	0,0000	12,95	647,50
84	CONDICIONADOR ÁCIDO FOSFÓRICO 37% EMBALAGEM COM 03 SERINGAS 2,5 ML	cx	70,00	BIODINAMICA	0,0000	3,74	261,80
110	SERINGA DESCARTÁVEL SEM AGULHA ESTÉRIL COM 5 ML	un	500,00	DESCARPACK	0,0000	0,18	90,00
120	AFASTADOR CIRURGICO FARABEUF	un	10,00	ABC	0,0000	19,93	199,30
127	SERINGA CARPULE COM REFLUXO ARTICULADO	un	20,00	ESTRELA	0,0000	22,45	449,00
134	ESPELHO DUPLA FACE COM 11 CM DE DIÂMETRO E POSSUI HASTE PARA SUSTENTAÇÃO	un	3,00	MINI	0,0000	16,00	48,00

Total do Participante → 8.363,70

Total Geral → 45.912,42

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA CNPJ: 11.427.163/0001-71 R. Maria Ranzan C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2015 - PR
	Processo Administrativo: 22/2015 Processo de Licitação: 22/2015 Data do Processo: 09/02/2015

Folha: 5/5

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Cordilheira Alta, 5 de Março de 2015

COMISSÃO:

MICHELE ENDLER	- - Pregoeiro(a)
KÁTIA ANA DI DOMENICO	- - SECRETARIA
IVANETE DE LOURDES PEDERSSETTI	- - MEMBRO

Coronel Freitas**PREFEITURA****PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 18 A 20/2015**

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18/2015

Contratado: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL SOCIAL E CULTURAL MÃO AMIGA

Objeto: Contratação de serviço de acolhimento provisório para até 10 crianças e adolescentes afastados do convívio familiar.

Valor: R\$ 153.900,00 (Cento e cinquenta e três mil novecentos reais)

Vigência: 01/04/2015 até 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2015

Contratado: CHAPECÓ COMÉRCIO DE PEÇAS E MÁQUINAS LTDA

Objeto: Conserto da carregadeira Michigam cod. frota nº 26. Valor: R\$ 29.800,00 (Vinte e nove mil e oitocentos reais).

Vigência: 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2015

Contratado: CHAPECÓ COMÉRCIO DE PEÇAS E MÁQUINAS LTDA

Objeto: Aquisição de peças para conserto do rolo CVR 15L cod. frota nº 46.

Valor: R\$ 12.991,00 (Doze mil novecentos e noventa e um reais).

Vigência: 31/12/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 04/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Tomada de Preço Nº 04/2015

Objeto: CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS - 2ª ETAPA - REPROGRAMADO, POR EMPREITADA GLOBAL, COM ÁREA DE 571,90 m², LOCALIZADO NA RUA ALMIRANTE BARROSO, CENTRO, MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS CONFORME CONTRATO DE REPASE Nº 0305207/49/ MINISTERIO TURISMO/ CAIXA

Tipo: Menor Preço Global

Entrega dos envelope: até as 08:30 horas do dia 15/04/2015

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 15/04/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:30 às 17:30 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 18 de março de 2015

Mauri J. Zucco

Prefeito Municipal

Coronel Martins**PREFEITURA****ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 015/2015 DE CONTRATO DE 20 DE MARÇO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 015/2015 DE CONTRATO DE 20 DE MARÇO DE 2015.

MÊS/ANO: ABRIL/2013. NÚMERO CONTRATO: 026/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/04/2013

CLÁUSULA I.**DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do Contrato supracitado, cujo objeto é a aquisição de serviços de engenharia sanitária e limpeza pública no perímetro urbano do município de Coronel Martins, compreendendo: Coleta, Transporte e Disposição Final de resíduos sólidos gerados pelo Município de Coronel Martins, SC, fica por este instrumento de Termo Aditivo, prorrogado 31 de março de 2016.

CLÁUSULA III.-

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo Termo Aditivo.

VISTO/JURÍDICO. Julcemar Comachio- OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 04.328.816/0001-08

CONTRATADO: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA.

DECRETO Nº. 063 DE 17 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 063 DE 17 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

- Considerando o disposto no art. 18, da Lei Complementar Municipal n. 039/2013 que estabelece sobre a progressão por tempo de serviço, concedida a cada 02 (dois) anos de efetivo exercício;
- Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida progressão por tempo de serviço a servidora Claudete Conte, membro do Magistério Público Municipal, equivalente a conquista de uma referência nas Tabelas que compõem os anexos I e II, da Lei Complementar Municipal nº. 039, de 03 de dezembro de 2013.

Nome	Período de Admissão	Nível Anterior	Nível Atual
Claudete Conte	01/03/1985	2.3-I	2.3-J

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 17 de março de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS - PROCESSO 13/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO 13/2015 - PREFEITURA
TOMADA DE PREÇOS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA RODOVIÁRIA, REFERENTE A IMPLANTAÇÃO DE TREVO DE ACESSO NA RODOVIA BR 116, KM 237,00, CONFORME ANEXOS DO EDITAL. Menor Preço global. Abertura dos envelopes: 03.04.2015 às 14:00 horas. Base Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto - SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 19 de março de 2015.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

NATHASA AMARAL PEREIRA
Presidente da Comissão de Licitação

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

DECRETO 5354/2015

DECRETO Nº 5354/2015.

DISPÕE SOBRE LIBERAÇÃO DA CLAUSULA DE REVERSÃO ESTIPULADA NO CONTRATO Nº 41/2007 FIRMADO ENTRE MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA E A EMPRESA J. ILTO DA ROSA & CIA LTDA ME E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal em de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela empresa J. Ilto da Rosa & CIA LTDA ME inscrita no CNPJ 04.900.628/0001-02, a qual solicita a liberação da clausula de reversão estipulada no contrato nº 41/2007;

CONSIDERANDO, ata lavrada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Dionísio Cerqueira - CODEM, a qual apresenta a avaliação dos itens propostos pela empresa no ato da habilitação para receber em doação o imóvel no loteamento industrial;

CONSIDERNADO, a manifestação da Gerencia de Controle Interno Municipal; sobre a assunto em questão;

CONSIDERANDO, a necessidade de novos investimentos, o que será possível através de empréstimos financeiros junto a instituições financeiras;

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a retirada da cláusula de reversão estipulada na Escritura Publica de Doação lavrada no livro nº 32, fls 86/88, sob protocolo nº 32049 em data de 01/04/2008, bem como na Matrícula nº 13.464 folha 01 do livro 02, Matrícula nº 13.465 folha 01 do livro 02, com área total de 6.579,30 m² (seis mil, quinhentos e setenta e nove virgula trinta metros quadrados) com confrontações conforme descrito nas matrículas 13.464 e 13.465 registradas no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Dionísio Cerqueira, SC.

Art. 2º. As despesas decorrentes deste ocorrerão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE MARÇO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 17/03/2015.

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS

Secretario Municipal

LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONISIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 018/2015. Objeto: Aquisição de Materiais Didáticos para oficinas do Centro de Atendimento Psico- social CAPS. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 31/03/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 17/03/2015.

João Stal - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONISIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 019/2015. Objeto: Prestação de serviços de lavagem de veículos para o Fundo Municipal de Saaúde. Entrega da documentação e propostas até as 10:30 horas do dia 31/03/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 17/03/2015.

João Stal - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONISIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 020/2015. Objeto: Aquisição de lanches para os servidores para realização de campanhas de prevenção e vigilância desenvolvidas pelo Fundo Municipal de saúde.. Entrega da documentação e propostas até as 14:00 horas do dia 31/03/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 17/03/2015.

João Stal - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONISIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 021/2015. Objeto: Aquisição de Pneus para os veículos do Fundo Municipal de saúde.. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 01/04/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 17/03/2015.

João Stal - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 008/2015. Objeto: Contratação de casa lar para abrigamento contínuo de longa permanência para de idosos sem vínculos familiares. Entrega da documentação e propostas até as 16:00 horas do dia 31/03/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 17/03/2015.

Altair Rittes - Prefeito Municipal

PUBLICAÇÕES CONTRATOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 018/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Epagri SC

Objeto: Prestação de serviço de Assistência técnica e extensão

rural pela Epagri para o Município Origem: Processo 036/2015

Modalidade DL 036/2015 PMDC. Valor R\$ 32.960,00 - Vigência:

16/03/2015 à 16/01/2016 - Dionísio Cerqueira 16/03/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 019/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Macromaq. Equipamento Ltda.

Objeto: Aquisição de peças e fornecimento de serviços mecânicos

para conserto e manutenção retro escavadeira hidráulica JS 160,.

Origem: Processo 022/2015 Modalidade Pregão 022/2015 PMDC.

Valor R\$ 70.000,00 - Vigência: 17/03/2015 à 16/04/2016 - Dioní-

sio Cerqueira 16/03/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 020/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Laborgrimm Clínica Médica Ltda

Objeto: Serviço de medicina no trabalho - PPRA - Programa de

prevenção de riscos ambientais;; PCMSO - Programa de controle

médico de saúde ocupacional; implantação e cursos da cipa - co-

missão interna de prevenção de acidentes; PPP - perfil Profisigrá-

fico previdenciário; laudo de insalubridade; laudo de periculosida-

de, disposição: médico para realização das consultas periódicas

(anuais), admissionais, demissionais, retorno ao trabalho ,mudan-

ça de função, técnico de segurança do trabalho,.Origem: Processo

022/2015 Modalidade DL 039/2015 PMDC. Valor R\$ 6.650,00 - Vi-

gência: 18/03/2015 à 18/01/2016 - Dionísio Cerqueira 18/03/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal

RESULTADOS LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos inte-

ressados o resultado do Processo 013/2015. Modalidade: DL nº

013/2015, Objeto Prestação de serviço de Assistência técnica e

extensão rural pela Epagri para o Município,. Valor R\$ 32.960,00

Vencedor : Epagri - Vigência 16/03/2015 à 16/01/2016

Dionísio Cerqueira 16/03/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interes-

sados o resultado do Processo 022/2015. Modalidade: Pregão nº

022/2015, Objeto Aquisição de peças e fornecimento de serviços

mecânicos para conserto e manutenção retro escavadeira hidráu-

lica JS 160,. Vencedor Macromaq. Equipamento Ltda. - Valor R\$

70.000,00

Dionísio Cerqueira 17/03/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos inte-

ressados o resultado do Processo 025/2015. Modalidade: Pregão

nº 025/2015, Objeto Aquisição de peças para conserto e manu-

tenção da máquina moto niveladora 120 K 01 da secretaria de

obras do Município. Vencedor: Paraná. Equipamento S/S - Valor

R\$ 21.430,93 - Dionísio Cerqueira 17/03/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos inte-

ressados o resultado do Processo 024/2015. Modalidade: Pregão

nº 024/2015, Objeto Aquisição de materiais para atendimento Pré

hospitalar para utilização em viaturas de auto socorro de urgência

do corpo de bombeiros de Dionísio Cerqueira. Vencedores: Amaril-

do Baseggio Cia Ltda - Valor R\$ 5.886,00 - Odontomedi- Produtos

Odontológico. e Hosp. Ltda. Valor R\$ 1.428,75.

Dionísio Cerqueira 17/03/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos inte-

ressados o resultado do Processo 036/2015. Modalidade: DL nº

036/2015, Objeto Prestação de serviço de Assistência técnica e

extensão rural pela Epagri para o Município. Vencedores: Epagri

SC. Valor R\$ 32.960,00 Vigencia 16/03/2015 à 15/01/2016 Dioní-

sio Cerqueira 16/03/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos inte-

ressados o resultado do Processo 039/2015. Modalidade: DL nº

039/2015, Objeto Serviço de medicina no trabalho i para o Mu-

nicípio. Vencedores: Laborgrimm Clínica Médica Ltda. Valor R\$

6.650,00 Vigência 18/03/2015 à 18/01/2016

Dionísio Cerqueira 18/03/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

PORTARIA 037/2015

PORTARIA no 037, de 09 de Março de 2015.

Altera, a pedido, o período de licença pra tratar de interesses particulares, estabelecido pela Portaria nº 130/2014.

O Prefeito em Exercício Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e em conformidade com o artigo 89 da Lei Complementar no 50, de 16/10/2006; e

Considerando-se que o período da licença concedido pela Portaria nº 130/2014 de 28/10/2014, estava pré-definida pelo período de 06 meses a contar de 28/10/2014;

Considerando-se a manifestação apresentada pelo servidor, pleiteando a alteração no período de licença concedido; resolve:

ALTERAR

O período de licença para tratar de interesses particulares concedida pela Portaria nº 130 de 28/10/2014, ao servidor Sergio Luiz dos Santos, ocupante do emprego efetivo de Motorista de Carga, que passa a ser de 28/10/2014 à 09/03/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 09 de março de 2015;
27o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA 038/2015

PORTARIA no 038, de 15 de Março de 2015.

Altera período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no emprego de Atendente de Odontologia

O Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso V do art. 2 da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades médico-hospitalares (Unidades de Saúde), ambulatórios e unidades sanitárias, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento da demanda e/ou número de pacientes, ou nos casos de licença e/ou afastamento do exercício do cargo;

Considerando-se a alteração da Lei Complementar nº 32 de 06/04/2004, através da Lei Complementar nº 117 de 13/12/2013 onde incluiu o Emprego Público de Atendente de Odontologia no Grupo II dos empregos permanentes;

Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 01/2014, a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público para o emprego e a urgência da contratação para manutenção dos serviços públicos essenciais da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, resolve:

ALTERAR

O período de contratação da servidora ELAINE CRISTINA CIPRIANI, nas funções do emprego público de Atendente de Odontologia, com carga horária 40 horas semanais e vencimento de

R\$ 1.402,71 (um mil quatrocentos e dois reais e setenta e um centavos) mensais, previsto na Portaria nº 077 de 27/06/201 alterada pela Portaria nº 160 de 15/12/2014, que passa a ser de 01/07/2014 à 01/07/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de março de 2015;
27o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA 039/2015

PORTARIA no 039, de 15 de Março de 2015.

Altera período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no emprego de Técnica em Enfermagem.

O Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso V do art. 2 da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades médico-hospitalares (Unidades de Saúde), ambulatórios e unidades sanitárias, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento da demanda e/ou número de pacientes, ou nos casos de licença e/ou afastamento do exercício do cargo;

Considerando-se a exoneração da servidora titular (Neide Cristofolini) através da Portaria nº 074, de 26/06/2014, e a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público para o emprego; Considerando-se a aprovação deste candidato no Processo Seletivo nº 01/2014, e a urgência da contratação para manutenção dos serviços públicos essenciais da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, resolve:

ALTERAR

O período de contratação da servidora FRANCIANE SCHWEDER, nas funções do emprego público de Técnica em Enfermagem, com carga horária 40 horas semanais e vencimento de R\$ 1.402,71 (um mil quatrocentos e dois reais e setenta e um centavos) mensais, previsto na Portaria nº 001 de 12/01/2015, que passa a ser de 12/01/2015 à 01/07/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de março de 2015;
27o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA 040/2015

PORTARIA no 040, de 15 de Março de 2015.

Altera período de contratação de servidor em caráter temporário para Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no emprego público de Motorista de Ambulância.

O Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso V do art. 2 da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades médico-hospitalares (Unidades de Saúde), ambulatórios e unidades sanitárias, por vacância nos casos de falecimento,

aposentadoria, exoneração e demissão, aumento da demanda e/ou número de pacientes, ou nos casos de licença e/ou afastamento do exercício do cargo;

Considerando-se o afastamento temporário de servidores para gozo de férias regulares, bem como a ausência de servidores efetivos para substituição;

Considerando-se a aprovação deste candidato no Processo Seletivo nº 01/2014, e a urgência da contratação para manutenção do atendimento na Unidade de Saúde; resolve:

ALTERAR

O período de contratação do servidor MANOEL VOLNEI FLORIANO, nas funções do emprego público de Motorista de Ambulância, com carga horária de 44 horas semanais e vencimento de R\$ 1.240,85 (um mil duzentos e quarenta reais e oitenta e cinco centavos) mensais, previsto na Portaria nº 138 de 24/11/2014, que passa a ser de 01/12/2014 à 01/07/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de março de 2015;
27o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA 041/2015

PORTARIA no 041, de 15 de Março de 2015.

Altera período de contratação de servidor em caráter temporário para Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no emprego público de Técnico em Enfermagem.

O Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso V do art. 2 da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades médico-hospitalares (Unidades de Saúde), ambulatórios e unidades sanitárias, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento da demanda e/ou número de pacientes, ou nos casos de licença e/ou afastamento do exercício do cargo;

Considerando-se a exoneração da servidora titular (Daiana Maria Stulzer) através da Portaria nº 107, de 03/09/2013, e a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público para o emprego; Considerando-se a aprovação deste candidato no Processo Seletivo nº 01/2014, e a urgência da contratação para manutenção dos serviços públicos essenciais da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, resolve:

ALTERAR

O período de contratação do servidor DIOGENES MOSER, nas funções do emprego público de Técnico de Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento de R\$ 1.402,71 (um mil quatrocentos e dois reais e setenta e um centavos) mensais, previsto na Portaria nº 076 de 27/06/2014, alterada pela Portaria nº 159 de 15/12/2014, que passa a ser de 01/07/2014 à 01/07/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de março de 2015;
27o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA 042/2015

PORTARIA no 042, de 15 de março de 2015.

Altera o período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Professora I.

O Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;

Considerando a necessidade de complementação da grade curricular com a disciplina de inglês e informática, e a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público para o emprego;

Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 01/2014, e a urgência da contratação para manutenção do atendimento dos alunos da rede municipal de educação, a ponderação de princípios constitucionais; e a previsão legal para aumento da carga horária e da remuneração até as 40 horas semanais, auxiliando no atendimento da demanda da rede municipal de ensino resolve:

ALTERAR

O período de contratação da servidora JESSICA LENZ, nas funções do emprego de Professora I, com carga horária ampliada para 24 horas semanais e vencimento de R\$ 1.388,95 (Um mil trezentos e oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos) mensais, previsto na Portaria nº 013 de 05/02/2015, que passa a ser de 05/02/2015 à 17/04/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de março de 2015;
27o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA 043/2015

PORTARIA no 043, de 15 de março de 2015.

Altera o período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Professora I.

O Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;

Considerando-se a exoneração da servidora titular (Marli Aparecida Buzzi Stulzer) através da Portaria nº 006 de 21/01/2014, e a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público para o emprego;

Considerando-se a possibilidade de atendimento transitório destas necessidades com contratação temporária enquanto não houver a realização do Processo Seletivo, sem paralisação de serviços, resolve:

ALTERAR

O período de contratação da servidora YASMIN TAÍS GOZAVA, nas funções do emprego de Professora I, com carga horária de 20 horas semanais e vencimento de R\$ 1.157,46 (Um mil cento e cinquenta e sete reais e quarenta e seis centavos) mensais, previsto na Portaria nº 029 de 13/02/2015, que passa a ser de 18/02/2015 à 17/04/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de março de 2015; 27o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA 044/2015

PORTARIA no 044, de 15 de março de 2015.

Altera o período de contratação de servidor em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Professor I.

O Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular; Considerando a necessidade de complementação da grade curricular na disciplina de artes e a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público para o emprego; Considerando-se a aprovação deste candidato no Processo Seletivo nº 03/2014, e a urgência da contratação para manutenção do atendimento dos alunos da rede municipal de educação, a ponderação de princípios constitucionais; resolve:

ALTERAR

O período de contratação do servidor JOCINEI LANGA, nas funções do emprego de Professor I, com carga horária de 20 horas semanais e vencimento de R\$ 1.157,46 (Um mil cento e cinquenta e sete reais e quarenta e seis centavos) mensais, previsto na Portaria nº 014 de 05/02/2015, que passa a ser de 05/02/2015 à 17/04/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de março de 2015; 27o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA 045/2015

PORTARIA no 045, de 15 de março de 2015.

Altera o período de contratação de servidor em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Professor I.

O Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas

unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular; Considerando-se a exoneração do servidor titular (Denny Emerson Heinzen) através da Portaria nº 008, de 01/02/2013, e a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público para o emprego;

Considerando-se a possibilidade de atendimento transitório destas necessidades com contratação temporária enquanto não houver a realização do Processo Seletivo, sem paralisação de serviços, resolve:

ALTERAR

O período de contratação do servidor CRISTIAN TIAGO HEINRICH, nas funções do emprego de Professor I, com carga horária de 18 (dezoito) horas e 36 (trinta e seis) minutos, semanais e vencimento de R\$ 1.076,44 (Um mil setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos) mensais, previsto na Portaria nº 015 de 05/02/2015, que passa a ser de 05/02/2015 à 17/04/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de março de 2015; 27o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA 046/2015

PORTARIA no 046, de 15 de março de 2015.

Altera o período de contratação de servidor em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Professor I.

O Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;

Considerando a necessidade de manutenção do programa de integração dos alunos com necessidades especiais no ensino regular e melhoria de seu desenvolvimento cognitivo para interação e inserção social, com adaptação de recursos humanos compatíveis com os desafios de cada educando;

Considerando-se a possibilidade de atendimento transitório destas necessidades com contratação temporária enquanto não houver a realização do Processo Seletivo, sem paralisação de serviços; resolve:

ALTERAR

O período de contratação do servidor BRUNO POETA, nas funções do emprego de Professor I, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento de R\$ 2.314,92 (Dois mil trezentos e quatorze reais e noventa e dois centavos) mensais, previsto na Portaria nº 016 de 05/02/2015, que passa a ser de 05/02/2015 à 17/04/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de março de 2015; 27o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA 047/2015

PORTARIA no 047, de 15 de Março de 2015.

Designa servidor para exercício de Função Gratificada na Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos.

O Prefeito em Exercício Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e na Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004, resolve:

DESIGNAR FUNÇÃO GRATIFICADA

Com base no Art. 15, da Lei Complementar nº 32, de 06/04/2004, o servidor abaixo relacionado, detentor do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, a contar de março:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS			
NOME	NÍVEL	VALOR	FUNÇÃO GRATIFICADA
Ademir Klitzke	II	R\$ 274,55	Responder pela Manutenção das Antenas Repetidoras de sinal de TV.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de março de 2015;
27o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.
JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA 048/2015

PORTARIA no 048, de 17 de Março de 2015.

Altera Pregoeiro Substituto e membro da Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho.

O Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; resolve:

Art. 1º - Designar para atuarem como Pregoeiros em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho para o exercício de 2015, os servidores:

PREGOEIRA TITULAR	PREGOEIRO SUBSTITUTO
Jaqueline Cesário CPF: 053.893.889/76	Paulo Andrey Vicente CPF: 007.591.729/78

Parágrafo único. O Edital indicará em cada certame licitatório o Pregoeiro e seu substituto.

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho, as servidoras:

Cristiane Tonolli Tomelim CPF: 904.679.909-30	Neuza Fátima Girelli CPF: 776.795.479-04	Tassiana Ouriques Becker CPF: 059.306.289-20
--	---	--

Parágrafo único: o Edital indicará os membros da Equipe de Apoio para atuarem no certame, com um mínimo de três integrantes.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 17 de Março de 2015;
27o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.
JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC.

Forquilha**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 28/PMF/2014-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 168/PMF/2014**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 168/2014 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 28/2014 - PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR para utilização nas escolas da rede municipal de ensino do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 29/08/2015

3ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 29/PMF/2014-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 171/PMF/2014

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 171/2014 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 29/2014 - PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), necessários para o atendimento aos colaboradores do Município de Forquilha/SC, por meio das diversas secretarias, para futuras aquisições, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 16/09/2015

3ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 30/PMF/2014-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 177/PMF/2014

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 177/2014 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 30/2014 - PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS

VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO E PLANTIO DE GRAMA EM LEIVA do tipo "manteiga", para uso nos diversos espaços públicos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 17/09/2015
3ª Publicação.

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/FMS/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 08/FMS/2015.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a contratação de empresas para aquisição de medicamentos, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 08 de abril de 2015 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00; 13:00 às 17:00 horas, pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123 e solicitação do edital através dos e-mails: licitacoes@forquilha.sc.gov.br ou processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 18 de março de 2015.
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO Nº 31/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 31/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO - contratação de empresa especializada para reforma do Centro Comunitário Morro Comprido, com área de 645,02 m², localizado na Rodovia Municipal Linha Minatto, Morro Comprido, Forquilha, de acordo com o contrato de Comodato nº. 04/PMF/2015 celebrado entre esta municipalidade e a Diocese de Criciúma/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

VALOR - R\$ 206.460,08 (duzentos e seis mil quatrocentos e sessenta reais e oito centavos).

VIGÊNCIA - 270 (duzentos e setenta) dias corridos (prazo de execução + 90 dias) - 22/11/2015

DOTAÇÃO - 0701.1019.4490 (110)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Tomada de Preço nº. 04/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA - 25 de fevereiro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 34/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 34/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - INOVA SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÃO LTDA ME

OBJETO - Contratação de empresa para a prestação de serviço e implantação de sistema de telefonia digital (PABX) baseado em servidor IP, contendo software para gerenciamento da plataforma IP e equipamentos em comodato para atender a administração municipal.

VALOR - R\$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA - 12 meses.

DOTAÇÃO - 0401.2010.3390 (26)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 27/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA - 05 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02/FMA/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMA Nº 02/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMA Nº 26/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - GODOI & GODOI COM. VAREJ. DE COMBUST. E LUBRIF. LTDA.

DO OBJETO - Fornecimento de combustíveis para consumo da frota de veículos do FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE de Forquilha, durante o exercício de 2015, de acordo com a proposta da contratada.

DO VALOR - O valor unitário do objeto do Contrato nº. 26/FMA/2014 sofrerá um reajuste de 10,3%, passando de R\$ 2,99 (dois reais e noventa e nove centavos) para R\$ 3,29 (três reais e vinte e nove centavos), perfazendo no aumento do valor do saldo contratual em R\$ 2.376,00 (dois mil trezentos e setenta e seis reais) para o exercício de 2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 12 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 05/FMS/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 05/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 102/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - GODOI & GODOI COM. VAREJ. DE COMBUST. E LUBRIF. LTDA.

DO OBJETO - Fornecimento de combustíveis para consumo da frota de veículos do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Forquilha, durante o exercício de 2015, de acordo com a proposta da contratada.

DO VALOR - O valor unitário do objeto do Contrato nº. 102/FMS/2014 sofrerá um reajuste de 10,3%, passando de R\$ 2,99 (dois reais e noventa e nove centavos) para R\$ 3,29 (três reais e vinte e nove centavos), perfazendo no aumento do valor do saldo contratual em R\$ 12.321,30 (doze mil trezentos e vinte e um reais e trinta centavos) para o exercício de 2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 12 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 08/PMF/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 08/2015
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 129/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CAPRIXO CONSTRUTORA LTDA ME.

DO OBJETO - Construção da Capela Mortuária Santa Terezinha, com área de 118,15 m², conforme Proposta nº. 13043, Programa nº. 2014003067 e Convênio nº 2014 TR 002323 da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional/Criciúma junto a Prefeitura Municipal de Forquilha/SC;

DO VALOR - Fica acrescido o valor de R\$ 2.704,37 (dois mil setecentos e quatro reais e trinta e sete centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, devido a serviços adicionais, conforme solicitação.

DO PRAZO - Em razão das adequações supracitadas, fica acrescido 60 (sessenta) dias no prazo de execução do contrato 129/PMF/2014 de 24/03/2015 para 23/05/2015 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 21/08/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 20 de fevereiro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 15/PMF/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 15/2015
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 225/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - GODOI & GODOI COM. VAREJ. DE COMBUST. E LUBRIF. LTDA.

DO OBJETO - Fornecimento de combustíveis para consumo da frota de veículos do município de Forquilha, durante o exercício de 2015, de acordo com a proposta da contratada.

DO VALOR - O valor unitário do objeto do Contrato nº. 225/PMF/2014 sofrerá um reajuste de 10,3%, passando de R\$ 2,99 (dois reais e noventa e nove centavos) para R\$ 3,29 (três reais e vinte e nove centavos), perfazendo no aumento do valor do saldo

contratual em R\$ 21.294,00 (vinte e um mil duzentos e noventa e quatro reais) para o exercício de 2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 12 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.071, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 2.071, DE 18 DE MARÇO de 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO À COOPERNOVA - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA NOVA FORÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município de Forquilha - SC autorizado a firmar Convênio com a COOPERNOVA - Cooperativa Agropecuária Nova Força, com sede à Rodovia Antônio Valmor Canella, Km 3, Bairro Santa Ana, Forquilha, Santa Catarina, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF nº. 07.016.282/0001-64, com os objetivos:

- a) fixação do homem no campo;
- b) inserção de agricultores familiares na cadeia produtiva do leite;
- c) ocupação da mão de obra familiar;
- d) diversificação da atividade agrícola;
- e) geração de renda de cultura associativa;
- f) inovação tecnológica;
- g) desenvolvimento sócio econômico do espaço rural;
- h) aumentar a produtividade de leite;
- i) melhora em quantidade e qualidade aos rebanhos;
- j) cobrir o vazio forrageiro de outono e primavera;
- k) tecnificar a alimentação dos bovinos visando aumento de produtividade;
- l) aproveitamento de excedentes de produção volumosa de verão;
- m) aproveitamento das áreas ociosas no inverno para produção de feno e pré-secado advindo de pastagens de inverno e subsequente plantio direto para milho;
- n) adensamento de rebanhos visando maior produção por área;
- o) melhoria nos índices zootécnicos em geral;
- p) melhoria na eficiência da coleta de leite e sua qualidade, visando adequação para os parâmetros de qualidade fixados pelo governo federal;
- q) agregação de valor ao produto em virtude da coleta e comercialização conjunta;
- r) aumentar a arrecadação de impostos.

Art. 2º O Poder Executivo do Município de Forquilha, para consecução dos objetivos do convênio disposto no art. 1º desta lei, fica autorizado a conceder, mediante Termo de Concessão de Direito Real de Uso, a COOPERNOVA - Cooperativa Agropecuária Nova Força os seguintes equipamentos:

- a) 01 (um) laboratório para análise de leite, composto por analisador de leite ultrassônico de bancada, analisador de leite ultrassônico portátil e analisador de células somáticas;
- b) 01 (um) ancinho enleirador, marca Luma;
- c) 01 (uma) mini enfardadeira, marca Finardi;
- d) 01 (uma) mini empacotadeira para pré-secado, marca Finardi;
- e) 01 (uma) segadeira condicionadora, marca BCS;
- f) 01 (um) trator 4x4, marca Mahindra;
- g) 01 (um) caminhão truck, marca Ford, com 01 (um) tanque

isotérmico de coleta de leite com capacidade de 14.000 litros, marca Metanox.

Art. 3º Caberá a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente a fiscalização da execução do Convênio firmado.

Art. 4º As despesas decorrentes danos causados a terceiros, da manutenção e conservação, licenciamento e de utilização dos equipamentos concedidos são de responsabilidade da COOPERNOVA - Cooperativa Agropecuária Nova Força.

Art. 5º A Concessão de Direito Real de Uso de que trata esta Lei será pelo prazo determinado no Termo de Convênio, podendo ser prorrogado enquanto houver interesse público, e poderá ser rescindido em qualquer tempo, desde que haja interesse de qualquer das partes.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão por conta das dotações vigentes no Orçamento do Município.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 18 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 18 de março de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.072, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 2.072, DE 18 DE MARÇO de 2015.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 1.338, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o inciso II do art. 9º da Lei nº 1.338, de 13 de dezembro de 2007, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º

II - ORGÃO DE DIREÇÃO.

a) Superintendência:

NÚMERO DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	Grau de escolaridade	NÍVEL SALARIAL
01	Superintendente	Formação em Curso Superior	DAS-01
01	Gerente de Licenciamento e Fiscalização Ambiental	Formação em Curso Superior e conhecimento comprovado na área ambiental.	DAS-09
01	Coordenador de Educação Ambiental e Bem Estar Animal	Formação em Curso Médio.	DAS-04”

(NR)

Art. 2º Fica incluído a atribuição do cargo de Coordenador de Educação Ambiental e Bem Estar Animal no Anexo Único da Lei nº 1.338, de 13 de dezembro de 2007, passando a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 1.338, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2007.

.....

I - ÓRGÃOS DE DIREÇÃO:

.....

Coordenador de Educação Ambiental e Bem Estar Animal:

Cargo de confiança de livre nomeação e exoneração pelo Poder Executivo. Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Coordenadoria de Educação Ambiental e Bem Estar Animal. Cumprir e fazer cumprir as leis de política municipal do meio ambiente e legislação estadual e federal pertinente. Executar estudos pesquisas, planos, projetos na área ambiental para o município. Pesquisar, avaliar e viabilizar projetos e ações em educação ambiental no município, de acordo com a finalidade. Pesquisar e viabilizar ações de implantação de políticas de minimização de resíduos, reutilização e reciclagem de materiais. Pesquisar, viabilizar e executar projetos e ações voltados ao bem estar animal para município. Desenvolver políticas públicas voltadas para a minimização de práticas de abuso, maus tratos e abandono de animais. Assessorar a Equipe da Fundação Ambiental em seus atos, colaborando sempre com seu bom funcionamento. Exercer outras atividades pertinentes ou que lhe forem atribuídas, bem como as demais constantes no estatuto. Cumprir as determinações dos órgãos de direção.

..... ” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 18 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 18 de março de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0038_2015-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0038/2015 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de transporte de gêneros alimentícios, sendo cesta de produtos perecíveis provenientes da agricultura familiar e de distribuição gratuita às famílias cadastradas junto ao CRAS - São Miguel. Julgamento: Menor preço por ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 01.04.2015. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 18 de março de 2015.

Ivo Biazolo
Prefeito

DECRETO Nº 051/2015

DECRETO Nº 051, DE 18 DE MARÇO DE 2015.
NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para integrarem a Comissão Especial de Avaliações de Valores dos Imóveis, os seguintes representantes:

I - WIGAND LEONHARDT
II - ALDAIR ANTÔNIO MORAES
III - FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA
IV - DIEGO MICHELON FERREIRA
V - DANIEL DRESCH

Art. 2º. A Comissão Especial de Avaliações de Valores dos Imóveis solicitará aos órgãos do Município pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos, sempre que se fizerem necessários.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 18 DE MARÇO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT15PMF23_DOM

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT15PMF23

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: KALBRINK MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS E OUTROS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO BAIRRO DAS NAÇÕES (PADRÃO PROINFÂNCIA), CONSTANTES DOS LOTES 1, 2, 4, 5, 8, 13, 19, 23, 28, 30, 31, 32, 34, 39, 44, 46, 47, 49, 50, 53, 55, 67 E 68 DO EDITAL. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 19.622,59 (DEZENOVE MIL, SEISCENTOS E VINTE E DOIS REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 17.03.2015. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 17.03.2015 A 30.06.2015. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0029/2015 - PMF. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2015. RECURSOS: 9.317 - RECURSOS FEDERAIS (TERMO DE COMPROMISSO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR Nº 201403187 - FNDE).

FRAIBURGO (SC), 17 DE MARÇO DE 2015
IVO BIAZZOLO
PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT15PMF24_DOM

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT15PMF24

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: GESUL COMERCIAL LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS E OUTROS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO BAIRRO DAS NAÇÕES (PADRÃO PROINFÂNCIA), CONSTANTES DOS LOTES 3, 7, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 24, 26, 27, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 45, 48, 51, 52, 54, 56, 62, 64 E 66 DO EDITAL. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 42.868,19 (QUARENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS E SESENTA E OITO REAIS E DEZENOVE CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 17.03.2015. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 17.03.2015 A 30.06.2015. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0029/2015 - PMF. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2015. RECURSOS: 9.317 - RECURSOS FEDERAIS (TERMO DE COMPROMISSO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR Nº 201403187 - FNDE).

FRAIBURGO (SC), 17 DE MARÇO DE 2015
IVO BIAZZOLO
PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT15PMF25_DOM

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT15PMF25

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: VERONICA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE ME. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS E OUTROS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO BAIRRO DAS NAÇÕES (PADRÃO PROINFÂNCIA), CONSTANTES DOS LOTES 6, 9, 11, 12, 17, 22, 35, 58, 59, 60, 61 E 65 DO EDITAL. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 14.911,49 (QUATORZE MIL, NOVECENTOS E ONZE REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 17.03.2015. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 17.03.2015 A 30.06.2015. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0029/2015 - PMF. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2015. RECURSOS: 9.317 - RECURSOS FEDERAIS (TERMO DE COMPROMISSO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR Nº 201403187 - FNDE).

- PAR Nº 201403187 - FNDE).

FRAIBURGO (SC), 17 DE MARÇO DE 2015
IVO BIAZZOLO
PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT15PMF26_DOM

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT15PMF26
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: ERALDO B. DE OLIVEIRA & CIA LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS E OUTROS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO BAIRRO DAS NAÇÕES (PADRÃO PROINFÂNCIA), CONSTANTES DOS LOTES 10, 29, 33 E 63 DO EDITAL. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 8.375,40 (OITO MIL, TREZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E QUARENTA CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 17.03.2015. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 17.03.2015 A 30.06.2015. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0029/2015 - PMF. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2015. RECURSOS: 9.317 - RECURSOS FEDERAIS (TERMO DE COMPROMISSO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR Nº 201403187 - FNDE).

FRAIBURGO (SC), 17 DE MARÇO DE 2015
IVO BIAZZOLO
PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT15PMF27_DOM

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT15PMF27
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: IVANETE FÁTIMA LERIN ME. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO BAIRRO DAS NAÇÕES (PADRÃO PROINFÂNCIA), CONSTANTES DO LOTE 25 DO EDITAL. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 990,00 (NOVECIENTOS E NOVENTA REAIS). DATA DO CONTRATO: 17.03.2015. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 17.03.2015 A 30.06.2015. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0029/2015 - PMF. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2015. RECURSOS: 9.317 - RECURSOS FEDERAIS (TERMO DE COMPROMISSO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR Nº 201403187 - FNDE).

FRAIBURGO (SC), 17 DE MARÇO DE 2015
IVO BIAZZOLO
PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT15PMF28_DOM

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT15PMF28
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: SALVI, LOPES & CIA LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS PADRONIZADOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO BAIRRO DAS NAÇÕES (PADRÃO PROINFÂNCIA), CONSTANTES DO LOTE 38 DO EDITAL. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 1.524,00 (UM MIL, QUINHENTOS E VINTE E QUATRO REAIS). DATA DO CONTRATO: 17.03.2015. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 17.03.2015 A 30.06.2015. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0029/2015 - PMF. MODALIDADE: PREGÃO

ELETRÔNICO Nº 0001/2015. RECURSOS: 9.317 - RECURSOS FEDERAIS (TERMO DE COMPROMISSO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR Nº 201403187 - FNDE).

FRAIBURGO (SC), 17 DE MARÇO DE 2015
IVO BIAZZOLO
PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT15PMF29_DOM

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT15PMF29
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: ÉGIDE COMÉRCIO DE VESTUÁRIO E ELETRODOMÉSTICOS LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO BAIRRO DAS NAÇÕES (PADRÃO PROINFÂNCIA), CONSTANTES DO LOTE 57 DO EDITAL. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 487,98 (QUATROCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 17.03.2015. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 17.03.2015 A 30.06.2015. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0029/2015 - PMF. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2015. RECURSOS: 9.317 - RECURSOS FEDERAIS (TERMO DE COMPROMISSO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR Nº 201403187 - FNDE).

FRAIBURGO (SC), 17 DE MARÇO DE 2015
IVO BIAZZOLO
PREFEITO

PORTARIA Nº 0869/2015

PORTARIA Nº 0869, DE 18 DE MARÇO DE 2015.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, o servidor LINDOMAR PALMERA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 833.733.229-87, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR e PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 13 de março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de março de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

703

DECRETO Nº 703/2015, 16 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da lei orgânica do município de Frei Rogério, art. 13º, Inciso III, da lei nº 806/2014 de 27/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 2.982,77 (Dois mil, novecentos e oitenta e dois reais e setenta e sete centavos), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	
Unidade:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.	
Proj./Ativ.	2.025	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
	3.3.90.00.00.00.00.00.0194	Aplicações Diretas	
	141	Aplicações Diretas	R\$ 2.982,77
	TOTAL		R\$ 2.982,77

Art. 2º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior fica utilizado o recurso do superávit financeiro do exercício de 2014 no valor R\$ 2.982,77 (Dois mil, novecentos e oitenta e dois reais e setenta e sete centavos), da fonte 2.4.71.99.00.00.00.00 - Outras Transferências de Convênio da União para a dotação orçamentária do orçamento corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Frei Rogério/SC, 16 de março de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Nº702

DECRETO Nº 702/2015, 16 DE MARÇO DE 2015.

ABRE DE CRÉDITO NO PPA, LDO E LOA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da Lei Orgânica do Município de Frei Rogério e 13º, § 5º e art. 5º da Lei nº 806/2014 de 27/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito no PPA, LDO e LOA da Prefeitura Municipal de Frei Rogério com a seguinte classificação Orçamentária:

Órgão:	02	PODER EXECUTIVO
Unidade:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.
Proj./Ativ.	2.025	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
	3.3.90.00.00.00.00.00.0194	Aplicações Diretas
	141	Aplicações Diretas

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério/SC, 16 de março de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Galvão**PREFEITURA****PROCESSO DE LICITAÇÃO FUNSAU 007/2015****EXTRATO DE EDITAL**

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 007/2015, Edital de Pregão Presencial - Sistema de Registro de Preço 005/2015, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 31 de março de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PROFISSIONAL DE MODELAGEM E CONFECÇÃO DE PROTESES DENTARIA, ESTA AQUISIÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SORRISO GALVONENSE, QUE CONSISTE NA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PROTESES AOS PACIENTES CARENTES E QUE NÃO TEM CONDIÇÕES FINANCEIRAS conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão - SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 18 de março de 2015.
Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Garopaba**PREFEITURA****AVISO SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PR005/2015****AVISO SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2015**

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que suspendeu "sine die" o edital de Pregão Presencial nº 005/2015, que tem por objeto o registro de preços para aquisição parcelada de materiais de enfermagem para atender a Secretaria de Saúde deste Município, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM em 11/03/2015. O respectivo edital foi suspenso para retificação, visando melhor atender o interesse público da contratação.

Garopaba, 18 de março de 2015.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

AVISO SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PR006/2015**AVISO SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2015**

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que suspendeu "sine die" o edital de Pregão Presencial nº 006/2015, que tem por objeto o Registro de preços para aquisição parcelada de materiais odontológicos para atender demanda das unidades básicas de saúde do município de Garopaba, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM em 11/03/2015. O respectivo edital foi suspenso para retificação, visando melhor atender o interesse público da contratação.

Garopaba, 18 de março de 2015.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 06/2015****PORTARIA Nº 06/2015**

AUTORIZA SERVIDOR PARA CONDUZIR VEÍCULO LOCADO PELA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Luiz Bernardo, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º Autorizar o Senhor LUCAS SANTANA FURTADO, matrícula nº 110, RG 6.079.792 SSP/SC Carteira Nacional de Habilitação nº 04963241258, a conduzir os veículos de placas QHL 8701 Toyota/ corola, e QHE 0851 VW/voyage, locados pela Câmara Municipal de Garopaba, conforme Pregão Presencial nº 01/2015, contrato nº 02/2015, para serviço exclusivo do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º O Servidor deverá se responsabilizar pelas eventuais infrações ocorridas no trânsito quando o veículo estiver sob sua

direção.

Art. A autorização de que trata esta Portaria tem validade durante a vigência do contrato nº 02/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 18 de março de 2015.

Luiz Bernardo

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em ____/____/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Ivaldo da Silva Lobo Filho

Diretor Administrativo

Câmara Municipal de Garopaba

PORTARIA Nº 07/2015

PORTARIA Nº 07/2015

AUTORIZA SERVIDOR PARA CONDUZIR VEÍCULO LOCADO PELA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Luiz Bernardo, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º Autorizar o Senhor IVALDO DA SILVA LOBO FILHO, matrícula nº 041, RG 3823458 SSP/SC, Carteira Nacional de Habilitação nº 01295413161, a conduzir os veículos de placas QHL 8701 Toyota/corola, e QHE 0851 VW/voyage, locados pela Câmara Municipal de Garopaba, conforme Pregão Presencial nº 01/2015, contrato nº 02/2015, para serviço exclusivo do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º O Servidor deverá se responsabilizar pelas eventuais infrações ocorridas no trânsito quando o veículo estiver sob sua direção.

Art. A autorização de que trata esta Portaria tem validade durante a vigência do contrato nº 02/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 18 de março de 2015.

Luiz Bernardo

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em ____/____/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn

Diretora Redação Legislação e Processo Legislativo

Câmara Municipal de Garopaba

PORTARIA Nº 08/2015

PORTARIA Nº 08/2015

AUTORIZA SERVIDOR PARA CONDUZIR VEÍCULO LOCADO PELA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Luiz Bernardo, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º Autorizar o Senhor JOSUÉ FURTADO DOS PASSOS, matrícula nº 092, RG 4882001 SSP/SC, Carteira Nacional de Habilitação nº 03273273539, a conduzir os veículos de placas QHL 8701 Toyota/corola, e QHE 0851 VW/voyage, locados pela Câmara Municipal de Garopaba, conforme Pregão Presencial nº 01/2015, contrato nº 02/2015, para serviço exclusivo do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º O Servidor deverá se responsabilizar pelas eventuais infrações ocorridas no trânsito quando o veículo estiver sob sua direção.

Art. A autorização de que trata esta Portaria tem validade durante a vigência do contrato nº 02/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 18 de março de 2015.

Luiz Bernardo

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em ____/____/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Ivaldo da Silva Lobo Filho

Diretor Administrativo

Câmara Municipal de Garopaba

RESOLUÇÃO Nº 3 DE 18 DE MARÇO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 3 DE 18 DE MARÇO DE 2015

"APROVA AS CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIZ BERNARDO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de fevereiro de 2015 deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 18 de março de 2015.

Luiz Bernardo
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dezoito dias do mês de março de 2015.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn
Diretora de Redação, Legislação e Processo Legislativo

Garuva**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 002/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 002/2015

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo de julgamento: Menor Preço por Lote

Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço de limpeza, conservação e recepção, conforme especificações constantes do Termo de Referência e demais condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, para atender as necessidades da Administração Municipal.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 31/03/2015 às 08:30 horas.

A FASE DE LANCES VERBAIS OCORRERÁ LOGO APÓS.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 17 de março de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

LEI Nº 1870/2015

LEI Nº 1870, DE 17 DE MARÇO DE 2015

"Reconhece dívida do Município de Garuva com a empresa Metronorte Comercial de Veículos Ltda e dá outras providências".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida a dívida de R\$ 2012,31 (dois mil e doze reais e trinta e um centavos) para com a empresa Metronorte Comercial de Veículos Ltda, estabelecida na Rua Doutor João Colin, 1440, Bairro America na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ sob o número 05.035.532/0009-35, referente a aquisição de materiais e serviço em 27/01/2014 para manutenção do veículo Montana de placa MGW 6426 da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Parágrafo único - Os materiais e serviço descritos neste artigo constam das Notas Fiscais 42.644 e 15158 emitidas pela empresa em 24/01/2014 e 27/01/2014, respectivamente.

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar o empenhamento, liquidação e pagamento das despesas decorrentes do artigo 1º por conta do orçamento vigente na atividade 2065-Manutenção do Setor de Obras e Serviços Públicos, conforme a seguir:

10.003.015.452.1033.2065-Ma-nut. do Setor de Obras e Serviços Públicos	339030	01.00.00	R\$	1132,31
10.003.015.452.1033.2065-Ma-nut. do Setor de Obras e Serviços Públicos	339039	01.00.00	R\$	880,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

LEI Nº 1871/2015

LEI Nº 1871, DE 17 DE MARÇO DE 2015

“Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S.A. e dá outras providências correlatas”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R\$ 1.800.000,00 (um milhão oitocentos mil reais), observadas as disposições legais e contratuais em vigor para as operações de crédito do Programa BNDES de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos Automático-PMAT BNDES Automático nos termos do inciso III, parágrafo 1º, Art. 9º da Resolução CMN 2827/2001, com redação dada pelas Resoluções nº 2.920, de 16.12.2001, do Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo Único - Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada no caput deste artigo serão obrigatoriamente aplicados em investimento voltados à melhoria da eficiência, qualidade e transparência da gestão pública, em consonância com o parágrafo 1º do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida e das tarifas bancárias, nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo Primeiro - O valor correspondente às tarifas bancárias aplicáveis à operação será o vigente à época da cobrança, constante da Tabela de Tarifas de Serviços Bancários - Pessoa Jurídica, que se encontra disponível em qualquer agência do Banco do Brasil.

Parágrafo Segundo - No caso de os recursos do Município não serem depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no caput.

Parágrafo Terceiro - Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º - O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa e das despesas relativas à amortização de principal, juros, demais encargos e as tarifas bancárias decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1848 de 13 de novembro de 2014.

José Chaves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 40/2015

PORTARIA Nº. 040, de 16 de março de 2015

“DETERMINA A ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DESIGNA COMISSÃO EXAMINADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando, ofício nº 050/2015, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

ART. 10. - Determinar a abertura do Processo Seletivo Simplificado para provimento em caráter temporário, relacionados no Edital 003/2015.

ART. 20. - Criar a Comissão para realização do Processo Seletivo Simplificado, a qual ficará responsável por organizar, planejar, coordenar e acompanhar todas as etapas da execução do mencionado processo.

ART. 30. - A comissão será composta pelos servidores públicos municipais: Vanessa Mariling Backes Nagel, Ariane Leandro, Romilda Miranda Bortolameoti, sendo presidida pelo primeiro.

ART. 40 - Competirá a comissão:

I - Elaborar os editais;

II - Receber e homologar inscrições;

III - Classificar os candidatos atribuindo a respectiva pontuação;

IV - Homologar a seleção;

V - Apreçar e julgar recursos;

VI - Decidir com base na Lei Municipal sobre pontos omissos do edital;

VII -Elaborar e corrigir as provas;

VIII - Avaliar títulos;

IX -Exercer demais atos necessários a execução completa do Processo.

Parágrafo único - A critério da comissão poderá ser contratado profissional capacitado para proceder a elaboração e correção das provas.

ART. 50. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 20/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 20/2015

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS ARTESANATO PARA OS CURSOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO - SCFV ATIVIDADE INERENTE AO CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA ATENDIMENTO DOS GRUPOS CADASTRADOS NO SISC NA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 31/03/2015 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 31/03/2015 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelso-ramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 18 de Março de 2015.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 21/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 21/2015

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO, INCLUINDO MATERIAIS, CONFORME NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 31/03/2015 até às 17h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 31/03/2015 às 17h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelso-ramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 18 de Março de 2015.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO 15/2015

AVISO DE SUSPENSÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA QUE SUSPENDERÁ O EDITAL:

PREGÃO PRESENCIAL 15/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 18/03/2015 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 18/03/2015 às 14h30min.

O EDITAL SERÁ SUSPENSO PARA RETIFICAÇÃO DE ALGUNS ITENS.

Maiores informações na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelso-ramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 17 de Março de 2015.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

NOVO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 15/2015

NOVO AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE RETIFICOU O EDITAL:

PREGÃO PRESENCIAL 15/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 31/03/2015 até às 14h00min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 31/03/2015 às 14h30min.

OBS: O Edital anterior foi retificado/alterado.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelso-ramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 18 de Março de 2015.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

Grão Pará**PREFEITURA****PR 11/2015 E PR 12/2015**

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE PRORROGAÇÃO

DA DATA DE ABERTURA DA LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 38/2015

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 12/2015-PR

Fica prorrogada a data de abertura da licitação em epígrafe para o dia 31 de março de 2015, às 14 h, em virtude do atraso na publicação do Edital no Diário Oficial Estadual, As demais cláusulas do referido Edital permanecem inalteradas.

Grão-Pará/ SC, 18 de março de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

AVISO DE PRORROGAÇÃO

DA DATA DE ABERTURA DA LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 37/2015

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 11/2015-PR

Fica prorrogada a data de abertura da licitação em epígrafe para o dia 01 de abril de 2015, às 14 h, em virtude do atraso na publicação do Edital no jornal de circulação regional, As demais cláusulas do referido Edital permanecem inalteradas.

Grão-Pará/ SC, 18 de março de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaraciaba**PREFEITURA****HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 29 E 39.2015 PMGBA**

CONCORRÊNCIA P/ ALIENAÇÃO Nº 1/2015

PROCESSO Nº 29/2015 HOMOLOGAÇÃO: 18/03/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

OBJETO: VENDA DE BENS IMÓVEIS DA ADMINISTRAÇÃO, DOS LOTES RURAIS LOCALIZADOS NA LINHA DALTRO FILHO, LINHA CORDILHEIRA, CONFORME LEI MUNICIPAL AUTORIZATIVA Nº2745/2014, ANEXA.

CONTRATADO: DIRCEU ASQUIDAMINI

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.733,50 (quatorze mil setecentos e trinta e três reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: LAUREDIR LUIZ BRUSTOLIN

VALOR DA DESPESA: R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015

PROCESSO Nº 39/2015 HOMOLOGAÇÃO: 18/03/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS GRÁFICOS , QUE SERÃO UTILIZADOS NO DECORRER DO ANO DE 2015, PELOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA.

CONTRATADO: POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.146,00 (quinze mil cento e quarenta e seis reais)

HOMOLOGAÇÕES PROCESSO 06.2015 FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2015

PROCESSO Nº 6/2015 HOMOLOGAÇÃO: 18/03/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 0 A 17 ANOS E AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E UTENSÍLIOS PARA COZINHA A SEREM UTILIZADOS EM ATIVIDADES DE GRUPO COM FAMILIARES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, PROMOVIDAS PELA EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL E MATERIAIS DE LIMPEZA P MANUTENÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DA SECRETARIA.

CONTRATADO: MERCADO KIKO LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.452,65 (três mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos)

CONTRATADO: ELETROGAS ARPINI LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 482,50 (quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)

Guarujá do Sul

PREFEITURA

LEI 2411/2015

Lei nº 2.411/2015.

Autoriza a transferência de Recursos Financeiros ao Esporte Clube Palmeiras, e contém outras providências.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, autorizado a transferir no exercício de 2015, a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), ao ESPORTE CLUBE PALMEIRAS, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 78.489.093/0001-57, estabelecido na comunidade de Linha Maidana, neste município de Guarujá do Sul.

Parágrafo único. Os recursos de que trata este Artigo visam auxiliar a referida Associação na manutenção, coordenação e desenvolvimento de suas atividades estatutárias.

Art. 2º Os recursos serão repassados em uma única parcela no exercício de 2015, sendo obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Entidade bancária Oficial, movimentado por Cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º A Associação terá que comprovar à boa e regular aplicação dos recursos recebidos junto a Contadoria Geral do município, dentro do Exercício de 2015.

Art. 4º A não obediência das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei acarretará no bloqueio da parcela seguinte e na devolução integral dos valores atualizados monetariamente em favor do Erário Público Municipal.

Art. 5º As despesas impugnadas pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente, serão atualizadas monetariamente e devolvidas à municipalidade.

Art. 6º Os saldos não aplicados nos prazos previstos na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do Erário Público Municipal.

Art. 7º São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário (Presidente) e o Ordenador Secundário (Tesorero).

Art. 8º A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e nos prazos previstos nesta Lei, instruídas com os seguintes documentos:

I - ofício de encaminhamento a prestação de contas;

II - balancete Modelo conforme padrão;

III - extrato bancário de conta especial e conciliação do saldo se for o caso;

IV - fotocópia dos documentos suportes de despesas bem legíveis e sem rasuras e/ou entrelinhas; e,

V - declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita Orçamentária da Entidade.

Parágrafo único. A prestação de contas e demais documentos que comprovarem a boa e regular aplicação dos recursos deverão obrigatoriamente ser assinados pelos Ordenadores Primário e Secundário.

Art. 9º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando a averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 10. As despesas realizadas a conta dos recursos ora autorizados, quando cabível ao caso, obedecerão aos princípios regimentais do processo licitatório, em consonância com a legislação pertinente ao assunto.

Art. 11. As despesas decorrentes com a presente Lei, correrão por contados itens cabíveis na dotação orçamentária do Orçamento Municipal.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 18 de março de 2015 - 63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

Cerifique-se. Registre-se. Publique-se.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

CÂMARA DE VEREADORES DE GUARUJÁ DO SUL

RESOLUÇÃO Nº 04/2015 DE 17 DE MARÇO DE 2015

RESOLUÇÃO N.º 04/2015.

Delibera sobre os dias e hora das Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, para a 13ª Legislatura a partir do dia 23 de Março de 2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que o Plenário apreciou, votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1.º Em conformidade com o Artigo 126 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores ficam estabelecidos os dias e horários das Sessões Ordinárias do Poder Legislativo Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, a partir do dia 23 de Março de 2015.

Parágrafo Único. A partir desta data as Sessões Ordinárias serão realizadas sempre nas segundas-feiras, tendo o seu início às 19h00min horas.

Art. 2.º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação ficando revogada a Resolução nº 01/2013.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, aos 18 dias do mês de Março de 2015.

Em sua 13ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa, 1º período, 52º ano de sua Instalação Legislativa.

Alcione Roberto Straub
Presidente

Mônica Regina Taube
1ª Secretária

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2015

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA DE
COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR
Nº 001/2015

O Município de Herval d'Oeste/SC, considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE nº 026/2013 torna público que realizará a Chamada Pública de Compra da Agricultura Familiar nº 01/2015 para a Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados Nos Centros Municipais de Educação Infantil Escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE), para o ano de 2015

Os interessados deverão apresentar documentos de habilitação, Projeto de Venda, no dia 30 de março de 2015, às 14h00min, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças na Rua Nereu Ramos, 389 Centro Herval d'Oeste - SC. A íntegra do Edital e seus anexos estarão disponíveis no mural de informações na Prefeitura Municipal, bem como no seguinte endereço eletrônico: www.hervaldoeste.sc.gov.br, e no departamento de compras e Licitações no endereço acima indicado.

Herval d'Oeste 17 de março de 2015.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 414/2015

PORTARIA Nº 414/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora LENI APARECIDA SABEI (Matr. 2700), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Controlador de Saúde Pública, Nível - 12/1, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de abril de 2013 e 31 de março de 2014, para serem gozadas a contar de 09 de março de 2015 a 07 de abril de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Março de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 415/2015

PORTARIA Nº 415/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO à Servidora SIRLEI DE FÁTIMA MIGUELÃO (Matr. 729), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "E", a contar de 11 de março de 2015, conforme o disposto no artigo 92, § 3º, inciso III, "a", da Lei Complementar Nº 281/2011 de 19 de Agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Março de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 416/2015

PORTARIA Nº 416/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR, a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora MARISETE VINGLA DE MATOS SCHALY (Matr. 4096), a partir de 18 de março de 2015, a qual exerce a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 417/2015

PORTARIA Nº 417/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, o Senhor ADRIANO OSVALDO PIRES (Matr. 4110), para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 10 horas semanais, anexo XI da LC nº 316/2013, turnos matutino e vespertino, Disciplina de Língua Inglesa, junto ao CME Pequeno Príncipe, em substituição à servidora Gisele Bulh, a partir de 18 de março de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou até o retorno do servidor efetivo, classificado na

Chamada Pública de que trata o Edital Nº 013/2015/SMECE, de 09 de março de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 418/2015

PORTARIA Nº 418/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora NADIR SILVA MAFRA (Matr. 4111), a partir de 18 de março de 2015, aprovada e classificada em 138º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto Nº 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com a Lei Complementar Nº. 281/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

PL 015/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015
SRP: 007/2015

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registrar preços, visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados, de semente de aveia certificada, para distribuição gratuita, nos termos da Lei Municipal 567/2015.

Entrega dos envelopes: até o dia 01/04/2015 até às 08:00 horas

Abertura dos envelopes: 01/04/2015 às 08:15 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário

Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 0147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 18 de Março de 2015.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

Ilhota**PREFEITURA****PORTARIA 220/2015**

PORTARIA Nº 220/2015

NOMEIA AS PESSOAS ABAIXO RELACIONADAS, PARA COMPOREM O CACS - CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB CONFORME SEGUE.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e na forma da Lei, resolve:

NOMEAR,

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Mirela Berti Brokveld

Suplente: Shaiane Cristina Kraisch

Representantes do Poder Executivo Municipal

Titular: Vanessa Cristina Pontaldi

Suplente: Silas Rafael Daros

Representantes dos Professores da Educação Básica Pública

Titular: Valéria Costa da Silva

Suplente: Raquel Santos da Silva Domingos

Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais

Titular: Andrea Arianna Hostins

Suplente: Alessandro Jesus Mendes

Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Titular: Ana Paula da Rocha

Suplente: Andressa Pinto

Representantes dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais

Titular: Márcia Aparecida da Silva

Suplente: Adriana Ceratti

Titular: Juliana Debarba da Silva

Suplente: Rosilene Fronza Zimmermann

Representantes do Conselho Municipal de Educação

Titular: Lorena Oliveira Castelain

Suplente: Eli Regina Nagel Santos

Representantes de Estudantes de Educação Básica Pública Secundarista

Titular: Maria Elizabeth Bonfim

Suplente: Viviane Marcelino

Titular: Gisele Peixe Eduardo

Suplente: Odair José Eduardo

Representantes do Conselho Tutelar

Titular: Vera Lúcia Franco de Godoy

Suplente: Solange Regina de Souza

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, em 13 de Março de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Tatiane Reichert Richarts

Secretário Municipal de Administração

Imarui**PREFEITURA****AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 17/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUI

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 17/2015

Objeto: Constitui como objeto à aquisição de Material de Limpeza, Higiene e Utensílios Domésticos para os seguintes Interessados: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude; Secretaria de Administração e Finanças; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria de Assistência de Promoção Social, Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pecuário.

Tipo: Pregão Presencial, registro de preço, menor preço por item. Entrega e Abertura da Proposta e Documentação: 02 de Abril de 2015, às 14h00min horas.

Local: Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, IMARUI-SC. O edital completo estará à disposição dos interessados de 2º a 6º feira, das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min no setor de licitação ou pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br.

Imarui, 18 de Março de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal de Imarui

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 21/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUI

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 21/2015

Objeto: Constitui como objeto à aquisição de gêneros alimentícios para uso da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Tipo: Pregão Presencial, registro de preço, menor preço por item. Entrega e Abertura da Proposta e Documentação: 31 de Março de 2015, às 14h00min horas.

Local: Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, IMARUI-SC. O edital completo estará à disposição dos interessados de 2º a 6º feira, das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min no setor de licitação ou pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br.

Imarui, 18 de Março de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal de Imarui

AVISO DE PRORROGAÇÃO DA CARTA CONVITE PMI Nº. 002/2015

O Município de Imarui através da Prefeitura Municipal e seu setor de licitação, comunica aos interessados que houve alteração no edital da Carta Convite nº 002/2015. Tendo em vista que alterará a proposta, fica prorrogado para o dia 01/04/2015 às 14h00min a data limite para recebimento dos envelopes, iniciando a seção pública no mesmo dia e horário. A errata pode ser retirada através do e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br e no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imarui, situada na Rua José Inácio da Rocha, 109 - Centro - Imarui - SC.

Imarui, 20 de Março de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL SEAGP Nº 023/2015

EDITAL SEAGP Nº 023/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2014, divulgado através do Edital nº 001/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2014, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 19 de Março a 18 de Abril de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 19 de março de 2015.
Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 023/2015
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Médico Psiquiatra
Fernando Vercosa Marinho

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/44 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/44 A00

Contratada: IMOBILIARIA LEANDRO E CAROL LTDA

C.N.P.J: 11.264.946/0001-81

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CEITEC - CENTRO INTEGRADO DE TECNOLOGIA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, SITUADO A RUA SANTANA Nº 937, VILA NOVA, IMBITUBA, SANTA CATARINA.

Valor: R\$14.000,00 Prazo: 10 meses

Fundamento: Processo nº. 32/2015 Dispensa 07/2015

Imbituba, 03 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Imobiliaria Leandro e Carol Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/45 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/45 A00

Contratada: COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES E PESCADORES - COOPERLAGOS

C.N.P.J: 10.202.167/0001-99

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

Valor: R\$282.788,50 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 04/2015 Dispensa 03/2015

Imbituba, 05 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Cooperativa dos Produtores Familiares e Pescadores - Cooperlagos

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/46 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/46 A00

Contratada: SANTO ANJO DA GUARDA LTDA

C.N.P.J: 86.431.749/0001-09

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE PARA FORNECIMENTO DE PASSE ESCOLAR AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.

Valor: R\$983.720,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 21/2015 Inexigibilidade 01/2015

Imbituba, 06 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Santo Anjo da Guarda Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/47 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/47 A00

Contratada: BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA

C.N.P.J: 02.811.258/0001-01

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM SERVIÇOS DE RECARGA E RETESTE DE EXTINTORES DE INCENDIO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA, FROTA DE ÔNIBUS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE DE ENSINO DE IMBITUBA.

Valor: R\$8.270,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 13/2015 Pregão 08/2015

Imbituba, 09 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Brusfogo Extintores e Equipamentos de Segurança Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SANEAMENTO/SEDURB 2015/48 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SANEAMENTO/SEDURB 2015/48 A00

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA

C.N.P.J: 83.073.536/0001-64

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADO EM OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, GERENCIAMENTO E MELHORIAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$6.051.127,80 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 03/2014 Concorrência 02/2014

Imbituba, 13 de março de 2015.

Eduardo dos Passos Nunes

Secretário Municipal Sedurb

Contratante

Serrana Engenharia Ltda

Representante Legal

Contratada

PORTARIA PMI/GGP Nº 164/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 164, de 17 de março de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora TÂMARA MENDES DEMÉTRIO PEREIRA, Professora III - 40h, inscrita no CPF sob o n.º 198.225.938-80, admitida em 18 de novembro de 2009, matrícula nº 5162, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	10.03.2015 a 07.06.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito Municipal

(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 169/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 169, de 17 de março de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora VANDERLÉA DUARTE QUERINO, Auxiliar de Enfermagem, inscrita no CPF sob o n.º 601.409.769-49, admitida em 15 de maio de 1998, matrícula nº 560, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	23.02.2015 a 23.05.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito Municipal

(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 170/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 170, de 17 de março de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora MARIA APARECIDA DA SILVA PACHECO, Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o n.º 014.918.979-61, admitida em 16 de março de 1987, matrícula nº 311, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2007 a 2012	03.03.2015 a 31.05.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de março de 2015.

Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 171/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 171, de 17 de março de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora TELMA TEIXEIRA DE MELO, Professora I - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 578.519.569-00, admitida em 01 de junho de 1994, matrícula nº 536, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2004 a 2010	13.03.2015 a 10.06.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de março de 2015.

Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 172/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 172, de 17 de março de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora ADRIANA DE SOUZA, Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o n.º 033.434.209-05, admitida em 21 de maio de 2009, matrícula nº 4969, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	01.06.2015 a 29.08.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de março de 2015.

Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 173/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 173, de 17 de março de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora SÔNIA MARIA ANDRADE FERNANDES, Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o n.º 788.948.409-72, admitida em 12 de março de 2010, matrícula

nº 5370, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2010 a 2015	01.10.2015 a 29.12.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de março de 2015.

Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 174/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 174, de 17 de março de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora SUELEN OLIVEIRA ABRAHM, Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o n.º 053.366.939-10, admitida em 22 de fevereiro de 2010, matrícula nº 5337, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2010 a 2015	01.04.2015 a 29.06.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de março de 2015.

Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 175/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 175, de 17 de março de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, os(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 18/2014 e Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 01/2015, para exercerem os cargos/funções, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Concurso	Admissão
Larissa Miranda Floriano	Professora I – 20h	067.593.289-06	PSS 18/2014	10/03/2015
Maria Zenaide da Silva	Professora I – 20h	454.756.289-04	PSS 01/2015	10/03/2015
Regiane Bittencourt de Souza	Professora I – 20h	041.506.319-13	PSS 18/2014	10/03/2015
Tânia Mara Porto Lauretino	Professora II – 20h	045.424.399-50	PSS 18/2014	10/03/2015
Talita Gisele Pereira Santos	Professora I – 20h	051.965.009-36	PSS 01/2015	13/03/2015
Tatiane de Sá de Souza	Professora I – 40h	045.108.059-93	PSS 01/2015	14/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de março de 2015.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 176/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 176, de 17 de março de 2015.

Dispõe sobre a Retificação da Portaria PMI/GGP Nº 145, de 04 de março de 2015, para fazer constar a nomeação de servidor de carreira em função gratificada de Gerente, junto a Secretaria Municipal da Fazenda, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Portaria PMI/GGP Nº 145, de 04 de março de 2015, fazendo-se constar a nomeação do servidor de carreira

abaixo descrito, na função gratificada de Gerente, para a atuação junto ao respectivo órgão superior.

GERENTES – LC nº 4.514/2015

Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Gerência de Gestão, Orçamento e Planejamento	SEFAZ	Raul Minatto Leal	554.446.440-53	02/03/2015

Art. 2º O servidor de carreira nomeado para a função gratificada de Gerente, perceberá gratificação de 50% (cinquenta por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 31, § 2º, III da LC nº 4.514/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, considerando a data de nomeação editada na Portaria PMI/GGP Nº 145/2015, em seu art. 5º.

Imbituba, 17 de março de 2015.

Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Indaial**PREFEITURA****DECRETO Nº 1331/15**

. DECRETO Nº 1331/15

. De 16 de março de 2015

Concede gratificação/
Walfredo Haag

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no Anexo II da Lei Complementar 83 de 22 de dezembro de 2008,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida gratificação da ordem de 30% (trinta por cento) sobre os vencimentos do servidor WOLFREDO HAAG, ocupante do cargo de Técnico Agrícola, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições do cargo ficara responsável pela UMC - Unidade Municipal de Cadastramento do INCRA no município de Indaial, abrangendo a Emissão de CCIR - Certificado de cadastro de imóvel rural; atualizações cadastrais junto ao SNCR - Sistema Nacional de Cadastro de imóveis rurais; encaminhamento de pedidos de certidões para fins de aposentadoria

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 16 de março de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Portaria em 16 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1332/15

. DECRETO Nº 1332/15

. De 16 de março de 2015

Reconhece Despesas de Exercício Anterior

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Fica reconhecida, pelo Município de Indaial - Fundo Municipal de Saúde, as seguintes despesas, empenhadas no Exercício Anterior no orçamento, conforme abaixo:

Empenho: 658/2015

Fornecedor: Mario José Machota e Cia Ltda - EPP

Valor R\$ 88,00 - NF. 020 de 03/09/2014.

Ref. Timer nas geladeiras das Farmácias Básica nos ESF'S.

Empenho: 659/2015

Fornecedor: La Brecia Lanches Ltda ME

Valor R\$ 552,00 - NF. 035119 de 09/03/2015.

Ref. alimentação dos usuários do CAPS ref. Novembro e Dezembro/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Indaial, em 16 de março de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na forma da Lei em 16 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1333/15

. DECRETO Nº 1333/15

. De 18 de março de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115 de 19 de dezembro de 2014,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 13.710,00 (treze mil, setecentos e dez reais) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.1440	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIA
4490000000000000	APLICACOES DIRETAS
03381701	MAC - E.A.
	Valor: (9.600,00)
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.1440	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIA
4490000000000000	APLICACOES DIRETAS
03380900	PAB FIXO - E.A.
	Valor: (4.110,00)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de março de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 18 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5126

. LEI Nº 5126

. de 16 de março de 2015

Autoriza direito de passagem em terras de propriedade do Município e institui faixa sanitária.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica autorizado à empresa INCOFIOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FIOS E MALHAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.432.327/0001-93, o direito de passagem, em fração de terras de propriedade do Município, localizada na Av. Carlos Schroeder, matriculado sob o nº 26538, por período indeterminado.

Art. 2º - Fica instituída faixa sanitária na área objeto do artigo 1º, com a finalidade exclusiva para acesso ao "poço de captação de água da empresa", localizado as margens do Rio Benedito.

Parágrafo Único - A faixa sanitária apresenta as seguintes medidas e dimensões:

"Área de 364,00 m², parte de um todo matriculado sob o nº 26538, com 6 m de largura, confrontando s com terras de Alidor Eichenberg, lado esquerdo com terras remanescente do Município, 64,00m de comprimento, com início a Av. Carlos Schroeder e término no Rio Benedito"

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de março de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 16 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5127

. LEI Nº 5127

. de 16 de março de 2015

Denomina Via Pública / Rua Bom Jardim da Serra

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o. - Fica denominada "Rua Bom Jardim da Serra", a via pública localizada no Bairro Encano, com início na Rua Bom Retiro e término na Rua Dr. Blumenau.

Parágrafo Único - A referida rua apresenta as seguintes medidas e dimensões:

Comprimento : 120,00 metros;

Gabarito Total: 10,00 metros;

Pista : 7,00 metros;

Passeios : 1,50 metros cada lado.

Art. 2º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 16 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 16 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5128

. LEI Nº 5128

. de 16 de março de 2015

Dispõe sobre autorização para pagamento de premiação em moeda corrente, medalhas e troféus para as equipes da Festa dos Atiradores das Sociedades de Indaial e dá outras providências.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento de premiação às equipes inscritas na Competição de Tiro da Festa dos Atiradores das Sociedades de Indaial, no valor total de até R\$ 85.714,29 (Oitenta e cinco mil, setecentos e catorze reais e vinte e nove centavos), conforme tabela que se apresenta:

ENTIDADE PRE-MIADA	VALOR	RETENÇÃO DE I.R.	VALOR LÍQUIDO
	BRUTO	NA FONTE = 30%	À RECEBER
Sociedade do Rei	6.428,57	1.928,57	R\$ 4.500,00
Sociedade da Rainha	6.428,57	1.928,57	R\$ 4.500,00
1º Lugar Equipe Masculina	5.428,57	1.628,57	R\$ 3.800,00
1º Lugar Equipe Feminina	5.428,57	1.628,57	R\$ 3.800,00
2º Lugar Equipe Masculina	5.000,00	1.500,00	R\$ 3.500,00
2º Lugar Equipe Feminina	5.000,00	1.500,00	R\$ 3.500,00
3º Lugar Equipe Masculina	4.571,43	1.371,43	R\$ 3.200,00
3º Lugar Equipe Feminina	4.571,43	1.371,43	R\$ 3.200,00
4º Lugar Equipe Masculina	4.285,71	1.285,71	R\$ 3.000,00
4º Lugar Equipe Feminina	4.285,71	1.285,71	R\$ 3.000,00
5º Lugar Equipe Masculina	4.000,00	1.200,00	R\$ 2.800,00
5º Lugar Equipe Feminina	4.000,00	1.200,00	R\$ 2.800,00
6º Lugar Equipe Masculina	3.714,29	1.114,29	R\$ 2.600,00
6º Lugar Equipe Feminina	3.714,29	1.114,29	R\$ 2.600,00
7º Lugar Equipe Masculina	3.428,57	1.028,57	R\$ 2.400,00
7º Lugar Equipe Feminina	3.428,57	1.028,57	R\$ 2.400,00

8º Lugar Equipe Masculina	3.142,86	942,86	R\$ 2.200,00
8º Lugar Equipe Feminina	3.142,86	942,86	R\$ 2.200,00
9º Lugar Equipe Masculina	2.857,14	857,14	R\$ 2.000,00
9º Lugar Equipe Feminina	2.857,14	857,14	R\$ 2.000,00
TOTAL DA PREMIAÇÃO	85.714,29	25.714,29	R\$ 60.000,00

Art. 2º - Fica autorizado o custeio de despesas com medalhas para premiação individual dos componentes das equipes, até o montante de R\$ 600,00 (Seiscentos reais).

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação 40.001.0027.0812.0040.2600.33900000.01000 000, da Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 16 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

CÂMARA DE VEREADORES DE INDAIAL

ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 03/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 01/2015

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Através do presente termo, fica adjudicado objeto constante do Processo Licitatório nº 003/2015 - Edital de Pregão (Presencial) nº 001/2015 (Registro de Preços), consoante julgamento do Pregoeiro nomeado pela Portaria nº 66/2009, e da Comissão Permanente de Licitações nomeada pela Portaria nº 39/2014, conforme ata lavrada em 12 de março de 2015.

Indaial/SC, 18 de março de 2015.

JEFFERSON JOSÉ CARLINI
Pregoeiro

COMISSÃO DE APOIO

CARIN MARIA BACHMANN BRANDT

MARIA HELENA THEISS

ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 04/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 02/2015**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

Através do presente termo, fica adjudicado objeto constante do Processo Licitatório nº 004/2015 - Edital de Pregão (Presencial) nº 002/2015, consoante julgamento do Pregoeiro nomeado pela Portaria nº 66/2009, e da Comissão Permanente de Licitações nomeada pela Portaria nº 39/2014, conforme ata lavrada em 13 de março de 2015.

Indaial/SC, 18 de março de 2015.

JEFFERSON JOSÉ CARLINI
Pregoeiro

COMISSÃO DE APOIO

CARIN MARIA BACHMANN BRANDT MARIA HELENA THEISS

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 04/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 02/2015**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro, designado através da Portaria nº 66/2009, e da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria 39/2014,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexada, considerando vencedor para o objeto do Processo Licitatório nº 004/2015 - Edital de Pregão (Presencial) nº 002/2015, a empresa IPM INFORMÁTICA LTDA, com os seguintes valores:

Item 01 - Licença de Uso, diagnóstico, migração, configuração e habilitação e treinamento e acompanhamento operacional: R\$ 7.630,00 (sete mil, seiscentos e trinta reais);
Item 02 - Suporte Técnico e Provimento de Data-Center: R\$ 2.305,00 (dois mil, trezentos e cinco reais), por mês, totalizando em 12 meses: R\$ 27.660,00 (vinte e sete mil, seiscentos e sessenta reais).

Indaial/SC, 18 de março de 2015.

Vereador ANDERSON LUZ DOS SANTOS
Presidente da Câmara

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 03/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 01/2015**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro, designado através da Portaria nº 66/2009, e da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria 39/2014,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexada, considerando vencedores para o objeto do Processo Licitatório nº 003/2015 - Edital de Pregão (Presencial) nº 001/2015 (Registro de Preços), as empresas:

Lote 2 - Água Mineral - SUPERMERCADO FISTAROL LTDA, com valor total de 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais);
Lote 3 - Alimento s de Panificadora - PANIFICADORA MARYMARIA LTDA ME, com o valor total de R\$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais).
Lote 1 - Alimentos - Desclassificado.

Indaial/SC, 18 de março de 2015.

Vereador ANDERSON LUZ DOS SANTOS
Presidente da Câmara

Iomerê**PREFEITURA****PORTARIA 2536/2015**

PORTARIA Nº 2536 DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Comissão Permanente de Licitações Para Todos os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Iomerê.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão Permanente de Licitações para todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Iomerê, composta pelos seguintes membros: Carla Candiago, Loreni Marta Zardo e Carina Falchetti Peretti.

Art. 2º A Comissão será presidida por Carla Candiago.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iomerê, 17 de março de 2015.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 17 de março de 2015.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015
MUNICÍPIO DE IOMERÊ**

Edital de Pregão Presencial nº 19/2015

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 19/2015 para aquisição de impressos. A abertura das propostas se dará no dia 01/04/2015 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 18 de março de 2015.

Luciano Paganini
Prefeito Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REG. DE PREÇOS DO PL 17, PP 5-LAVAGEM E LUB. DE VEÍCULOS/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO 17/2015

O Município de Ipumirim faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2015, do PROCESSO Nº 17/2015, homologado aos 17 de março de 2015, cujo objeto é: contratação de serviços de lavagem e lubrificação de veículos, caminhões, máquinas e outros veículos da frota Municipal, conforme quantidades e características anexadas ao Edital., para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DE CONTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.17.9383 de 18 de março de 2015

FORNECEDOR: MARRI LAVAÇÃO LTDA ME, situada na AVENIDA DOM PEDRO II, Nº 791, Município de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ sob n. 15.233.688/0001-27, representado pela Senhora RENATA BARON, CPF: 010.267.119-24.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Lavagem externa de veículo (leves passeio)	SER	200,00		10,00	2.000,00
2	Lavagem externa e interna de veículo leves, lavar inclusive	SER	200,00		25,00	5.000,00
3	Lavagem externa de veículo máster , F 1000,	SER	200,00		20,00	4.000,00
4	Lavagem externa e interna de veículo máster, 1000,	SER	200,00		35,00	7.000,00
5	Lavagem externa de caminhão truque e toco e máquinas pesadas	SER	200,00		45,00	9.000,00
6	Lavagem externa e interna de caminhão truque e toco	SER	200,00		75,00	15.000,00
7	Lavagem externa e interna de caminhão truque e toco	SER	200,00		95,00	19.000,00
8	Lubrificação de caminhão truque e toco e de máquinas (moto	SER	150,00		20,00	3.000,00
Valor Total Registrado					64.000,00	

A ata retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2015/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2015

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 02/04/2015, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 02/04/2015. Objeto da licitação: aquisição de fraldas descartáveis e geriátricas, com entrega parcelada, destinado a Secretaria de Assistência Social, e demais órgãos da Administração Pública. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 18/03/2015

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

LICITAÇÃO Nº 11/2015

Processo Licitatório nº 11/2015, Pregão Presencial nº 11/2015; Objeto: Registro de Preços para aquisição de óleo e troca de filtro de óleo, filtro de ar e filtro de combustível para os veículos que compõem a frota da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis. Entrega dos Envelopes; Até às 14:00 horas do dia 01 de abril de 2015; Abertura dos Envelopes: as 14:15 horas do dia 01 de abril de 2015, na Secretaria Municipal de Saúde de Itaiópolis-SC; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas ou no site www.itaioptolis.sc.gov.br - Fone 047 3652 1893. Itaiópolis, 18 de março de 2015. Eliseu Alexandre Gabardo - Secretário Municipal de Saúde.

RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio de Itaiópolis/SC. Processo Licitatório nº 04/2015. Dispensa de Licitação Nº 01/2015. Objeto: Contratação de empresa especializada para Manutenção Preventiva e Corretiva de Equipamentos Médicos Hospitalares da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Empresa vencedora: Biotec CNV Equipamentos Médicos Ltda - ME. Valor: R\$ 7.880,00. Vigência: 31/12/2015. Liandra Teresinha Koppe - Administradora Hospitalar.

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 09/2015; Pregão Presencial nº 09/2015. Objeto: Contratação de serviços médicos ambulatoriais de urgência/emergência a serem prestados na Unidade do Pronto Atendimento da SMS, com 02 (dois) médicos plantonistas durante o período de 12 (doze) horas (das 08:00 horas às 20:00 horas) de segunda à sexta feira em dias úteis para 10 meses. Empresa vencedora: B & K Serviços Médicos Ltda-EPP. Valor: R\$ 133,00 a hora. Vigência: 07 de novembro de 2015. Itaiópolis, 18 de março de 2015. Eliseu Alexandre Gabardo - Secretário Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 79/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 79/2015/RH
PARTES: Município de Itapiranga e JOSE GILVANE LAUER.
ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 10 horas semanais, como Professor de Educação Física.
Nível salarial: 578
Classe - Referencia: B - 01
VIGÊNCIA: 18/03/2015 a 14/12/2015

Itapiranga - SC, 18 de março de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

EXTRATO DO DISTRATO DE EMPREGO PUBLICO Nº 09/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DO DISTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO DE EMPREGO PUBLICO Nº 09/2015/RH
PARTES: Município de Itapiranga e ALINE TERHORST.
OBJETO: Distrato do Contrato de Emprego Público nº 03/2014/RH de 03/02/2014, como Agente Comunitário de Saúde.

Itapiranga - SC. 11 de março de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

LEI N. 2.968, DE 17 DE MARÇO DE 2015

LEI N. 2.968, DE 17 DE MARÇO DE 2015.
Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, exercício 2015 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica O Poder Executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Itapiranga-SC, na seguinte dotação orçamentária, exercício de 2015:

09.01 - Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
20.608.0107.2038 - Manutenção das Atividades da Secretaria
33.50.00.00.00.00.00.0104 - Transf. a Instituições privadas sem fins lucrativos R\$ 45.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e ou total da seguinte dotação:

09.01 - Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
20.608.0107.2038 - Manutenção das Atividades da Secretaria

33.90.00.00.00.00.00.0104 - Transf. a Instituições privadas sem fins lucrativos R\$ 45.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 17 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

LEI MUNICIPAL N. 2.966, DE 17 DE MARÇO DE 2015

LEI MUNICIPAL N. 2.966, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar despesas com o pagamento de horas máquina aos produtores que participam com a exposição de animais na 8ª EFRAIT - Exposição e Feira Regional Agropecuária e Industrial de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a efetuar despesas para os produtores agropecuários do município de Itapiranga selecionados para participar da 8ª EFRAIT - Exposição Feira de Itapiranga com a exposição de bezerras, bovinos de corte e ovinos.

§ 1º O limite de gastos com o incentivo referido no caput deste artigo, que serve como estímulo a participação da feira e fomento à produção agropecuária, será de R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais) por produtor selecionado.

§ 2º O incentivo tem por finalidade o pagamento de 100% (cem por cento) do valor dos serviços de máquinas terceirizadas executadas na propriedade do produtor rural, até o valor máximo previsto no §1º deste artigo e deverá ser executado até novembro do ano de 2015.

Art. 2º Para fazer jus ao incentivo o beneficiário deverá:

- I -apresentar nota fiscal da prestação de serviço na propriedade;
- II -apresentar número da conta corrente do banco em seu nome;
- III -estar em dia com a prestação de contas do bloco de Produtor Rural;
- IV -estar quites com a Fazenda Municipal e demais programas municipais.

Parágrafo único. O pagamento do incentivo será feito diretamente ao beneficiário mediante apresentação da nota fiscal de prestação de serviço das seguintes máquinas e equipamentos:

- I -retro escavadeira;
- II -caminhão caçamba;
- III -escavadeira hidráulica;
- IV -trator esteira;
- V -motoniveladora;
- VI -rolo compactador;
- VII -trator agrícola;
- VIII -caminhão tanque;
- IX -outras máquinas agrícolas.

Art. 3º Os produtores selecionados receberão o benefício mesmo não podendo participar da feira, caso ocorra algum impedimento

detectado pela Secretaria Municipal da Agricultura que o impeçam de participar da feira, exceto os que desistirem de expor seus animais na EFRAIT - Exposição Feira de Itapiranga.

Art. 4º Os animais serão acompanhados e selecionados por uma equipe técnica da Secretaria Municipal da Agricultura do Município de Itapiranga.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 6º Esta lei entra em vigor a partir da sua publicação.

Itapiranga, 17 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

LEI MUNICIPAL N. 2.967, DE 17 DE MARÇO DE 2015

LEI MUNICIPAL N. 2.967, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Município de Itapiranga, através do Fundo Municipal de Saúde, a filiar-se e contribuir financeiramente com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Município de Itapiranga - SC, através do Fundo Municipal de Saúde, autorizado a filiar-se e contribuir financeiramente com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina - COSEMS e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS.

§ 1º O valor de que trata o "caput" do artigo 1º do presente ato, é de R\$ 940,00 (novecentos e quarenta reais), por ano, conforme Estatuto da Entidade.

§ 2º Quando os valores referidos da contribuição se modificarem, fica o Poder Executivo Municipal autorizado por ato próprio a ajustá-los de conformidade com o que o COSEMS/ CONASEMS estabelecerem.

Art. 2º A contribuição referida, terá cunho exclusivamente para as atividades dos Conselhos, conforme prescrito em seus Estatutos, não podendo haver desvio de finalidade.

Art. 3º As Despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta do orçamento municipal, em cada exercício corrente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 5 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga, 17 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

LEI MUNICIPAL N. 2.969, DE 17 DE MARÇO DE 2015

LEI MUNICIPAL N. 2.969, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, exercício 2015 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de Itapiranga-SC, na seguinte dotação orçamentária, exercício de 2015:

10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0042.2018 - Manutenção das Atividades da Assistência Social
33.50.00.00.00.00.00.0104 - Transf. a Instituições privadas sem fins lucrativos R\$ 205.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e ou total das seguintes dotações:

11.01 - Fundo da Infância e Adolescência de Itapiranga
08.243.0047.2021 - Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência
33.50.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 205.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 17 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

LEI MUNICIPAL N. 2.970, DE 17 DE MARÇO DE 2015

LEI MUNICIPAL N. 2.970, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza efetuar repasse financeiro à entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar repasse financeiro, através de convênio, para a Associação dos Empresários de Itapiranga - ASSEMIT, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 05.220.978/0001-82, no valor total de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Parágrafo único. O repasse financeiro a que se refere o caput do artigo 1º será para fins de custear despesas com infraestrutura, avaliação, preparação, manejo, transporte, alimentação, exames, tosquia e acompanhamento veterinário dos animais a serem expostos pelo setor agropecuário para a realização da 8ª Exposição Feira Regional, Agroindustrial e Comercial de Itapiranga - EFRAIT.

Art. 2º O beneficiado com o repasse financeiro deverá prestar contas ao Setor da Contabilidade do Município de Itapiranga - SC, de acordo com a legislação vigente, no prazo estipulado no convênio.

Art. 3º A despesa com a execução da presente Lei, correrá por

conta da seguinte dotação orçamentária:

09.01 - Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
20.608.0107.2038 - Manutenção das Atividades da Secretaria
33.50.00.00.00.00.00.0104 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 17 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

LEI MUNICIPAL N. 2.971, DE 17 DE MARÇO DE 2015

LEI MUNICIPAL N. 2.971, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, exercício 2015 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de Itapiranga-SC, exercício de 2015, na seguinte dotação:

06.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental
12.361.0066.1029 - Construção, Reforma e Ampliação de Escolas Municipais
44.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações diretas R\$ 113.600,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação total das seguintes dotações:

06.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental
12.361.0066.2003 - Uniforme Escolar e Agasalhos - Ensino Fundamental
33.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações diretas R\$ 63.600,00

06.02 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Educação Infantil
12.365.0070.2030 - Uniforme Escolar e Agasalhos - Educação Infantil
33.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 17 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

RREO BALANÇO ORÇAMENTARIO 1BIM2015

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)		Até o Bimestre (c)		
				% (b/a)		% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	42.601.905,00	42.601.905,00	7.296.951,95	17,13	7.296.951,95	17,13	35.304.953,05
RECEITA TRIBUTÁRIA	42.422.765,00	42.422.765,00	7.289.489,21	17,18	7.289.489,21	17,18	35.133.275,79
IMPOSTOS	4.543.700,00	4.543.700,00	624.029,48	13,73	624.029,48	13,73	3.919.670,52
TAXAS	3.402.600,00	3.402.600,00	500.502,39	14,71	500.502,39	14,71	2.902.097,61
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	833.700,00	833.700,00	116.303,72	13,95	116.303,72	13,95	717.396,28
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	307.400,00	307.400,00	7.223,37	2,35	7.223,37	2,35	300.176,63
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	699.600,00	699.600,00	152.999,44	21,87	152.999,44	21,87	546.600,56
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	212.000,00	212.000,00	41.283,89	19,47	41.283,89	19,47	170.716,11
RECEITA PATRIMONIAL	487.600,00	487.600,00	111.715,55	22,91	111.715,55	22,91	375.884,45
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	196.884,00	196.884,00	73.595,46	37,38	73.595,46	37,38	123.288,54
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	44.520,00	44.520,00	7.858,15	17,65	7.858,15	17,65	36.661,85
RECEITA AGROPECUÁRIA	152.364,00	152.364,00	65.737,31	43,14	65.737,31	43,14	86.626,69
Receita da Produção Vegetal	3.180,00	3.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.180,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.180,00	3.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.180,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.714.000,00	2.714.000,00	449.949,60	16,58	449.949,60	16,58	2.264.050,40
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	33.926.201,00	33.926.201,00	5.902.621,07	17,40	5.902.621,07	17,40	28.023.579,93
Transf. de Conv.	30.672.001,00	30.672.001,00	5.408.492,81	17,63	5.408.492,81	17,63	25.263.508,19
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.254.200,00	3.254.200,00	494.128,26	15,18	494.128,26	15,18	2.760.071,74
Multas e Juros de Mora	339.200,00	339.200,00	86.294,16	25,44	86.294,16	25,44	252.905,84
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	152.640,00	152.640,00	31.873,94	20,88	31.873,94	20,88	120.766,06
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	24.380,00	24.380,00	29.350,13	120,39	29.350,13	120,39	-4.970,13
RECEITAS DIVERSAS	139.920,00	139.920,00	25.019,23	17,88	25.019,23	17,88	114.900,77
RECEITAS DE CAPITAL	22.260,00	22.260,00	50,86	0,23	50,86	0,23	22.209,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	179.140,00	179.140,00	7.462,74	4,17	7.462,74	4,17	171.677,26
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	9.540,00	9.540,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.540,00
ALIEAÇÃO DE BENS	9.540,00	9.540,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.540,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	19.080,00	19.080,00	4.877,22	25,56	4.877,22	25,56	14.202,78
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	16.960,00	16.960,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.960,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	2.120,00	2.120,00	4.877,22	230,06	4.877,22	230,06	-2.757,22
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	42.400,00	42.400,00	2.585,52	6,10	2.585,52	6,10	39.814,48
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	108.120,00	108.120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.120,00
	108.120,00	108.120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.120,00

Continua 1/3

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	42.601.905,00	42.601.905,00	7.296.951,95	17,13	7.296.951,95	17,13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	42.601.905,00	42.601.905,00	7.296.951,95	17,13	7.296.951,95	17,13
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	42.601.905,00	42.601.905,00	7.296.951,95	17,13	7.296.951,95	17,13
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	542.276,98	—	—	124.996,89	—
Superávit Financeiro	—	542.276,98	—	—	124.996,89	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	42.601.905,00	1.498.038,28	44.099.943,28	7.676.387,57	7.676.387,57	5.211.622,17	5.211.622,17	11,82
DESPESAS CORRENTES	39.423.007,31	138.672,15	39.561.679,46	7.521.375,81	7.521.375,81	5.076.373,81	5.076.373,81	12,83
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.042.714,42	-30.270,01	23.012.444,41	3.691.961,85	3.691.961,85	3.683.418,38	3.683.418,38	16,01
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	227.900,00	0,00	227.900,00	11.225,28	11.225,28	11.225,28	11.225,28	4,93
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.152.392,89	168.942,16	16.321.335,05	3.818.188,68	3.818.188,68	1.381.730,15	1.381.730,15	8,47
DESPESAS DE CAPITAL	3.048.897,69	1.359.366,13	4.408.263,82	155.011,76	155.011,76	135.248,36	135.248,36	3,07
INVESTIMENTOS	1.741.160,49	1.359.366,13	3.100.526,62	115.839,46	115.839,46	96.076,06	96.076,06	3,10
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.307.737,20	0,00	1.307.737,20	39.172,30	39.172,30	39.172,30	39.172,30	3,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
								% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	42.601.905,00	1.498.038,28	44.099.943,28	7.676.387,57	7.676.387,57	5.211.622,17	5.211.622,17	11,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	130.000,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	42.601.905,00	1.498.038,28	44.099.943,28	7.676.387,57	7.676.387,57	5.211.622,17	5.211.622,17	11,82
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	42.601.905,00	1.498.038,28	44.099.943,28	7.676.387,57	7.676.387,57	5.211.622,17	5.211.622,17	11,82
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.085.329,78	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	42.601.905,00	1.498.038,28	44.099.943,28	7.676.387,57	7.676.387,57	5.211.622,17	7.296.951,95	16,55

FONTE:

RREO DEM. AÇÕES SERV. PUBL. SAÚDE 1BIM2015

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
						Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)					0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)					0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II					0,00	0,00	0,00		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE									
				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS				0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
						Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES				8.549.259,89	8.656.696,83	1.848.618,94	21,35	1.245.841,43	14,39
Pessoal e Encargos Sociais				5.397.390,00	5.439.438,34	890.744,67	16,38	887.942,00	16,32
Outras Despesas Correntes				3.151.869,89	3.217.258,49	957.874,27	29,77	357.899,43	11,12
DESPESAS DE CAPITAL				46.736,97	46.736,97	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos				46.736,97	46.736,97	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	46.736,97	46.736,97	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	46.736,97	46.736,97	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	8.595.996,86	8.703.433,80	1.848.618,94	21,24	1.245.841,43	14,31
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%	DESPESAS LIQUIDADAS	%
			Até o Bimestre (h)	(h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	(i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.928.038,00	2.928.038,00	535.712,84	28,98	286.931,32	23,03
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	2.928.038,00	2.928.038,00	535.712,84	28,98	286.931,32	23,03
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.928.038,00	2.928.038,00	535.712,84	28,98	286.931,32	23,03
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	5.667.958,86	5.775.395,80	1.312.906,10	71,02	958.910,11	76,97
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						0,00
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						958.910,11

Continua 2/4

Município de ITAPIRANGA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
Inscritos em 2014	268.510,92	5.818,70	63.162,90	205.348,02	0,00	0,00
TOTAL	268.510,92	5.818,70	63.162,90	205.348,02	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º				
	SALDO INICIAL	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26			
	SALDO INICIAL	LIMITE NÃO CUMPRIDO	
		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	%(Total l)*100	Até Bimestre (m)	%(m/Total m)*100
Atenção Básica	8.595.996,86	8.703.433,80	1.848.618,94	100,00	1.245.841,43	100,00
TOTAL	8.595.996,86	8.703.433,80	1.848.618,94	100,00	1.245.841,43	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO DEM. EXEC. DESP. FUN-SUF. 1BIM2015

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)			FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)			
							DOTAÇÃO (a)		Até o Bimestre		No Bimestre		Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)		% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	Legislativa	42.601.905,00	44.099.943,28	7.676.387,57	7.676.387,57	5.211.622,17	5.211.622,17	100,00	11,82	38.888.321,11								
	Ação Legislativa	1.406.500,00	1.406.500,00	193.323,58	193.323,58	193.323,58	193.323,58	3,71	13,75	1.213.176,42								
	Administração	6.506.727,06	6.506.727,06	1.057.184,81	1.057.184,81	744.572,33	744.572,33	14,29	11,44	5.762.154,73								
	Administração Geral	4.423.055,24	4.423.055,24	656.769,99	656.769,99	505.452,95	505.452,95	9,70	11,43	3.917.602,29								
	Administração Financeira	2.035.971,82	2.035.971,82	388.867,70	388.867,70	230.795,87	230.795,87	4,43	11,34	1.805.175,95								
	Policimento	47.700,00	47.700,00	11.547,12	11.547,12	8.323,51	8.323,51	0,16	17,45	39.376,49								
	Segurança Pública	307.400,00	307.400,00	8.660,07	8.660,07	5.238,95	5.238,95	0,10	1,70	302.161,05								
	Defesa Civil	307.400,00	307.400,00	8.660,07	8.660,07	5.238,95	5.238,95	0,10	1,70	302.161,05								
	Assistência Social	1.361.191,53	1.361.191,53	167.479,36	167.479,36	141.421,21	141.421,21	2,71	10,39	1.219.770,32								
	Assistência à Criança e ao Adolescente	280.771,53	280.771,53	20.025,00	20.025,00	20.025,00	20.025,00	0,38	7,13	260.746,53								
	Assistência Comunitária	1.080.420,00	1.080.420,00	147.454,36	147.454,36	121.396,21	121.396,21	2,33	11,24	959.023,79								
	Saúde	8.649.526,86	9.055.562,43	1.891.065,31	1.891.065,31	1.288.287,80	1.288.287,80	24,72	14,23	7.767.274,63								
	Atenção Básica	8.649.526,86	9.055.562,43	1.891.065,31	1.891.065,31	1.288.287,80	1.288.287,80	24,72	14,23	7.767.274,63								
	Educação	10.878.796,72	11.839.467,46	1.649.694,13	1.649.694,13	1.421.184,64	1.421.184,64	27,27	12,00	10.418.282,82								
	Alimentação e Nutrição	516.548,00	517.798,45	65.685,59	65.685,59	24.756,23	24.756,23	0,48	4,78	493.042,22								
	Ensino Fundamental	6.842.131,62	7.801.550,43	943.493,46	943.493,46	800.706,69	800.706,69	15,36	10,26	7.000.843,74								
	Ensino Médio	302.100,00	302.101,48	25.700,00	25.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	302.101,48								
	Ensino Superior	21.200,00	21.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.200,00								
	Educação Infantil	3.196.817,10	3.196.817,10	614.815,08	614.815,08	595.721,72	595.721,72	11,43	18,63	2.601.095,38								
	Cultura	72.875,00	72.875,00	38.442,79	38.286,89	38.286,89	38.286,89	0,73	52,54	34.588,11								
Difusão Cultural	72.875,00	72.875,00	38.442,79	38.286,89	38.286,89	38.286,89	0,73	52,54	34.588,11									
Urbanismo	1.482.169,41	1.482.169,41	354.759,06	354.759,06	193.350,39	193.350,39	3,71	13,05	1.288.819,02									
Infra-Estrutura Urbana	68.900,00	68.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.900,00									
Serviços Urbanos	1.413.269,41	1.413.269,41	354.759,06	354.759,06	193.350,39	193.350,39	3,71	13,68	1.219.919,02									
Habituação	80.552,73	80.552,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.552,73									
Habituação Urbana	80.552,73	80.552,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.552,73									
Saneamento	3.870.060,00	3.896.385,77	750.014,68	750.014,68	421.804,17	421.804,17	8,09	10,83	3.474.581,60									
Saneamento Básico Rural	97.520,00	97.520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97.520,00									
Saneamento Básico Urbano	3.772.540,00	3.798.865,77	750.014,68	750.014,68	421.804,17	421.804,17	8,09	11,10	3.377.061,60									

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de ITAPIRANGA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Agricultura	42.601.905,00	44.099.943,28	7.676.387,57	7.676.387,57	5.211.622,17	5.211.622,17	100,00	11,82
Extensão Rural	2.244.295,17	2.244.295,17	566.178,02	566.178,02	154.511,54	154.511,54	2,96	6,88
Promoção da Produção Agropecuária	1.883.895,17	1.883.895,17	214.841,02	214.841,02	153.512,54	153.512,54	2,95	8,15
Indústria	360.400,00	360.400,00	351.337,00	351.337,00	999,00	999,00	0,02	0,28
Promoção Industrial	331.527,54	331.527,54	49.690,99	49.690,99	33.878,59	33.878,59	0,65	10,22
Comércio e Serviços	331.527,54	331.527,54	49.690,99	49.690,99	33.878,59	33.878,59	0,65	10,22
Promoção Comercial	51.898,32	51.898,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	45.538,32	45.538,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	6.360,00	6.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	487.600,00	487.600,00	73.187,88	73.187,88	70.043,06	70.043,06	1,34	14,36
Transporte	487.600,00	487.600,00	73.187,88	73.187,88	70.043,06	70.043,06	1,34	14,36
Transporte Rodoviário	2.700.207,59	2.700.207,59	656.716,43	656.716,43	298.893,44	298.893,44	5,74	11,07
Desporto e Lazer	2.700.207,59	2.700.207,59	656.716,43	656.716,43	298.893,44	298.893,44	5,74	11,07
Desporto Comunitário	634.939,87	739.946,07	169.592,88	169.592,88	156.428,00	156.428,00	3,00	21,14
Encargos Especiais	634.939,87	739.946,07	169.592,88	169.592,88	156.428,00	156.428,00	3,00	21,14
Serviço da Dívida Interna	1.535.637,20	1.535.637,20	50.397,58	50.397,58	50.397,58	50.397,58	0,97	3,28
TOTAL (III) = (I + II)	42.601.905,00	44.099.943,28	7.676.387,57	7.676.387,57	5.211.622,17	5.211.622,17	100,00	11,82

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO DEM. MAN. DES. ENSINO 1BIM2015

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	3.534.040,00	3.534.040,00	520.146,53	520.146,53	14,72
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	929.620,00	929.620,00	34.229,35	34.229,35	3,68
1.1.1- IPTU	869.200,00	869.200,00	20.846,52	20.846,52	2,40
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.180,00	3.180,00	13,03	13,03	0,41
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	42.400,00	42.400,00	10.446,21	10.446,21	24,64
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	14.840,00	14.840,00	2.923,59	2.923,59	19,70
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	254.400,00	254.400,00	24.417,39	24.417,39	9,60
1.2.1- ITBI	254.400,00	254.400,00	24.417,39	24.417,39	9,60
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.555.020,00	1.555.020,00	298.250,84	298.250,84	19,18
1.3.1- ISS	1.484.000,00	1.484.000,00	291.989,53	291.989,53	19,68
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.300,00	5.300,00	1.475,62	1.475,62	27,84
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	49.820,00	49.820,00	3.265,61	3.265,61	6,55
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	15.900,00	15.900,00	1.520,08	1.520,08	9,56
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	795.000,00	795.000,00	163.248,95	163.248,95	20,53
1.4.1- IRRF	795.000,00	795.000,00	163.248,95	163.248,95	20,53
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	29.046.120,00	29.046.120,00	5.142.035,59	5.142.035,59	17,70
2.1- Cota-Parte FPM	10.070.000,00	10.070.000,00	2.018.568,77	2.018.568,77	20,05
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.070.000,00	10.070.000,00	2.018.568,77	2.018.568,77	20,05
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	17.172.000,00	17.172.000,00	2.913.936,66	2.913.936,66	16,97
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	53.000,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	265.000,00	265.000,00	51.234,77	51.234,77	19,33
2.5- Cota-Parte ITR	2.120,00	2.120,00	74,42	74,42	3,51
2.6- Cota-Parte IPVA	1.484.000,00	1.484.000,00	158.220,97	158.220,97	10,66
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	32.580.160,00	32.580.160,00	5.662.182,12	5.662.182,12	17,38
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	495.020,00	495.020,00	197.430,53	197.430,53	39,88
5.1- Transferências do Salário-Educação	495.020,00	495.020,00	197.430,53	197.430,53	39,88
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	429.300,00	429.300,00	18.300,60	18.300,60	4,26
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	924.320,00	924.320,00	215.731,13	215.731,13	23,34
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.809.224,00	5.809.224,00	1.028.406,72	1.028.406,72	17,70
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.014.000,00	2.014.000,00	403.713,69	403.713,69	20,05
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.434.400,00	3.434.400,00	582.787,14	582.787,14	16,97
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	10.600,00	10.600,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	53.000,00	53.000,00	10.246,96	10.246,96	19,33
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	424,00	424,00	14,88	14,88	3,51
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	296.800,00	296.800,00	31.644,05	31.644,05	10,66
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.962.500,00	5.962.500,00	1.062.134,09	1.062.134,09	17,81
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.936.000,00	5.936.000,00	1.059.284,39	1.059.284,39	17,85
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	26.500,00	26.500,00	2.849,70	2.849,70	10,75
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	126.776,00	126.776,00	30.877,67	30.877,67	24,36
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.352.170,42	5.352.174,28	964.439,25	964.439,25	18,02
13.1- Com Educação Infantil	1.974.600,00	1.974.600,00	469.438,60	469.438,60	23,77
13.2- Com Ensino Fundamental	3.377.570,42	3.377.574,28	495.000,65	495.000,65	14,66
14- OUTRAS DESPESAS	598.900,00	598.900,00	25.070,14	25.070,14	4,19
14.1- Com Educação Infantil	284.504,00	284.504,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	314.396,00	314.396,00	25.070,14	25.070,14	7,97
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.951.070,42	5.951.074,28	989.509,39	989.509,39	16,63
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					989.509,39
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					90,80
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					2,36
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					6,84
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	8.145.040,00	8.145.040,00	1.415.545,53	1.415.545,53	17,38
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.259.104,00	2.259.104,00	469.438,60	469.438,60	20,78
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.691.966,42	3.691.970,28	520.070,79	520.070,79	14,09
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.691.966,42	3.691.970,28	520.070,79	520.070,79	14,09
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.951.070,42	5.951.074,28	989.509,39	989.509,39	16,63
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					30.877,67
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					2.849,70
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					33.727,37
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					955.782,02
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					16,88
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	498.200,00	499.583,86	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	717.726,00	717.727,48	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.215.926,00	1.217.311,34	0,00	0,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	7.166.996,42	7.168.385,62	989.509,39	989.509,39	13,80

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		3,86	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.059.284,39	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		860.403,18	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		860.403,18	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.849,70	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		201.734,77	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

RREO DEM. OPERAÇÕES CREDITO DESP. CAP. 1BIM2014

Município de ITAPIRANGA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	9.540,00	0,00		9.540,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	4.408.263,82	135.248,36	0,00	4.273.015,46
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.408.263,82	135.248,36	0,00	4.273.015,46
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.398.723,82	-135.248,36		-4.263.475,46

FONTE:

RREO DEM. PARC. PUBL. PRIVADAS 1BIM2015

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

ITAPIRANGA, 18/03/2015

RREO DEM. REC. ALIEN. ATIVOS 1BIM2015

Município de ITAPIRANGA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	19.080,00	4.877,22	14.202,78
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	2.120,00	4.877,22	-2.757,22
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	16.960,00	0,00	16.960,00
TOTAL	19.080,00	4.877,22	14.202,78

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	22.260,00	0,00	0,00	22.260,00
Investimentos	22.260,00	0,00	0,00	22.260,00
TOTAL	22.260,00	0,00	0,00	22.260,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	281.789,11	4.877,22	286.666,33

FONTE:

RREO DEM. REC. CORRENTE LIQUIDA 1BIM2015

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015	
		Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015		TOTAL (ÚLT. 12 MES)
RECEITAS CORRENTES (I)		3.815.767,24	4.675.028,77	4.103.070,63	3.669.255,62	3.425.984,94	4.227.736,15	3.888.816,66	3.806.096,98	4.323.749,78	4.710.185,62	3.842.936,37	4.474.908,56	48.963.597,32	48.231.989,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		445.294,01	1.098.772,46	394.470,73	307.650,00	343.331,71	327.014,82	313.113,01	306.272,19	369.293,47	353.822,99	1.293.923,86	494.105,62	4.843.272,69	4.543.700,00
I.P.T.U.		131.986,27	723.981,45	37.757,32	33.748,52	26.686,21	27.985,26	27.759,58	8.867,94	6.153,12	8.966,18	0,00	20.846,52	1.054.448,37	969.200,00
I.R.R.F.		63.990,49	62.704,57	63.159,88	60.925,29	88.514,35	69.892,16	63.910,86	62.791,83	118.428,69	87.761,81	86.830,89	76.418,06	905.328,88	795.000,00
I.S.S.		128.925,37	120.030,99	140.825,21	130.968,01	140.742,69	138.991,10	140.447,71	148.269,81	168.219,33	165.208,52	40.066,30	251.903,23	1.714.418,27	1.484.000,00
I.T.B.I.		30.836,75	26.589,24	22.849,70	21.860,99	12.225,50	15.736,02	18.045,86	29.972,84	16.279,83	28.909,22	0,00	24.417,39	244.823,34	254.400,00
Outras Receitas Tributárias		89.555,13	165.466,23	90.076,62	60.355,19	75.162,96	74.500,28	62.949,00	57.489,77	64.977,26	64.977,26	3.006,67	120.520,42	924.254,03	1.141.100,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		58.923,78	61.524,70	14.155,60	86.867,85	47.954,47	45.619,46	45.678,73	52.110,11	52.171,47	54.244,93	57.353,13	95.646,31	672.250,54	699.600,00
RECEITA PATRIMONIAL		17.673,52	33.305,28	13.196,48	48.077,43	177.228,92	-92.281,65	25.540,87	34.406,42	21.539,70	63.761,14	32.828,34	40.967,12	416.043,57	196.894,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	109,66	591,30	337,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.037,97	3.180,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		242.943,21	168.508,70	242.246,13	190.943,54	222.462,48	192.925,19	218.201,78	194.367,66	203.790,05	227.044,09	16.047,00	433.902,60	2.553.382,43	2.714.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		3.028.762,97	3.277.080,49	3.422.098,61	3.015.711,06	2.603.469,31	3.720.657,68	3.241.711,09	3.186.498,53	3.601.262,93	3.961.346,56	3.604.902,72	3.326.225,07	39.989.647,02	39.735.425,00
Cota-Parte do F.P.M.		627.969,82	716.743,51	955.148,85	716.293,98	615.211,05	747.376,76	665.138,22	619.173,08	819.554,76	1.318.176,79	998.892,78	1.019.675,99	9.899.390,59	10.070.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		1.396.981,42	1.361.535,01	1.383.890,00	1.371.048,05	1.180.874,11	1.509.322,63	1.484.301,51	1.513.276,78	1.669.552,64	1.608.148,62	1.541.822,16	1.372.114,50	17.392.987,43	17.172.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		113.055,42	136.557,07	147.965,67	130.946,08	97.735,40	195.965,78	154.186,31	145.866,41	87.822,43	38.275,72	64.868,61	93.352,36	1.408.967,26	1.484.000,00
Cota-Parte do ITR		26,61	42,34	0,00	0,00	0,00	16,05	1.573,95	3.559,89	693,16	53,31	74,42	0,00	2.120,00	2.120,00
Outras Transferências Correntes		401.573,33	561.688,91	384.103,56	296.043,94	285.629,78	689.134,35	419.080,56	357.866,05	450.794,48	421.599,41	416.828,95	312.878,86	4.997.172,18	4.753.305,00
Transferências da LC 61/1989		19.142,73	20.830,65	27.371,55	16.864,55	22.168,73	22.851,04	21.504,01	23.029,01	26.444,15	26.092,69	32.123,10	19.111,67	277.533,88	265.000,00
Transferências da LC 87/1996		0,00	6.114,79	6.114,79	6.114,79	6.114,79	12.229,58	6.114,79	6.114,79	6.114,79	12.229,58	0,00	0,00	61.147,90	53.000,00
Transferências do FUNDEB		470.014,64	473.588,21	517.804,19	478.393,67	401.850,24	544.361,49	499.831,74	517.512,52	540.286,52	536.800,44	550.182,70	509.091,69	6.036.708,05	5.836.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		22.149,75	35.727,46	56.320,78	31.538,05	33.800,65	33.800,65	44.571,18	31.942,07	75.692,16	49.965,91	2.231,32	84.062,84	487.382,90	339.200,00
DEDUÇÕES (II)		436.327,80	456.424,04	509.595,55	465.773,36	400.050,25	508.686,19	477.102,94	475.588,12	537.992,76	534.591,55	527.556,00	500.850,72	5.824.556,28	5.824.556,28
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		431.438,82	448.364,51	504.143,49	448.254,53	383.197,68	497.432,07	464.563,54	462.223,79	522.036,18	517.003,93	527.556,00	500.850,72	5.707.085,26	5.802.224,00
Dedução Imp. Propri. Pred. e Ter. Urb. - 16,90%		0,00	0,00	-15,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-15,95	0,00
Dedução Imp. Propri. Pred. e Ter. Urb. - 26,50%		0,00	0,00	-25,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-25,01	0,00
Dedução Imp. Propri. Pred. e Ter. Urb. - 56,60%		0,00	0,00	-53,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-53,43	0,00
Dedução ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - 1		0,00	0,00	-38,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-38,53	0,00
Dedução ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - 2		0,00	0,00	-60,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-60,42	0,00
Dedução ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - 5		0,00	0,00	-129,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-129,05	0,00
Dedução Tx Func. Estab. Comer/Ind./P.Serviços		4.888,98	8.059,53	5.825,25	11.523,83	16.852,57	11.256,12	12.539,40	13.374,33	15.956,58	17.587,62	0,00	0,00	-50,80	0,00
Outras Indenizações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117.864,21	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)		3.379.439,44	4.218.604,73	3.593.484,08	3.203.472,26	3.025.934,69	3.719.047,96	3.411.713,72	3.330.488,86	3.785.757,02	4.175.594,07	3.315.430,37	3.974.058,84	43.138.041,04	42.422.765,00
FONTE:															

RREO DEM. REC. DESP. PREVID. 1BIM2015

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS					PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
							No Bimestre	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS					DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
							No Bimestre	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

RREO DEM. RES. NOMINAL 1BIM2015

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.041.342,72	1.041.342,72	1.002.170,42
DEDUÇÕES (II)	3.946.367,69	3.946.367,69	5.537.410,84
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.373.460,05	5.373.460,05	6.954.981,72
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.427.092,36	1.427.092,36	1.417.570,88
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.905.024,97	-2.905.024,97	-4.535.240,42
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.905.024,97	-2.905.024,97	-4.535.240,42

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	-1.630.215,45	-1.630.215,45

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

RREO DEM. RES. PRIMÁRIO 1BIM2015

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	42.270.401,00	7.223.751,90	7.223.751,90	7.058.784,21
Receita Tributária	4.543.700,00	624.029,48	624.029,48	620.159,13
I.P.T.U.	869.200,00	20.846,52	20.846,52	41.302,52
I.S.S.	1.484.000,00	291.989,53	291.989,53	277.354,94
I.T.B.I.	254.400,00	24.417,39	24.417,39	31.073,93
I.R.R.F.	795.000,00	163.248,95	163.248,95	141.281,78
Outras Receitas Tributárias	1.141.100,00	123.527,09	123.527,09	129.145,96
Receita de Contribuição	699.600,00	152.999,44	152.999,44	144.956,83
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	699.600,00	152.999,44	152.999,44	144.956,83
Receita Patrimonial Líquida	44.520,00	7.858,15	7.858,15	6.821,10
Receita Patrimonial	196.884,00	73.595,46	73.595,46	39.862,65
(-) Aplicações Financeiras	152.364,00	65.737,31	65.737,31	33.041,55
Transferências Correntes	33.926.201,00	5.902.621,07	5.902.621,07	5.775.513,73
F.P.M.	8.056.000,00	1.614.855,08	1.614.855,08	1.640.032,42
I.C.M.S.	13.737.600,00	2.331.149,52	2.331.149,52	2.259.422,24
Convênios	3.254.200,00	494.128,26	494.128,26	493.828,59
Outras Transferências Correntes	8.878.401,00	1.462.488,21	1.462.488,21	1.382.230,48
Demais Receitas Correntes	3.056.380,00	536.243,76	536.243,76	511.333,42
Dívida Ativa	139.920,00	25.019,23	25.019,23	18.453,00
Diversas Receitas Correntes	2.916.460,00	511.224,53	511.224,53	492.880,42
RECEITAS DE CAPITAL (II)	179.140,00	7.462,74	7.462,74	35.541,61
Operações de Crédito (III)	9.540,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	42.400,00	2.585,52	2.585,52	10.291,61
Alienação de Ativos (V)	19.080,00	4.877,22	4.877,22	25.250,00
Transferências de Capital	108.120,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	108.120,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	108.120,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	42.378.521,00	7.223.751,90	7.223.751,90	7.058.784,21
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	39.561.679,46	5.076.373,81	5.076.373,81	4.704.248,89
Pessoal e Encargos Sociais	23.012.444,41	3.683.418,38	3.683.418,38	3.125.103,21
Juros e Encargos da Dívida (IX)	227.900,00	11.225,28	11.225,28	37.462,66
Outras Despesas Correntes	16.321.335,05	1.381.730,15	1.381.730,15	1.541.683,02
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	39.333.779,46	5.065.148,53	5.065.148,53	4.666.786,23
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.408.263,82	135.248,36	135.248,36	282.372,55
Investimentos	3.100.526,62	96.076,06	96.076,06	145.626,15
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.307.737,20	39.172,30	39.172,30	136.746,40
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.100.526,62	96.076,06	96.076,06	145.626,15

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	130.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	42.564.306,08	5.161.224,59	5.161.224,59	4.812.412,38
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-185.785,08	2.062.527,31	2.062.527,31	2.246.371,83
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			0,00	

FONTE:

ITAPIRANGA, 18/03/2015

RREO DEM. RESTOS A PAGAR 1BIM2015

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00	
		Inscritos		Saldo	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo			
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014										
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		-	1.427.092,36	1.095.901,24	460,70	330.730,42	621.171,12	621.171,12	14.642,76	1.417.105,98			
EXECUTIVO													
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		0,00	1.427.092,36	1.095.901,24	460,70	330.730,42	621.171,12	621.171,12	14.642,76	1.417.105,98			
FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE ITAPIR		0,00	1.060,00	0,00	0,00	1.060,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
FUNDO MUN. REEQ.DA OBM FUNREBOM DE ITAPI		0,00	257,07	0,00	0,00	257,07	742,77	742,77	0,00	0,00			
FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AME		0,00	12.956,39	0,00	0,00	12.956,39	63.056,02	62.840,39	0,00	215,63			
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	1.107,48	0,00	0,00	1.107,48	1.526,42	1.128,42	0,00	398,00			
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	7.035,61	0,00	0,00	7.035,61	268.510,92	202.337,53	10.105,70	56.067,89			
SECRET.MUNIC. ADMINISTRAÇÃO, OBRAS E SERV.		0,00	144.011,17	0,00	0,00	143.550,47	1.370.842,43	266.510,34	4.537,06	1.105.928,28			
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DI		0,00	1.104.805,43	0,00	0,00	9.159,02	132.830,81	70.281,67	0,00	62.549,14			
SECRETARIA MUNIC.DA FAZENDA E PLANEJAMEN		0,00	6.290,83	254,83	0,00	6.036,00	38.811,58	15.363,28	0,00	23.448,30			
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES		0,00	149.568,38	0,00	0,00	149.568,38	170.465,66	1.966,72	0,00	168.498,94			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-	-	-	-	-	-	-	-			
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	1.427.092,36	1.095.901,24	460,70	330.730,42	621.171,12	621.171,12	14.642,76	1.417.105,98			

FONTE:

Itapoá

PREFEITURA

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao décimo oitavo dia de março de 2015, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, JULIANA CRISTINA SOARES SPECK, ROSILDA APARECIDA BOLDORI, nomeados pelo(a) Decreto nº 2388/2015, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 12/2015, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO E REFORMA DA SEDE, CAMPOS MUNICIPAIS, GINÁSIO MUNICIPAL, CONSTRUÇÃO DE MURO NA SEDE DA SECRETARIA E CENTRO ESPORTIVO CONVENIADO COM A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.	JANETE MELCHIORETTO SILVA

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preços da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital. A empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresas Ganadoras	Valor Total
BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.	R\$ 26.391,96

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. O representante credenciado não manifestou interesse em interpor recurso,

motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação à empresa vencedora supra indicada. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 18 de março de 2015.

	FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
ROSILDA APARECIDA BOLDORI Membro		JULIANA CRISTINA SOARES SPECK Membro
BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. JANETE MELCHIORETTO SILVA		

DECRETO MUNICIPAL Nº 2395 EXONERA ASSESSOR ESPECIAL DE URBANISMO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2395/2015

Data: 10 de março de 2015.

EXONERA ASSESSOR ESPECIAL DE URBANISMO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado, o Sr. IRINEU ANTONIO IGNACIO, do cargo de assessor especial de urbanismo da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 10 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº2396/2015 NOMEIA ASSESSORA ESPECIAL DE URBANISMO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO.

DECRETO MUNICIPAL NO2396/2015

Data: 10 de março de 2015.

NOMEIA ASSESSORA ESPECIAL DE URBANISMO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a Sra. MARIZA KORELO, no cargo de Assessora Especial de Urbanismo da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 10 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº2397/2015 EXONERA DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

DECRETO MUNICIPAL nº 2397/2015

Data: 10 de março de 2015.

EXONERA DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado o Sr. EUCLIDES GOULART SANCHES do cargo de Diretor do Departamento de Serviços Públicos, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 10 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº2398/2015 NOMEIA DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

DECRETO MUNICIPAL nº 2398/2015

Data: 10 de março de 2015.

NOMEIA DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o Sr. IRINEU ANTONIO IGNÁCIO no cargo de Diretor do Departamento de Serviços Públicos, da Secretaria

Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 10 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº2400/2015 FIXA VALORES DE DIÁRIAS, NOS TERMOS DO ART. 54, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 44/2014.

DECRETO MUNICIPAL NO2400/2015

Data: 10 de março de 2015.

FIXA VALORES DE DIÁRIAS, NOS TERMOS DO ART. 54, DA LEI complementar Nº 44/2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 52, Inciso IV, Alínea "b", da Lei Complementar nº 44/2014,

DECRETA

Art. 1º Fica fixado os valores das diárias em conformidade com o disposto no art. 52, Inciso IV, Alínea "b", da Lei Complementar nº 44/2014, descritos no ANEXO I do presente decreto.

Art. 2º Em caso de viagens com veículos oficiais, sem pernoite, será indenizado meia diária.

Art. 2º Em caso de viagens com veículos particulares, será indenizado a diária integral.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e Revoga o Decreto Municipal nº 1886/2013.

Itapoá (SC), 10 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

ANEXO I

Capital Nacional

Prefeito e Vice-Prefeito R\$ 1.200,00

Demais Servidores R\$ 800,00

Cidades com distância superior a 500 Km da Sede do Município

Prefeito e Vice-Prefeito R\$ 1.000,00

Demais Servidores R\$ 600,00

Cidades com distância superior a 200 Km da Sede do Município

Prefeito e Vice-Prefeito R\$ 700,00

Demais Servidores R\$ 250,00

Cidades com distância Inferior a 200Km da Sede do Município

Prefeito e Vice-Prefeito R\$ 200,00

Demais Servidores R\$ 80,00

DECRETO MUNICIPAL Nº2401 ESTABELECE NORMAS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES NA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS.

DECRETO MUNICIPAL NO2401/2015

Data: 13 de março de 2015.

ESTABELECE NORMAS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES NA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 52, Inciso IV, Alínea "b", da Lei Complementar nº 44/2014,

DECRETA

Art. 1A condução dos veículos utilizados pela administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, as normas de uso e a apuração das eventuais responsabilidades nos casos de acidentes ou surgimento de danos em veículos oficiais, deverão obedecer os procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 2Os veículos oficiais só deverão ser conduzidos por servidor que tenha por atribuição específica desempenhar a função de motorista.

Art. 3Conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, o condutor de veículo oficial deverá possuir habilitação, devendo ser observado, ainda, as seguintes gradações e categorias:

I - Categoria A - condutor de veículo motorizado de duas ou três rodas, com ou sem carro lateral;

II - Categoria B - condutor de veículo motorizado, não abrangido pela categoria A, cujo peso bruto total não exceda a três mil e quinhentos quilogramas e cuja lotação não exceda a oito lugares, excluído o do motorista;

III- Categoria C - condutor de veículo motorizado utilizado em transporte de carga, cujo peso bruto total exceda a três mil e quinhentos quilogramas;

V - Categoria D - condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, cuja lotação exceda a oito lugares, excluído o do motorista;

V - Categoria E - condutor de combinação de veículos em que a unidade tratora se enquadre nas categorias B, C ou D e cuja unidade acoplada, reboque, semirreboque, trailer ou articulada tenha 6.000 kg (seis mil quilogramas) ou mais de peso bruto total, ou cuja lotação exceda a 8 (oito) lugares.

Art. 4O condutor que tiver sua Carteira Nacional de Habilitação - CNH - suspensa ou apreendida estará impedido de conduzir veículo oficial, devendo comunicar o fato, imediatamente, ao Setor de Frota, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo único - Em caso de descumprimento do estabelecido no "caput" deste artigo, o condutor e/ou quem tenha autorizado sua condução, responderá administrativamente e por quaisquer danos, infrações e irregularidades ocorridas.

Art. 5O titular do órgão ou entidade, obedecidas as exigências legais de habilitação, poderão, a qualquer tempo, autorizar servidor público, não ocupante de cargo de motorista, a conduzir veículo oficial.

§ 1º - A autorização à ser elaborada conforme Anexo I, deverá ser solicitada através de Memorando encaminhado pelo Gestor de Frota, que será responsável pelo acompanhamento e validade da mesma, não podendo a autorização exceder a 180 (cento e oitenta) dias, devendo ser exibida sempre que solicitada.

§ 2º - A autorização poderá ser renovada quantas vezes forem necessárias, atendendo ao interesse público, e poderá ser cancelada, a qualquer tempo, pelo o titular do órgão/entidade.

§ 3º - A autorização de que trata o caput deste artigo deverá observar o que determina o anexo único desta Instrução.

Art. 6O servidor autorizado a conduzir veículo oficial deverá observar todas as normas estabelecidas para servidor ocupante de cargo de motorista.

Art. 7Antes de colocar o veículo em circulação nas vias públicas, o condutor deverá verificar a existência e as boas condições de

funcionamento dos equipamentos de uso obrigatório, bem como assegurar-se da existência de combustível suficiente para chegar ao local de destino.

Art. 8O condutor deverá, a todo momento, ter domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito.

Art. 9São responsabilidades do condutor:

I - inspecionar o veículo antes da partida e durante o percurso;

II- requisitar ou providenciar a manutenção preventiva do veículo, compreendendo especialmente:

a) lubrificação;

b) lavagem e limpeza em geral;

c) reapertos;

d) cuidados com pneumáticos, baterias, acessórios e sobressalentes;

e) reabastecimento, inclusive verificação dos níveis de óleo;

III- dirigir corretamente o veículo obedecendo à legislação de trânsito vigente, às normas deste Decreto e aos demais atos normativos editados pela Administração;

IV - efetuar reparações de emergência durante o percurso;

V - prestar assistência necessária em casos de acidentes;

VI - zelar pelo veículo, inclusive cuidar de ferramentas, acessórios, sobressalentes, documentação e impressos;

VII - preencher o impresso de controle de tráfego e outros relativos ao uso e defeitos mecânicos do veículo, inclusive de acidentes.

Parágrafo único - A manutenção a cargo do condutor imitar-se-á ao uso das ferramentas e do equipamento do próprio veículo.

Art. 10Nos casos de acidentes ou surgimento de danos em veículos oficiais, deverá ser obrigatoriamente aberta sindicância administrativa elou processo administrativo disciplinar, para apurar as eventuais responsabilidades e propor as penalidades cabíveis, conforme procedimentos estabelecidos na lei Complementar nº 44/2014.

§ 1º - Ocorrendo acidentes, roubo ou surgimento de danos no veículo oficial, o condutor deverá, comunicará em até 24 (vite e quatro) horas ao Setor de Frota, para a adoção das providências devidas.

§ 2º - O Setor oficialará a comissão nomeada para início da verificação das responsabilidades pelo acidente, roubo ou surgimento de danos no veículo oficial;

Art. 11O Setor de Frota deverá ser informado acerca da abertura de procedimento para apuração de responsabilidade de que trata este Capítulo, e a ela deverá ser remetido o relatório final da comissão e cópia da decisão da autoridade competente.

Art. 12Em viagens para fora do Município, o condutor do veículo oficial deverá avisar, no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, o setor de controle de viagem, informando hora da saída, do retorno e os locais de destino.

Art. 13Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Itapoá (SC), 13 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº2402/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DECRETO MUNICIPAL nº 2402/2015

Data: 17 de março de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso III da Lei Municipal nº 559/2014 - LOA 2015, e considerando CI/DO/11/2015, de 16 de março de 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por superávit financeiro do exercício anterior, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 125.050,53 (cento e vinte e cinco mil e cinquenta reais e cinquenta e três centavos), conforme segue:
Suplementações

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

0802440005.2122 Manutenção do FMAS

33390 Aplicações Diretas (397) DR 30000
..... R\$ 2.814,59

33390 Aplicações Diretas (398) DR 63504
..... R\$ 17.991,69

33390 Aplicações Diretas (402) DR 63500
..... R\$ 117,79

33390 Aplicações Diretas (403) DR 63100
..... R\$ 156,81

0802440005.2123 Manutenção do CRAS
33390 Aplicações Diretas (399) DR 66503
..... R\$ 14.492,32

33390 Aplicações Diretas (401) DR 63505
..... R\$ 5.965,75

33390 Aplicações Diretas (409) DR 63598
..... R\$ 9,77

33390 Aplicações Diretas (410) DR 63502
..... R\$ 53.878,14

0802430005.2124 Manutenção do Abrigo Provisório
33390 Aplicações Diretas (404) DR 66501
..... R\$ 106,69

34490 Aplicações Diretas (405) DR 66501
..... R\$ 405,97

0802440005.2127 Benefícios Eventuais
33390 Aplicações Diretas (406) DR 66502
..... R\$ 134,95

0802410005.2128 Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso/Deficientes

33390 Aplicações Diretas (407) DR 63503
..... R\$ 9,26

0802440005.2130 Programa Ação Direta com as Famílias - PAIF
33390 Aplicações Diretas (408) DR 63501
..... R\$ 28.966,80

..... R\$ 28.966,80

Total das Suplementações
..... R\$ 125.050,53

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 17 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº2403/2015 EXONERA PROCURADORA DO MUNICÍPIO.

DECRETO MUNICIPAL NO 2403/2015

Data: 17 de março de 2015

EXONERA PROCURADORA DO MUNICÍPIO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a Sra. MARTA REGINA BEDIN, do cargo de Procuradora Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 17 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº2404/2015 EXONERA CHEFIA DA DIVISÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA PROCURADORIA JURÍDICA.

DECRETO MUNICIPAL N º 2404/2015

Data: 17 de março de 2015.

EXONERA CHEFIA DA DIVISÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA PROCURADORIA JURÍDICA.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado, o Sr. LEANDRO MACHADO DA SILVA, do cargo de Chefe da Divisão de atividades administrativas, da Procuradoria Jurídica.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 17 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº2405/2015 NOMEIA PROCURADOR MUNICIPAL.

DECRETO MUNICIPAL NO 2405/2015

Data: 17 de março de 2015

NOMEIA PROCURADOR MUNICIPAL.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o Sr. LEANDRO MACHADO DA SILVA, no cargo de Procurador Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 17 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº2406/2015 EXONERA DIRETORA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO DA PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

DECRETO MUNICIPAL NO 2406/2015

Data: 17 de março de 2015

EXONERA DIRETORA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO DA PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1ºFica exonerada a Sra. SYBELLE LEICHSENDRING, do cargo de Diretor do Departamento Jurídico da Procuradoria Jurídica Municipal.

Art. 2ºEste decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 17 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº2407/2015 NOMEIA DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DECRETO MUNICIPAL NO 2407/2015

Data: 17 de março de 2015

NOMEIA DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1ºFica nomeada a Sra. SYBELLE LEICHSENDRING, no cargo de Diretora do Departamento de Indústria e Comércio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Art. 2ºEste decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 17 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº2408/2015 NOMEIA DIRETORA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO DA PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

DECRETO MUNICIPAL NO 2408/2015

Data: 17 de março de 2015

NOMEIA DIRETORA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO DA PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1ºFica nomeada a Sra. MARTA REGINA BEDIN, no cargo de Diretor do Departamento Jurídico da Procuradoria Jurídica Municipal.

Art. 2ºEste decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 17 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL PREGÃO Nº17/2015- PROCESSO Nº31/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº17/2015

PROCESSO Nº31/2015

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor preço global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06, Lei complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 06 de abril de 2015, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de relógios de ponto eletrônico biométrico e bobinas térmicas de papel, conforme especificações constantes no edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

Itapoá, 18 de março de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Município de Itapoá/SC

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE SAÚDE: COMUNICADO DO EDITAL 013/2015 - RECEPCIONISTA

Itapoá, 17 de Março de 2015.

COMUNICADO

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais COMUNICA abaixo o local e horário da Prova Objetiva, referente ao Processo Seletivo Simplificado - Edital 013/2015 - Recepcionista.

Data: 22/03/2015.

Local: Escola Municipal Ayrton Senna, sito a Rua Madalena Hau; Bairro: Itapema do Norte, acesso pela entrada principal da Escola. Início: 8:30hs com término previsto para às 12:00hs, lembrando que o candidato deve comparecer ao local da prova com 20 minutos de antecedência, munido de documento com foto, conforme item 6.6 do Edital.

Marciane Rech
Enfermeira Coordenadora ESF

Joseane Maria Soares de Lima
Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

SECRETARIA DE SAÚDE: CONVOCAÇÃO Nº 06/2015 DO EDITAL DO 023/2014 - ENFERMEIRO

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 023/2014

ENFERMEIRO

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata SIRLEI CRISTINA DOS SANTOS ALVES para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

- 1.Cédula de Identidade (RG) ;
- 2.Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- 3.Título de Eleitor;
- 4.Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- 5.Certidão de nascimento ou casamento;
- 6.Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- 7.Uma foto recente ;
- 8.Comprovante de residência;
- 9.Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo;
- 10.Registro no COREN/SC;
- 11.Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
- 12.Certidão de Nascimento dos Filhos ;
- 13.Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
- 14.Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
- 15.Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
- 16.Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- 17.Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
- 18.Tipagem sanguínea;
- 19.Laudo médico;
- 20.Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: _____;

Cristian Angelo Grassi
Secretário da Saúde
Itapoá, 17 de Março de 2015.

TERMO ADITIVO Nº 17/2015 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2014. (5º ADITIVO).

TERMO ADITIVO Nº 17/2015 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2014. (5º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, ato representado pela Secretária de Administração e Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, portadora do CI.RG nº 2/R0372022 e do CNPF/MF: 248.711.419-34, pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos, o Sr. JEFERSON RUBENS GARCIA, portador do CI.RG nº 2195991 SSP/SC e do CNPF/MF nº 791.929.639-00, Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, portadora do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59, pelo Secretário de Saúde, o Sr. CRISTIAN ANGELO GRASSI, portador do CI.RG nº 289553-07 e do CNPF/MF nº: 758.746.019-53 e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 873994 SSP/PR e do CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e de outro lado a Empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, com sede à Rua Dona Leopoldina, nº 26, Centro, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.201-095, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 79.283.065/0001-41, e Inscrição Estadual: 251.310.469, representada neste ato pelo Diretor Comercial, o Sr. RONALDO BEKENDORF, portador do CNPF/MF nº 751.256.849-53, e do CI.RG nº 2.768.759-7 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo que visa aditar a Contratação de empresa para prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, roçador, cozinheiro e agente operacional, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2013 - PROCESSO Nº 99/2013, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo visa prorrogar a vigência do respectivo Contrato Administrativo em 12 (doze) meses e conceder a repactuação dos valores atualmente praticados em razão de Convenção Coletiva de Trabalho 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

Prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 16/2014, em 12 (doze) meses contados a partir do dia 19/03/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

Altera cláusula segunda "Do Preço", acrescentando o valor de R\$ 3.204.065,74 (três milhões duzentos e quatro mil e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), onde a quantia de R\$ 3.141.201,00 (três milhões, cento e quarenta e um mil e duzentos e um reais) corresponde ao valor total para o período de prorrogação considerando os valores firmados na Convenção Coletiva de Trabalho 2015 e a quantia de R\$ 62.864,74 (sessenta e dois mil oitocentos e sessenta e quatro reais e setenta e quatro centavos) é correspondente à diferença dos valores no período entre janeiro/2015 e março/2015, conforme apresentado na planilha a seguir:

Item	Descrição	Quant.		Secretaria	Valor Unitário Reajuste CCT/15	Diferença Retroativa 2015 (01/01 a 19/03)	Valor Mensal Reajuste CCT/15	Reajuste Total 12 meses
1	Auxiliar de Serviços Gerais 6h 2ª a 6ª	5	1	Administração e Finanças	R\$ 2.956,58	R\$ 1.188,31	R\$ 2.956,58	R\$ 35.478,96
			1	Agricultura e Pesca		R\$ 1.188,31	R\$ 2.956,58	R\$ 35.478,96
			2	Planejamento e Urbanismo		R\$ 2.376,63	R\$ 5.913,16	R\$ 70.957,92
			1	Secretaria de Saúde		R\$ 1.188,31	R\$ 2.956,58	R\$ 35.478,96
2	Auxiliar de Serviços Gerais 8h 2ª a 6ª	37	22	Educação - Ensino Fund.	R\$ 3.624,70	R\$ 31.876,65	R\$ 79.743,40	R\$ 956.920,80
			4	Educação - Ensino Infantil		R\$ 5.795,75	R\$ 14.498,80	R\$ 173.985,60
			1	Meio Ambiente, Cult. e Tur.		R\$ 1.448,93	R\$ 3.624,70	R\$ 43.496,40
			1	Esporte e Juventude		R\$ 1.448,93	R\$ 3.624,70	R\$ 43.496,40
			1	Adm/Assist. 2º Aditivo		R\$ 1.448,93	R\$ 3.624,70	R\$ 43.496,40
			5	Edu - Edu. Inf. 4º Aditivo		R\$ 1.375,57	R\$ 18.123,50	R\$ 217.482,00
			3	Edu - Ens. Fund. 4º Aditivo		R\$ 825,34	R\$ 10.874,10	R\$ 130.489,20
3	Aux. Serv. Ger. 8h 2ª/6ª (c/insalub.)	2	2	Secretaria de Saúde	R\$ 3.546,99	R\$ 962,69	R\$ 7.093,98	R\$ 85.127,76
4	Aux.Serv.Ger. 8h 2ª/6ª (varredores)	10	10	Obras e Serviços Públicos	R\$ 4.418,53	R\$ 4.870,08	R\$ 44.185,30	R\$ 530.223,60
5	Roçadores 8h 2ª a 6ª	9	7	Obras e Serviços Públicos	R\$ 5.123,19	R\$ 4.116,16	R\$ 35.862,33	R\$ 430.347,96
			2	Educação - Ens. Fund.		R\$ 1.176,04	R\$ 10.246,38	R\$ 122.956,56
6	Ag. Operacional 8h 2ª a 6ª	2	2	Educação - Ens. Fund.	R\$ 4.356,35	R\$ 1.110,58	R\$ 8.712,70	R\$ 104.552,40
7	Cozinheiro 8h 2ª a 6ª	2	1	Educação - Ens. Fund.	R\$ 3.384,63	R\$ 392,84	R\$ 3.384,63	R\$ 40.615,56
			1	Edu - Ens. Fund. 4º Aditivo		R\$ 74,59	R\$ 3.384,63	R\$ 40.615,56
Valor Total						R\$ 62.864,74	R\$ 261.766,75	R\$ 3.141.201,00
Valor Total do Aditivo (Diferença Retroativa + Reajuste Total 12 meses)							R\$ 3.204.065,74	

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 16/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 16/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Itapoá/SC, 17 de março de 2015.

CONTRATANTE SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	CONTRATADA ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA RONALDO BEKENDORF
MARIA IZABEL BLANSKI SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	JEFERSON RUBENS GARCIA SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	CRISTIAN ANGELO GRASSI SECRETÁRIO DE SAÚDE
Testemunhas: Nome: CNPJ/MF:	Nome: CPF/MF:

Ituporanga

PREFEITURA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DA CARTA CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 02/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE PINTURA, COM FORNECIMENTO DE TINTA, PARA AS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE PRORROGAÇÃO DA CARTA CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº 02/2015

A Prefeitura do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados, que foi transferido a abertura da Carta Convite 02/2015 com o objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE PINTURA, COM FORNECIMENTO DE TINTA, PARA AS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA do dia 20 de março de 2015 para o dia 26 de março de 2015 no mesmo local e horário. Maiores informações poderão ser direcionadas ao setor de Compras e Licitações sito a Rua Joaquim Boeing, nº 40, Centro - Ituporanga, por telefone (47) 35331211 ou pelo endereço eletrônico: licitação@ituporanga.sc.gov.br horário comercial.

Ituporanga, 19 de março de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeita em Exercício

Joaçaba

PREFEITURA

22/2012 FUNREBOM - TA 03

CONTRATO Nº 22/2012/FUNREBOM - TA 03

O FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM, com sede à AV. CAETANO NATAL BRANCO, 1242, inscrito no CNPJ sob nº 78.502.598/0001-04, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, estabelecida na RUA JOÃO PESSOA, 134 - 1º ANDAR, Bairro CENTRO, no Município de CRICIÚMA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 24.757 e CPF nº 004.770.259-19, residente e domiciliado na Rua ARARANGUA, 205, APTO 1004, na cidade de CRICIÚMA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 22/2012/FUNREBOM, firmado em 27/03/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 31/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 13/2012/PMJ, homologado em 27/03/2012, cujo objeto é a locação, pela CONTRATADA, de sistemas para gestão pública compreendendo contabilidade pública, compras e licitações, planejamento, patrimônio, folha de pagamento, tributos, atendimento ao cidadão via internet, escrituração eletrônica do ISS via internet, tesouraria, ponto eletrônico, biblioteca, estoque, protocolo, protocolo via internet, recursos humanos, nota fiscal eletrônica, tesouraria, e atendimento ao servidor público via internet, conforme as condições estabelecidas no subitem 1.2 (da forma de execução) e no Anexo I (Termo de Referência) do Edital PP nº 13/2012/PMJ, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 01 de abril de 2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os valores contratados ficam reajustados em 21,1589%, correspondente a variação do INPC (IBGE) no período de março/2012 a fevereiro/2015, passando a vigorar, a contar de 01 de abril de 2015, conforme discriminado a seguir:

ITEM	UN	DESCRIÇÃO	VALOR INICIAL R\$	VALOR REAJUSTADO R\$
26	Mês	Compras e Licitações para Fundo Municipal de Reequipamento e Bombeiro com até 02 usuários simultâneos	100,00	121,00
27	Mês	Contabilidade Pública para Fundo Municipal de Reequipamento e Bombeiro com até 04 usuários simultâneos	170,00	206,00

Despesas de deslocamento (por quilômetro rodado)	0,63	0,76
Despesas de estada e alimentação	110,00	133,00

Diante da prorrogação do prazo contratual constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo e do reajuste desta cláusula, agregar-se-á ao valor global do contrato R\$ 3.924,00 (três mil novecentos e vinte e quatro reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, SC, em 18 de março de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE - Prefeito

BETHA SISTEMAS LTDA
ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

230/2015 PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 230/2015/PMJ
PL 20/2015/PMJ - PP 11/2015/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
CONTRATADA: JOCELINO DE MARCO
OBJETO: o fornecimento pelo(a) CONTRATADO(A), de material pétreo, com volume total estimado de 2.500 m³ (dois mil e quinhentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba.
VALOR CONTRATADO: R\$ 6.325,00 (seis mil e trezentos e vinte e cinco reais).
VIGÊNCIA: até o dia 31/12/2015
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
1.073 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR
168 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
FISCAL CONTRATO: Nelsi Carniel
DATA DE ASSINATURA: 18/03/2015.

Jorge Ronaldo Pohl
Secretario de Desenvolvimento Agrícola, Industria, Comercio, Turismo e Inovação.

231/2015 PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 231/2015/PMJ
PL 20/2015/PMJ - PP 11/2015/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
CONTRATADA: LUIZ CARDOSO DA SILVA
OBJETO: o fornecimento pelo(a) CONTRATADO(A), de material pétreo, com volume total estimado de 2.500 m³ (dois mil e quinhentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba.
VALOR CONTRATADO: R\$ 6.325,00 (seis mil e trezentos e vinte e cinco reais).
VIGÊNCIA: até o dia 31/12/2015
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
1.073 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR
168 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
FISCAL CONTRATO: Nelsi Carniel
DATA DE ASSINATURA: 18/03/2015.

Jorge Ronaldo Pohl
Secretario de Desenvolvimento Agrícola, Industria, Comercio, Turismo e Inovação.

232/2015 PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 232/2015/PMJ
PL 20/2015/PMJ - PP 11/2015/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
CONTRATADA: JOVELINO DE MARCO
OBJETO: o fornecimento pelo(a) CONTRATADO(A), de material pétreo, com volume total estimado de 2.500 m³ (dois mil e quinhentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba.
VALOR CONTRATADO: R\$ 6.325,00 (seis mil e trezentos e vinte e cinco reais).
VIGÊNCIA: até o dia 31/12/2015
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
1.073 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR

168 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
FISCAL CONTRATO: Nelsi Carniel
DATA DE ASSINATURA: 18/03/2015.

Jorge Ronaldo Pohl
Secretario de Desenvolvimento Agrícola, Industria, Comercio, Turismo e Inovação.

233/2015 PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 233/2015/PMJ
PL 20/2015/PMJ - PP 11/2015/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
CONTRATADA: ALCEU DEITOS
OBJETO: o fornecimento pelo(a) CONTRATADO(A), de material pétreo, com volume total estimado de 2.500 m³ (dois mil e quinhentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba.
VALOR CONTRATADO: R\$ 6.325,00 (seis mil e trezentos e vinte e cinco reais).
VIGÊNCIA: até o dia 31/12/2015
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
1.073 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR
168 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
FISCAL CONTRATO: Nelsi Carniel
DATA DE ASSINATURA: 18/03/2015.

Jorge Ronaldo Pohl
Secretario de Desenvolvimento Agrícola, Industria, Comercio, Turismo e Inovação.

234/2015 PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 234/2015/PMJ
PL 20/2015/PMJ - PP 11/2015/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
CONTRATADA: ARMINDO BORSOI
OBJETO: o fornecimento pelo(a) CONTRATADO(A), de material pétreo, com volume total estimado de 2.500 m³ (dois mil e quinhentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba.
VALOR CONTRATADO: R\$ 6.325,00 (seis mil e trezentos e vinte e cinco reais).
VIGÊNCIA: até o dia 31/12/2015
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
1.073 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR
168 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
FISCAL CONTRATO: Nelsi Carniel
DATA DE ASSINATURA: 18/03/2015.

Jorge Ronaldo Pohl
Secretario de Desenvolvimento Agrícola, Industria, Comercio, Turismo e Inovação.

235/2015 PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 235/2015/PMJ
PL 20/2015/PMJ - PP 11/2015/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
CONTRATADA: EDEMAR ORIDES BILIBIO.
OBJETO: o fornecimento pelo(a) CONTRATADO(A), de material pétreo, com volume total estimado de 2.500 m³ (dois mil e quinhentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba.
VALOR CONTRATADO: R\$ 6.325,00 (seis mil e trezentos e vinte e cinco reais).
VIGÊNCIA: até o dia 31/12/2015
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
1.073 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR
168 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
FISCAL CONTRATO: Nelsi Carniel
DATA DE ASSINATURA: 18/03/2015.

Jorge Ronaldo Pohl
Secretario de Desenvolvimento Agrícola, Industria, Comercio, Turismo e Inovação.

236/2015 PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 236/2015/PMJ
PL 20/2015/PMJ - PP 11/2015/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
CONTRATADA: SILVESTRE SYCHOSKI
OBJETO: o fornecimento pelo(a) CONTRATADO(A), de material pétreo, com volume total estimado de 2.500 m³ (dois mil e quinhentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba.
VALOR CONTRATADO: R\$ 6.325,00 (seis mil e trezentos e vinte e cinco reais).
VIGÊNCIA: até o dia 31/12/2015
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
1.073 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR
168 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
FISCAL CONTRATO: Nelsi Carniel
DATA DE ASSINATURA: 18/03/2015.

Jorge Ronaldo Pohl
Secretario de Desenvolvimento Agrícola, Industria, Comercio, Turismo e Inovação.

237/2015 PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 237/2015/PMJ
PL 20/2015/PMJ - PP 11/2015/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
CONTRATADA: AVELINO BORSOI
OBJETO: o fornecimento pelo(a) CONTRATADO(A), de material pétreo, com volume total estimado de 2.500 m³ (dois mil e quinhentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba.
VALOR CONTRATADO: R\$ 6.325,00 (seis mil e trezentos e vinte e cinco reais).
VIGÊNCIA: até o dia 31/12/2015
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
1.073 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR

168 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
FISCAL CONTRATO: Nelsi Carniel
DATA DE ASSINATURA: 18/03/2015.

Jorge Ronaldo Pohl
Secretario de Desenvolvimento Agrícola, Industria, Comercio, Turismo e Inovação.

86/2012 FMAS TA 04

CONTRATO Nº 86/2012 - FAZ - TA 04

O FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 02.247.113/0001-11, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, estabelecida na RUA JOÃO PESSOA, 134 - 1º ANDAR, Bairro CENTRO, no Município de CRICIÚMA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 24.757 e CPF nº 004.770.259-19, residente e domiciliado na Rua ARARANGUA, 205, APTO 1004, na cidade de CRICIÚMA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 86/2012/FAZ, firmado em 27/03/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 31/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 13/2012/PMJ, homologado em 27/03/2012, cujo objeto é a locação, pela CONTRATADA, de sistemas para gestão pública compreendendo contabilidade pública, compras e licitações, planejamento, patrimônio, folha de pagamento, tributos, atendimento ao cidadão via internet, escrituração eletrônica do ISS via internet, tesouraria, ponto eletrônico, biblioteca, estoque, protocolo, protocolo via internet, recursos humanos, nota fiscal eletrônica, tesouraria, e atendimento ao servidor público via internet, conforme as condições estabelecidas no subitem 1.2 (da forma de execução) e no Anexo I (Termo de Referência) do Edital PP nº 13/2012/PMJ, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 01 de abril de 2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Os valores contratados ficam reajustados em 21,1589%, correspondente a variação do INPC (IBGE) no período de março/2012 a fevereiro/2015, passando a vigorar, a contar de 01 de abril de 2015, conforme discriminado a seguir:

ITEM	UN	DESCRIÇÃO	VALOR INICIAL R\$	VALOR REAJUSTADO R\$
10	Mês	Tesouraria com 01 usuário	65,00	79,00
19	Mês	Compras e Licitações para Fundo Municipal de Assistência Social com até 02 usuários simultâneos	100,00	121,00
20	Mês	Contabilidade Pública para Fundo Municipal de Assistência Social com até 04 usuários simultâneos	170,00	206,00

Despesas de deslocamento (por quilômetro rodado)	0,63	0,76
Despesas de estada e alimentação	110,00	133,00

Diante da prorrogação do prazo contratual constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo e do reajuste desta cláusula, agregar-se-á ao valor global do contrato R\$ 4.872,00 (quatro mil oitocentos e setenta e dois reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, SC, em 18 de março de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE - Prefeito

BETHA SISTEMAS LTDA
ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

919/2012 PMJ TA 07

CONTRATO Nº 919/2012/PMJ - TA 07

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, estabelecida na RUA JOÃO PESSOA, 134 - 1º ANDAR, Bairro CENTRO, no Município de CRICIÚMA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 24.757 e CPF nº 004.770.259-19, residente e domiciliado na Rua ARARANGUA, 205, APTO 1004, na cidade de CRICIÚMA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 919/2012/PMJ, firmado em 27/03/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 31/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 13/2012/PMJ, homologado em 27/03/2012, cujo objeto é a locação, pela CONTRATADA, de sistemas para gestão pública compreendendo contabilidade pública, compras e licitações, planejamento, patrimônio, folha de pagamento, tributos, atendimento ao cidadão via internet, escrituração eletrônica do ISS via internet, tesouraria, ponto eletrônico, biblioteca, estoque, protocolo, protocolo via internet, recursos humanos, nota fiscal eletrônica, tesouraria, e atendimento ao servidor público via internet, conforme as condições estabelecidas no subitem 1.2 (da forma de execução) e no Anexo I (Termo de Referência) do Edital PP nº 13/2012/PMJ, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 01 de abril de 2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os valores contratados, constantes do contrato original, ficam reajustados em 21,1589%, correspondente a variação do INPC (IBGE) no período de março/2012 a fevereiro/2015, passando a vigorar, a contar de 01 de abril de 2015, conforme discriminado a seguir:

ITEM	UN	DESCRIÇÃO	VALOR INICIAL R\$	VALOR REAJUSTADO R\$
1	Mês	Contabilidade Pública com até 12 usuários simultâneos	1.700,00	2.060,00
2	Mês	Planejamento com até 04 usuários simultâneos	450,00	545,00
3	Mês	Compras e Licitações com até 05 usuários simultâneos	535,00	648,00

4	Mês	Patrimônio com até 04 usuários simultâneos	460,00	557,00
5	Mês	Folha de Pagamento com até 04 usuários simultâneos	1.000,00	1.212,00
6	Mês	Tributos com até 40 usuários simultâneos	2.200,00	2.665,00
7	Mês	Atendimento ao Cidadão via internet sem limitação de usuários	1.300,00	1.575,00
8	Mês	Escrituração Eletrônica do ISS via internet sem limitação de usuários	2.900,00	3.514,00
9	Mês	Controle de Notas Fiscais Eletrônicas via internet sem limitação de usuários	3.900,00	4.725,00
10	Mês	Tesouraria com 02 usuários	330,00	400,00
11	Mês	Ponto eletrônico com 01 usuário.	420,00	509,00
12	Mês	Biblioteca com até 04 usuários simultâneos	325,00	394,00
13	Mês	Estoque com até 04 usuários simultâneos	310,00	376,00
14	Mês	Protocolo com até 24 usuários simultâneos	675,00	818,00
15	Mês	Recursos Humanos com 01 usuário	310,00	376,00
16	Mês	Atendimento ao servidor público via internet	290,00	351,00
17	Mês	Protocolo via internet com até 04 usuários simultâneos	170,00	206,00

18	Mês	Biblioteca para Centro Educacional Roberto Trompowsky com até 04 usuários simultâneos	250,00	303,00
----	-----	---	--------	--------

31	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos sistemas, quando solicitado.	60,00	73,00
----	------	--	-------	-------

Despesas de deslocamento (por quilômetro rodado)	0,63	0,76
Despesas de estada e alimentação	110,00	133,00

O valor mensal relativo à locação do sistema Fly Transparência (incluído no contrato pelo TA 03, de 16/09/2013), fica reajustado em 11,4028%, correspondente a variação do INPC/IBGE relativo ao período de setembro/2013 a fevereiro/2015, passando de R\$ 290,00 para R\$ 323,00 (trezentos e vinte e três reais), a contar de 01 de abril de 2015.

Diante da prorrogação do prazo contratual constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo e do reajuste desta cláusula, agregar-se-á ao valor global do contrato R\$ 258.684,00 (duzentos e cinquenta e oito mil seiscentos e oitenta e quatro reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, SC, em 18 de março de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

BETHA SISTEMAS LTDA
ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

DECRETO Nº 4.745 DE 18 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4.745 DE 18 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 4.567 DE 23/12/14 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 150.341,24 (cento e cinquenta mil, trezentos e quarenta e um reais e vinte quatro centavos), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.071 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - CREAS
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.035.0 - R\$ 312,02

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.061.0 - R\$ 11.283,56

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.061.0 - R\$ 27.165,89

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.073 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD PBF/PBV II/SCFV

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.061.0 - R\$ 82,27

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.035.0 - R\$ 5.164,02

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.035.0 - R\$ 3.262,34

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.101 MANUT. DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS A COMUNIDADE

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.035.0 - R\$ 32.893,43

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.035.0 - R\$ 48.243,63

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.100 MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.061.0 - R\$ 22,50

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.076 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ABRIGO
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.000.0 - R\$ 434,40

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.035.0 - R\$ 8.190,92

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.000.0 - R\$ 507,81

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.035.0 - R\$

5.460,40

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.061.0 - R\$ 7.291,73

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.061.0 - R\$ 26,32

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 18 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO/CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2015

"Estabelece normas para a chamada pública de professores e auxiliar de serviços internos destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino, e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base as Leis Complementares nº 80 de 12 de março de 2004, nº 97 de 18 de março de 2005 e nº 121 de 26 de junho de 2006, lança este Edital para contratação de Professores na Rede Pública de ensino e auxiliares de serviços internos, em caráter temporário de excepcional interesse público, para o exercício de 2015, podendo ser prorrogado pelo período de até 12 (doze) meses, conforme a necessidade e conveniência do interesse público, e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, e;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desses serviços essenciais à população, e;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados nos processos seletivos originados pelos Editais 02/2013 e 01/2014, culminados com a desistência de inúmeros candidatos aprovados;

Considerando a impossibilidade de paralisação das aulas por ausência de professores, torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA de professores destinada ao provimento de vagas temporárias para o ano letivo de 2015 na rede municipal de ensino.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Os candidatos habilitados e classificados neste processo serão regidos pelo regime administrativo e serão filiados ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; Leis Complementares Municipais nºs 97/2005 e 80/2004.

II - DOS CARGOS, DAS VAGAS, DOS REQUISITOS, DA CARGA HORÁRIA E DO VENCIMENTO MENSAL:

CARGO	REMUNERAÇÃO INICIAL R\$*	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	REQUISITOS PARA PROVI- MENTO
Professor de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental	R\$1.917,78	40h	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano – Língua Portuguesa	R\$1.917,78	40h	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano – Inglês	R\$1.917,78	40h	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano – Matemática	R\$1.917,78	20h	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.
Auxiliar de Serviços Gerais	R\$838,61	40h	01	Ensino Fundamental Completo ou cursando.

* O valor da remuneração é correspondente à carga horária de 40 horas semanais, sendo que em caso de carga horária inferior a remuneração será proporcional.

III - DATA E VAGAS

3.2.A data determinada para a Chamada Pública para os cargos acima referidos será dia 19 e 20 de março de 2015, das 15h00min às 18h00min, na Secretaria Municipal da Educação, sito à Av. XV de Novembro, 378 - Centro/Joaçaba - 2º andar.

3.3. As vagas existentes são nas disciplinas de Língua Portuguesa, Inglês, Matemática, Anos Iniciais e Auxiliar de Serviços Gerais de 1º ao 5º ano.

IV - DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

4.1. Os candidatos serão convocados por ordem crescente da classificação.

4.2. A convocação para contratação será feita pelos meios oficiais da Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC.

V - PROCEDIMENTOS

5.1. Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 3.2. deste Edital munidos dos seguintes documentos:

- a) Ficha de Inscrição devidamente preenchida (Anexo I);
- b) Documentos pessoais (Cédula de Identidade e CPF);
- c) Comprovação de habilitação e/ou declaração de frequência em curso de graduação em licenciatura com data atualizada;
- d) Documento expedido pelo setor Pessoal que mencione o tempo de serviço no município de Joaçaba/SC.

VI - CLASSIFICAÇÃO

6.1 Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, serão obedecidos os seguintes critérios de classificação:

- a) Professores com Pós-Graduação na área que pretende atuar;
- b) Professores com Graduação na área que pretende atuar;
- c) Professores cursando licenciatura, a partir da 5ª fase, na área que pretende atuar;
- d) Maior tempo de serviço no município de Joaçaba/SC;
- e) Maior idade.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Para efeito da contratação fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade da função, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos.

Caberá ao Prefeito Municipal a homologação dos resultados deste Processo.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será afixado no mural do Paço Municipal, e no site oficial do município <http://www.joacaba.sc.gov.br>.

Joaçaba, em 13 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal

ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO

Dados Pessoais		
Nome:		
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	Estado:
CEP:	Data de Nasc.:	Estado Civil:
CPF:		
E-mail:		
Telefone Residencial: ()		Telefone Celular: ()
Formação Acadêmica		
Graduação		
Especialização		
Mestrado/ Doutorado		
Tempo de Serviço na rede municipal de ensino		

Assinatura

HOMOLOGAÇÃO PL 20/2015 PP 11/2015 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº20/2015 PMJ

PP 11/2015/PMJ

O Secretario de Desenvolvimento Agrícola, Industria, Comércio, Turismo e Inovação de Joaçaba, Jorge Ronaldo Pohl, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 20/2015/PMJ,

- Modalidade: PP 11/2015/PMJ.

Objeto: a contratação de pessoas físicas e/ou jurídicas para o fornecimento de material pétreo, com volume total estimado de 22.500,00 m³ (vinte e dois mil e quinhentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba.

Fiscal: Nelsi Carniel

VENCEDORES:

ALCEU DEITOS

VALOR R\$ 6.325,00

ARMINDO BORSOI

VALOR R\$ 6.325,00

AVELINO BORSOI

VALOR R\$ 6.325,00

EDEMAR ORIDES BILIBIO

VALOR R\$ 6.325,00

JOCELINO DE MARCO

VALOR R\$ 6.325,00

JOVELINO DE MARCO

VALOR R\$ 6.325,00

LUIZ CARDOSO DA SILVA

VALOR R\$ 6.325,00

SILVESTRE SYCHOSKI

VALOR R\$ 6.325,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 18 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Secretario de Desenvolvimento Agrícola, Industria, Comércio, Turismo e Inovação de Joaçaba

Jorge Ronaldo Pohl

LEI COMPLEMENTAR Nº 295 DE 17 DE MARÇO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 295 DE 17 DE MARÇO DE 2015
DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - O Sistema de Controle Interno da Câmara de Vereadores de Joaçaba/SC visa assegurar ao Poder Legislativo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos e a avaliação dos resultados obtidos, em consonância aos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e moralidade.

Art. 2º - O Controle Interno da Câmara de Vereadores de Joaçaba/SC, compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados pela Administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos, verificando a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da lei.

Art. 3º - Entende-se por Sistema de Controle Interno da Câmara o conjunto de atividades de controle exercidas em todos os níveis, compreendendo particularmente:

I - o controle, pelas diversas unidades da estrutura organizacional, da observância à legislação e às normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares;

II - o controle sobre o uso e guarda dos bens pertencentes à Câmara;

III - o controle orçamentário e financeiro sobre as transferências do Poder Executivo e sua aplicação de recursos.

Art. 4º - O Controle Interno da Câmara de Vereadores de Joaçaba terá as seguintes responsabilidades:

I - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, centralizando, a nível operacional, o relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, respondendo pelo:

a) encaminhamento das prestações de contas anuais a Prefeitura para repasse ao TCE/SC;

b) atendimento aos técnicos do controle externo;

c) recebimento de diligências e coordenação das atividades para a elaboração de respostas;

d) acompanhamento da tramitação dos processos e coordenação da apresentação de recursos.

II - assessorar a Administração nos aspectos relacionados com os controles interno e externo e quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatórios e pareceres sobre os mesmos;

III - interpretar e pronunciar-se em caráter normativo sobre a legislação concernente à execução orçamentária, financeira e patrimonial;

IV - medir e avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos de controle interno através do processo de auditoria a ser realizada nos departamentos do Poder Legislativo, expedindo relatórios com recomendações para o aprimoramento dos controles;

V - avaliar, o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e nos Orçamentos Anuais;

VI - exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais de aplicação em gastos;

VII - estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e

a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Poder Legislativo;

VIII - efetuar o acompanhamento sobre o cumprimento do limite de gastos totais e de pessoal do Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal e do inciso VI, do art. 59, da Lei Complementar nº 101/00;

IX - exercer o acompanhamento sobre a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei Complementar nº 101/00, em especial quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ao Relatório de Gestão Fiscal, aferindo a consistência das informações constantes de tais documentos;

X - participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais;

XI - manter registros sobre a composição e atuação das comissões de licitações;

XII - manifestar-se, quando solicitado pela Presidência da Câmara, acerca da regularidade e legalidade de processos licitatórios, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;

XIII - propor a melhoria ou implantação de sistemas de processamento eletrônico de dados em todas as atividades do Poder Legislativo, com o objetivo de aprimorar os controles internos, agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações;

XIV - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure imediatamente, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos ou fatos apontados como ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que resultem em prejuízo ao erário, praticados por agentes públicos, ou quando não forem prestadas as contas ou, ainda, quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

XV - dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado das irregularidades ou ilegalidades apuradas, para as quais a Administração não tomou as providências cabíveis visando à apuração de responsabilidades e o ressarcimento de eventuais danos ou prejuízos ao erário.

Art. 5º - O setor Financeiro e de Contabilidade, no que tange ao controle interno têm as seguintes responsabilidades:

I - exercer o controle orçamentário e financeiro sobre as transferências do Executivo e as aplicações dos recursos, em especial aferindo o cumprimento da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso, previstos no art. 8º, da Lei Complementar nº 101/00, assim como, da adoção das medidas de limitação de empenho e de movimentação financeira, que vierem a ser adotadas com vistas à obtenção do equilíbrio orçamentário e financeiro;

II - efetuar o controle sobre a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos do orçamento do Legislativo, sobre a abertura de créditos adicionais suplementares, especiais e extraordinários;

III - examinar e emitir parecer sobre as contas que devem ser prestadas, referentes aos recursos concedidos a qualquer pessoa física à conta dos Orçamentos do Legislativo, a título adiantamentos ou suprimentos de fundos, bem como promover a tomada de contas dos responsáveis em atraso;

IV - propor a expansão e o aprimoramento dos sistemas de processamento eletrônico de dados, para que permitam realizar e verificar a contabilização dos atos e fatos da gestão de todos os responsáveis pela execução dos orçamentos fiscal, de seguridade social e de investimentos, com a finalidade de promover as informações gerenciais necessárias à tomada de decisões;

V - aferir a consistência das informações rotineiras prestadas ao Tribunal de Contas do Estado e das informações encaminhadas à Coordenadoria de Controle Interno do Município, sobre matéria financeira, orçamentária e patrimonial.

Art. 6º - Os diversos setores que compõem a estrutura organizacional da Câmara de Vereadores de Joaçaba/SC, no que tange ao Controle Interno, têm as seguintes responsabilidades:

I - exercer o controle sobre a observância à legislação e às normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares afetas ao sistema administrativo;

II - exercer o controle sobre o uso e guarda de bens pertencentes ao Poder Legislativo, colocados à disposição de qualquer pessoa física ou entidade que os utilize no exercício de suas funções.

Art. 7º - O Controle Interno será executado pelo Coordenador do Controle Interno, vinculado diretamente ao Presidente.

Art. 8º - As atividades inerentes ao cargo em função de Coordenador de Controle Interno serão dirigidas por um servidor efetivo, nomeado pelo Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba/SC.

Parágrafo Único - O indicado deverá possuir nível de escolaridade superior e demonstrar conhecimento sobre a legislação vigente e sobre matéria orçamentária, financeira, contábil e administrativa, além de dominar os conceitos de controle interno e de auditoria.

Art. 9º - São vedadas a indicação e nomeação para o exercício do cargo em função de Coordenador de Controle Interno, pessoas que tenham sido nos últimos cinco anos:

I - responsabilizadas por atos julgados irregulares, de forma definitiva, pelo Tribunal de Contas do Estado ou da União;

II - punidas, por decisão da qual não caiba recurso na esfera administrativa, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público, em qualquer esfera de governo;

III - condenadas em processo criminal por prática de crime contra a Administração Pública, capitulados nos Títulos II e XI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, e na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

Art. 10 - Ao Coordenador de Controle Interno incumbem as seguintes responsabilidades de organização interna:

I - dirigir os trabalhos do Sistema de Controle Interno;

II - determinar o encaminhamento das comunicações, deliberações, instruções e solicitações, assinando-as e, quando necessário, estipular prazo para regularizações;

III - cumprir e zelar pelo cumprimento desta Lei;

IV - marcar reuniões e convocar todos os envolvidos na execução dos serviços públicos da Câmara de Vereadores de Joaçaba/SC, sempre que for necessária qualquer regularização ou expedição de novas instruções;

V - atender as solicitações feitas pelo Presidente da Câmara de Vereadores, pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público;

VI - assinar todos os documentos emitidos pelo Controle Interno, bem como arquivá-los ordenadamente.

VII - realizar auditorias esporádicas in loco em todos os setores do Poder Legislativo e registrar em relatório específico com, no mínimo, os seguintes elementos:

a) preâmbulo, informando o setor, departamento auditado, objetivo, período auditado, número sequencial do relatório;

b) sumário, com a descrição sucinta do trabalho de auditoria interna realizada;

c) resultado da auditoria, expondo os fatos de forma precisa, eficiente e autêntica, inclusive por meio de gráficos, tabelas, mapas, relações, fluxogramas, organogramas, memoriais, originais ou cópias de documentos;

d) recomendação formulada com clareza, precisão, práticas apropriadas, devidamente fundamentadas;

e) conclusão, que tem a finalidade de captar e reter todas as informações, levantamentos e recomendações da auditoria, para que os seus objetivos e resultados sejam alcançados.

Art. 11 - Ao Coordenador do Controle Interno são garantidas as seguintes prerrogativas:

I - livre ingresso nos setores que compõem o Poder Legislativo Municipal;

II - acesso a todos os documentos e informações necessários à realização de seu trabalho;

III - autonomia para requerer, por escrito, aos responsáveis pelos setores por ele inspecionados, informações e documentos necessários à instrução dos processos e relatórios que serão encaminhados ao Presidente da Câmara de Vereadores e ao Tribunal de Contas do Estado;

IV - independência profissional para o desempenho de suas atividades na administração direta e indireta;

V - participação nas reuniões quando nelas forem propostas quaisquer alterações nos procedimentos administrativos, bem como tratar de assuntos relativos à matéria disposta nesta Lei.

Art. 12 - As denúncias de ilegalidades, desvios, desfalques, desperdícios ou quaisquer outras irregularidades na Câmara de Vereadores poderão ser formalizadas diretamente ao Coordenador do Controle Interno.

§ 1º - As denúncias de que trata o caput deste artigo deverão ser redigidas em linguagem clara e objetiva, estar acompanhada de indícios da irregularidade e conter o nome legível e assinatura do denunciante, sua qualificação e endereço.

§ 2º - Acolhida a denúncia, esta somente poderá ser arquivada após efetuadas todas as diligências necessárias por decisão fundamentada do Coordenador do Controle Interno.

§ 3º - Verificada a procedência da denúncia deverão ser tomadas todas as providências necessárias à correção da irregularidade e recomposição do dano, se for o caso.

Art. 13 - Além dos impedimentos capitulados no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, é vedado ao servidor com função nas atividades de Controle Interno patrocinar causa contra a Administração Municipal Direta ou Indireta.

Art. 14 - Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos serviços de controle interno, no exercício das atribuições inerentes às atividades de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão, sob pena de responsabilidade administrativa de quem lhe der causa ou motivo.

Art. 15 - O servidor que exercer a função de Coordenador de Controle Interno deverá guardar sigilo sobre dados e informações obtidas em decorrência do exercício de suas atribuições e pertinentes aos assuntos sob a sua fiscalização, utilizando-os, exclusivamente, para elaboração de relatórios e pareceres destinados à Presidência da Câmara, sob pena de responsabilidade.

Art. 16 - As despesas do cargo em função de Coordenador de Controle Interno correrão à conta de dotações próprias, fixadas anualmente no Orçamento Fiscal da Câmara de Vereadores de Joaçaba/SC.

Art. 17 - O Coordenador do Controle Interno poderá requerer ao Presidente da Câmara a colaboração técnica dos servidores do Poder Legislativo ou a contratação de serviços de terceiros.

Art. 18 - O Coordenador do Controle Interno poderá, com a homologação do Presidente da Câmara, expedir Instruções Normativas para o cumprimento das disposições desta Lei, inclusive sobre os casos omissos, atendendo sempre as orientações do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 19 - Fica revogada a Resolução nº 012/2004 da Câmara de Vereadores de Joaçaba/SC.

Art. 20 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba/SC, 17 de março de 2015.
RAFAL LASKE
Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 296 DE 17 DE MARÇO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 296 DE 17 DE MARÇO DE 2015
ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 209 DE 24 DE OUTUBRO DE 2011 QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Ficam criados a Seção II-A - Das Funções de Confiança e o Anexo VIII da Lei Complementar n. 209 de 24 de outubro de 2011, que passam a vigorar com a seguinte redação:

SEÇÃO II-A DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA:

Art. 19-A - As funções de confiança serão exercidas exclusivamente por servidores públicos efetivos e a nomeação e exoneração para a referida função dar-se-ão através de ato expedido pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal.

§ 1º A gratificação de função será devida somente enquanto o servidor estiver ocupando a função de confiança para a qual foi designado, cessando imediatamente no ato de sua exoneração.

§ 2º Não é permitido o acúmulo de mais de uma função de confiança no âmbito da Administração Direta.

§ 3º O servidor público municipal que receber a gratificação de que trata o caput deste artigo não poderá receber adicional pela prestação de serviço extraordinário.

Art. 19-B - As funções de confiança da estrutura funcional, com os respectivos níveis, quantitativos e valores, estão especificados no Anexo VIII, desta Lei Complementar.

ANEXO VIII FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Funções de Confiança	Código	Qtd.	Valor
Coordenador de Controle Interno	FC - 1	01	R\$ 1.520,00

Art. 2º - Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba/SC, 17 de março de 2015.
RAFAEL LASKE
Prefeito

LEI Nº 4.590 DE 17 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 4.590 DE 17 DE MARÇO DE 2015
ALTERA A LEI Nº 4.569/2014, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Os incisos II e III do art. 2º da Lei nº 4.569/2014 passam a ter a seguinte redação:

II - Rua Engenheiro Walter Brollo.

Início: entroncamento das Ruas Roldão do Nascimento Maestri e Almir Walendowski.

Fim: Rua Dr. Sérgio Dallanora, na esquina com os lotes "02" e "34" da quadra "E".

III - Rua Dr. Sérgio Dallanora.

Início: fim da Rua Engenheiro Walter Brollo, no lote "34" da quadra "E" e lote "04" da quadra "D", no sentido anti-horário.

Fim: fim da Rua Engenheiro Walter Brollo, no lote "02" da quadra "E" e lote "04" da quadra "D".

Art. 2º - Os demais dispositivos da Lei nº 4.569/2014 ficam inalterados.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba/SC, 17 de março de 2015.
RAFAEL LASKE
Prefeito

LEI Nº 4.591 DE 17 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 4.591 DE 17 DE MARÇO DE 2015
DENOMINA VIAS NA VILA REMOR QUE ESPECIFICA.
O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI

Art. 1º - Ficam denominadas as seguintes vias localizadas na Vila Remor:

I - Rua Encanto da Lua.

Início: lote nº 01 do Desmembramento Dovílio Balan.

Fim: Servidão João de Pellegrin.

II - Servidão Luiz Branco.

Início: Rua Doze de Outubro.

Fim: Servidão João de Pellegrin.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba/SC, 17 de março de 2015.
RAFAEL LASKE
Prefeito

PORTARIA N.º 4088

PORTARIA Nº 4.088 DE 16 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JULIO CEZAR ALBERGUINI, Professor Nível I (Licenciatura), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.470 de 20 de fevereiro de 2015, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) e 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 02 de março de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de março de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4089

PORTARIA Nº 4.089 DE 16 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) VILMA DE FATIMA JARDINI, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.238 de 10 de fevereiro de 2015, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias), 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 e 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 por um período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 03 de março de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de março de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4090

PORTARIA Nº 4.090 DE 16 DE MARÇO DE 2015

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) JOAO FELIPE MOLOSSI SILVA durante o período de 03 de março de 2015 a 02 de setembro de 2015, para exercer as funções de MEDICO - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de processo seletivo n.º 001/2015/FMS, em especial pelo pedido de demissão da Sra. Rafaela Santini de Oliveira.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de março de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4091

PORTARIA Nº 4.091 DE 16 DE MARÇO DE 2015

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir da data de 02/03/2015, do(a) Sr.(a) JULIANA SCHINATO, das funções de Psicóloga - Programa Psicossocial, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007, e por ter sido classificada em teste para emprego público.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de março de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4092

PORTARIA Nº 4.092 DE 16 DE MARÇO DE 2015

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir da data de 06/03/2015, do(a) Sr.(a) JAQUELINE ELIZIARIA TORTATO ISSLER, das funções de TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Processo Seletivo n.º 04/2014/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 06 de março de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4093

PORTARIA Nº 4.093 DE 16 DE MARÇO DE 2015

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) DANIELA KOPHAL durante o período de 10 de março de 2015 a 09 de setembro de 2015, para exercer as funções de MÉDICO - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de processo seletivo n.º 001/2015/FMS, em especial pela transferência do servidor Samoel Luiz Bittencourt para o Centro de Testagem e Aconselhamento - CTA.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de março de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

RETIFICAÇÃO 01 EDITAL TESTE SELETIVO 02 2015

PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 2/2015.

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba, SC, CEP 89600-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições legais, torna pública o Primeiro Adendo ao Edital de Teste Seletivo 02/2015.

1. O Anexo III do Edital, Conteúdo Programático comum a todos os cargos, Conhecimentos Gerais e Atualidades, do Edital de Processo Seletivo nº 2/2015, de 17 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Conhecimentos Gerais e Atualidades - 5 questões (Comum a todos os cargos).

Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciências humanas e suas tecnologias; Organização político-administrativa do Brasil; Agro-negócios e a economia brasileira; Política, Economia, Contexto internacional; Neoliberalismo e globalização, Mercosul; Questões ambientais; Atualidades relativas ao Mundo, ao País, ao Estado de Santa Catarina e ao Município de Joaçaba:" (NR)

2. Ficam ratificadas as demais cláusulas do Edital.

Joaçaba, SC, 18 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal de Joaçaba, SC

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 018/2015 - LICENÇA PREMIO JEAN

RESOLUÇÃO Nº 018/2015 DE 17 DE MARÇO DE 2015

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do Servidor JEAN CARLOS DA SILVA, Secretário, conforme requerimento protocolizado em 11 de março de 2015, referente ao período de 16 de agosto de 2012 a 15 de agosto de 2013, nos termos do art. 57, §2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004 c/c art. 80 e 80-A da Lei Complementar nº 76/2003.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 17 de março de 2015.

LUIZ VASTRES

Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

SIMAE - JOAÇABA**ATA JULGAMENTO PROPOSTA TP 011/2014 - SIMAE**
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2014

Aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0054/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 23/12/2014, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1.DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Serviços de Escavadeira Hidráulica, a fim de auxiliar a Autarquia SIMAE, na retirada de rochas e matacões de valas onde executar redes de água e esgoto, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0054/2014.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - Quantidade - 100 - Unidade de medida - HORAS.

1º. Colocado - Empresa: SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, no valor de R\$190,00 (Cento e noventa reais);

Item 02 - SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA ACOPLADO COM ROMPEDOR HIDRÁULICO - Quantidade: 100 - Unidade de medida - HORAS.

1º. Colocado - Empresa: SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, no valor de R\$ 345,00 (Trezentos e quarenta e cinco reais);

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição dos serviços de escavadeira hidráulica, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2.DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela

estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0054/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3.VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da Lei 8.666/93.

4.DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

4.1 O Serviço de Escavadeira Hidráulica deverá ser executado conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Autorização de Fornecimento e /ou Nota de Empenho.

4.2 Após o recebimento da AF - Autorização de Fornecimento e/ou NE-Nota Empenho, por parte do fornecedor, o serviço deverá ser iniciado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na AF e /ou NE.

4.2.1 Serão solicitados serviços na área urbana ou rural dos municípios de Joaçaba, Herval do Oeste e Luzerna.

4.3 Cada AF e/ou NE deverá conter no mínimo:

- a) Data de Expedição;
- b) Indicação de Local ou dos locais onde serão prestados os serviços;
- c) Tipos de serviços que serão prestados.

4.4 Após a conclusão dos serviços a proponente deverá apresentar Nota Fiscal / Fatura correspondente à quantidade de horas trabalhadas, que será submetida à aprovação do Gerente responsável pela solicitação dos serviços.

4.5 Fica aqui estabelecido que os serviços serão recebidos:

- a) provisoriamente: A recepção provisória dos serviços será feita por responsável, designado pelo SIMAE, sendo que deverá verificar se os serviços foram executados adequadamente "in loco";
- b) definitivamente: A recepção definitiva dos serviços será feita por servidor designado, que será incumbido da fiscalização direta do contrato após vistoria da qualidade dos serviços disponibilizados e assinatura do Comprovante de Inspeção comprovando que a empresa executou os serviços e liberando o pagamento (se for o caso), em um prazo máximo de até 05 (cinco) dias após apresentação da nota fiscal.

4.5.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do serviço, cujo pagamento se dará em até 5 (cinco) dias após a liberação do pagamento.

4.6 Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de notificação apresentada à fornecedora, por conta e risco da mesma, sem qualquer ônus ao SIMAE.

4.7 Se os serviços não forem realizados no prazo estipulado, a licitante vencedora estará sujeita às sanções previstas no Edital de Pregão Presencial JHL 0054/2014, nesta Ata de Registro de Preços e na Lei.

4.8 A emissão do aceite não exclui a responsabilidade com as especificações técnicas exigidas neste Edital e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultada à administração submeter os serviços executados à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.

5.DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em até 05(cinco) dias, contados do recebimento definitivo dos serviços pelo Gestor do Contrato, mediante apresentação de nota fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa do SIMAE, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes da contratação dos Serviços de Escavadeira Hidráulica, a fim de auxiliar a Autarquia SIMAE, na retirada de rochas e matações de valas onde executar redes de água e esgoto correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 1051 e 1052

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

6. RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos serviços fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) Providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;

b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o serviço que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

d) Manter, durante toda a vigência da presente Ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas na Licitação (art.55, XII da Lei 8.666/93);

e) Permitir a fiscalização e o acompanhamento de pessoa indicada pelo SIMAE, na execução dos serviços;

f) fornecer equipamentos de proteção individual (EPI's) aos empregados;

g) observar as normas de saúde, segurança e medicina do trabalho.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

b-1)- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

b-2)- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 23 de dezembro de 2014.

Eliane Aparecida Ceron Vier
Pregoeira

Equipe de Apoio

Mônica Saraiva Romani

Valdesir Spier

Rodrigo Secchi

SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA

HOMOLOGAÇÃO PR04/2015 SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 4/2015 - PR Processo Administrativo: 4/2015 Processo de Licitação: 4/2015 Data do Processo: 08/01/2015
	Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 4/2015
b) Licitação Nr.: 4/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação:
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ALTERAÇÕES E MELHORIAS NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA DAS LOCALIDADES DE BARREIROS E SEDE BELEM, NO MUNICIPIO DE HERVAL DO OESTE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

AGUA AZUL POÇOS ARTESIANOS LTDA (7070)

1 RESERVATÓRIO PARA AGUA TRATADA, FABRICADO EM FIBRA DE VIDRO (PRFV), PARA USO AO TEMPO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: - CAPACIDADE UTIL DE 20 M3; - FUNDO PLANO E TAMPA ELIPTICA; - ACABAMENTO INTERNO LISO NA COR NATURAL; - ACABAMENTO EXTERNO COM ABSORVEDOR DE RAIOS ULTRA VIOLETA - RUV NA COR AZUL OU BRANCA; - ABERTURA NA TAMPA, PARA INSPEÇÃO; - GARANTIA MINIMA DE 12 MESES APÓS A EMISSÃO DA NOTA FISCAL. - Marca: BAKOF	PÇ	3,00	0,0000	5.305,00	15.915,00
2 CONJUNTO MOTOBOMBA CENTRIFUGA COM AS CARACTERÍSTICAS ABAIXO: - VAZÃO DE 6,1 M3/H; - ALTURA MANOMETRICA DE 118 MCA; - TENSÃO 380 V; - POTENCIA MAXIMA DE 7,5 CV. - Marca: THEBE	UN	2,00	0,0000	2.885,00	5.770,00

Total do Fornecedor: 21.685,00

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 4/2015 - PR

Processo Administrativo: 4/2015
 Processo de Licitação: 4/2015
 Data do Processo: 08/01/2015

Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
SUL AR E AGUA EQUIPAMENTOS LTDA (6058)

3	NIPLE DUPLO EM FERRO GALVANIZADO, EXTREMIDADES COM ROSCAS EXTERNAS CONFORME NORMA ABNT NBR NM ISO 7-1, REVESTIMENTO POR PROCESSO DE GALVANIZAÇÃO A FOGO (ZINCAGEM POR IMERSÃO A QUENTE) DNR 1 1/2". - Marca: TUPY	UN	4,00	0,0000	10,20	40,80
4	BUCHA DE REDUÇÃO EM FERRO GALVANIZADO, EXTREMIDADES COM ROSCA EXTERNA DO LADO DNR 2" E ROSCA INTERNA DO LADO DNR 1 1/2", CONFORME A NORMA ABNT NBR ISO 7-1, REVESTIMENTO POR PROCESSO DE GALVANIZAÇÃO A FOGO (ZINCAGEM POR IMERSÃO A QUENTE). DNR 2" X 1 1/2" - Marca: TUPY	PÇ	2,00	0,0000	15,60	31,20
5	LUVA EM FERRO GALVANIZADO CONFORME AS NORMAS ABNT NBR 6590, ISO 5922 E EN 1542, EXTREMIDADES COM ROSCAS INTERNAS CONFORME AS NORMAS ABNT NBR 6943, ISO 49 E EN 10242, REVESTIMENTO POR PROCESSO DE GALVANIZAÇÃO A FOGO (ZINCAGEM POR IMERSÃO A QUENTE). DNR 2" - Marca: TUPY	PÇ	4,00	0,0000	18,00	72,00
6	NIPLE DUPLO EM FERRO GALVANIZADO, EXTREMIDADES COM ROSCAS EXTERNAS CONFORME NORMA ABNT NBR NM ISO 7-1, REVESTIMENTO POR PROCESSO DE GALVANIZAÇÃO A FOGO (ZINCAGEM POR IMERSÃO A QUENTE) DNR 2". - Marca: TUPY	PÇ	11,00	0,0000	21,00	231,00
7	UNIÃO DE ASSENTO CÔNICO EM FERRO GALVANIZADO, EXTREMIDADES COM ROSCAS INTERNAS CONFORME NORMA ABNT NBR NM ISO 7-1, REVESTIMENTO POR PROCESSO DE GALVANIZAÇÃO A FOGO (ZINCAGEM POR IMERSÃO A QUENTE) DNR 2". - Marca: TUPY	PÇ	4,00	0,0000	92,00	368,00
8	VÁLVULA GAVETA, EM LIGA DE BRONZE, HASTE NÃO ASCENDENTE, ROSCA INTERNA BSP, CONFORME NORMA ABNT NBR, DNR 2" - Marca: DOCOL	PÇ	5,00	0,0000	100,00	500,00
9	VÁLVULA DE RETENÇÃO, POSIÇÃO DE TRABALHO NA VERTICAL, CORPO EM BRONZE, PN 16, EXTREMIDADES COM ROSCAS INTERNAS CONFORME A NORMA ABNT NBR ISO 7-1. DNR 2" - Marca: DOCOL	PÇ	2,00	0,0000	91,00	182,00
10	CURVA EM FERRO GALVANIZADO DE RAIO CURTO, EXTREMIDADES COM ROSCAS INTERNAS, CONFORME NORMA ABNT NBR NM ISO 7-1, REVESTIMENTO POR PROCESSO DE GALVANIZAÇÃO A FOGO (ZINCAGEM POR IMERSÃO A QUENTE) DNR 2". - Marca: TUPY	PÇ	5,00	0,0000	87,00	435,00
11	TE EM FERRO GALVANIZADO, EXTREMIDADES COM ROSCAS INTERNAS NO TRAMO PRINCIPAL E NA DERIVAÇÃO CONFORME NORMA ABNT NBR NM ISO 7-1, REVESTIMENTO POR PROCESSO DE GALVANIZAÇÃO A FOGO (ZINCAGEM POR IMERSÃO A QUENTE) DNR 2". - Marca: TUPY	PÇ	4,00	0,0000	40,00	160,00

 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTOCNPJ: 84.591.890/0001-43
Rua Tiradentes, 123
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL**

Nr.: 4/2015 - PR

Processo Administrativo: 4/2015
Processo de Licitação: 4/2015
Data do Processo: 08/01/2015

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**SUL AR E AGUA EQUIPAMENTOS LTDA (6058)**

12	ADAPTADOR MACHO EM POLIPROPILENO (PP), EXTREMIDADES, UMA COM JUNTA DE COMPRESSÃO MECÂNICA PARA TUBOS DE PEAD DE DN 63 MM, E OUTRA COM ROSCAS EXTERNAS DE DNR 2", ROSCAS CONFORME A NORMA DA ABNT NBR NM ISO R7-1, CLASSE DE PRESSÃO PN 16. DN 63MM X DNR 2". - Marca: POLY EASY	PÇ	2,00	0,0000	38,00	76,00
----	---	----	------	--------	-------	-------

Total do Fornecedor: 2.096,00

Total Geral: 23.781,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.053.4.4.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 39.781,90

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 231/2014 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 231/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA EPP inscrita no CNPJ sob nº 01.703684/0001-50, estabelecida na Rua Antônio Edu Vieira, Nº646, Bairro Sagrado Coração de Jesus, em Lages/SC CEP: 88.508-300

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 77/2014, correlato à Tomada de Preços nº 07/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Construção da Unidade de Saúde dos Bairros Centenário e Vila Nova

De acordo com justificativa apresentada pela empresa CONTRATADA, com anuência da Secretaria Municipal da Fazenda e Procuradoria Geral do Município, ADITA-SE o valor de R\$ 12.765,35 (doze mil setecentos e sessenta e cinco reais e trinta e cinco centavos) ao valor inicial do Contrato

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 18 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 55/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 055/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: DEDETIZADORA BARROS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 86.838.547/0001-86, com sede a Rua Alvaro Nery dos Santos, 223 - Bairro Várzea, Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços "por hora cheia trabalhada," de Máquinas e Equipamentos, com motorista e/ou operador devidamente habilitado(s), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

De acordo com justificativa apresentada pela empresa CONTRATADA, com anuência da Secretaria Municipal da Fazenda e Procuradoria Geral do Município, ADITA-SE o valor de 35.520,00 (trinta e cinco mil quinhentos e vinte reais) ao valor inicial do contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 16 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO ANULAÇÃO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 34/2013 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

A ANULAÇÃO AO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 34/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: CONSORCIO PONTE GRANDE, inscrito no CNPJ sob n.º 17.331.768/0001-40, estabelecido à Rua Saldanha Marinho n.º 116 - 3º andar Ed. Liberal Center, Florianópolis/SC - cep: 88.010-450.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Contratação de Empresa de Consultoria Especializada para o Gerenciamento, Supervisão, Fiscalização, Supervisão Ambiental e desenvolvimento dos Projetos Executivos, As Built, Readequações e demais Estudos Complementares, relativos ao Plano de Saneamento Integrado - Canalização do Ribeirão Ponte Grande e Construção da Avenida Ponte Grande e Implantação e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Município de Lages - SC.

Lages, 18 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito em exercício de Lages, SC

EXTRATO CONTRATO 107/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 107/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JJ MATOS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CAFÉ LTDA inscrita no CNPJ sob nº 00.214.257/0001-46, estabelecida na Rua Augusto Bayer, 600 - Fundos - Bairro Praça, Tijucas/SC, CEP 88200-000

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 47/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 24/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios e Descartáveis para uso em Diversos Setores da Prefeitura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 03 (três) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado Central da Prefeitura à Avenida Brasil esquina com a Avenida Dom Pedro II - Bairro São Cristóvão.

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 25.800,00 (vinte e cinco mil e oitocentos reais).

Lages, 17 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 108/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 108/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA ME inscrita no CNPJ sob nº 13.965.228/0001-68, estabelecida na Av. 24 de Outubro, s/ nº - Centro, Bom Retiro/SC - CEP. 88.680-000.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 47/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 24/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios e Descartáveis para uso em Diversos Setores da Prefeitura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 03 (três) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado Central da Prefeitura à Avenida Brasil esquina com a Avenida Dom Pedro II - Bairro São Cristóvão.

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 46.950,00 (quarenta e seis mil, novecentos e cinquenta reais).

Lages, 17 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 111/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 111/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JOSE ROGERIO BORGES - ME inscrita no CNPJ n.º 17.206.843/0001-41, com sede Rua Jeronimo Coelho, 280 - Centro - Lage/SC CEP 88.501-260

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 26/2015, correlato a Tomada de Preço nº 04/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Reforma do CEIM Caroba, nesta cidade, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

4.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

4.2 De Execução, em até 04 (quatro) meses, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço;

4.3 De Entrega, em 05 (cinco) dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado endereçado à Secretaria de Infraestrutura, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento e fiscalização.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 56.509,98 (cinquenta e seis mil quinhentos e nove reais e noventa e oito centavos).

Lages, 18 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

PP 12-2015 SMS RERRATIFICADO; PP 34, 35 E 36-2015 PML; TP 13, 14, 15 E 16-2015 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 12-2015 SMS RERRATIFICADO

Objeto: Aquisição de Alimentos, Produtos de Higiene e Bazar

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 13/04/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 374.169,78

Modalidade: PP 34-2015 PML

Objeto: Aquisição de Material Esportivo para o JOCOL 2015.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 01/04/2015 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 65.092,91

Modalidade: PP 35-2015 PML

Objeto: Aquisição de Grama Sempre Verde

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 08/04/2015 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 80.000,00

Modalidade: PP 36-2015 PML

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI e Uniformes

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 14/04/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 110.461,68

Modalidade: TP 13-2015 PML

Objeto: Construção de Campo de Futebol Society

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 09/04/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 227.002,05

Modalidade: TP 14-2015 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Reforma e Adequação do Pavimento Superior do Terminal Rodoviário de Lages

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 09/04/2015 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 125.436,40

Modalidade: TP 15-2015 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Ampliação do CEIM Jhonathan Lehmkuhl.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 14/04/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 39.516,30

Modalidade: TP 16-2015 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Construção do Muro de Fechamento do Ginásio da EMEB Antônio Joaquim Henriques.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 14/04/2015 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 66.464,46

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 18 de março de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

EDITAL DE PREGAO Nº15/2015 HMHL

EDITAL DE PREGAO Nº15/2015 HMHL
PROCESSO Nº15/2015

O HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 31 de março de 2015 às 11:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITA-COES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lau-ro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para pertinente para fornecimento de medicamentos e material médico hospitalar para uso do Hospital Municipal Henrique Lage, Lauro Müller SC, durante o ano de 2015, sendo que o pregão 12/2015 com o mesmo objeto foi deserto, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 18 de março de 2015.

Leandro Stangherlin
Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº34/2015 PMLM 8/2015 FMS

EDITAL DE PREGAO Nº33/2015 PMLM 8/2015 FMS
PROCESSO Nº33/2015/8/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER e o FUNDO MUNICIPAL DE LAU-RO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas inte-ressadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais le-gislações competentes, que no dia 31 de março de 2015 às 09:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para contratação de empresa ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de serviço de borracha-ria para as demandas das frotas municipais, durante o exercício de 2015, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 18 de março de 2015.

Leandro Stangherlin
Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº9/2015 FMS

EDITAL DE PREGAO Nº9/2015 FMS
PROCESSO Nº9/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 31 de março de 2015 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITA-COES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lau-ro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de medicamento sob sentença judicial e material para abastecimento da UNIDADE DE SUPORTE BASICO (SAMU) para atender durante o exercício de 2015 ao Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 18 de março de 2015.

Leandro Stangherlin
Pregoeiro Municipal

INEXGIBILIDADE DE LICITAÇÃO HMHL N. 14/2015

INEXGIBILIDADE DE LICITAÇÃO HMHL N. 14/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de plantão medico para o Hospital Municipal Henrique Lage.

CONTRATADA: CLINICA MEDICA LUMER LTDA ME

CONTRATANTE: Municipio de Lauro Muller

Valor: R\$ 543,840,00 (quinhentos e quarenta e três mil oitocentos e quarenta reais) a ser dividido entre os creedenciados

Lauro Muller, 18 de março de 2015.

Jair Fernandes Madeira.

Presidente da Comissão de Licitação

Lebon Régis**PREFEITURA****LICITAÇÕES 2015**

PREFEITURA DE LEBON RÉGIS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015 O Município de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão, do tipo Menor Preço. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de LINK (SINAL) de Internet Banda Larga a fim de suprir as necessidades das Secretarias e órgãos sob o domínio da Administração, conforme Termo de Referência (Anexo I) do Edital. Recebimento da documentação e das propostas até 08h30min do dia 01 de Abril de 2015. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 08h40min do dia 01/04/2015. Obtenção do Edital: Maiores Informações pelo e-mail licitacoes@lebonregis.sc.gov.br, ou pelo site www.lebonregis.sc.goc.br. Lebon Régis, 18 de Fevereiro de 2015. Gilmar Franciso Peretti - Pregoeiro

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2015 O Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão, do tipo Menor Preço. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de LINK (SINAL) de Internet Banda Larga a fim de suprir as necessidades das Secretarias e órgãos sob o domínio da Administração, conforme Termo de Referência (Anexo I) do Edital. Recebimento da documentação e das propostas até 10h00min do dia 01 de Abril de 2015. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 10h10min do dia 01/04/2015. Obtenção do Edital: Maiores Informações pelo e-mail licitacoes@lebonregis.sc.gov.br, ou pelo site www.lebonregis.sc.goc.br. Lebon Régis, 18 de Fevereiro de 2015. Gilmar Francisco Peretti - Pregoeiro

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2015 O Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão, do tipo Menor Preço. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de LINK (SINAL) de Internet Banda Larga a fim de suprir as necessidades das Secretarias e órgãos sob o domínio do Fundo, conforme Termo de Referência (Anexo I) do Edital. Recebimento da documentação e das propostas até 14h00min do dia 01 de Abril de 2015. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 14h10min do dia 01/04/2015. Obtenção do Edital: Maiores Informações pelo e-mail licitacoes@lebonregis.sc.gov.br, ou pelo site www.lebonregis.sc.goc.br.

Lebon Régis, 18 de Fevereiro de 2015.
Gilmar Francisco Peretti
Pregoeiro

Leoberto Leal**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2014 - PMLL**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2014 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2014, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FLUÍDO DE FREIO, FILTROS DE ÓLEO, FILTROS DE COMBUSTÍVEL, FILTROS DE AR E FILTROS HIDRÁULICOS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2014.

Aos 05 (cinco) dias do mês de setembro do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de Óleo Lubrificante, Fluido de Freio, Filtros de Óleo, Filtros de Combustível, Filtros de Ar e Filtros Hidráulicos para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 043/2014.

FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA

CNPJ: 01.031.105/0001-70

AVENIDA DOM PEDRO II, Nº 613, CORAL, CEP: 88.509-517, LAGES/SC

JULIO SILVESTRI FILHO ME

CNPJ: 15.608.150/0001-50

RUA LUIZ MAGALHÃES DE MEDEIROS, Nº 1050, HUMAITA DE CIMA, CEP: 88.708-250, TUBARÃO/SC

RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

CNPJ: 76.591.858/0001-30

AVENIDA DOM JOAQUIM, Nº 775, JARDIM MALUCHE, CEP: 88.354-026, BRUSQUE/SC

SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

CNPJ: 01.104.642/0001-01

RODOVIA BR 470 KM 140, Nº 5350, VALADA ITROUPAVA, CEP: 89.160-000, RIO DO SUL/SC

MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

CNPJ: 80.954.555/0001-01

RUA EZILDA SCHMIDT COELHO, Nº 01, BARREIROS, CEP: 88.113-115, SÃO JOSÉ/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de Óleo Lubrificante, Fluido de Freio, Filtros de Óleo, Filtros de Combustível, Filtros de Ar e Filtros Hidráulicos para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 043/2014, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

GRUPO I - ÓLEO LUBRIFICANTE

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
01	150	Galão	Óleo para motor SAE 15W40 BD-20LT, atende às especificações de desempenho API CI-4/SL e ACEA A3-96 Issue 4(2002) e ACEA A3/B4(2007), aprovado nos requerimentos de fabricantes de motores diesel Mercedes Benz 228.3 e volvo VDS-3. Atende ainda às seguintes especificações de OEMS: MAN 3275, MTU Tipo 2, Mack EO-M plus, Renault Truck RLD/RLD-2, Cummins CES20076/77/78 e CAT ECF-2.	PETRONAS	168,30	25.245,00	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
02	100	Galão	Óleo para sistema hidráulico SH-68-10 BD-20LT DIN 51524 parte 2 – HLP.	AGECOM	138,30	13.830,00	MAUCOR DISTRIB. DE LUBRIFICANTES LTDA
03	30	Galão	Óleo para engrenagem SAE 90 BD-20LT.	AGECOM	152,50	4.575,00	MAUCOR DISTRIB. DE LUBRIFICANTES LTDA
04	30	Galão	Óleo de motor 30w BD-20LT, Óleo lubrificante desenvolvido para atender as especificações TO-4 da Caterpillar, C-4 da GM-Alisson e KES 07.868.1 da Komatsu.	PETRONAS	239,90	7.197,00	MAUCOR DISTRIB. DE LUBRIFICANTES LTDA
05	500	Litros	Óleo para motor a gasolina API Service SL/CF ACEA A3 15W40 LT atende as classificações API SL/CF, ACEA A3-02/B3-98 Issue 2(2002), e as especificações VW 501.01,505.00.	PETRONAS	9,65	4.825,00	SIGA BEM DISTRIB. DE LUBRIFICANTES LTDA

06	250	Litros	Óleo para motor a gasolina semi-sintético 15w40 LT API SL/CF, ACEA A3-02, B3-98 Issue 2(2002), e as especificações VW 501.00/505.00 e MB 229.1.	AGECOM	10,45	2.612,50	MAUCOR DISTRIB. DE LUBRIFICANTES LTDA
07	25	Galão	Óleo para engrenagem SAE/140 BD-20LT.	PETROBRÁS	162,00	4.050,00	SIGA BEM DISTRIB. DE LUBRIFICANTES LTDA
08	04	Caixa	Fluido de Freio cc/24 unidades de 500 ml – DOT-3.	RADNAQ	144,00	576,00	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
09	01	Tambor	Tambor de Graxa – 170 kg rolamento graxa de lítio do tipo múltiplas aplicações, grau NLGI 2.	INCOL	1.605,00	1.605,00	MAUCOR DISTRIB. DE LUBRIFICANTES LTDA
10	01	Tambor	Tambor de Graxa – 170kg pino chassis-2, graxa lubrificante para uso automotivo a base de sabão cálcio, óleo básico parafínico e agente de adesividade.	PAX	855,00	855,00	SIGA BEM DISTRIB. DE LUBRIFICANTES LTDA
11	20	Galão	Óleo 85 W140 – GL-5 BD 20 LT, lubrificantes para transmissões automotivas que necessitem óleos do tipo EP, classificação API GL-5.	AGECOM	163,90	3.278,00	MAUCOR DISTRIB. DE LUBRIFICANTES LTDA
12	35	Galão	Óleo de transmissão similar ao móbil 424 THF-11 BD-20 LT, óleo multifuncional (trator Oil Universal – TOU) para uso em sistemas de transmissão, hidráulico e freio úmido de tratores.	PETROBRÁS	181,50	6.352,50	SIGA BEM DISTRIB. DE LUBRIFICANTES LTDA
13	150	Litro	Oleo 5W30 A5 – Motor a Diesel – Transit Ford.	CASTROL	21,25	3.187,50	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
14	100	Litro	Óleo 5W30 (kombi à gasolina).	AGECOM	13,20	1.320,00	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
15	100	Litro	Oleo 5W40 (kombi à gasolina).	AGECOM	15,00	1.500,00	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
			TOTAL GRUPO I		R\$	81.008,50	

GRUPO II - FILTROS

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
16	08	Unid.	Filtro de Óleo para Motor Diesel - Mercedes 2318 - Ano 92 - PL 366	VOX	9,31	74,48	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
17	08	Unid.	Filtro de Óleo p/ Motor Diesel - Carregadeira 621B Case 98 PSL 280	ORIGINAL FILTER	15,09	120,72	JULIO SILVESTRI FILHO ME
18	08	Unid.	Filtro de Óleo p/ Motor Diesel - Retro-Escavadeira 580L - Ano 2006 - PSL-282	VOX	12,10	96,80	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
19	08	Unid.	Filtro de Combustível Diesel - Carregadeira 621 B CASE - Ano 98 - PSC 72/2	TECFIL	8,00	64,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
20	08	Unid.	Filtro de Ar - Retro-Escavadeira 580L - Primário - Ano 2006 - ARS-6940	VOX	30,50	244,00	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
21	08	Unid.	Filtro de Ar - Retro-Escavadeira 580L - Secundário - Ano 2006 - ARS-940	XANFIL	24,24	193,92	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
22	08	Unid.	Filtro de Ar - Carregadeira 621 B Cummins - Primário - Ano 98 - P 132935	XANFIL	147,28	1.178,24	JULIO SILVESTRI FILHO ME
23	10	Unid.	Filtro de Ar - Motor Mercedes 1518 - Ano 88 - AP 9834	XANFIL	38,00	380,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
24	08	Unid.	Filtro de óleo Ford F12000 Cummins - Ano 99 - PSL 280	VOX	21,30	170,40	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
25	08	Unid.	Filtro de combustível Ford F12000 Cummins - Ano 99 - PSC 410	VOX	18,65	149,20	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
26	08	Unid.	Filtro de combustível Ford F12000 Cummins - Ano 99 - PSC 72/2	TECFIL	8,00	64,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
27	08	Unid.	Filtro de ar Ford F12000 Cummins - Primário - Ano 99 - AP 5462	VOX	48,40	387,20	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
28	08	Unid.	Filtro de ar Ford F12000 Cummins - Secundário - Ano 99 AS-837	TECFIL	47,30	378,40	MAUCOR DISTRIB. DE LUBRIFICANTES LTDA
29	08	Unid.	Filtro de óleo - Trator Valmet Valtra 785 MWM - PSL 123	TECFIL	11,97	95,76	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA

30	08	Unid.	Filtro de Combustível – Trator Valmet Valtra 785 MWM – Secundário – PC 2/255	TECFIL	8,88	71,04	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
31	08	Unid.	Filtro de Ar - Trator Valmet Valtra 785 MWM – Primário – Ano 2000/2001– AP 7108	XANFIL	27,95	223,60	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
32	08	Unid.	Filtro de Ar - Trator Valmet Valtra 785 MWM – Secundário – Ano 2000/2001	XANFIL	17,50	140,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
33	08	Unid.	Filtro Hidráulico para retroescavadeira Case 580L – Ano 2006 original	ORIGINAL FILTER	74,54	596,32	JULIO SILVESTRI FILHO ME
34	08	Unid.	Filtro Hidráulico para retroescavadeira Case 580M – Ano 2007 PSH-025	TECFIL	74,60	596,80	SIGA BEM DISTRIB. DE LUBRIFICANTES LTDA
35	08	Unid.	Filtro Hidráulico para carregadeira Case 621B Case – Ano 98 PH-1960	TECFIL	30,80	246,40	SIGA BEM DISTRIB. DE LUBRIFICANTES LTDA
36	08	Unid.	Filtro Transmissão para retroescavadeira Case 580M - Ano 2007 PSH-025	TECFIL	74,60	596,80	SIGA BEM DISTRIB. DE LUBRIFICANTES LTDA
37	08	Unid.	Filtro Transmissão PERI 309 para carregadeira Case 621B - Ano 98 – WIX-46555 – BT-739	ORIGINAL FILTER	118,93	951,44	JULIO SILVESTRI FILHO ME
38	08	Unid.	Filtro de Ar para carregadeira Case 621 B – ano 1998 P 132935	XANFIL	147,28	1.178,24	JULIO SILVESTRI FILHO ME
39	08	Unid.	Filtro de Ar – Motoniveladora HW 130 AP 2032	XANFIL	59,00	472,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
40	15	Unid.	Filtro de Ar – Mercedes Benz AP 9834	XANFIL	38,00	570,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
41	50	Unid.	Filtro de Ar – VW/ Kombi 2004 – ARS 2868	VOX	17,29	864,50	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
42	08	Unid.	Filtro de Combustível – p/ retroescavadeira Case 580L ano 2006 PSC-411	ORIGINAL FILTER	29,00	232,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
43	08	Unid.	Filtro de Óleo – p/ retroescavadeira Case 580L ano 2006 PSL-282	TECFIL	12,15	97,20	SIGA BEM DISTRIB. DE LUBRIFICANTES LTDA
44	08	Unid.	Filtro de Combustível – p/ retroescavadeira Case 580M 2007 PSC-411	TECFIL	29,00	232,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA

45	08	Unid.	Filtro de Óleo – p/ retroescavadeira Case 580M 2007 PSL-282	TECFIL	12,15	97,20	SIGA BEM DISTRIB. DE LUBRIFICANTES LTDA
46	08	Unid.	Filtro de Ar - Retro-Escavadeira 580M – Primário- Ano 2007 ARS-6940	VOX	30,59	244,72	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
47	08	Unid.	Filtro de Ar - Retro-Escavadeira 580M – Secundário- Ano 2007 ASR-940	XANFIL	24,10	192,80	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
48	08	Unid.	Filtro de ar Uno 2001 ARL 4147	VOX	7,95	63,60	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
49	08	Unid.	Filtro de Óleo Uno 2001 PSL 47	TECFIL	8,40	67,20	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
50	08	Unid.	Filtro de Ar Saveiro 1.6 2008 AR 6091	VOX	7,95	63,60	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
51	50	Unid.	Filtro de óleo Kombi PSL 560	TECFIL	8,40	420,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
52	08	Unid.	Filtro de óleo saveiro 1.6 2008 PSL 562	TECFIL	8,00	64,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
53	06	Unid.	Filtro de combustível saveiro 1.6 2008 GI 12/7	VOX	12,00	72,00	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
54	04	Unid.	Filtro de Combustível UNO 2001 GI 40-7	VOX	7,20	28,80	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
55	20	Unid.	Filtro de combustível Kombi GI 12/7	TECFIL	12,00	240,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
56	10	Unid.	Filtro de Óleo MB 1518 e 1513 motor 352 PL-519	XANFIL	13,15	131,50	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
57	15	Unid.	Filtro de combustível MB 1518 FC-161	JETFIL	3,10	46,50	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
58	08	Unid.	Filtro de combustível MB 608 FC-161	JETFIL	3,13	25,04	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
59	08	Unid.	Filtro de Combustível MB 1513 FC-161	JETFIL	3,13	25,04	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
60	08	Unid.	Filtro lubrificante Ônibus MB 1418 eletrônico REF-TECFIL - similaridade PEL 2003	VOX	17,50	140,00	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
61	08	Unid.	Filtro de Combustível Ônibus MB 1418 eletrônico REF-TECFIL - similaridade PEC 3022	ORIGINAL FILTER	31,35	250,80	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
62	08	Unid.	Filtro de Ar Ônibus MB 1418 eletrônico REF-TECFIL - similaridade ARS 9838	XANFIL	51,00	408,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA

63	06	Unid.	Filtro separador ônibus VW 15- 190 ano 2011 – Cod. Original 2R0127177D	ORIGINAL FILTER	29,97	179,82	JULIO SILVESTRI FILHO ME
64	08	Unid.	Filtro de óleo ônibus VW 15- 190 ano 2011 – Cod. Original 2R0127177E	ORIGINAL FILTER	33,46	267,68	JULIO SILVESTRI FILHO ME
65	08	Unid.	Filtro lubrifican- te ônibus VW 15-190 ano 2011 – Cod. Original 2R0115561A	TECFIL	18,45	147,60	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
66	06	Unid.	Filtro de Ar pri- mário ônibus VW 15-190 ano 2011 – Cod. Original 2S0129620B	DONALDSON	54,43	326,58	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
67	04	Unid.	Filtro Ar secun- dário ônibus VW 15-190 ano 2011 – Cod. Original 2S0129620C	XANFIL	28,00	112,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
68	08	Unid.	Elemento filtro de ar do motor Caminhão Volvo 260CV MWM ano 2010/2011 – Cod. Original 20544738	XANFIL	121,96	975,68	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
69	08	Unid.	Filtro de venti- lação da cabine Caminhão Volvo 260CV MWM ano 2010/2011 – Cod. Original 20559447	TECFIL	19,00	152,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
70	08	Unid.	Elemento filtrante Caminhão Volvo 260CV MWM ano 2010/2011 – Cod. Original 21620181	ORIGINAL FILTER	58,85	470,80	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
71	18	Unid.	Filtro de Óleo Caminhão Volvo 260CV MWM ano 2010/2011 – Cod. Original 349619	TECFIL	6,47	116,46	MAUCOR DIS- TRIB. DE LUBRI- FICANTES LTDA
72	08	Unid.	Filtro de óleo Patrola G930 Volvo ano 2012 – Cod. Original – VO3831236	ORIGINAL FILTER	14,08	112,64	JULIO SILVESTRI FILHO ME
73	08	Unid.	Filtro de ar Fiat Línea Essence 1.8 Ano 2012 – Cod. Original 51857956	TECFIL	21,43	171,44	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
74	08	Unid.	Filtro de óleo Fiat Línea Essence 1.8 Ano 2012 – Cod. Original 7087808	ORIGINAL FILTER	15,58	124,64	JULIO SILVESTRI FILHO ME
75	06	Unid.	Filtro de combus- tível Fiat Línea Essence 1.8 Ano 2012 – Cod. Ori- ginal 51806073	TECFIL	9,49	56,94	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA

76	06	Unid.	Filtro anti pólen (ar condicionado) Fiat Línea Essence 1.8 Ano 2012 – Cod. Original AC 3005	TECFIL	12,00	72,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
77	06	Unid.	Filtro de transmissão Retroescavadeira New Holland LB110 ano 2011 – Cod. Original 9968353	ORIGINAL FILTER	22,11	132,66	JULIO SILVESTRI FILHO ME
78	08	Unid.	Filtro de óleo motor Carregadeira W20B – Cod. Original E-156005	ORIGINAL FILTER	10,80	86,40	JULIO SILVESTRI FILHO ME
79	06	Unid.	Filtro de óleo hidráulico Carregadeira W20B – Cod. Original A-45625	ORIGINAL FILTER	59,00	354,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
80	08	Unid.	Filtro de combustível Carregadeira W20B – FC – 164. Cod. Original 145218 A1	JETFIL	4,88	39,04	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
81	16	Unid.	Filtro de combustível Carregadeira W20B – Cod. Original E-66015	JETFIL	3,48	55,68	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
			TOTAL GRUPO II	R\$	17.200,32		
Total do Grupo I e II:				R\$	98.208,82		

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento dos materiais/produtos, cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Fornecimento conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Material;
- c) Descrição do Material;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos materiais e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos materiais/produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e

do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.10 Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

02.01.04.122.0002 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Gabinete do Prefeito

03.01.04.122.0003 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças

04.01.12.365.0004 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 - Transporte Escolar - EI - Recursos Ordinário Educação

04.01.12.365.0004 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0019 - Transporte Escolar - EI - FUNDEB

04.01.12.365.0004 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0061 - Transporte Escolar - EI - PNATE

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 - Transporte Escolar - EF - Recurso Ordinário

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0019 - Transporte Escolar - EF - FUNDEB

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0022 - Transporte Escolar - EF - Transferência de Convênios Educação

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0058 - Transporte Escolar - EF - Salário Educação

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0061 - Transporte Escolar - EF - PNATE

04.01.12.362.0004 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0022 - Transporte Escolar - EM - Transferência de Convênios Educação

04.01.12.362.0004 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0061 - Transporte Escolar - EM - PNATE

04.01.12.364.0004 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Apoio ao Transporte Universitário - Recursos Ordinários

05.03.08.244.0007 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção do CRAS

05.03.08.244.0008 2.039.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0063 - Funcionamento e Manutenção do Programa IGD

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0024 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras - Transferência Convênios

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0044 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras - FEP

07.01.20.606.0011 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agricultura

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 08 de setembro de 2014.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
Empresa Vencedora

JULIO SILVESTRI FILHO ME
Empresa Vencedora

SIGA BEM DISTR. DE LUBRIFICANTES LTDA
Empresa Vencedora

RISTOW COM. E DISTR. LTDA
Empresa Vencedora

MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
Empresa Vencedora

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2014 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2014 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2014 - PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FLUÍDO DE FREIO, FILTROS DE ÓLEO, FILTROS DE COMBUSTÍVEL, FILTROS DE AR E FILTROS HIDRÁULICOS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2014.

Aos 05 (cinco) dias do mês de setembro do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de Óleo Lubrificante, Fluido de Freio, Filtros de Óleo, Filtros de Combustível, Filtros de Ar e Filtros Hidráulicos para a frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 012/2014.

FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA
CNPJ: 01.031.105/0001-70

AVENIDA DOM PEDRO II, Nº 613, CORAL, CEP: 88.509-517, LAGES/SC

JULIO SILVESTRI FILHO ME

CNPJ: 15.608.150/0001-50

RUA LUIZ MAGALHÃES DE MEDEIROS, Nº 1050, HUMAITA DE CIMA, CEP: 88.708-250, TUBARÃO/SC

RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

CNPJ: 76.591.858/0001-30

AVENIDA DOM JOAQUIM, Nº 775, JARDIM MALUCHE, CEP: 88.354-026, BRUSQUE/SC

SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

CNPJ: 01.104.642/0001-01

RODOVIA BR 470 KM 140, Nº 5350, VALADA ITROUPAVA, CEP: 89.160-000, RIO DO SUL/SC

MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

CNPJ: 80.954.555/0001-01

RUA EZILDA SCHMIDT COELHO, Nº 01, BARREIROS, CEP: 88.113-115, SÃO JOSÉ/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de Óleo Lubrificante, Fluido de Freio, Filtros de Óleo, Filtros de Combustível, Filtros de Ar e Filtros Hidráulicos para a frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 012/2014, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

GRUPO I - ÓLEO LUBRIFICANTE

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
01	120	Galão	Óleo para motor APICG-4 SAE 15W40 ACEA E2-B2, ou API CH-4, MB 228.3	PETROBRÁS	155,00	18.600,00	SIGA BEM DISTRIB. DE LUBRIFICANTES LTDA
02	500	Litros	Óleo para motor a gasolina API Service SL/CF ACEA A3 15W40 BASE SEMI SINTÉTICA	AGECOM	10,48	5.240,00	MAUCOR DISTRIB. DE LUBRIFICANTES LTDA
03	03	Caixa	Fluido de Freio cx c/24 unidades de 500 ml	HI TECH	143,70	431,10	MAUCOR DISTRIB. DE LUBRIFICANTES LTDA
			TOTAL DO GRUPO I	R\$ 24.271,10			

GRUPO II - FILTROS

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
04	16	Unid.	Filtro de Óleo para Doblô Cargo 1.3 16V – Ano 2.004 - PSL 55	VOX	7,15	114,40	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
05	16	Unid.	Filtro de Ar para Doblô Cargo 1.3 16V – Ano 2.004 – ARS 1029	VOX	26,00	416,00	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA

06	10	Unid.	Filtro de Combustível PSD 450/1 p/ microônibus Volare A8 - Ano 2.004	VOX	27,43	274,30	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
07	10	Unid.	Filtro de Combustível PSD 530/1 microônibus volare A8 2004	TECFIL	20,80	208,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
08	20	Unid.	Filtro de Óleo PSL 962 para microônibus Volare A8 - Ano 2.004	VOX	15,56	311,20	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
09	20	Unid.	Filtro de Ar para microônibus Volare A8 - Ano 2.004 - ARS 3003	VOX	42,00	840,00	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
10	20	Unid.	Filtro de Ar - Fiat/Uno 2005 - ARL 4147	TECFIL	7,90	158,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
11	20	Unid.	Filtro de óleo - Fiat/Uno 2005 PSL 55	VOX	7,15	143,00	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
12	10	Unid.	Filtro de combustível - Fiat/Uno 2005 - G140	VOX	7,14	71,40	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
13	10	Unid.	Filtro de óleo - Doblô 1.8 - 7087808 - PSL - 619	VOX	5,88	58,80	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
14	16	Unid.	Filtro de óleo Ambulância Iveco/DAILYGF Rontan AMB ano 2009 - Cod original 2995655	ORIGINAL FILTER	30,26	484,16	JULIO SILVESTRI FILHO ME
15	16	Unid.	Filtro de combustível Ambulância Iveco/DAILYGF Rontan AMB ano 2009 - Cod original 2992662	ORIGINAL FILTER	33,72	539,52	JULIO SILVESTRI FILHO ME
16	16	Unid.	Filtro separador de água Ambulância Iveco/DAILYGF Rontan AMB ano 2009 - Cod original 2992300	ORIGINAL FILTER	18,78	300,78	JULIO SILVESTRI FILHO ME
17	12	Unid.	Filtro de ar Ambulância Iveco/DAILYGF Rontan AMB ano 2009 - Cod original 93829514	XANFIL	59,00	708,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
19	12	Unid.	Filtro de óleo Van Sprinter M. BENZ 413CDI 129CV ano 2012 - Cod. Original A6111800009	VOX	9,74	116,88	RISTOW COM. E DISTRIB. LTDA
20	12	Unid.	Filtro de combustível feltro/papel Van Sprinter M. BENZ 413CDI 129CV ano 2012 - Cod. Original A0004779415	TECFIL	42,00	504,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA

21	12	Unid.	Filtro de combustível Van Sprinter M. BENZ 413CDI 129CV ano 2012 – Cod. Original A6110920601	TECFIL	64,00	768,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
22	12	Unid.	Filtro de ar Van Sprinter M. BENZ 413CDI 129CV ano 2012 – Cod. Original A66900947004	TECFIL	43,80	525,60	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
			TOTAL GRUPO II		R\$ 6.541,74		
			TOTAL GRUPO I E GRUPO II	R\$ 30.812,84			

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento dos materiais, cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Material;
- c) Descrição do Material;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços.

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços.

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos,

desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais ate os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Recurso Ordinário

05.01.10.304.0006 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0066.33 000000 - Vigilância em Saúde - Recursos da Vigilância em Saúde

05.01.10.301.0006 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0064.71 000000 - Atenção Básica - Recurso da Atenção Básica

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 08 de setembro de 2014.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
Pregoeira Municipal

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
Membro	Membro

FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA
Empresa Vencedora

JULIO SILVESTRI FILHO ME
Empresa Vencedora

SIGA BEM DISTR. DE LUBRIFICANTES LTDA
Empresa Vencedora

RISTOW COM. E DISTR. LTDA
Empresa Vencedora

MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
Empresa Vencedora

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 018/2015

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal de Leoberto Leal, torna público que a licitação na modalidade Pregão Presencial na forma da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, objetivando a aquisição de Kit de imagem para CTPS Digital, conforme especificação constante no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 013/2015, foi DECLARADA DESERTA, no dia 18 de março de 2015. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 18/03/2015. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.

CONTRATO Nº 011/2015 - FMS

CONTRATO Nº 011/2015

"Contratação de serviços com fornecimento de peças para conserto emergencial do ar condicionado do veículo ambulância UTI, marca/modelo IVECO/DAILYGF RONTAN, ano/modelo 2009, Placa: MHN-1749, do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal".

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 08.651.832/0001-80, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhora ROBERTA OTTO, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, sito a Rua Deputado Walter Roussenq, nº 310, Bairro Canta Galo, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.551.472/0001-02, neste ato representada pela Senhora ADRIANA CRISTINA BUZZI VENTURI, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, assim como pelas condições no edital de Dispensa de Licitação nº 001/2015, ajustam o presente CONTRATO DE COMPRA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Objetiva-se a contratação de serviços com fornecimento de peças para conserto emergencial do ar condicionado do veículo ambulância UTI, marca/modelo IVECO/DAILYGF RONTAN, ano/modelo 2009, Placa: MHN-1749, do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de material ou serviço, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º- Materiais e serviços outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 30/04/2015, conforme necessidade da Administração Pública, que se manifestará através de Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor de R\$ 5.912,79 (cinco mil novecentos e doze reais e setenta e nove centavos). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

05.01.10.301.0006.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 (6) - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

II - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, após entrega do material e execução dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente preenchida.

III - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento inicial ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Disponibilizar os materiais e executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Entregar os materiais e executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
- 3) Prestar garantia das peças e dos serviços de no mínimo 06 (seis) meses.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar a entrega do material e a execução dos serviços;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o Processo Licitatório nº 008/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizada a executar os serviços aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA NONA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de Fornecimento de Materiais e Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 16 de março de 2015.

ROBERTA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA EPP ADRIANA CRISTINA BUZZI VENTURI Contratada
--	--

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	---

CONTRATO Nº 022/2015 - PMLL

CONTRATO Nº 022/2015 - PMLL

Contrato de Locação que entre si firmam o Município de Leoberto Leal e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Leoberto Leal.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, cujo Paço Municipal localiza-se à Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Centro, Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, brasileira, casada, neste ato denominado LOCATÁRIO e o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.382/0001-04, com sede na Rua Padre José Ely, nº 27, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Presidente Senhor MAURI MARIAN, portador do CPF nº 378.063.439-20, residente na Localidade de Barra Grande, Município de Leoberto Leal/SC, doravante denominado LOCADOR, ajustam o presente CONTRATO DE LOCAÇÃO, em conformidade com a Dispensa de Licitação nº 004/2015 - Processo Licitatório nº 021/2015, e nas demais cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objetiva este contrato, a locação do espaço físico de 04 (quatro) salas no 2º andar, do imóvel urbano, sito a Rua Padre José Ely, nº 27, Município de Leoberto Leal, devidamente registrado na Comarca de São João Batista sob nº R-2 3.638, livro nº 02, folhas 0001, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais ao Município de Leoberto Leal.

CLÁUSULA SEGUNDA - O Município usará o imóvel acima descrito para a instalação da Educação de Jovens e Adultos - EJA, podendo nele efetuar modificações na parte interna do imóvel, como dividir a área em salas menores com o objetivo de melhor aproveitar o espaço.

CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo de locação do imóvel descrito na cláusula primeira terá duração de 10 (dez) meses com início em 16/03/2015 e término em 31/12/2015, data em que o Município se obriga a restituir o imóvel, em condições idênticas as que o recebeu, sem qualquer ônus. Podendo ser prorrogado por períodos de 12 (doze) meses, conforme Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo ao contrato, conforme a necessidade da administração pública, sendo reajustado de acordo com a variação do IGPM ou por livre negociação devidamente justificado e respeitados os valores praticados no mercado.

CLÁUSULA QUARTA - O valor mensal do aluguel é de R\$ 900,00 (novecentos reais), totalizando R\$ 9.000,00 (nove mil reais), que deverá ser pago até o dia 05 de cada mês, através de depósito bancário: Agência nº 5347-3 e conta corrente nº 0986-5.

Parágrafo único: Fica o locador responsável pelo pagamento das tarifas de água e energia elétrica consumidos no uso do imóvel e a mensalidade da internet.

CLÁUSULA QUINTA - Fica expressamente convencionado que o imóvel alugado será utilizado pelo LOCATÁRIO, exclusivamente para o previsto na Cláusula Segunda, sendo vedada à alteração desta finalidade, sem prévio consentimento expresso pelo LOCADOR.

CLÁUSULA SEXTA - Fica pactuado que, se houver algum impedimento legal, oposto por autoridade competente, para a ocupação pelo MUNICÍPIO do imóvel ora alugado, o presente contrato rescindir-se-á de pleno direito, sem qualquer indenização ou multa contratual, bastando para tanto a apresentação do documento expedido por aquela autoridade, indicando o impedimento.

§ 1º - Na forma da lei, ficará assegurado ao MUNICÍPIO o direito de preferência para a aquisição do imóvel, nas mesmas condições oferecidas a terceiro, devendo para tanto dar sua resposta dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação da venda enviada pelo locador por Cartório de Títulos e Documentos.

§ 2º - Ficarão rescindido o presente contrato se ocorrer à venda judicial do imóvel, objeto do presente aluguel.

CLÁUSULA SÉTIMA - O MUNICÍPIO ficará expressamente autorizado a colocar cartazes ou letreiros, nas partes externas do imóvel, de modo a demonstrar sua existência no local e a atividade ali exercida desde que não o danifique.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, os quais assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que possa surtir os seus devidos efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 16 de março de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Locatário	MAURI MARIAN Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Leoberto Leal Locador
---	--

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN
----------------------	-------------------------------

CPF/MF nº 059.319.499-33

CPF/MF nº 005.166.179-90

CONTRATO Nº 023/2015 - PMLL

CONTRATO Nº 023/2015 - PMLL

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 035/2014 - Aditivo de Prazo.

Por este instrumento particular de Termo de Aditivo ao Contrato nº 035/2014 de Empreitada por menor preço global, que fazem entre si, o CONTRATANTE e a CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação nº 036/2014, homologado em 13/06/2014:

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20 - Bairro Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: A CONSTRUTORA WDD LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua 214, 110 - Bairro Cascata, Nova Trento/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.256.305/0001-08, neste ato representada pelo Senhor VAGNER DALLABRIDA, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA.

Considerando que, a empresa apresentou solicitação e justificativa, através do Protocolo/Processo Interno nº 878/2014, para prorrogação da Vigência do Contrato nº 035/2014 de mais 180 (cento e oitenta) dias, para execução e finalização dos trâmites legais, devido ao atraso nos pagamentos das medições por parte do Convênio, ressaltando que a última liberação para emissão de nota fiscal foi em setembro de 2014 e depois somente em dezembro de 2014.

Considerando, o parecer da Assessoria Jurídica, na data de 16 de março de 2015, anexado ao Protocolo/Processo Interno nº 878/2015, aprovando a prorrogação de prazo ao Contrato nº 035/2014, em virtude dos apontamentos acima mencionados.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 036/2014, celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 035/2014 - Aditivo de Prazo, com fulcro no art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mediante sujeição mútua às normas

constantes deste, a Tomada de Preços nº 001/2014, á proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

1. A Cláusula Sétima do Contrato nº 035/2014, passa a vigorar com o acréscimo do Item nº 08 com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SÉTIMA - ANDAMENTO DOS SERVIÇOS E PRAZO PARA EXECUÇÃO”:

08. A obra deverá ser entregue até o dia 16 de setembro de 2015, salvo motivos de força maior devidamente justificado.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA - FORO:

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

Assim acordadas e ajustadas, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas Cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

CLÁUSULA QUARTA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 16 de março de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	VAGNER DALLABRIDA CONSTRUTORA WDD LTDA Contratada
---	---

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	---

CONTRATO Nº 024/2015 - PMLL

CONTRATO Nº 024/2015 - PMLL

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 017/2012 - Aditivo de Preço.

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20 - Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.924.390/0001-50, neste ato representada pela Excelentíssima Prefeita Municipal, Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha; O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20 - Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob nº 08.651.832/0001-80, neste ato representado pela Senhora Roberta Otto, Secretária Municipal de Saúde; O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20 - Centro, Leoberto Leal/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.916.700/0001-19, neste ato representado por sua Diretora Executiva, Senhora Silvana Capistrano Lopes; e A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Adolfo Scheidt - Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob nº 10.779.622/0001-13, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Arlécio Leal.

CONTRATADA: A BETHA SISTEMAS LTDA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua João Pessoa, 134 - Centro, Criciúma/SC, inscrito no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, neste ato representada pelo senhor ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR.

Considerando, que a cláusula terceira, letra “e” do Contrato nº 017/2012 prevê que os valores contratados somente serão reajustados após o primeiro ano contratual, com base no índice INPC (IBGE) apurado no período de referência;

Considerando, que decorrido o prazo de 12 meses, o reajuste solicitado está de acordo com a variação do índice INPC acumulado, e que a empresa vencedora do certame licitatório vem cumprindo com suas obrigações constantes no Contrato nº 017/2012, não constando nada que desabone sua conduta;

Considerando, os pareceres da Assessoria Jurídica e do Controle Interno do Município, favoráveis ao reajuste do preço da locação de sistemas de Gestão Pública;

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 022/2012, celebrar o Terceiro Termo Aditivo de Preço ao Contrato nº 017/2012, com fulcro no art. 65, da Lei nº 8.666 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes da mesma, ao Pregão Presencial nº 017/2012, à proposta, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira do Contrato nº 017/2012, passa a vigorar com o acréscimo do inciso III com a seguinte redação:

“CLAUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL”.

III - “O Aditivo de Contrato nº 024/2015, tem por objeto o reajuste no preço da locação de sistemas de Gestão Pública compreendendo Sistemas de Contabilidade Pública, Compras e Licitações, Patrimônio, Folha de Pagamento, Tributação, Planejamento e Frotas, conforme preconiza o § 6º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data, o valor mensal dos sistemas e pela prestação dos serviços, conforme tabela abaixo:”

Item	Descrição do Serviço	Preço Unitário Anterior R\$	Preço Unitário Reajustado R\$
01	Contabilidade Pública com até 04 usuários simultâneos	405,07	436,18
02	Planejamento com até 04 usuários simultâneos	90,02	96,93
03	Compras e Licitações com até 04 usuários simultâneos	135,02	145,39
04	Patrimônio com até 04 usuários simultâneos	90,02	96,93
05	Frotas com 01 usuário	90,02	96,93
06	Folha de Pagamento com até 04 usuários simultâneos	405,07	436,18
07	Tributação com 01 usuário	348,80	375,80
08	Contabilidade Pública com até 04 usuários simultâneos para o Fundo Municipal de Saúde	78,76	84,81
09	Compras e Licitações com até 03 usuários simultâneos para o Fundo Municipal de Saúde	45,01	48,47
10	Contabilidade Pública com 01 usuário para o Instituto de Previdência Social dos Servidores	78,76	84,81
11	Contabilidade Pública com 01 usuário para Câmara Municipal	135,02	145,39
12	Folha de Pagamento com 01 usuário para Câmara Municipal	78,76	84,81
13	Suporte Técnico e Treinamento, quando solicitado	67,51	72,70

Parágrafo Único - O valor da hora de suporte técnico, não coberto pela manutenção, será acrescido de despesas com deslocamento no valor de R\$ 0,90 (noventa centavos) o KM rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 139,33 (cento e trinta e nove reais e trinta e três centavos) ao dia, apurado em solicitação de serviço, quando exigir a presença do técnico.

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Preço vincula as partes ao Contrato nº 017/2012, do Processo de Licitação nº 022/2012, modalidade Pregão Presencial nº 017/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 017/2012.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

[
Leoberto Leal/SC, 16 de março de 2015.

--	--

CONTRATANTE:

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeitura Municipal de Leoberto Leal	ROBERTA OTTO Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal
SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES Instituto de Previdência de Leoberto Leal	ARLÉCIO LEAL Câmara Municipal de Leoberto Leal

CONTRATADA:
ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR
BETHA SISTEMAS LTDA

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT
CPF/MF nº 059.319.499-33

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN
CPF/MF nº 005.166.179-90

LEI N.º 1.135/2015

LEI Nº 1.135, DE 18 DE MARÇO DE 2015

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DE ITUPORANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com o Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga, visando o repasse mensal, por parte do Município no valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), objetivando a prestação de assistência material e psicológica aos familiares de apenados que residem no Município de Leoberto Leal, bem como desencadear projetos com a finalidade de efetivamente concretizar a reinserção social do apenado.

Art. 2º As atividades que serão desenvolvidas pelo Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga, encontram-se no Plano de Trabalho, parte integrante desta Lei.

Art. 3º Este convênio será por tempo indeterminado, conforme necessidade do Município e de acordo com os recursos orçamentários disponíveis.

Art. 4º As despesas constantes nesta Lei Municipal terão seus valores nominais reajustados anualmente, observando-se o percentual de variação do INPC do exercício anterior.

Art. 5º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações do Orçamento Fiscal Vigente.

Art. 6º Revogam-se as disposições contrárias, em especial à Lei Municipal nº 626/2009.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de março de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

PLANO DE TRABALHO - 1/3

INICIAL: (x) TERMO ADITIVO: () REFORMULAÇÃO PLANO TRABALHO: ()

1 - DADOS CADASTRAIS

CONVENIENTE				CNPJ	
CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DE ITUPORANGA				08.957.907/0001-55	
Endereço			EMAIL:		
Rua Prefeito Vanio Colasso de Oliveira			ccomunidade.ituporanga@gmail.com		
CIDADE	UF	CEP	DDD/TELEFONE		Nº Inscrição no
Ituporanga	SC	88400-000	(47) 35335693		CMAS
CONTA CORRENTE	Banco	AGÊNCIA		PRAÇA DE PAGTO	
211116-0	Banco Brasil	1389-7		Ituporanga - SC	
NOME DO RESPONSÁVEL				CPF	
Norberto Sens				489.292.809-78	
CI/ÓRGÃO	FUNÇÃO		MATRÍCULA		
EXP.	Presidente		-		
1.033.733/					
SSP					
ENDEREÇO (PARTICULAR)					BAIRRO
Rua Irineu Sens, 160					Gruta
CIDADE		CEP	DDD/TELEFONE (PARTICULAR)		
Ituporanga - SC		88400-000	(47) 9944-9079		

2 - OUTROS PARTICÍPIES

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO	PERÍODO DA EXECUÇÃO	
PROMOVER A CIDADANIA E A INCLUSÃO SOCIAL	INÍCIO 01/04/2015	TÉRMINO 31/12/2015
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Estabelecer parceria entre o Município de Leoberto Leal e o C.C.C.I. – Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga, para assegurar assistência material psicológica aos apenados e seus familiares, residentes e domiciliados no território do Município.		
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO		
O auxílio solicitado tem como objetivo o pagamento da custas de manutenção do Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga, tais como o pagamento de funcionários, telefone, internet, energia, aluguel, bem como os impostos trabalhistas.		

O Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga oferece os seguintes atendimentos:

- Atendimento psicológico ou orientações diárias aos egressos do Município de Leoberto Leal e seus familiares.
- Entrevista psicológica e encaminhamento para instituições conveniadas ao programa de prestação de serviço a comunidade.
- Atendimento psicológico mensal aos reeducandos que se encontram em regime aberto.
- Acompanhamento do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade e orientação as entidades conveniadas à comarca de Ituporanga.
- Atendimento e orientação sobre os malefícios das drogas as pessoas envolvidas em transações penais pelo porte de substâncias químicas,
- Encaminhamentos de egressos de penitenciárias e presídios, em regime aberto ou pessoas decorrentes de violência familiar, para tratamento de recuperação de dependência química;
- Elaboração de projetos para aquisição de bens materiais para diversas entidades conveniadas ou não ao Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, como também integrantes da comissão de apoio que auxilia o juízo da 2ª vara da comarca no deferimento ou indeferimento dos mesmos.
- Realiza atendimento psicológico as famílias envolvidas em situação de violência doméstica, sendo realizados pareceres psicológicos e orientação aos entrevistados.
- Participação em seminários, simpósios e encontros sobre conselhos da comunidade e central de penas alternativas;

PLANO DE TRABALHO - 2/3

4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

META	ETAPA FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			UNIDADE	QUANTIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
01	01	Assegurar assistência material e psicológica aos apenados e seus familiares residentes ou domiciliados no território do Município de Leoberto Leal	Uni		01/04/2015	31/12/2015

5 - PLANO DE APLICAÇÃO (EM R\$)

NATUREZA DA DESPESA		VALOR – R\$		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE	CONVENIENTE	TOTAL

3.3.50.00	TRANSFERÊNCIA A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS para custeio do convênio que tem por objeto celebrar parceria entre o Município de Leoberto Leal e a C.C.C.I. – Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga, com o objetivo de assegurar assistência material e psicológica aos apenados e seus familiares.	R\$ 550,00		R\$ 4.950,00
TOTAL				R\$ 4.950,00

PLANO DE TRABALHO - 3/3

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (EM R\$)
CONCEDENTE

META	JANEIRO/2015	FEVEREIRO/2015	MARÇO/2015	ABRIL/2015	MAIO/2015	JUNHO/2015
	-	-	-	R\$550,00	R\$550,00	R\$550,00
META	JULHO/2015	AGOSTO/2015	SETEMBRO/2015	OUTUBRO/2015	NOVEMBRO/2015	DEZEMBRO/2015
	R\$550,00	R\$550,00	R\$550,00	R\$550,00	R\$550,00	R\$550,00

CONTRAPARTIDA

META	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
META	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO

7 - PEDIDO DE DEFERIMENTO

Na qualidade de representante legal do conveniente, peço deferimento ao que ora é solicitado para fins de desenvolver o presente Plano de Trabalho, conforme as cláusulas que irão reger o convênio.	
LOCAL E DATA Ituporanga/SC, 04 de março de 2015.	CONVENIENTE NORBETO SENS
Ituporanga-SC, 04 de março de 2015.	NORBERTO SENS

LEI N.º 1.136/2015

LEI Nº 1.136, DE 18 DE MARÇO DE 2015

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal, com a seguinte classificação, até o limite de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	40.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	40.000,00
Função	12	Educação	40.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	40.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	40.000,00
Projeto/ Atividade	2.004	Funcionamento e manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental.	40.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	40.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	40.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	40.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	40.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....			40.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	40.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	40.000,00
Função	12	Educação	40.000,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	40.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	40.000,00
Projeto/ Atividade	2.005	Funcionamento e manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Infantil.	40.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	40.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	40.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	40.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação	40.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO.....			40.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de março de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.137/2015

LEI Nº 1.137, DE 18 DE MARÇO DE 2015

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal, na dotação com a seguinte estrutura e limite de valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Orgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	15.908,74
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	15.908,74
Função	12	Educação	15.908,74
Sub-função	361	Ensino Fundamental	15.908,74
Programa	04	Educação é Tudo	15.908,74
Atividade	1.007	Renovação da Frota do Transporte Escolar	15.908,74
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	15.908,74
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	15.908,74
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	15.908,74
Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	15.908,74
Detalhamento	000	Sem detalhamento	15.908,74
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR.....			15.908,74

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação da dotação com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Orgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	15.908,74
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	15.908,74
Função	12	Educação	15.908,74
Sub-função	365	Ensino Infantil	15.908,74
Programa	04	Educação é Tudo	15.908,74

Atividade	2.009	Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental	15.908,74
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.908,74
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	15.908,74
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	15.908,74
Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	15.908,74
Detalhamento	0	Sem Detalhamento	15.908,74
TOTAL DA ANULAÇÃO.....			15.908,74

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de março de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeito Municipal

TERMO DE ADESÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO N.º 001/2015

LEI Nº 1.135, DE 18 DE MARÇO DE 2015

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DE ITUPORANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com o Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga, visando o repasse mensal, por parte do Município no valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), objetivando a prestação de assistência material e psicológica aos familiares de apenados que residem no Município de Leoberto Leal, bem como desencadear projetos com a finalidade de efetivamente concretizar a reinserção social do apenado.

Art. 2º As atividades que serão desenvolvidas pelo Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga, encontram-se no Plano de Trabalho, parte integrante desta Lei.

Art. 3º Este convênio será por tempo indeterminado, conforme necessidade do Município e de acordo com os recursos orçamentários disponíveis.

Art. 4º As despesas constantes nesta Lei Municipal terão seus valores nominais reajustados anualmente, observando-se o percentual de variação do INPC do exercício anterior.

Art. 5º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações do Orçamento Fiscal Vigente.

Art. 6º Revogam-se as disposições contrárias, em especial à Lei Municipal nº 626/2009.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de março de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

PLANO DE TRABALHO - 1/3

INICIAL: (x) TERMO ADITIVO: () REFORMULAÇÃO PLANO TRABALHO: ()

1 - DADOS CADASTRAIS

CONVENIENTE				CNPJ	
CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DE ITUPORANGA				08.957.907/0001-55	
Endereço			EMAIL:		
Rua Prefeito Vanio Colasso de Oliveira			ccomunidade.ituporanga@gmail.com		
CIDADE	UF	CEP	DDD/TELEFONE		Nº Inscrição no CMAS
Ituporanga	SC	88400-000	(47) 35335693		
CONTA CORRENTE	Banco	AGÊNCIA		PRAÇA DE PAGTO	
211116-0	Banco Brasil	1389-7		Ituporanga - SC	
NOME DO RESPONSÁVEL				CPF	
Norberto Sens				489.292.809-78	
CI/ÓRGÃO	FUNÇÃO		MATRÍCULA		
EXP.	1.033.733/		-		
SSP	Presidente				
ENDEREÇO (PARTICULAR)					BAIRRO
Rua Irineu Sens, 160					Gruta
CIDADE	CEP		DDD/TELEFONE (PARTICULAR)		
Ituporanga - SC	88400-000		(47) 9944-9079		

2 - OUTROS PARTÍCIPES

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO	PERÍODO DA EXECUÇÃO	
PROMOVER A CIDADANIA E A INCLUSÃO SOCIAL	INÍCIO	TÉRMINO
	01/04/2015	31/12/2015

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Estabelecer parceria entre o Município de Leoberto Leal e o C.C.C.I. – Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga, para assegurar assistência material psicológica aos apenados e seus familiares, residentes e domiciliados no território do Município.

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

O auxílio solicitado tem como objetivo o pagamento da custas de manutenção do Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga, tais como o pagamento de funcionários, telefone, internet, energia, aluguel, bem como os impostos trabalhistas.

O Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga oferece os seguintes atendimentos:

- Atendimento psicológico ou orientações diárias aos egressos do Município de Leoberto Leal e seus familiares.
- Entrevista psicológica e encaminhamento para instituições conveniadas ao programa de prestação de serviço a comunidade.
- Atendimento psicológico mensal aos reeducandos que se encontram em regime aberto.
- Acompanhamento do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade e orientação as entidades conveniadas à comarca de Ituporanga.
- Atendimento e orientação sobre os malefícios das drogas as pessoas envolvidas em transações penais pelo porte de substâncias químicas,
- Encaminhamentos de egressos de penitenciárias e presídios, em regime aberto ou pessoas decorrentes de violência familiar, para tratamento de recuperação de dependência química;
- Elaboração de projetos para aquisição de bens materiais para diversas entidades conveniadas ou não ao Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, como também integrantes da comissão de apoio que auxilia o juízo da 2ª vara da comarca no deferimento ou indeferimento dos mesmos.
- Realiza atendimento psicológico as famílias envolvidas em situação de violência doméstica, sendo realizados pareceres psicológicos e orientação aos entrevistados.
- Participação em seminários, simpósios e encontros sobre conselhos da comunidade e central de penas alternativas;

PLANO DE TRABALHO - 2/3**4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)**

META	ETAPA FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			UNIDADE	QUANTIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
01	01	Assegurar assistência material e psicológica aos apenados e seus familiares residentes ou domiciliados no território do Município de Leoberto Leal	Uni		01/04/2015	31/12/2015

5 - PLANO DE APLICAÇÃO (EM R\$)

NATUREZA DA DESPESA		VALOR – R\$		
		CONCEDENTE	CONVENIENTE	TOTAL
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO			
3.3.50.00	TRANSFERÊNCIA A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS para custeio do convênio que tem por objeto celebrar parceria entre o Município de Leoberto Leal e a C.C.C.I. – Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga, com o objetivo de assegurar assistência material e psicológica aos apenados e seus familiares.	R\$ 550,00		R\$ 4.950,00

TOTAL				R\$ 4.950,00

PLANO DE TRABALHO - 3/3

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (EM R\$)

CONCEDENTE

META	JANEIRO/ 2015	FEVEREIRO/ 2015	MARÇO/2015	ABRIL/2015	MAIO/2015	JUNHO/2015
	-	-	-	R\$550,00	R\$550,00	R\$550,00
META	JULHO/2015	AGOSTO/2015	SETEMBRO/ 2015	OUTUBRO/ 2015	NOVEMBRO/ 2015	DEZEMBO/2015
	R\$550,00	R\$550,00	R\$550,00	R\$550,00	R\$550,00	R\$550,00

CONTRAPARTIDA

META	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
META	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO

7 - PEDIDO DE DEFERIMENTO

Na qualidade de representante legal do conveniente, peço deferimento ao que ora é solicitado para fins de desenvolver o presente Plano de Trabalho, conforme as cláusulas que irão reger o convênio.

LOCAL E DATA	CONVENENTE
Ituporanga/SC, 04 de março de 2015.	NORBETO SENS
Ituporanga-SC, 04 de março de 2015.	NORBERTO SENS

Luzerna

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 de 17 de março de 2015.

“ABRE INSCRIÇÕES E ESTABELECE NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGA TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)”

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições e tendo por base a Lei Municipal nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e Lei Complementar nº 036 de 18 de março de 2004 e suas alterações posteriores e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social do Município de Luzerna, para substituição de servidor que pediu demissão;

Considerando que não há Processo Seletivo vigente para o emprego público de Técnico de Enfermagem;

Considerando a necessidade de contratação de Técnica de Enfermagem;

Considerando a inexistência de tempo para realização de novo Processo Seletivo de provas e títulos, dada a urgência da contratação e teria que se licitar empresa para realizar Processo Licitatório comum;

Considerando que a contratação é por prazo determinado, até a realização de Concurso Público em razão da proximidade da alteração de Regime Único,

estabelece normas para a realização de Processo Seletivo por Análise de Currículo, que reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL de Luzerna(SC).

1.2. O Processo Seletivo destina-se ao provimento temporário de vaga na forma de substituição de servidor que solicitou demissão, conforme especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

II - DAS INSCRIÇÕES

2.1. A inscrição dos candidatos interessados será realizada nos dias 19 a 25 de março de 2015, das 8h00 às 11h00 e das 13h30 às 17h00, na Prefeitura Municipal de Luzerna, na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, localizada na Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna(SC), de acordo com o cronograma constante do Anexo III deste Edital.

2.2. A inscrição somente será efetuada mediante o preenchimento de requerimento padronizado fornecido pelo Município, pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado, com poderes específicos para representá-lo, ocasião na qual o candidato, sob as penas da lei, declarará:

2.2.1. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de

igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do § 1.º do art. 12 da Constituição Federal;

2.2.2. Ter escolaridade e habilitação de acordo com os requisitos exigidos para o emprego/função, conforme o Anexo I;

2.2.3. Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

2.2.4. Ser portador de CPF válido;

2.2.5. Gozar de boa saúde;

2.2.6. Não ter sofrido, quando no exercício de emprego, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da contratação, por meio da assinatura de regular termo de declaração;

2.2.7. Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

2.2.8. Ter conhecimento das exigências contidas neste Edital, das atribuições ao emprego que postula e nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente Processo Seletivo; e,

2.2.9. Ter idade mínima de dezoito (18) anos quando da convocação.

2.3. Ao requerimento de inscrição deverá ser anexado o currículo do candidato, juntamente com todos os documentos necessários para comprovação do mesmo.

2.4. Não será cobrada taxa de inscrição dos candidatos.

2.5. Às inscrições realizadas por procuração deverá estar anexa cópia do RG e CPF, bem como declaração constando endereço completo, e-mail e telefone para contato.

2.6. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

2.7. Não será admitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, bem como não será permitida a juntada a posteriori de documentos.

2.8. O candidato é o único responsável pelo correto preenchimento da Ficha de Inscrição e pelo acompanhamento de seu processo, independente de avisos, salvo publicações previstas neste Edital e regulamentos em vigor.

2.9. O candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfazer a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo e, em consequência, serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.10. A inscrição não poderá ser feita pelo correio, e-mail ou por meio de fac-símile e não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.11. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da identificação do candidato inscrito.

2.12. A adulteração de qualquer elemento constante da Cédula de Identidade ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do processo seletivo.

2.13. A fidedignidade das informações contidas no Requerimento de Inscrição, que estará disponível no local das inscrições, é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal.

III - DA SELEÇÃO

3.1. A seleção será feita objetivamente pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social de Luzerna, obedecendo à seguinte pontuação:

3.1.1 - Curso completo de Técnico de Enfermagem e Registro no COREN - 6,00 pontos

3.1.2 - Cursos de aperfeiçoamento/especialização na área - 0,5 décimos para cada 10 horas de curso freqüentado, limitado a 160 horas;

3.1.3 - Tempo de serviço ou estágio na função de Técnico de Enfermagem - 0,5 décimos para cada ano de experiência.

3.2 - A pontuação obtida nos itens 3.1.1, 3.1.2 será somada à

pontuação referente ao item 3.1.3.

3.3 - A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e serão considerados apenas aqueles apresentados na data da inscrição.

IV - DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

4.1. A contratação obedecerá ao Regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

V - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

5.1. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de pontuação obtida pela análise do currículo;

5.2. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

- a) maior tempo de serviço;
- b) maior idade.

VI - DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. O resultado final do Processo Seletivo, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado no Mural Público da Prefeitura Municipal, no órgão de publicação oficial do Município de Luzerna e no endereço eletrônico www.luzerna.sc.gov.br.

VII - DA CONTRATAÇÃO

7.1. Previamente à contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os seguintes documentos:

- a) Quitação com as obrigações eleitorais e militares (em caso de candidato do sexo masculino), com a devida apresentação da cópia do Título de Eleitor e do comprovante de quitação com o serviço militar;
- b) Nível de escolaridade exigido para o emprego, mediante a apresentação de cópia dos documentos exigidos por este Edital e previstos em lei, nos termos do Anexo I;
- c) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei federal n.º 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios;
- d) Laudo médico de saúde física e mental a ser realizado por órgão credenciado pela Prefeitura Municipal de Luzerna;
- e) Cópia dos seguintes documentos:

1. Documento de Identidade (RG)
2. Cadastro de Pessoa Física
3. Certidão de Casamento
4. Certidão de Nascimento de Filhos
5. Carteira de Trabalho
6. uma (01) foto 3x4.

7. demais documentos, conforme especificação do emprego, descrito no Anexo I deste Edital.

7.2. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para contratação.

7.3. O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

VIII - DO FORO JUDICIAL

8.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Processo Seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação dos candidatos para a prova correspondente.

9.2. Este Processo Seletivo terá validade por um ano, podendo ser prorrogado por mais um ano.

9.3. Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, a conveniência e oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

9.4. O candidato a ser contratado receberá a relação de documentos que deverão ser apresentados, no prazo de 48 horas. A sua não apresentação, a apresentação de forma incompleta ou tardia implicará em ocupar o último lugar na lista dos classificados.

9.5. O candidato classificado, que desistir de vaga, deverá manifestar expressamente sua desistência de participação no Processo Seletivo, não podendo, posteriormente reivindicar novamente a vaga no processo.

9.6. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo nos casos de substituições pelo retorno do titular, por abandono ao serviço sem justificativa, pela nomeação de aprovado em Concurso Público;

9.7. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito à contratação automática.

9.8. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

9.9. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo do Município de Luzerna.

9.10. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Do Emprego, Vencimentos e Habilitação Mínima;

ANEXO II - Das Atribuições do Emprego;

ANEXO III - Do Cronograma Previsto.

Luzerna(SC), 17 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

ANEXO I

DO EMPREGO, VENCIMENTOS E HABILITAÇÃO

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO
Técnico de Enfermagem	40 h/s	R\$ 1.314,91	Curso completo de Técnico de Enfermagem e Registro no COREN

Além do vencimento, o servidor receberá o auxílio alimentação, na forma de cartão magnético, no valor de R\$ 16,70 (dezesesseis reais e setenta centavos) por dia útil trabalhado, excluídos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos trabalhados.

Poderá ainda aderir ao Plano de Saúde co-financiado pelo Município.

ANEXO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO EMPREGO

EMPREGO TEMPORÁRIO: Técnico de Enfermagem

ATRIBUIÇÕES: executar atividades dentro dos setores determinados pela chefia de enfermagem; aferir e controlar sinais vitais, utilizando-se de materiais e equipamentos adequados; preparar usuários para consultas, exames e outros procedimentos facilitando a sua realização; executar curativos, usando seus conhecimentos e/ou conhecimentos seguindo prescrições médicas e/ou de enfermagem, proporcionando alívio ao paciente, bem como facilitando a cicatrização de ferimentos, suturas e escoriações; auxiliar no preparo do material e instrumental para esterilização bem como na desinfecção de ambientes e equipamentos, permitindo maior segurança aos procedimentos como: exames, tratamentos, pequenas cirurgias, e atendimentos de ginecologia e obstetrícia; administrar medicamentos por via oral e/ou parenteral, prestando informações aos clientes sobre possíveis reações, além de aplicar

vacinas e fazer os devidos registros em formulários apropriados; realizar visita domiciliar, elaborando após o relatório; observar os cuidados universais em proteção individual; cumprir o código de ética da profissão; zelar por sua segurança e de terceiros, bem com pela preservação e manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente de trabalho; realizar procedimentos de enfermagem nos diferentes ambientes e nos domicílios, dentro do planejamento de ações traçado pela equipe; realizar busca ativa de casos, como tuberculose, hanseníase e demais doenças de cunho epidemiológico; no nível de suas competência, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária; realizar ações de educação em saúde aos grupos de patologias específicas e às famílias de risco, conforme planejamento da Unidade de Saúde da Família; executar outras tarefas afins.

ANEXO III DO CRONOGRAMA

ATO	DATA PREVISTA
Publicação e divulgação do Edital	19/03/2015
Período de Inscrições	19 a 25/03/2015
Análise dos currículos	25/03/2015
Homologação final do Processo Seletivo	26/03/2015

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL Nº 0004/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0004/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0014/2015

O Prefeito Municipal de Macieira/SC, o Sr. EMERSON ZANELLA, através da Prefeitura Municipal de Macieira/SC, torna pública a Dispensa de Licitação nº 0004/2015 para a contratação de prestação dos serviços específicos abaixo listados:

- ASO: ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL (REALIZAÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS, PERIÓDICOS, RETORNO AO TRABALHO, MUDANÇA DE FUNÇÃO E DEMISSIONAIS).
- LTCAT - LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO.
- PPRA - PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS.
- PPP - PERFIL PROFISSIONGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO.
- PCMSO - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL.
- EXAMES DE AUDIOMETRIA, QUE SERÃO REALIZADOS CONFORME AVALIAÇÃO MÉDICA.

Através da empresa BRANDALISE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO LTDA, em conformidade com o artigo 24, II da Lei 8666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo nº 0016/2015

Prazo de entrega: A partir de 1º de abril de 2015.

Vigência do Contrato: Até 31 de dezembro de 2015.

Valor Total do Contrato: R\$ 7.128,00 (sete mil cento e vinte oito reais), sendo o valor de R\$ 792,00 (setecentos e noventa e dois reais) mensais fixos e irredutíveis.

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente após a prestação dos serviços e emissão da Nota Fiscal.

Macieira, 18 de março de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Mafra**PREFEITURA****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2015**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de cargas de gás (GLP) de 13 Kg e (GLP) de 45 Kg, destinadas aos Centros de Educação Infantil e Escolas do Ensino Fundamental, através do Fundo Municipal de Educação, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 01/04/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 18 de março de 2015.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil

Pregoeiro Municipal

Maracajá**PREFEITURA****AF 178/2015**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato da Autorização de Fornecimento nº 178/2015

Processo Licitatório nº 178/2015 - Dispensa de Licitação

Contratante: Município de Maracajá,

Contratado: Clediomar de Freitas - ME

Nome Fantasia: Restaurante Dinners

Objeto: Fornecimento de Refeições para o formador do PELC - Programa de Esporte Recreativo de Lazer - TODAS AS IDADES, no município de Maracajá (Convênio ME/PM Maracajá/SC nº 774058/2012).

Valor: R\$ 60,00 (sessenta reais).

Vigência: 30 (trinta) dias à partir de 02/03/2015

DECRETO LEGISLATIVO 001/2015

DECRETO Nº 01DE 06 DE JANEIRO DE 2015.

NOMEIA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARACAJÁ.

VALDECIR IDALINO STEFENETE, Câmara Municipal de Maracajá, no exercício das funções inerentes a seu cargo, e;

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Concurso Público para acompanhamento, fiscalização e avaliação do Concurso Público da Câmara Municipal de Maracajá para provimento de cargos do quadro de pessoal.

Art. 2º Compete à Comissão acompanhar a sua realização, julgar os casos omissos ou duvidosos e coordenar as atividades necessárias ao bom andamento do concurso público.

Art. 3º Ficam nomeados como membros da Comissão de Concurso Público os seguintes servidores:

I - Andreia Marques - Matrícula nº 011;

II - Elizabeth Maria de Souza - Matrícula nº 012;

III - Geovana Trevisol Teixeira- Matrícula nº 013;

Parágrafo único - A Comissão de Concurso Público terá como relator o servidor Geovana Trevisol Teixeira e será presidida pela servidora Andreia Marques.

Art. 4º As competências da Comissão do Concurso Público são:

I - fiscalizar a aplicação das provas e rubricar no verso dos gabaritos no final da realização das provas;

II - fiscalizar a correção das provas;

III - acompanhar o julgamento dos recursos interpostos pelos candidatos, com o parecer dos profissionais da empresa contratada;

IV - velar pela preservação do sigilo das provas;

V - analisar e referendar todos os editais do Concurso Público: principalmente em relação à homologação das inscrições e da lista de aprovados na Classificação final do Concurso Público.

Art. 5º O Presidente da Comissão do Concurso Público será responsável em coordenar a comissão, o relator será responsável pela lavratura das atas das reuniões da Comissão, e os membros em participar e fiscalizar o acompanhamento de todas as etapas

do Concurso Público.

Art. 6º Aplicam-se aos membros das comissões e os seus parentes consanguíneos ou por afinidade os motivos de suspeição e de impedimento para a participação no Concurso Público.

Art. 7º Constituem motivo de suspeição ou impedimento:

I - a existência de candidatos funcionalmente vinculados a comissão do Concurso Público ou de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, inclusive, cuja inscrição haja sido deferida.

II - Não poderão participar do Concurso Público, os membros da comissão deste certame e os profissionais responsáveis pela elaboração das provas objetivas, assim como seus parentes consanguíneos ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até segundo grau.

Art. 8º Os motivos de suspeição e de impedimento deverão ser comunicados ao Presidente da Comissão do Concurso Público, por escrito, até 03 (três) dias úteis após a publicação da relação dos candidatos inscritos no Diário Oficial.

Art. 9º Os membros da Comissão do Concurso Público, no seu afastamento, serão substituídos pelos suplentes, designados por Decreto específico.

Art. 10 Homologado o Concurso Público, a comissão de que trata este Decreto será extinta automaticamente.

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá, Câmara Municipal de Maracajá, 06 de Janeiro de 2015.

Valdecir Idalino Stefeneti
Presidente

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 06 de Janeiro de 2015.

Roldinei Dassoler da Silva
1º Secretário

LEI 1015/2015

LEI Nº 1015 DE 18 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA A CONSEÇÃO DE ABONO A QUALQUER SERVIDOR COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS E VENCIMENTOS INFERIORES AO SALÁRIO MÍNIMO EM VIGOR.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá (SC), no uso de suas atribuições legais, faz saber aos habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o poder executivo municipal autorizado a conceder abono a qualquer servidor cujos vencimentos, pela carga horária de 40 (quarenta) horas, seja inferior ao salário mínimo legal.

§ 1º O abono referido neste artigo, serve para complementação dos vencimentos até o valor do salário mínimo legal, possui natureza precária e cessarão no momento imediatamente posterior a revisão do qual faz referência o parágrafo 2º.

§ 2º Determina, quando constatada a situação prevista no caput deste artigo a revisão através de Lei específica.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, 18 de Março de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 18 de Março de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

LEI 1016/2015

LEI Nº 1016 de 18 de MARÇO de 2015.

ALTERA A HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO CARGO DE MOTORISTA DE AMBULÂNCIA, DA LEI Nº 985 DE 12 DE JUNHO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º Fica alterada a habilitação profissional prevista no Anexo I, Quadro III, Grupo III - Transportes, Obras e Serviços Gerais - Nível Fundamental/Alfabetizado - ANFA, da Lei nº 985 de 12 de junho de 2014, para o Cargo de Motorista de Ambulância, pertencente ao Grupo de Transportes, Obras e Serviços Gerais - Nível Fundamental/Alfabetizado, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, que para o Cargo de Motorista de Ambulância passa a ter a seguinte redação:

“

ANEXO I

QUADRO III

GRUPO III - Transportes, Obras e Serviços Gerais - Nível Fundamental/Alfabetizado - ANFA

Nominata do Cargo	Habilitação Profissional
...	...
Motorista de Ambulância	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo, com Categoria de Habilitação Mínima “C”.
...	...

...

“

Art. 2º Fica alterado o Nível de Formação da Atribuição Profissional prevista no Anexo V - Atribuições Funcionais dos Servidores Municipais de Maracajá, da Lei nº 985 de 12 de junho de 2014, para o Cargo de Motorista de Ambulância, que passa a ter a seguinte redação:

“

...

TÍTULO DO CARGO: MOTORISTA DE AMBULÂNCIA, MOTORISTA DE CAMINHÃO, MOTORISTA DE ÔNIBUS
Código: 3.09 - 3.11 - 3.12

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Fundamental Concluído e Carteira de Habilitação “B” (para motorista de ambulância), “C” (para motorista de caminhão) e “D” ou “E” (para motorista de ônibus);

...
"

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 18 de Março de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 18 de Março de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

PORTARIA 133/2015

Portaria nº 133 de 5 de março de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 2 de março de 2015, JAYNE SOARES DE OLIVEIRA, brasileira, maior, nascida em 16 de agosto de 1995 inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 071.951.479-75, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, para preenchimento de vaga excedente no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 2 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 5 de março de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 5 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 134/2015

Portaria nº 134 de 5 de março de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 3 de março de 2015, DIRLENE JOANA CORTÊS DA SILVA, brasileira, maior, nascida em 24 de junho de 1984 inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 044.719.649-92, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. Eulália Oliveira de Bem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 03 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 5 de março de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 5 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 135/2015

Portaria nº 135 de 5 de março de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 2 de março de 2015, CRISTIANO FLORÊNCIO, brasileiro, maior, nascido em 11 de novembro de 1975 inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 942.338.299-15, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 2 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 5 de março de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 5 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 136/2015

Portaria nº 136 de 5 de março de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 2 de março de 2015, ANDREIA ROCHA GONÇALVES, brasileira, maior, nascida em 22 de junho de 1973 inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 928.531.109-15, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 DE Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 2 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 5 de março de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 5 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 137/2015

Portaria nº 137 de 5 de março de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 2 de março de 2015, ROSICLEIA LÓH BORGES, brasileira, maior, nascida em 5 de junho de 1969 inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 733.807.689-87, para exercer o cargo de Merendeira - ACT, 40 horas, em substituição a servidora Janete da Silva Souza que se encontra afastada no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 2 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 5 de março de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 5 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 138/2015

Portaria nº 138 de 5 de março de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 2 de março de 2015, RENATA ALVES CORDEIRO, brasileira, maior, nascida em 3 de março de 1983 inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 040.892.599-08, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, MAG 80%, para preenchimento de vaga excedente no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 2 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 5 de março de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 5 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 139/2015

Portaria nº 139 de 5 de março de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 2 de março de 2015, MURILO MANOEL DA SILVA FREITAS, brasileiro, maior, nascido em 12 de setembro de 1989 inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 068.909.069-26, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, MAG 80%, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 2 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 5 de março de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 5 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 140/2015

Portaria nº 140 de 5 de março de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 2 de março de 2015, VANUZA FERNANDES, brasileira, maior, nascida em 28 de outubro de 1972 inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 658.260.940-87, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 2 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 5 de março de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 5 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 141/2015

Portaria nº 141 de 5 de março de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 2 de março de 2015, FRANSCIELE BERTOJA MOTA, brasileira, maior, nascida em 18 de outubro de 1986 inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 063.240.309-89, para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, 40 horas, para preenchimento de vaga excedente no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 2 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 5 de março de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 5 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 142/2015

Portaria nº 142 de 5 de março de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 3 de março de 2015, RAQUEL RUTE DOS SANTOS, brasileira, maior, nascida em 29 de maio de 1994 inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 095.687.859-81, para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, 40 horas, para preenchimento de vaga excedente no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 3 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 5 de março de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 5 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 143/2015

PORTARIA Nº 143 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARIA SONIA CESÁRIO DE LIMA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 102 da Lei Complementar Nº 01 de 07/10/97,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a servidora pública Maria Sonia Cesário de Lima, referente ao período de 13/2/2008 à 12/2/2013.

Art. 2º A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Complementar Nº 01 de 07/10/97, é de 30 dias e iniciará em 12/3/2015 à 10/4/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 10 de março de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 10 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 144/2015

PORTARIA Nº. 144 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias a servidora Bruna dos Santos, ocupante do Cargo de Chefe da Divisão de Serviços Administrativos, referente ao período aquisitivo de 1º/3/2014 à 28/2/2015, com gozo em 2/3/2015 e término em 11/3/2015.

Art. 2º Nos termos do §2º do art. 91 da Lei Complementar nº 01, 07 de outubro de 1997, fica convertido 20 (vinte) dias de férias da servidora supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 2 de março de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 11 de março de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 145/2015

Portaria Nº 145, de 11 de março de 2015.
EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir do dia 11 de março de 2015, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, DANIELA REJANE FYSZER ROXO, CPF 004.462.829-36, matrícula Nº 1915, nascida em 26 de junho de 1984.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 062/2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 11 de março de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 146/2015

PORTARIA Nº. 146 DE 11 DE MARÇO DE 2015.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor Edinei Pedro Rocha, ocupante do Cargo de Diretor do Departamento de Esportes, referente ao período aquisitivo de 25/2/2014 à 24/2/2015, com gozo em 2/3/2015 e término em 11/3/2015.

Art. 2º Nos termos do §2º do art. 91 da Lei Complementar nº 01, 07 de outubro de 1997, fica convertido 20 (vinte) dias de férias do servidor supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 2 de março de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 11 de março de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 147/2015

Portaria nº 147 de 11 de março de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 2 de março de 2015, SANDRA REGINA BARCELOS ROSA, brasileira, maior, nascida em 15 de abril de 1960 inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 434.378.429-00, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M.12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 2 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 11 de março de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 148/2015

Portaria nº 148 de 11 de março de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 2 de março de 2015, DANIEL DE SOUZA, brasileiro, maior, nascido em 10 de julho de 1978 inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 024.495.709-69, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, para atuar junto ao EJA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 2 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 11 de março de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 149/2015

PORTARIA Nº. 149 DE 16 DE MARÇO DE 2015.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97, RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor que se relaciona:
Denner Lucas Casagrande, ocupante do Cargo de Diretor do Departamento de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 1º/3/2013 a 28/2/2014, com gozo em 16/3/2015 e término em 14/4/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,
em 16 de março de 2015.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 16 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Maravilha**PREFEITURA****LEI COMPLEMENTAR Nº 70/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 70, DE 18 DE MARÇO DE 2015
Altera vencimento de cargo público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fixa em R\$ 1.673,00 (Hum mil, seiscentos e setenta e três reais) o vencimento do cargo de "Fiscal de Obras", Código 020, Quadro de Pessoal Permanente, com provimento, atribuições e carga horária constantes na Lei Complementar nº 003, de 19 de novembro de 2002.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 18 de março de 2015.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

LEI Nº 3.831/2015

LEI Nº 3.830, DE 9 DE MARÇO DE 2015
Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar imóvel adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar, para os mutuários, imóveis de propriedade do Município de Maravilha, adquiridos e quitados através do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º Os imóveis de que trata o artigo 1º são os matriculados no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob as matrículas a seguir relacionadas, com seus respectivos mutuários proprietários:

- MARIZETE PASQUALOTTO CIPRIANI
Lote urbano nº (8), da Quadra nº (6), situado no Loteamento denominado Nova Morada, nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 549,824 m², objeto da Matrícula nº 12.080.

- ROQUE VOLNEI DA LUZ
Lote urbano nº (26), da Quadra nº (1), situado no Loteamento do Parque, nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 258,15 m², objeto da Matrícula nº 11.787.

Art. 3º Para efeitos de escritura pública o valor do imóvel será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 9 de março de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Marema

PREFEITURA

DECRETO Nº 0031 /2015

DECRETO Nº 0031 /2015

De 20/02/2015

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2015, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, ESTADO DE Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.059/2014 DE 002 de dezembro 2014.

DECRETA

DECRETA

Art. 1º- Fica Decreta a utilização por excesso de arrecadação referente CONTRATO DE REPASSE - Nº 804695/2014 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/ CAIXA PROCESSO Nº 2623. 1018944-79/2014, no comparativo do valor da provável arrecadação REF. arrecadação conforme planilha em anexo, no valor de R\$ 107.250,00 (Cento e sete mil, duzentos e cinquenta reais).

Art. 2º-Com os Recursos Advindos do Art. 1º deste Decreto, fica Suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:

Reduzido 40

Código	Secretaria/departamento	
06.01	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
funcional	Proj./ativ.	descrição
20.608.2001	1.013	AQUISIÇÃO DE MAQ. E IMPLEMENTOS AGRICOLAS
Modalidade	Fonte	Dotação
44.90000	1.134	107.250,00

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 20 de fevereiro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Silvano Ciro Piasiski

Func. Designado

DECRETO Nº 032 /2015

DECRETO Nº 032 /2015

De 20/02/2015

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2015, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.059/2014 DE 02 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decreta a utilização do Provável Excesso de arrecadação referente CONVENIO DE REPASSE - NASF - (NÚCLEOS DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE), no comparativo do valor da arrecadação, conforme planilha em anexo, no valor de R\$ 95.000,00 (Noventa e cinco mil reais)

Art. 2º- Fica Decreta a utilização do Provável Excesso de arrecadação referente CONVENIO DE REPASSE - Nº 101215848/2013 E CONTRATO Nº 051/2014, no comparativo do valor da arrecadação, conforme planilha em anexo, no valor de R\$ 112.750,56 (Cento e doze reais e setecentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos)

Art. 3º- Com os Recursos Advindos do Art. 1º E 2º deste Decreto, fica Suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:
Reduzido 16 - NASF

Código	Secretaria/departamento			
1301	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
10.301.1001	2028	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BASICA VARIÁVEL		
Modalidade	Fonte	Dotação		
31.90000	11.38	detalhe esp.	19	95.000,00

Reduzido 55 - CONVENIO DE REPASSE - Nº 101215848/2013 E CONTRATO Nº 051/2014 CONCISA

Código	Secretaria/departamento			
0801	DEPARTAMENTO DE INFRA EXTRUTURA			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
15.451.1501	1009	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA		
Modalidade	Fonte	Dotação		
44.90000	11.34	detalhe esp.	00	112.750,56

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 20 de fevereiro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Silvano Ciro Piaseski

Func. Designado

DECRETO Nº 037/2015

Decreto nº 037/2015

De 09 de março DE 2015

"DISPÕE SOBRE A COMISSÃO PARA READEQUAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MAREMA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

MARÇOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art 10 da Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

Art. 1o- Fica através deste Decreto nomeada a Comissão para Readequação do Plano Municipal de Educação, assim composta:

- Representante da Secretaria Municipal de Educação: ROSANGELA DONZELLI MASCARELLO;
- Representante do Conselho Municipal de Educação: MARISTELA RAMPAZZO;
- Representante da Rede Estadual de Ensino: GLADIR ESTER ZANCANARO PAGANI;
- Representante da Rede Municipal do Ensino Fundamental: MARILETE MARIA RAMPAZZO MAROSTICA;
- Representante da Rede Municipal da Educação Infantil: LUCELIA CAREGNATTO;
- Representante do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: ELIZETE MOREIRA.
- Representante de Pais da Rede Municipal de Ensino: MARILUCIA DONZELLI.
- Representante de Pais da Rede Estadual de Ensino: JOVANA LUZZI.

Parágrafo Único - Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art.3º - A Comissão poderá solicitar laudos técnicos e outros documentos, quando se fizer necessário.

Art.4º - As despesas decorrentes deste decreto, correrão à conta do Orçamento Vigente da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.5º - Revogadas as disposições em contrário.

Art.6º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Marema (SC), 09 de março de 2015

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

DECRETO Nº 026 /2015

DECRETO Nº 026 /2015

De 12/02/2015

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, ESTADO DE Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.059/2014 DE 02 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2014 do FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, na ordem de recursos com valor R\$ 99.878,05 (Noventa e nove mil oitocentos e setenta e oito reais e cinco centavos).

Art. 2º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2014, com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Município de Marema (SC), através do Convênio n. 700067/2011, na ordem de recursos com valor R\$ 55.834,77 (Cinquenta e cinco, oitocentos e trinta e quatro e setenta e sete centavos).

Art. - Com os Recursos Advindos do Art. 1º e 2º deste Decreto, ficam Suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:

Reduzido 16 PISO BASICO VARIÁVEL - SCFV SUPERAVIT

Código	Secretaria/departamento	
1601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
funcional	Proj./ativ.	descrição
18.244.801	2.053	PISO BASICO VARIÁVEL – SCFV SUPERAVIT
Modalidade	Fonte	Dotação
33.90000	13.35	99.878,05

Reduzido 98 AMPL. DA REDE FISICA INFANTIL - SUPERAVIT

Código	Secretaria/departamento	
1201	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
funcional	Proj./ativ.	descrição
05.112.365	1.008	AMPLIAÇÃO DA REDE FISICA INFANTIL
Modalidade	Fonte	Dotação
44.90000	13.32	55.834,77

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 12 fevereiro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Silvano Ciro Piasieski

Func. Designado

DECRETO Nº 027 /2015

DECRETO Nº 027 /2015

De 12/02/2015

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, ESTADO DE Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.062/2015 DE 12 de fevereiro 2015.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizado o chefe do poder executivo, nos termos da presente lei, abrir crédito especial no orçamento de 2015, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) na seguinte programação de despesa:

Código	Secretaria/departamento	
13.01	Fundo Municipal da Saúde	
funcional	Proj./ativ.	descrição
10.301.1001	2.026	Manutenção das atividades da Saúde
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.93.00.00	01.02	70.000,00
TOTAL		70.000,00

Art. 2º Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, será anulada dotação dentro do orçamento vigente para o exercício de 2015 nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento	
13.01	Fundo Municipal da Saúde	
funcional	Proj./ativ.	descrição
10.301.1001	2.026	Manutenção das atividades da Saúde
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.71.00.00	01.02	70.000,00
TOTAL		70.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de fevereiro de 2015

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Silvano Ciro Piasieski

Func. Designado

DECRETO Nº 028 /2015

DECRETO Nº 028 /2015

De 12/02/2015

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PARAGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 1º DO DECRETO 004/2015 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, ESTADO DE Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei orgânica Municipal art. 64, VI.

CONSIDERANDO que houve erro material na descrição do objeto da licitação 0038/2014 Pregão Presencial n. 022/2014, no parágrafo único do art. 1º do Decreto 004/2015.

DECRETA

Art. 1º - O Paragrafo único do artigo 1º da Decreto n. 004/2015 de 06 de Janeiro de 2015, que homologou o Processo Administrativo Licitatório 0038/2014, Pregão Presencial 022/2014, passará ter a seguinte redação:

Paragrafo Único: O objeto da presente licitação consiste em Serviço Técnico e Especializado para a realização de Teste Seletivo.

Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 12 de Fevereiro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Silvano Ciro Piaseski

Func. Designado

DECRETO N. 030/2015

DECRETO n. 030/2015

De 20/02/2015

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n.001/2015 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 001/2015, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.001/2015 na Modalidade de Pregão Presencial n. 001/2015, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em fornecimento de material didático pedagógico aos alunos e professores da rede municipal de ensino.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto do item único ao proponente vencedor PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA, no valor total de R\$ 45.000,00 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de fevereiro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

DECRETO N. 033/2015

DECRETO n. 033/2015

de 02/03/2015

DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 010/2015 NA MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 001/2015, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e

CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação

DECRETA

Art. 1º - A ratificação do ato do Senhor Presidente da Comissão de licitação, que declarou dispensável a licitação, nestes termos:

-Processo n. 010/2015

-Licitação n. 001/2015 - Dispensa de Licitação

-Modalidade - de Licitação

-Objeto - Locação de Imóvel.

Art. 2º - Fica adjudicado o objeto ao fornecedor LUCILEI PEROTTO DE MARCHI - CPF/MF n. 053.197.879-60, no valor total de R\$ 10.000,00 (reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º -Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Marema, 02 de março de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

DECRETO N. 034/2015

DECRETO n. 034/2015

De 02/03/2015

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n.004/2015 NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO n. 001/2015, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.004/2015 na Modalidade de Tomada de Preço n. 001/2015, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste fornecimento de material e mão-de-obra necessária para construção de garagem de máquinas.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto do item único ao proponente vencedor CONSTRUTORA GUILHERME ARTHUR LTDA ME, no valor total de R\$ 455.672.87 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de março de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

DECRETO N. 036/2015

DECRETO n. 036/2015

De 06/03/2015

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n.008/2015 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 005/2015, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.008/2015 na Modalidade de Pregão Presencial n. 005/2015, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em coleta e disposição final de animais.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto do item único ao proponente vencedor IVONIR MATIASO - ME, no valor mensal de R\$ 5.000,00 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de março de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

DECRETO N. 038/2015

DECRETO n. 038/2015

De 16/03/2015

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n.011/2015 NA MODALIDADE DE CARTA CONVITE n. 001/2015, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.011/2015 na Modalidade de Carta Convite n. 001/2015, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em Serviços de Mão-de-Obra e peças utilizado na recuperação da Patrola HWB-140.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto licitado ao proponente vencedor FABRICIO JOSÉ BIANCHI - ME, no valor de R\$ 30.734,77 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de março de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

DECRETO N. 040/2015

DECRETO n. 040/2015

De 16/03/2015

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATORIO n. 012/2015 NA MODALIDADE DE CARTA CONVITE n. 002/2015 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARVOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO que a anulação da licitação está prevista no artigo 49 da Lei nº 8.666/93, e se justifica quando esta decorre de fato superveniente devidamente comprovado e de motivação, pertinentes e suficientes para justificar tal conduta.

CONSIDERANDO a SÚMULA Nº 473 - A ADMINISTRAÇÃO PODE ANULAR SEUS PRÓPRIOS ATOS, QUANDO EIVADOS DE VÍCIOS QUE OS TORNAM ILEGAIS, PORQUE DELES NÃO SE ORIGINAM DIREITOS; OU REVOGÁ-LOS, POR MOTIVO DE CONVENIÊNCIA OU OPORTUNIDADE, RESPEITADOS OS DIREITOS ADQUIRIDOS, E RESSALVADA, EM TODOS OS CASOS, A APRECIÇÃO JUDICIAL.

CONSIDERANDO que não houve proponente interessado em participar do certame, tornando a licitação deserta, o que justifica o interesse publico na revogação da licitação.

DECRETA

Art. 1º. A revogação da licitação relativa ao Processo Licitatório n. 012/2015 na Modalidade de Carta Convite n. 002/2015, tendo como objeto a aquisição de óleo lubrificante.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de março de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

DECRETO Nº 041/2015

AL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014

Decreto nº 041/2015

De 16 de Março de 2015.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL E A CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Considerando a conclusão dos trabalhos de responsabilidade da empresa contratada para organizar, coordenar e executar o Processo Seletivo nº 001/2015; Considerando a publicação de todos os resultados e exauridas todas as possibilidades de recurso em face administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final e a classificação definitiva do Processo Seletivo nº 001/2015, conforme consta dos quadros seguintes:

AGENTE EDUCACIONAL												
Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	INF.	ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.		
48	MARIS-TELA PEREIRA DA SILVA THOMÉ	0,90	0,30	0,60	0,30	2,00	4,10	4,10	APROVA-DO(A)	1		
FISIOTERAPEUTA												
Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	INF.	ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.		
109	FER-NANDO BEHLING	1,50	1,50	0,90	1,20	3,20	8,30	8,30	APROVA-DO(A)	1		
67	ANGÉLICA GRIS	1,50	1,20	1,20	0,90	3,20	8,00	8,00	APROVA-DO(A)	2		

32	CARINA PAULA CERATTO	1,20	1,20	1,50	0,90	2,80	7,60	7,60	APROVA-DO(A)	3		
18	AMANDA CAROLINA BARBOSA	1,20	1,50	0,90	0,90	2,80	7,30	7,30	APROVA-DO(A)	4		
29	PAULA SESTI ROCHEDO	1,20	1,20	0,60	0,90	3,20	7,10	7,10	APROVA-DO(A)	5		
51	MARINA BETANIA PEGORARO	0,90	1,50	0,90	0,90	2,80	7,00	7,00	APROVA-DO(A)	6		
110	LUIZ CARLOS FAVARAO FILHO	0,90	0,90	1,20	0,90	2,80	6,70	6,70	APROVA-DO(A)	7		
108	RUBIANE GUARINO PEREIRA	1,20	1,50	0,30	0,60	2,80	6,40	6,40	APROVA-DO(A)	8		
87	PRISCILA ROBERTA RECK	1,20	1,20	0,30	1,20	2,40	6,30	6,30	APROVA-DO(A)	9		
66	MARIELLE ROSSI	1,50	0,30	0,90	0,90	2,40	6,00	6,00	APROVA-DO(A)	10		
102	RENAN MARCOLIN	0,90	1,20	0,60	0,60	2,40	5,70	5,70	APROVA-DO(A)	11		
15	SAIURY TOESCA	1,20	0,90	0,60	0,60	2,00	5,30	5,30	APROVA-DO(A)	12		

NUTRICIONISTA

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	INF.	ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.		
16	SUZANE EVELIN PROVENS	1,50	0,90	0,60	1,20	4,00	8,20	8,20	APROVA-DO(A)	1		
58	GABRIELA CORTINA	1,50	1,20	0,60	1,20	3,60	8,10	8,10	APROVA-DO(A)	2		
104	MANUELA NATÁLIA VIZZOTTO	1,20	1,50	0,60	1,20	3,60	8,10	8,10	APROVA-DO(A)	3		
74	ALINE VARGAS	1,50	1,20	0,90	1,20	3,20	8,00	8,00	APROVA-DO(A)	4		
31	MARINA SPEROTTO	1,20	1,20	0,60	1,20	3,60	7,80	7,80	APROVA-DO(A)	5		
92	PRISCILA DEMARTINI	0,90	1,50	1,50	0,90	2,40	7,20	7,20	APROVA-DO(A)	6		
43	MARIELI PASTORELLO	1,20	1,20	0,30	0,60	3,60	6,90	6,90	APROVA-DO(A)	7		
53	ADRIANA PAULA LAUCHZER	0,90	1,20	1,20	0,90	2,40	6,60	6,60	APROVA-DO(A)	8		
33	NATALIA CHIELA GIURIATTI	0,90	0,60	0,00	0,90	2,80	5,20	5,20	APROVA-DO(A)	9		

PROF. DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E ENSINO FUNDAMENTAL - HABILITADO

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	INF.	ESP.	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	
-----------	-----------	-------	------	----------	------	------	--------	---------	-------	-----------	--------	--

3	MAGALI TERRIBELLE	1,00	1,00	0,60	0,60	0,80	4,00	2,00	6,00	APROVADO(A)	1	
81	TATIANE SINSKI	0,40	0,40	0,80	0,60	1,00	3,20	1,30	4,50	APROVADO(A)	2	
80	PATRICIA PERCIO	0,40	0,40	0,40	0,40	1,20	2,80	1,50	4,30	APROVADO(A)	3	

PROF. DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E ENSINO FUNDAMENTAL - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	INF.	ESP.	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	
73	ELIZETE MOREIRA	1,00	0,80	0,60	0,40	0,60	3,40	1,00	4,40	APROVADO(A)	1	
93	TATIANE ECCO FAVETTI	0,60	0,60	1,00	0,80	1,00	4,00	0,00	4,00	APROVADO(A)	2	
98	ADRIANA FÁTIMA FAGUNDES	0,80	0,60	0,20	0,00	0,40	2,00	1,20	3,20	APROVADO(A)	3	
63	DELIRES MARIA ZANCANARO	0,60	0,40	0,40	0,20	0,80	2,40	0,00	2,40	APROVADO(A)	4	

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO 20H

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	INF.	ESP.	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	
101	MARIA DA GLORIA PADOAN DUZ	0,80	0,60	0,40	0,20	0,40	2,40	3,00	5,40	APROVADO(A)	1	
1	CLEONIZE PERONDI	0,40	0,60	0,60	0,80	1,00	3,40	1,00	4,40	APROVADO(A)	2	
84	JULIA STANGA RECH	0,60	0,80	0,40	0,60	1,00	3,40	0,80	4,20	APROVADO(A)	3	
89	INDIAMARA SIMONETTI	1,00	0,40	0,80	0,60	0,60	3,40	0,00	3,40	APROVADO(A)	4	

PROFESSOR DE INGLÊS - HABILITADO 20H

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	INF.	ESP.	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	
71	TEREZINHA CHITOLINA SIVIERO	1,00	1,00	0,60	0,40	1,40	4,40	2,00	6,40	APROVADO(A)	1	

PSICÓLOGO

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	INF.	ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.		
45	DEBORA LUIZA BIAZZI	1,50	1,20	0,90	1,20	2,80	7,60	7,60	APROVADO(A)	1		
82	ANY FRANCINY SCHMITT	1,20	1,20	0,60	1,20	3,20	7,40	7,40	APROVADO(A)	2		
44	MARCIANA CALEGARI	0,90	1,20	0,90	0,90	3,20	7,10	7,10	APROVADO(A)	3		

68	BRUNA MELANIA VICENSI LOCATELLI	1,50	0,90	1,20	0,60	2,40	6,60	6,60	APROVA- DO(A)	4		
78	PRISCILA DE ABREU	1,50	0,60	0,90	1,20	2,40	6,60	6,60	APROVA- DO(A)	5		
54	ANA CLAUDIA MATOS FELICIO	1,20	0,90	1,20	0,90	2,40	6,60	6,60	APROVA- DO(A)	6		
56	VIVIANE KOVACIC	1,20	0,90	0,90	0,60	2,80	6,40	6,40	APROVA- DO(A)	7		
103	PATRICIA FERNANDA LU- CKMANN PASINATO	1,20	1,20	0,30	1,20	2,40	6,30	6,30	APROVA- DO(A)	8		
75	RENATA ADONA DA SILVA	1,20	0,90	0,90	0,90	2,40	6,30	6,30	APROVA- DO(A)	9		
72	TÂNIA MARIA FLORES	0,90	0,90	1,20	0,90	2,40	6,30	6,30	APROVA- DO(A)	10		
112	CARLA MARAN	1,20	0,90	0,60	0,60	2,80	6,10	6,10	APROVA- DO(A)	11		
35	ALINE GONZAGA MELO	1,50	0,90	0,60	0,60	2,40	6,00	6,00	APROVA- DO(A)	12		
61	GISELE DEBAS- TIANI	1,50	0,90	0,60	0,60	2,40	6,00	6,00	APROVA- DO(A)	13		
17	AN- GÃ%oLICA COLPANI	1,20	0,90	0,60	0,90	2,40	6,00	6,00	APROVA- DO(A)	14		
105	CARINA LUCATELLI	1,20	0,90	0,60	0,90	2,40	6,00	6,00	APROVA- DO(A)	15		
12	KARISE FÁTIMA WOICIE- CHOSKI	0,90	0,90	0,90	0,90	2,40	6,00	6,00	APROVA- DO(A)	16		
19	IVANIR TERE- ZINHA CECHIN GIACOMIN	1,20	0,90	0,90	0,90	2,00	5,90	5,90	APROVA- DO(A)	17		
106	JÚLIA CAROLINA VIZZOTTO DE CONTO	1,20	1,20	0,30	0,60	2,40	5,70	5,70	APROVA- DO(A)	18		
27	DAIANE APARECI- DA RO- DRIGUES	0,90	1,20	0,60	0,60	2,40	5,70	5,70	APROVA- DO(A)	19		
90	BRUNA PAULA CERATTO	0,90	1,20	0,60	0,90	2,00	5,60	5,60	APROVA- DO(A)	20		
6	THAIS MICHELLI COLTRO	0,90	0,60	0,90	1,20	2,00	5,60	5,60	APROVA- DO(A)	21		
7	NEUSA MAZZOLA VARNEIR	1,20	0,60	0,60	0,60	2,40	5,40	5,40	APROVA- DO(A)	22		
111	CAROLINE PIANA GRIGOL	1,20	0,60	0,60	0,60	2,40	5,40	5,40	APROVA- DO(A)	23		

96	CAMILA LORENZONI CORTINA	1,50	0,90	0,30	0,60	2,00	5,30	5,30	APROVADO(A)	24		
95	MARCIA DAL PIVA	0,60	0,60	0,60	0,60	2,40	4,80	4,80	APROVADO(A)	25		
99	MARILIZE DE FATIMA ALVES TOFOLI	1,20	0,90	0,30	0,60	1,60	4,60	4,60	APROVADO(A)	26		
21	JÉSSICA FOPPA	0,60	0,90	0,90	0,30	1,60	4,30	4,30	APROVADO(A)	27		

II - Portadores de Necessidades Especiais - PNE:

Não houve inscritos na condição de portadores de necessidades especiais presentes no dia da prova do teste seletivo.

III - Somente constam neste Decreto os concorrentes que foram aprovados e classificados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 05/03/2015.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de março de 2015.
MARCOS PEDRO BATISTEL
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Funcionário Designado

DECRETO Nº. 029/2015

DECRETO nº. 029/2015

De 20/02/2015

EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL MARIO MOREIRA EXERCENDO O CARGO DE VIGIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 56, II da Lei Municipal n. 307/95 de 10/08/1995 - Estatuto dos Servidores Públicos. CONSIDERANDO pedido efetuado pelo servidor.

DECRETA

Art. 1º - A exoneração a pedido do Servidor Público Municipal MARIO MOREIRA na função de VIGIA, em consequência do Serviço Público Municipal de Marema.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Marema, 20 de fevereiro de 2015.
MARCOS PEDRO BATISTELL
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Funcionário Designado

DECRETO Nº. 035/2015

DECRETO nº. 035/2015

De 02/03/2015

REVOGA LICITAÇÃO n. 007/2015 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N. 004/2015 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor e CONSIDERANDO a falta da exigência do Edital da qualificação técnica, dando conta de que o proponente vencedor tenha condições e habilitação para realização do objeto proposto, eis que de suma importância devido a exigência legal.

DECRETA

Art. 1º - A revogação da licitação relativo ao processo administrativo n. 007/2015 na modalidade de pregão presencial n. 004/2015, tendo como objeto contratação de Link de Inernet, nos termos do parecer da comissão de licitação..

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Marema, 02 de março de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

DECRETO Nº. 039/2015

DECRETO nº. 039/2015

De 16/03/2015

REVOGA LICITAÇÃO/FMS n. 001/2015 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL/FMS n. 001/2015 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor e CONSIDERANDO que o proponente NÃO cumpriu com o estabelecido no edital relativo a documentação, sendo verificado o seguinte: Alvará Judicial vencido, Negativa Municipal e Federal vencidas, Negativa de Falência, Concordada e Recuperação Fiscal vencida, não apresentação das negativas de protesto, descumprindo as condições habilitatórias em relação a habilitação, sendo considerado inabilitado e por consequência a sua desclassificação, sendo considerada a Licitação Fracassada.

DECRETA

Art. 1º - A revogação da licitação relativo ao processo administrativo/FMS n. 001/2015 na modalidade de pregão presencial/FMS n. 001/2015, por considerar fracassada.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Marema, 16 de março de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

Massaranduba

PREFEITURA

LICITAÇÃO 16.2015 - P 13.2015 - AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS E ACADEMIAS AO AR LIVRE

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 16 / 2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13 / 2015 - PMM

A Prefeitura de Massaranduba, torna público, de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de parques infantis e academias ao ar livre. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00 do dia 31/03/2015. CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 31/03/2015. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 16 de Março de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

ANULAÇÃO CC Nº. 004/2015

Termo de Anulação

Despacho de anulação de licitação nº. 004/2015, processo administrativo nº. 004/2015 na modalidade de Convite

Finalidade:

Contratação de serviços de engenharia para elaboração dos projetos para construção da sede da Câmara de Vereadores de Massaranduba, com aproximadamente 1.200 m2 de área construída.

Considerando:

Que somente uma empresa apresentou os envelopes com documentação e proposta de preços na data marcada para abertura do edital de convite, ficando prejudicada a competição e não atingindo o número mínimo de convidados participantes e habilitados, em desacordo com o Artigo 22, Parágrafo 3º. da Lei Federal nº. 8.666/93.

Resolve:

Anular o processo licitatório, e consequentemente a licitação em seu todo, cujo objeto mencionado acima.

Massaranduba, 06 de março de 2015.

SILVIO MAINKA

Presidente do Poder Legislativo Municipal

PORTARIA Nº 102/2015

PORTARIANº 102/2015

18/03/2015

Silvio Mainka, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 51, inciso II do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba:

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR o Senhor LEONEL PRADI FLORIANI, do cargo Comissionado de Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, a partir 18/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), EM 18 DE MARÇO 2015.

Silvio Mainka

Presidente

Publicado no Expediente da data supra

Dionisio Kemczynski

Contador/RH

BALANCETE FEVEREIRO 2015



CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
AN TC-05 Balanço Financeiro
Período de Referência: Fevereiro / 2015

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)			Despesa Orçamentária (VI)		
Ordinária	0,00	0,00	Ordinária	101.542,06	0,00
Vinculada	0,00	0,00	01000000 - Recursos Ordinários	101.542,06	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	Vinculada	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)			Transferências Financeiras Concedidas (VII)		
Transf. Financeira Recebida	290.000,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	290.000,00	0,00			
Recbimentos Extraorçamentários (III)			Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		
Inscrição de restos a pagar	235.509,08	0,00	Pagamento de restos a pagar	320.554,23	0,00
Valores restituíveis	209.413,65	0,00	Valores restituíveis	178.796,47	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	26.095,43	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	25.391,17	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	8.495,00	0,00	Saldo em Espécie do Exercício (IX)	116.366,59	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	534.004,08	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	111.907,79	0,00
				534.004,08	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Data Emissão 28/02/2015, Hora emissão 13:43:39

SILVIO MAINKA
Presidente da Câmara

ALMIR TREVISANI
Diretor ADM

DIONISIO KEMCZYNSKI
Contador

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MELEIRO

SERV. AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2015

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO - SAMAE torna público para conhecimento dos interessados que no dia 01/04/2015, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2015, objetivando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO. A integra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 - Meleiro/SC, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-3537-8400.

Meleiro/SC, 18 de março de 2015.

ENIVALDO DUMINELLI

Diretor do SAMAE

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MELEIRO

SERV. AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2015

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO - SAMAE torna público para conhecimento dos interessados que no dia 01/04/2015, às 14:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2015, objetivando a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS DESTINADOS A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO. A integra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 - Meleiro/SC, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-3537-8400.

Meleiro/SC, 18 de março de 2015.

ENIVALDO DUMINELLI

Diretor do SAMAE

NOTIFICAÇÃO Nº 002/2015

NOTIFICAÇÃO

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Fevereiro de 2015 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
02.2015	Federal	DNPM – CEFEM	2.033,48
02.2015	Federal	Fundo Especial do Petróleo – PEP	5.658,65
02.2015	Federal	PAB – Fixo - Programa Atenção Básica	15.140,67
02.2015	Federal	SAMU - (Serviço Atendimento Móvel Urgente)	13.125,00
02.2015	Federal	MAC (Gestão Plena do SUS – Média Alta Complexidade)	4.614,42
02.2015	Federal	DENGUE - (Programa de Epidemiologia e Controle de Doenças)	1.806,67
02.2015	Federal	PADF – Programa Apoio Deficiências Físicas	608,00
02.2015	Federal	SE – Salário Educação	47.707,85
02.2015	Federal	PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola	1.230,00
		Total	91.924,74

Jonnei Zanette
Prefeito Municipal

Adair Pasini
Cont. CRC/SC 0022984/0-3

NOTIFICAÇÃO Nº 01/2015

NOTIFICAÇÃO

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Janeiro de 2015 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
01.2015	Federal	Fundo Especial do Petróleo – PEP	6.250,40
01.2015	Federal	DNPM – CEFEM	1.622,58
01.2015	Federal	PAB – Fixo - Programa Atenção Básica	15.140,67

01.2015	Federal	PSF – Programa Saúde da Família	36.520,00
01.2015	Federal	PACS – (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	36.504,00
01.2015	Federal	PSB - Programa Saúde Bucal	4.460,00
01.2015	Federal	NASF – Núcleo de apoio da Saúde da Família	24.000,00
01.2015	Federal	PMAQ – Programa Melhoria do Acesso da Qualidade	9.000,00
01.2015	Federal	SAMU - (Serviço Atendimento Móvel Urgente)	13.125,00
01.2015	Federal	MAC (Gestão Plena do SUS – Média Alta Complexidade)	6.006,13
01.2015	Federal	PAFB (Assistência Farmacêutica Básica)	6.003,56
01.2015	Federal	DENGUE - (Programa de Epidemiologia e Controle de Doenças)	7.114,15
01.2015	Federal	PVS - (Programa de Vigilância Sanitária)	3.100,80
01.2015	Federal	OT – Outras Receitas - FNAS	500,00
01.2015	Federal	SE – Salário Educação	54.210,56
01.2015	Federal	PNATE – Transporte Escolar	7.134,44
01.2015	Federal	PNAE – Merenda Escolar	12.900,00
01.2015	Estadual	CIDE – Contribuição Intervenção Econômica	28,77
01.2015	Estadual	PAFB (Assistência Farmacêutica)	2.625,75
01.2015	Estadual	Programa Co-Financiamento	2.500,00
01.2015	Estadual	OT (Outras Transferências)	1.200,00
01.2015	Federal	Receita de Convênio nº 0366472-43/2011	133.095,00
		Total	383.041,81

Jonnei Zanette
Prefeito Municipal

Adair Pasini
Cont. CRC/SC 0022984/0-3

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 079/2015

DECRETO Nº 079/2015 DE 24.02.2015.

ENCERRA CONTRATO ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, DO SERVIDOR ALBIO SCHILD FILHO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.198/2015, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria, Considerando a vigência do Decreto nº 319/2014

DECRETA:

Art. 1º - Fica encerrado a partir de 28.02.2015, conforme vigência constante no Decreto nº 319/2014, o contrato ACT - Admissão em Caráter Temporário do Servidor ALBIO SCHILD FILHO, relativo ao contrato de matrícula 1717-5, 20 horas semanais, portador do CPF nº 242.626.090-49, das funções do cargo de Cirurgião Dentista ACT deste município de Modelo/SC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 24 de fevereiro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

DECRETO Nº 098/2015

DECRETO Nº 098/2015 DE 13.03.2015.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.198/2015,

Considerando não haver inscritos para o cargo no Processo Seletivo nº 002/2014,

Considerando a necessidade de atendimento aos alunos no Jardim de Infância Cantinho Alegre, do Departamento Municipal de Educação,

Considerando afastamento da Servidora titular do cargo, Donisete Euzebio, em Licença Gestante e Férias no período,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento

Municipal de Educação, a Sra. DIENIFER LOPES, portadora do CPF nº 084.239.359-57, RG nº 6.148.929, para exercer as funções do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS ACT, com atribuição de exercício no Jardim de Infância Pequeno Lar, com carga horária de 40 horas semanais, visando atender serviços essenciais de acordo com o constante na justificativa elaborada pelo Departamento Municipal de Educação e disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 024/2015, anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 16.03.2015 a 07.07.2015, percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal, sendo Nível 13, Referência "A" da Tabela de Isonomia Salarial.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 13 de março de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 024/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA: DIENIFER LOPES, brasileira, casada, portadora do CPF nº 084.239.359-57, RG nº 6.148.929, residente e domiciliada na Rua Ernesto Alves, 360, Bairro Floresta - município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS.

LOCAL DE TRABALHO: atribuição de exercício no Jardim de Infância Cantinho Alegre e lotação no Departamento Municipal de Educação do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em substituição à Servidora efetiva Donisete Euzebio, que encontra-se em Licença Gestante e férias no período, bem como não haver inscritos para o cargo no Processo Seletivo 002/2014, conforme fundamentado em justificativa pelo Departamento Municipal de Educação. A contratação possui embasamento na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.592/2005, 1.883/2009 e 2.198/2015.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 16 de março de 2015. Término: 07 de julho de 2015. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.000,30 (Um mil reais e trinta centavos) conforme disposições legais. Vencimento previsto em Lei Municipal - Nível 13, Referência "A" da Tabela de Isonomia Salarial.

TURNO, JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho da contratada é no turno Matutino/Vespertino, 40 (quarenta) horas semanais, e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Educação,

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscreitas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 13 de março de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

DIENIFER LOPES
Contratada

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

ERRATA AO EXTRATO DE CONTRATO 031/2015

Errata ao Extrato de Contrato n.31/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato nº 31/2015

Processo Licitatório: 35/2015

Contratado: THEISEN DETONAÇÕES LTDA - ME

Ficando o valor em R\$ 87.000,00

Modelo (SC), 16 DE MARÇO DE 2015

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 020/2015

PORTARIA Nº 020/2015 de 02.03.2015.

DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALBIO SCHILD FILHO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 2.132/2014, Lei Orgânica Municipal, Título IV Capítulo I da Lei Municipal nº 1.513/2002, e demais normas legais que dispõem sobre a matéria, em especial considerando o interesse público e a necessidade do serviço,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído ao Servidor Público Municipal ALBIO SCHILD FILHO, matrícula nº 154-6, o exercício das funções do cargo efetivo de Odontólogo, para atendimento no consultório da Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller.

Art. 2º - A jornada de trabalho do Servidor mencionado no Art. 1º desta Portaria, com carga horária de 20 horas semanais, será desempenhada nos horários conforme abaixo especificado:

Segunda-feira: Matutino: 07:30 às 11:30 e Vespertino: 13:15 às 17:15

Quarta-feira: Vespertino: 13:15 às 17:15

Quinta-feira: Matutino: 07:30 às 11:30

Sexta-feira: Vespertino: 13:15 às 17:15

§ 1º - O registro da frequência será feito através do relógio ponto digital na Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller.

§ 2º - O controle e a coleta de dados para encaminhamento ao Setor de Pessoal serão efetuados pelo responsável do controle de frequência do Departamento Municipal de Educação com o acompanhamento do Departamento Municipal de Saúde.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 02 de março de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

De conformidade com as disposições da presente Portaria, fica estabelecido o presente termo de acordo, na forma disposta no Estatuto dos Servidores, estando cientes e de acordo:

MARCIA TERESINHA JACOBY
Diretora Mun. De Saúde

ALBIO SCHILD FILHO
Servidor

Morro da Fumaça**PREFEITURA****DECRETO Nº 035/2015**

DECRETO Nº 035/2015

ESTABELECE O REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE PROGRESSÃO POR MERECIMENTO

O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, em consonância com o Plano Diretor do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o Regimento Interno da Comissão de Progressão por Merecimento, prevista no artigo 11 da Lei Municipal 1284/2008.

**CAPÍTULO I
DAS ATRIBUIÇÕES**

Art. 2º - O presente Regimento regulamenta a organização, funcionamento e atribuições da comissão constante no §4º do art. 11 da lei 1.284/2008, que passa a denominar-se Comissão de Progressão por Merecimento - CPPM.

Art. 3º - A C.P.P.M. é um órgão deliberativo e consultivo e terá como atribuições:

I - fiscalizar a aplicação da legislação disciplinar que diga respeito ao pessoal técnico-administrativo quando solicitado pelo chefe do poder executivo ou secretário de pasta específica;

II - apreciar os assuntos concernentes aos processos de acompanhamento, avaliação e atualização de progressão por merecimento;

Art. 4º - A C.P.P.M. contará com um suporte administrativo e apoio técnico para seus trabalhos, fornecidos pela Administração Superior.

**CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO
SEÇÃO I - Da Constituição**

Art. 5º - A C.P.P.M. será constituída por servidores efetivos, sendo 02 (dois) de cada Secretaria, eleitos pelos Servidores do respectivo órgão e de um Analista de Recursos Humanos indicado pelo chefe do poder executivo.

§1º - Os representantes estarão distribuídos da seguinte forma:

I - Membros efetivos, sendo um por secretaria; e
II - Membros suplentes, um para cada membro efetivo.

§2º - Os servidores se candidatarão em chapas contendo um membro efetivo e um suplente, ambos da mesma secretaria.

§3º - O servidor que se candidatar a membro da comissão ou suplente deve possuir cargo de nível superior. Não existindo servidor lotado na secretaria com nível superior, excepcionalmente, se admitirá candidatos com nível médio. Existindo apenas um servidor com nível superior, excepcionalmente, se admitirá somente candidato suplente com nível médio.

§4º - Em secretaria com poucos servidores com cargo de nível

superior, onde não houve consenso na formação de nenhuma chapa, fica autorizada a candidatura avulsa, devendo assumir como membro o mais votado e como suplente o segundo mais votado.

§5º - Os membros suplentes substituirão os titulares em suas ausências e impedimentos.

SEÇÃO II - Do Mandato

Art. 6º - O mandato dos membros será de 02 (dois) anos, vedada a recondução.

§1º - O coordenador da C.P.P.M., membro efetivo, será eleito dentre os pares, para um mandato de 01 (um) anos, vedada a recondução.

§2º - O secretário executivo da C.P.P.M., membro efetivo, será eleito pelo mesmo processo do coordenador.

SEÇÃO III - Da Eleição e Posse

Art. 7º - O coordenador da C.P.P.M., no prazo de 60 (sessenta) dias antes do final do mandato da C.P.P.M. comunicará ao Chefe do Poder Executivo convocação de nova eleição e nomeação dos novos membros da C.P.P.M.

§1º - Tendo em vista que é vedada a recondução dos atuais membros da C.P.P.M., estes farão o papel de comissão eleitoral, ajudando no processo até a transmissão de seus cargos.

§2º - Os editais de convocação de eleição para novos membros da C.P.P.M. deverão ser publicados nos murais públicos do Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, das Secretarias Municipais que possuem servidores vinculados a lei 1.284/2008 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

§3º - Deverá constar no edital a data do último dia para inscrição das chapas que concorrerão, nunca antes do 8º (oitavo) dia útil antes da eleição.

Art. 8º - A posse dos membros eleitos deverá ser efetivada no dia seguinte ao fim do mandato da Comissão anterior, através de ato do chefe do poder executivo.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 9º - A C.P.P.M. terá a seguinte organização administrativa:

I - coordenador;

II - secretário;

III - plenário (Colegiado).

Seção I - Das Competências

Art. 10 - Compete ao coordenador:

- a) coordenar os trabalhos da comissão e aprovar a pauta das reuniões, distribuindo aos membros com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, no mínimo;
- b) convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- c) dirigir as discussões da comissão, coordenando os debates e neles intervindo para esclarecimento;
- d) declarar a vacância do cargo do membro da comissão, quando se fizer necessário;
- e) convocar o membro suplente a assumir o cargo na comissão;
- f) expedir comunicações, avisos e/ou pedir informações, com base no Capítulo I deste Regimento;

g) convocar servidor para prestar esclarecimentos ou informações necessárias ao bom andamento dos processos sob sua responsabilidade.

Art. 11 - Compete ao secretário:

- a) lavrar as atas da reunião;
- b) transmitir aos membros da comissão os comunicados, avisos, as informações e as convocações para reuniões;
- c) organizar as informações cadastrais de todos os servidores técnicos-administrativos;
- d) organizar a pauta das reuniões;
- e) organizar o expediente da Comissão;
- f) requisitar todo o recurso necessário ao funcionamento da Comissão.

Art. 12 - Aos membros da C.P.P.M. caberá:

- a) comparecer às reuniões do plenário e participar dos seus trabalhos;
- b) estudar e relatar, dentro dos prazos estabelecidos, as matérias que lhe forem distribuídas pelo coordenador;
- c) solicitar, quando necessário, o exame do processo em discussão, para obtenção de esclarecimentos;
- d) sugerir que sejam submetidas ao plenário as medidas julgadas úteis ao efetivo desempenho das funções da comissão;
- e) requerer votação de matéria em regime de urgência;
- f) escolher entre seus pares, o substituto do coordenador e secretário, na sua ausência, impedimento e afastamento.

Parágrafo Único - O membro que, por motivo de força maior, não puder comparecer a qualquer reunião deverá comunicar o fato ao secretário, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, a fim de que este possa convocar, a tempo, o seu suplente. Fica dispensada a comunicação quando o suplente se fizer presente em sessão.

Seção II - Do Funcionamento das Reuniões

Art. 13 - As reuniões da C.P.P.M. serão:

- a) ordinárias, uma vez por trimestre (Março, Junho, Setembro, Dezembro);
- b) extraordinárias, por convocação do coordenador ou por solicitação da maioria dos seus membros;
- c) o calendário de reuniões ordinárias será elaborado pela comissão.

Art. 14 - As matérias submetidas à C.P.P.M. serão apreciadas com a presença da maioria dos seus membros e lavradas as deliberações em ata.

Art. 15 - As decisões da C.P.P.M. serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao coordenador o voto de qualidade.

Art. 16 - Todas as proposições serão apreciadas em plenário, cabendo a um dos membros titulares indicado pelo coordenador relatar a matéria.

Art. 17 - A C.P.P.M. poderá, ocasionalmente, convocar, com 05 (cinco) dias úteis de antecedência, servidores integrantes de outras comissões ou técnico especializado para participar, sem direito a voto como membro, em decisão de caráter especial.

Seção III - Das Votações

Art. 18 - As votações poderão ser feitas das seguintes formas:

I - simbólicas;

II - nominal;

III - por escrutínio secreto.

§ 1º - Deverão ser obedecidos os seguintes critérios:

a) as votações serão feitas normalmente pelo processo simbólico, salvo se for requerida e concedida a votação nominal com aprovação do plenário;

b) será assegurado o direito de declaração do voto e seu devido registro, quando assim for solicitado;

c) as votações por escrutínio secreto serão feitas sempre que se tratar de eleições, ou quando a comissão assim o resolver, por proposta de qualquer membro e aprovação da maioria.

§2º - Membros efetivos que não possuam cargo de nível superior somente tem direito a voto em questões concernentes a servidores vinculados a secretária que o elegeu. O membro suplente que não possui cargo de nível superior só possui direito a voto quando o membro efetivo que substitui também não possui cargo de nível superior, e somente para casos de servidores vinculados a secretária que o elegeu.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19 - Perderá o mandato:

I - o membro que faltar a três reuniões consecutivas e/ou a cinco alternadas sem justificativa procedente;

II - o membro titular ou suplente que mudar de grupo funcional ou for lotado em outra secretária.

Art. 20 - A participação dos membros na C.P.P.M. é considerada de natureza relevante e o seu exercício tem prioridade sobre outras atividades.

Art. 21 - Para o cumprimento do disposto no artigo 11 da lei 1.284/2008, de 24.06.08, a Administração Superior deverá encaminhar à Comissão todos os processos relativos à competência prevista no Capítulo I deste Regimento.

Parágrafo único - Para o cumprimento deste artigo, a Administração Superior fornecerá à C.P.P.M. todos os atos e/ou regulamentos concernentes à política de pessoal técnico administrativo, quando requeridas, principalmente aqueles relativos a processos administrativos que imputem em condenações de servidores qualificados no título VI (Do Regime Disciplinar) da Lei 1.010/2001 de 17.04.2001.

Art. 22 - Os casos omissos ou dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão esclarecidos pelo coordenador da comissão, após deliberação dos membros da mesma.

Art. 23 - A comissão constituída pelo decreto nº 106/2013 para avaliação de progressão por merecimento, passa a ter o caráter de comissão provisória, devendo atuar como junta eleitoral para constituição de nova comissão até 30 de Junho de 2015.

§1º - O mandato da atual comissão provisória termina em 03 de Agosto de 2015, devendo ser dado posse aos eleitos no dia seguinte ao termino do mandato.

§2º - Tendo em vista que inexistia regulamentação legal específica, mas somente geral, para atuação da comissão provisória, todos os seus atos devem ser submetidos a análise da procuradoria do município para verificação dos pressupostos fundamentais de legalidade e após, apensados à pasta funcional dos servidores.

Art. 23 - Este Regimento e seus anexos entrarão em vigor na data de sua publicação.

Morro da Fumaça/SC, 18 de Março de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário Interino de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e Publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 036/2015

DECRETO Nº 036/2015

ESTABELECE NORMAS E CRITÉRIOS PARA ATUAÇÃO DA COMISSÃO DE PROGRESSÃO POR MERECIMENTO - C.P.P.M.

O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, em consonância com o Plano Diretor do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam estabelecidas as normas e critérios para atuação da Comissão de Progressão por Merecimento da Comissão de Progressão por Merecimento, prevista no artigo 11 da Lei Municipal 1284/2008.

CAPÍTULO I

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 2º - O desempenho dos servidores será avaliado na forma da alínea "d" do art. 11 da Lei 1.284/2008 e destas Normas, pela Comissão de Progressão por Merecimento - C.P.P.M.

Art. 3º - A contagem do interstício dar-se-á sempre, a cada 05 (cinco) anos, a partir da data de aprovação da lei 1.284 de 24 de junho de 2008, ou do ingresso do servidor na carreira pública.

Art. 4º - A avaliação de desempenho do servidor realizar-se-á anualmente, sempre nos meses de novembro e dezembro do ano da avaliação e sob dois aspectos:

I - auto-avaliação;

II - avaliação pela chefia imediata, acompanhado por membro eleito pelos servidores da secretária.

Art. 5º - O processo de avaliação de desempenho do servidor compor-se-á dos seguintes formulários:

I - auto-avaliação (anexo I);

II - avaliação pela chefia imediata, acompanhado por membro eleito pelos servidores da secretaria (anexo I);

III - quadro resumo da avaliação (anexo II);

IV - resumo da avaliação anual (anexo III);

V - avaliação final de desempenho (anexo IV)

Art. 6º - A C.P.P.M. distribuirá os formulários de avaliação de desempenho ao servidor e à chefia imediata do servidor a ser avaliado.

§1º - O responsável pela chefia imediata preencherá o formulário de avaliação de sua competência na presença do membro eleito pelos servidores da secretária.

§2º - O membro eleito pode acompanhar a avaliação e opinar, mas a decisão quantos aos graus atribuídos e do responsável pela chefia imediata.

§3º - O membro efetivo tem preferência pelo acompanhamento nas avaliações da chefia imediata, só sendo substituído pelo suplente quando expressamente autorizado pelo membro efetivo.

Art. 7º - No caso de remanejamento do servidor, o mesmo será

avaliado pelo chefe a que esteve subordinado por maior tempo no período correspondente à avaliação ou por substituto legal.

§ 1º - Os formulários de que tratam os incisos I e II do art. 5º deverão ser preenchidos individualmente pelo servidor a ser avaliado e pela chefia imediata, acompanhado por membro eleito pelos servidores da secretaria.

§ 2º - O formulário de que trata a alínea III do art. 5º deverá ser preenchido em conjunto pelo servidor a ser avaliado, pela chefia imediata e pelo membro eleito pelos servidores da secretaria e encaminhada à C.P.P.M.

§ 3º - O formulário de que trata o inciso IV e o inciso V do art. 5º será de uso exclusivo da C.P.P.M.

Art. 8º - O membro da C.P.P.M., sujeito à avaliação, afastar-se-á da reunião durante o tempo correspondente à computação do resultado final da avaliação.

Art. 9º - Os formulários de avaliação de desempenho deverão ser devolvidos à C.P.P.M. pela chefia imediata do servidor avaliado, sem rasuras nem emendas, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos mesmos.

Art. 10 - A produção intelectual e o comportamento do servidor, para a contagem de pontos, produzirão efeitos apenas no ano em que ocorrem.

Parágrafo Único - Não haverá em hipótese alguma, transposição de pontos de um quinquênio para o outro.

Art. 11 - Em cada fator, poderá ser atribuído até o máximo de 20(vinte) pontos, observando-se os seguintes itens:

I - ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE: que consiste na presença permanente no local de trabalho e cumprimento do horário estabelecido;

II - URBANIDADE E DISCIPLINA: bom relacionamento com os colegas, observância à hierarquia e respeito às normas regulamentares;

III - INICIATIVA E COOPERAÇÃO: capacidade de visualizar situações e agir prontamente, assim como de apresentar sugestões ou idéias tendentes ao aperfeiçoamento de serviço e contribuição espontânea ao trabalho de equipe para atingir o objetivo;

IV - QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO TRABALHO: capacidade de desempenhar as tarefas com cuidado, exatidão e precisão, volume de trabalho produzido, levando-se em conta a complexidade, a capacidade de aprendizagem e o tempo de execução, sem prejuízo da qualidade;

V - POSTURA PROFISSIONAL: capacidade de corresponder às obrigações e compromissos inerentes ao cargo, atuando de modo eficaz e ético, contribuindo para o alcance dos objetivos propostos.

Art. 12 - A pontuação obtida na avaliação de desempenho calcular-se-á da seguinte forma:

$$P = (TPc \times 2 + TPa) / 3$$

Onde:

P = pontuação obtida na avaliação;

TPc = pontuação obtida na avaliação pela chefia;

TPa = pontuação obtida na auto-avaliação.

Art. 13 - Só fará jus à progressão o servidor que obtiver, no mínimo, um total de 300 (trezentos) pontos ao final de cinco avaliações.

Parágrafo Único - O servidor que possuir menos de cinco avaliações devesse ter a pontuação mínima total levando em consideração uma pontuação mínima de 60 (sessenta) pontos por avaliação.

Art. 14 - A C.P.P.M., no prazo de 60 (sessenta) dias, homologará o resultado da avaliação do servidor, dando ciência ao mesmo.

Parágrafo Único - Do resultado da avaliação, no prazo de 30 (trinta) dias, após a ciência do servidor, o mesmo poderá recorrer à autoridade hierarquicamente superior ao avaliador, que no prazo de 60 (sessenta) dias deve dar parecer sobre a matéria.

CAPÍTULO II

DO TRÂMITE DE PROCESSOS

Art. 15 - A tramitação de processos para progressão funcional por mérito obedecerá às etapas seguintes:

I - A C.P.P.M. solicita a abertura de processo para concessão da

progressão por mérito;

II - A C.P.P.M. executa os procedimentos da avaliação por mérito;

III - A C.P.P.M. verificará junto a pasta funcional do servidor os seguintes motivos vedam a concessão do benefício:

a) Não somar no interstício de 05 (cinco) anos, 03 (três) ou mais penalidades de advertência, de acordo com o Estatuto do Servidor Público Municipal;

b) Não sofrer no interstício acima, pena de suspensão disciplinar ou apresentar mais de 05 (cinco) faltas injustificadas intercaladas ou não;

c) Não infringir disposição de Lei que expressamente comine os efeitos da interrupção e/ou suspensão da contagem de tempo de serviço do servidor efetivo;

d) Não incorrer em punições pelas faltas previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

IV - A C.P.P.M. informa ao órgão de Recursos Humanos que o servidor é detentor de progressão por mérito, através de encaminhamento do processo contendo as fichas de avaliação final de desempenho, acompanhada das demais fichas que compõem o procedimento administrativo.

Art. 16 - Quando a C.P.P.M. negar a progressão por merecimento do servidor, deverá ser dada a ciência a este do resultado da avaliação, no prazo de 30 (trinta) dias, após a ciência do servidor, o mesmo poderá recorrer à autoridade hierarquicamente superior, que no prazo de 60 (sessenta) dias deve dar parecer sobre a matéria.

Art. 17 - Suspendem a contagem de tempo de exercício no cargo ou função para fins de promoção por merecimento:

a) As licenças e afastamentos quando gozados pelo servidor sem direito à remuneração;

b) As licenças para tratamento de saúde por um período superior a 90 dias, intercaladas ou não;

c) Afastar-se do cargo em virtude de:

I - Licença por motivo de doença em família;

II - Licença para tratar de interesses particulares;

III - Condenação em pena privativa de liberdade por sentença definitiva;

Art. 18 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Morro da Fumaça/SC, 18 de Março de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário Interino de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e Publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Anexo I do Decreto 036/2015

Comissão de Progressão por Merecimento – C.P.P.M.
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO

Auto avaliação ()	Avaliação da Chefia ()
--------------------	-------------------------

Nome do Servidor:		
Matrícula:		
Cargo/Função:		Período de Avaliação
		De:
Lotação:		A:

FATORES DE DESEMPENHO	GRAUS
1. Assiduidade e Pontualidade - Presença permanente no local de trabalho - Cumprimento do horário estabelecido	() 05 pontos - Insuficiente () 10 pontos - Regular () 15 pontos - Bom () 20 pontos - Excelente
2. Urbanidade e disciplina - Capacidade de relacionar-se bem com os colegas e com o público; - Observância na Hierarquia e respeito às normas regulamentares.	() 05 pontos - Insuficiente () 10 pontos - Regular () 15 pontos - Bom () 20 pontos - Excelente
3. Iniciativa e Cooperação - Mostrar-se disposto a cooperar, tendo em vista as prioridades do setor. - É criativo, possui capacidade de organizar e sintetizar ideias, elaborando roteiros e programando tarefas	() 05 pontos - Insuficiente () 10 pontos - Regular () 15 pontos - Bom () 20 pontos - Excelente
4. Qualidade e Produtividade do Trabalho - Capacidade de desempenhar as tarefas com cuidado, exatidão e precisão. - O volume e a qualidade de trabalho produzido é compatível com as necessidades do cargo e atende aos padrões e prazos estabelecidos	() 05 pontos - Insuficiente () 10 pontos - Regular () 15 pontos - Bom () 20 pontos - Excelente
5. Postura Profissional: - É cuidadoso quanto à apresentação pessoal, compatível com o ambiente de trabalho. - Corresponde às obrigações inerentes ao emprego, de modo eficaz e ético.	() 05 pontos - Insuficiente () 10 pontos - Regular () 15 pontos - Bom () 20 pontos - Excelente

Comentários e/ou sugestões (pode ser utilizado o verso deste relatório)

6. Somatório dos pontos atribuídos ao servidor: Total de Pontos :
()

Nome do Avaliador:

Assinatura do Avaliador: Em: / /

Assinatura do Representante da C.P.P.M.:

Anexo II do Decreto 036/2015

Comissão de Progressão por Merecimento – C.P.P.M.
QUADRO RESUMO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Nome do Servidor:		
Matrícula:		
Cargo/Função:		Período de Avaliação
		De:
Lotação:		A:

Fatores de Desempenho	GRAU DE DESEMPENHO							
	Auto Avaliação				Avaliação da Chefia			
	05	10	15	20	05	10	15	20
- Assiduidade e Pontualidade								
- Urbanidade e Disciplina								
- Iniciativa e Cooperação								
- Qualidade e Produtividade								
- Postura Profissional								
- Total de Pontos								

Morro da Fumaça em _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Servidor		Assinatura da Chefia

Assinatura do Representante da C.P.P.M.		

Anexo III do Decreto 036/2015

Comissão de Progressão por Merecimento – C.P.P.M.
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ANUAL

Nome do Servidor:		
Matrícula:		
Cargo/Função:		Período de Avaliação
		De:
Lotação:		A:

Fatores de Desempenho	GRAU DE DESEMPENHO								
	Auto Avaliação					Avaliação da Chefia			
	05	10	15	20	05	10	15	20	
- Assiduidade e Pontualidade									
- Urbanidade e Disciplina									
- Iniciativa e Cooperação									
- Qualidade e Produtividade									
- Postura Profissional									
	Total de Pontos:					Total de Pontos			

Apuração do Resultado - Pontuação obtida : $(P = (TPc \times 2 + TPa)/3)$

Morro da Fumaça em _____ de _____ de 20____.

Coordenador da C.P.P.M.

Anexo IV do Decreto 036/2015

Comissão de Progressão por Merecimento – C.P.P.M.
AValiação FINAL DE DESEMPENHO

Nome do Servidor:

Matrícula:

Cargo/Função:

Lotação:

Período de Avaliação

De:

A:

Ano da Avaliação

Pontuação Obtida

Ano I:

Ano II:

Ano III:

Ano IV:

Ano V:

Total Geral de Pontos

Apuração do Resultado - Pontuação obtida : ()

() Aprovado a Progressão por Merecimento

() Não aprovado a Progressão por Merecimento

Morro da Fumaça em _____ de _____ de 20____.

Coordenador da C.P.P.M.

ERRATA DO EDITAL 034/2015

Município de Morro da Fumaça. ERRATA DO EDITAL 012/2015 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA E TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE, COM COLETA SEMANAL. Data: 24/02/2015 às 09:00. Altera-se o número do edital para 010/2015 FMS, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari

Secretário de Finanças.

REGISTRO DE PREÇO REABERTURA 023/2015

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço 023/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE SEGURO PARA PASSAGEIROS E SEGURO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, conforme anexo. Data: 01/04/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100.

Michel Antônio Maccari

Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

10ª. CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO.

PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 016/2015

EDITAL DE 10ª CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR (A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSOR(A) DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, MONITORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública décima chamada dos candidatos do Processo Seletivo, conforme estabelecido no Edital do Processo Seletivo nº 005/2014 para o provimento das funções de professor (a) de educação infantil, professor(a) de anos iniciais do ensino fundamental, professor(a) das séries finais do ensino fundamental, monitores de educação infantil.

1. Da Chamada

1.1. Serão chamados para o provimento a partir de MARÇO de 2015 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Processo Seletivo nº 005/2014, conforme segue:

1.2.

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	05	20	VESP
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	06	20	VESP
PROFESSOR SÉRIES FINAIS – ED. FÍSICA	01	20	VESP
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	19	30	MAT/VESP

1.3. A chamada, para escolha de vagas e entrega de documentos, acontecerá no mês de MARÇO do ano de 2015 na Prefeitura Municipal de Navegantes, sito à Rua: João Emílio, nº 100 Centro, Navegantes.

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	23/03	15:30	PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	23/03	15:30	PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR SÉRIES FINAIS – ED. FÍSICA	23/03	15:30	PREFEITURA NAVEGANTES
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	23/03	15:30	PREFEITURA NAVEGANTES

2. Das Exigências para a Contratação

2.1. Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

2.2. Para fins de contratação serão exigidos na data prevista neste Edital, item 5., os seguintes documentos:

- a. Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data de posse;
- b.1 Foto 3X4
- c.2 Cópias do documento de identidade;
- d.2 Cópias do CPF;
- e. Situação Cadastral do CPF (consultar no site [www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp));
- f.2 Cópias do Comprovante de Residência;
- g. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- h. Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);
- i. Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- j. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente;
- k. Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; conforme data agendada neste edital, no item 4., na Junta Médica, sito à Rua Conselheiro João Gaya, nº 996, TELEFONE: 3249-0188.
- l. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição;
- m. Comprovante da Escolaridade e da Especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório; O candidato NÃO HABILITADO deverá apresentar o atestado de frequência no ensino superior ORIGINAL.
- n. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios;
- o. Certidão de Nascimento dos dependentes;
- p.1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos;
- q.1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7 (sete) anos;
- r. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente;
- s.1 Cópia da Carteira Profissional com Número, Série, U.F. e Data de Expedição;
- t.1 Cópia do Conselho de Registro Profissional;
- u.1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (se o cargo exigir);
- v.1 Cópia do Número de PIS/PASEP;
- w.1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia, se Funcionário Público;
- x. Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais da Justiça Federal(www.trf4.jus.br), da Justiça Estadual(no Fórum de sua Cidade) e da Justiça Eleitoral(www.tse.gov.br)

2.3. O (a) Candidato(a) que não apresentar toda a documentação exigida na data agendada será eliminado automaticamente.

2.4. A aprovação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Cíveis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

2.5. A contratação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

3. Dos candidatos a serem chamados

3.1. Cargo: Professor de Educação Infantil

Classif.	Candidato
01	RENATA LUIZ
02	ELIZABETE ALVES DA SILVA

03	ROSANGELA NATALINA CURSEL OURIQUES
04	TATIANE DA ROSA MIRANDA
05	MARIA ELI LOURENÇO

3.2.Cargo Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	CAROLINE MENDES BORTOLATO
02	TATIANY REGINA FABENI
03	VALCILENE CRISTIANE BORTOLATO
04	GIOVANA LUCIA MONTREZOL VIEIRA PEREIRA
05	PATRICIA DE SOUZA
06	JESSYK DA CUNHA

3.3.Cargo Professor de Series Finais do Ensino Fundamental Disciplina - EDUCAÇÃO FÍSICA - (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	FERNANDA PEREIRA

3.4.Cargo: Monitor de Educação Infantil (30 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	CRISTIANA APARECIDA TEIXEIRA
02	JULIANE ROMÃO
03	BRUNA CAROLINE PEREIRA
04	LELAYNE DA ROCHA
05	JESSICA DOS SANTOS
06	ANGELA MARIA ANACLETO
07	MERILY JENIFFER DA SILVA
08	FLAVIA RUIZ DE OLIVEIRA VIEIRA
09	ISABEL CRISTINA DA ROCHA
10	LUCIANA ANACLETO CLAUDINO
11	KARINA CRUZ
12	ODAIZA KEILA TEIXEIRA
13	ADRIANA CONRADO
14	GERUZA DARCI FRANCISCO
15	LAIS SCARLET COELHO GALVEZ
16	MIRIELE ALVES DE MIRANDA
17	PALOMA REGIANE CUNHA
18	MAIARA ANJO
19	AMANDA RISSATTO GEROM

3.5.Cargo: Agente de Serviços Gerais (40 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	LUZIANE ALVES DA SILVA

02	MARCIA PIRES DOS SANTOS
03	ROSANE DOS PASSOS
04	JAQUELINE DE ALMEIDA FIAO
05	LAYS DE OLIVEIRA REIS
06	CLEODIR TURELLA

07	MARIA APARECIDA ESPINDOLA
08	TEREZA DE LIMA
09	KELLI SUELLEN DE SOUZA
10	MARIA ISOLETE DECKER
11	ELOA DUTRA DA SILVA KOZARE- VICK
12	MARIA DA GLORIA PEREIRA MASS
13	ECLAIR CORDEIRO
14	TATIANE DA SILVA
15	ELIZANGELA MARIA DA SILVA RIBEIRO
16	MARILENE DOS MSANTOS ZANATO
17	VALLERIA DA SILVA
18	IVONE MARIA PAULINO DE MELLO

4.Do agendamento dos exames admissionais:

CARGO	Dia	Hora	Local:
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	23/03	09:30	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	23/03	09:30	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR SÉRIES FINAIS – ED. FÍSICA	23/03	09:30	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	23/03	09:30	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.

5.Da entrega de documentos:

CARGO	Dia	Hora	Local:
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	23/03	15:30	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	23/03	15:30	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR SÉRIES FINAIS – ED. FÍSICA	23/03	15:30	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	23/03	15:30	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

6.Das Disposições Finais

6.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura

Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes .

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 17 de março de 2015.

Roberto Carlos de Souza
Prefeito Municipal

Benilde Perão
Secretária da Administração e Logística

11ª. CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO.

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 019/2015

EDITAL DE 11ª CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, AGENTE DE EDUCAÇÃO, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública a décima primeira chamada dos candidatos do Concurso Público, conforme estabelecido no Edital do Concurso Público 001/2013 E 001/2014 para o provimento das funções de monitor.

Da Chamada

1.1. Serão chamados para o provimento a partir de março de 2015 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Concurso nº 001/2013 e 001/2014, conforme segue:

1.2.

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	03	20	VESPERTINO
AGENTE DE EDUCAÇÃO 20 H	03	20	VESPERTINO
AGENTE DE EDUCAÇÃO 30 H	06	30	MAT/VESP/INTER
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	10	40	INTEGRAL

1.3. A chamada para a entrega de documentos acontecerá no mês de MARÇO do ano de 2015 na Prefeitura Municipal de Navegantes, sito à Rua: João Emílio, nº 100 Centro, Navegantes.

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	23/03	14:30 h	PREFEITURA NAVEGANTES
AGENTE DE EDUCAÇÃO 20 H	23/03	14:30 h	PREFEITURA NAVEGANTES
AGENTE DE EDUCAÇÃO 30 H	23/03	14:30 h	PREFEITURA NAVEGANTES
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	23/03	14:30 h	PREFEITURA NAVEGANTES

2 . Das Exigências para a Contratação

2.1. Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

2.2. Para fins de contratação serão exigidos na data prevista neste Edital, item 5., os seguintes documentos:

- a. Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data de posse;
- b.1 Foto 3X4
- c.2 Cópias do documento de identidade;
- d.2 Cópias do CPF;
- e. Situação Cadastral do CPF (consultar no site www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp) ;
- f.2 Cópias do Comprovante de Residência;
- g. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- h. Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);
- i. Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- j. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente;
- k. Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; conforme data agendada neste edital, no item 4., na Junta Médica, sito à Rua Conselheiro João Gaya, nº 996, TELEFONE: 3249-0188.
- l. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição;
- m. Comprovante da Escolaridade e da Especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório; O candidato NÃO HABILITADO deverá apresentar o atestado de frequência no ensino superior ORIGINAL.
- n. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios;
- o. Certidão de Nascimento dos dependentes;
- p.1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos;
- q.1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7 (sete) anos;
- r. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente;
- s.1 Cópia da Carteira Profissional com Número, Série, U.F. e Data de Expedição ;
- t.1 Cópia do Conselho de Registro Profissional;
- u.1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (se o cargo exigir);
- v.1 Cópia do Número de PIS/PASEP;
- w.1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia , se Funcionário Público;
- x. Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais da Justiça Federal(www.trf4.jus.br), da Justiça Estadual(no Fórum de sua Cidade) e da Justiça Eleitoral(www.tse.gov.br)

2.3. O (a) Candidato(a) que não apresentar toda a documentação exigida na data agendada será eliminado automaticamente.

2.4. A aprovação neste Processo Seletivo Concurso Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Cíveis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

2.5. A efetivação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

3. Dos candidatos a serem chamados

3.1. Cargo: Monitor de Educação Infantil - 30h - 001/2013 (30 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	CARULINI ALEXANDRINA
02	MARILENA FÁTIMA GOMES
03	ANZHELA KUCHERENKO DA ROSA

3.2.Cargo: Agente de Educação - 20h - 001/2014 (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	JÉSSICA LIMA DA SILVA
02	JANAÍNA MUNIZ
03	MARIA CECÍLIA PIOLLA SEARA

3.3.Cargo: Agente de Educação - 30h - 001/2014 (30 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	SUELI DA APARECIDA SOUZA
02	CLEUZA APARECIDA GOMES
03	KAREN SUZANA RODRIGUES GERONIMO
04	VILMARA ALVELINA DE SOUZA
05	THAYSE CRISTINE VIEIRA
06	RAQUEL DIOMAR ALVES

3.4.Cargo: Agente de Serviços Gerais- 001/2014 (40 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	KARLA CRISTIANE BRANDÃO BRUNO
02	SOLANGE RAMOS
03	VALDIR ANTONIO DA COSTA
04	TERESINHA RODRIGUES
05	ELIETE RAULINO GONÇALVES
06	KELLI SUELLEN DE SOUZA
07	FRANCIMARA PINHEIRO DA SILVA
08	EVELIN APARECIDA CARDONIS MULLER
09	ANGELITA GOMES SCHNEIDER CAVALHEIRO
10	FRANCISCO ANTONIO DE ALBUQUERQUE ROCHA

4.Do agendamento dos exames admissionais:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	23/03	08:30 h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
AGENTE DE EDUCAÇÃO 20 H	23/03	08:30 h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
AGENTE DE EDUCAÇÃO 30 H	23/03	08:30 h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	23/03	08:30 h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
---------------------------	-------	---------	--

5.Da entrega de documentos:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	23/03	14:30 h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
AGENTE DE EDUCAÇÃO 20 H	23/03	14:30 h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
AGENTE DE EDUCAÇÃO 30 H	23/03	14:30 h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	23/03	14:30 h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

6.Das Disposições Finais

6.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes.

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 17 de fevereiro de 2015.

Roberto Carlos de Souza
Prefeito Municipal

Benilde Perão
Secretária da Administração e

ATA PREGÃO PRESENCIAL 42/2015. PMN

ATA PREGÃO PRESENCIAL 42/2015. PMN

ATA PREGÃO 42/2015 PMN

AO(S) 18 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015. ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO: MAURICEIA ARAGÃO FERREIRA DIAS (14042). INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO: ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DA LICITANTE MAURICEIA ARAGÃO FERREIRA, DEVIDAMENTE CREDENCIADA, APOS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE O PREGOEIRO E A EQUIPE

VERIFICOU O CREDENCIAMENTO, APOS ABRIU O ENVELOPE DE PROPOSTA EM SEGUIDA PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES, ENCERRANDO COM A ABERTURA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E CONSTATANDO QUE A LICITANTE ATENDEU COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, NÃO HOUVE MENÇÃO DE RECURSOS, MOMENTO EM QUE ENCERRA A SESSÃO E ENCAMINHA OS AUTOS À AUTORIDADE COMPETENTE.

NADA MAIS HAVENDO A CONSTAR, LAVROU-SE O PRESENTE TERMO QUE SERÁ ASSINADO PELOS PRESENTES.

DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO
MARIA BENEDITA CORREA -- PREGOEIRA SUBSTITUTA

CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.

FRANCIELA JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.

PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.

JOSEZITE DOS SANTOS -- EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 18 DE MARÇO DE 2015.

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA PREGÃO 04/2015 FMS

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015 FMS

Aos 18 dias de março de 2015, às 10:00 horas, reuniu-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria número 71 de 29/01/2015, com intuito de analisar e julgar o recurso e a impugnação ao recurso do Pregão Presencial nº 04/2015 FMS, cujo OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTROS DE REFERENCIAS DO MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES/SC. ITENS FRA-CASSADOS NO PP 35/2014.

PRELIMINARMENTE

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, ao receber o recurso, verificou que foi protocolado tempestivamente e na forma prevista em lei, decidindo, portanto, recebê-lo, passando a analisá-lo, com fulcro nos fatos e fundamentos a seguir descritos.

---RECURSO Protocolado pela empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA - CNPJ 03.033.589/0001-12 em 11/03/2015.

Do Recurso:

Em síntese, manifesta-se a empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA arguindo:

1 - O Recorrente requer a avaliação de seu recurso e posterior habilitação, menciona que ocorreu prejuízo para o Município, devido a possível rigor formal exacerbado pois na sessão o mesmo foi inabilitado por falta da apresentação de Autorização de Funcionamento dos fabricantes.

DA DECISÃO:

Diante do exposto, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio decide pela IMPROCEDÊNCIA do recurso conforme segue:

1 - O recurso foi indeferido, ao deixar de apresentar a AFE (Autorização de Funcionamento) do fabricante, o licitante não está

comprovando que aquele produto fabricado/ofertado possui a autorização do órgão da vigilância sanitária (ANVISA) o que nesta licitação é de suma importância por se tratar de materiais ambulatoriais utilizados pelos profissionais da saúde.

Outro ponto importante a frisar é que a licitação atendeu a todos os princípios licitatórios, inclusive o da Publicidade sendo agendado com antecedência de 08 dias uteis, sendo dada ampla divulgação, neste período o licitante interessado em participar teve o tempo necessário para impugnar o edital, o que não aconteceu por parte do recorrente, corroborando desta forma que aceitava as clausulas do edital inclusive a que exigia a AFE do fabricante.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DOS RECURSOS E PENALIDADES.

8.1 Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do presente Pregão, aplicando-se neles subsidiariamente as disposições contidas na Lei 8.666/93.

8.1.1 Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

- Publique-se

É a decisão.

Navegantes, 18 de março de 2015.

DOUGLAS LEMOS

Pregoeiro

MARIA BENEDITA CORRÊA

Pregoeira substituta

Equipe de apoio:

PEDRO PAULO DA COSTA

CARLA CLAUDINO

JOSEZITE DOS SANTOS

FRANCIELE JUSTINO

Ratificando:

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA IV VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015 PMN

ATA IV VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015 PMN / CONVOCAÇÃO

Aos 18 dias do mês de março de 2015 os responsáveis pela análise das amostras referente o pregão nº 26/2015 PMN, objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC, verificaram e deram o parecer - aprovação/reprovação dos produtos apresentados conforme segue:

ITENS	Licitantes colocados	Aprovação/reprovação	LICITANTES COLOCADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTATANTE NO EDITAL
01	1º BARKI	APROVADO	-----
02	1º PJ	APROVADO	-----
03	1º BARKI	APROVADO	-----
04	1º BARKI	APROVADO	-----
05	1º ECO	APROVADO	-----
06	1º ECO	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
07	1º BARKI	APROVADO	-----
08	1º BARKI	APROVADO	-----
09	1º PJ	APROVADO	-----
10	1º BARKI	APROVADO	-----
11	1º BARKI	APROVADO	-----
12			
13	1º PJ	APROVADO	-----
14	1º BARKI	APROVADO	-----
15	1º BARKI	APROVADO	-----
16	1º ECO	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
17	1º BARKI	APROVADO	-----
18	1º PJ	APROVADO	-----
19	1º BARKI	APROVADO	-----
20	1ºFORNECEDORA	APROVADO	-----
21	1ºFORNECEDORA	APROVADO	-----
22	3ºECO	REPROVADO – NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
23	1º BARKI	APROVADO	-----
24	3º ECO	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
25	1º BARKI	APROVADO	-----
26	1º BARKI	APROVADO	-----
27	1º BARKI	APROVADO	-----

28	1º PJ	APROVADO	-----
29	3º FORNECEDORA	REPROVADO – NÃO APRESENTOU AMOSTRA	4ºECO
30	1º BARKI	APROVADO	-----
31	1º BARKI	APROVADO	-----
32	1º BARKI	APROVADO	-----
33	1º BARKI	APROVADO	-----
34	1ºFORNECEDORA	APROVADO	-----
35	1º BARKI	APROVADO	-----
36	1º PJ	APROVADO	-----
37	1º BARKI	APROVADO	-----
38	1º PJ	APROVADO	-----
39	1º PJ	APROVADO	-----
40	1º PJ	APROVADO	-----
41	1º BARKI	APROVADO	-----
42	1º BARKI	APROVADO	-----
43	1º BARKI	APROVADO	-----
44	1º BARKI	APROVADO	-----

Obs.; OS LICITANTES INTERESSADOS QUE TIVEREM SUAS AMOSTRAS REPROVADAS DEVERÃO RETIRAR AS MESMAS NO PRAZO DE 24 HORAS DESTA PUBLICAÇÃO.

Douglas Lemos - Pregoeiro

Maria Benedita - Pregoeira substituta

Equipe de apoio:

Adriana Correa

Carla Claudino

Franciele Justino

Pedro Paulo

ATA PREGÃO PRESENCIAL 04/2015 FUMREBOM

ATA PREGÃO PRESENCIAL 04/2015 FUMREBOM

AO(S) 16 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015. ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO:

AUTO PEÇAS E MECÂNICA GIRO MAXIMO LTDA EPP (2333), PRESIDIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA - ME (14515), PAULO LUIS DOS SANTOS CORREA (14516). INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO:

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DOS LICITANTES GIRO

MAXIMO, PRESIDIESEL, PAULO LUIS DOS SANTOS, TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS E BENEFICIÁRIOS DA LEI 123/2006 ME/EPP, OBS.: A PRESIDIESEL APRESENTOU O CONTRATO SOCIAL ORIGINAL PEDINDO PARA RETIRAR O MESMO APÓS O CERTAME, FOI EXPLICADO QUE A RETIRADA É MEDIANTE REQUERIMENTO FORMAL, E QUE O PRAZO DE ENTREGA SERIA DE 15 DIAS, O LICITANTE CONCORDOU, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FOI FORNECIDO AOS LICITANTES OS CREDENCIAMENTOS PARA VERIFICAÇÃO E ASSINATURA, APÓS PROCEDEU-SE A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS, NESTA FASE FOI CONSTATADO QUE O LICITANTE PAULO LUIS DOS SANTOS COTOU OS ITENS 6,13,20 MAIOR QUE O LIMITE DO EDITAL, SENDO DESCLASSIFICADO NOS 3 LOTES POR ESTE MOTIVO, FORAM PARA OS LANCES A PRESIDIESEL E A GIRO MAXIMO, APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DE AMBAS, FOI CONSTATADO PELA COMISSÃO QUE A LICITANTE PRESIDIESEL FOI INABILITADA POIS NÃO APRESENTOU A CERTIDÃO DE INSS, FOI APONTADO PELO LICITANTE PAULO LUIS DOS SANTOS QUE O LICITANTE GIRO MAXIMO APRESENTOU UM ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA QUE NÃO ABRANGIA O DESCRITIVO DO EDITAL, FATO NÃO ACEITO PELA COMISSÃO QUE HABILITOU O LICITANTE GIRO MAXIMO POR ENTENDER QUE O ATESTADO APRESENTADO ERA COMPATIVEL COM O OBJETO LICITADO, ASSIM COMO OUTROS DOCUMENTOS APRESENTADOS, MENCIONA INTENÇÃO DE RECURSO PAULO LUIS DE SOUZA. MOMENTO EM QUE ENCERRA A SESSÃO.

NADA MAIS HAVENDO A CONSTAR, LAVROU-SE O PRESENTE TERMO QUE SERÁ ASSINADO PELOS PRESENTES.

DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO
MARIA BENEDITA CORREA -FÉRIAS - PREGOEIRA SUBSTITUTA

CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.

FRANCIELA JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.

PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.

ADRIANA CORRÊA -- EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 16 DE MARÇO DE 2015.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PMN Nº 31/2015.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN nº 031/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 031/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 031/2015 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, (SOMENTE PARA VEÍCULOS EM GARANTIA DE FÁBRICA), CORRETIVA (MÉDIA/ALTA COMPLEXIDADE) ESTÉTICA NA ÁREA MECÂNICA, ELÉTRICA, FUNILARIA E PINTURA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS NOVOS, TODOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES DOS VEÍCULOS PARA ATENDER A FROTA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS- EXCETO POLÍCIA MILITAR, CIVIL E BOMBEIRO MILITAR.

Fornecedor: 2333 - Auto Peças e Mecânica Giro Máximo Ltda.

Valor Total: R\$ 310.000,00.

Fornecedor: 10181 - MDM Comércio e Serviços Ltda.

Valor Total: R\$ 1.714.000,00

Vigência: 18/03/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 18 de março de 2015.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 43/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA REDE PÚBLICA DE ILUMINAÇÃO COM RECURSOS DA COSIP, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS, DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 31/03/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 31/03/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 18 de março de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

EXTRATO CONTRATUAL PMN Nº 037/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 037/2015.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: OSVALDO DIAS DA SILVA EIRELI

CNPJ nº 00.851.016/0001-08

Valor Total: R\$ 2.933.400,00 (dois milhões novecentos e trinta e três mil e quatrocentos reais).

Vigência : Início: 25/02/2015.Término: 31/12/2015.

Licitação : PP04/2015.

Recursos.....: Dotação: 2.038.3390.00 / 2.064 / 2.055 / 2.093

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÃO DE OBRA (CARPINTEIRO, ENCANADOR, PEDREIRO, SERVENTE, ELETRICISTA, ROÇADOR, SERRALHEIRO E PINTOR), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO E REFORMA A DISPOSIÇÃO DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015.

Navegantes, 25 de fevereiro de 2015.

EXTRATOS CONTRATUAIS Nº 034/2015 /035/2015 / 036/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 034/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: HUMANITY CENTRO DE NEGÓCIOS, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL LTDA.

Vigência : Início: 26/02/2015.Término: 26/07/2015.

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:156/2012.

Recursos : Dotação: 1.076.4.4.90.00.00.00.00.

Objeto : QUINTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 145/2012, TOMADA DE PREÇO 137/2012, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ÁREA SOCIAL DE MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL E AÇÕES INFORMATIVAS, RELATIVO ÀS OBRAS DE DRENAGEM PLUVIAIS URBANAS, NAS AVENIDAS JOSÉ JUVENAL MAFRA, JOAQUIM COUTO E IVO SILVEIRA - PROGRAMA DE DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEL - PA2 - CONTRATO COM CAIXA

ECONÔMICA FEDERAL Nº 0351056-84.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 035/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada....: 3E ENGENHARIA LTDA.
Vigência : Início: 26/02/2015.Término: 26/07/2015.
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Nº.:156/2012.
Recursos : Dotação: 1.076.4.4.90.00.00.00.00.
Objeto : QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº
178/2012, TOMADA DE PREÇOS Nº 156/2012, REFERENTE À
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA GERENCIA-
MENTO E FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE "EXECUÇÃO DE GALE-
RIAS E CANALIZAÇÃO DE VALAS A CÉU ABERTO NAS AVENIDAS
PREFEITO JOSE JUVENAL MAFRA, IVO SILVEIRA E RUAS JOR-
GE LACERDA E WALDEMAR BORNHAUSEN NO BAIRRO GRAVA-
TA EM NAVEGANTES" ATRAVÉS DO CONTRATO DE REPASSE Nº
0351.056-84 - CAIXA/MINISTÉRIO DAS CIDADES/PAC2.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL.
Contrato Nº.: 036/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada....: RBI CONSTRUÇÕES LTDA EPP.
Vigência : Início: 26/02/2015.Término: 26/07/2015.
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:
167/2011.
Recursos : Dotação: 1.076 4.4.90.00.00.00.00.00.00.
Objeto : Sexto Termo Aditivo de Prazo ao contrato nº
159/2012, Concorrência nº 167/2011, referente à Execução de
obras de Macrodrenagem para controle de inundações no Bairro

Gravatá, Município de Navegantes - Pac 2 nº 0351056-84.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

LAUDO DAS AMOSTRAS DO PREGÃO DE NÚMERO 40/2015

LAUDO DAS AMOSTRAS DO PREGÃO DE NÚMERO 40/2015 PMN
- AQUISIÇÃO HORTIFRUTIGRANJEIROS PARA ATENDER OS PRO-
FESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

EMPRESA LICITANTE: JEAN CARLOS PEREIRA NUNES - ME

De acordo com as especificações, todos os produtos do lote estão
de acordo com o edital.

PARECER TÉCNICO:SUZANA TIEMI MORAIS
NUTRICIONISTA - CRN-8: 5738

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 002/2015****CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

AVISO DE LICITAÇÃO**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 002/2015****TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2015**

OBJETO: Contratação de Agência de Propaganda para prestar serviços de publicidade à Câmara de Vereadores de Navegantes-SC.

TIPO DE LICITAÇÃO: MELHOR TÉCNICA e PREÇO.

REGIMENTO: Art. 37, §1º, da Constituição da República Federativa do Brasil, além das disposições específicas contidas na Lei Federal n.º 4.680 de 18 de junho de 1965, Decreto Federal nº 57.690 de 01 de fevereiro de 1966, com as alterações do Decreto n.º 2.262 de 26 de junho de 1997, Código de Ética dos Profissionais de Propaganda e suas alterações, Lei Federal 12.232, de 29 de abril de 2010 e Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

ABERTURA DA SESSÃO: às 10 (dez) horas do dia 20 (vinte) de abril de 2015, no Plenário da Câmara de Vereadores de Navegantes, sito à Rua Ezequiel Antero Rocha, nº 315, Centro, Cidade de Navegantes.

VALOR ESTIMADO/MÁXIMO TOTAL: Até R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

INFORMAÇÕES: Pessoalmente, no endereço acima ou pelo telefone (47) 3342-1818.

LEITURA E/OU RETIRADA DO EDITAL: no endereço acima citado, em dias úteis, das 07h às 13h falar com Vilsemar Olímpio Duarte (Presidente da Comissão de Licitação), ou através do site www.cvnavegantes.sc.gov.br

Navegantes, 13 de março de 2015.

NORMA ESPINDOLA**PRESIDENTE DA CÂMARA DE NAVEGANTES**

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

Processo Licitatório nº 002/2015**Tomada de Preços nº 001/2015**

A **CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES**, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 02/2015, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993 e suas alterações, e consoante as condições instituídas neste instrumento licitatório, torna público a realização de licitação, na modalidade “TOMADA DE PREÇOS”, do tipo “MELHOR TÉCNICA E PREÇO” os serviços serão realizados na forma de execução indireta, sob o regime da Lei nº 12.232, de 29.04.2010, e mediante a aplicação, de forma complementar, das Leis nº 4.680 de 18.06.1965 e nº 8.666 de 21.06.1993 e modificações posteriores, objetivando a CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, segundo disposições da legislação vigente, em especial o artigo 37, parágrafo 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil, além das disposições específicas contidas na Lei Federal nº 4.680 de 18 de junho de 1965, Decreto Federal nº 57.690 de 01 de fevereiro de 1966, com as alterações do Decreto nº 2.262 de 26 de junho de 1997, Código de Ética dos Profissionais de Propaganda e suas alterações, Lei Federal 12.232, de 29 de abril de 2010 e Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

I - DO OBJETO

1. A presente Tomada de Preços nº 01/2015 tem por objeto a contratação de Agência de Propaganda para prestar serviços de publicidade à Câmara de Vereadores de Navegantes, doravante denominada Câmara de Vereadores de Navegantes ou Contratante, conforme descrito no Anexo 1.
2. Modalidade: Tomada de Preços.
3. Tipo de Licitação: Melhor Técnica e Preço.
4. Prazo para início do fornecimento: Imediato, a contar da assinatura do contrato.
5. Local, data e horário para recebimento e **protocolo** da documentação exigida para cadastramento no cadastro de fornecedores da Câmara Municipal:

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

5.1. Local: Câmara de Vereadores de Navegantes – Na recepção é feito o **Protocolo** sito à Rua Ezequiel Antero Rocha, nº 315, Centro – Navegantes/SC.

5.2. Data: Até o dia 20 de março de 2015.

5.3. Horário: Até as 10 horas.

5.4. A lista de documentos para cadastro com o objetivo de obter o certificado do registro cadastral do fornecedor na Câmara Municipal, consta no Anexo XI do presente edital.

5.4. Local, data e horário para recebimento e protocolo dos envelopes e realização da Sessão Pública da Tomada de Preços:

5.5. Local: Câmara de Vereadores de Navegantes – Na recepção é feito o Protocolo sito à Rua Ezequiel Antero Rocha, nº 315, Centro – Navegantes/SC.

5.6. Data: Até o dia 20 de abril de 2015

5.7. Horário: Até as 10 horas

II – VIGÊNCIA CONTRATUAL

2. Os serviços serão prestados de forma continuada, sendo o prazo de vigência do contrato, contado de sua assinatura até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo entre as partes, nos termos inciso II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

III – ORÇAMENTO/DOTAÇÃO

3.1. Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.88.00.00.00 – Serviços de Publicidade e Propaganda.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

Cadastro de Despesas	
Código:	<input type="text" value="4"/> <input type="button" value="K"/> <input type="button" value="K"/> <input type="button" value="K"/> <input type="button" value="K"/>
Tipo Dotação:	09 - Dotações diversas
Desp. plurianual:	<input type="text"/>
Órgão:	1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Unidade:	1 Câmara Municipal de Vereadores
Função:	1 Legislativa
Subfunção:	31 Ação Legislativa
Programa:	1 Processo Legislativo
Recurso:	100 RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS
Detalhe Esp.:	000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos(0)
Elemento:	3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas
Projeto/Atividade:	2 Número despesa: <input type="text" value="1"/>
Localizadores:	1 Navegantes
Descrição:	Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores de Navegantes
Objetivo:	Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores de Navegantes
	<input type="checkbox"/> Educação <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Pessoal <input type="checkbox"/> Vinc. ao Fundeb
	<input type="checkbox"/> Não Aplic. em Ações e Serv. Públicos Saúde <input type="text" value="Nenhum"/>
Aplic./Origem:	Normal

3.2. A soma das despesas com o contrato resultante da licitação Tomada de Preços nº 01/2015 está estimada em até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

3.3. A Câmara de Vereadores de Navegantes se reserva o direito de, a seu juízo, utilizar ou não a totalidade da verba indicada no item 3.2.

3.3 - O valor estimado deste contrato é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

IV - RETIRADA DO EDITAL E FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

4.1. A retirada do Edital poderá ser feita na Câmara de Vereadores de Navegantes, com sede na Rua Ezequiel Antero Rocha, nº 315, Centro – Navegantes/SC, setor de contabilidade onde poderá ser adquirido no horário, das 07 às 13 horas, até a véspera da data designada para apresentação dos envelopes de Habilitação e Propostas Técnica e de Preços, ou ainda, no sítio eletrônico da Câmara de Vereadores de Navegantes: www.cvnavegantes.sc.gov.br.

4.2. Quaisquer esclarecimentos adicionais deste Edital deverão ser feitos por

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

escrito e endereçados à Câmara de Vereadores de Navegantes, protocolados, sito à Rua Ezequiel Antero Rocha, nº 315, Centro – Navegantes/SC, - CEP: 88.375 -000, em dias úteis, das 07h às 13h, os quais serão respondidos pela Comissão Permanente de Licitação, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas por escrito e as informais poderão ser feitas pelo fone: (47) 3342-1818, sendo que estes esclarecimentos adicionais não serão considerados como motivo para qualquer prorrogação das datas estabelecidas neste Edital.

4.3. As Licitantes não devem utilizar, em eventual pedido de esclarecimento, termos que possam propiciar, quando do julgamento da via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária - **INVÓLUCRO Nº 1**, a identificação da sua PROPOSTA perante a Subcomissão Técnica.

4.4. Os questionamentos serão respondidos diretamente no endereço do site da Câmara de Vereadores de Navegantes indicado no item 4.2, sem indicar o nome da consulente e de seu representante.

4.5. As Licitantes deverão acessar assiduamente o referido endereço para tomarem conhecimento das perguntas e respostas e manterem-se atualizadas sobre esclarecimentos referentes a este Edital.

4.6. Eventuais alterações do Edital serão disponibilizadas no *site* www.cvnavegantes.sc.gov.br e no Quadro de Avisos do Poder Legislativo de Navegantes, observado o disposto no artigo 21, § 4.º, da Lei Federal n. 8.666/93.

V - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

5.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação das Leis Federais ns. 12.232/2010 e 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis.

5.2. As impugnações ao Edital deverão ser formalizadas e protocoladas junto ao Protocolo da Câmara de Vereadores, no endereço e horário constante do item 4.1 deste Edital e seu encaminhamento dar-se-á por intermédio do setor de compras da Câmara de Vereadores, sem prejuízo da faculdade prevista no

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993.

5.3. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital a Licitante que não aponte, até 02 (dois) dias úteis antes da data do recebimento das Propostas Técnica e de Preços, falhas ou irregularidades que o viciariam. Não terá efeito de recurso a comunicação efetuada fora deste prazo.

5.4. Os recursos contra as decisões referentes à classificação ou desclassificação das propostas e/ou a habilitação ou inabilitação das Licitantes deverão ser formalizados, no final da audiência pública, com registro em ata da síntese das suas razões e contrarrazões, e protocolados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis. Suas razões deverão ser encaminhadas na forma impressa e eletrônica ao endereço físico constante da folha de rosto, por meio da Comissão de Licitação, e, para o seguinte correio eletrônico: licitacaocamaranvg@gmail.com.

5.5. Caso haja interposição de recurso, este será comunicado às demais Licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis. A comunicação será realizada por intermédio de publicação no site da Câmara de Vereadores de Navegantes, e, encaminhamento de mensagem eletrônica para demais licitantes.

5.6. Os prazos previstos nos itens 5.4 e 5.5 serão contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da intimação do ato ou da lavratura da ata, se for o caso.

5.7. O prazo para interposição de recurso será contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao da intimação do ato.

5.8. Após a divulgação do resultado da análise das Propostas Técnicas, durante o prazo previsto para a interposição de recursos e/ou impugnações aos recursos, estará automaticamente franqueada vista dos autos do processo às Licitantes, no horário de 07h às 13h, em dias úteis, no endereço indicado no item 4.1.

5.9. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela Licitante.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

5.10. Os recursos das decisões referentes ao julgamento de Propostas Técnicas, Propostas de Preços, e à Habilitação ou Inabilitação terão efeito suspensivo, podendo a Comissão de Licitação, motivadamente e se houver interesse para o CONTRATANTE, atribuir efeito suspensivo aos recursos interpostos contra outras decisões.

5.11. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e adjudicará o objeto a Licitante mais bem-classificada quanto às Propostas Técnicas e de Preços e que atenderem a todas as disposições deste Edital e homologará o procedimento licitatório.

VI - APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos da Proposta Técnica relacionados no Anexo 2, Proposta de Preços - Anexo 4 e Habilitação - Anexo 6 deste Edital deverão ser acondicionados em invólucros distintos conforme a seguir:

INVÓLUCRO Nº 1

6.2. O INVÓLUCRO Nº 1 deverá conter a via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária, composto do Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária, Ideia Criativa e Estratégia de Mídia e Não Mídia.

6.3. Somente será aceita pela Comissão de Licitação a via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária no INVÓLUCRO Nº 1 fornecido pela Câmara de Vereadores de Navegantes e a pedido da Licitante.

6.4. O INVÓLUCRO Nº 1 será padronizado e fornecido previamente pela Câmara sem nenhum tipo de identificação na parte externa, para preservar, até a abertura do INVÓLUCRO Nº 2, o sigilo quanto à autoria do Plano de Comunicação Publicitária.

6.5. O INVÓLUCRO Nº 1 deverá ser retirado no Departamento de Contabilidade da Câmara de Vereadores mediante recibo identificado, no endereço e horários indicado no item 4.1.

6.6. O INVÓLUCRO Nº 1 deverá estar sem rubrica no fechamento ou em

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

qualquer local.

6.7. Para preservar o sigilo quanto à autoria do Plano de Comunicação Publicitária a Comissão de Licitação não receberá o INVÓLUCRO Nº 1 que:

- . a) possua alguma forma de identificação;
- . b) apresente marca, sinal, etiqueta ou outro elemento que possibilite a identificação da Licitante;
- . c) esteja danificado no manuseio/transporte ou deformado pelas peças e demais documentos nele acondicionados.

INVÓLUCRO Nº 2

6.8. O INVÓLUCRO Nº 2 deverá conter a via identificada do Plano de Comunicação Publicitária (Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária e Estratégia de Mídia e Não Mídia), sem as peças da Ideia Criativa.

6.9. O INVÓLUCRO Nº 2 deverá ser fechado e rubricado no fecho, identificado em seu exterior com os seguintes dados:

**INVÓLUCRO Nº 2 PROPOSTA TÉCNICA – PLANO DE COMUNICAÇÃO
PUBLICITÁRIA – VIA IDENTIFICADA (RACIOCÍNIO BÁSICO, ESTRATÉGIA
DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA E ESTRATÉGIA DE MÍDIA E NÃO
MÍDIA)**

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO
NOME E CNPJ DA LICITANTE
TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2015**

6.10. O Plano de Comunicação Publicitária – Via Identificada, sem as peças da Ideia Criativa, deverá constituir-se em uma cópia da via não identificada, com a identificação da Licitante, e ser datado e assinado na última página e rubricado nas demais, por quem detenha poderes de representação da Licitante.

INVÓLUCRO Nº 3

6.11. O INVÓLUCRO Nº 3 deverá conter os documentos relativos à Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

de Comunicação.

6.12 O INVÓLUCRO Nº 3 deverá ser fechado e rubricado no fecho, identificado em seu exterior com os seguintes dados:

**INVÓLUCRO Nº 3 PROPOSTA TÉCNICA – CAPACIDADE DE
ATENDIMENTO, REPERTÓRIO E RELATOS DE SOLUÇÕES DE
PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO**

COMISSÃO DE LICITAÇÃO**NOME E CNPJ DA LICITANTE****TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2015**

6.13. O INVÓLUCRO Nº 3 e os documentos nele acondicionados terão a identificação da Licitante. Os documentos serão assinados na última página e rubricados nas demais.

6.14. O INVÓLUCRO Nº 3 e os documentos nele contidos não poderão ter informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que conste do Plano de Comunicação Publicitária – via não identificada - INVÓLUCRO Nº 1 - que permita a identificação da autoria deste, antes da abertura do INVÓLUCRO Nº 2.

INVÓLUCRO Nº 4

6.15. A Proposta de Preços deverá ser acondicionada no INVÓLUCRO Nº 4.

6.16. O INVÓLUCRO Nº 4 deverá estar fechado e rubricado no fecho, ser identificado em seu exterior com os seguintes dados:

INVÓLUCRO Nº 4 PROPOSTA DE PREÇOS**COMISSÃO DE LICITAÇÃO****NOME E CNPJ DA LICITANTE****TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2015****INVÓLUCRO Nº 5**

6.17. O INVÓLUCRO Nº 5 deverá acondicionar os documentos de HABILITAÇÃO das AGÊNCIAS cujas Propostas Técnicas e de Preços tenham sido classificadas.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

6.18. O INVÓLUCRO Nº 5 deverá ser fechado e rubricado no fecho, identificado com os seguintes dados:

INVÓLUCRO Nº 5 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**COMISSÃO DE LICITAÇÃO****NOME E CNPJ DA LICITANTE****TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2015**

6.19. O INVÓLUCRO Nº 5 deverá ser apresentado pelas Licitantes após a publicação do resultado do julgamento final das Propostas Técnicas e de Preços, mediante convocação formal.

6.20. Os documentos de Habilitação que constituirão o conteúdo do INVÓLUCRO Nº 5 estão relacionados no Anexo 6.

6.21. Os INVÓLUCROS Nº 1, 2, 3 e 4 serão recebidos pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO na data, hora e local de realização do certame.

6.22. Os INVÓLUCROS Nº 2, 3, 4 e 5 serão providenciados pela Licitante e poderão ser constituídos por embalagem(ns) adequada(s) às características de seu conteúdo, desde que inviolável(is) quanto as informações de que tratam, até a sua abertura.

6.23. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO não lançará nenhum código, sinal ou marca nos invólucros padronizados, nem nos documentos que compõem a via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária.

6.24. O INVÓLUCRO Nº 5, contendo os documentos de Habilitação descritos no Anexo 6, será aberto em sessão pública específica, na Sala de Reuniões da Câmara de Vereadores de Navegantes.

6.25. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO não receberá INVÓLUCRO que não for entregue pessoalmente.

VII- DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E REALIZAÇÃO DO CERTAME

7.1. A sessão pública de recebimento dos INVÓLUCROS contendo as Propostas Técnica e de Preços realizar-se-á em Navegantes (SC), no local, data e hora descritos no Edital.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

7.2. Salvo disposição expressa em contrário, ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil de expediente normal na Câmara de Vereadores de Navegantes, subsequente aos ora fixados.

7.3. Os horários mencionados neste Edital referem-se ao horário de Brasília, da respectiva data de realização.

VIII - CONDIÇÕES À PARTICIPAÇÃO

8.1. Poderão participar da Tomada de Preços apenas as empresas que atenderem às condições deste Edital e apresentarem os documentos nele exigidos.

8.2. Nenhuma Licitante poderá participar desta licitação com mais de uma proposta.

8.3. Estarão impedidas de participar desta licitação as Licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

8.3.1. Estejam constituídas sob a forma de consórcio;

8.3.2. Constituam empresa estrangeira que não funcione no País;

8.3.3. Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pela administração municipal de Navegantes - SC;

8.3.4. Tenham sido declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

8.3.5. Cuja falência ou recuperação judicial ou extra judicial tenha sido decretada;

8.3.6. Empresas das quais participe, seja a que título for, agente público municipal de Navegantes-SC;

8.3.7. Sociedades cooperativas;

8.3.8. Que apresente o INVÓLUCRO Nº 1 diferente daquele fornecido pela Câmara de Vereadores;

8.4. A participação na presente licitação implica para a Licitante:

8.4.1. A confirmação de que recebeu o INVÓLUCRO Nº 1 fornecido pela

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

Câmara de Vereadores, bem como todos os documentos e informações necessárias à participação deste certame;

8.4.2. A aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus anexos;

8.4.3. A observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

IX - CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

9.1. No ato da entrega e da abertura dos INVÓLUCROS com as Propostas Técnica e de Preços, bem como na sessão de entrega e abertura dos INVÓLUCROS contendo os documentos de Habilitação, o representante da Licitante deverá apresentar à Comissão de Licitação(s) documento(s) que o credencia a participar do certame, juntamente com seu documento de identidade de fé pública.

9.2. Considerar-se-á legítimo representante da Licitante, nas sessões desta Tomada de Preços, aquele que detiver amplos poderes para tomar quaisquer decisões relativamente a todas as fases, inclusive renúncia de interposição de recursos, devendo, para tanto, apresentar documento de identificação com fé pública, acompanhado de um dos seguintes documentos:

- . a) instrumento particular de procuração, assinado pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida em Cartório, conforme modelo constante no Anexo 9, deste Edital;
- . b) instrumento público de procuração contemplando os mesmos poderes relacionados na minuta constante do Anexo 9 deste Edital;
- . c) documento de constituição da empresa, quando se tratar de sócio, acompanhado da prova de sua eleição ou nomeação, se for o caso, com o comprovante de registro no órgão competente.

9.3. Estarão impedidos de se manifestar nas sessões e responder pela Licitante aqueles que não comprovarem ser seu legítimo representante, na forma deste Edital.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

9.4. Em todas as fases desta Tomada de Preços será admitido apenas um representante por Licitante e não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma Licitante, preservando o princípio do sigilo das propostas.

9.5. Na hipótese de substituição do representante no decorrer do processo licitatório, deverá ser apresentado novo credenciamento.

9.6. Caso a Licitante não deseje fazer-se representar nas sessões de recepção e abertura, deverá encaminhar as Propostas Técnica e de Preços por meio de portador. Nesse caso, o portador deverá efetuar a entrega dos invólucros diretamente à Comissão de Licitação, na data, hora e local indicados neste Edital ou em convocação específica, quando for o caso.

9.7. Os documentos necessários para a representação das Licitantes nas sessões deverão ser entregues à Câmara de Vereadores apartados dos invólucros.

X - PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

10.1. O presente certame será conduzido de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Edital e na legislação em vigor.

10.2. A participação de representante de qualquer Licitante dar-se-á mediante a prévia entrega de documento hábil, conforme estabelecido no item IX.

10.3. Serão realizadas quatro sessões públicas, observados os procedimentos previstos neste Edital e na legislação em vigor.

10.4. De todas as sessões públicas será lavrada ata circunstanciada, a ser assinada pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes das Licitantes presentes.

10.4.1. Havendo acordo, e mediante lavratura em ata, os representantes das Licitantes presentes poderão nomear apenas alguns entre eles para rubricar as Propostas e os Documentos de Habilitação nas sessões públicas.

10.5. Poderão ser admitidas, a juízo da Comissão de Licitação, alterações formais destinadas a sanar evidentes erros formais que não impliquem alteração do conteúdo das Propostas e Documentos de Habilitação, e desde

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

que não comprometam a lisura e o caráter competitivo desta Licitação.

10.6. A Comissão de Licitação poderá, em qualquer fase do processo, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, ou proceder à vistoria das instalações e da aparelhagem disponível da(s) Licitante (S), para a realização do objeto desta licitação, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação exigida neste Edital e em seus Anexos.

10.6.1. Nesse caso, a Comissão de Licitação ou autoridade superior deverão adotar os cuidados necessários para preservar o sigilo quanto à autoria da via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária, até a abertura do INVÓLUCRO nº 2.

10.7. Os integrantes da Subcomissão Técnica não poderão participar das sessões de recebimento e abertura dos INVÓLUCROS Proposta Técnica e de Preços.

10.8. A Comissão de Licitação poderá alterar as datas ou as pautas das reuniões, ou mesmo suspendê-las, em função do desenvolvimento dos trabalhos, obedecidas as normas legais aplicadas.

10.9. À exceção da Proposta Técnica, que será analisada e julgada por uma Subcomissão Técnica, todos os demais procedimentos e julgamentos inerentes a este processo licitatório serão de responsabilidade da Comissão de Licitação, a qual será responsável pela condução das sessões públicas e pela composição do processo até o seu encerramento.

10.10. Os INVÓLUCROS das Licitantes desclassificadas ou inabilitadas que não puderem ser devolvidos nas sessões públicas ficarão à disposição das interessadas pelo prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação.

PRIMEIRA SESSÃO

10.11. Dado início aos trabalhos na sessão pública de recebimento dos INVÓLUCROS Proposta Técnica e Proposta de Preços, a Comissão de Licitação identificará os representantes das Licitantes, por meio do documento de procuração - Anexo 9 deste Edital - e de acordo com o disposto no item IX.

10.12. Em seguida serão recebidos os INVÓLUCROS no 1, 2, 3 e 4, ocasião

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

em que a Comissão de Licitação fará a conferência da identificação externa dos INVÓLUCROS. Se no INVÓLUCRO Nº 1 houver menção em nome, marca, sinal, etiqueta, se estiver danificado ou deformado pelas peças, material e/ou demais documentos nele acondicionados, ou se apresentarem qualquer outro elemento que possibilite a identificação da Licitante, os INVÓLUCROS não serão recebidos.

10.13. Após o encerramento do prazo para recebimento dos INVÓLUCROS, que será declarado pela Comissão de Licitação na sessão pública, nenhum outro invólucro, documento ou embalagem será recebido.

10.14. A Comissão de Licitação e os representantes das AGÊNCIAS nomeados na forma do item 10.4.1 rubricarão, no fecho, os INVÓLUCROS Nº 2 e Nº 4, que permanecerão fechados, sob a guarda e responsabilidade da Comissão de Licitação.

10.15. Concluída essa etapa, serão apresentados os documentos do INVÓLUCRO Nº 1 contendo a via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária e do INVÓLUCRO nº 3, contendo os documentos referentes à Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.

10.16. A Comissão de Licitação rubricará o conteúdo dos INVÓLUCROS Nº 1 e Nº 3 e colocará os documentos neles contidos para exame pelas Licitantes ou pelos representantes nomeados de acordo com o item 10.4.1.

10.17. Antes do procedimento previsto no item 10.16 a Comissão de Licitação adotará medidas para evitar que seus membros ou os representantes das Licitantes possam, ainda que acidentalmente, identificar a autoria de algum Plano de Comunicação Publicitária.

10.18. Se, ao examinar e/ou rubricar os conteúdos dos INVÓLUCROS Nº 1 e Nº 3, a Comissão de Licitação e/ou os representantes das licitantes constatarem ocorrência(s) que possibilite(m), inequivocamente, a identificação da autoria do Plano de Comunicação Publicitária, a Comissão de Licitação desclassificará a Licitante e ficará de posse de todos os seus INVÓLUCROS até que expire o prazo para recursos relativos a essa fase.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

10.19. A Comissão de Licitação não lançará nenhum código, sinal ou marca nos INVÓLUCROS padronizados nem nos documentos que compõem a via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária.

10.20. Havendo desistência expressa de todas as Licitantes de interpor recursos em relação às decisões tomadas pela Comissão de Licitação na primeira sessão, os procedimentos licitatórios terão continuidade. Caso contrário, a Comissão de Licitação divulgará no site da Câmara, abrindo-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da publicação para a interposição de recursos.

10.21. Não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido a sua desistência, ou, ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, a Comissão de Licitação encaminhará os INVÓLUCROS nº 1 para análise individualizada e julgamento, em sessão reservada, da Subcomissão Técnica.

10.22. Os INVÓLUCROS Nº 2 e 4 serão guardados em caixas lacradas distintas. Os lacres serão rubricados pela Comissão de Licitação e pelas Licitantes ou pelos representantes nomeados de acordo com o item 10.4.1.

10.23. As caixas serão mantidas pela Comissão de Licitação em local seguro, até a sessão marcada para a apuração do resultado da análise das vias não identificadas dos Planos de Comunicação Publicitária.

10.24. Feita a análise individualizada e o julgamento técnico do conteúdo do INVÓLUCRO nº 1, a Subcomissão Técnica entregará à Comissão de Licitação os seguintes documentos:

- . a) planilha contendo as pontuações de cada Licitante relativa ao quesito e aos subquesitos analisados;
- . b) justificativas escritas das razões que fundamentaram as pontuações, em cada caso;
- . c) ata de julgamento das vias não identificadas do Plano de Comunicação Publicitária assinada por todos os membros da Comissão Técnica;
- . d) as vias não identificadas dos Planos de Comunicação Publicitária.

10.25. Após a entrega dos documentos mencionados no item 10.24, a

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

Comissão de Licitação encaminhará à Subcomissão Técnica as caixas lacradas contendo os documentos constantes dos INVÓLUCROS Nº 3 para análise.

10.26. Feita a análise individualizada e o julgamento técnico do conteúdo do INVÓLUCRO nº 3, a Subcomissão Técnica entregará à COMISSÃO DE LICITAÇÃO os seguintes documentos:

- . a) planilha contendo as pontuações finais de cada Licitante relativas aos quesitos analisados;
- . b) as justificativas escritas das razões que fundamentaram as pontuações, em cada caso;
- . c) ata de julgamento das propostas referentes à Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação assinada por todos os membros da Comissão Técnica;
- . d) todas as propostas referentes à Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação das Licitantes.

10.27. Se alguma Proposta Técnica for desclassificada a Subcomissão Técnica atribuirá pontuação a cada quesito ou subquesito da Proposta, conforme previsto neste Edital lançará sua pontuação em planilhas que ficarão acondicionadas em envelope fechado e rubricado no fecho pelos membros da Subcomissão Técnica, até que expire o prazo para recursos relativos a essa fase.

10.28. O disposto no item 10.27 não se aplica aos casos em que o descumprimento de regras previstas neste Edital resulte na identificação da Licitante antes da abertura dos INVÓLUCROS Nº 2.

10.29. As planilhas a que se referem às alíneas, “a” dos itens 10.24 e 10.26 conterão, respectivamente, as pontuações de cada membro para cada subquesito do Plano de Comunicação Publicitária e para os quesitos Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação de cada Licitante.

SEGUNDA SESSÃO

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

10.30. Após a análise e pontuação das Propostas Técnicas (INVÓLUCROS Nº 1 e Nº 3) as Licitantes serão convocadas a comparecer a nova sessão pública para a apuração do resultado geral das Propostas Técnicas com os seguintes procedimentos:

10.30.1. Conferência do(s) lacre(s) da(s) caixa(s) contendo os INVÓLUCROS Nº 2;

10.30.2. Abertura do INVÓLUCRO Nº 2 – via identificada do Plano de Comunicação Publicitária;

10.30.3. Cotejo entre as vias identificadas e não identificadas do Plano de Comunicação Publicitária, para identificação de sua autoria;

10.30.4. Elaboração de planilha geral com as pontuações atribuídas a cada um dos quesitos de cada Proposta Técnica.

10.31. Caso o cotejo entre as vias identificadas e não identificadas do Plano de Comunicação Publicitária seja feito na própria reunião, estando presentes todos os representantes das Licitantes, a Comissão de Licitação proclamará o resultado final do julgamento da Proposta Técnica, registrando-se em ata as propostas desclassificadas e a ordem de classificação das demais, e divulgará o resultado final do julgamento das Propostas Técnicas e abrir-se-á o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, sendo marcada a data para a abertura dos INVÓLUCROS Nº 4.

10.32. Em caso de não ocorrer o previsto no item 10.31, o resultado será publicado no site da Câmara de Vereadores de Navegantes (www.cvnavegantes.sc.gov.br) – SC, iniciando-se a contagem do prazo para interposição de recursos a partir da divulgação.

TERCEIRA SESSÃO

10.33. Não tendo sido interposto recurso ou tendo havido sua desistência, ou, ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO convocará as Licitantes para participar da terceira sessão pública para a abertura dos INVÓLUCROS Nº 4 – Proposta de Preços.

10.34. Será(ão) conferido(s) o(s) lacre(s) da(s) caixa(s) contendo o

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

INVÓLUCRO Nº 4 antes de sua abertura.

10.35. Após abertos os INVÓLUCROS Nº 4, as Propostas de Preços neles contidas serão rubricadas pelos membros da COMISSÃO DE LICITAÇÃO e pelos representantes previamente credenciados das Licitantes presentes ou por aqueles nomeados de acordo com o item 10.4.1.

10.36. Examinado o cumprimento das exigências fixadas neste Edital para a elaboração da Proposta de Preços, será procedido o seu julgamento e identificação da Proposta de menor preço para cada quesito previsto no Anexo 5, e dado conhecimento aos representantes das Licitantes.

10.37. Estando presentes os representantes de todas as Licitantes será realizado com as Licitantes mais bem-classificadas na fase da Proposta Técnica que não tenham apresentado a proposta de menor preço a negociação prevista no Inciso II do § 1º do art. 46 da Lei 8.666/1993, tendo como referência a proposta de menor preço entre as Licitantes classificadas para cada quesito previsto no Anexo 5.

10.38. Caso a LICITANTE melhor classificada na Proposta Técnica não aceite praticar o menor preço apurado entre as demais Licitantes, será realizado procedimento idêntico, sucessivamente com as demais Licitantes classificadas, até a consecução de acordo com uma das AGÊNCIAS.

10.39. Fica ressalvado que será considerada proposta de menor preço, objeto da negociação referida nos itens 10.37 e 10.38, aquela que apresentar:

10.39.1. O maior percentual de desconto (NÃO SUPERIOR A 30%) sobre a tabela do Sindicato das Agências de Propaganda de Santa Catarina – SINAPRO para os serviços internos, assim entendidos aqueles que são executados pelo pessoal e/ou com os recursos da própria agência, conforme disposto no Anexo 5;

10.39.2. O menor percentual de honorários (NÃO INFERIOR A 10%) referentes à produção e execução técnica de peças e materiais cuja distribuição não proporcione à AGÊNCIA o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, incidentes sobre os custos de serviços realizados por fornecedores, conforme disposto no Anexo 5.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

10.39.3. O menor percentual de honorários (NÃO INFERIOR A 5%) referentes ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e geração de conhecimentos pertinentes à execução do contrato, incidentes sobre os custos de serviços realizados por fornecedores;

10.40. Somente os representantes legais das AGÊNCIAS poderão participar da negociação descrita nos itens 10.37 e 10.38.

10.41. Se as circunstâncias o permitirem, a Comissão de Licitação efetuará o julgamento das propostas e a negociação na própria sessão de abertura, caso contrário, o fará em sessão reservada.

10.42. Serão declaradas vencedoras do julgamento final das Propostas Técnicas e de Preços, as Licitantes mais bem-classificadas na Proposta Técnica que tiverem apresentado as Propostas de menor preço ou que concordarem em praticar o menor preço entre as propostas apresentadas pelas Licitantes classificadas.

10.43. Quando o julgamento e a negociação forem realizados na própria sessão de abertura, a Comissão de Licitação divulgará o resultado.

10.43.1. Havendo desistência de todas as AGÊNCIAS da intenção de interpor recurso, mediante manifestação formal das mesmas, registradas em ata, será divulgado o resultado final da classificação e será marcada nova sessão pública para o recebimento dos INVÓLUCROS Nº 5 – HABILITAÇÃO – das AGÊNCIAS classificadas; ou:

10.43.2. Não havendo desistência de todas as AGÊNCIAS da intenção de interpor recurso, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO encerrará a sessão, abrindo-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao da sessão.

10.44. Na hipótese de não estarem presentes à reunião de abertura dos invólucros representantes de todas as AGÊNCIAS, ou no caso de o julgamento ser feito em sessão reservada, a negociação a que se referem os itens 10.37 e 10.38 será feita com cada classificada, formalmente, e com registro no processo, sendo o resultado divulgado no site da Câmara de Vereadores de Navegantes – SC (www.cvnavegantes.sc.gov.br), abrindo-se o prazo de 05

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

(cinco) dias úteis para interposição de recursos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação.

QUARTA SESSÃO

10.45. Não havendo interposição de recurso ou manifestado a desistência deste ou ainda sendo julgados os recursos interpostos e publicado o resultado, as AGÊNCIAS cujas propostas tenham sido classificadas serão convocadas para a apresentação do INVÓLUCRO Nº 5 – HABILITAÇÃO.

10.46. O INVÓLUCRO Nº 5 – HABILITAÇÃO de todas as empresas classificadas será recebida em sessão pública, para abertura e análise da conformidade de seu conteúdo com as condições estabelecidas na legislação em vigor e neste Edital.

10.47. Após identificados os representantes das Licitantes, serão recebidos e abertos os INVÓLUCROS Nº 5, os Documentos de Habilitação neles contidas serão rubricadas pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes previamente credenciados das Licitantes presentes ou por aqueles nomeados de acordo com o item 10.4.1.

10.48. Caso a documentação seja analisada na própria sessão e estando presentes todos os representantes das Licitantes, e havendo manifestação expressa dos representantes das Licitantes da desistência de interposição de recursos registrada em ata, a Comissão de Licitação divulgará o resultado da habilitação e providenciará sua publicação no site da Câmara de Vereadores, nos termos da legislação.

10.49. Habilitadas as Licitantes, o procedimento será homologado e o objeto será adjudicado à AGÊNCIA mais bem-classificada.

XI - SUBCOMISSÃO TÉCNICA

11.1. A Tomada de Preços Pública nº 01/2015 será processada e julgada pela Comissão Permanente de Licitação – Comissão de Licitação, exceto a análise e julgamento das Propostas Técnicas, que será feita pela Subcomissão Técnica.

11.2. A Subcomissão técnica será composta de, no mínimo 03 (três) membros que sejam formados em comunicação, publicidade, design ou marketing, ou

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

que atuem em uma dessas áreas, sendo que pelo menos 1/3 (um terço) deles não poderão manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a Câmara Municipal de Navegantes, de conformidade com estabelecido no § 1º, do art. 10, da Lei 12.232/10.

11.3. A escolha dos membros da Subcomissão Técnica dar-se-á por sorteio, em sessão pública a ser realizada antes da sessão descrita nos itens 10.11 e seguintes, entre os nomes de uma relação de integrantes, previamente cadastrados, respeitando-se a constituição e os requisitos descritos no item 11.2.

11.4. A relação dos nomes referidos no item 11.3 será publicada na imprensa oficial em prazo não inferior a 05 (cinco) dias da data em que será realizada a sessão pública marcada para o sorteio.

11.5. O sorteio será processado de modo a garantir o preenchimento das vagas da Subcomissão Técnica, de acordo com a proporcionalidade do número de membros que mantenham ou não vínculo com a Câmara de Vereadores, nos termos dispostos no item 11.2.

11.6. A relação prevista no item 11.3 conterá, separadamente, os nomes dos que mantenham e dos que não mantenham vínculo com a Câmara de Vereadores.

11.7. Em cumprimento ao que dispõe a Lei Federal 12.232/2010, a relação dos nomes que participarão do sorteio para a formação da Subcomissão Técnica será composta de 09 (nove) pessoas, sendo 06 (seis) de funcionários da Administração e 03 (três) de pessoas sem qualquer vínculo.

11.8 Das 09 (nove) pessoas que se refere o item anterior serão sorteadas 03 (três), sendo 02 (dois) vinculados à Administração e 01 (um) sem vínculo direto ou indireto.

11.9. Qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação a que se referem os itens 11.2 e 11.3 em até 48 (quarenta e oito) horas anteriores à sessão pública marcada para o sorteio mediante apresentação, por escrito, das devidas justificativas à Comissão de Licitação.

11.10. Admitida a impugnação, o impugnado terá o direito de abster-se de

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

atuar na Subcomissão Técnica, declarando-se impedido ou suspeito, antes da decisão da autoridade competente.

11.11. A abstenção do impugnado ou o acolhimento da impugnação, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, implicará, se necessário, a elaboração e publicação de nova lista, sem o nome do impugnado, respeitado o disposto neste item.

11.11.1. Será publicada nova relação se o número de membros mantidos depois da impugnação restar inferior ao mínimo exigido em Lei. 11.10.2. Somente será admitida nova impugnação a nome que vier a completar a relação anteriormente publicada.

11.12. A sessão pública será realizada após a decisão motivada da impugnação, em data previamente designada, garantidos o cumprimento do prazo mínimo previsto no item 11.4.

11.13. Os integrantes da Subcomissão Técnica não poderão participar da sessão de recebimento e abertura dos INVÓLUCROS.

11.14. Caberá à Subcomissão Técnica:

11.14.1. Analisar individualmente e julgar o Plano de Comunicação Publicitária, Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação em conformidade com os termos deste Edital;

11.14.2. Desclassificar as Licitantes que desatenderem as exigências legais e as estabelecidas neste Edital, em especial as relacionadas à aposição de marca, sinal, etiqueta ou palavra que possibilite a identificação das proponentes nos INVÓLUCROS e/ou documentos neles contidos, conforme item 6.7.

11.14.3. Produzir e encaminhar à Comissão de Licitação todos os documentos necessários ao atendimento dos termos deste Edital, relativos ao julgamento da qualificação técnica das Licitantes, neles compreendidas as planilhas com as pontuações dos quesitos e a justificativa escrita das razões que as fundamentaram, em cada caso, bem como elaborar ata da sessão de julgamento;

11.14.4. Manifestar-se, em caso de eventuais recursos dos Licitantes relativos

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

ao julgamento das Propostas Técnicas, se solicitada pela Comissão de Licitação.

11.15. A Comissão de Licitação não lançará nenhum código, sinal ou marca nos invólucros padronizados nem nos documentos que compõem a via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária.

XII - PROPOSTA TÉCNICA (INVÓLUCROS Nº 1, 2 E 3)

12.1. A Proposta Técnica consistirá em quatro quesitos: Plano de Comunicação Publicitária, Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação (as orientações para a elaboração da Proposta Técnica estão descritas no Anexo 2 deste Edital).

12.2. Serão levados em conta pela Subcomissão Técnica, como critério de julgamento técnico, os atributos da Proposta, em cada quesito e subquesito relacionados no Anexo 2 deste Edital.

12.3. A Proposta Técnica deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras.

12.4. O julgamento das Propostas Técnicas será feito pela Subcomissão Técnica nomeada conforme o item XI deste Edital.

XIII- PROPOSTA DE PREÇOS (INVÓLUCRO Nº 4)

13.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com a identificação da AGÊNCIA, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou acréscimos, datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo responsável ou procurador da AGÊNCIA devidamente credenciado, elaborada nos termos da minuta constante do Anexo 5.

13.2. Os critérios de apresentação e julgamento da Proposta de Preços encontram-se no Anexo 4.

13.3. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da Licitante e não lhe assistirá o direito de pleitear, na vigência do contrato a ser firmado, nenhuma alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

13.4. O julgamento final das Propostas Técnica e de Preços desta Tomada de Preços nº 01/2015 será feito de acordo com o previsto no art. 46 da Lei 8.666/1993.

XIV – HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.1. Serão analisados os documentos de Habilitação das AGÊNCIAS cujas Propostas Técnicas e de Preços tenham sido classificadas.

14.2. As AGÊNCIAS deverão apresentar a documentação relativa sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira de acordo com as condições estabelecidas no Anexo 6 deste Edital.

14.3. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original, ou em cópia autenticada por cartório ou, ainda, em cópia não autenticada, desde que seja exibido o original para conferência pela Comissão de Licitação, no ato da abertura do INVÓLUCRO Nº 5.

XV- FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Após o julgamento das propostas, a homologação do resultado pela autoridade competente e a adjudicação do objeto, a CÂMARA DE VEREADORES e a Licitante VENCEDORA poderão firmar contrato visando à execução do objeto desta licitação nos termos da minuta de contrato que integra este Edital – Anexo 10.

15.2. A Licitante vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar o contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela VENCEDORA durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela CÂMARA DE VEREADORES.

15.3. No ato da contratação, a Licitante VENCEDORA deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa;

15.4. No ato da contratação, a Licitante VENCEDORA deverá apresentar a prova de certificação técnica de funcionamento obtida perante o CENP -

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

Conselho Executivo das Normas-Padrão e SINAPRO – Sindicato das Agências de Publicidade de SC, ou entidade equivalente, legalmente reconhecida como fiscalizadora e certificadora das condições técnicas de agência de propaganda (art. 4o da Lei no 10.520/10).

15.5. A recusa injustificada da Licitante VENCEDORA em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido no item 15.2 caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se a CÂMARA DE VEREADORES o direito de independente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar os Licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta do primeiro classificado, inclusive quanto ao preço e condições técnicas.

15.6. As Licitantes remanescentes convocadas na forma do item 15.4, que não concordarem em assinar o contrato, não estarão sujeitos às penalidades mencionadas no item XVIII.

XVI- CONDIÇÕES CONTRATUAIS

16.1. Constam da Minuta de Contrato - Anexo 10.

XVII - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O não cumprimento das obrigações decorrentes deste certame, pela CONTRATADA, dará ensejo à aplicação das seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação vigente:

17.1.1. Advertência;

17.1.2. Multa de 3% (três por cento) sobre o valor estimado do contrato se, sem justificativa aceita pela Câmara de Vereadores, o adjudicatário recusar-se a assiná-lo, sem prejuízo da adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis;

17.1.3. Multa de 7% (sete por cento) sobre o valor do contrato por sua inexecução parcial ou total;

17.1.4. A inexecução parcial ou total do contrato poderá ensejar sua rescisão nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93 atualizada, podendo a empresa ser suspensa para licitar e contratar pelo período de até 02 (dois)

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

anos.

17.2. As multas eventualmente aplicadas serão irreversíveis, mesmo que os atos ou fatos que as originaram sejam reparados.

17.3. As multas previstas não têm caráter compensatório, mas meramente moratório, e consequentemente o pagamento não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato tenha acarretado.

17.4. Na hipótese da CONTRATADA atrasar a execução de quaisquer serviços referentes ao contrato injustificadamente, ou cuja justificativa não seja aceita pela Câmara de Vereadores, ficará sujeita à aplicação da multa determinada no contrato.

17.5. A cada multa aplicada, ficará a Câmara de Vereadores autorizada, de pleno direito, a descontar o valor correspondente dos pagamentos que venha a fazer à CONTRATADA.

17.6. Nenhuma retenção de pagamento isentará a CONTRATADA da responsabilidade pelos serviços prestados.

17.7. Enquanto não forem cumpridas as condições contratuais estabelecidas, a Câmara de Vereadores poderá reter o pagamento.

17.8. A abstenção por parte de Câmara de Vereadores, do uso de quaisquer das faculdades contidas no instrumento contratual e neste Edital, não importa em renúncia ao seu exercício.

17.9. A aplicação de qualquer penalidade prevista neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

XVIII- DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. A presente licitação não obriga necessariamente em contratação. A Câmara de Vereadores poderá revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente, e deverá anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado,

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

disponibilizado para conhecimento dos PROPONENTES da licitação. A Câmara de Vereadores, poderá ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimentos dos invólucros ou para sua abertura.

18.2. A Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a não veracidade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

18.3. É facultadasamente à Comissão de Licitação em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos. Neste caso, ficarão suspensos todos os prazos eventualmente em curso, até o término efetivo das diligências promovidas.

18.3.1. Nesse caso, a Comissão de Licitação ou autoridade superior deverão adotar os cuidados necessários para preservar o sigilo quanto à autoria da via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária, até a abertura do **INVÓLUCRO Nº 2**.

18.4. As AGÊNCIAS intimadas na forma do item 18.3 deverão prestar os devidos esclarecimentos adicionais, por escrito, no prazo determinado pela Comissão de Licitação ou Subcomissão Técnica, sob pena de inabilitação/desclassificação.

18.5. Todas as decisões deste Edital, assim como os compromissos assumidos pela AGÊNCIA vencedora, em sua proposta e seus respectivos anexos farão parte do contrato, independentemente de transcrição.

18.6. Todas as decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas às Licitantes mediante intimação, a qual poderá se dar nas próprias reuniões – se presentes representantes de todas as Licitantes – ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, ou, ainda, mediante publicação no site da Câmara de Vereadores – SC.

18.7. Integrarão o contrato a ser firmado, independentemente de transcrição,

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

as condições estabelecidas no Edital e em seus anexos, os elementos apresentados pela Licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento das Propostas Técnicas e, quando for o caso, a Proposta de Preços com ela negociada.

18.8. As interessadas se obrigam a manter, durante todo o processo, inclusive durante a execução do contrato, as condições de qualificação técnica e habilitação exigidas nesta licitação.

18.9. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio de igualdade entre as Licitantes.

18.10. Havendo indícios de conluio entre as Licitantes ou de qualquer ato de má fé, a Câmara de Vereadores adotará as providências cabíveis junto aos Órgãos competentes do Poder Público.

18.11. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Subcomissão Técnica e pela Comissão de Licitação – conforme o caso.

18.12 – Fazem parte integrante e inseparável deste edital os anexos que seguem:

- **ANEXO 01 – DESCRIÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**
- **ANEXO 02 – PROPOSTA TÉCNICA – ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**
- **ANEXO 03 – BRIEFING**
- **ANEXO 04 – PROPOSTA DE PREÇOS - ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**
- **ANEXO 05 – MINUTA DE PROPOSTA DE PREÇOS**
- **ANEXO 06 – EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO**
- **ANEXO 07 – MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**
- **ANEXO 08 – MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES NO QUADRO DA EMPRESA**
- **ANEXO 09 – MINUTA DE PROCURAÇÃO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

- **ANEXO 10 – MINUTA DE CONTRATO**
- **ANEXO 11 – LISTA DE DOCUMENTAÇÃO PARA OBTER O CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL DO FORNECEDOR.**
- **ANEXO 12 – MINUTA DE TERMO DE DESISTÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

18.18. Fica eleito o Foro da Comarca de Navegantes-SC com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas possíveis dúvidas e questões oriundas desta licitação.

Navegantes, 16 de março de 2015.

NORMA ESPINDOLA

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

ANEXO 01 – DESCRIÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Publicidade e Propaganda. Os serviços serão prestados à Câmara de Vereadores de Navegantes, e compreendem: a) estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa, distribuição e avaliação de campanhas e peças publicitárias e de relacionamento com o público;

1.1.1. São atividades complementares os serviços especializados pertinentes a:

- . a) planejamento e execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas;
- . b) produção e execução técnica das peças e projetos publicitários criados;
- . c) criação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias. Visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

1.1.2. As pesquisas e avaliações previstas na alínea “a” do item 1.1.1 terão a finalidade específica de aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a veiculação e de possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas publicitárias realizadas em decorrência da execução do contrato.

1.1.3. É vedada a inclusão nas pesquisas e avaliações previstas na alínea “a” do item 1.1.1 de matéria estranha ou que não guarde pertinência temática com a ação publicitária ou com o objeto do contrato de prestação de serviços de publicidade.

1.1.4. Serão veiculadas as seguintes ações publicitárias:

- . a) Publicidade Institucional – a que tem como objetivo divulgar informações sobre atos, obras e programas da CÂMARA DE VEREADORES, suas metas e resultados;
- . b) Publicidade de Utilidade Pública – a que tem como objetivo informar,

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.

1.2. Será vedada a inclusão de quaisquer outras atividades no objeto desta Licitação, em especial as de assessoria de imprensa, relações públicas ou as que tenham por finalidade a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

1.3. Os serviços objeto da presente Concorrência Pública serão contratados com AGÊNCIA de propaganda cujas atividades sejam disciplinadas pela Lei nº 4.680/1965 e que tenha obtido certificado de qualificação técnica de atendimento, nos termos do art. 4º da Lei 12.232/2010.

1.4. A AGÊNCIA não poderá subcontratar agências de propaganda para a execução dos serviços previstos no item 1.1.

1.5. A AGÊNCIA atuará por conta e ordem da Câmara de Vereadores em conformidade com o art. 3º da Lei no 4.680/1965, na contratação de fornecedores de serviços especializados para a execução das atividades complementares de que trata o item 1.1 e de veículos e outros meios de divulgação para a compra de tempo e espaço publicitários.

1.6. Os profissionais indicados para fins de comprovação da capacidade de atendimento deverão ser os mesmos que atuarão na execução dos serviços objeto dos contratos formalizados em decorrência desta licitação, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Câmara de Vereadores.

1.7. A AGÊNCIA contratada deve manter, à frente dos serviços, um representante credenciado por escrito, o qual será responsável pela direção dos serviços contratados e representará a AGÊNCIA perante a Câmara de Vereadores.

02 – QUANTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

2.1. A soma das despesas com o contrato resultante desta licitação está estimada em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) até a data de 31 de dezembro de 2015.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

2.2. A Câmara de Vereadores se reserva o direito de, a seu juízo, utilizar ou não a totalidade da verba indicada no item 2.1 trata-se de valor meramente estimativo.

2.3. A AGÊNCIA deverá:

2.3.1. Assessorar Comunicação da Câmara de Vereadores no que diz respeito ao atendimento, análise, pesquisa, planejamento, autorização e comprovação de veiculação da publicidade da Câmara de Vereadores;

2.3.2. Dispor e manter atualizado um banco de dados com tabelas e descontos negociados relativo aos veículos de comunicação;

2.3.3. Disponibilizar informações necessárias para negociação com veículos, ou, se assim a Câmara de Vereadores determinar, negociar diretamente, repassando todas as condições negociadas;

2.3.4. Controlar os espaços adquiridos dos veículos e apresentar relatório mensal à Câmara de Vereadores, com acompanhamento dos espaços e das inserções utilizadas e a serem utilizadas;

2.3.5. Apresentar trimestralmente mapa referente ao saldo dos espaços disponíveis de cada veículo;

2.3.6. Apresentar estudos relativos à utilização de mídias inovadoras e alternativas quando solicitado pela equipe de Comunicação da Câmara de Vereadores

2.3.7. As atividades da Agência funcionarão sob as orientações da equipe de Comunicação da Câmara de Vereadores e nenhum ato ou ação será deflagrado sem autorização do setor;

2.3.8. As autorizações efetuadas serão registradas em relatório específico para a Câmara de Vereadores;

2.3.9. A programação de mídia, bem como qualquer comprometimento de despesa em nome da Câmara de Vereadores, será previamente submetida à equipe de Comunicação da Câmara para sua aprovação;

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

ANEXO 02 – PROPOSTA TÉCNICA ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

1. As licitantes deverão comprovar que atendem aos requisitos previstos na Lei 12.232/2010 e neste Edital.

2. O atendimento acima referido deverá ser comprovado por meio de Proposta Técnica estruturada em 04 (quatro) quesitos: Plano de Comunicação Publicitária, Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.

2.1. Plano de Comunicação Publicitária

2.1.1. As licitantes apresentarão Plano de Comunicação Publicitária elaborado com base no *briefing* constante do Anexo 3 deste Edital.

2.1.2. O Plano de Comunicação Publicitária deverá ser elaborado em 02 (duas) vias – NÃO IDENTIFICADA e IDENTIFICADA – que deverão ser acondicionadas separadamente nos INVÓLUCROS Nº 1 e Nº 2, conforme itens 6.2 a 6.10 deste Edital.

2.1.3. A Via Não Identificada do Plano de Comunicação Publicitária não poderá ter informação, marca, sinal, etiqueta, palavra ou outro elemento que possibilite a identificação de sua autoria antes da abertura do INVÓLUCRO Nº 2.

2.1.4. A Via Identificada do Plano de Comunicação Publicitária – sem os exemplos de peças e/ou material da Ideia Criativa, deverá constituir-se em cópia da Via Não Identificada, com a identificação da Licitante, e ser datada e assinada na última página e rubricada nas demais, pelo representante legal da Licitante.

2.1.5. O Plano de Comunicação Publicitária (Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária e Estratégia de Mídia e Não Mídia) deverá ser:

- . a) redigido em língua portuguesa;
- . b) elaborado em papel A4 branco com gramatura 75g/m2, orientação retrato;
- . c) com espaçamento de 2cm nas margens direita e esquerda, a partir da borda e de 3cm das margens superior e inferior, a partir da borda;

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

- . d) texto e numeração das páginas em fonte Arial 12, estilo “normal”, na cor preta;
- . e) espaçamento simples entre linhas e parágrafos;
- . f) textos justificados;
- . g) sem recuos nos parágrafos e linhas subsequentes;
- . h) com todas páginas numeradas sequencialmente, pelo editor de textos, a partir da primeira folha interna, em algarismos arábicos no canto superior direito da página;
- . i) em caderno único, com espiral preto colocado à esquerda;
- . j) capa e contracapa em papel A4 branco, com gramatura de 75g/m2, ambas em branco;
- . k) sem identificação da Licitante.

2.1.6. Os subquestos Raciocínio Básico e Estratégia de Comunicação Publicitária poderão ter gráfico e/ou tabela, com a utilização de cores, com fonte Arial, tamanho 10;

2.1.7. Os gráficos e tabelas dos subquestos Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária e Estratégia de Mídia e Não Mídia poderão ser apresentados em papel A3 dobrado, branco com gramatura 75g/m2, sendo que as áreas ocupadas das duas páginas serão consideradas no cômputo do limite previsto no item 2.1.14;

2.1.8. As especificações do item 2.1.5 não se aplicam aos exemplos de peças de que trata a alínea “c” do item 2.1.16.

2.1.9. Os exemplos de peças e/ou material integrantes do subquesto Ideia Criativa serão apresentados separadamente do caderno de que trata o item 2.1.5, podendo ser folhas soltas em papel A3 dobrado, branco com gramatura 75g/m2, sem qualquer tipo de grampo ou encadernação.

2.1.10. As tabelas, gráficos e planilhas do quesito Estratégia de Mídia e Não Mídia (alínea “d” do item 2.1.16) poderão ser elaboradas com fontes e tamanhos de fonte habitualmente utilizados nesses documentos e ser editadas

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

em cores.

2.1.11. Os exemplos mencionados no item 2.1.9 não deverão conter identificação de sua autoria e deverão ter formatos compatíveis com suas características e adequar-se às dimensões do INVÓLUCRO Nº 1.

2.1.12. No cálculo da alocação dos valores para a produção e veiculação da campanha da Idéia Criativa, as licitantes utilizarão como referencial a verba indicada no *Briefing*.

2.1.13. Os profissionais indicados para fins de comprovação da Capacidade de Atendimento deverão participar da elaboração dos serviços objeto dos contratos a serem formalizados, admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Câmara de Vereadores de Navegantes.

2.1.14. Os textos pertinentes ao Plano de Comunicação Publicitária estão limitados a até 10 (dez) laudas, ressalvado que os roteiros das peças de que trata a alínea “c” do item 2.1.16 - Ideia Criativa e os textos, tabelas, gráficos e planilhas referentes à alínea “d” do item 2.1.16 – Estratégia de Mídia e Não Mídia não serão computados nesse limite de laudas.

2.1.15. Os textos da Estratégia de Mídia e Não Mídia não têm limitação quanto ao número de páginas, mas cabe às licitantes atentarem para as disposições deste Edital quanto às dimensões do INVÓLUCRO Nº 1, especialmente na alínea “c” do item 6.7 deste Edital.

2.1.16. O Plano de Comunicação Publicitária deverá compreender os seguintes quesitos: a) Raciocínio Básico – texto em que a Licitante apresentará um diagnóstico das necessidades de comunicação da Câmara de Vereadores, a compreensão sobre as informações constantes do *briefing* e os desafios de comunicação a serem enfrentados.

b) Estratégia de Comunicação Publicitária – A Licitante apresentará e defenderá o partido temático e o conceito que, de acordo com seu raciocínio básico, devem fundamentar a proposta para alcance dos resultados e metas de comunicação da Câmara de Vereadores, além de explicitar e defender os principais pontos da estratégia de comunicação sugerida para a solução do

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

problema e dos objetivos de comunicação, especialmente o que dizer, a quem dizer, como dizer e que instrumentos, ferramentas e meios de divulgação utilizar.

c) Ideia Criativa – a Licitante apresentará campanha publicitária com a relação de todas as peças integrantes da campanha, inclusive as eventuais variações de formato, e exemplos de peças de comunicação propostas pela agência para alcançar as metas por ela explicitadas na Estratégia de Comunicação Publicitária. Os exemplos de peças estão limitados a até 05 (cinco), independentemente do meio de divulgação, do tipo ou da característica da peça e podem ser apresentados sob a forma de roteiro, leiaute e *story-board* impressos em papel tamanho A3, sem montagens ou *passpartout*. Não serão aceitos CDs, DVDs ou outras formas de apresentação.

OBS 1: As licitantes apresentarão relação de todas as peças integrantes da campanha, incluídas as eventuais reduções e variações de formato e as peças que eventualmente extrapolarem o limite previsto.

OBS 2: Eventuais *slogans* e *motes* publicitários para a produção das peças da campanha deverão ser compostos na mesma fonte e formatação do texto conforme descrito no item 2.1.5.

d) Estratégia de Mídia e Não Mídia, constituída de: 1) apresentação em que a Licitante explicitará e justificará a estratégia e as táticas recomendadas, em consonância com a estratégia de comunicação publicitária por ela sugerida e em função da verba referencial indicada no *Briefing*, sob a forma de textos, tabelas, gráficos e planilhas; 2) simulação de plano de distribuição em que a Licitante identificará todas as peças e ou material destinados a veiculação, exposição ou distribuição, sob a forma de textos, tabelas, gráficos e planilhas. a) Dessa simulação deverá constar resumo geral com informações sobre, pelo menos: I O período de distribuição das peças e ou material; II. As quantidades de inserções das peças em veículos de divulgação; III. Os valores (absolutos e percentuais) dos investimentos alocados em veículos de divulgação, separadamente por meios; IV. Os valores (absolutos e percentuais) alocados na produção e ou na execução técnica de cada peça

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

destinada a veículos de divulgação; V. As quantidades a serem produzidas de cada peça e ou material de não mídia; VI. Os valores (absolutos e percentuais) alocados na produção de cada peça e ou material de não mídia; VII. Os valores (absolutos e percentuais) alocados na distribuição de cada peça e ou material de não mídia. b). Nessa simulação: I. Os preços das inserções em veículos de comunicação devem ser os de tabela cheia, vigentes na data de publicação do Aviso de Licitação; II. Deve ser desconsiderado o repasse de parte do desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei n.º 4.680/1965; III. Devem ser desconsiderados os custos internos e os honorários sobre todos os serviços de fornecedores.

2.2. Capacidade de Atendimento

2.2.1. A Licitante deverá apresentar os documentos e informações que constituem a Capacidade de Atendimento em caderno específico, com ou sem o uso de cores, em papel A4, encadernadas com espiral preto, em fonte Arial tamanho 12, em folhas numeradas sequencialmente, a partir da primeira folha interna, rubricadas e assinadas na última por seu representante legal.

2.2.2. Os documentos e informações e o caderno específico mencionados no item 2.2.1 não poderão ter informação, marca, sinal, etiqueta, palavra ou outro elemento que conste do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada – e possibilite a identificação da autoria deste antes da abertura do INVÓLUCRO Nº 2.

2.2.3. A Capacidade de Atendimento será constituída de textos em que a Licitante apresentará:

- . a) relação nominal dos principais clientes atendidos pela Licitante à época da apresentação da Proposta Técnica, com a especificação do período de atendimento de cada um deles;
- . b) quantificação e qualificação, sob a forma de currículo resumido (no mínimo nome, formação e experiência), dos profissionais que estarão à disposição da execução dos serviços à Câmara de Vereadores, caso as licitantes venham a ser contratadas, discriminando as áreas de

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

estudo e planejamento, criação, produção de rádio e TV, produção gráfica, mídia e atendimento;

- . c) relação das instalações, a infra-estrutura e os recursos materiais disponíveis para a execução do contrato;
- . d) a sistemática de atendimento e discriminará as obrigações a serem cumpridas pela Licitante, na execução dos serviços – caso venha a ser contratada – incluídos os prazos a serem praticados, em condições normais de trabalho, na criação de campanha, materiais publicitários impressos, peças de oportunidade e na elaboração de plano de mídia;
- . e) a discriminação das informações de marketing e comunicação, das pesquisas de audiência e da auditoria de circulação e controle de mídia que colocarão regularmente à disposição da Câmara de Vereadores, sem ônus adicional, durante a execução dos serviços.

2.3. Repertório

2.3.1. A Licitante deverá apresentar os documentos e informações que constituem o Repertório na forma dos itens 2.2.1 e 2.2.2 anteriores. (OBS.: As peças gráficas do Repertório poderão ser apresentadas em formato A3, branco com gramatura 75g/m2, devendo-se utilizar sistema de dobras para seu acondicionamento no caderno de formato A4).

2.3.2. O Repertório constituirá um conjunto de trabalhos, concebidos e veiculados, expostos e ou exibidos pelas licitantes, preferencialmente nos últimos 03 (três) anos, para anunciantes que não a Câmara de Vereadores, sob a forma de peças e respectivas memórias técnicas, nas quais se incluirá indicação sucinta do problema que a peça se propôs a resolver. As licitantes deverão apresentar 04 (quatro) peças e observar o limite de 02 (duas) peças para cada meio de divulgação. Cada peça deverá conter ficha técnica com a identificação das licitantes, título, data de produção, período de veiculação exposição/ exibição e menção de pelo menos um veículo/espço que a divulgou/expôs/exibiu. As peças eletrônicas e os spots e/ou jingles deverão ser fornecidos em CD ou DVD; e as peças gráficas, em proporções que preservem suas dimensões originais e possibilitem sua leitura.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

2.3.3. Se a Licitante apresentar peças em quantidade inferior à estabelecida no item 2.3.2, sua pontuação máxima, neste quesito, será proporcional à prevista na alínea “c” do item 6.1, aplicando-se a regra de três simples.

2.3.4. As peças e ou material não podem referir-se a trabalhos solicitados e/ou aprovados pela Câmara de Vereadores.

2.4. Relatos de soluções de problemas de comunicação

2.4.1. A Licitante deverá apresentar os documentos que constituem os Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação na forma descrita nos subitens 2.2.1 e 2.2.2 anteriores. (OBS.: As peças gráficas do Relato de soluções de problemas de comunicação poderão ser apresentadas em formato A3, devendo-se utilizar sistema de dobras para seu acondicionamento no caderno de formato A4).

2.4.2. Deverão ser apresentados 3 (três) cases, de, no máximo 2 (duas) laudas cada, formalmente referendados pelos respectivos anunciantes, permitida a inclusão de até 5 (cinco) peças de qualquer tipo para cada relato. Os relatos apresentados não podem referir-se a ações de comunicação solicitadas e/ou aprovadas pela Câmara de Vereadores. As peças eletrônicas e/ou os spots e/ou jingles deverão ser fornecidos em CD ou DVD; e as peças gráficas, em proporções que preservem suas dimensões originais e sua leitura.

2.4.3. Se a Licitante apresentar peças em quantidade inferior à estabelecida no item 2.4.2, sua pontuação máxima, neste quesito, será proporcional à prevista na alínea “d” do item 6.1, aplicando-se a regra de três simples.

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

3. A Subcomissão Técnica prevista no item XI deste Edital analisará as Propostas Técnicas das licitantes quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

4. Serão levados em conta pela Subcomissão Técnica, como critérios de julgamento técnico os seguintes atributos da Proposta, para cada quesito ou subquesito:

4.1. Plano de Comunicação Publicitária

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

4.1.1. Raciocínio Básico – a acuidade da compreensão:

- . a) das características da Câmara de Vereadores e das suas atividades que sejam significativas para a comunicação;
- . b) da natureza, da extensão e da qualidade das relações da Câmara de Vereadores com os munícipes;
- . c) do papel da Câmara de Vereadores no atual contexto social, político e econômico;
- . d) do problema e dos objetivos de comunicação estabelecidos pela Câmara de Vereadores no *Briefing*.

4.1.2. Estratégia de Comunicação Publicitária:

- a) a adequação do partido temático e do conceito propostos à natureza e qualificação da Câmara de Vereadores e ao problema e objetivos de comunicação;
- . b) a consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa do partido temático e do conceito propostos;
- . c) a riqueza de desdobramentos positivos do conceito proposto para a comunicação da Câmara de Vereadores e seus públicos;
- . d) a adequação e a exequibilidade da estratégia de comunicação publicitária proposta para solução do problema e dos objetivos de comunicação da Câmara de Vereadores;
- . e) a consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa da estratégia de comunicação proposta;
- . f) a capacidade de articular os conhecimentos sobre a Câmara de Vereadores, o seu problema específico e seus objetivos de comunicação, seus públicos e a verba disponível.

4.1.3. Ideia Criativa:

- . a) sua adequação ao problema específico e aos objetivos de comunicação da Câmara de Vereadores;
- . b) sua adequação à estratégia de comunicação publicitária sugerida pela

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

Licitante.

- . c) sua adequação ao universo cultural dos segmentos de público alvo;
- . d) a multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta;
- . e) a originalidade da combinação dos elementos que a constituem;
- . f) a simplicidade da forma sob a qual se apresenta;
- . g) sua pertinência às atividades da Câmara de Vereadores e à sua inserção nos contextos social, econômico e político;
- . h) os desdobramentos comunicativos que enseja, conforme demonstrado nos exemplos de peças apresentados;
- . i) a exequibilidade das peças;
- . j) a compatibilidade da linguagem utilizada nas peças aos meios e aos públicos propostos;
- . k) a adequação da proposta à identidade visual da Câmara de Vereadores.

4.1.4. Estratégia de Mídia e Não Mídia:

- . a) o conhecimento dos hábitos de consumo de comunicação dos segmentos de público prioritários;
- . b) a capacidade analítica evidenciada no exame desses hábitos;
- . c) a consistência do plano simulado de distribuição das peças em relação às duas alíneas anteriores;
- . d) a pertinência, a oportunidade e a economicidade demonstradas no uso dos recursos próprios de comunicação próprios da Câmara de Vereadores;
- . e) a economicidade da aplicação da verba de mídia, evidenciada no plano simulado de distribuição de peças;
- . f) a otimização da mídia segmentada, alternativa e de massa.

4.2. Capacidade de Atendimento:

- . a) o porte e a tradição dos clientes atuais da Licitante e o conceito de seus produtos e serviços no mercado;

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

- . b) a experiência dos profissionais da Licitante em atividades publicitárias;
- . c) a adequação das qualificações e das quantificações desses profissionais à estratégia de comunicação publicitária da Câmara de Vereadores;
- . d) a adequação das instalações, da infra-estrutura e dos recursos materiais que estarão à disposição da execução do contrato;
- . e) a operacionalidade do relacionamento entre a Câmara de Vereadores e a Licitante, esquematizado na proposta;
- . f) a relevância e a utilidade das informações de marketing e comunicação e das pesquisas de audiência, da auditoria de circulação e controle de mídia que a Licitante colocará regularmente à disposição da Câmara de Vereadores sem ônus adicional, durante a vigência do contrato;

4.3. Repertório:

- . a) a idéia criativa e sua pertinência ao problema que a Licitante se propôs a resolver;
- . b) a qualidade da execução e do acabamento da peça.
- . c) a clareza da exposição das informações prestadas;

4.4. Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação:

- . a) a evidência de planejamento publicitário;
- . b) a consistência das relações de causa e efeito entre problema e solução;
- . c) a relevância dos resultados apresentados;
- . d) a concatenação lógica da exposição;

5. A juízo da Câmara de Vereadores, as ações de comunicação da Licitante poderão ou não vir a ser produzidas e veiculadas, com ou sem modificações, caso a Licitante venha a formalizar contrato de prestação de serviço com a Câmara de Vereadores.

PONTUAÇÃO

6. A avaliação das Propostas Técnicas poderá resultar na pontuação máxima de 100 (cem) pontos.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

6.1. Cada quesito poderá atingir a pontuação máxima descrita a seguir:

a) Plano de Comunicação Publicitária: 65 (sessenta e cinco)

I. Raciocínio Básico – 10 (dez)

II. Estratégia de Comunicação Publicitária – 25 (vinte e cinco)

III. Idéia Criativa – 20 (vinte)

IV. Estratégia de Mídia e Não Mídia – 10 (dez)

b) Capacidade de Atendimento: 15 (quinze)

c) Repertório: 10 (dez)

d) Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação: 10 (dez).

6.2. Cada membro da Subcomissão Técnica atribuirá pontos individuais a cada um dos quesitos e subquesitos, de acordo com a pontuação máxima prevista no item 6.1, obedecidos intervalos de 0,5 (meio) ponto e levando em consideração todos os itens previstos neste Anexo.

6.3. A pontuação do quesito corresponderá à média aritmética dos pontos de cada membro da Comissão Técnica, com duas casas decimais, respeitados a pontuação máxima de cada quesito e subquesito prevista no item 6.1 e o limite máximo definido no item 6.

6.4. A nota final de cada Licitante corresponderá à soma dos pontos dos quesitos.

6.5. Se, na avaliação de um quesito, a diferença entre a maior e a menor pontuação for maior que 20% da pontuação máxima do quesito, a pontuação será reavaliada pela Subcomissão Técnica com o fim de restabelecer o equilíbrio das pontuações atribuídas, devendo o fato ser registrado nas justificativas descritas no item 11.13.3 deste Edital.

6.6. Persistindo a diferença de pontuação após a reavaliação do quesito, os membros da Subcomissão Técnica, autores das pontuações consideradas destoantes, deverão registrar suas justificativas em ata, a qual deverá ser assinada por todos os membros da Subcomissão Técnica e passará a compor o processo da licitação.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

6.7. Se houver desclassificação de alguma Proposta Técnica por descumprimento de disposições do instrumento convocatório, ainda assim será atribuída pontuação a seus quesitos, a ser lançada em planilhas que ficarão acondicionadas em envelope fechado e rubricado no fecho pelos membros da Subcomissão Técnica, até que expirem os prazos para interposição de recursos relativos a essa fase da licitação, exceto nos casos em que o descumprimento resulte na identificação da Licitante antes da abertura do INVÓLUCRO Nº 2 – via identificada do Plano de Comunicação Publicitária.

6.8. Serão classificadas as Propostas Técnicas das licitantes que atenderem a todas as condições a seguir:

- . a) obtiverem nota final igual ou superior a 80 pontos;
- . b) obtiverem nota igual ou superior a 15 (quinze) pontos no subquesto Estratégia de Comunicação Publicitária;
- . c) obtiverem nota igual ou superior a 12 (doze) pontos no subquesto Ideia Criativa;
- . d) obtiverem nota igual ou superior a 6 (seis) pontos no subquesto Estratégia de Mídia e Não Mídia;
- . e) obtiverem nota igual ou superior a 10 (dez) pontos no subquesto Capacidade de Atendimento;
- . f) não obtiverem nota 0 (zero) em nenhum quesito ou subquesto;
- . g) atenderem as demais exigências deste Edital.

6.9. Em caso de empate serão consideradas como mais bem-classificadas as licitantes que tiverem obtido as maiores pontuações nos quesitos do Plano de Comunicação Publicitária, observando-se a ordem abaixo, até que se obtenha o desempate:

- . a) Estratégia de Comunicação Publicitária;
- . b) Ideia Criativa;
- . c) Estratégia de Mídia e Não Mídia;
- . d) Raciocínio Básico.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

6.10. Persistindo o empate após adotado o critério anterior, será considerada a nota obtida no quesito Capacidade de Atendimento. Por fim, serão consideradas as notas do Repertório e dos Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, consecutivamente.

6.11. Em último caso, não havendo mais forma de desempate pelo aspecto técnico, será adotado sorteio, a ser realizado na própria sessão ou em ato público para o qual todas as AGÊNCIAS serão convocadas, vedado qualquer outro processo. Caso o sorteio não ocorra na sessão, todas as AGÊNCIAS serão comunicadas, formalmente, do dia, hora e local do sorteio.

6.11.1. Decorridos 30 (trinta) minutos da hora marcada, sem que compareçam todos os convocados, o sorteio será realizado a despeito das ausências, vedado qualquer outro processo. Todas as AGÊNCIAS serão comunicadas, formalmente, do dia, hora e local do sorteio.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

BRIEFING**1 – CLIENTE****CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES****2 – CONTEXTUALIZAÇÃO**

Este “*briefing*” contém informações básicas que irão orientar as agências de publicidade, participantes da presente licitação, no desenvolvimento da sua Proposta Técnica. Como DESAFIO DE COMUNICAÇÃO e referência para a avaliação das propostas, a Câmara de Vereadores de Navegantes busca uma proposta que tenha como tema central o papel da Câmara de Navegantes e a transparência no Legislativo.

Em 2015 o Legislativo Municipal de Navegantes inicia o segundo biênio da 13ª Legislatura com 10 (dez) vereadores eleitos representantes do povo. Na sua função, o vereador elabora e produz normas legais, ou leis, que assegurem a ordem e o desenvolvimento da coletividade, e ainda, analisa e aprova as leis que são de competência do Executivo Municipal. O vereador é um agente político que atende as reivindicações da comunidade, que fiscaliza e acompanha a execução das leis em geral e da Lei Orçamentária.

A comunicação pública é um canal direto com o cidadão e a Câmara de Vereadores também quer garantir o direito ao acesso à informação, regulamentada pela Lei nº 12.527/2011. A Casa do Povo presta informações à população sobre os seus direitos e deveres, a atuação e despesas dos parlamentares, as políticas públicas desenvolvidas pelo executivo, divulga os repasses de recursos financeiros e outras questões de interesse público.

A Casa de Leis dispõe à população os seguintes canais de comunicação para solicitar informações e fazer sugestões ou reclamações: o atendimento através da central telefônica (telefonista e ramais); Formulário Fale com Câmara (site); envio de mensagens direcionadas à Câmara são respondidas por servidor designado; Webmail (site): envio de mensagens direcionadas à Câmara pelo email (camaradenavegantes@gmail.com); Notícias da Câmara (site); envio de notícias referentes à Câmara; Ouvidoria da Câmara: é a instância

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

administrativa responsável por acolher reclamações, denúncias, elogios, críticas e sugestões dos cidadãos, quanto aos serviços e atendimentos prestados pela Câmara, através do preenchimento de formulário no site na aba da ouvidoria, ou ligando para o telefone (047) 33421818 ou através do e-mail: ouvidoriacamaravereadoresnvg@gmail.com.

A atual administração pretende com estas novas ações, garantir a eficiência dos serviços prestados, visando o cidadão em primeiro lugar. A Casa do Povo quer buscar a excelência em gestão e aperfeiçoar o seu atendimento através do comprometimento dos colaboradores empenhados em oferecer um serviço de qualidade. Entre as metas desta gestão, está a realização de um novo concurso público em 2015.

O objetivo para a estratégia de comunicação é firmar o conceito que a prioridade da Casa do Povo é a promoção da excelência dirigida ao cidadão e por um conjunto de princípios, voltados para a qualidade da gestão e dos serviços públicos. Estimular o contato do cidadão através dos canais de comunicação disponíveis e fortalecer o empenho do legislativo em oferecer um serviço público de qualidade, eficiente e transparente. A ideia é intensificar as ligações com os cidadãos, ampliar o conhecimento da comunidade sobre as atividades legislativas, além de aumentar a participação popular nas sessões da Câmara.

3 – PÚBLICO-ALVO

Prioritário: População de Navegantes de uma forma geral.

4 – OBJETIVO DE COMUNICAÇÃO

Informar a população sobre o real papel da Câmara de Vereadores a fim de conscientizar os munícipes. Desta forma, acreditamos que iremos contribuir diretamente para que tenhamos cidadãos mais conscientes em relação à política e ao funcionamento do Poder Legislativo.

Também como objetivo, pretendemos que as ações de comunicação possam garantir maior transparência para a população a respeito do trabalho do Legislativo Municipal.

5 – VERBA

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

A proposta técnica (campanha simulada) deverá ser desenvolvida observado o limite de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Todos os custos de criação, produção, veiculação e remuneração legal da agência, deverão estar contidos na verba destinada para a campanha.

7 – PRAÇA DE VEICULAÇÃO

O município de Navegantes.

8 - PRAZO DE DURAÇÃO DA CAMPANHA

30 (trinta) dias

9 - O MUNICÍPIO

Navegantes

DATA DE CRIAÇÃO

20/08/1962

HABITANTES

60556 - IBGE/2010

ELEITORES

41.931 - TRE/SC SET/2014

ÁREA TERRITORIAL

112,029 km2

CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL

Essencialmente urbana

PIB PER CAPITA

R\$ 23.342,62 (BNDES)

UFM - Unidade Fiscal do Município - 2015

R\$ 121,78

DISTÂNCIA DE FLORIANÓPOLIS

114 Km

Fonte: IBGE

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

**ANEXO 04 – PROPOSTA DE PREÇOS ORIENTAÇÕES PARA A
ELABORAÇÃO E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

1. A Licitante deverá apresentar Proposta de Preços informando o percentual de desconto a ser praticado sobre a tabela do Sindicato das Agências de Propaganda de Santa Catarina - SINAPRO, vigente até a data da publicação deste Edital, para os serviços internos, assim entendidos aqueles que são executados pelo pessoal e/ou com os recursos da própria agência;
2. A Licitante deverá apresentar Proposta de Preços informando o percentual de honorários referentes à produção e execução técnica de peças e materiais cuja distribuição não proporcione à AGÊNCIA o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, incidentes sobre os custos de serviços realizados por fornecedores.
3. A Licitante deverá apresentar Proposta de Preços informando o percentual de honorários referentes ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e geração de conhecimento, pertinentes ao contrato e que não impliquem em execução de serviços da agência, incidentes sobre os custos de serviços realizados por fornecedores.
4. No julgamento das propostas de Preços, a classificação dar-se-á em ordem crescente, sendo considerada como a de menor preço aquelas que apresentarem o maior percentual de desconto no item 1 e menor percentual de honorários referidos nos itens 2 e 3 acima.
5. Os percentuais propostos serão de exclusiva responsabilidade da AGÊNCIA e não lhe assistirá o direito de pleitear, na vigência do contrato a ser firmado, nenhuma alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
6. O percentual proposto deverá contemplar todas as despesas necessárias à plena execução dos serviços, tais como de pessoal, de administração, e todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.) incidentes sobre o serviço.
7. O prazo das propostas será declarado pela AGÊNCIA com validade de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de abertura dos INVÓLUCROS.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

8. Expirado o prazo de validade das propostas sem convocação para a contratação, as AGÊNCIAS ficam liberadas dos compromissos assumidos, inclusive a vencedora, que podem se recusar a assinar o contrato, salvo se tiverem dado causa ao atraso.
9. A simples apresentação das propostas implicará a aceitação integral das condições fixadas neste Edital.
10. Serão desclassificadas as propostas que: a) Oferecerem desconto superior a 30% (trinta por cento) no item 1 b) Oferecerem percentual de honorário inferior a 10% (dez por cento) no item 2 c) Oferecerem percentual de honorário inferior a 5% no item 3 d) não atenderem às exigências deste Edital e de seus Anexos. e) apresentarem irregularidades ou contiverem rasuras e emendas, bem como tipografia ou impressão que comprometam seu conteúdo; f) forem apresentadas em desacordo com os termos da minuta constante do Anexo 5; g) apresentarem preços baseados em outra proposta ou que contiverem qualquer item condicionante para a entrega dos serviços;
11. Não serão consideradas quaisquer cláusulas ou condições especiais no corpo das propostas, oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseados nas ofertas das demais AGÊNCIAS.
12. Poderão ser admitidas, a juízo da Comissão de Licitação, alterações formais destinadas a sanar evidentes erros formais que não impliquem alteração do conteúdo das Propostas e desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo desta licitação.
13. Uma vez conhecida a proposta de menor preço, as demais AGÊNCIAS, obedecida a ordem de classificação das Propostas Técnicas, serão chamadas para se manifestarem quanto à concordância em realizar os serviços pelo mesmo percentual da proposta de menor preço.
14. A AGÊNCIA convocada na forma do item 14 que não concordar com o preço da 1ª classificada na Proposta de Preços perderá o direito de contratar os serviços com a Câmara de Vereadores, não lhes cabendo nenhum tipo de indenização.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

15. Caso todas as propostas sejam desclassificadas, a CONTRATANTE poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de novas propostas, excluídas as causas da desclassificação. Todas as AGÊNCIAS classificadas nesta licitação serão comunicadas, formalmente, do dia, hora e local da abertura dos novos invólucros. Neste caso, o prazo de validade das propostas será contado da nova data de abertura dos invólucros PROPOSTA.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

ANEXO 05 – MINUTA DE PROPOSTA DE PREÇOS

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços de publicidade da licitação em referência.

1. IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:

NOME EMPRESARIAL, CNPJ, ENDEREÇO, TELEFONE e E-MAIL:

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A proponente conhece e aceita os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação bem como a minuta de contrato que o integra.

2.2. Quaisquer reclamações oriundas da prestação dos serviços deverão ser formalizadas por escrito e dirigidas ao nosso escritório, sito no(a)

_____ (informar endereço completo).

3. REMUNERAÇÃO

3.1. Declaramos que na vigência do contrato a ser assinado com a Câmara de Vereadores adotaremos o desconto de -----% (por extenso) sobre a tabela do sindicato da base territorial onde a agência estiver localizada para os serviços internos, assim entendidos aqueles que são executados pelo pessoal e/ou com os recursos da própria agência, conforme disposto na Cláusula Quinta da minuta do contrato anexo a este Edital.

3.2. Declaramos que na vigência do contrato a ser assinado com a Câmara de Vereadores adotaremos os honorários de -----% (por extenso) a serem cobrados da Câmara de Vereadores sobre os custos comprovados previamente autorizados pela a Câmara de Vereadores, relativos aos serviços de produção e execução técnica de peças e materiais realizados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da AGÊNCIA, cuja distribuição não proporcione o desconto de Agência concedido pelos veículos de divulgação, conforme disposto na Cláusula Quinta da minuta do contrato anexo a este Edital.

3.3. Declaramos que na vigência do contrato a ser assinado com a Câmara de Vereadores adotaremos os honorários de -----% (por extenso) a serem cobrados da Câmara de Vereadores sobre os custos comprovados previamente autorizados pela Câmara de Vereadores, relativos ao

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e geração de conhecimento pertinentes à execução do contrato, com a intermediação e supervisão da AGÊNCIA, cuja distribuição não proporcione o desconto de Agência concedido pelos veículos de divulgação, conforme disposto na Cláusula Quinta da minuta do contrato anexo a este Edital.

3.4. Para aprovação dos serviços realizados por fornecedores, serão apresentados, no mínimo, 03 (três) cotações de preços, colhidas entre fornecedores distintos sem vinculação societária entre eles e esta Empresa, conforme estipulado na Lei 12.232/2010.

4. DIREITOS AUTORAIS

4.1. Na reutilização de peças (inclusive fotos) em meios iguais e por período igual ao inicialmente pactuado, o valor a ser pago pela Câmara de Vereadores será de, no máximo, 70% (setenta por cento) do valor orçado/contratado, exclusivamente para o cachê de modelos/atores e para os honorários do fotógrafo, pelos direitos de uso de imagem. No caso de o orçamento/contrato contemplar mais de uma peça/foto e não tiverem sido especificados os preços unitários dos cachês de modelos/atores e dos honorários do fotógrafo, o percentual incidirá, no máximo, sobre o preço unitário apurado de acordo com simples regra de três.

4.2. Na reutilização das peças fonográficas em meios iguais e por período igual aos inicialmente pactuados, o valor a ser pago pela Câmara de Vereadores será de até 70% (setenta por cento) do valor contratado.

4.3. Na reutilização de peças audiovisuais em meios, período e demais condições iguais aos inicialmente pactuados, o valor a ser pago pela Câmara de Vereadores será de até 70% (setenta por cento) dos cachês dos atores e dos honorários do diretor, pelos direitos de uso de imagem. Também será pago pela Câmara de Vereadores até 10% (dez por cento) sobre o valor total inicialmente contratado, pelo direito patrimonial.

4.4. Na reutilização de peças em meios iguais e por período igual ao inicialmente pactuado, o percentual máximo sobre o valor original da cessão de uso de obras consagradas incorporadas a essas peças, a ser pago pela

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

Câmara de Vereadores aos detentores dos direitos patrimoniais de uso dessas obras, será de 70% (setenta por cento).

4.5. Para reutilização de peças por períodos inferiores aos inicialmente pactuados, o percentual máximo será obtido pela regra de três simples.

5. OUTRAS CONDIÇÕES

5.1. Declaramos que, na reutilização de peças publicitárias e contratação de direitos autorais serão negociados, sempre, as melhores condições de preços para a Câmara de Vereadores observada todas as condições definidas na minuta do contrato anexa ao presente Edital (Cláusula Sexta).

5.2. Garantimos a transferência à Câmara de Vereadores de toda e qualquer vantagem obtida nas negociações de preços e/ou condições de pagamento junto a veículos e a fornecedores.

5.3. Assumimos o compromisso de orientar a produção dos serviços, garantindo total responsabilidade pelo resultado dos mesmos.

5.4. A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura dos invólucros DOCUMENTOS.

5.5. Os honorários propostos contemplam todas as despesas necessárias à plena execução do serviço, tais como de pessoal, de administração e todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.) incidentes sobre o serviço.

5.6. Desde já declaramo-nos cientes de que a Câmara de Vereadores procederá à retenção de impostos nas hipóteses previstas em lei.

LOCAL E DATA ASSINATURA E CARIMBO DA AGÊNCIA

(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE)

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

ANEXO 06 – EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

1. Para se habilitar, as licitantes cujas Propostas Técnicas e de Preços tiverem sido classificadas deverão apresentar a Documentação na forma prevista neste Anexo, acondicionada no INVÓLUCRO Nº 5;

1.1. Capacidade Jurídica

1.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual, Certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado onde se situa a sede ou domicílio da licitante, ou ato constitutivo e alterações subsequentes ou a respectiva consolidação, devidamente registrados em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1.1.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

1.1.3. Decreto de autorização devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

1.2. Idoneidade Financeira

1.2.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis, devidamente registrados e apresentados na forma da lei, que comprovem boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis que sejam assim apresentados:

1) Sociedades regidas pela Lei no 6.404/76 (Sociedade Anônima) - Publicados em Diário Oficial; ou - Publicados em jornal de grande circulação; ou - Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do proponente.

2) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (Ltda): - Por fotocópia do livro diário, inclusive os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

autenticadas na Junta Comercial na sede ou domicílio do proponente ou em outro órgão equivalente; ou - Por fotocópia do Balanço e Demonstrações contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do proponente.

3) O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

1.2.1.1. Quando a empresa licitante for constituída por prazo inferior a 01 (um) ano, o balanço anual será substituído por balanço parcial (provisório ou balancete) e demonstrações contábeis relativas ao período de seu funcionamento.

1.2.1.2. Comprovação da boa situação financeira da empresa, através da apresentação, em folha separada, das demonstrações abaixo, calculadas a partir do último balanço patrimonial apresentado:

A) Índice de Liquidez Geral = $AC + RLP > 1,0$ (Maior ou igual a um) $PC + ELP$

Onde:

AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante RLP = Realizável a Longo Prazo ELP = Exigível a Longo Prazo

1.2.1.3. As licitantes que apresentarem valores fora dos limites dos intervalos acima, serão inabilitadas.

1.2.2. Prova de capital social integralizado de, no mínimo, R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), devidamente registrado até a data de abertura do certame para os licitantes nacionais, ou o valor equivalente na moeda do país de origem para licitantes estrangeiros, considerada para a conversão a taxa de câmbio estabelecida pelo Banco Central do Brasil na data da primeira publicação deste Edital, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

1.2.3. Certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. No caso de sociedade civil não registrada na Junta Comercial, deverá ser apresentada Certidão Negativa de

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

Execução Patrimonial da sede ou domicílio da licitante. Caso a certidão seja apresentada sem indicação do prazo de validade, será considerada válida, para este certame, aquela emitida há no máximo 90 (noventa) dias a partir da data da respectiva emissão.

1.3. Regularidade Fiscal e Previdenciária.

1.3.1. Prova de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, do Ministério da Fazenda, em situação cadastral ativa;

1.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, da sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

1.3.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede da licitante (Certidão quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e Certidão de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal) ou certidão conjunta.

1.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com a prestação licitada.

1.3.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, relativos aos tributos relacionados com a prestação licitada.

1.3.6. Prova de regularidade junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito - CND, no prazo de validade.

1.3.7. Comprovação de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia – CRF, no prazo de validade

1.3.8. A licitante poderá comprovar a regularidade fiscal, também por meio de:

1.3.8.1. Certidões positivas com efeito negativo;

1.3.8.2. Certidões positivas cujos débitos estejam judicialmente garantidos ou com sua inexigibilidade suspensa por decisão judicial, apresentando neste caso, certidão de objeto e pé de todas as ações ajuizadas, que demonstrem essa situação.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

1.3.9. Caso as certidões sejam apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas válidas, para este certame, aquelas emitidas há no máximo 90 (noventa) dias a partir da data da respectiva emissão.

1.3.10. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

1.4. Capacidade Técnica:

1.4.1. No mínimo 01 (um) Atestado ou Certidão em nome da licitante, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante presta ou prestou serviço semelhante ou equivalente, compatível em características com o objeto da licitação.

1.5. As licitantes deverão exibir declaração em papel timbrado da empresa, firmada pelo responsável legal, com indicação de nome, RG e cargo, atestando, sob as penas da lei, a inexistência de fato impeditivo à sua habilitação.

1.6. As licitantes deverão exibir declaração em papel timbrado da empresa, firmada pelo responsável legal, com indicação de nome, RG e cargo, atestando, sob as penas da lei, que não existem em seu quadro, funcionários menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou ainda, empregado com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, conforme minuta constante do Anexo 8.

1.7. As licitantes deverão exibir declaração em papel timbrado da empresa, firmada pelo responsável legal, com indicação de nome, RG e cargo, atestando, sob as penas da lei, que apresentarão a prova de certificação técnica de funcionamento obtida perante o CENP - Conselho Executivo das Normas-Padrão ou entidade equivalente, legalmente reconhecida como fiscalizadora e certificadora das condições técnicas de agência de propaganda (art. 4º, da Lei no 12.232/10).

1.8. As licitantes deverão apresentar comprovante de filiação junto ao SINAPRO do seu Estado origem.

1.9. Apresentação do Certificado de Registro Cadastral obtido através do cadastro do fornecedor na Câmara de Vereadores de Navegantes.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

2. CONDIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

2.1. No caso de a Licitante ser empresa estrangeira, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil, os quais estarão contidos no INVÓLUCRO Nº 5.

2.2. Os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados no original, em cópia autenticada por cartório, ou por publicação em órgão da imprensa oficial. A autenticação poderá ser feita, ainda, mediante cotejo da cópia com o original, pelos membros da Comissão de Licitação.

2.3. Os documentos deverão estar com prazo de validade em vigor na data marcada para a abertura dos INVÓLUCROS. Caso os documentos relacionados neste Anexo sejam apresentados sem indicação de prazo de validade, serão considerados, para o certame, válidos por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

2.4. As licitantes que alegarem estar desobrigadas da apresentação de qualquer um dos documentos exigidos neste Edital deverão comprovar esta condição por meio de certificado expedido por órgão competente ou legislação em vigor, apresentados na forma indicada no item anterior.

2.5. O documento necessário para representação da Licitante na sessão de abertura, juntamente com o documento de identificação do respectivo representante deverá ser entregue à Comissão de Licitação apartado do INVÓLUCRO.

2.6. Os documentos de comprovação da regularidade de situação deverão ter todas as páginas rubricadas por representante legal da Licitante, preferencialmente, numeradas e ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório ou, ainda, em cópia não autenticada, desde que seja exibido o original para conferência pela Comissão de Licitação, no ato de abertura dos INVÓLUCROS.

2.7. Se a Licitante tiver filial, todos os documentos deverão estar ou em nome da matriz ou da filial, dependendo de quem seja a Licitante, salvo aqueles

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

documentos que, por sua natureza, comprovadamente, são emitidos em nome da matriz.

2.8. A não apresentação dos documentos exigidos neste Anexo implicará desclassificação da proposta e a aplicação das penalidades previstas no item XVIII deste Edital - Sanções Administrativas.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

**ANEXO 07 – MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO
SUPERVENIENTE****DECLARAÇÃO**

Ref.: Tomada de Preços nº 01/2015

Para fins de participação na Tomada de Preços nº ____/2015, a(o) (NOME COMPLETO DA Licitante), CNPJ, sediada(o) em (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data Representante Legal (Qualificação e assinatura)

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

**ANEXO 08 – MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE
EMPREGADOS MENORES NO QUADRO DA EMPRESA DECLARAÇÃO**

Ref.: Tomada de Preços nº ____/2015

..... (NOME DA EMPRESA),
inscrita no CNPJ no, por intermédio de seu representante
legal o(a) Sr(a), portador(a) da
Carteira de Identidade no e do CPF no
..... DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27
da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de
outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

() (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva ao lado).

Local e data Representante Legal (Qualificação e assinatura)

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

ANEXO 09 – MINUTA DE PROCURAÇÃO OUTORGANTE

(nome, endereço, nome empresarial, etc)

OUTORGADO: (nome e qualificação do representante)

OBJETO: representar a outorgante perante a Câmara de Vereadores de Navegantes, no curso da Tomada de Preços nº ____/2015, que se realizará no (Nome e endereço da dependência).

PODERES: retirar editais, apresentar documentação e proposta, participar de sessões públicas de habilitação e julgamento da documentação e das propostas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar ao direito de recursos, bem como assinar todos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

LOCAL E DATA ASSINATURA

OBS.: no caso de instrumento particular, deverá ser comprovada a capacidade de o signatário nomear procurador, mediante apresentação de cópia do estatuto ou contrato social em vigor, e, quando se tratar de sociedade anônima, da ata de nomeação do signatário.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

ANEXO 10 – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES E A EMPRESA: _____.

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado a Câmara de Vereadores de Navegantes, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Ezequiel Antero Rocha, nº315, Bairro Centro, Cidade de Navegantes – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., daqui por diante denominada simplesmente Contratante ou Câmara de Vereadores, neste ato representada por sua Presidenta, Srª. Norma Espindola, brasileira, vereadora, residente e domiciliado em Navegantes - SC, e de outro a empresa _____, inscrita no CNPJ/M.F. sob o n.º _____, com domicílio na _____, neste ato representada por _____, portador do RG. _____, e do CPF n.º _____, doravante designada simplesmente CONTRATADA, têm entre si, justo e contratado os serviços descritos na cláusula DO OBJETO, em decorrência do resultado obtido na nº ____/2015, seus ANEXOS, DOCUMENTOS e PROPOSTA COMERCIAL, integrantes deste instrumento para todos os fins de direito, de acordo com as disposições das Leis nº 12.232 de 29.04.2010, 4.680 de 18.06.1965 e da Lei Federal nº 8.666/93 de 21.06.93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a execução dos serviços de publicidade da Câmara de Vereadores, compreendendo:

- . a) estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa, compra de mídia, distribuição e avaliação de campanhas e peças publicitárias e de relacionamento com o público;
- . b) planejamento e execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento relativos à execução do

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

contrato;

- . c) criação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária destinadas a expandir os efeitos das mensagens, em consonância com novas tecnologias;
- . d) produção e execução técnica das peças e ou material criados pela contratada.

1.2. Os serviços serão prestados na forma de execução indireta, sob o regime da Lei nº 12.232/2010, e mediante a aplicação, de forma complementar, das Leis nº 4.680/1965 e nº 8.666/1993, obedecidos os termos e condições estabelecidos neste contrato, no Edital da licitação que lhe deu origem e nas Propostas Técnica e de Preços apresentadas, independentemente de transcrição.

1.3. É vedada a prestação de serviços não previstos nesta cláusula, em especial as atividades de promoção, de patrocínio, de assessoria de comunicação, imprensa e relações públicas e a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

1.4. As pesquisas e outros instrumentos de avaliação previstos na alínea “b” do item 1.1 desta cláusula terão por finalidade:

- . a) gerar conhecimento sobre o município, o público-alvo e os veículos de divulgação nos quais serão difundidas as campanhas ou peças;
- . b) aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a divulgação de mensagens;
- . c) possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas ou peças, vedada a inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática com a ação publicitária.

1.5. É vedada a subcontratação de outra agência de propaganda para a execução dos serviços compreendidos no objeto do edital.

1.6. A CONTRATADA atuará por ordem e conta da Câmara de Vereadores, em conformidade com o art. 3º da Lei no 4.680/65, na contratação de:

- . a) fornecedores de serviços especializados para a produção e a execução

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

técnica das peças, campanhas e materiais previstos nas alíneas do item 1.1 e para a execução dos demais serviços conexos e complementares desta cláusula;

- . b) veículos e outros meios de divulgação para a compra de tempo e espaço publicitários.

1.7. Nas pesquisas a que se refere a alínea “b” do item 1.1 desta cláusula é vedada a inclusão de matéria estranha ou que não guarde pertinência temática com a ação publicitária ou com o objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DA REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS

2.1. O valor estimado deste contrato é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

2.2. O valor dos serviços será orçado pela CONTRATADA, em cada caso, em função dos custos respectivos, obedecendo-se, rigorosamente, sob pena de responsabilidade, sua compatibilidade com os preços de mercado, e deverão ser submetidos à apreciação da CONTRATANTE, que decidirá quanto à sua aprovação, no prazo de 05 (cinco) dias.

2.3. Pelos serviços internos, assim entendidos aqueles que são executados pelo pessoal e/ou com os recursos da própria agência, a CONTRATADA será remunerada pelos valores constantes da Tabela de Custos Internos do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Santa Catarina nos trabalhos desenvolvidos internamente pela Agência contratada, subtraído o desconto de ... % (... por cento).

2.4. Pelos serviços referentes à produção e execução técnica de peças e materiais cuja distribuição não proporcione à AGÊNCIA o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, a CONTRATADA será remunerada com honorários de% (.....) sobre os custos dos serviços.

2.5. Pelos serviços referentes ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e geração de conhecimento pertinentes à execução do contrato, a CONTRATADA será remunerada com honorários de% (.....) sobre os custos dos serviços.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

2.6. Na reutilização de peças, o pagamento atenderá ao disposto na Cláusula Quarta que trata sobre Direitos Autorais.

2.7. A CONTRATADA declara que os percentuais de remuneração para a execução dos serviços contratados levaram em conta todos os custos, insumos, despesas e demais obrigações legais para o cumprimento integral das disposições contratuais até o termo final do presente contrato, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações a título de revisão de preço ou reembolso, seja a que título for.

2.8. A CONTRATADA não fará jus a honorários ou a qualquer outra remuneração sobre os serviços realizados por fornecedores referentes a produção e a execução técnica de peças e materiais cuja distribuição proporcione a ela o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação.

2.9 Despesas com deslocamento de profissionais da CONTRATADA, de seus representantes ou fornecedores por ela contratados serão de sua exclusiva responsabilidade. Eventuais exceções, no exclusivo interesse da CONTRATANTE, poderão vir a ser ressarcidas por seu valor líquido e sem cobrança de honorários pela CONTRATADA, desde que antecipadamente orçadas e aprovadas pela CONTRATANTE. Quando houver ressarcimento de despesas com deslocamento de profissionais da CONTRATADA, de seus representantes ou de fornecedores por ela contratados, deverão ser apresentados comprovantes de passagens, diárias, locação de veículos, entre outros, a fim de aferir a execução da despesa e assegurar seu pagamento pelo líquido, sem a incidência de honorários.

2.10. A CONTRATANTE se reserva o direito de, a seu juízo, utilizar ou não a totalidade do valor previsto no item 2.1 desta Cláusula. 2.11. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela prestação dos serviços objeto deste contrato, os valores apurados com base nas faturas encaminhadas, referentes aos serviços efetivamente prestados e previamente autorizados.

2.12. O valor informado no caput desta cláusula poderá sofrer acréscimos ou reduções de até 25% (vinte e cinco por cento), a juízo do CONTRATANTE e mediante aviso formal à CONTRATADA.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

2.13.. Desde que acordado entre as partes, as reduções poderão exceder o percentual estabelecido neste subitem. **CLÁUSULA TERCEIRA – DESCONTO DE AGÊNCIA**

3.1. A CONTRATADA não fará jus a nenhuma remuneração ou desconto de agência quando da utilização, pela CONTRATANTE, de créditos que a esta tenham sido eventualmente concedidos por veículos de divulgação, em qualquer ação publicitária pertinente a este contrato.

3.2. Serão aplicados aos veículos de comunicação digital (internet) os mesmos critérios de distribuição e remuneração dos veículos de mídia tradicional.

CLÁUSULA QUARTA – DIREITOS AUTORAIS

4.1. A CONTRATADA cede a CONTRATANTE, pelo período máximo permitido em lei, os direitos autorais e conexos de uso das ideias (incluídos os estudos, análises e planos), peças, campanhas e demais materiais de publicidade, de sua propriedade ou de seus prepostos, concebidos, criados e produzidos em decorrência deste contrato.

4.2. O valor dessa cessão é considerado incluso nas modalidades de remuneração e formas de pagamento definidas neste contrato.

4.3. A CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos diretamente ou através de terceiros, com ou sem modificações, sempre autorizadas pelo titular dos direitos autorais e levadas a efeito por seu autor, durante a vigência deste contrato e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante a CONTRATADA, seus empregados, prepostos ou fornecedores.

4.4. Em todas as contratações que envolvam direitos de autor e conexos, a CONTRATADA solicitará de cada fornecedor dois orçamentos para execução do serviço, um de cessão de direitos pelo tempo estabelecido pela CONTRATANTE e outro de cessão pelo período máximo permitido em lei de tais direitos, para que a CONTRATANTE escolha uma das opções.

4.5. Nos casos de cessão por tempo limitado, a CONTRATADA utilizará os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão, e condicionará a

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

contratação ao estabelecimento no ato de cessão/orçamento/contrato de cláusulas onde o fornecedor garanta a cessão pelo prazo mínimo a ser definido pela CONTRATANTE em cada caso e se declare ciente da forma estabelecida para a reutilização por igual período.

4.6. Na reutilização de peças (inclusive fotos) em meios iguais e por período igual ao inicialmente pactuado, o valor a ser pago pela CONTRATANTE será de, no máximo, 70% (setenta por cento) do valor orçado/contratado, exclusivamente para o cachê de modelos/atores e para os honorários do fotógrafo, pelos direitos de uso de imagem. No caso de o orçamento/contrato contemplar mais de uma peça/foto e não tiverem sido especificados os preços unitários dos cachês de modelos/atores e dos honorários do fotógrafo, o percentual incidirá, no máximo, sobre o preço unitário apurado de acordo com simples regra de três.

4.7. Na reutilização das peças fonográficas em meios iguais e por período igual aos inicialmente pactuados, o valor a ser pago pela CONTRATANTE será de até 70% (setenta por cento) do valor contratado.

4.8. Na reutilização de peças audiovisuais em meios, período e demais condições iguais aos inicialmente pactuados, o valor a ser pago pela Câmara de Vereadores será de até 70% (setenta por cento) dos cachês dos atores e dos honorários do diretor, pelos direitos de uso de imagem. Também será pago pela CONTRATANTE até 10% (dez por cento) sobre o valor total inicialmente contratado, pelo direito patrimonial de uso sobre trabalhos de arte e/ou protegidos pelos direitos autorais e conexos.

4.9. Na reutilização de peças em meios iguais e por período igual ao inicialmente pactuado, o percentual máximo sobre o valor original da cessão de uso de obras consagradas incorporadas a essas peças, a ser pago pela CONTRATANTE aos detentores dos direitos patrimoniais de uso dessas obras, será de até 70% (setenta por cento).

4.10. Quando da reutilização de quaisquer peças publicitárias citadas nos itens anteriores o valor a ser pago pela CONTRATANTE será negociado caso a caso, tendo como parâmetros básicos a qualidade e os preços praticados no mercado e serão obedecidos os percentuais definidos neste instrumento.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

4.11. Para reutilização de peças por períodos inferiores aos inicialmente pactuados, o percentual máximo será obtido pela regra de três simples.

4.12. Quando a CONTRATANTE optar pela execução dos serviços com a cessão pelo período máximo permitido em lei, a CONTRATADA se compromete a fazer constar dos ajustes que vierem a celebrar com fornecedores - para a produção e execução técnica de peças e campanhas e a prestação de outros serviços - cláusulas escritas que:

- . a) Explicitem a cessão pelo período máximo permitido em lei, por esses fornecedores, do direito patrimonial de uso sobre trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais ou conexos, aí incluídos a criação, produção e direção, a composição, arranjo e execução de trilha sonora, as matrizes, os fotolitos e demais trabalhos assemelhados;
- . b) Estabeleçam que o CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar os referidos direitos, diretamente ou por intermédio de fornecedores, com ou sem modificações, sempre autorizadas pelo titular dos direitos autorais e levadas a efeito por seu autor, durante a vigência deste contrato e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante os cedentes desses direitos.

4.12.1. Qualquer remuneração devida em decorrência da cessão – pelo período máximo permitido em lei ou por período menor - será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

4.13. A CONTRATADA se compromete a fazer constar, em destaque, em todos os orçamentos de produção, os custos dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada(s), incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos.

4.14. A CONTRATADA se compromete a fazer constar dos respectivos ajustes que vier a celebrar com fornecedores, nos casos de tomadas de imagens sob a forma de reportagens, documentários e outras, que não impliquem direitos de uso de imagem e som de voz, cláusulas escritas estabelecendo:

- . a) Que à CONTRATANTE serão entregues 03 (três) cópias, uma em *Betacam*, outra em DVD e outra em MPEG, de todo o material bruto

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

produzido;

- . b) A cessão dos direitos patrimoniais de uso desse material à CONTRATANTE, que poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de fornecedores, com ou sem modificações, sempre autorizadas pelo titular dos direitos autorais e levadas a efeito por seu autor, durante a vigência deste contrato e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante os cedentes desses direitos; e
- . c) Que qualquer remuneração devida em decorrência dessa cessão será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO CONTRATUAL

5.1. O prazo do contrato contará a partir de sua assinatura até 31/12/2015, podendo ser prorrogado, até o limite legal de 60 (sessenta meses).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os documentos de cobrança da CONTRATADA, compostos de uma via da Nota Fiscal ou de Fatura com a respectiva Nota Fiscal e uma via do documento fiscal do fornecedor com o comprovante do respectivo serviço, serão liquidados, da seguinte forma:

- a) Intermediação e supervisão de serviços especializados prestados por fornecedores: apresentação dos documentos de cobrança, demonstrativos de despesas e respectivos comprovantes, em até 15 (quinze) dias após o mês de execução do serviço;
 - b) Veiculação: mediante apresentação dos documentos de cobrança, tabelas de preços dos veículos, pedidos de inserção e comprovantes de veiculação, em até 15 (quinze) dias após o mês de veiculação;
 - c) Produção e execução técnica de peça e ou material: mediante apresentação dos documentos de cobrança, demonstrativos de despesas e respectivos comprovantes, em até 15 (quinze) dias após o mês de produção ou execução;
- e

6.1.1. Os preços de tabela de cada inserção e os descontos negociados de que

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

trata este item serão conferidos e atestados pela Divisão de Comunicação da Câmara de Vereadores por ocasião da apresentação do Plano de Mídia, pela CONTRATADA, à CONTRATANTE, e serão atestados pela Câmara de Vereadores.

6.1.2. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta deste contrato ou de sua execução são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, assim definido na norma tributaria, sem direito a reembolso.

6.1.3. A CONTRATANTE, quando fonte retentora, fará o desconto e o recolhimento dos tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente ou superveniente, referente aos pagamentos que efetuar e obedecidos os prazos legais.

6.1.4. Caso se constate erro ou irregularidade na documentação de cobrança, a CONTRATANTE poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, fazendo a glosa da parte que considerar indevida. Na hipótese de devolução, a documentação será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

6.1.5. Nenhuma despesa será liquidada ou paga sem a efetiva comprovação da execução dos serviços a cargo da CONTRATADA ou de seus fornecedores.

6.1.6. Na comprovação dos serviços efetuados, a CONTRATADA fica obrigada a apresentar, sem ônus para a CONTRATANTE, os seguintes documentos, conforme descrito a seguir: I - Revista: exemplar original; II - Jornal: exemplar ou a página com o anúncio, da qual devem constar as informações sobre período ou data de circulação, nome do Jornal e praça;

III - TV, Rádio e Cinema: declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração, local, data, nome do programa (quando for o caso), dia e horário da veiculação;

. a) como alternativa à declaração prevista no item III, a CONTRATADA pode apresentar documento usualmente emitido pelo veículo (mapa ou

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

comprovante de veiculação ou inserção ou irradiação e similares) desde que o veículo também firme declaração, assinada, de modo que esse documento e a declaração prevista na alínea III, em conjunto, contenham todas as informações previstas no item III;

- . b) como alternativa ao procedimento previsto na alínea 'a', a CONTRATADA pode apresentar documento usualmente emitido pelo veículo (mapa ou comprovante de veiculação ou inserção ou irradiação e similares) em que figure a declaração prevista na alínea 'a', na frente ou no verso desse documento, mediante impressão eletrônica ou a carimbo, desde que essa declaração seja assinada e que esse documento 'composto' contenha todas as informações previstas no item III.

IV - Internet: relatório de gerenciamento fornecido pela empresa que veiculou a peça, preferencialmente com o *print* da tela.

6.1.7. Os comprovantes relacionados nos subitens anteriores são o mínimo necessário, quando da entrega da documentação, para atestar a realização dos serviços. A CONTRATANTE poderá exigir, a qualquer tempo, além dos documentos descritos acima, outros que julgar necessários.

6.1.8. A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância da Câmara de Vereadores.

6.1.9. A aceitação definitiva dos serviços dar-se-á na sua conclusão e após o registro feito pela CONTRATANTE, no documento de cobrança, da correta execução do trabalho. Antes do registro e sem ônus para a CONTRATANTE, a CONTRATADA deve atender a todas as exigências da fiscalização relativas à pendência.

6.1.10. Toda e qualquer documentação necessária para comprovação da execução dos serviços, bem como os documentos fiscais relativos aos respectivos pagamentos, deverão ser entregues a CONTRATANTE num prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da veiculação ou do recebimento dos serviços a cargo da CONTRATADA ou de seus fornecedores. Ao fim desse prazo, a CONTRATADA passa a assumir, com exclusividade, a

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

responsabilidade pelos serviços contratados, inclusive a arcar com as despesas relativas aos respectivos pagamentos.

6.1.11. Antes da efetivação dos pagamentos, será realizada a comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA.

6.1.12. A CONTRATANTE não pagará nenhum acréscimo por atraso de pagamento decorrente de fornecimento de serviços, por parte da CONTRATADA, com ausência total ou parcial da documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

6.1.13. Os pagamentos a fornecedores por serviços prestados, incluídos os de veiculação, serão efetuados, pela CONTRATADA, nos prazos e condições previamente aprovadas pelo CONTRATANTE e expressos pelos fornecedores em seus documentos fiscais.

6.1.14. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazos de pagamentos serão de sua exclusiva responsabilidade.

6.1.15. A CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE cópia dos comprovantes dos pagamentos feitos a fornecedores, até dez dias após sua realização.

6.1.16. Serão de responsabilidade da CONTRATADA quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos financeiros e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA se compromete a utilizar os profissionais indicados na Proposta Técnica da Tomada de Preços que deu origem a este contrato, para fins de comprovação da capacidade de atendimento, na elaboração dos serviços objeto deste contrato, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela CONTRATANTE.

7.1.1. A CONTRATADA manterá perante a CONTRATANTE, à frente dos

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

serviços, um representante credenciado por escrito, o qual será responsável pela direção dos serviços contratados.

7.2. A CONTRATADA se compromete a realizar os serviços com elevada qualidade técnica, operando como uma organização completa.

7.3. Em relação à veiculação, a CONTRATADA obriga-se a:

- . a) acompanhar a veiculação publicitária que lhe for incumbida pela CONTRATANTE, por meio de auditoria externa e da conferência (*checking*) dos mapas de veiculação, obedecido o disposto na alínea “b” a seguir;
- . b) fazer conferência (*checking*) dos mapas de veiculação fornecidos pelos veículos de comunicação, podendo valer-se de instrumentos verificadores de veiculação ou audiência que se preste a esse fim;

7.4. A CONTRATADA obriga-se a obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores e transferir, integralmente, ao CONTRATANTE, todas e quaisquer vantagens em: I) veiculação - descontos especiais (além dos previstos em tabela); bonificações/reaplicações em espaço, tempo ou serviços; prazos especiais de pagamento;

II) serviços especializados prestados por fornecedores - descontos; serviços; volume; especificações técnicas; prazos especiais de pagamento e outras de natureza financeira.

7.4.1. Não se aplica ao disposto no item 7.4. os planos de incentivo concedidos por veículos à CONTRATADA, nos termos do art. 18 da Lei 12.232/2010.

7.5. A CONTRATADA obriga-se a administrar e executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com fornecedores, bem como responder por todos os efeitos desses contratos perante terceiros e a CONTRATANTE;

7.6. Os serviços serão solicitados à CONTRATADA por intermédio da Divisão de Comunicação da Câmara de Vereadores - CONTRATANTE, mediante apresentação de *briefing*, se for o caso.

7.7. Os serviços serão realizados com recursos próprios da CONTRATADA ou, quando necessário, mediante a contratação de fornecedores.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

7.7.1. Qualquer que seja a forma de execução das atividades relacionadas ao objeto deste contrato, a responsabilidade pela boa execução dos serviços será sempre da CONTRATADA, a qual deverá obter da CONTRATANTE anuência prévia e por escrito de tudo o que vier a ser realizado por fornecedores.

7.7.2. Quando os serviços forem realizados por fornecedores a CONTRATADA obriga-se a fazer cotação prévia de preços, observadas as disposições a seguir:

- a) apresentar, no mínimo, 03 (três) cotações de preços, colhidas entre integrantes do cadastro de fornecedores descrito no item 7.7.4;
- b) das propostas devem constar todos os produtos ou serviços que a compõem, com o detalhamento de suas especificações e custos unitários e totais;
- c) as propostas devem ser apresentadas no original, em papel timbrado, com a identificação completa do fornecedor (nome, CNPJ ou CPF, endereço, telefone, dentre outros dados) e a identificação completa (nome, RG e CPF) e assinatura do responsável;
- d) juntamente com as propostas deverão ser apresentados comprovantes de inscrição do fornecedor no CNPJ ou no CPF e no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se exigível, relativo ao seu domicílio ou sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o serviço a ser fornecido;
- e) se não houver possibilidade de obter três propostas, a CONTRATADA deverá apresentar as justificativas pertinentes, por escrito;
- f) a CONTRATANTE procederá à verificação prévia da adequação dos preços dos serviços de fornecedores em relação aos do mercado;

7.7.3. A divulgação que não os concedam ou priorizando os que os ofereçam, devendo sempre conduzir-se na orientação da escolha desses veículos de acordo com pesquisas e dados técnicos comprovados.

CONTRATADA não poderá, em hipótese alguma, sobrepor os planos de incentivo aos interesses da CONTRATANTE, preterindo veículos.

7.7.4. A cotação dos preços para os serviços deverá ser obtida junto a

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

fornecedores previamente cadastrados pela CONTRATANTE, aptos a fornecerem à CONTRATADA bens ou serviços especializados relacionados com as atividades complementares da execução do objeto deste contrato.

7.7.5. É vedada a contratação de serviços bem como a compra de material de fornecedores em que a CONTRATADA ou seus empregados tenham, direta ou indiretamente, participação societária, ou qualquer vínculo comercial.

7.7.6. Quando o fornecimento de bens ou serviços tiver valor superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global deste contrato, a CONTRATADA coletará orçamentos de fornecedores em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública, convocada e realizada sob fiscalização do CONTRATANTE.

7.7.7. A CONTRATADA será responsável por orientar a produção dos materiais e das peças gráficas aprovadas pelo CONTRATANTE. A seu juízo, a CONTRATANTE poderá, sob sua própria orientação, contratar a aquisição de materiais e/ou a impressão das peças gráficas sem a intermediação da CONTRATADA, não cabendo, em nenhum dos casos, o pagamento de honorários à CONTRATADA.

7.7.8. O material a ser utilizado na distribuição só será definido após a aprovação da mídia pela CONTRATANTE.

7.7.9. Nos casos de reutilização de peças publicitárias da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá negociar sempre as melhores condições de preço, até os percentuais máximos definidos na Cláusula Quarta.

7.7.10. A CONTRATADA deverá obter aprovação prévia da CONTRATANTE para assumir qualquer despesa relacionada à execução dos serviços objeto deste contrato, inclusive as referentes a serviços especializados prestados por fornecedores e a veiculação.

7.7.11. A CONTRATADA deverá entregar ao CONTRATANTE, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, um relatório dos serviços em andamento, contendo os dados mais relevantes para que a CONTRATANTE possa avaliar o estágio de andamento dos trabalhos.

7.7.12. A CONTRATADA registrará, em relatório ou em meio eletrônico, todos

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

os contatos, reuniões e telefonemas de serviço entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, com o objetivo de tornar transparentes os entendimentos mantidos e também para que ambos tomem as providências necessárias ao desempenho de suas tarefas e responsabilidades.

7.7.13. Os contatos não formalizados via meio eletrônico deverão ser registrados em relatórios, encaminhados semanalmente pela CONTRATADA à CONTRATANTE. Se houver incorreção no registro dos assuntos tratados a CONTRATANTE solicitará a necessária correção, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento do respectivo relatório.

7.7.14. A CONTRATADA tomará providências imediatamente em casos de alterações, rejeições, cancelamento ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação da CONTRATANTE, respeitadas as obrigações contratuais já assumidas com fornecedores e os honorários da CONTRATADA pelos serviços realizados até a data dessas ocorrências, desde que as inadequações não tenham sido causadas pela própria CONTRATADA ou por fornecedores por ela contratados.

7.7.15. Caberá exclusivamente a CONTRATADA responder perante o CONTRATANTE e terceiros por ação ou omissão de seus prepostos e empregados, e ainda, por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução dos serviços de sua responsabilidade, na veiculação de publicidade ou por erro seu em quaisquer serviços integrantes do objeto deste contrato.

7.7.16. Os serviços realizados serão garantidos pela CONTRATADA durante o período mínimo estabelecido na legislação brasileira, independentemente do encerramento contratual. Sendo necessário realizar qualquer re-trabalho, dentro do período de garantia, a CONTRATADA assumirá o ônus relativo aos recursos e materiais empregados, e, se não realizá-los, legitima a CONTRATANTE a contratá-los com fornecedores, reconhecida desde logo a responsabilidade da CONTRATADA pelo correspondente pagamento.

7.7.17. A obtenção das licenças necessárias à execução dos serviços junto às repartições competentes será de responsabilidade da CONTRATADA.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

7.8. Após a aprovação do serviço pela CONTRATANTE, a CONTRATADA produzirá uma cópia Betacam, uma cópia DVD de cada filme para TV, uma cópia em CD, com arquivo áudio de spots e jingles de rádio; uma cópia em CD, com os arquivos que constituíram a campanha ou peça veiculada na internet; duas provas de fotolito e uma cópia em CD, com arquivos nas versões aberta – com as fontes e imagens em alta resolução – e finalizada de anúncios para revistas ou jornais e demais peças impressas e encaminhará todo este material ao CONTRATANTE, no prazo de 01 dia útil, a contar de sua finalização.

7.8.1. Quando se tratar de campanhas com várias mídias, as peças poderão ser agrupadas em um mesmo DVD, mantida a exigência de apresentação de uma cópia em Betacam com a peça de TV.

7.8.2. A CONTRATADA manterá, sob sua guarda, por 05 (cinco) anos após o término da vigência deste contrato, portfólio atualizado com todas as peças produzidas, sem ônus para a CONTRATANTE.

7.8.3. Ao término do presente contrato, a CONTRATADA entregará cópia digitalizada de todas as peças criadas à CONTRATANTE, que poderá utilizá-las na íntegra ou com modificações, sem qualquer ônus adicional, ressalvados os direitos de terceiros.

7.9. Em relação ao pessoal utilizado na execução deste contrato, a CONTRATADA se compromete a:

- . a) responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias à execução dos serviços contratados, como única e exclusiva empregadora;
- . b) apresentar ao CONTRATANTE uma relação nominal de todos os empregados que executarão os serviços, bem como comunicar, por escrito, qualquer alteração ocorrida nessa relação;
- . c) cumprir a legislação trabalhista com relação a seus empregados e, quando for o caso, com relação a empregados de fornecedores;
- . d) se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a CONTRATADA adotará as providências necessárias no sentido de

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

preservar a CONTRATANTE e de mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza.

CLAUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A CONTRATANTE fiscalizará a execução dos serviços contratados e verificará o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando não corresponderem ao desejado ou especificado.

8.1.1. A fiscalização dos serviços será realizada diretamente pela Divisão de Comunicação da Câmara de Vereadores - CONTRATANTE ou por preposto devidamente credenciado, que terá poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste contrato. O não atendimento aos termos da notificação, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da entrega da reclamação, facultará a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades estabelecidas neste contrato.

8.1.2. A fiscalização pela CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva, da CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços.

8.1.3. A ausência de comunicação por parte da CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste contrato.

8.1.4. A CONTRATADA somente poderá executar qualquer tipo de serviço após a aprovação formal da CONTRATANTE.

8.1.5. A CONTRATADA adotará as providências necessárias para que qualquer serviço, incluído o de veiculação, considerado inaceitável, no todo ou em parte, seja refeito ou reparado nos prazos estipulados pela fiscalização, sem ônus para a CONTRATANTE.

8.1.6. A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso a documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo as observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

8.1.7. Além das atribuições previstas neste contrato e na legislação aplicável, caberá à CONTRATANTE ou seu preposto devidamente credenciado verificar o cumprimento das cláusulas contratuais relativas às condições da contratação de fornecedores e aos honorários devidos à CONTRATADA.

8.1.9. À CONTRATANTE é facultado o acompanhamento de todos os serviços objeto deste contrato, juntamente com representante credenciado pela CONTRATADA.

CLAUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Os atos praticados pela CONTRATADA, prejudiciais à execução deste contrato, sujeitam-na às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a CÂMARA DE VEREADORES, por período não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.1.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

9.1.2. Será facultada defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação da abertura do processo administrativo.

9.1.3. No caso de aplicação de advertência, multa por inexecução total ou parcial deste contrato e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

9.1.4. Nos prazos de defesa prévia e recurso, será aberta vista do processo aos interessados.

9.2. A advertência poderá ser aplicada quando ocorrer:

- . a) descumprimento das obrigações contratuais que não acarretem prejuízos para a Câmara de Vereadores;

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

- . b) execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

9.3. A CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA multas nas seguintes situações e percentuais:

- . a) por atraso na entrega dos serviços, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a contar do primeiro dia útil da data fixada para entrega, calculada sobre o valor do serviço em atraso;
- . b) por infração a quaisquer outras cláusulas deste contrato ou pelo não cumprimento de solicitação feita pela CONTRATANTE, multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor deste contrato;
- . c) pelo descumprimento de evento contratual de obrigação da CONTRATADA, 0,1% (um décimo por cento) incidente sobre o valor deste contrato;
- . d) por atraso na comprovação de possuir um escritório na região, como exigido nos itens 7.1 e 7.1.1 deste contrato, multa de 0,01% (um centésimo por cento) ao dia, a contar do primeiro dia útil da data fixada para a comprovação, calculada sobre o valor do contrato.

9.3.1. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

9.3.2. A multa aplicada à CONTRATADA e os prejuízos por ela causados à Câmara de Vereadores serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente.

9.3.3. A CONTRATADA desde logo autoriza a CONTRATANTE a descontar dos valores por ele devidos o montante das multas a ela aplicadas.

9.4. A suspensão temporária será aplicada quando ocorrer:

- . a) apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- . b) reincidência de execução insatisfatória dos serviços contratados;

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

- . c) atraso, injustificado, na execução/conclusão dos serviços, contrariando o disposto neste contrato;
- . d) reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
- . e) irregularidades que ensejem a rescisão contratual;
- . f) condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- . g) prática de atos ilícitos visando prejudicar a execução deste contrato;
- . h) prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir a Licitante idoneidade para contratar com a Câmara de Vereadores;
- i) descumprimento das obrigações deste contrato, especialmente aquelas relativas às características dos serviços previstas na Cláusula Primeira.

9.5. A declaração de inidoneidade poderá ser aplicada quando constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo da CONTRATANTE, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízo à CONTRATANTE ou aplicações sucessivas de outras penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.

10.2. A rescisão deste contrato poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

- a) administrativamente, a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados no inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93 e no inciso XVIII do art. 78, também da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 9.854 de 27.10.99;
- b) amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada do CONTRATANTE, mediante aviso prévio por escrito de 60 dias ou de prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão;
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

10.3. A rescisão será possível, também, quando a CONTRATADA:

- a) não prestar garantia suficiente para garantir o cumprimento das obrigações contratuais;
- b) deixar de comprovar sua regularidade fiscal, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados;
- c) vier a ser declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública;
- d) utilizar em benefício próprio ou de terceiros informações sigilosas às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais;

10.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.5. A rescisão acarretará as seguintes consequências imediatas:

- . a) execução da garantia contratual, para ressarcimento da CÂMARA DE VEREADORES, dos valores das multas aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações a ela devidas;
- . b) retenção dos créditos decorrentes deste contrato, até o limite dos prejuízos causados a CONTRATANTE.

10.6. A rescisão, por algum dos motivos previstos em lei ou neste contrato não dará à CONTRATADA direito a indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

10.7. Rescindido este contrato, a CONTRATANTE imitir-se-á na posse imediata e exclusiva dos serviços executados, entregando-os a quem bem entender, sem qualquer consulta ou interferência da CONTRATADA, que responderá na forma legal e contratual pela infração ou execução inadequada que tenha dado causa à rescisão. Neste caso, fica a CONTRATADA obrigada a reembolsar a CONTRATANTE pelo que este tiver de despendar além dos percentuais de remuneração e desconto originalmente previstos neste contrato, e a ressarcir perdas e danos que a CONTRATANTE venha a sofrer em consequência da rescisão em tela.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CLÁUSULAS GERAIS

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

11.1. A CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA todos os elementos e especificações necessários à execução completa dos serviços.

11.2. Durante a vigência deste contrato, a CONTRATANTE deverá:

- . a) aprovar o material proposto pela CONTRATADA para as campanhas;
- . b) efetuar o pagamento dos serviços na forma estabelecida na Cláusula Sexta;

11.3. Durante a vigência deste contrato, a CONTRATADA se compromete a:

- . a) prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre atos ou fatos concernentes à CONTRATADA, que possam ferir as cláusulas deste contrato, no prazo de 02 (dois) dias, contados da data do recebimento do pedido de informações, encaminhado pela CONTRATANTE;
- . b) prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que envolvam a CONTRATADA, independentemente de solicitação;
- . c) cumprir todas as leis e posturas, federais, distritais, estaduais, e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de sua ação ou das de seus fornecedores;
- . d) obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas;
- . e) preservar e manter a CONTRATANTE a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus fornecedores.
- . f) não se utilizar direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e serviços, de trabalho ilegal e/ou análogo ao escravo;
- . g) não empregar direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e serviços, menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, insalubre e perigoso;
- . h) não empregar direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

produtos e serviços, menor de 16 (dezesseis) anos, salvo em condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, e, neste caso, o trabalho não poderá ser perigoso ou insalubre, ocorrer em horário noturno e/ou de modo a não permitir a frequência escolar;

. i) não se utilizar de práticas de discriminação negativa e limitativas para o acesso e manutenção do emprego, tais como por motivo de sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar, estrado gravídico, etc.

11.4. A CONTRATADA, bem como seus profissionais/prepostos, comprometem-se, durante a execução do objeto contratual, a se abster de adotar práticas e de utilizar produtos prejudiciais ao meio ambiente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais, obrigando-se, incondicionalmente, a cumprir o disposto na legislação relativa à proteção ambiental.

11.5. A CONTRATADA responderá por todos os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como obrigar-se-á por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato.

11.5.1. Caberá à CONTRATADA responder por qualquer ação judicial movida por seus prepostos ou fornecedores com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedade ou direitos autorais, relacionadas com os serviços objeto deste contrato.

11.6. A CONTRATADA se obriga a manter, durante a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.7. A CONTRATADA será responsável pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho, assim como pelo cumprimento de todas as

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

demaís obrigações atinentes ao presente contrato. Igualmente, será de responsabilidade da CONTRATADA, garantir o cumprimento de tais exigências dos fornecedores utilizados na execução dos serviços.

11.7.1. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos mencionados nesta cláusula, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento. Caso venha o CONTRATANTE a satisfazê-los ser-lhe-á assegurado direito de regresso, sendo os valores pagos atualizados financeiramente, desde a data em que tiverem sido pagos pelo CONTRATANTE até aquela em que ocorrer o ressarcimento pela CONTRATADA.

11.8. A CONTRATADA responderá pecuniariamente por danos e/ou prejuízos que forem causados à CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de falha dos serviços ora contratados, inclusive os motivados por greves ou atos dolosos de seus empregados. Assume a CONTRATADA, nesse caso, a obrigação de efetuar a respectiva indenização até o 5º (quinto) dia útil após a comunicação, que lhe deverá ser feita por escrito.

11.9. A CONTRATADA se obriga a informar à CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa.

11.10. As informações sobre a execução deste contrato com os nomes dos fornecedores de serviços especializados e de veículos de divulgação serão divulgadas no endereço eletrônico <http://www.cvnavegantes.sc.gov.br>, garantido o livre acesso às informações por quaisquer interessados.

11.10.1. As informações sobre valores pagos serão divulgadas pelos totais de cada tipo de serviço de fornecedores e de cada meio de divulgação.

11.11. São assegurados à CONTRATANTE todos os direitos e faculdades previstos na Lei no 8.078, de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13. As dúvidas, litígios ou controvérsias oriundos do presente instrumento serão dirimidas no Foro da Comarca de Navegantes - SC.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

14. Fazem parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição, todas as disposições do Edital da Licitação referida no preâmbulo, bem como aquelas constantes das Propostas Técnica e de Preços apresentadas.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Navegantes, _____ de _____ de 2.015

NORMA ESPINDOLA

PRESIDENTA DA CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATADA

**ANEXO 11 – DOCUMENTOS PARA O OBTER O CERTIFICADO DE
REGISTRO CADASTRAL DE FORNECEDOR****1.1. Capacidade Jurídica**

1.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual, Certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado onde se situa a sede ou domicílio da licitante, ou ato constitutivo e alterações subsequentes ou a respectiva consolidação, devidamente registrados em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1.1.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

1.1.3. Decreto de autorização devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

1.2. Regularidade Fiscal e Previdenciária.

1.2.1. Prova de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, do Ministério da Fazenda, em situação cadastral ativa;

1.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, da sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

compatível com o objeto contratual.

1.2.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede da licitante (Certidão quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e Certidão de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal) ou certidão conjunta.

1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com a prestação licitada.

1.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, relativos aos tributos relacionados com a prestação licitada.

1.2.6. Prova de regularidade junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito - CND, no prazo de validade.

1.2.7. Comprovação de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia – CRF, no prazo de validade

12.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

**ANEXO 12 - MINUTA DE TERMO DE DESISTÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE
RECURSOS**

A Empresa (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da
licitante), inscrita no CNPJ/MF sob n. _____ e com Inscrição
Estadual n.

_____, neste ato representada por
_____, declara

que desiste expressamente da interposição de recurso contra a fase de

referente a Tomada de Preços n. 002/14-CMM, promovida pela Câmara
Municipal de

Maringá.

_____, ____ de _____ de 2014.

(Assinatura)

Nome



Cargo

CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.

Centro - Navegantes – SC

Cep. 88.375-000

Nova Trento

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO 003/2015

BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS - CNPJ 01.356.570/0001-81

Av. das Nações Unidas, 11.711, 21 Andar
04578-000 - São Paulo/SP
N O T I F I C A Ç Ã O

Ref.: Processo Licitatório nº 043/2014 - Pregão Presencial 024/2014 - Abertura dia 24/04/2014 - 10:00 horas; considerando que, existem problemas na execução da prestação de serviço por parte da empresa BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS - CNPJ 01.356.570/0001-81;

considerando que, várias foram as tratativas via telefone e por e-mail na busca de solução;

considerando que, o senhor GILBERTO BOFF, inscrito no CPF nº 248.529.530-15, representante da empresa BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS nas diversas vezes que foi contactado informava que estava encaminhando nossa solicitação a área, a partir disso, decidimos:

Conceder até dia 24/03/2015 para a solução dos problemas quanto a finalização do Sinistro nº 00522014262563S00 / 389721714012317 (nos foi informado 2 números, referente ao mesmo sinistro, em função dos transtornos gerados pela emissão incorreta da apólice).

Este sinistro refere-se ao pagamento da indenização de PERDA TOTAL do veículo placas MBV-0233 + pagamento de INDENIZAÇÃO POR MORTE do Sr. Edson Cadorin - sinistro aberto em 20/11/2014. Todos os documentos solicitados foram enviados; a partir desse envio foram solicitados mais documentos, estes também por sua vez foram enviados. Após este último envio, nos foi solicitado um prazo, expirado este prazo nos informaram que teríamos que aguardar mais um tempo (indeterminado).

Dia 11/03/2015 recebemos um e-mail da Companhia de Seguros, informando que efetuará os pagamentos dia 13/03/2015 e 16/03/2015 respectivamente. Estes pagamentos não foram efetuados na data programada. No dia 17/03/2015 solicitamos via fone e por e-mail uma justificativa e até momento não recebemos retorno.

Após este prazo o setor de compras e licitações solicitará ao prefeito abertura de processo administrativo, ao qual a empresa BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS terá direito a ampla defesa.

Por se tratar de assunto PARTICULAR e URGENTE, não forneceremos informações a terceiros, salvo a procurador devidamente habilitado.

Caso a pendência supramencionada já tenha sido resolvida, solicitamos a gentileza de desconsiderar a presente notificação.

Atenciosamente,

Nova Trento/SC, 18 de março de 2015.

Aprigio José Botameli
Pregoeiro

PORTARIA Nº 095/2015

PORTARIA Nº 095/ 2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido CELESTINO ALVES, matrícula nº 6233, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 02 de fevereiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de fevereiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 096/2015

PORTARIA Nº 096/ 2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido FABRICIO ANTONIO CORSI, matrícula nº 6414, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 02 de fevereiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de fevereiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 189/2015 (CORRETA)

PORTARIA Nº 189/2015

Dispõe Sobre Nomeação de Cargo Comissionado

O Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de Conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, matrícula 6553, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Escolar - CM2, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na E. E. F. João Bayer Sobrinho - Claraíba, do Quadro de Servidores Comissionado deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 09 de fevereiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de fevereiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de fevereiro de 2015

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 250/2015

PORTARIA Nº 250/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 10/2014, de 27/11/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015, SABRINA SAMPATT DA SILVA KOCHÉ ALVES, matrícula nº 6639, para exercer o cargo de Assistente Social, com 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 16 de fevereiro de 2015 a 14 de agosto de 2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 20 de fevereiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 20 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF

nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora SABRINA SAMPATT DA SILVA KOCHÉ ALVES, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Antonio Cardoso, nº 89, Bairro Cobre, Município de Canelinha, portadora do CPF nº 059.033.779-39, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Assistente Social, com 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.214,86 (dois mil e duzentos e quatorze reais e oitenta e seis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 16 de fevereiro de 2015 a 14 de agosto de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V- Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do Processo Seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 06 (seis) horas diárias, totalizando 30 (trinta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Bem Estar Social e Habitação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 16 de fevereiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini Sabrina S. da Silva Koche Alves
Prefeito Municipal Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 16 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 251/2015

PORTARIA Nº 251/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 10/2014, de 27/11/2014, Decreto de Convocação nº 011/2015, JOHNY CARNEIRO MARTINS, matrícula nº 6632, para exercer o cargo de Enfermeiro - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 10 de fevereiro de 2015 a 09 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 20 de fevereiro de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 20 de fevereiro de 2015.

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e D. Comunitário, em exercício.

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo

Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor JOHNY CARNEIRO MARTINS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua do Príncipe, nº 109, Bairro Centro, Município de Joinville, portador do CPF nº 837.665.612-00, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Enfermeiro - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.067,22 (dois mil e sessenta e sete reais e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 12 (doze) meses, iniciando em 10 de fevereiro de 2015 a 09 de fevereiro de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude de realização de Concurso Público.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei

Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 10 de fevereiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini Johny Carneiro Martins
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 10 de fevereiro de 2015.

Vilson Dalbosco
Secretário M. de Saúde e D. Comunitário, em exercício.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 257/2015

PORTARIA Nº 257/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 102 e 103, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de Licença Prêmio em dinheiro, no mês de fevereiro/2015, à Servidora Pública Municipal CELINA BUTTCHEWITZ, matrícula nº 131, concursada, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, relativo ao período aquisitivo de 02/05/2005 a 01/04/2010.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de fevereiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 23 de fevereiro de 2015.

Vilson Dalbosco
Secretário M. de Saúde e D. Comunitário, em exercício.

PORTARIA Nº 258/2015

PORTARIA Nº 258/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 1.020/2014, que Concedeu Licença Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal ANTONIO JACZCZAK, matrícula nº 54, concursado no cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento (Coleta de Lixo), pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 07 de fevereiro de 2015 a 08 de março de 2015, conforme resultado pericial datado de 13/02/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de fevereiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 23 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 259/2015

PORTARIA Nº 259/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Fevereiro/2015, ao Servidor Público Municipal, AMARILDO SANTO ORSI, matrícula nº 972, ocupante do cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 01/03/2014 a 28/02/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de fevereiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 23 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 260/2015

PORTARIA Nº 260/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, relativo ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015, ao Servidor Público Municipal, CARLOS SIMAS ROCHA, matrícula nº 5670, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Jurídico PGM/AJ, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Procuradoria Geral do Município, do Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura, Município de Nova Trento, no mês de Fevereiro/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de fevereiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 23 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 262/2015

PORTARIA Nº 262/ 2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido LUAN DANIEL KOCH, matrícula nº 6526, ocupante do cargo de Instrutor de Informática, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, no Município de Nova Trento, a partir do dia 17 de fevereiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de fevereiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 312/2015

PORTARIA Nº 312/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 11/2014, de 05/12/2014, convocado conforme Decreto nº 019/2015 "A", LAIS APARECIDA SCHMITZ, matrícula nº 6668, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação (Professor Auxiliar), Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Anos Finais), na Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 09 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LAÍS APARECIDA SCHMITZ, brasileira, solteira, residente e domiciliada na ST Geral, s/n, Bairro Ponta Fina Sul, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 056.732.289-02, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação (Professor Auxiliar), Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Anos Finais), na Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 779,52 (setecentos e setenta e

nove reais e cinquenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 09 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Lais Aparecida Schmitz

Secretário Municipal de Educação

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 331/2015

PORTARIA Nº 331/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 258/2015, que Prorrogou a Concessão de Licença Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal ANTONIO JACZCZAK, matrícula nº 54, concursado no cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento (Coleta de Lixo), pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 13 de março de 2015 a 11 de abril de 2015, conforme resultado pericial datado de 13/03/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de março de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 13 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 336/2015

PORTARIA Nº 336/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 004/2015, de 09/03/2015, convocada conforme Decreto nº 043/2015, PATRICIA REGINA TELL MARCHI, matrícula nº 6666, para exercer o cargo de Professor Nível I, Referência A, com 10 (dez) horas semanais (Educação Infantil e Anos Iniciais - Contador de Histórias), na Escola Municipal de Educação Básica Aguti - Aguti, Município de Nova Trento, a contar de 17 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE

TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora PATRÍCIA REGINA TELL MARCHI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Elias Salvador Cadorin, nº 146, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 504.940.079-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível I, Referência A, com 10 (dez) horas semanais (Educação Infantil e Anos Iniciais - Contador de Histórias), na Escola Municipal de Educação Básica Aguti - Aguti, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 479,44 (quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 17 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 02 (duas) horas diárias, totalizando 10 (dez) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei

Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Patricia R. Tell Marchi
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 337/2015

PORTARIA Nº 337/ 2015

Nomeia

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990,

RESOLVE:

NOMEAR e LOTAR, através do Concurso Público nº 001/2014, de 03 de novembro de 2014, de acordo com os arts. 11, 15 e 66 da Lei Municipal nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal (Grupo 1), ELISANGELA MARCHIORI REICHERT, matrícula nº 6665, para exercer o cargo de Professor Nível III (Educação Infantil/ Ensino Fundamental - Educação Física), Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a partir de 17 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de março de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL FMS Nº 004 E 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato FMS Nº.: 004/2015

Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
Contratada.: PROTEGE CORRETORA DE SEGUROS LTDA
Valor : 5.236,75 (cinco mil duzentos e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 17/03/2015 Término: 31/03/2016
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Recursos : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (11) Saldo: 101.657,06

Objeto : O presente contrato tem por objeto a Contratação de Pessoa Jurídica para a Renovação de Apólice de Seguro para os Imóveis e os Veículos oficiais pertencentes à frota Do Fundo Municipal de Saúde/SC, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, constante do Anexo I, do edital e demais anexos integrantes.

Contrato FMS Nº.: 005/2015

Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
Contratada.: RECK CORRETORA DE SEGUROS LTDA
Valor : 16.240,61 (dezesesseis mil duzentos e quarenta reais e sessenta e um centavos)
Vigência : Início: 17/03/2015 Término: 31/03/2016
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Recursos : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (11) Saldo: 101.657,06

Objeto : O presente contrato tem por objeto a Contratação de Pessoa Jurídica para a Renovação de Apólice de Seguro para os Imóveis e os Veículos oficiais pertencentes à frota Do Fundo Municipal de Saúde/SC, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, constante do Anexo I, do edital e demais anexos integrantes.

Novo Horizonte/SC, em 17 de Março de 2015
DIRCEU MEZOMO
Secretario SSPS/Gestor FMS

EXTRATO CONTRATUAL Nº 041/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 041/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada.: ESCRITORIO CONTABIL MARTINI LTDA - ME
Valor : 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 16/03/2015 Término: 07/05/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2015
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (12) Saldo: 63.785,44

Objeto : O objeto da presente contrato é a Prestação de Serviços de Assessoria Contábil, Financeira e Patrimonial junto ao Município de Novo Horizonte/SC, incluindo os Fundos e sua

Autarquia.

Novo Horizonte/SC, em 16 de Março de 2015
Eli Mariott
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 042 E 043/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 042/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada.: RECK CORRETORA DE SEGUROS LTDA
Valor : 30.179,91 (trinta mil cento e setenta e nove reais e noventa e um centavos)
Vigência : Início: 17/03/2015 Término: 31/03/2016
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015
Recursos : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (4),
2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (12), 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (39),
2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (64),
2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (93), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (117), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (128)

Objeto : O presente contrato tem por objeto a Contratação de Pessoa Jurídica para a Renovação de Apólice de Seguro para os Imóveis e os Veículos oficiais pertencentes à frota Da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, constante do Anexo I, do edital e demais anexos integrantes.

Contrato Nº.: 043/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada.: PROTEGE CORRETORA DE SEGUROS LTDA
Valor : 9.128,59 (nove mil cento e vinte e oito reais e cinquenta e nove centavos)
Vigência : Início: 17/03/2015 Término: 31/03/2016
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015
Recursos : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (4),
2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (12), 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (39),
2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (64),
2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (93), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (117), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (128)

Objeto : O presente contrato tem por objeto a Contratação de Pessoa Jurídica para a Renovação de Apólice de Seguro para os Imóveis e os Veículos oficiais pertencentes à frota Da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, constante do Anexo I, do edital e demais anexos integrantes.

Novo Horizonte/SC, em 17 de Março de 2015
Eli Mariott
Prefeito

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 020/15-CV Nº 004/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2015

CONVITE Nº 004/2015 - MULTIENTIDADE

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 17/03/2015

Entidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a Contratação de Pessoa Jurídica para a Renovação de Apólices de Seguros para

os Imóveis e Frota de Veículos da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Saúde de Novo Horizonte/SC, conforme Anexo I (Termo de Referência) deste edital e demais anexos integrantes.
CONTRATADO: RECK CORRETORA DE SEGUROS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 46.420,52 (Quarenta e seis mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta dois centavos).
CONTRATADO: PROTEGE CORRETORA DE SEGUROS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.365,34 (Quatorze mil trezentos e sessenta cinco reais e trinta quatro centavos).
DATA: 17/03/2015 - Eli Mariott
Prefeito Municipal.

EXTRATO DO PL Nº 023/15-DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2015
RATIFICAÇÃO PELO PREFEITO DIA 16/03/2015
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 16/03/2015
CONTRATADO: ESCRITORIO CONTABIL MARTINI LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: Prestação de Serviços de Assessoria Contábil, Financeira e Patrimonial junto ao Município de Novo Horizonte/SC, incluindo os Fundos e sua Autarquia.
VALOR DA DESPESA: R\$ Valor mensal de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais), totalizando o valor de R\$ 7.950,00 (Sete mil novecentos e cinquenta reais).
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.
Novo Horizonte/SC, DATA: 16/03/2015 - ELI MARIOTT - Prefeito

Orleans

PREFEITURA

AVISO Nº 63/2015 PINTURA DE MEIO FIO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2015
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA PINTURA E LIMPEZA DE MEIO - FIO.
Recebimento das Propostas: até o dia 08/04/2015 às 15h45m.
Abertura das Propostas: dia 08/04/2015, às 16h00m.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br .
Orleans,SC, 18 de Março de 2015.
EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração

Ouro Verde

PREFEITURA

ERRATA CONVITE 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE OURO VERDE
ERRATA DE CONVITE 0005/2015

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade CONVITE. Objeto contratação de pessoa física formada na área farmacêutica para prestação de serviço junto a Vigilância Sanitária na Unidade Básica de Saúde do município de Ouro Verde-SC, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de abril a dezembro de 2015. O qual altera entrega dos envelopes. Conforme segue: a onde se lê, o dia 26 de março de 2015", passa a ser: "o dia 27 de março de 2015". Conforme Edital. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min do dia 27 de março de 2015. Sessão da licitação: Às 09h05 min dia 27 de março de 2015. Obtenção do Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de Licitações situado na Rua João Maria Conrado, nº. 425, Centro, na cidade de Ouro Verde - SC, fone (49) 3447-0007 ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br.

Ouro Verde (SC), 18 de março de 2015.
Rosane Minetto Selig.
Prefeita Municipal

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 0456/2015.

PORTARIA Nº. 0456/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR IONE SUSSEL DANIEL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) Escola Reunida Olga Cerino, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0482/2015.

PORTARIA Nº. 0482/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GISELE WEBER SEBASTIÃO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Angelia de Souza, que se encontra em LAP.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0485/2015.

PORTARIA Nº. 0485/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR VALDIRENE DAMASO DE MATOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, na EJA-Educação de Jovens e Adultos, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0498/2015.

PORTARIA Nº. 0498/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARISETE TRENTIN PERTUSSATTI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Laurita Wagner da Silveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Angela M. de Farias, que se encontra exercendo suas funções junto a SMAS.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0516/2015.

PORTARIA Nº. 0516/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DAIANA LEONTINA DA CRUZ DE FARIAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Adriana Alice, Estado.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

DECRETO Nº 1.795, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 1.795, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

INSTITUI E COMPÕE O COMITÊ DE COORDENAÇÃO E O COMITÊ EXECUTIVO VISANDO A CONDUÇÃO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PMSB DE PALHOÇA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos da Lei Federal nº 11.445/2007, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Coordenação que é a instância consultiva e deliberativa responsável pela elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, cujas atribuições são: discutir, criticar, avaliar e aprovar o trabalho do Comitê Executivo.

Art. 2º Fica instituído o Comitê Executivo que é a instância responsável pela operacionalização do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, cujas atribuições são: executar as atividades previstas no Termo de Referência, submeter os produtos ao Comitê de Coordenação e observar os prazos de execução.

Art. 3º Ficam nomeados para compor o Comitê de Coordenação previsto no art. 1º, os seguintes membros:

I - Sérgio Matiola;

II - Denise Duarte Moro;

III - Renata Jaqueline Martins;

IV - Genesi Duarte; e

V - Gilmar de Paulo.

Art. 4º Ficam nomeados para compor o Comitê Executivo previsto no art. 2º, os seguintes membros:

I - Marcelo Fett, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Planejamento;

II - Rosinei de Souza Horácio, Secretário Municipal de Saúde;

III - Eduardo Freccia, Secretário Municipal de Infraestrutura;

IV - João Batista dos Santos, Presidente da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM;

V - Denise Duarte Moro, Técnica do SAMAE - Resíduos Sólidos;

VI - Karibyan Augusto de Souza, Técnico do SAMAE - Esgotamento Sanitário;

VII - Ricardo Mattiello, Técnico do SAMAE - Abastecimento de Água;

VIII - Jacson Casali, Representante da empresa Cerne Ambiental Ltda. - Engenheiro Químico;

IX - Robison F. Lima, Representante da empresa Cerne Ambiental Ltda. - Engenheiro Florestal; e

X - Sérgio Matiola, Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Palhoça - SAMAE.

Art. 5º Declarar de relevância os serviços prestados pelos membros integrantes dos Comitês de Coordenação e Executivo, não cabendo, portanto, nenhum ônus ao Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 16 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.796, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 1.796, DE 16 DE MARÇO DE 2015.
INSTITUI E COMPÕE O COMITÊ DE COORDENAÇÃO E O COMITÊ EXECUTIVO VISANDO A CONDUÇÃO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PMGIRS DE PALHOÇA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos da Lei Federal nº 11.445/2007, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Coordenação que é a instância consultiva e deliberativa responsável pela elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, cujas atribuições são: discutir, criticar, avaliar e aprovar o trabalho do Comitê Executivo.

Art. 2º Fica instituído o Comitê Executivo que é a instância responsável pela operacionalização do processo de elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, cujas atribuições são: executar as atividades previstas no Termo de Referência, submeter os produtos ao Comitê de Coordenação e observar

os prazos de execução.

Art. 3º Ficam nomeados para compor o Comitê de Coordenação previsto no art. 1º, os seguintes membros:

I - Sérgio Matiola;

II - Denise Duarte Moro;

III - Renata Jaqueline Martins;

IV - Genesi Duarte; e

V - Hélia Alice dos Santos.

Art. 4º Ficam nomeados para compor o Comitê Executivo previsto no art. 2º, os seguintes membros:

I - Marcelo Fett, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Planejamento;

II - Rosinei de Souza Horácio, Secretário Municipal de Saúde;

III - Eduardo Freccia, Secretário Municipal de Infraestrutura;

IV - João Batista dos Santos, Presidente da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM;

V - Denise Duarte Moro, Técnica do SAMAE - Resíduos Sólidos;

VI - Karibyan Augusto de Souza, Técnico do SAMAE - Esgotamento Sanitário;

VII - Ricardo Mattiello, Técnico do SAMAE - Abastecimento de Água;

VIII - Jacson Casali, Representante da empresa Cerne Ambiental Ltda. - Engenheiro Químico;

IX - Robison F. Lima, Representante da empresa Cerne Ambiental Ltda. - Engenheiro Florestal; e

X - Sérgio Matiola, Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Palhoça - SAMAE.

Art. 5º Declarar de relevância os serviços prestados pelos membros integrantes dos Comitês de Coordenação e Executivo, não cabendo, portanto, nenhum ônus ao Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 16 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PORTARIA CONJUNTA Nº 01/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 01/2015, de 05 de março de 2015.
Dispõe sobre a convocação da II Conferência Municipal dos Direitos do Idoso e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, EM CONJUNTO COMO PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, no uso de suas atribuições legais, cumprindo a Lei Orgânica do Município, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE: Art. 1º - Convocar a II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO, com o fim de avaliar os avanços na consolidação da Política Municipal de Atendimento ao Idoso, na gestão e na qualificação da gestão dos programas, projetos e ações;

§ 1º - A II Conferência Municipal dos Direitos do Idoso, à realizar-se em Palhoça, Santa Catarina, no período de 13 a 14 de Maio de 2015;

§ 2º - A II Conferência Municipal dos Direitos do Idoso terá como Tema Central: "O Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de todas as Idades" e como eixos:

I - GESTÃO: PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES.

II - FINANCIAMENTO.

III - PARTICIPAÇÃO.

IV - SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS.

Art. 2º - Instituir a Comissão Organizadora, coordenada pela Presidente do CMI e com composição paritária dos representantes do Governo e da Sociedade Civil, a ser definida em Resolução do CMI de Palhoça, para a organização da II Conferência Municipal dos Direitos do Idoso;

Parágrafo Único. Apoiarão a Organização da Conferência, representantes das Unidades vinculadas a SMAS, Secretarias Municipais e Organizações da Sociedade Civil.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 05 de março de 2015.
Prefeito Municipal de Palhoça

Presidente do Conselho Municipal do Idoso

PORTARIA Nº. 0445/2015.

PORTARIA Nº. 0445/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ENEDIR NEIDE VALENTE MARTINS, matrícula nº. 801105-2, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Administração e Serviços Compartilhados, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de

08/07/2002 a 08/07/2007, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 09/02/2015 à 09/03/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2014.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0446/2015.

PORTARIA Nº. 0446/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIMARA MARIA BERNARDO TEIXEIRA, matrícula nº. 400004-1, titular do cargo de Bioquímica, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 06/07/2004 a 06/07/2009, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 16/02/2015 à 16/03/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0447/2015.

PORTARIA Nº. 0447/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIO MAGALHÃES JUNIOR, matrícula nº. 400327-1, titular do cargo de Odontólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/02/2001 a 01/02/2006, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 23/02/2015 à 23/03/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0448/2015.

PORTARIA Nº. 0448/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CARLOS FERNANDES REIS SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Guilherme W. Filho, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 05/05/2015, face ao impedimento da titular Andrea M. Silva, que se encontra exercendo suas funções junto ao PDE.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0449/2015.

PORTARIA Nº. 0449/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CLEUSA CLAUDETE GARCIA CAETANO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, no (a) GE Guilherme W. Filho, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0450/2015.

PORTARIA Nº. 0450/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GIZELE MOIZES RODRIGUES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Aprender Brincando, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0451/2015.

PORTARIA Nº. 0451/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DAIANA APARECIDA BUENO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Aprender Brincando, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0452/2015.

PORTARIA Nº. 0452/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR KELI MARQUES CABRAL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Paulo Bráulio Goulart, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0453/2015.

PORTARIA Nº. 0453/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR APARECIDA MARIA DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0454/2015.

PORTARIA Nº. 0454/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ZORAIA RAMOS BACKES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Escola Reunida Olga Cerino, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Rodnei M. Martins, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0455/2015.

PORTARIA Nº. 0455/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SANDRA LIMA DE CARVALHO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Escola Reunida Olga Cerino, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0457/2015.

PORTARIA Nº. 0457/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR VITORIA MARIA DA SILVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) Escola Reunida Olga Cerino, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0458/2015.

PORTARIA Nº. 0458/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ROBERTA CATIUSCA JAKOBY, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) Escola Reunida Olga Cerino, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0459/2015.

PORTARIA Nº. 0459/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ALINE CRISTINA LAURINDO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Dolores, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Clarice M. S. Galvão, que se encontra exercendo suas funções junto a SME.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0460/2015.

PORTARIA Nº. 0460/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR BEATRIZ BAUER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Dolores, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Geovania de Abreu, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0461/2015.

PORTARIA Nº. 0461/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SANDRA REGINA MOURA NUNES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Guilherme W. Filho, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 02/05/2015, face ao impedimento da titular Andreia Assunção, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0462/2015.

PORTARIA Nº. 0462/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA PAULA MARTINS HERIG, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) GE Guilherme W. Filho, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Cristina Brust, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0463/2015.

PORTARIA Nº. 0463/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR EDINEIA MARIA DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Antonieta Silveira de Souza, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Edirlanda M. Rosa, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0464/2015.

PORTARIA Nº. 0464/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GRAZIELA ROSELI DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Antonieta Silveira de Souza, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Andresia da Rosa, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0465/2015.

PORTARIA Nº. 0465/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARILESE SANTOS DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, no (a) EB Antonieta Silveira de Souza, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0466/2015.

PORTARIA Nº. 0466/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JAQUELINE OLIVEIRA MOREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0467/2015.

PORTARIA Nº. 0467/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CARMEN LUCIA VIEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0468/2015.

PORTARIA Nº. 0468/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SUSIMARI TEREZINHA VIEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Claudia M. Weingartner, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0469/2015.

PORTARIA Nº. 0469/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANNE CAROLINY DE CAMPOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Dilma T. Santos, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0470/2015.

PORTARIA Nº. 0470/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JANETE BARREIROS BARBOSA OLGUINS, Matrícula 802324-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/02/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0471/2015.

PORTARIA Nº. 0471/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARIA REGINA DOS SANTOS BONALDO, Matrícula 802959-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/02/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0472/2015.

PORTARIA Nº. 0472/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DEISE ANA RIOS, Matrícula 802244-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/02/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0473/2015.

PORTARIA Nº. 0473/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSILDA DOS SANTOS, matrícula nº. 400301-1, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 30/06/2005 a 30/06/2010, por 01 (um) mês, com

efeitos a contar de 09/02/2015 à 09/03/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0474/2015.

PORTARIA Nº. 0474/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LUCIANA APARECIDA VIEIRA SCHMIDT, Matrícula 802017-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/02/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0475/2015.

PORTARIA Nº. 0475/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR NADIR VILSON FIPKE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0476/2015.

PORTARIA Nº. 0476/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ELISABETE ALVES GHIZZO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0477/2015.

PORTARIA Nº. 0477/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JOSIANE ANITA JOÃO BUNN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0478/2015.

PORTARIA Nº. 0478/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR RUDIMAR MACHADO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Andreia B. Turnes, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0479/2015.

PORTARIA Nº. 0479/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSELI LOURDES MACARIO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Rosilda M. G. Schutz, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0480/2015.

PORTARIA Nº. 0480/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SUELI ZAMORA SONOKI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Osmar A. Vieira, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0481/2015.

PORTARIA Nº. 0481/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR TADEU RICARDO GANDOLFI DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Rocelito S. Coelho, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0483/2015.

PORTARIA Nº. 0483/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JOSIANE MARTINS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Lindaura Rosa Espindola, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0484/2015.

PORTARIA Nº. 0484/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CASSIANO CASTRO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Susi Nilza Goulart, que se encontra exercendo suas funções junto SME.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0486/2015.

PORTARIA Nº. 0486/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GESSELI RECH ANDRADE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Nível I, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0487/2015.

PORTARIA Nº. 0487/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR EMERSON VALTER GONÇALVES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0488/2015.

PORTARIA Nº. 0488/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARCOS JOÃO DE MATOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0489/2015.

PORTARIA Nº. 0489/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR NEIVA RIBEIRO ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Nível II, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0490/2015.

PORTARIA Nº. 0490/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CIBELLY DAYANE BENKE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0491/2015.

PORTARIA Nº. 0491/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR NADIA HELENA ANDRADE ANGELO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Articulador, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0492/2015.

PORTARIA Nº. 0492/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR NATAN PAMPLONA GOULART, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Articulador, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade,, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0493/2015.

PORTARIA Nº. 0493/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR LISANDRA MELLO DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade,, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0494/2015.

PORTARIA Nº. 0494/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SILMARA MARIA DE MACEDO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Paulo Bráulio Goulart, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0495/2015.

PORTARIA Nº. 0495/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR NEIDE GONÇALVES COELHO FERNANDES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Maria Luzia de Souza, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Roseli M. Santos Pedro, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0496/2015.

PORTARIA Nº. 0496/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR KATIA DE LIMA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) EB Laurita Wagner da Silveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0497/2015.

PORTARIA Nº. 0497/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR PATRICIA ODETE DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) EB Laurita Wagner da Silveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 02/05/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0499/2015.

PORTARIA Nº. 0499/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR EUNICE GERONIMO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Laurita Wagner da Silveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Eliane I. M. Abreu, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0500/2015.

PORTARIA Nº. 0500/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA CLAUDETE EMERENCIANO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Laurita Wagner da Silveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Roseli Defreyn, que se encontra exercendo suas funções junto ao NAEP.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0501/2015.

PORTARIA Nº. 0501/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR KENIA VANESSA ZAPELINI GONÇALVES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, no (a) EB Laurita Wagner da Silveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Joice Porto, que se encontra exercendo suas funções junto a EB Reinaldo Weingartner.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0502/2015.

PORTARIA Nº. 0502/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JUSSARA JULIA DA SILVA LAMIN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Laurita Wagner da Silveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Elsa Maria Silva, que se encontra exercendo suas funções junto a SMAS.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0503/2015.

PORTARIA Nº. 0503/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR APARECIDA MARIA DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0504/2015.

PORTARIA Nº. 0504/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SINARA REGINA CABRAL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Dona Maricota, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0505/2015.

PORTARIA Nº. 0505/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ADRIELE DE SOUZA TABORDA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Dona Maricota, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Rosiane A. Silveira, que se encontra exercendo suas funções junto ao CEI Nova Geração.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0506/2015.

PORTARIA Nº. 0506/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR VIVIANE SILVA MACEDO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Escola Básica Neri Brasileiro Martins, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Marilande P. dos Santos, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0507/2015.

PORTARIA Nº. 0507/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DYEGO BECKER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Escola Básica Neri Brasileiro Martins, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Oleg D. Muller, que se encontra em LAP.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0508/2015.

PORTARIA Nº. 0508/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR TATIANA DA SILVA PIRES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Escola Básica Neri Brasileiro Martins, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Roselandia Z. Laurentino, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0509/2015.

PORTARIA Nº. 0509/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SANDRA CRISTINA ALVES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Escola Isolada Rincão, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0510/2015.

PORTARIA Nº. 0510/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDREA MARIA COELHO WEINGARTNER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Najla Carone Guedert, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Andreia S. Rodrigues, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0511/2015.

PORTARIA Nº. 0511/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR IVAN REHBEIN DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) GE Najla Carone Guedert, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Rosicleia M. Martins, que se encontra exercendo suas funções junto a SME.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0512/2015.

PORTARIA Nº. 0512/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR IVAN DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) ER Maria Isabel Botelho de Paulo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Andreia O. M. de Paulo, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0513/2015.

PORTARIA Nº. 0513/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR TUANA MARA LEMOS MEDEIROS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) ER Maria Isabel Botelho de Paulo, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0514/2015.

PORTARIA Nº. 0514/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR INARA PONCIANO DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) ER Maria Isabel Botelho de Paulo, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0515/2015.

PORTARIA Nº. 0515/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR EDNA SILVA LOURENÇO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0517/2015.

PORTARIA Nº. 0517/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARCELA DA ROCHA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Janaina Truppel, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0518/2015.

PORTARIA Nº. 0518/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MONIZY DE LIMA TOME AMARAL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Elaine M. S. Santos, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0519/2015.

PORTARIA Nº. 0519/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR HELAINE TEREZINHA HENRIQUE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Josiane Pierri, Estado.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0520/2015.

PORTARIA Nº. 0520/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA EDUARDA SCHAPPO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) GE Terezinha Maria Espindola Martins, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0521/2015.

PORTARIA Nº. 0521/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANA ALCIDIA DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Terezinha Maria Espindola Martins, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Josiane T. M. Hang, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0522/2015.

PORTARIA Nº. 0522/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR LUCIANA MARIA DOS SANTOS DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) ER Daniel Carlos Weingartner, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0523/2015.

PORTARIA Nº. 0523/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ELIZANDRA MARIA DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) ER Daniel Carlos Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Edilene M. Martins, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0524/2015.

PORTARIA Nº. 0524/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CECILIA ROSA DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) ER Daniel Carlos Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Cleide Maria de Souza Campos, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0525/2015.

PORTARIA Nº. 0525/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JAMI DE SOUZA DE MEDEIROS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Sandra A. Nogueira, que se encontra exercendo suas funções junto a SME.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0526/2015.

PORTARIA Nº. 0526/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GIULIANO ALBUQUERQUE MEDEIROS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Ilson F. da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0527/2015.

PORTARIA Nº. 0527/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DIEGO RIBEIRO DEFREYN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Andreza P Zluhan, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0528/2015.

PORTARIA Nº. 0528/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DANIELY DUTRA CARDOSO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Joana Darc Mendonça, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0529/2015.

PORTARIA Nº. 0529/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ERACI KOERICH, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0530/2015.

PORTARIA Nº. 0530/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, KAROLINE BENEDET, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/02/2015, face ao término da LM.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0531/2015.

PORTARIA Nº. 0531/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR as Portarias 001, 002, 003, 004 e 005 de 05 de janeiro de 2015, que Exonerou os servidores pelo termino da Licença Tratamento de Saúde, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 01/02/2015, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0532/2015.

PORTARIA Nº. 0532/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR EDEZIA KOERICH, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Inês Marta,

com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0533/2015.

PORTARIA Nº. 0533/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MAYARA VIEIRA CIPRIANO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Inês Marta, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0534/2015.

PORTARIA Nº. 0534/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR INDYANARA FLORIANO COELHO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) GE Evanda Sueli Juttel Machado, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a

18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0535/2015.

PORTARIA Nº. 0535/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JANIELE RAMOS RODRIGUES BARBOSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Evanda Sueli Juttel Machado, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Fabiana Regina de Oliveira, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0536/2015.

PORTARIA Nº. 0536/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSANGELA DAS GRAÇAS LOPES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Argemira Farias da Silveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0537/2015.

PORTARIA Nº. 0537/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARILZA TRISTÃO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Argemira Farias da Silveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Sirlene S. R. Santos, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0538/2015.

PORTARIA Nº. 0538/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DEISE KARINA CARVALHO DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0539/2015.

PORTARIA Nº. 0539/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ELISANDRA PORTO DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015 face ao impedimento da titular Elisangela Metz, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0540/2015.

PORTARIA Nº. 0540/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ELIZABETE TEREZINHA METZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0541/2015.

PORTARIA Nº. 0541/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DJANE MARA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0542/2015.

PORTARIA Nº. 0542/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ARLETE DE SOUZA FELIPPE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0543/2015.

PORTARIA Nº. 0543/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SIMONE ITSO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0544/2015.

PORTARIA Nº. 0544/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANTONIO CLAUDIO BORGES DIAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PREGÃO PRESENCIAL 26/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ERRATA Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no edital convocatório, Pregão Presencial 026/2015, que consiste na Contratação de empresa para confecção de uniformes mediante entrega parcelada para Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Saúde, no Sistema de Registro de Preços, conforme discriminado nos anexos deste edital. Informamos que as alterações encontram-se a disposição na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 13:00 às 18:00 horas ou no site www.palhoca.sc.gov.br. E de acordo com o art. 21, § 4º da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações, fica prorrogado para o dia 31/03/2015, às 09:00 horas o prazo para a entrega dos envelopes.

Palhoça 03 de fevereiro de 2015.

Palmitos

PREFEITURA

LEI 3.838/2015

	AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº. 3.838/2015. De 12 de março de 2015.	Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, no valor de até R\$ 150.472,52 (cento e cinquenta mil, quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE: 04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV: 2009 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
MODALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0015 (xx) R\$ 80.000,00
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Fundeb 40%
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0015 (xx) R\$ 40.872,56
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Fundeb 40%
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0003 (xx) R\$ 4.066,22
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Salário Educação
TOTAL GERAL R\$ 124.938,78

LEI Nº. 3.838/2015.

De 12 de março de 2015.

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE: 04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV: 2012 - Manutenção do Transporte Escolar Ens. Infantil
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0005 (xx) R\$ 873,89
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Pnate
TOTAL GERAL R\$ 873,89

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE: 04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV: 2010 - Manutenção das Atividades das Creches Municipais
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0062 (xx) R\$ 6.131,88
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0062 (xx) R\$ 16.517,53
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos FNDE
TOTAL GERAL R\$ 22.649,41

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE: 04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV: 2011 - Manutenção do Transporte Escolar Ens. Fundamental
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0009 (xx) R\$ 365,04
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Transp. Escolar Estadual
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0005 (xx) R\$ 365,55

FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Pnate.
TOTAL GERAL R\$ 730,59

LEI Nº. 3.838/2015.

De 12 de março de 2015.

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE: 04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV: 2014 - Manutenção do Transporte Escolar Ens. Médio
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0005 (xx) R\$ 239,48
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Pnate.
TOTAL GERAL R\$ 239,48

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE: 04.03 - DEPARTAMENTO DE MERENDA ESCOLAR
PROJ/ATIV: 2018 - Manutenção do Programa de Alimentação Escolar
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0004 (xx) R\$ 1.040,37
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Merenda Escolar
TOTAL GERAL R\$ 1.040,37

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º desta Lei no valor de até R\$ \$ 150.472,52 (cento e cinquenta mil, quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos, conforme valores e fontes de recursos abaixo:

R\$ 120.872,56 (cento e vinte mil, oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0015 - Recursos Vinculados ao Fundeb 40%.

R\$ 1.478,92 (Um mil, quatrocentos e setenta e oito reais e noventa e dois centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0005 - Recursos Vinculados ao Pnate.

R\$ 4.066,22 (Quatro mil, sessenta e seis reais e vinte e dois centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0003 - Recursos Vinculados ao Salário Educação.

LEI Nº. 3.838/2015.

De 12 de março de 2015.

R\$ 365,04 (trezentos e sessenta e cinco reais e quatro centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0009 - Recursos Vinculados ao Transporte Escolar Estadual.

R\$ 1.040,37 (um mil e quarenta reais e trinta e sete centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0004 - Recursos Vinculados a Merenda Escolar.

R\$ 22.649,41 (Vinte e dois mil, seiscentos e quarenta e nove reais e quarenta e um centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0062 - Recursos Vinculados ao FNDE.

Todos demonstrados no Balanço Patrimonial de 2014, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 12 de março de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

LEI 3.839/2015

	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE COM A ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA PALMITOS DE FUTSAL.
LEI Nº. 3.839/2015. De 12 de março de 2015.	Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a contribuir financeiramente em favor da Associação Atlética Palmitos de Futsal, entidade sem fins lucrativos, com sede na Avenida Brasil, s/n, centro, sito junto ao Ginásio Municipal de Esportes, na cidade de Palmitos, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 03.664.191/0001-84.

Art. 2º O Município auxiliará financeiramente a Associação Atlética Palmitos de Futsal, durante o exercício de 2015, com o valor até de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) anual, divididos em 05 (parcelas) parcelas, de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Art. 3º O recursos financeiro declinados no Artigo 2º desta Lei, serão utilizados para custear despesas com atletas e comissão técnica durante os treinamentos e nas disputas das competições como transporte; alimentação; uniformes; arbitragem; premiação; divulgação; alimentação; e outras atividades afins.

Art. 4º A Entidade beneficiada com o repasse financeiro, terá o prazo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento deste, para efetuar prestação de contas constando dos seguintes documentos:

- a)Ofício de encaminhamento dos documentos;
- b)Balancete financeiro;
- c)Cópia dos documentos de despesas (notas fiscais, devidamente assinadas pelo presidente e tesoureiro);
- d)Cópia do (s) cheque (s);
- e)Extrato bancário de conta específica;
- f)Declaração firmada pelo Conselho Fiscal de que os recursos foram aplicados nos fins a que se destinaram; e
- g)Fotos que comprovem o investimento.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

LEI Nº. 3.839/2015.

De 12 de março de 2015.

Órgão: 03 Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Unidade: 01 Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

2.017 - Manutenção das Atividades do Esporte

3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 (85) - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 12 de março de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Papanduva**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2015. Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de expediente necessários para o uso no Fundo Municipal de Saúde. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 01 de abril de 2015 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 01/04/2015 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 18 de março de 2015

Marli dos Santos da Cunha Ramos

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015. Objeto: Aquisição de caminhões, escavadeira hidráulica e conjunto de britagem novos para o uso da Secretaria Municipal de Infraestrutura. Tipo: Menor preço por item; Entrega dos envelopes: Até o dia 31 de março de 2015 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: dia 31/03/2015 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. Contrato de Financiamento com o BADESC nº 2013040401. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 17 de março de 2015

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 008/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 008/2015, Objeto: Aquisição de 150.000 (cento e cinquenta mil) fitas de HGT com reagente para verificação de glicemia capilar, com qq química enzimática de leitura através de fotometria ou amperometria. Faixa de medição deverá estar entre 20mg/dl a 600mg/dl. Aceitando-se valores inferiores a 20 mg/dl e superiores a 600 mg/dl., com cedência de equipamentos, através de repasse do Fundo Estadual de Saúde para a secretaria de Saúde Municipal de Papanduva. Contratados: VITAL PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA, totalizando o montante de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais). Vigência: O contrato terá vigência a partir do dia 09/03/2015 até 26/09/2015.

Papanduva, 09 de março de 2015
Marli dos Santos da Cunha Ramos
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Dispensa de Licitação nº 017/2015. Objeto Locação de imóvel para uso da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratado: PLANALTO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE TRANSFORMADORES LTDA. Justificativa: Em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e considerando que essa municipalidade não dispõe de espaço físico adequado para a abrigar a Associação de Catadores Consciência Ecológica e Considerando que esta Associação procederá o recolhimento e processamento do lixo reciclável do Município de Papanduva, considerando que tais instalações são imprescindíveis para o município, considerando que o imóvel contratado localiza-se em ponto estratégico, faz-se necessário a realização desta dispensa de licitação. Valor total: R\$ 9.000,00.

Papanduva, 17 de março de 2015
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 104/2014ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 104/2014, de 10/12/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência para a execução do objeto do contrato, devido a problemas na linha de montagem na fábrica do objeto licitado, que impede o cumprimento do contrato na data nele prevista, necessitando, portanto, deste aditivo de tempo, onde a contratada terá a partir da data do presente aditivo, mas 60 (sessenta) dias, ou seja, até o dia 08 de maio de 2015, para efetuar a entrega do objeto licitado. Contratado: COMERCIO DE VEICULOS ARISTIDES MALLON LTDA.

Papanduva, 09 de março de 2015
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Paulo Lopes**PREFEITURA****LEI Nº 1638/2015**

LEI Nº 1638/2015

Concede revisão geral anual de vencimentos e subsídios, e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida em conformidade com Art. 37, X da Constituição Federal revisão geral anual aos servidores e agentes políticos, a partir de 01/03/2015 com o aumento de 6,22 % (seis vírgula vinte e dois por cento) conforme inflação medida pelo INPC relativo ao período 01/2014 à 12/2014 sobre o vencimento e subsídios, vigentes em 28/02/2015, inclusive gratificações.

Art. 2º - A mesma revisão aplica-se aos servidores inativos e pensionistas.

Art. 3º - A despesa desta lei corre por conta das dotações do Orçamento Fiscal vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 19 de março de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº. 01 DE 19 DE MARÇO DE 2015.**

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 19 DE MARÇO DE 2015

Dá nova redação ao § 1º do artigo 21 do Regimento Interno.

O Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes/SC, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º O Parágrafo 1º do artigo 21 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21 - [...]"

§ 1º - É vedada a realização de reuniões extraordinárias remuneradas."

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes, 19 de março de 2015.
OZIEL EVALDO SILVA
Presidente

Publicado a presente Resolução no Diário Oficial dos Municípios em 19 de março de 2015.

Peritiba**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO 59/2015**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 16/2015, Inexigibilidade de Licitação nº 04/2015.

Objeto: Contratação da Orquestra Continental, para animação do Baile da Escolha da Rainha/2015 no dia 20 de abril de 2015, no Centro de Formação, com apresentação de 4h30 com início às 23h, no Centro de Formação, sito à Rua Brasília, s/n, Centro, Peritiba, incluindo estrutura de som e iluminação.

Dados do Contrato: Contrato nº 59/2015

Contratado: ORQUESTRA CONTINENTAL DE SANTA CATARINA LTDA - ME.

CNPJ: 14.265.132/0001-50.

Data de Vigência: 17/03/2015 até 21/04/2015.

Valor do contrato: R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais).

Município de Peritiba - SC em 17 de Março de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Pinheiro Preto**PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 86/2014**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 86/2014

OBJETO: Contratação de seguro para veículos e máquinas de propriedade do Município,

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 012/2015

EMPRESA CONTRATADA: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ 40.100,00 (quarenta mil e cem reais)

DATA DO CONTRATO: 09 de março de 2014

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 92/2015

(Ementa)

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º : 92/2015

OBJETO: Entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE na modalidade de aplicação 72 (Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos) para pagamento das despesas de Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas - PROLICITA, especificamente para despesas com a Manutenção da Iluminação Pública - MIP.

LEGISLAÇÃO: Aplicam-se ao presente Contrato de Delegação as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Lei nº 1750/2014, e do Contrato de Programa CTP/PROLICITA/ CIMCATARINA/2014-198.

EMPRESA CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

VALOR DO CONTRATO): O CONTRATANTE transferirá ao CONTRATADO o valor total de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

DATA DO CONTRATO: 13 de março de 2015

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º : 91/2015

(Ementa)

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º : 91/2015

OBJETO: Entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE na modalidade de aplicação 72 (Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos) para pagamento das despesas de Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas - PROLICITA, especificamente serviços de telefonia móvel.

LEGISLAÇÃO: Aplicam-se ao presente Contrato de Delegação as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Lei nº 1750/2014, e do Contrato de Programa CTP/PROLICITA/ CIMCATARINA/2014-198.

EMPRESA CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

VALOR DO CONTRATO): O CONTRATANTE transferirá ao CONTRATADO o valor total de R\$ 28.800,00 (Vinte e oito mil e oitocentos reais).

DATA DO CONTRATO: 13 de março de 2015
PREFEITO: Euzebio Calisto Viecelel

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º : 93/2015

(Ementa)

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º : 93/2015

OBJETO: Execução de serviços mecânicos - conserto do veículo caminhão caçamba

LICITAÇÃO: CONVITE 002/2015

EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA ATLAS LTDA

OBJETO: Contratação de serviços mecânicos para conserto da caixa de câmbio de veículo Caminhão caçamba, placa MCA 2514, marca Mercedes Benz, modelo 2423-k, ano 2003, de propriedade do Município, na forma dos itens constantes no anexo VII.

VALOR DO CONTRATO): O valor total do contrato é de R\$ 18.456,46 sendo R\$ 1.535,00 mão-de-obra e R\$ 16.921,46 peças/equipamento.

DATA DO CONTRATO: 13 de março de 2015
PREFEITO: Euzebio Calisto Viecelel

LEI COMPLEMENTAR Nº 210, DE 17 DE MARÇO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 210, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

FIXA NOVO VALOR REFERENTE GRATIFICAÇÃO PAGA AOS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, CRIA NOVA FUNÇÃO GRATIFICADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O valor da gratificação de "Membro da Comissão Permanente de Licitação" passa a ser de R\$ 200,00 (duzentos reais), ficando alterada a sigla para FG-0202.

Art. 2º Fica criada a Função Gratificada de "Presidente da Comissão de Licitação" - FG 0203, fixando o valor da gratificação em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 17 de março de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 211, DE 17 DE MARÇO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 211, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

CRIA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO PARA OCUPANTES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE ESCOLA E DIRETOR DE ENSINO FUNDAMENTAL.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto - SC, no uso de suas atribuições legais: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada gratificação de função - GF para os Cargos de Provimento em Comissão de "Diretor de Educação Infantil" e "Diretor de Ensino Fundamental", no valor equivalente a 25% (vinte

e cinco por cento) dos vencimentos do cargo.

Art. 2º O Anexo VI da Lei Complementar 112, de 11 de maio de 2004, com alterações da Lei Complementar 190, de 29 de outubro de 2013, passa a ser acrescido do seguinte quadro:

Gratificação de função

CARGO	VALOR DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO - GF
Diretor de Ensino Fundamental	Equivalente a 25 % (vinte e cinco por cento) dos vencimentos do cargo
Diretor de Educação Infantil	Equivalente a 25 % (vinte e cinco por cento) dos vencimentos do cargo

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 17 de março de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI N.º 1.816, DE 17 DE MARÇO DE 2015

LEI N.º 1.816, DE 17 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO A REALIZAR DESPESA QUE ESPECIFICA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica Municipal: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a adquirir "chocolate" a ser distribuído às crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental até o 5º ano, nos festejos de PÁSCOA, cujos gastos ficam limitados a R\$ 3.450,00 (três mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação prevista no orçamento vigente.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 17 de março de 2015
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.814, DE 17 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 1.814, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO A FIRMAR CONVÊNIO COM "O MUNICÍPIO DE TANGARÁ" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado a firmar convênio de cooperação com o Município de Tangará.

§ 1º O Convênio tem por objeto estabelecer um regime de cooperação mútua entre os partícipes no transporte de acadêmicos, sem

nenhum custo adicional aos convenientes, na forma que segue:

I - O Município de Tangará efetuará, no mesmo veículo já utilizado neste itinerário, o transporte de alunos do Município de Pinheiro Preto que frequentam curso superior na Cidade de Campos Novos - SC, atualmente em número de 3 (três) acadêmicos;

II - O Município de Pinheiro Preto efetuará, no mesmo veículo já utilizado neste itinerário, o transporte de alunos do Município de Tangará que frequentam curso superior na Cidade de Caçador - SC, atualmente em número de 4 (quatro).

§ 2º O deslocamento até os respectivos Municípios para o embarque será por conta e expensas dos acadêmicos beneficiários.

Art. 2º O convênio será pelo prazo de doze meses, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária prevista no atual orçamento.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de março de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 17 de março de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal
LEI Nº 1.814, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

ANEXO

MINUTA CONVÊNIO

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO (SC) de um lado e de outro lado o Município de Tangará, visando regime de cooperação mútua entre os partícipes para o transporte de acadêmicos, resolvem firmar o presente convênio, na forma que segue:

Pelo presente instrumento de CONVÊNIO, de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 82.827.148/0001-69, com sede administrativa na Avenida Mal. Costa e Silva, 111, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EUZEBIO CALISTO VIECELI, brasileiro, casado, CPF nº 219.837.479-04, RG nº 580.604, residente e domiciliado em Pinheiro Preto(SC), doravante denominado MUNICIPIO, e de outro lado o MUNICÍPIO DE TANGARÁ" Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº , com sede Administrativa na Av. Irmãos Piccoli, n , representado neste ato pelo Prefeito Municipal EUCLIDES CRUZ, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob n doravante denominado MUNICIPIO, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação mútua, nos termos do que dispõem a Lei Municipal de Pinheiro Preto nº , e Lei Municipal de Tangará n , na forma das cláusulas e condições abaixo descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Convênio tem por objeto estabelecer um regime de cooperação mútua entre os partícipes no transporte de acadêmicos.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações dos convenientes:

I - O Município de Tangará efetuará, no mesmo veículo já utilizado neste itinerário, o transporte de alunos do Município de Pinheiro Preto que frequentam curso superior na Cidade de Campos Novos - SC, atualmente em número de 3 (três) acadêmicos;

II - O Município de Pinheiro Preto efetuará, no mesmo veículo já utilizado neste itinerário, o transporte de alunos do Município de Tangará que frequentam curso superior na Cidade de Caçador - SC, atualmente em número de 4 (quatro).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO

O acompanhamento do convênio será feito pelos MUNICIPIOS, através das Secretarias de Educação.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas deste convênio correrão a conta de dotação consignada no orçamento Municipal, com a seguinte classificação orçamentária:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

.....

MUNICÍPIO DE TANGARA

.....

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

O presente Convênio vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, na forma da lei, com início em 01 de março de 2015.

CLAUSULA SEXTA - DA DENÚNCIA

O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, desde que fiquem ressalvadas as atividades em andamento no mês, cuja denúncia deverá ser realizada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLAUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Tangará (SC), para dirimir questões envolvendo o presente convênio.

E por estarem os convenientes certos e acordados quanto às cláusulas e condições deste convênio, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Pinheiro Preto (SC),de 2015 .
EUZEBIO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL
MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

EUCLIDES CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL
MUNICIPIO DE TANGARÁ

Testemunhas:

1.
Nº CPF
2.
Nº CPF

LEI Nº 1.815, DE 17 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 1.815, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A EFETUAR DESPESAS COM A COMEMORAÇÃO ALUSIVA AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado, através do Chefe do Poder Executivo, a realizar gastos para execução das seguintes atividades alusivas ao dia internacional da mulher:

I - compra de gêneros alimentícios referente almoço a ser servido às mulheres participantes do evento alusivo ao Dia Internacional da Mulher, a realizar-se no dia 26 de março de 2015;

II - compra e distribuição de lanches e refrigerantes para as mulheres participantes do evento;

III - contratação de serviço artístico para animação do evento.

Parágrafo único. Os gastos previstos neste artigo ficam limitados em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 17 de março de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

Pomerode

SAMAE - POMERODE

ATA REGISTRO DE PREÇOS 03/2015

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 03/2015 TIPO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO 03/2015

Registro de Preços para CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO BASCULANTE TOCO E SERVIÇO DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA.

Fornecedor: 182354 - DISK GRAMA COMERCIAL LTDA ME

Item	Descrição	Unidade	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	SERVIÇOS DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA.	HORAS	1.000,00000	R\$ 94,4000	R\$94.400,0000
1	SERVIÇO DE CAMINHÃO BASCULANTE TOCO.	HORAS	1.000,00000	R\$ 49,7000	R\$49.700,0000
Total do Fornecedor:					R\$144.100,0000
Total Geral dos Itens:					R\$144.100,0000

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 003/2015

Validade: A partir de 17.03.2015 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 17 de MARÇO de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

ATA REGISTRO DE PREÇOS 04/2015

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 04/2015 TIPO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO 04/2015

OBJETO - REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE AREIA PARA UTILIZAÇÃO DO SETOR TÉCNICO DO SAMAE DE POMERODE CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DO EDITAL.

Fornecedor: 182354 - DISK GRAMA COMERCIAL LTDA ME

Item	Descrição	Unidade		Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	AREIA MÉDIA LAVA-DA E PENEIRADA, CONSTITUÍDA DE PARTICULAS LIMPAS, DURAS E DURÁVEIS, ISENTA DE MATÉRIA ORGÂNICA, TORRÕES DE ARGILA OU OUTROS MATERIAIS ELETÉRIOS, NÃO PODENDO SER AREIA INDUSTRIAL. O FORNECIMENTO DEVERÁ SER EFETUADO CONFORME NECESSIDADE.	M3		1.000,00000	R\$ 58,0000	R\$ 58.000,0000
1	AREIA MEDIA SUJA (TIPO DE RIO)	M3		1.000,00000	R\$ 30,5000	R\$ 30.500,0000
Total do Fornecedor:						R\$ 88.500,0000
Total Geral dos Itens:						R\$ 88.500,0000

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 004/2015
Validade: A partir de 17.03.2015 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 17 de MARÇO de 2015.
MARCIO SCHEIDEMANTEL
Presidente do SAMAE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 03/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Para Compras e Serviços: 3/2015
Processo Administrativo: 3/2015

Ao Sr(a). MARCIO SCHEIDEMANTEL Presidente do SAMAE de Pomerode tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº 86/2014.

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 3/2015, o(s) participante(s):

182354 - DISK GRAMA COMERCIAL LTDA ME

Item
Produto
Unidade
Marca
Quantidade
Valor Unitário
Valor Total

1
SERVIÇO DE CAMINHÃO BASCULANTE TOCO
HORAS

1.000
R\$49,70
R\$49.700,00

2
SERVIÇOS DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA.
HORAS

1.000
R\$94,40
R\$94.400,00

Total do Fornecedor:
R\$144.100,00

Total da Homologação:
R\$144.100,00

MARCIO SCHEIDEMANTEL
PRESIDENTE DO SAMAE

Pomerode, 17 de março de 2015.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 04/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão Para Compras e Serviços: 4/2015
Processo Administrativo: 4/2015

Ao Sr(a).MARCIO SCHEIDEMANTEL Presidente do SAMAE Pomerode tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº 86/2014.

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 4/2015, o(s) participante(s):

182354 - DISK GRAMA COMERCIAL LTDA ME

Item
Produto
Unidade
Marca
Quantidade
Valor Unitário
Valor Total

1
AREIA MEDIA SUJA (TIPO DE RIO)
M3

1.000
R\$30,50
R\$30.500,00

2
AREIA MÉDIA LAVADA E PENEIRADA, CONSTITUÍDA DE PARTICULAS LIMPAS, DURAS E DURÁVEIS, ISENTA DE MATÉRIA ORGÂNICA, TORRÕES DE ARGILA OU OUTROS MATERIAISELETÉRIOS, NÃO PODENDO SER AREIA INDUSTRIAL. O FORNECIMENTO DEVERÁ SER EFETUADO CONFORME NECESSIDADE.
M3

1.000
R\$58,00
R\$58.000,00

Total do Fornecedor:
R\$88.500,00

Total da Homologação:
R\$88.500,00

MARCIO SCHEIDEMANTEL
Pomerode, 17 de março de 2015.
PRESEIDENTE DO SAMAE

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO 008/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 008/2015FMS PREGÃO PRESENCIAL
N.º 007/2015FMS

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a aquisição de materiais de expediente para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde de Ponte Serrada.

Esta licitação destina exclusivamente a participação de micro empresa e empresa de pequeno porte.

Recebimento de Envelopes: até as 07:50MIN do dia 07/04/2015.

Abertura: às 08h00min horas do dia 07/04/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 17 de Março de 2015.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICA 2015

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

EXTRATO DE ADITIVOS 2015

RETIFICA AO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0200/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: AUTO POSTO QUERÊNCIA

CNPJ: 77.875.821/0001-04

OBJETO: RETIFICA NO PREÇO DO PRODUTO ITEM 01: ONDE SE LÊ: R\$ 2,45 (DOIS REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS); LEIA-SE: R\$ 2,431 (DOIS REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS E UM DÉCIMO).

A DIFERENÇA DOS VALORES SERÁ DEVOLVIDA PELA CONTRATADA

AS DEMAIS CLÁUSULAS PERMANECEM INALTERADAS.

RETIFICA AO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0200/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: AUTO POSTO QUERÊNCIA

CNPJ: 77.875.821/0001-04

OBJETO: RETIFICA NO NÚMERO DO ADITIVO: ONDE SE LÊ SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0200/2014, LEIA-SE: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0200/2014;

RETIFICA NO PREÇO DO PRODUTO ITEM 01: ONDE SE LÊ: R\$ 2,67 (DOIS REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS); LEIA-SE: R\$ 2,66 (DOIS REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS).

A DIFERENÇA DOS VALORES SERÁ DEVOLVIDA PELA CONTRATADA

AS DEMAIS CLÁUSULAS PERMANECEM INALTERADAS.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 030/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 030/2015 - PREFEITURA

Partes: Município de Porto União e Luiz Antunes de Lima & Cia Ltda.

Objeto: Locação de 20 (vinte) caçambas estacionárias de 5m³ para acondicionamento de entulhos mistos pelo período de 24 horas, conforme requisição.

Valor total: R\$ 3.180,00 (Três mil cento e oitenta reais)

Vigência: até 31 de dezembro de 2015.

Base legal: Pregão Presencial 010/2015- Prefeitura, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 16 de março de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Luiz Antunes de Lima & Cia Ltda.

Contratada

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 002/2015 - EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 002/2015- EDUCAÇÃO

Extrato de Edital de Pregão Presencial 002/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de produtos para manutenção da Alimentação Escolar. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 02 de abril de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitateportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 18 de março de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
004/2015 - FAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 004/2015- FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 004/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de gêneros alimentícios e material de limpeza para manutenção dos serviços realizados pela Equipe Volante do CRAS - Área Rural. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 01 de abril de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 18 de março de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Pouso Redondo**PREFEITURA****PROCESSO 005 2015 PR 04 2015 RP**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 05/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 01.04.2015, Aquisição de material Odontológico, para uso nos Postos de Saúde do Município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 18 de Março de 2015.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 4585, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4585, de 11 de março de 2015.
"NOMEIA GUSTAVO PASQUALINI KUHL"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear GUSTAVO PASQUALINI KUHL, para a partir de 02/03/2015, exercer o cargo em comissão de Chefe Divisão Almo-xarifado, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

11 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 4590. DE 12 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 4590, de 12 de março de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015 - FMS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 08/2015 - FMS, de 25.02.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADM. E PEG. LTDA;

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 4590/2015

Pregão Presencial nº 08/2015 - FMS, de 25.02.2015.

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS PARA A FUNÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, ENFERMEIRO, FARMACÊUTICO, MÉDICO PSQUIATRA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM E ASSISTENTE SOCIAL. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SC

Participantes:

- CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADM. E PEG. LTDA;
- CONSEP - CONCURSOS, RESIDENCIAIS, MEDIDAS, AVALIAÇÕES E PESQUISAS LTDA;
- INFINITY ASSESSORIA PEDAGÓGICA LTDA ME.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADM. E PEG. LTDA;

DECRETO Nº 4593, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4593 de 13 de março de 2015.

"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Concurso Público, integrada pelos Srs. Givanildo Silva, Eligio Luis Pessoa, Maristela Regina Balbinot, Carlos Alberto Luithardt e Fernanda Pontes Rossi Fachini para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Concurso Público - Edital de Concurso Público nº 002/2015 do Município de Rio do Sul, destinado ao provimento de cargos do quadro de pessoal do Magistério do Município de Rio do Sul - Administração Direta e formação de Cadastro de Reserva, em conformidade com a Lei Complementar nº 207 de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores e Lei Complementar nº 208 de setembro de 2010 e alterações posteriores.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

13 de março de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4596, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4596, de 16 de março de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 016/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

	Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado da Carta Convite nº 016/2015, de 03.03.15, cujo resumo está representado no Anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:
Art. 1º-	- CONSTRUTORA F&F LTDA.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

16 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDUARDO RINNERT SCHULZE

Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO AO DECRETO Nº 4596/2015

CARTA CONVITE Nº 016/2015, de 03.03.15.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA REFORMA DO GALPÃO NA RUA MAFALDA LINGNER PORTO, NO BAIRRO PROGRESSO. DEFESA CIVIL DE RIO DO SUL.

Empresas Convidadas:

- CONSTRUTORA F&F LTDA;
- VILSON VANSUITEN - ME;
- METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP;
- CONSTRUTURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA;
- CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA;
- CONSTRULACER COM. E CONSTR. LACERDÓPOLIS LTDA.

Empresas Presentes no ato da Abertura:

- CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA;
- CONSTRUTORA F&F LTDA;
- METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP;
- VILSON VANSUITEN - ME.

Decisão: Pelo critério de menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- CONSTRUTORA F&F LTDA.

DECRETO Nº 4597, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4597, de 16 de março de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015 - SMA."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 003/2015 - SMA, de 14.01.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- TRATORVALE COMERCIO DE MÁQUINAS;
- MAQUIPLAN COMERCIO DE MAQUINAS;
- ITUARA LTDA ME.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

16 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

ERENO MARCHI

Secretário Municipal de Agricultura

ANEXO AO DECRETO Nº 4597/2015

Pregão Presencial nº 003/2015 - SMA, de 14.01.2015.

Objeto da licitação: AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA DE PNEUS, ENXADA ROTATIVA E APARELHO PULVERIZADOR NOVA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

Participantes:

- RIOFRAS COMÉRCIO DETRATORES E IMPLEMENTOS LTDA;
- TRATORVALE COMÉRCIO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS;
- MAQUIPLAN COMERCIO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA ME;
- FATIMA REPRES. COMERCIAIS LTDA;
- CARBONI MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA;
- AGROPATA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP;
- ITUARA LTDA ME;
- DELMAR KISSMANN.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedores os licitantes:

- TRATORVALE COMERCIO DE MÁQUINAS;
- MAQUIPLAN COMERCIO DE MAQUINAS;
- ITUARA LTDA ME.

DECRETO Nº 4598, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4598 de 16 de março de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015 - SME."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 018/2015 - SME, de 02.03.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- THOMAS COMERCIO DE PESCADOS LTDA. ME;
- PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

16 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

REGINA GARCIA FERREIRA

Secretário Municipal de Educação

ANEXO AO DECRETO Nº 4598/2015

Pregão Presencial nº 018/2015 - SME, de 02.03.2015.

Objeto da licitação: AQUISIÇÃO DE CARNE BOVINA, CALDO DE PEIXE E SALSICHA PARA O SETOR DE MERENDA ESCOLAR. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Participantes:

- THOMAS COMERCIO DE PESCADOS LTDA. ME;
- PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedores os licitantes:

- THOMAS COMERCIO DE PESCADOS LTDA. ME;
- PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP.

DECRETO Nº 4599, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4599, de 16 de março de 2015.

"EXONERA E NOMEIA ELENIR HOLLER".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 02/03/2015, a servidora ELENIR HOLLER, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Administração e Serviços Gerais da Secretaria Municipal de Educação. E nomeada, para a partir de 03/03/2015, exercer as atribuições do cargo em comissão de Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Educação, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

16 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

PATRICIA MELLO SORDI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 143/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA MELLO SORDI, portador(a) do CPF nº 009.317.099-89, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 143/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 143/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

PATRICIA MELLO SORDI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PORTARIA N. 0192/RH

PORTARIA N. 0192/RH

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 170, da lei complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art..1º Nomear, para a partir de 04/02/2015, a servidora ADRIANA MARTINS DA SILVA SOARES, matrícula n. 3492403, ocupante do cargo de provimento efetivo - Pedagogo (40h), para atuar como Diretora de Unidade Educacional de “Grande Porte” da Rede Pública Municipal - Centro Educacional Anibal de Barba. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 60% (sessenta por cento) do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lso

PORTARIA N. 0193/RH

PORTARIA N. 0193/RH

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, o servidor AFONSO CARLO NEVES, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, para a partir de 04/03/2015, exercer as atribuições do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Administração e Serviços Gerais da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Conceder o percentual de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor da remuneração do cargo de Chefe da Divisão de Administração e Serviços Gerais da Secretaria Municipal de Educação, com fundamento no Art. 57 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, em face do servidor optar pela remuneração do cargo efetivo de Professor.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lso

PORTARIA Nº 0159/RH

PORTARIA Nº. 0159 / RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - REMOVER, POR PERMUTA, a partir de 27/01/2015, os servidores ocupantes do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, DAIANA PETRY DOS SANTOS, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos para a Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente e Ivo Ronaldo Wessner, da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, considerando que ambos possuem a mesma categoria profissional, o mesmo regime de trabalho e a mesma habilitação, em conformidade com o parágrafo 3º, do Art. 41 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2011 e suas alterações posteriores e com o Memorando nº 312/2014 de 17 de dezembro de 2014, deferido em 23 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de março de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Vmb

PREGÃO PRESENCIAL 028/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2015

OBJETO: Contratação de serviços de transporte de calcário para Secretaria Municipal de Agricultura.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 31/03/2015, às 11:00h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:30h do dia 31/03/2015, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 18 de março de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.375, DE 17 DE MARÇO DE 2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1375, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Homologa Termo de Convênio nº 2 de 2015, que entre si celebram a Fundação Municipal de Desportos e a Associação de tênis de mesa de Rio do Sul.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio nº 2 de 2015, que entre si celebram a Fundação Municipal de Desportos e a Associação de tênis de mesa de Rio do Sul, que tem por objetivo o incentivo à prática esportiva e de lazer na modalidade de tênis de mesa, através do suporte à execução de projetos de desenvolvimento e manutenção do desporto nos centros poliesportivos e unidades associadas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 17 de março de 2015.

JEFERSON VIEIRA

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 828/2015

PORTARIA No 828, DE 17 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a promoção da Servidora Efetiva Heliana Duarte Prim.

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Fica promovida a servidora efetiva Heliana Duarte Prim, da classe "E" para a classe "F", da Categoria Funcional de Agente Legislativa do Quadro de Cargos de Provimento efetivo da Câmara Municipal de Rio do Sul, de conformidade com o disposto no artigo 26 da Lei Complementar nº 224, de 15 de fevereiro de 2011, na Resolução nº 619, de 31 de maio de 2011, alterada pela Resolução nº 647, de 03 de abril de 2012, tendo em vista o que consta no ofício nº 01, de 17 de março de 2015, relativo à avaliação de desempenho.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de março de 2015.

GIOVANI NASCIMENTO Diretor Geral	
THAYNÁ FIAMONCINI Diretora Administrativa	

PORTARIA Nº 829/2015

PORTARIA No 829, DE 17 DE MARÇO DE 2015

Concede Prêmio Especial a Servidora Heliana Duarte Prim

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 126 Parágrafo único, da Lei Complementar nº 207/2010, Prêmio Especial, a servidora Heliana Duarte Prim, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente legislativa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 17 de março de 2015.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 830/2015

PORTARIA No 830, DE 17 DE MARÇO DE 2015

Autoriza pagamento de Licença Prêmio a Servidora Heliana Duarte Prim

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, nos termos do art. 140, § 2º, da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, e Resolução nº 615, de 13 de maio de 2011, Licença Prêmio, em pecúnia, a servidora municipal HELIANA DUARTE PRIM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Legislativa, referente ao quinquênio compreendido entre 19 de março de 2010 a 18 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 17 de março de 2015.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

Santa Rosa do Sul**PREFEITURA****LEI Nº 976, DE 12 DE MARÇO DE 2015.**

LEI Nº 976, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo a firmar Termo de Concessão de Uso de equipamento pertencente ao Município para uso da Associação dos Produtores de Maracujá de Santa Rosa do Sul/SC - APM, com intuito de incentivar a agricultura familiar no Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder o equipamento abaixo descrito, de propriedade do município, para uso da Associação dos Produtores de Maracujá de Santa Rosa do Sul/SC - APM, mediante celebração de Termo de Concessão de uso, quais sejam:

Nº do Patrimônio	Quantidade	Descrição
	01	01 (uma) Máquina de empacotamento automático, envase em filme PEBED, polietileno, por injeção temporizada, construída em aço Inox 304, produção mínima de 1000 embalagens/hora, com volume de 100 a 1000 ml, com tanque em aço inox capacidade mínima de 100 litros, com datador.

Parágrafo único. O bem cedido terá como objetivo o incentivo da agricultura familiar no município e deverão ser usados para o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Santa Rosa do Sul/SC.

Art. 2º Correrão a expensas da associação as despesas decorrentes da conservação, manutenção e guarda dos equipamentos.

Parágrafo único. Fica a cessionária vedada de ceder, locar e emprestar o objeto desta cessão de uso para terceiros, bem como utilizá-los para fins diferentes dos acima descritos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 12 de março de 2015.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO PL 31/2015

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 31/2015 na MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação n. 2/2015, para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (COMPRA LOCAL) PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O PERÍODO LETIVO DO EXERCÍCIO DE 2015. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 08:45 horas do dia 31/03/2015, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 09:00 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 18/03/2015.
Jacob Gilmar Junges
Prefeito Municipal.

PUBLICAÇÃO PL 32/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 32/2015 na MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 6/2015 para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE, ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO E PROFISSIONAL PARA CONFECCAO DE PROTESES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 08:30 horas do dia 27/03/2015, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 09:00 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 09/03/2015.
Jacob Gilmar Junges
Prefeito Municipal.

PUBLICAÇÃO PL 33/201

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 33/2015 na MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 19/2015, para AQUISICAO DE PATRULHA AGRICOLA PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 808915 COM O MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO/CAIXA ECONOMICA PROCESSO N. 2623.1020339-82/2014 Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 14:15 horas do dia 01/04/2015, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 14:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 18/03/2015.
Jacob Gilmar Junges
Prefeito Municipal.

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 01/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 33/2015.
Edital: TOMADA DE PREÇO Nº.01/2015.
Tipo: Unitário.
Objeto: Execução de obra de construção de cabeceira de ponte na Linha Madoglio e Linha Piccoli com área de 55,00m² cada ponte, conforme memorial descritivo, prancha A-01, A-02 e E-01 e cronograma físico e financeiro.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 13 de abril de 2015.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 13 de abril de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 17 de março de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 68/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015

MENOR PREÇO POR CM COLUNA

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 31 de março de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA COM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO ESTADUAL, PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE ATÉ 60 MESES, COM CONTRATOS DE 12 MESES RENOVÁVEIS.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 77/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 30 de março de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFALTICA RM - 1C PARA MANUTENÇÃO ASFALTICA PARA A SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 18 de março de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

DEBORAH CINTIA DE QUADROS

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 78/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 30 de março de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER OS PROGRAMAS E OFICINAS

OFERECIDOS NA -SEMAS. CONSELHO TUTELAR, PRONATEC, CREAS, FAMÍLIA DE APOIO, CASA ABRIGO DA MULHER E NOS CRAS. PARA O PERÍODO DE 12 MESES. CONFORME ANEXO I.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 79/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 06 de abril de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: PREGÃO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO QUILOMETRO, COM SETE LUGARES, PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 12 de março de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira

DECRETO Nº 887/2015

DECRETO Nº 0887, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) no orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Desporto e Lazer

Atividade: 2.059 - Desporto Comunitário

(30) 3.3.90.31.00.00.100 - Prem. Cult., Artist., Cient. Desp. Ou-
trR\$ 1.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da dotação orçamentária:

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Desporto e Lazer
Atividade: 2.059 - Desporto Comunitário
(31) 3.3.90.36.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PFR\$ 500,00
(32) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJR\$ 500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de março de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 888/2015

DECRETO Nº 0888, DE 16 DE MARÇO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito
Operação Especial: 0.049 - Auxílios Financeiros para Associações de Moradores e outras Entidades
(390) 3.3.50.43.00.00.00 100 - Subvenções Sociais R\$ 2.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito
Operação Especial: 0.049 - Auxílios Financeiros para Associações de Moradores e outras Entidades
(389) 3.3.50.41.00.00.00 100 - Contribuições R\$ 2.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de março de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 889/2015

DECRETO Nº 0889, DE 17 DE MARÇO DE 2015
DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Edemilson Benedito de Assis, Jocemari Telma Teixeira, Marcelo Milla, Sérgio Miguel de Matos e Carlos Arakaki para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 75/2015, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 30 de março de 2015, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de março de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 890/2015

DECRETO Nº 0890, DE 17 DE MARÇO DE 2015
DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores, Edemilson Benedito de Assis, Jocemari Telma Teixeira, Daniele Celeski Wojakiewicz, Sérgio Miguel de Matos e Schéliga Monia Foitt Poltronieri para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 59/2015, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 15 de abril de 2015, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de março de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 891/2015

DECRETO Nº 0891, DE 17 DE MARÇO DE 2015
DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores, Edemilson Benedito de Assis, Jocemari Telma Teixeira, Sandra Maria Sadowski Andrzejewski, Sérgio Miguel de Matos e Schéliga Monia Foitt Poltronieri para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 60/2015, a realizar-se às 14:00 horas, do dia 15 de abril de 2015, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de março de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 892/2015

DECRETO Nº 0892, DE 17 DE MARÇO DE 2015
DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores, Edemilson Benedito de Assis, Jocemari Telma Teixeira, Carla Eloise Mülbauer, Sérgio Miguel de Matos e Schéliga Monia Foitt Poltronieri para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 61/2015, a realizar-se às 14:00 horas, do dia 13 de abril de 2015, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de março de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 893/2015

DECRETO Nº 0893, DE 17 DE MARÇO DE 2015.
ALTERA O DECRETO Nº 1732, DE 04 DE MAIO DE 2006, QUE REGULAMENTA O ESTACIONAMENTO ROTATIVO SÃO BENTO, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 1425, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2005.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - O artigo 9 e seu § 2º; - o artigo 13 e seus incisos II e III, e, seu § 1º; - o artigo 15; - o artigo 17 e seus incisos e seu § 2º; bem como, - o artigo 18, todos do Decreto nº 1.732, de 04 de maio de 2006, passam a vigorar respectivamente com as seguintes redações:

“Art. 9. A utilização regular da vaga será feita mediante o uso de equipamento eletrônico controlador de vagas, no horário compreendido entre às 08:30h e 18:00h de segunda à sexta-feira, e das 08:30h às 12:30h aos sábados, exceto os casos de isenção previstos neste Decreto.

§ 1º...

§ 2º O estacionamento regular será isento de pagamento de preço público aos domingos e feriados e nas demais horas do dia que antecederem ou ultrapassarem os períodos expressos no caput deste artigo.”

“Art. 13. Para a utilização regular do Estacionamento Rotativo São

Bento deverão ser observadas as seguintes disposições:

I - ...;

II - veículo cujas dimensões de comprimento excedam a demarcação viária estabelecida para uma vaga de estacionamento, pagará o correspondente ao número de vagas ocupadas;

III - as motocicletas deverão ser regularmente estacionadas nos locais especificamente demarcados e sinalizados para tal finalidade e para este tipo exclusivo de veículo, pagando o preço correspondente a uma vaga normal de estacionamento regulamentado.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no artigo 19 deste regulamento, a operação de carga ou descarga será regulamentada por intermédio de sinalização específica e é considerada estacionamento, estando sujeita aos ditames deste regulamento e ao Código de Trânsito Brasileiro”.

“Art. 17...

I - estiver estacionado em vaga para a qual não foi acionado o respectivo equipamento eletrônico controlador;

II - estiver estacionado sem a utilização do “Cartão Turista”;

§ 1º....

§ 2º O veículo que permanecer estacionado por tempo superior ao previsto na sinalização viária regulamentadora e ou não estiver devidamente posicionado na vaga especificadamente delimitada para este fim, estará cometendo infração prevista no Código de Trânsito Brasileiro, e estará sujeito à remoção para o depósito fixado pelo órgão ou entidade competente, com circunscrição sobre a via, sem prejuízo das cominações estabelecidas nos parágrafos - primeiro e segundo do artigo seguinte.”

“Art. 18 Os usuários, ainda que estacionados em vaga regular, deixarem de acionar o equipamento eletrônico controlador de vagas ou de utilizar o “Cartão Turista” serão notificados através de Aviso de Irregularidade emitidos pelos agentes de trânsito municipais, na forma descrita nos parágrafos do presente artigo.”

Art. 2º O artigo 19 do Decreto nº 1.732, de 04 de maio de 2006, passa a ser acrescido de Parágrafo Único, com a seguinte redação:

“Art. 19 ...

Parágrafo Único: Os infratores ao disposto no caput deste artigo, estarão sujeitos às penalidades e medidas administrativas previstas no Código Brasileiro de Trânsito”.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de março de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 085/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 085/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de material e mão de obra e demais obrigações necessárias para a revitalização da sinalização viária e implantação de passeios e ciclovia na Avenida São Bento, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato de Repasse nº 311.146-23/2009 Ministério das

Cidades/Caixa Econômica Federal, em anexo a Tomada de Preços nº 13/2015.

DO VALOR: R\$ 295.228,99 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 04 de março de 2015.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

KELLY THIEMANN, como Arquiteta e Urbanista.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

LISTAGEM PORTARIAS Nº 03/20015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 8395, de 17 de março de 2015. Nomeia Coordenador de Serviços de Tubulação, a partir de 16 de março de 2015. Camilo Tadeu Nianas. SEMOB.

Portaria nº 8396, de 17 de março de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 23 de março de 2015. Gildilei Rodrigues de Souza da Cruz. Atendente Educativo, Grupo Ocupacional Assistência Educacional, Nível I, Classe A, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8397, de 17 de março de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 23 de março de 2015. Viviane Cristina Leandro Gonçalves Herbst. Atendente Educativo, Grupo Ocupacional Assistência Educacional, Nível I, Classe A, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8398, de 17 de março de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 23 de março de 2015. Zenira Aparecida dos Santos. Atendente Educativo, Grupo Ocupacional Assistência Educacional, Nível I, Classe A, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8399, de 17 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 12 de março de 2015. Franciele Aparecida Ribeiro. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. SECAD.

Portaria nº 8400, de 17 de março de 2015. Opera Remoção de Servidor, a partir de 16 de março de 2015. Lucas Cziczek, Mecânico, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos para o quadro da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Portaria nº 8402, de 18 de março de 2015. Declara Vago Cargo de Professor Anos Iniciais, com fulcro no art 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 19 de dezembro de 2014. Rosângela Ozsika.

Portaria nº 8403, de 18 de março de 2015. Declara Vago Cargo de Auxiliar de Serviços, com fulcro no art 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 29 de dezembro de 2014. Maria Madalena Kuchnir.

Portaria nº 8404, de 18 de março de 2015. Nomeia Coordenadora Pedagógica na EBM Ilona Tschoeke, a partir de 16 de março de 2015. Maria Cristina Hass Peters, com gratificação de 20% sobre seu vencimento de carreira.

Portaria nº 8405, de 18 de março de 2015. Altera Gratificação de Diretora Escolar, de 35% para 40%, a partir de 02 de março de 2015. Eliane Maria Muncinelli dos Santos. EBM Alfredo Diener . SEMED.

Portaria nº 8406, de 18 de março de 2015. Altera Gratificação de Coordenadora Pedagógica, de 20% para 25%, a partir de 02 de março de 2015. Sandra Regina Bayerl. EBM Alfredo Diener . SEMED.

Portaria nº 8407, de 18 de março de 2015. Altera Gratificação de Diretora Escolar, de 30% para 35%, a partir de 02 de março de

2015. Marciliane de Oliveira. EBM Ilona Tschoeke . SEMED.

Portaria nº 8408, de 18 de março de 2015. Altera Gratificação de Diretora Escolar, de 35% para 50%, a partir de 02 de março de 2015. Elaine Morriesen Rodrigues. EBM Alexandre Alfredo Garcia . SEMED.

Portaria nº 8409, de 18 de março de 2015. Altera Gratificação de Coordenadora Pedagógica, de 20% para 35%, a partir de 02 de março de 2015. Catia Ropelato Wiatek. EBM Alexandre Alfredo Garcia . SEMED.

Portaria nº 8410, de 18 de março de 2015. Altera Gratificação de Diretora Escolar, de 55% para 50%, a partir de 02 de março de 2015. Rosane Teresinha Pscheidt Knop. EBM Profª Lúcia Tschoeke. SEMED.

Portaria nº 8411, de 18 de março de 2015. Altera Gratificação de Coordenadora Pedagógica, de 45% para 40%, a partir de 02 de março de 2015. Fabiana do Rocio Ruthes Schmidt. EBM Profª Lúcia Tschoeke. SEMED.

São Bento do Sul, 19 de março de 2015.
FERNANDO TURECK,
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 8401/2015

PORTARIA Nº 8401, DE 17 DE MARÇO DE 2015

ALTERA A PORTARIA Nº 1508, DE 21 DE MARÇO DE 2013, QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe a Lei nº 060, de 29 de maio de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º A Portaria nº 1508, de 21 de março de 2013, passa a ter a seguinte redação:
(...)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Elaine Maria de Oliveira Buchmann - Titular

Antonio Alcioni Cardoso - Suplente

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

José Alexandre Koch - Titular

Renato José Quost - Suplente

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Paola Pinto Benventuri Costi - Titular

Elaine Cristina Bastos - Suplente

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE

Gean Cardoso de Medeiros - Titular

Rafael Bueno Pereira - Suplente

CONSELHO LOCAL DE SAÚDE - BAIRRO CENTENÁRIO

Marlene de Fátima de Souza Freitas Weldt - Suplente

(...)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA: _____

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº 57/2015

I RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2015
NO EDITAL HOUVE ALTERAÇÃO RELACIONADA AO OBJETO DO
PROCESSO LICITATORIO.

ONDE SE LÊ:

AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA A SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO. (CONFOR-
ME MANUAL PROINFANCIA "C" - TERMO DE COMPROMISSO PAR
Nº 201300578 - FNDE)

E NO ITEM 01, ONDE SE LÊ:
(...) A ENTREGA E INSTALAÇÃO TANTO ELETRICA QUANTO HI-
DRAULICA DO EQUIPAMENTO FICARÁ A CARGO DA
EMPRESA VENCEDORA.

LEIA-SE:

AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA A SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO. (CONFOR-
ME MANUAL PROINFANCIA "C" - TERMO DE COMPROMISSO PAR
Nº 201300578 - FNDE)

E NO ITEM 01, LEIA-SE:
(...) A ENTREGA DO EQUIPAMENTO FICARÁ A CARGO DA EMPRE-
SA VENCEDORA. A ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO SEGUE O MA-
NUAL PROINFANCIA "C". QUALQUER DUVIDA SOBRE O MESMO,
PODERÁ SER VERIFICADO COM A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PELO TELEFONE (47) 3635-1014.

ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO E,
PARA QUE ESTE PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI,
ALTERANDO A ABERTURA DAS PROPOSTAS PARA O DIA 02 DE
ABRIL DE 2015, ÀS 14:00 HORAS, SENDO QUE O RECEBIMENTO
DOS ENVELOPES (PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO) SERÃO ATÉ AS
13:30 HORAS.

SÃO BENTO DO SUL, 17 DE MARÇO DE 2015.
CARLA ELOISE MÜLBAUER
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

São Carlos**PREFEITURA****TERMO CRED N.02/2015 TRANSPORTES ZEN&ZENI
LTDA**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO
T .Cred Nº.:002/2015
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada...:TRANSPORTES ZEN&ZENI LTDA
Objeto :SERVIÇOS DE MÁQUINAS - ITEM 03 -04-05-06-07
Valor :CFME DECRETO
Vigência : 31.12.2015
Licitação :INEXIGIBILIDADE N.01/2015

SAO CARLOS, 17 DE MARÇO DE 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos

PREFEITURA

DEC 1902 DE 17 03 15 TORNA SEM EFEITO E RECLASSIFICA CANDIDATA PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS VERA LUCIA BIRIN

DECRETO Nº 1902 DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 1861, de 19 de fevereiro de 2015, o qual nomeou servidora aprovada em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/08 atualizada, Lei Complementar nº 042 de 04/04/12, atualizada, Lei Complementar n. 0045, de 06 de novembro de 2012, com base no Edital de Concurso n. 007/2013, no qual homologou o resultado final do Concurso Público n. 001/2013; e:

- Considerando que a servidora nomeada pelo Decreto nº 1861, de 19 de fevereiro de 2015, apresentou pedido de reclassificação conforme protocolo nº 617 /2015, de 12/03/2015;

- Considerando que caso a candidata não deseje assumir a vaga a que foi nomeada de imediato, poderá solicitar para passar para o final da lista dos aprovados, conforme o disposto no item 10.5 do Edital de Concurso Público n. 001/2013;

- Considerando que no ato da posse a candidata preenchia os requisitos exigidos para assumir o cargo;

- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 1861, de 19 de fevereiro de 2015, que nomeou Vera Lucia Birin, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, ficando a candidata reclassificada para o final da lista dos aprovados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. De Brasília (DF) para São Domingos (SC), 17 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1904 DE 17 03 15 NOMEIA SERVIDOR APROVADO CONCURSO PUBLICO FERNANDE ALBERTO CAMERA PARA O CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS

DECRETO Nº 1904, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia candidato aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 018, de 28/01/08, atualizada, nº 042 de 04/04/12, atualizada, e nº 045, de 06/11/12; e:

- Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

- Considerando o Edital nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

- Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado para o Serviço Público Municipal o Senhor

Fernande Alberto Câmera, para exercer o cargo de Operador de Máquinas, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, com carga horária de 40 horas semanais, enquadrado no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, Código 11.07, Grupo 2 (Serviços Operacionais SOPER), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF) para São Domingos (SC), 17 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1905 DE 18 03 15 NOMEIA SERVIDOR APROVADO CONCURSO PUBLICO CLEOMAR ZANCO PARA O CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS

DECRETO Nº 1905, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia candidato aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 018, de 28/01/08, atualizada, nº 042 de 04/04/12, atualizada, e nº 045, de 06/11/12; e:

- Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

- Considerando o Edital nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

- Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado para o Serviço Público Municipal o Senhor Cleomar Zanco, para exercer o cargo de Operador de Máquinas, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, com carga horária de 40 horas semanais, enquadrado no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, Código 11.07, Grupo 2 (Serviços Operacionais SOPER), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF) para São Domingos (SC), 18 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1906 DE 18 03 15 NOMEIA SERVIDOR APROVADO CONCURSO PUBLICO VANDERLI FERREIRA DOS SANTOS PARA O CARGO DE MOTORISTA

DECRETO Nº 1906, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia candidato aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 018, de 28/01/08, atualizada, nº 042 de 04/04/12, atualizada, e nº 045, de 06/11/12; e:

- Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

- Considerando o Edital nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

- Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado para o Serviço Público Municipal o Senhor Vanderli Ferreira dos Santos, para exercer o cargo de Motorista, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, com carga horária de 40 horas semanais, enquadrado no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, Código 21.06, Grupo 2 (Serviços Operacionais SOPER), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF) para São Domingos (SC), 18 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1907 DE 18 03 15 TORNA SEM EFEITO DEC 1895 DE 11 03 15 A NOMEAÇÃO VILMAR PEDRO SEGALIN MOTORISTA

DECRETO Nº 1907, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 1895, de 11 de março de 2015, o qual nomeou candidato aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/08 atualizada, Lei Complementar nº 042 de 04/04/12, atualizada, Lei Complementar nº 0045, de 06 de novembro de 2012 atualizada, com base no Edital de Concurso Público nº 001/2013; e:

- Considerando que o servidor nomeado pelo Decreto nº 1895, de 11 de março de 2015, apresentou pedido de reclassificação conforme protocolo nº 638 /2015, de 16/03/2015;

- Considerando que caso o candidato não deseje assumir a vaga a que foi nomeado de imediato, poderá solicitar para passar para o final da lista dos aprovados, conforme o disposto no item 10.5 do Edital de Concurso Público nº 001/2013;

- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 1895, de 11 de março de 2015, que nomeou Vilmar Pedro Segalin, para exercer o cargo de Motorista, ficando o candidato reclassificado para o final da lista dos aprovados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF) para São Domingos (SC), 18 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

POR 1761 DE 16 03 15 CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES NERI R. DE SOUZA PTRICIA MARA ZIN EDIMAR A CASSOL JOAO M R GUIMARAES

PORTARIA Nº 1761, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Concede férias aos servidores públicos municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 atualizada e:

- Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS aos servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO/EMPREGO	PERÍODO AQUISITIVO	DÍAS	GOZO
Neri Ribeiro de Souza	vigia	17/11/13 a 16/11/14	05	16/03/15 a 20/03/15
Patrícia Mara Zin	Agente Comunitário de Saúde	24/02/14 a 23/02/15	30	16/03/15 a 14/04/15
Edimar Adilson Cassol	Operador de Máquinas	09/01/14 a 08/01/15	04	17/03/15 a 20/03/15
João Maria Rodrigues Guimarães	Vigia	11/01/12 a 10/01/13	30	16/03/15 a 14/04/15

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. De Brasília (DF), para São Domingos (SC), 16 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

São João do Sul

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS 001/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO SUL/SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: SP MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 42.421,00 - Total

Processo Licitatório Nº 090/2014 - Pregão Presencial nº 039/2014 de 17/12/2014

São João do SUL, 05 de Janeiro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS 002/2015

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de fruição dos direitos e plena e exploração da concessão do direito de uso e exploração de seixo rolados para o município de São João do Sul - SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: LEONARDO VALENTIN COLODEL & CIA LTDA - ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 182.000,00 - Total

Processo Licitatório Nº 009/2015 - Pregão Presencial nº 001/2015 de 21/01/2015

São João do SUL, 03 de Fevereiro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2015

OBJETO: contratação de empresa especializada para retifica de motores (peças e serviços) dos ônibus placas KOD-7313 E MBC-3222, DO transporte escolar. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADO: PORCIPEÇAS ACESSÓRIOS E SERVIÇOS EIRELI - ME

VIGÊNCIA: 10/02/2015 à 31/07/2015.

VALOR: R\$ 33.614,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 011/2015 - Carta Convite nº 004/2015 de 28/01/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.361.0128.2036 - 3.3.90.39.19.00.00.00.0112; 0501 - 12.361.0128.2036 - 3.3.90.30.39.00.00.00.0108; 0501 - 12.361.0128.2036 - 3.3.90.30.01.00.00.00.0108.

São João do Sul, 10 de Fevereiro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO NA MERENDA ESCOLAR E CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATADO: PAULO CARDOSO CONSTANTE - ME

VIGÊNCIA: 20/02/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 26.782,70 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 012/2015 - Pregão Presencial nº 003/2015 de 03/02/2015, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.306.0128.2035 - 3.3.90.30.07.00.00.00.000103; 0501 - 12.306.0128.2035 - 3.3.90.30.07.00.00.00.00080.

São João do Sul, 20 de Fevereiro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO NA MERENDA ESCOLAR E CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATADO: DOUTEL ALVES ME

VIGÊNCIA: 20/02/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 5.000,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 012/2015 - Pregão Presencial nº 003/2015 de 03/02/2015, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0501 - 12.306.0128.2035 - 3.3.90.30.07.00.00.00.000103.

São João do Sul, 20 de Fevereiro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 026/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 026/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO NA MERENDA ESCOLAR E CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATADO: LEONIR RAUPP ESPINDOLA - ME

VIGÊNCIA: 20/02/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 26.329,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 012/2015 - Pregão Presencial nº 003/2015 de 03/02/2015, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.306.0128.2035 - 3.3.90.30.07.00.00.00.000103; 0501 - 12.306.0128.2035 - 3.3.90.30.07.00.00.00.00080.

São João do Sul, 20 de Fevereiro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 027/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 027/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO NA MERENDA ESCOLAR E CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATADO: BISCOITOS KAUE LTDA ME

VIGÊNCIA: 20/02/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 9.652,50 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 012/2015 - Pregão Presencial nº 003/2015 de 03/02/2015, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.306.0128.2035 - 3.3.90.30.07.00.00.000103; 0501 - 12.306.0128.2035 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0080.

São João do Sul, 20 de Fevereiro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 028/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 028/2015

OBJETO: Execução de serviços de destinação final de resíduos domiciliares sólidos orgânicos e inorgânicos produzidos na zona urbana e rural do município de São João do Sul.

CONTRATADO: RAC - SANEAMENTO E TECNOLOGIA AMBIENTAL PARA DISPOSIÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA.

VIGÊNCIA: 24/02/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 79.390,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 014/2015 - Pregão Presencial nº 004/2015 de 09/02/2015, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0901 - 17.512.135.2058 - 3.3.90.39.99.00.00.00.0180.

São João do Sul, 24 de Fevereiro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 029/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 029/2015

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ALTAMIRO PEREIRA COSTA

VIGÊNCIA: 26/02/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 2.798,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Fundamentados nas disposições da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2015.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.306.0128.2035 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0103.

São João do Sul, 26 de Fevereiro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 030/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 030/2015

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: JOSÉ DA SILVA TEIXEIRA

VIGÊNCIA: 26/02/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 3.323,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Fundamentados nas disposições da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2015.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.306.0128.2035 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0103.

São João do Sul, 26 de Fevereiro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2015

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: EVERALDO RODRIGUES MIGUEL

VIGÊNCIA: 26/02/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 3.600,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Fundamentados nas disposições da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2015.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.306.0128.2035 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0103.

São João do Sul, 26 de Fevereiro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 032/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 032/2015

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: WANDERBILT PEREIRA RAUPP

VIGÊNCIA: 26/02/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 2.250,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Fundamentados nas disposições da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2015.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.306.0128.2035 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0103.

São João do Sul, 26 de Fevereiro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2015

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ANITO FARIAS DA ROSA

VIGÊNCIA: 26/02/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 5.000,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Fundamentados nas disposições da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, e tendo em vista o que consta na Chama-da Pública nº 001/2015.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.306.0128.2035 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0103.

São João do Sul, 26 de Fevereiro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 034/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 034/2015

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MARIA DO CARMO DE MATOS DA COSTA

VIGÊNCIA: 26/02/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 1.020,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Fundamentados nas disposições da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, e tendo em vista o que consta na Chama-da Pública nº 001/2015.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.306.0128.2035 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0103.

São João do Sul, 26 de Fevereiro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 037/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 037/2015

OBJETO: Disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Praia Grande ao Consórcio para atendimento das despesas administrativas com pessoal, outras despesas de custeio e aquisição de bens de capital, necessárias à manutenção e funcionamento do Consórcio.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento da Região do Vale do Rio Mampituba,

VIGÊNCIA: 03/03/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 40.080,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0301 - 04.122.0123.2004 - 3.3.71.70.01.00.00.0080.

São João do Sul, 03 de Março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeitura Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2015

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE ALVENARIA NO ENTORNO DO TERRENO, PASSARELA ENTRE A ENTRADA PRINCIPAL E O PÁTIO COBERTO, CALÇADAS EXTERNAS EM PAVER COM MEIO FIO E TODA A TESTADA DO TERRENO E REFÚGIO (EMBARQUE E DESEMBARQUE DE ALUNOS) PAVIMENTADO PARA ÔNIBUS ESCOLARES EM LAJOTA SEXTAVADA LOCALIZADA NA COMUNIDADE DE VILA CONCEIÇÃO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC.

CONTRATADO: ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA EPP
VIGÊNCIA: 16/03/2015 à 16/08/2015.

VALOR: R\$ 196.906,53 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 018/2015 - Tomada de Preços nº 001/2015 de 25/02/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.361.0128.1030 - 4.4.90.51.98.00.00.00.0098; 0501 - 12.361.0128.1030 - 4.4.90.51.98.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.1030 - 4.4.90.51.98.00.00.00.0102.

São João do Sul, 16 de Março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 036/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 036/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 005/2015

OBJETO: Fica reajustado o valor unitário e total do Item 02 (ÓLEO DIESEL) DO CONTRATO ORIGINAL.

CONTRATADA: MARVI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 080/2014 - Pregão Presencial nº 033/2014 - Registro de Preços nº 007/2014 de 11/11/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 02 de Março de 2015.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº022/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº022/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 037/2014

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Termo Original firmado entre as partes em 05/03/2014, nos termos previstos em sua Cláusula 3ª, concomitante ao art. 57 da lei 8.666/93.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: CAMILO & GHISI LTDA

VIGÊNCIA: 06/02/2015 à 03/11/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Licitação 006/2014 - Concorrência Pública Nº 001/2014, de 07/01/2014, Processo, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 06 de Fevereiro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº035/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº035/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 036A/2014

OBJETO: Renovação do contrato de nº 36a/2014 que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro total para os veículos da frota municipal.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: DAL PONT E COSTA CORRETORA DE EGUROS LTDA

VIGÊNCIA: 01/03/2015 à 01/03/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 017/2014 - Carta Convite nº 002/2014 de 18/02/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS: 0201 - 04.122.0122.2003
- 3.3.90.39.69.00.00.00.0080; 0301 - 04.122.0123.2004
- 3.3.90.39.69.00.00.00.0080; 0501 - 12.361.0128.2029
- 3.3.90.39.69.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.2036 -
3.3.90.39.69.00.00.00.0101.

São João do Sul, 27 de Fevereiro de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeitura Municipal Em Exercício

São Joaquim**PREFEITURA****PREGÃO 08/2015 VEÍCULOS PARA FME**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 81/2015

Pregão Presencial 08/2015

Objeto: Aquisição de três veículos zero km para uso do Fundo Municipal de Educação

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 07/04/2015 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 139.800,00

Os Processos serão regidos pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido nos editais. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 18 de março de 2015

Uladimir Demeciano

Prefeito em Exercício

São José

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015 - PR 158/2014 - Processo 388/2014 - Fornecedor: SOCIMAQ EQUIPAMENTOS E PEÇAS LTDA - EPP. Objeto: Registro de preço para contratação de empresa para eventual fornecimento de pneus para veículos de pequeno e médio porte, caminhões e máquinas (com instalação) da frota da Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de São José/SC. Valor Total: R\$420.403,20 - quatrocentos e vinte mil, quatrocentos e três reais e vinte centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 11 de fevereiro de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015 - PR 122/2014 - Processo 320/2014 - Fornecedores: I - FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA; II - CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA; III - LICIMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA; IV - LUCIO JOAQUIM ELLER - FARMATRIZ; V - HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; e VI - PROFARMA SPECIALTY S/A. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa(s) para eventual fornecimento de medicamentos, insumos, fraldas geriátricas e fórmulas infantis especiais para atender as demandas judiciais e ao Programa São José Criança vinculados a Secretaria Municipal de Saúde de São José/SC. Valor Por Fornecedor: I - R\$ 875,00 (oitocentos e setenta e cinco reais); II - R\$174.578,04 (cento e setenta e quatro mil, quinhentos e setenta e oito reais e quatro centavos); III - R\$2.073,60 (dois mil, setenta e três reais e sessenta centavos); IV - R\$1.275.233,66 (um milhão, duzentos e setenta e cinco mil, duzentos e trinta e três reais e sessenta e seis centavos); V - R\$44.052,40 (quarenta e quatro mil, cinquenta e dois reais e quarenta centavos); e VI - R\$117.441,40 (cento e dezessete mil, quatrocentos e quarenta e um reais e quarenta centavos). Valor Total: R\$1.614.253,10 - um milhão, seiscentos e quatorze mil, duzentos e cinquenta e três reais e dez centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 18 de fevereiro de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2015 - PR 168/2014 - Processo 405/2014 - Fornecedor: ÓTICA SRL EIRELI. Objeto: Registro de preço para contratação de empresa especializada para aquisição de óculos, pares de lentes e armações, destinadas as crianças e adolescentes com comprometimento visual da rede municipal de ensino do Município de São José/SC. Valor Total: R\$32.900,00 - trinta e dois mil e novecentos reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 18 de fevereiro de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 140/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 140/2014 - PR 034/2014 - Processo 135/2014 - Fornecedor: BMI PROSPER EIRELI ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de grades metálicas com instalação, para janelas, grades de proteção para compressores de ar condicionado, porta de alumínio em veneziana com ventilação, e gradil tipo porta pantográfica para a rede de atenção básico de saúde do Município de São José/SC. Valor Total: R\$997.148,50 - novecentos e noventa e sete mil, cento e quarenta e oito reais e cinquenta centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 30 de outubro de 2014. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2014 - PR 106/2014 - Processo 276/2014 - Fornecedor: CONSTRU FORMAS - CONSTRUÇÃO, REPAROS E REFORMAS LTDA - EPP. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de mão de obra diversas, destinadas à manutenção preventiva e corretiva nas instalações do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de São José/SC. Valor Total: R\$382.194,40 - trezentos e oitenta e dois mil, cento e noventa e quatro reais e quarenta centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 10 de dezembro de 2014. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São José/SC, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Municipal nº 4.308 de 20/06/2005, art. 8º, "caput" e seus §§, art. 9º, inciso II, CONVOCA os representantes das entidades e organizações de assistência social, juridicamente constituídas e em regular funcionamento, para participarem do "Fórum Próprio Eletivo da Sociedade Civil" para a eleição de 01 (uma) Entidade e/ou Organização da Sociedade Civil como entidade SUPLENTE, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social do município de São José/SC, para o restante do mandato da Gestão 2014-2016, de conformidade com o art. 8º, parágrafo 2º e 3º, da referida Lei nº 4.308, a realizar-se em 30 de março de 2015, segunda-feira, com primeira convocação às 08h30min e segunda convocação às 09 horas, no Auditório da CVM Creche e Orfanato Vinde a Mim as Crianças, situada na Rua: Otto Júlio Malina, 1.306 - Bairro Ipiranga - São José/SC.

1. A partir da data de publicação do presente Edital, a entidade e/ou organização da Sociedade Civil que apresente os requisitos contidos nos parágrafos 4 e 5 do Art. 8º da Lei nº 4.308, de 20 de junho de 2005 poderá requerer a inscrição para participação no "Fórum Próprio Eletivo da Sociedade Civil", com direito a votar e ser votada, mediante entrega, para protocolo, na Secretaria Executiva do CMAS/SJ, situada à rua: Coronel Américo, nº 25, Barreiros, São José - CEP 88.117- 310 SC- Fone: (48) 32493668- endereço eletrônico: cmas.sj.sc@gmail.com, até às 14 horas de 26 de março de 2015, com a entrega de fotocópias dos seguintes documentos:

1. Estatuto Social devidamente registrado;
2. Ata da última eleição da Diretoria e Conselho Fiscal;
3. Inscrição Municipal de Entidade Comunitária - IMEC;
4. Ofício do Presidente indicando o representante da entidade no processo eleitoral e informando se a entidade é candidata;
5. Atestado de Funcionamento.

2. O resultado das entidades ou organizações homologadas para o pleito está previsto para ser divulgado na Secretaria Executiva do CMAS/SJ, às 17 horas do dia 26 de março de 2015. A organização que tiver seu requerimento indeferido poderá interpor um único recurso para o "Fórum Próprio Eletivo da Sociedade Civil", no endereço do CMAS/SJ, até às 14 horas do dia 27 de março de 2015. O recurso será analisado e divulgado seu resultado até às 17 horas do mesmo dia, na Secretaria Executiva do CMAS/SJ, no site da Prefeitura Municipal de São José - PMSJ e por e-mail.

3. A Comissão do Processo Eleitoral para Composição da Sociedade Civil do CMAS/SJ - Gestão 2014-2016, formada em reunião da Sociedade Civil realizada em 06 de março de 2015, é composta pelos seguintes membros: Artur Feijó (CVM), Luiz Carlos Barcelos Filho (Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima), Ozair dos Santos (Casa de Apoio Liberdade), Carla de Oliveira Guimarães (AIFSJ), Maria Clotildes Daniel Joaquim (ASSOBENSA) e Roberto Tadeu Proença (CVM).

4. Critérios para participação:

- 4.1. Cada entidade participará com um Delegado;
- 4.2. Funcionários públicos da ativa e cargos comissionados não poderão ser delegados representando uma entidade;
- 4.3. "Somente será admitida a participação no Conselho Municipal as entidades beneficentes de assistência social juridicamente constituídas e em regular funcionamento." (Lei Municipal nº 4.308 de 20/06/2005, art. 8º, § 4º);
- 4.4. A entidade mais votada será considerada SUPLENTE para compor o CMAS/SJ;
- 4.5. Cada Delegado poderá votar no máximo em 01 (uma) entidade.
- 4.7. Não poderá candidatar-se a entidade que cumpriu dois

mandatos consecutivos (gestão 2010/2012 e gestão 2012/2014), bem como o Conselheiro, mesmo que representando outra entidade.

5. Abertos os trabalhos do "Fórum Próprio Eletivo da Sociedade Civil" em 30 de março de 2015 a Comissão Eleitoral promoverá a eleição do Presidente do Fórum e um Secretário e um Escrutinador, entre os presentes.

6. Depois de eleito e empossado, o Presidente do Fórum receberá as inscrições das Entidades ou Organizações qualificadas, por representante da Comissão Eleitoral, devendo em seguida, proceder à eleição da Entidade ou Organização.

7. As representações da Sociedade Civil, habilitadas e aprovadas, estarão aptas a votar e receber voto desde que se fizerem presentes até o horário da segunda convocação no "Fórum Próprio Eletivo da Sociedade Civil".

8. A Comissão Eleitoral informará ao Ministério Público Estadual, a realização da eleição em "Fórum Próprio Eletivo da Sociedade Civil".

9. Após a realização do "Fórum Próprio Eletivo da Sociedade Civil", a Entidade e/ou Organizações eleita suplente, terão o prazo até às 16 horas, do dia 01 de abril de 2015, para indicar oficialmente o nome do seu representante, ao CMAS/SJ, sob pena de ser substituído. Funcionários públicos da ativa e cargos comissionados não poderão ser conselheiros, representando uma entidade.

10. O "Fórum Próprio Eletivo da Sociedade Civil" é soberano para as questões da eleição da Sociedade Civil, bem como para dirimir casos omissos.

São José (SC), 06 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONTRATO/CT: Nº 019/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 019/2015 - CV 011/2014 - Processo 241/2014 - Contratado: TNH PRESTADORA DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e material para execução de bases de concreto para instalação de equipamentos de ginástica em academias ao ar livre, em diversos locais do Município de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir deste termo e o prazo de execução dos serviços será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação formal da Secretaria Municipal de Infraestrutura. Valor: R\$102.293,40 - cento e dois mil, duzentos e noventa e três reais e quarenta centavos. Data da Assinatura do Contrato: 13 de fevereiro de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 021/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 021/2015 - TP 037/2014 - Processo 412/2014
- Contratado: DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obras de pavimentação em lajotas de trechos da Rua Julieta Paulina Vieira e da Rua Mathias Schell - no bairro Sertão do Imaruim - São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 90 (noventa) dias, contados a partir deste termo e o prazo de execução dos serviços será de 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Serviços/Fornecimento. Valor: R\$111.177,54 - cento e onze mil, cento e setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos. Data da Assinatura do Contrato: 24 de fevereiro de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 034/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 034/2015 - PR 076/2014 - Processo 226/2014
- Contratado: HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - ME. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de tubos de concreto, lajotas e meio fios para manutenção do sistema viário e manutenção, implantação e ampliação de drenagem pluvial do Município de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 03 (três) meses, contados a partir deste termo. Valor: R\$64.000,00 - sessenta e quatro mil reais. Data da Assinatura do Contrato: 04 de março de 2015.

EXTRATO CONVÊNIO Nº 01/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 01/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adelianna Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 02/2014/FUNESJ

Número: 01/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ R\$ 66.132,00 (sessenta e seis mil, cento e trinta e dois reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação Desportiva Triatlética de Santa Catarina - ADTRISC, com sede na Rua Rua Ataulfo Alves, 75, Bairro Roçado, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 06.112.977/0001-87.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto de Rendimento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, mediante o custeio dos treinamentos e participação em campeonatos na modalidade de Triathlon, nos naipes masculino e feminino, como os JASC, e outras competições de interesse da FUNESJ, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adelianna Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Marcelo Quint da Silva Presidente da Conveniente
--	--	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 02/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 02/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adelianna Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 02/2014/FUNESJ

Número: 02/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ R\$ 83.875,00 (oitenta e três mil, oitocentos e setenta e cinco reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação Atlética Vida e Saúde, com sede na Rua Belarmino José da Silva, 45 - Bloco "B" - Apto 508 Bairro Ipiranga, CEP 88111-390, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 14.689.398/0001-96.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto de Rendimento da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos treinamentos e participação em campeonatos na modalidade de Vôlei de Praia, nos naipes masculino e feminino, como os Juguinhos Abertos de Santa Catarina, Jogos Abertos de Santa Catarina, e outras competições de interesse da FUNESJ, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adelianna Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Sergio Rodrigues Castro Presidente da Conveniente
--	--	--

EXTRATO CONVÊNIO Nº 03/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 03/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adelianna Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 02/2014/FUNESJ

Número: 03/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação Desportiva Sanrose - ADS, com sede na Rua Francelina Domingos de Jesus, 227, Bairro Roçado, CEP 88108-190, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 21.157.125/0001-08.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto de Rendimento da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos treinamentos e participação em campeonatos na modalidade de Futsal, no naipe feminino, como os Joguinhos Abertos de Santa Catarina, Jogos Abertos de Santa Catarina, os Jogos da Juventude Catarinense, e outras competições de interesse da FUNESJ, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adelianna Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Fernanda Dias de Castro Presidente da Conveniente
--	---	--

EXTRATO CONVÊNIO Nº 04/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 04/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adelianna Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 02/2014/FUNESJ

Número: 04/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 37.790,00 (trinta e sete mil setecentos e noventa reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação Esportiva Recreativa Pais e Amigos do Voleibol São José, com sede na Rua Pedro Alvares Cabral, 416,

Bairro Forquilha, CEP 88.106-750, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 18.042.698/0001-73.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto de Rendimento da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos treinamentos e participação em campeonatos na modalidade de Voleibol, no naipe feminino, como os Joguinhos Abertos de Santa Catarina, os Jogos da Juventude Catarinense, e outras competições de interesse da FUNESJ, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adelianna Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	José Odair de Liz Presidente da Conveniente
--	---	--

EXTRATO CONVÊNIO Nº 05/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 05/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adelianna Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 02/2014/FUNESJ

Número: 05/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 44.693,00 (quarenta e quatro mil, seiscentos e noventa e três reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação Desportiva Feminina de Handebol de São José, com sede na Rua João Luiz Farias, 121, Bairro Fazenda Santo Antônio, CEP 88104-580, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 21024677/0001-30.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto de Rendimento da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos treinamentos e participação em campeonatos na modalidade de Handebol, no naipe feminino, como os Joguinhos Abertos de Santa Catarina, os Jogos da Juventude Catarinense, Jogos Abertos de Santa Catarina, e outras competições de interesse da FUNESJ, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliana Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Adriano Behr Presidente da Conveniente
---	---	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 06/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 06/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliana Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 02/2014/FUNESJ

Número: 06/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 42.900,00 (quarenta e dois mil e novecentos reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação Esportiva Recreativa e Cultural Handebol de São José, com sede na Travessa José João dos Passos, 765, Bairro Praia Comprida, CEP 88.103-715, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 08.518.399/0001-09.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto de Rendimento da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos treinamentos e participação em campeonatos na modalidade de Handebol, no naipe masculino, como os Juguinhos Abertos de Santa Catarina, os Jogos da Juventude Catarinense e os Jogos Abertos de Santa Catarina, e outras competições de interesse da FUNESJ, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliana Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Alexandre Souza Rodrigues Presidente da Conveniente
---	--	--

EXTRATO CONVÊNIO Nº 07/2015/FUNESJ

EXTRATO DE ARQUIVAMENTO DO CONVÊNIO Nº 07/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliana Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, chamaram Santa Catarina Voleibol Clube, com sede na Rua Domingos Filomeno, 435, Bairro Praia Comprida, CEP 88103-430, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 02.518.491/0001-92, para celebrar Termo de Convênio do projeto apresentado para o Edital nº 02/2014/FUNESJ. No entanto, a entidade não compareceu ao ato, não justificou a ausência e não se apresentou nos dez dias subsequentes para assinatura do convênio. Deste modo, dá-se a rescisão unilateral nos termos do edital, arquivando-se a minuta e o plano de trabalho apresentado.

São José, 25 de Fevereiro de 2015.

Adeliana Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José
---	--

EXTRATO CONVÊNIO Nº 08/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 08/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliana Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 02/2014/FUNESJ

Número: 08/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 41.314,00 (quarenta e um mil, trezentos e quatorze reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação Pedal da Grande Florianópolis, com sede na Rua: Bento de Aguidio Vieira, 256, Bairro Trindade, CEP 88.036-410, Florianópolis (SC), inscrita no CNPJ sob nº 06.179.3060001-33.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto de Rendimento da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos treinamentos e participação em campeonatos na modalidade de Ciclismo, nos napes masculino e feminino, como os Juguinhos Abertos de Santa Catarina, os Jogos da Juventude Catarinense e os Jogos Abertos de Santa Catarina, e outras competições de interesse da FUNESJ, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliana Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Marcio Luiz Alves Presidente da Conveniente
---	---	--

EXTRATO CONVÊNIO Nº 09/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 09/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliana Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 02/2014/FUNESJ

Número: 09/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 60.200,00 (sessenta mil e duzentos reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Clube Desportivo Independente, com sede na Rua Emidio Francisco da Silva, 235, Bairro Barreiros, CEP 88111-560, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 10.735.733/001-28.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto de Rendimento da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos treinamentos e participação em campeonatos na modalidade de Basquetebol, nos naipes masculino e feminino, como os Juguinhos Abertos de Santa Catarina, os Jogos da Juventude Catarinense e os Jogos Abertos de Santa Catarina, e outras competições de interesse da FUNESJ, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliana Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Paulo Celso di Pilla Montibello Presidente da Conveniente
---	--	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 10/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 10/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliana Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 02/2014/FUNESJ

Número: 10/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 47.110,00 (quarenta e sete mil, cento e dez reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Istepôs Futebol Americano, com sede na Rua Almirante Lamego, 965, Bairro Centro, CEP 88015-600, Florianópolis (SC), inscrita no CNPJ sob nº 10.370.353/0001-37

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto de Rendimento da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos treinamentos e participação em campeonatos na modalidade de Futebol Americano, no naipe masculino, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliana Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Antônio Alexandre Júnior Presidente da Conveniente
---	---	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 11/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 11/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliana Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 02/2014/FUNESJ

Número: 11/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 56.800,00 (cinquenta e seis mil e oitocentos reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação Desportiva Cultural São José Catarinense, com sede na Rua Alcides S. Coelho, 390, Bloco A - 302, Bairro

Praia Comprida, CEP 88.103-465, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 18.749.690./0001 - 41.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto de Rendimento da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos treinamentos e participação em campeonatos na modalidade de Futsal, no naipe masculino, como os Joguinhos Abertos de Santa Catarina, os Jogos da Juventude Catarinense e os Jogos Abertos de Santa Catarina, e outras competições de interesse da FUNESJ, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliana Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Sandro Prudêncio da Silva Presidente da Conveniente
---	---	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 12/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 12/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliana Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 02/2014/FUNESJ

Número: 12/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 56.258,00 (cinquenta e seis mil duzentos e cinquenta e oito reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação de Ginástica São José, com sede na Rua Antônio Mariano de Souza, 981, apto 207, bloco B, Bairro Ipiranga, CEP 88.111-510, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 21.168.920/0001-93.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto de Rendimento da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos treinamentos e participação em campeonatos na modalidade de Ginástica Rítmica, no naipe feminino, como os Joguinhos Abertos de Santa Catarina, os Jogos da Juventude Catarinense e outras competições de interesse da FUNESJ, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser

solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliana Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Laís Mayumi Matsuo Presidente da Conveniente
---	---	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 13/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 13/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliana Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 02/2014/FUNESJ

Número: 13/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 120.930,00 (cento e vinte mil, novecentos e trinta reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: União Catarinense de Atletismo, com sede na Av. Ivo Reis Montenegro, 407, Bairro Floresta, CEP 88.110-618, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 18.991.412/0001-04.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto de Rendimento da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos treinamentos e participação em campeonatos na modalidade de Atletismo, nos napes masculino e feminino, como os Joguinhos Abertos de Santa Catarina, os Jogos da Juventude Catarinense e os Jogos Abertos de Santa Catarina, e outras competições de interesse da FUNESJ, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliana Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Liege Locatelli Piva Presidente da Conveniente
---	---	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 14/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 14/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliara Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 02/2014/FUNESJ

Número: 14/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 117.395,00 (cento e dezessete mil, trezentos e noventa e cinco reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação Josefense de Judô Ippon, com sede na Av. Acioni de Souza Filho, 407, Bairro Campinas, CEP 88101-175, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 19.620.942/0001-09.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto de Rendimento da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos treinamentos e participação em campeonatos na modalidade de Judô, nos naipes masculino e feminino, como os Jogos Abertos de Santa Catarina, os Jogos da Juventude Catarinense e os Jogos Abertos de Santa Catarina, e outras competições de interesse da FUNESJ, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliara Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Rodrigo Pacheco Gonçalves Presidente da Conveniente
---	---	--

EXTRATO CONVÊNIO Nº 15/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 15/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliara Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 03/2014/FUNESJ

Número: 15/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 37.348,00 (Trinta e sete mil, trezentos e quarenta e oito reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente Associação Abada Capoeira de São José, com sede na Rua Antonio Schoederer, 1733, CEP 88110-401, Bairro Bela Vista II, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 10.973.722/0001-86.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos dos projetos de artes marciais, entre elas: Capoeira, Boxe, Jiu Jitsu, Muay Thai, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliara Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Alexandre Cidade Presidente da Conveniente
---	---	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 16/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 16/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliara Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 03/2014/FUNESJ

Número: 16/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 42.478,00 (quarenta e dois mil, quatrocentos e setenta e oito reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente Instituto Futuro, com sede na Rua 24 de Janeiro, 03, CEP 88104-525, Bairro Fazenda Santo Antônio, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 13.327.132/0001-74.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de Futebol, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliana Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Lucas Zoldan Marin Presidente da Conve- niente
---	---	--

EXTRATO CONVÊNIO Nº 17/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 17/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliana Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 03/2014/FUNESJ

Número: 17/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 45.100,00 (quarenta e cinco mil e cem reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente Associação Esportiva, Cultural e Social Arte Suave, com sede na Rua Pedro Bunn, 801, CEP 88111-120, Bairro Jardim Cidade de Florianópolis, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 11.801.368/0001-75.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de Jiu Jitsu, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliana Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fun- dação Municipal de Espor- tes e Lazer de São José	Cley do Rosário Presidente da Conve- niente
---	--	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 18/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 18/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliana Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 03/2014/FUNESJ

Número: 18/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 24.606,00 (vinte e quatro mil seiscentos e seis reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação de pais, amigos e pessoas com deficiência, de funcionários do Banco do Brasil e da comunidade - Núcleo Regional Santa Catarina (APABB/SC), com sede na BR 101, Km 205, nº357, CEP 88117-500, Bairro Floresta, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 58.106.519/0008-05.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos dos projetos de paradesporto, nas modalidades natação e atletismo, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliana Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Alexandre Cidade Presidente da Conve- niente
---	---	--

EXTRATO CONVÊNIO Nº 19/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 19/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliana Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 03/2014/FUNESJ

Número: 19/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 35.393,00 (trinta e cinco mil, trezentos e noventa e três reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente Associação Escolinha de Craques Colônia Santana, com sede na Rua: Engelberto Koerich, 333, CEP 88 123 300,

Bairro Colônia Santana, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 19.711.383/0001-34.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de Futebol, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliana Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Gervásio Duarte Presidente da Conve- niente
---	---	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 20/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 20/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliana Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 03/2014/FUNESJ

Número: 20/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 26.172,00 (trinta e cinco mil, trezentos e noventa e três reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente Associação Jovem Atletas Peregrinos - AJAP, com sede na Rua John Lennon, 1883, CEP 88.113-720, Bairro Areias, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 09.215.223/0001-40.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de Futsal, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliana Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Funda- ção Municipal de Esportes e Lazer de São José	Jorge Luiz dos Santos Cândido Presidente da Conve- niente
---	--	--

EXTRATO CONVÊNIO Nº 21/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 21/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliana Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 03/2014/FUNESJ

Número: 21/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 15.840,00 (quinze mil oitocentos e quarenta reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente Associação Desportiva Sanrose - ADS, com sede na Rua Francelina Domingos de Jesus, 227, Bairro Roçado, CEP 88108-190, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 21.157.125/0001-08.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de Futsal, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliana Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Funda- ção Municipal de Esportes e Lazer de São José	Fernanda Dias de Castro Presidente da Conveniente
---	--	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 22/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 22/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliana Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 03/2014/FUNESJ

Número: 22/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 14.050,00 (quatorze mil e cinquenta

reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92. Conveniente Associação Desportiva Fazenda Esporte Clube, com sede na Rua Victor Schimidt, 706 - Sala 01, Bairro Fazenda Santo Antônio, CEP 88104-526, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 21.276.442/0001-35.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de Futebol, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliana Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Daynara Ayana de Melo Presidente da Conve- niente
---	---	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 23/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 23/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliana Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 03/2014/FUNESJ

Número: 23/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 11.671,00 (onze mil seiscentos e setenta e um reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92. Conveniente Associação Beneficente Cultural, Social e Filantrópica Ação Já, com sede na Rua dos Lírios, quadra 17 Lote 15, Serraria, CEP 88115-000, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 10.597.277/0001-05.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de Judô Olímpico, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliana Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Karen Eloise dos Santos Presidente da Conve- niente
---	---	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 24/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 24/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliana Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 03/2014/FUNESJ

Número: 24/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 12.540,00 (doze mil quinhentos e quarenta reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente Centro de Educação e Treinamento Esperança, com sede na Rua São Pedro, 1847, Bairro Areias, CEP 88.113-250, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 73.249.690/0001-90.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de Futebol de Salão e Futebol Suíço, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliana Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fun- dação Municipal de Espor- tes e Lazer de São José	Jonas Edison da Silva Presidente da Conve- niente
---	--	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 25/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 25/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliana Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 03/2014/FUNESJ

Número: 25/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 19.070,00 (dezenove mil e setenta reais)
 Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.
 Conveniente Associação Atlético União, com sede na Rua Maria Júlia da Luz, 606, Bairro Barreiros, CEP 88111-300, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 03.758.073/0001-35.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de Futebol de Salão, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliana Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Luiz da Silva Presidente da Conve- niente
---	---	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 26/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 26/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliana Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 03/2014/FUNESJ

Número: 26/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 23.571,00 (vinte três mil, quinhentos e setenta e um reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente Clube Atlético Galo São José, com sede na Rua Adélia Schroeder Pontes, 253, Bairro Serraria, CEP 88115-218, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 18.586.929/0001-00.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de Futsal, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliana Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Israel Francisco Silvy Presidente da Conve- niente
---	---	--

EXTRATO CONVÊNIO Nº 27/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 27/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliana Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 03/2014/FUNESJ

Número: 27/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 27.700,00 (vinte e sete mil e setecentos reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente Clube Desportivo Independente, com sede na Rua Emidio Francisco da Silva, 235, Bairro Barreiros, CEP 88111-560, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 10.735.733/001-28.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de Basquetebol, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliana Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Paulo Celso di Pilla Montibello Presidente da Conve- niente
---	---	--

EXTRATO CONVÊNIO Nº 28/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 28/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliara Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 03/2014/FUNESJ

Número: 28/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 17.660,00 (dezesete mil seiscentos e sessenta reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente Associação Esportiva Cultural e Social Atletas do Futuro, com sede na Rua Caleu Souza dos Santos, 119, Bairro Serraria, CEP 88115-566, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 15.058.095/0001-71.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de artes marciais, como: Judô, Jiu Jitsu e MMA, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliara Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Franckisilene Damas Lino Presidente da Conve- niente
---	---	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 29/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 29/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliara Dal Pont, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 03/2014/FUNESJ

Número: 29/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 37.560,00 (trinta e sete mil quinhentos e sessenta reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente Associação Sombra de Karatê, com sede na Rua Joaquim Vieira Padilha, 315, Bairro Real Parque, CEP 88113-480, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 07.724.985/0001-47.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto

Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de karatê, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 12 de Fevereiro de 2015.

Adeliara Dal Pont Prefeita Municipal	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Luiz Adgilson Sombra Presidente da Conve- niente
---	---	--

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL REFERENTE AO EDITAL 006/2014/GAB

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL REFERENTE AO EDITAL 006/2014/GAB

No dia 16/03/2015, às dezesseis horas, a comissão responsável pela avaliação dos critérios de classificação para escolha das vagas para a Escola de Oleiros Joaquim Antônio de Medeiros analisou os documentos entregues pelos candidatos ao processo, chegando aos seguintes resultados:

- 1º lugar: IVO SÉRGIO DOS SANTOS, totalizando 52 pontos;
- 2º lugar: MYLLENE MACHADO DE ALBUQUERQUE, totalizando 38 pontos;
- 3º lugar: ILSON ROBERTO DOS SANTOS, totalizando 30 pontos;
- 4º lugar: LUCIANO DA SILVA, totalizando 30 pontos.

Ressalta-se que no item 1.4 do referido Edital, observou-se a ordem de desempate quanto aos critérios de classificação, prevalecendo, neste caso, a maior idade.

Diante deste resultado, os candidatos deverão comparecer, para realizarem a escolha das vagas conforme a ordem de classificação, na Fundação Municipal de Cultura e Turismo, no dia 18 de março de 2015, às 14h00min, portando documento de identificação, de acordo com o quadro de vagas anexado no Edital 006/2014/GAB, o qual segue abaixo:

Cargo	Área de Ensino	Disciplina	Vagas	Carga Horária Semanal
Professor	Artesanato	Torno	02	20h
Professor	Artesanato	Modelagem Diversas	02	20h

São José, SC, 16 de março de 2015.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN
SUPERINTENDENTE DA FUNDESJ

RESOLUÇÃO Nº. 004/2015/CMSCA.

RESOLUÇÃO Nº. 004/2015/CMSCA.

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO REFERENTE A REGULARIDADE DA INSCRIÇÃO E REGISTRO REFERENTE A ENTIDADE LAR DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA E DA REGULARIDADE DA MESMA ENTIDADE ENQUANTO MEMBRO DA ATUAL GESTÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei Municipal nº. 4.302/2005, conforme deliberado em Assembléia Ordinária do dia 11 de março de 2015.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 5º, inciso LV e 227 da Constituição Federal do Brasil;

CONSIDERANDO o disposto a integralidade dos arts. 90 e 91 da Lei Federal 8.069/1990;

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, inciso II, "a" e "b", da Lei Municipal 2.411/1992; e

CONSIDERANDO a deliberação em Assembléia Ordinária do dia 11 de março de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º- Instaurar Processo Administrativo referente à regularidade da inscrição e registro referente à Entidade Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima e regularidade da mesma entidade enquanto membro da atual Gestão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 2º- Competirá à Secretaria Executiva proceder à notificação da Entidade Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima, concedendo-lhe o prazo de dez dias para apresentar defesa formal, na forma Lei Federal 9.784/1999.

Art. 3º- Findo o prazo previsto no artigo anterior, competirá à Secretaria Executiva certificar nos autos se houve a apresentação de defesa tempestiva.

Art. 4º- Após o ato previsto no artigo anterior os autos serão submetidos à Comissão Permanente de Legislação, Regulamentação e Normas para Emissão de Parecer.

Art. 5º- O Parecer da Comissão Permanente de Legislação, Regulamentação e Normas será submetido à deliberação da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 6º- Fica facultado à Entidade, interpor Recurso à instância superior da decisão Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, observado o prazo previsto em legislação vigente.

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 8º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 11 de março de 2015.

LILIANE FERREIRA MARTINS

Presidente do CMDCA/SJ

RESOLUÇÃO Nº. 006/2015/CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 006/2015/CMAS

APROVA A PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO COM ENTIDADES INSCRITAS NO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE GRUPO DE IDOSOS

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 em Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 12 de Março de 2015;

CONSIDERANDO a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social - em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

CONSIDERANDO a necessidade da continuidade da execução dos Serviços da Política de Assistência Social do ano de 2014 para o ano de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o conveniamento com entidades inscritas no conselho municipal da assistência social para o desenvolvimento de grupo de idosos, com vistas à participação, ocupação e convívio da população idosa, apresentado pela Secretaria de Assistência Social, conforme relação prevista no anexo único da presente Resolução.

§ 1º - Fica autorizada a pactuação de nove convênios para a manutenção de 49 (quarenta e nove) Grupos de Idosos do Município de São José.

§ 2º - O valor per capita mensal supracitado será de R\$ 20,00 (vinte reais) atendendo 2.972 (dois mil novecentos e setenta e dois reais), perfazendo o valor anual de recursos de R\$ 594.400,00 (quinhentos e noventa e quatro mil e quatrocentos reais), repassados em 4 (quatro) parcelas, referente ao período de dez meses.

Art. 2º - Conforme deliberado na Plenária Ordinária de 12 de março de 2015, fica recomendado à Secretaria Municipal de Assistência Social:

I - O repasse de recursos somente aos Grupos de Idosos que estão vinculados às Entidades Inscritas no CMAS;

II - A criação e efetivação do Fundo Municipal do Idoso - FMI a partir do ano de 2016,

III - Caso se defina pela continuidade do repasse destes recursos aos Grupos de Idosos, estes sejam efetivados através de Fundo Especial e sob a competência de normatização e fiscalização do Conselho Municipal do Idoso de São José - CMI/SJ;

IV - A remessa de cópia de relatórios a ser entregues da execução do objeto do convênio, para análise e acompanhamento da Comissão de

Políticas do Conselho Municipal de Assistência Social,
Parágrafo Único - As condições excepcionais acima citadas se referem apenas ao ano de 2015;

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação;

Art. 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José (SC), 12 de Março de 2015.

CESAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente

Anexo Único da Resolução nº. 006/2015/CMAS - Tabela Convênios referente aos Grupos de Idosos - 2015

Nº	Nome Entidade	Nome Grupo de Idosos	Nº	Piso (R\$)	Valor Parcela (R\$)	Valor Anual (R\$)	Nº Parcelas
01	Ação Social Paroquial de Campinas	Grupo da Terceira Idade Santa Paulina II	122	20,00	10.400,00	41.600,00	04
		Grupo de Idosos Caminhar com Esperança	86				
02	Ação Social de Barreiros	Grupo de Idosos São Cristovão	34	20,00	8.500,00	34.000,00	04
		Grupo de Idosos Girassol	75				
		Grupo de Idosos Viver a Vida	61				
03	Ação Social São Francisco de Assis	Grupo de Idosos Santa Isabel	67	20,00	8.600,00	34.400,00	04
		Grupo de Idosos São João Batista	27				
		Grupo da Terceira Idade São Francisco de Assis	49				
		Grupo de Idosos Unidos pela Esperança	29				
04	Ação Social Salto do Maruim	Grupo de Idosos Senhora Santana	71	20,00	6.250,00	25.000,00	04
		Grupo de Idosos Imaculado Coração de Maria	54				
05	Associação de Moradores do Jardim Amodelar	Grupo de Idosos Vanda Pavanate	50	20,00	2.500,00	10.000,00	04
06	Ação Social Paroquial São Judas Tadeu	Grupo de Idosos São Judas Tadeu	70	20,00	3.500,00	14.000,00	04
07	Ação Social e Paroquial Santa Cruz	Grupo de Idosos Santa Cruz	78	20,00	6.950,00	27.800,00	04
		Grupo de Idosos MIFA	61				
08	Associação dos Voluntários Josefenses de Ação Social – AVJAS	Grupo de Idosos Nossa Senhora do Rosário	64	20,00	95.500,00	382.000,00	04
		Grupo de Idosos Nossa Senhora Aparecida	91				
		Grupo de Idosos Saúde e Vida	116				
		Grupo de Idosos Fraternidade	36				
		Grupo de Idosos Sinhozinha	50				

		Grupo de Idosos Beija Flor	45				
		Grupo de Idosos Vencedores em Cristo	101				
		Grupo de Idosos Viva Feliz	35				
		Grupo de Idosos Raio de Sol	40				
		Grupo de Idosos "A União Faz a Força"	71				
		Grupo de Idosos Luz e Vida	42				
		Grupo da Terceira Idade da Paz	64				
		Grupo de Idosos Navegantes	35				
		Grupo de Idosos Amigos para Sempre	74				
		Grupo de Idosos Primavera	60				

Nº	Nome Entidade	Nome Grupo de Idosos	2015	Piso (R\$)	Valor Parcela (R\$)	Valor Anual (R\$)	Nº Parcelas
----	---------------	----------------------	------	------------	---------------------	-------------------	-------------

08	Associação dos Voluntários Jose-fenses de Ação Social – AVJAS	Grupo Mãos Soli-dárias	71	20,00	95.500,00	382.000,00	04
		Grupo de Idosos Liberdade	75				
		Grupo de Idosos Santo Antônio	55				
		Grupo de Idosos Maria de Lourdes	54				
		Grupo de Idosos Amor Não Tem Idade	47				
		Grupo de Idosos Esperança Fazenda do Max	50				
		Grupo de Idosos Rainha da Paz	85				
		Grupo de Terceira Idade Santa Paulina I	60				
		Grupo de Terceira Idade Andorinhas	113				
		Grupo de Idosos Nossa Sra. das Dores	47				
		Grupo de Idosos Renascer	39				
		Grupo de Idosos Amor Bem	34				
		Grupo de Idosos Laços de Amizade	34				
		Grupo de Idosos Amizade (antes recebia pelo Conselho Comunitário do Bairro Bela Vista)	76				
		Grupo de Idosos da Vila Santa Rita (Antes recebia pela Associação de Moradores da Vila Santa Rita)	91				
		Grupo de Idosos Viver com Alegria (Antes recebia pela Rede Social Pró-Envelhecimento Sadio de São José)	55				
09	Rede Social Pró-Envelhecimento Sadio de São José	Grupo de Idosos Sorrir para a Vida	30	20,00	6.400,00	25.600,00	04
		Grupo de Idosos Saber Envelhecer	57				
		Grupo de Idosos Feliz Idade	41				
		TOTAL	2.972		148.600,00	594.400,00	

Total de Grupos de Idosos conveniados em 2015: 49

RESOLUÇÃO Nº. 007/2015/CMAS
RESOLUÇÃO Nº. 007/2015/CMAS

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO REFERENTE A REGULARIDADE DA INSCRIÇÃO REFERENTE A ENTIDADE LAR DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA E DA REGULARIDADE DA MESMA ENTIDADE ENQUANTO MEMBRO DA ATUAL GESTÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ.

O CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05, conforme deliberado em Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 12 de Março de 2015; CONSIDERANDO o disposto nos artigos 5º, inciso LV e 227 da Constituição Federal do Brasil; CONSIDERANDO o disposto a integralidade dos arts. 90 e 91 da Lei Federal 8.069/1990; CONSIDERANDO os artigos 3º e 9º da Lei Federal 8.742/1993 (e demais legislações correlatas) CONSIDERANDO o disposto no § 4º do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4308/2005; e CONSIDERANDO a deliberação da Reunião Plenária Ordinária do dia 12 de março de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo referente a regularidade da inscrição referente a Entidade Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima e regularidade da mesma entidade enquanto membro da atual Gestão do Conselho Municipal da Assistência Social de São José.

Art. 2º - Competirá à Secretaria Executiva proceder a notificação da Entidade Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima, concedendo-lhe o prazo de dez dias para apresentar defesa formal, na forma Lei Federal 9.784/1999.

Art. 3º - Findo o prazo previsto no artigo anterior, competirá à Secretaria Executiva certificar nos autos se houve a apresentação de defesa tempestiva.

Art. 4º - Após o ato previsto no artigo anterior os autos serão submetidos à Comissão Normas e, ato contínuo, à Comissão de Políticas.

Art. 5º - Os Pareceres das Comissões de Normas e Políticas serão submetidos à deliberação da Plenária do Conselho Municipal da Assistência Social de São José.

Art. 6º - Fica facultado à Entidade, interpor Recurso à instância superior da decisão Plenária do Conselho Municipal da Assistência Social de São José, observado o prazo previsto em legislação vigente.

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 8º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 12 de março de 2015.

CESAR MAXIMILIANO SIMÕES

Presidente do CMAS/SJ

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2014-01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 059/2014-01 - PE 014/2014 - Processo 041/2014 - Contratado: TRANSPORTES ÁVILA LTDA. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de óleo DIESEL B S500 e óleo DIESEL B S10, incluindo fornecimento de reservatórios (tanques) em sistema de comodato, para ser utilizado pela Secretaria de Infraestrutura do Município de São José/SC. Reequilíbrio

econômico-financeiro: Ficam alterados os valores do litro do ÓLEO DIESEL B S500 de R\$ 2,32 para R\$ 2,67, e do ÓLEO DIESEL B S10 de R\$ 2,44 para R\$ 2,76 reequilibrando os valores da Ata de Registro de Preços nº 059/2014 para os fornecimentos a partir de 01/01/2015. Data da assinatura: 25 de fevereiro de 2015.

TERMO ADITIVO/TA Nº 089/2013-02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 089/2013-02 - TP 001/2013 - Processo 005/2013 - Contratado: IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA. Objeto: Contratação de empresa para elaboração de estudo e projetos para urbanização do complexo Jardim Solemar. Prazo: Ficam prorrogados os prazos do Contrato nº089/2013, sendo o prazo de execução por mais 150 (cento e cinquenta) dias, a contar de 20/02/2015, e o prazo de vigência por mais 150 (cento e cinquenta) dias, a contar de 21/05/2015. Renúncia de Reajuste: A Contratada renuncia a possíveis reajustes de valor no contrato. Data da assinatura: 29 de janeiro de 2015.

TERMO ADITIVO/TA Nº 271/2013-01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 271/2013-01 - DL 062/2013 - Processo 234/2013 - Locador: HESTER MARIA BURATTO DIAS. Objeto: Locação de imóvel, localizado na Rua Coronel Américo, nº 25, com área térrea de 190 m², destinado à instalação do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e 1º Piso com 08 (oito) salas, 04 (quatro) banheiros para continuidade das instalações do Conselho Tutelar - Distrito Barreiros/São José. Prazo: Ficam prorrogados os prazos do Contrato nº 271/2013 por mais 12 (doze) meses, com efeito a contar de 03/10/2014. Renúncia de Reajuste: A Contratada renuncia a possíveis reajustes de valor no contrato. Data da assinatura: 19 de fevereiro de 2015.

SJPREV**DECRETO 4083/2015**

DECRETO Nº4083/2015

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 004365/2015 e com base no artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por invalidez, para o servidor EDSON GERALDO HENRIQUE, matrícula 23.143, ocupante do cargo de Agente Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Administração, com proventos integrais, calculados com base na média das contribuições, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

São José do Cedro**PREFEITURA****LEI Nº 4.358, DE 18 DE MARÇO DE 2015.**

LEI Nº 4.358, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

"AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS AO CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS MATE AMARGO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO MEDIANTE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a transferir mediante convênio ao CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS MATE AMARGO, localizado na Rua Castro Alves, bairro São Cristóvão, no Município de São José do Cedro - SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.826.073/0001-64, a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados a auxiliar nas despesas relativas à edição do 11º Rodeio Crioulo Interestadual a realizar-se nos dias 20, 21 e 22 de março de 2015.

Parágrafo único. A transferência do valor de que trata o "caput" do artigo 1º, será procedida pela Fazenda Municipal até o dia 18 de março de 2015.

Art. 2º. É obrigatório o depósito do recurso em conta individualizada e vinculada em instituição bancária, movimentados por cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º. A Entidade terá o prazo de 60 (Sessenta) dias, a contar da data do recebimento do recurso, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação do mesmo, junto à Contadoria Geral do Município.

Art. 4º. A despesa impugnada pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente, será recolhida e atualizada monetariamente em última instância, a favor dos cofres públicos municipais.

Art. 5º. Os saldos não aplicados nos prazos previstos na presente lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do erário público municipal.

Art. 6º. São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário e o Ordenador Secundário.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e no prazo previsto nesta lei, instruída com os documentos dispostos na Instrução Normativa Nº 014/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando à averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 9º. As despesas a serem realizadas a conta do recurso ora autorizado, obedecerão aos princípios regimentais do processo Licitatório, em consonância com a Lei Federal 8666/93 atualizada, se aplicável.

Art. 10º. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento Geral do Município:

04SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

0403DEPTO. ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.014Contribuições para entidades Culturais, Especiais, Assistenciais e Sociais

"70" 3.3.50.41.00.00.1.0000Contribuições
.....R\$10.000,00

Art. 11º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 18 de Março de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

LEI Nº 4.359, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.359, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

"AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE SÃO MIGUEL DO OESTE - ADEFISMO MEDIANTE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal do Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a transferir mediante convênio a ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE SÃO MIGUEL DO OESTE - ADEFISMO, localizado na Rua Itaberaba, bairro Salete, no Município de São Miguel do Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 00.719.338/0001-06, a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), destinados a auxiliar nas despesas de compra de materiais de copa e cozinha, para uso dos associados nas reuniões a cada 2º domingo de cada mês.

Art. 2º. É obrigatório o depósito do recurso em conta individualizada e vinculada em instituição bancária, movimentados por cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º. A Entidade terá o prazo de 60 (Sessenta) dias, a contar da data do recebimento do recurso, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação do mesmo, junto à Contadoria Geral do Município.

Art. 4º. A despesa impugnada pela Contadoria Geral do Município

à luz da legislação vigente, será recolhida e atualizada monetariamente em última instância, a favor dos cofres públicos municipais.

Art. 5º. Os saldos não aplicados nos prazos previstos na presente lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do erário público municipal.

Art. 6º. São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário e o Ordenador Secundário.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e no prazo previsto nesta lei, instruída com os documentos dispostos na Instrução Normativa Nº 014/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando à averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 9º. As despesas a serem realizadas a conta do recurso ora autorizado, obedecerão aos princípios regimentais do processo Licitatório, em consonância com a Lei Federal 8666/93 atualizada, se aplicável.

Art. 10º. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento Geral do Município:

04SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

0403DEPTO. ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.014Contribuições para entidades Culturais, Especiais, Assistenciais e Sociais

"70" 3.3.50.41.00.00.1.0000Contribuições
.....R\$2.000,00

Art. 11º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 18 de Março de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2015, SRP - PR Nº 023/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que resolve RETIFICAR a descrição do Item nº 01 (um), referente ao Anexo I especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, (PUBLICADO NO DOM/ EDIÇÃO Nº 1700, DIA 11/03/2015 - PAG. 330), OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) E RECOMPOSITOR DE PISTA USINADO A QUENTE (CBUQ) EMBALADO EM SACAS DE 25KG, A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Onde consta "com densidade aparente da massa entre: 1,90 e 2,30 g/m³"; passe a constar a seguinte descrição "com densidade aparente da massa acima de 1,90 g/m³", reabrindo-se o prazo legal para abertura das propostas, designando-se nova data para o dia 01/04/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 2.203, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 2.203, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional - excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional - excesso de arrecadação, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 509.946,32 (quinhentos e nove mil, novecentos e quarenta e seis reais e trinta e dois centavos), na seguinte dotação orçamentária:

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.4505.1.071.4.4.90.00.00.00.00.01.0032 40 Aplicação Direta R\$ 509.946,32

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e o art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de março de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 206/2015

PORTARIA nº 206, de 17 de março de 2015.

EDU ANTONIO BORGES, Presidente da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no art. 19, II, "a" do Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir desta data, a servidora pública municipal Juliana Balotin, ocupante do cargo em provimento comissionado de Assessora de Comunicação, nomeada pela Portaria nº 201/2015.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correm por conta do Orçamento em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 17 de março de 2015.

Vereador Edu Antonio Borges

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Schroeder

PREFEITURA

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGSITRO DE PREÇOS Nº. 25/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGSITRO DE PREÇOS Nº. 25/2015-PMS

PROCESSO Nº. 48/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata para exclusão de item referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº. 25/2015-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de materiais, mão de obra e horas máquina para executar manutenção nas unidades operacionais e ampliação de adutora de água bruta e água tratada da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, ficando assim determinado:

Leiam-se:

2.3 Execução de pilares

A empresa realizará quando solicitado executar pilares de sustentação das tubulações em várias unidades operacionais. Poderá também executar pequenas travessias em pilares da rede de água em pequenos rios e córregos da cidade para a rede de abastecimento de água.

4.QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS PARA O LOTE 01

Serviço	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (R\$)	Total (R\$)
Pedreiro	horas	500		
Auxiliar Serviços Gerais	horas	1500		
Instalador Mecânico	horas	300		
Pintura com fornecimento de tinta acrílica c/ 3 de mão	m2	1.000		
Corte, Torno e Solda	horas	150		
Fornecimento Aço CA 50	Kg	500		
Fornecimento Aço CA 60	Kg	250		
Fornecimento de concreto armado fck 25 Mpa bombeado	m3	30		

Schroeder, 18 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.090/2015

LEI Nº 2.090/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$19.980,00 (DEZENOVE MIL NOVECENTOS E OITENTA REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2015, no valor de até R\$19.980,00 (dezenove mil novecentos e oitenta reais), como segue:

03 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
04 – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO			
04.122.3001.2.305 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
3.3.93.39.00.00	00.01.0000	Rateio pela Participação em Consórcio Público	19.980,00

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

03 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
04 – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO			
04.122.3001.2.305 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
3.1.71.70.00.00	00.01.0000	Rateio pela Participação em Consórcio Público	9.990,00
3.3.71.70.00.00	00.01.0000	Rateio pela Participação em Consórcio Público	9.990,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº. 2075/2014 - LOA, a abrir créditos adicionais suplementares, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 17 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

LEI Nº 2.091/2015

LEI Nº2.091/2015

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A REALIZAR A COBRANÇA DE TAXA DE INSCRIÇÃO E CONCEDER PREMIAÇÃO NOS EVENTOS ESPORTIVOS DISCRIMINADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os municípios que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a realizar a cobrança de taxa de inscrição e pagamento de premiação, nos eventos discriminados no Anexo I da presente Lei.

§ 1º O total gasto com a premiação poderá ser de até R\$19.650,00 (dezenove mil seiscentos e cinquenta reais) divididos por evento na forma do Anexo I.

§ 2º O Poder Público Municipal providenciará as formas de cobrança, de modo que, ao final, todo o valor arrecadado seja depositado nos cofres da Municipalidade, a título de "Receitas Diversas".

§ 3º Os recursos destinados à premiação serão oriundos da receita auferida por meio da cobrança das taxas de inscrição, bem como das dotações específicas da Diretoria de Esporte e Lazer, caso não haja saldo suficiente naquela rubrica.

Art. 2º Os regulamentos dos torneios conterão disposições específicas sobre sua coordenação e seu desenvolvimento, mantidas as especificações determinadas nesta Lei.

Art. 3º Fica autorizado o Poder Público Municipal a buscar apoio/patrocínio junto à sociedade civil para a consecução dos objetivos destes eventos esportivos, podendo tal apoio ser objeto de divulgação durante o transcurso dos eventos.

Art. 4º O Poder Público Municipal prestará contas dos eventos qualificados nesta Lei, diretamente à Câmara Municipal de Vereadores, no mês de dezembro do ano em exercício, incluindo nesta prestação todo o apoio recebido.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 17 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ANEXO I

TABELA DE EVENTOS / ATIVIDADE

Realização/ Mês	Taxa de Inscrição	Evento / Atividade	Premiação Individual (R\$)	Premiação Total
Março a Maio	R\$ 150,00 por equipe	30º Campeonato Municipal de Bocha Previsão de 10 a 12 equipes p/ 2015	1º 1.000,00 2º 500,00 3º 300,00 4º 200,00	R\$ 2.000,00
Abril, Maio, Junho	R\$ 250,00 por equipe	29º Campeonato Municipal de Futebol de Campo Previsão de 08 equipes p/ 2015	1º 1.000,00 2º 500,00 3º 300,00 4º 200,00	R\$ 2.000,00
Abril Maio	R\$ 150,00 por equipe	24º Campeonato Municipal Sênior (Veterano) (Nascidos em 1980, 1979...) Previsão de 08 a 10 equipes para 2015	1º 500,00 2º 250,00 3º 200,00 4º 150,00	R\$ 1.100,00
Maio Junho	R\$ 100,00 por equipe	5º Campeonato Municipal de Bocha Feminina Previsão de 06 a 08 equipes para 2015	1º 400,00 2º 300,00 3º 200,00 4º 100,00	R\$ 1.000,00
Julho	R\$ 150,00 por equipe	9º Torneio Aberto de Voleibol Masc. e Fem. Previsão de 10 a 15 equipes para 2015	1º 400,00 2º 200,00 3º 150,00	R\$750,00 / masc. R\$750,00 / fem. TOTAL PREMIAÇÃO R\$ 1.500,00
Julho Agosto	R\$ 100,00 por equipe	2º Torneio Municipal de Futsal Adulto Feminino Previsão de 06 a 08 equipes para 2015	1º 300,00 2º 200,00 3º 150,00 4º 100,00	R\$ 750,00
Julho Agosto	R\$ 150,00 por equipe	16º Campeonato Municipal Máster (Nascidos em 1970, 1969...) Previsão de 06 equipes para 2015	1º 400,00 2º 250,00 3º 200,00 4º 150,00	R\$1.000,00

Julho Agosto	R\$ 150,00 por equipe	30º Campeonato Municipal de Futsal Adulto Masculino Previsão de 16 equipes para 2015	1º 1.200,00 2º 600,00 3º 350,00 4º 250,00	R\$ 2.400,00
Setembro	R\$ 100,00 por equipe	3º Campeonato Municipal de Futebol Suíço Previsão de 25 equipes para 2015	1º 1.500,00 2º 750,00 3º 500,00 4º 250,00	R\$ 3.000,00
Setembro Outubro	R\$ 100,00 por equipe	9º Campeonato Municipal de Bocha para Casais Previsão de 10 equipes para 2015	1º 500,00 2º 300,00 3º 200,00 4º 100,00	R\$ 1.100,00
Outubro	R\$60,00 por equipe	1º Torneio de Voleibol de Areia Previsão de 16 a 20 equipes para 2015	1º Masc 300,00 2º Masc 100,00 1º Fem 300,00 2º Fem 100,00	R\$400,00 (masculino) R\$400,00 (feminino) TOTAL PREMIAÇÃO R\$ 800,00
Outubro		1ª Corrida Rústica	Diversas Categorias	R\$ 3.000,00
Outubro Novembro	Não há cobrança de Taxa de Inscrição	6º Campeonato Municipal Supermáster (nascidos em 1965, 1964...)	Não há premiação em dinheiro	
Novembro	Não há cobrança de Taxa de Inscrição	2ª Bocha Livre	Não há premiação em dinheiro	
TOTAL				R\$ 19.650,00

1- É importante ressaltar que em todos os eventos acima citados inclui-se na premiação a entrega de troféus e medalhas as equipes, assim como troféus de artilheiro, goleiro menos vazado, participação dentre outras, conforme especificações de cada evento.

2- Os valores de premiação estão baseados na previsão do número de equipes inscritas e assim proporcionalmente aos valores arrecadados em cada evento, bem como o valor da taxa de inscrição varia de acordo com o número de atletas inscritos por equipe.
3- Eventos Escolares, Categorias de Base, Fesporte, Federações e demais entidades, também integram o Calendário de Eventos Esportivos do Município.

Calendário sujeito a alterações!

PORTARIA Nº 5.986/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº5.986/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015
DELEGA RESPONSABILIDADE PELA ANÁLISE DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Senhor Otoniel da Silva, Arquiteto Urbanista, inscrito no CAU/SC sob o nºA60922-6, CPF nº003.963.009-95, matrícula nº2.054, para análise de projetos arquitetônicos de estabelecimentos de saúde, conforme determinação da ANVISA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 18 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

RESOLUÇÃO Nº 002/2015 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 002/2015 - CMDCA

Dispõe sobre a criação da Comissão Especial da Eleição Unificada do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Schroeder/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 de e na Lei Municipal nº 1.628/07 e suas alterações, e:

CONSIDERANDO:

I - A Resolução do CONANDA nº 170, de 10 de dezembro de 2014, que altera a Resolução nº 139, de 17 de março de 2010 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar.

II - A reunião ordinária realizada na data de 03 de fevereiro de 2015, conforme Ata 001/2015;

DELIBERA:

Artigo 1º Criar a Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar que ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015.

Artigo 2º A Comissão Especial deve ser paritária formada por membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. Será composta pelas seguintes integrantes:

a) Representante da sociedade civil, Teresinha Tomaselli Tecilla, e;
b) Representante governamental, Bruna Chiodini.

Artigo 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 19 de março de 2015.

Teresinha Tomaselli Tecilla	Bruna Chiodini	
Presidente do CMDCA	Secretária do CMDCA	

RESOLUÇÃO Nº 003/2015 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº003/2015 - CMDCA

Dispõe sobre a aprovação da alteração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SCHROEDER/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 de e na Lei Municipal nº 1.628/07 e suas alterações, e:

CONSIDERANDO:

I - O artigo 227 da Constituição Federal e a Lei Federal nº 12.594/12 que instituiu o SINASE;

II - O Inquérito Civil nº 06.2011.000009441-0 do Termo de Ajustamento de Conduta, em seu termo 4.1. Das Obrigações do Município de Schroeder;

III - O artigo 8º da Lei Federal nº 12.594/12 e a Resolução nº 004/2014 que Cria a Comissão Intersetorial destinada à elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

IV - O Despacho do Procedimento Administrativo nº 09.2013.00001091-5 do Termo de Ajustamento de Conduta que verifica que o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Schroeder deixou de atender os itens requisitados no mesmo.

V - A ata da reunião ordinária, nº03 de 17 de março de 2015.

DELIBERA:

Artigo 1º: Aprovar a alteração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo - SIMASE.

Artigo 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 16 de março de 2015.

Teresinha Tomaselli Tecilla	Bruna Chiodini
Presidente do CMDCA	Secretária do CMDCA

TERMO ADITIVO Nº. A16/2015 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A16/2015 - PMS

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 32/2015 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: MAIOCHI INSTALAÇÕES E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.328.414/0001-32, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 58, nº. 13354, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora Eluisa Hertel Maiochi, inscrita no CPF sob o nº 484.406.209-34.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 32/2015-PMS, celebrado em 06 de março de 2015, proveniente do Processo de licitação nº. 19/2015-PMS, Pregão Presencial Registro de Preços nº. 12/2015-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Gabinete do Prefeito, Procon, Polícia Militar e Civil do Município de Schroeder/SC, compreendendo: mecânica, elétrica e lanternagem em geral, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria e pintura, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos, ao longo de 12 (doze) meses, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando a rescisão contratual com a empresa ERNESTO SCHNEIDER MECÂNICO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 82.099.060/0001-78, e de acordo com Parecer da Procuradoria nº 19/2015-PROJUR e demais anexos.

Considerando que a segunda colocada do lote 09 é a empresa MAIOCHI INSTALAÇÕES E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e a mesma aceitou entregar o objeto licitado no mesmo valor ofertado na etapa de lance, do qual a administração possui um saldo de a quantidade de 450 horas, no valor unitário no valor unitário de R\$ 49,00 (quarenta e nove reais), e o valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) para peças - Peças Genuínas - DPG, totalizando o valor do lote de R\$ 52.050,00 (cinquenta e dois mil e cinquenta reais).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição", sendo aditivado o lote 09, a quantidade de 450 horas, no valor unitário no valor unitário de R\$ 49,00 (quarenta e nove reais), e o valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) para peças - Peças Genuínas - DPG, totalizando o valor do lote de R\$ 52.050,00 (cinquenta e dois mil e cinquenta reais), na cláusula quarta "do valor do contrato", alterando o valor do contrato para R\$ 154.250,00 (cento e cinquenta e quatro mil, duzentos e cinquenta reais), conforme segue:

Lote	Descrição do Serviço		
09	Serviço de mecânica para máquinas agrícolas, com o fornecimento de peças. Serviços como: revisão geral. Suspensão, embuchamento, mangueiras hidráulicas, freios, embreagem, compressores de ar condicionado, válvula de ar condicionado, câmbio, bombas hidráulicas, comandos, retífica de motores, serviços no ar condicionado, instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)	Custo por hora (R\$)	Total de Horas	Custo Total (R\$)
	49,00	450	22.050,00
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE	ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO ¹
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	DPG x 1,00	0%	30.000,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	DPGx1,50	0%	30.000,00
Desconto sobre peças - Outras Peças	DPGx2,25	0%	30.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE 1 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			52.050,00

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 32/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 18 de março de 2015.
CONTRATADA:

MAIOCHI INSTALAÇÕES E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
Eluisa Hertel Maiochi
CPF nº 484.406.209-34
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

Timbé do Sul

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 16/2015 CC

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Processo Licitatório nº 16/2015 - Concorrência Pública
Objeto: Exploração dos serviços de táxi no Município de Timbé do Sul.

Data da entrega dos envelopes: até as 08h15min do dia 22 de abril de 2015.

Abertura da Sessão: a partir das 08h30min do dia 22 de abril de 2015.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 - Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 07h30min as 11h30min e das 13h as 17horas, em dias úteis, ou através do e-mail licita@timbedosul.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3536-1133.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

DECRETO 62/2015

DECRETO Nº 62, de 17 de março de 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO 2015 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais):

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes
2.024 - Manutenção da Rede Viária do Município
3.3.90.00.00.00.00.0080(80) - Aplicações diretas
..... R\$ 80.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes
2.024 - Manutenção da Rede Viária do Município
4.4.90.00.00.00.00.00.0080(82) - Aplicações diretas
..... R\$ 80.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 17 de março de 2015.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 1.747/2015

LEI Nº 1.747, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

DENOMINA PONTE SOBRE O RIO AMOLA FACA NA LOCALIDADE DE MOLHA COCO

O Prefeito Municipal de Timbó do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º. Fica denominada Ponte Otilia Grigio de Giorgi, a ponte de concreto sobre o Rio Amola Faca, localizada junto à TBS-133 na localidade de Molha Coco, conforme mapa em anexo, parte integrante da presente lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó do Sul, 18 de Março de 2015.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

Timbó**PREFEITURA****ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2015 - FCT**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2015 - FCT

Às quinze horas, do décimo oitavo dia, do mês de março de dois mil e quinze, na sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo, para julgamento da Habilitação da Tomada de Preço nº 05/2015 - FCT, tendo em vista os pareceres técnico e contábil emitidos acerca da documentação de habilitação das empresas CONSTRUTORA TERTEL LTDA ME, PAULO ROBERTO VOLLES ME, CONSTRUTORA F & F LTDA.

Do parecer contábil, emitido pela contadora, Sra. Kathia E. Gumz Howe, acerca do item nº 7.1.4 - Qualificação Econômico-financeira, verificou-se que as empresas CONSTRUTORA TERTEL LTDA ME, PAULO ROBERTO VOLLES ME, CONSTRUTORA F & F LTDA, atenderam aos requisitos do Edital.

Do parecer técnico, emitido pelo engenheiro civil, Sr. Moacyr Cristofolini Junior, constatou-se o seguinte:

- CONSTRUTORA TERTEL LTDA ME: referente à qualificação técnica item 7.1.6 - letra "b" inciso III, a empresa apresentou uma obra com o "estilo enxaimel", isto não se refere ao método construtivo;
- PAULO ROBERTO VOLLES ME: referente à qualificação técnica faltou a apresentação dos documentos descritos nos pontos: item 7.1.6 - letra "a" e "b", parcialmente inciso III onde requer a apresentação da CAT, item 7.1.6 - letra "d" inciso I e II;
- CONSTRUTORA F & F LTDA: referente à qualificação técnica item 7.1.6 - letra "b" inciso III: a empresa não apresentou nenhuma obra construída no método construtivo enxaimel.

Conclui-se no parecer, portanto, que nenhuma das empresas cumpriu inteiramente com as exigências do Edital.

Além disso, conforme consta na ata de abertura dos envelopes de habilitação, verificou-se ainda o seguinte;

- CONSTRUTORA F & F LTDA: O Certificado de Registro Cadastral está sem a devida autenticação (item 6.1 do Edital); a demonstração da saúde financeira está sem a assinatura do contador (item 7.1.4, letra "b" do Edital); a Declaração de Inidoneidade mencionou outro município e não o de Timbó; não apresentou a Certidão de Pessoa Física do CREA ou CAU (item 7.1.6, letra "a" do Edital); o contrato de serviço com o profissional foi apresentado sem autenticação (item 6.1 do Edital); o currículo está sem a assinatura do profissional; a Declaração de Vistoria do local está sem a assinatura do profissional técnico e do proprietário/representante legal (item 7.1.6, letra "d", inciso II do Edital).

- PAULO ROBERTO VOLLES ME: o atestado de capacidade técnica apresentado não está registrado pelo CREA ou CAU (item 7.1.6, letra "b", inciso III do Edital), bem como trata-se de cópia simples, sem autenticação (item 6.1 do Edital).

- CONSTRUTORA TERTEL LTDA ME: a empresa deixou de apresentar a Certidão de Regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) (item 7.1.5, letra "e" do Edital).

Diante do exposto, analisada toda documentação juntada aos autos, aliado com o parecer contábil e parecer técnico do Setor de Engenharia e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decidimos pela inabilitação das empresas CONSTRUTORA TERTEL LTDA ME, PAULO ROBERTO VOLLES ME,

CONSTRUTORA F & F LTDA

Nesse sentido, tendo em vista que todas as empresas participantes foram inabilitadas no certame e, levando em consideração o exposto no § 3º do artigo 48 da Lei nº 8.666/93, segundo o qual "Quando todos os licitantes forem inabilitados (...), a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis", estabelecemos às licitantes CONSTRUTORA TERTEL LTDA ME, PAULO ROBERTO VOLLES ME, CONSTRUTORA F & F LTDA, o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação dos documentos acima elencados, escoimados dos vícios e em conformidade com o instrumento convocatório.

Os envelopes de PROPOSTA deverão permanecer no Setor de Licitação, devidamente lacrados, até a data designada para sua abertura.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPRE- GHER FLORIANO Presidente	ANDREA TAISE FRANZ Secretária	BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO Membro
--	----------------------------------	--

CONCORRÊNCIA 171-2014 - DESPACHO**DECISÃO**

Assunto: Concorrência nº. 171/2014

Com fundamento nas razões do Parecer Jurídico nº 21/2015 elaborado pela Procuradoria Geral do Município que segue anexo, INDEFIRO a Impugnação ao Edital interposta pela empresa RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA., mantendo os índices contábeis exigidos no edital de Concorrência nº. 171/2014.

Dê-se ciência à impugnante.

Timbó, 18 de março de 2015.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

LEI Nº 2766, DE 19 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 2766, DE 19 DE MARÇO DE 2015

Denomina e define as Ruas Projetadas dos Loteamentos Capitais, Capitais I, Capitais II, Capitais III e Capitais IV.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Denomina-se RUA LA PAZ, o logradouro situado: no lado ímpar da rua Santiago, com uma área total de 735,45m2, distante pelo lado direito 74,13m da esquina formada com o lado ímpar da rua Expedicionário Pedro João Silva; extremado na frente em 24,00m com o lado ímpar da rua Santiago; lado esquerdo em 9,42m na curva de transição com o Lote 10, em 27,00m, sendo em 12,00m com o Lote 10 e em 15,00m com o Lote 09, em 6,00m com o Lote 09, em 18,00m com o Lote 08; fundos em 18,00m com o Lote 07; e, lado direito em 9,42m com o Lote 04, em 45,00m, sendo em 12,00m com o Lote 04, em 15,00m com o lote 05, em 15,00m com o Lote 06 e em 3,00m com Lote 07. A Rua La Paz tem

gabarito total de 12,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 2,00 metros de calçada.

Art. 2º Denomina-se RUA BOGOTÁ, o logradouro situado: no lado ímpar da rua Santiago, com uma área total de 735,45m2, distante pelo lado esquerdo, 54,26m da esquina formada com o lado par da rua Professor Alfredo Girardi; extremado na frente em 24,00m com o lado ímpar da rua Santiago; lado direito em 9,42m na curva de transição com o Lote 11, em 27,00m, sendo em 12,00m com o Lote 11 e em 15,00m com o Lote 12, em 6,00m com o Lote 12 e em 18,00m com o Lote 13; fundos em 18,00m com o Lote 14; e, lado esquerdo em 9,42m com o Lote 17, em 45,00m, sendo em 12,00m com o Lote 17, em 15,00m com o Lote 16, em 15,00m com o Lote 15 e em 3,00m com o Lote 14. A Rua Bogotá tem gabarito total de 12,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 2,00 metros de calçada.

Art. 3º Denomina-se RUA QUITO, o logradouro situado: no lado ímpar da rua Santiago, com uma área total de 1.239,45m2, distante pelo lado direito 54,06m da esquina formada com o lado ímpar da rua Professor Alfredo Girardi; extremado na frente em 24,00m com o lado ímpar da rua Santiago; lado esquerdo em 9,42m na curva de transição com o Lote 12, em 69,00m, sendo em 12,00m com o Lote 12, em 15,00m com o Lote 13, em 15,00m com o Lote 14, em 15,00m com o Lote 15 e em 12,00m com o Lote 16, em 6,00m com o Lote 16 e em 18,00m com o Lote 16; fundos em 18,00m, sendo em 3,94m com terras de Luciana Cristina Lazzarini, Matrícula 12.839, L-2, e em 14,06m com terras de Heins Henrique Hoeltgebaum, Matrícula 12.612, L-2; lado direito em 9,42m na curva de transição com o Lote 11, em 87,00m, sendo em 12,00m com o Lote 11, em 15,00m com o Lote 10, em 15,00m com o Lote 09, em 15,00m com o Lote 08, em 15,00m com o Lote 07 e em 15,00m com o Lote 06. A Rua Quito tem gabarito total de 12,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 2,00 metros de calçada.

Art. 4º Denomina-se RUA LIMA, o logradouro situado: no lado ímpar da rua Santiago, com uma área total de 1.239,45m2, distante pelo lado direito 54,00m da esquina formada com o lado par da rua Quito; extremado na frente em 24,00m com o lado ímpar da rua Santiago; lado esquerdo em 9,42m na curva de transição com o Lote 22, em 87,00m, sendo em 12,00m com o Lote 22, em 15,00m com o Lote 23, em 15,00m com o Lote 24, em 15,00m com o Lote 25, em 15,00m com o Lote 26 e em 15,00m com o Lote 27; fundos em 18,00m, sendo em 9,44m com terras de Cordula Ruprecht, Matrícula 15.374, L-2 e em 8,56m com terras de Cerlene Claudomira Luiz da Silva, Matrícula 13.720, L-2; e, lado direito em 9,42m na curva de transição com o Lote 21, em 69,00m, sendo em 12,00m com o Lote 21, em 15,00m com o Lote 20, em 15,00m com o Lote 19, em 15,00m com o Lote 18 e em 12,00m com o Lote 17, em 6,00m com o Lote 17 e em 18,00m com o Lote 17. A Rua Lima tem gabarito total de 12,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 2,00 metros de calçada.

Art. 5º Denomina-se RUA ASSUNÇÃO, o logradouro situado: no lado ímpar da rua Santiago, com uma área total de 1.506,90m2, distante pelo lado direito 54,00m da esquina formada com o lado par da rua Lima; extremado na frente em 24,00m com o lado ímpar da rua Santiago; lado esquerdo em 9,42m na curva de transição com o Lote 34, em 111,00m, sendo em 12,00m com o Lote 34, em 15,00m com o Lote 35, em 15,00m com o Lote 36, em 15,00m com o Lote 37, em 15,00m com o Lote 38, em 15,00m com o Lote 39 e em 24,00m com terras de Adilso Panoch, Matrícula 16.979, L-2, e em 9,42m com terras de Adilso Panoch, Matrícula 16.979, L-2; fundos em 24,00m com o lado par rua Apucarana; e, lado direito em 9,42m na curva de transição com o Lote 33, em 111,00m, sendo em 12,00m com o Lote 33, em 15,00m com o Lote 32, em 15,00m com o Lote 31, em 15,00m com o Lote 30, em 15,00m com o Lote 29, em 15,00m com o Lote 28 e em 24,00m com terras de Marcos Aurelio Moser, Matrícula 16.977, L-2, e em 9,42m na curva de transição com terras de Marcos Aurelio Moser,

Matrícula 16.977, L-2. A Rua Assunção tem gabarito total de 12,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 2,00 metros de calçada.

Art. 6º Denomina-se RUA MONTEVIDÉU, o logradouro situado: no lado ímpar da rua Santiago, com uma área total de 1.506,90m², distante pelo lado direito 54,00m da esquina formada com o lado par da rua Assunção; extremado na frente em 24,00m com o lado ímpar da rua Santiago; lado esquerdo em 9,42m na curva de transição com o Lote 46, em 111,00m, sendo em 12,00m com o Lote 46, em 15,00m com o Lote 47, em 15,00m com o Lote 48, em 15,00m com o Lote 49, em 15,00m com o Lote 50, em 15,00m com o Lote 51 e em 24,00m com terras de Eduardo Kruger, Matrícula 16.983, L-2, e em 9,42m na curva de transição com terras de Eduardo Kruger, Matrícula 16.983, L-2; fundos em 24,00m com o lado par da rua Apucarana; e, lado direito em 9,42m na curva de transição com o Lote 45, em 111,00m, sendo em 12,00m com o Lote 45, em 15,00m com o Lote 44, em 15,00m com o Lote 43, em 15,00m com o Lote 42, em 15,00m com o Lote 41, em 15,00m com o Lote 40, e em 24,00m com terras de Bernt Emmel, Matrícula 16.981, L-2, e em 9,42m na curva de transição com terras de Bernt Emmel, Matrícula 16.981, L-2. A Rua Montevideu tem gabarito total de 12,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 2,00 metros de calçada.

Art. 7º Denomina-se RUA BUENOS AIRES, o logradouro constituído de: uma área total de 3.024,70m², em duas faixas de terras, sendo a primeira, com uma área de 1.752,99m², situada no lado par da Rua Apucarana, distante pelo lado esquerdo 54,00m da esquina formada com o lado par da rua Montevideu; extremado na frente em 26,00m com o lado par da rua Apucarana; lado direito em 9,42m na curva de transição com terras de Heins Henrique Hoeltgebaum, Matrícula 16.987, L-2, em 111,00m, sendo em 24,00m com terras de Heins Henrique Hoeltgebaum, Matrícula 16.987, L-2, em 15,00m com o Lote 63, em 15,00m com o Lote 62, em 15,00m com o Lote 61, em 15,00m com o Lote 60, em 15,00m com o Lote 59 e em 12,00m com o Lote 58, e em 9,42m na curva de transição com o Lote 58; fundos em 26,00m com o lado ímpar da rua Santiago; e, lado esquerdo em 9,42m na curva de transição com terras de Edney Jefferson Piske e Joyce Regina Ittner, Matrícula 16.985, L-2, em 111,00m, sendo em 24,00m com terras de Edney Jefferson Piske e Joyce Regina Ittner, Matrícula 16.985, L-2, em 15,00m com o Lote 52, em 15,00m com o Lote 53, em 15,00m com o Lote 54, em 15,00m com o Lote 55, em 15,00m com o Lote 56 e em 12,00m com o Lote 57, e em 9,42m na curva de transição com o Lote 57; sendo a segunda, situada no lado par da rua Santiago, distante pelo lado esquerdo 341,99m da esquina formada com o lado ímpar da rua Professor Alfredo Girardi, com uma área de 1.271,71m², extremado na frente em 26,00m com o lado par da rua Santiago; lado direito em 10,25m na curva de transição com o Lote 72; em 26,57m, sendo em 16,68m com o Lote 72 e em 9,89m com o Lote 73; em 3,63m na curva com o Lote 73; em 25,91m, sendo em 13,91m com o Lote 73 e em 12,00m com o Lote 74; em 4,00m com o Lote 74, em 18,00m, sendo em 3,00m com o Lote 74 e em 15,00m com o Lote 75; fundos em 18,00m com terras de Orlando Strey, Matrícula 1.977, L-2 (imóvel descrito em 1º lugar); lado esquerdo em 9,42m na curva de transição com terras de Cosma Purin, Matrícula 22.163, L-2, em 30,91m, sendo em 11,09m com terras de Cosma Purin, Matrícula 22.163, L-2, em 9,73m com o Lote 80 e em 10,09m com o Lote 79, em curva em 3,63m com o Lote 79, em 48,28m, sendo em 3,28m com o Lote 79, em 15,00m com o Lote 78, em 15,00m com o Lote 77 e em 15,00m com o Lote 76. A Rua Buenos Aires tem gabarito total de 14,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 3,00 metros de calçada.

Art. 8º Denomina-se RUA SANTIAGO, o logradouro situado: no lado ímpar da rua Professor Alfredo Girardi, com uma área total de 9.827,49m², distante pelo lado esquerdo 130,22m da esquina formada entre o lado ímpar da rua Professor Alfredo Girardi e o lado ímpar da rua Tirolese; extremado na frente em 26,00m com o lado ímpar da rua Professor Alfredo Girardi; lado direito em

9,40m na curva de transição com o Lote 01, em 381,49m, sendo em 24,08m com o Lote 01, em 24,00m com o Lote 11, em 24,00m com a rua Quito, em 24,00m com o Lote 12, em 24,00m com o Lote 21, em 24,00m com a rua Lima, em 24,00m com o Lote 22, em 24,00m com o Lote 33, em 24,00m com a rua Assunção, em 24,00m com o Lote 34, em 24,00m com o Lote 45, em 24,00m com a rua Montevideu, em 24,00m com o Lote 46, em 24,00m com o Lote 57, em 26,00m com a rua Buenos Aires e em 19,41m com o Lote 58, em 83,89m, sendo em 3,17m com o Lote 58 e em 80,72m com o Lote 65; fundos em 14,47m com terras de Maria Goll, Matrícula 22.922, L-2; e, lado esquerdo em 9,44m na curva de transição terras de Cosma Purin, Matrícula 22.161, L-2, em 382,66m, sendo em 170,52m com terras de Cosma Purin, Matrícula 22.161, L-2 e em 165,45m com terras de Cosma Purin, Matrícula 22.163, L-2 e em 46,69m, sendo em 26,00m com a rua Buenos Aires, em 12,02m com o Lote 72 e em 8,67m com o Lote 71, em 82,87m, sendo em 6,33m com o Lote 71, em 15,00m com o Lote 70, em 15,00m com o Lote 69, em 15,00m com o Lote 68, em 15,00m com o Lote 67 e em 16,54m com o Lote 66. A Rua Santiago tem gabarito total de 14,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 3,00 metros de calçada.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2767, DE 19 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 2767, DE 19 DE MARÇO DE 2015

Denomina a Rua Rolando Mueller e altera a nomenclatura do Beco Gustavo Roepke.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se Rua Rolando Mueller a qual tem início no lado par da Rua Blumenau e término na intersecção da Av. Sete de Setembro com a Rua Gal. Osório, contendo a extensão total de 370,00 metros e gabarito de 16,00 metros, sendo pista de rolamento 8,00 metros, calçada lado esquerdo de 3,00 metros e calçada lado direito de 5,00 metros, sendo 2,50 metros de ciclovia e 2,50 metros de passeio.

Art. 2º O Beco Gustavo Roepke, cuja denominação foi estabelecida pelo Decreto nº 2.990, de 15 de agosto de 1991, passa a ter a denominação de Rua Gustavo Roepke.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO TIMBOPREV-057, DE 03 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA No TIMBOPREV-057, DE 03 DE MARÇO DE 2015
Designa Servidora Pública Municipal para exercício de Função Gratificada, a contar de 02 de março do corrente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA, conforme art.73-A da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterada pela Lei Complementar nº 431, de 05 de julho de 2013, a servidora abaixo relacionada, a contar de 02 de março do corrente:

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó – TIMBOPREV			
NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA
Norma Conzatti Kades	FG-2	40	Coordenação Geral do Instituto de Previdência

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 161 2014 PMT - EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 161/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para a prestação de serviços de emissão de passagens aéreas, conforme especificação do Anexo I (termo de referência) em atendimento às necessidades das diversas secretarias e unidades diretas e indiretas da administração municipal do poder executivo.

EMPRESA FORNECEDORA: Elysee Viagens e Turismo Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

PERCENTUAL OFERTADO: 100% (cem por cento).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 18/12/2015

Timbó, 09/02/2015

MARIA RAMOS GONZAGA PELLIN

Secretária Municipal de Articulação Política e Institucional

SAMAE - TIMBÓ**PORTARIA N. SAMAE- 055 DE 10 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA N. SAMAE- 055 DE 10 DE MARÇO DE 2015

Concede Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Carla T. R. Geisler

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com fundamento nos arts. 170 e 172 da Lei Complementar n. 01, de 22/10/93

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora CARLA TATIANA R. GEISLER, ocupante do cargo em comissão de Diretora de Departamento Administrativo-Financeiro, por quinze (15) dias, a contar de 09/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 056, DE 10 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N. SAMAE- 056, DE 10 DE MARÇO DE 2015

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3679, de 01/12/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
MARCOS ANTONIO DE SOUZA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/ Processo Seletivo)	26/01/1996	094.465.119-41	44 horas	17/03/2015 a 31/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Treze Tílias

PREFEITURA

PORTARIA N 029/2015

PORTARIA N.º 029/15 DE 13 DE MARÇO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei, especificamente nos termos dos incisos III, VII e XXX, do art. 66 mais o artigo 161, ambos da Lei Orgânica c/c como o art. 89 da Lei Complementar N.º 006, de 16 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR o representante da Escola Estadual, onde Scheila Thums, CPF nº 076.430.819-05, substitui Kelly Cristina Hartmann (Portaria nº 126/14) na Comissão Municipal para elaboração do Plano Municipal de Educação, passando a partir desta data a ser composta pelos seguintes membros:

1. Secretária Municipal de Educação - Mari Piaia
2. Representante da Escola Municipal e Pré Escolar - Deisy Karine Juchen
3. Representante da Escola Estadual - Scheila Thums
4. Representação do Ensino de Jovens e Adultos - Nelceni Surdi
5. Representante do Ensino Superior - Danielle Kühl Hartmann
6. Representante do Conselho Municipal de Educação - Neiva Dalla Costa Sbardella
7. Representante das Creches - Jussara Dresch

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 13 DE MARÇO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA N 030/2015

PORTARIA Nº 030/15 DE 16 DE MARÇO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR os servidores abaixo relacionados para integrarem a COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÕES - ESPECÍFICA PARA A MODALIDADE PREGÃO, a partir desta data, com a finalidade específica de receber, analisar e julgar as propostas para fornecimento de materiais e serviços.

Presidente: Vinícius Schirmann Mendes

Membros: Werydiana Falchetti

Gabriela Rugere de Oliveira Jorge

Karine Kandler

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 16 DE MARÇO DE 2015.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

RREO 21 BIMESTRE 2015

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.171.575,00	1.171.575,00	204.767,59	17,48
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	740.000,00	740.000,00	36.884,86	4,98
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	157.300,00	157.300,00	72.262,70	45,94
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	234.300,00	234.300,00	85.480,81	36,48
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	34.475,00	34.475,00	884,60	2,57
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.200,00	2.200,00	524,48	23,84
Dívida Ativa dos Impostos	1.100,00	1.100,00	4.853,94	441,27
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.200,00	2.200,00	3.876,20	176,19
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	17.376.519,11	17.376.519,11	3.287.243,02	18,92
Cota-Parte FPM	6.682.448,11	6.682.448,11	1.211.141,28	18,12
Cota-Parte ITR	1.328,00	1.328,00	19,60	1,48
Cota-Parte IPVA	866.000,00	866.000,00	142.734,97	16,48
Cota-Parte ICMS	9.494.103,00	9.494.103,00	1.906.486,23	20,08
Cota-Parte IP-Estado	283.140,00	283.140,00	26.860,94	9,49
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	49.500,00	49.500,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	49.500,00	49.500,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	18.548.094,11	18.548.094,11	3.492.010,61	18,83

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	77.000,00	77.000,00	67,14	0,09
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	77.000,00	77.000,00	67,14	0,09

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.335.100,00	4.335.100,00	987.600,81	22,78	735.314,28	16,96
Pessoal e Encargos Sociais	2.344.700,00	2.344.700,00	502.654,92	21,44	502.654,92	21,44
Outras Despesas Correntes	1.990.400,00	1.990.400,00	484.945,89	24,36	232.659,36	11,69
DESPESAS DE CAPITAL	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.349.100,00	4.349.100,00	987.600,81	22,71	735.314,28	16,91
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA A SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.135.100,00	1.135.100,00	180.674,27	18,29	171.445,67	23,32
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.135.100,00	1.135.100,00	180.674,27	18,29	171.445,67	23,32
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.135.100,00	1.135.100,00	180.674,27	18,29	171.445,67	23,32
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	3.214.000,00	3.214.000,00	806.926,54	81,71	563.868,61	76,68
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]³						
40.067,02						

Continua 2/4

Município de TREZE TILIAS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
		0,00	0,00			0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
Atenção Básica Vigilância Sanitária	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
		4.329.300,00 19.800,00	4.329.300,00 19.800,00	984.907,39 2.693,42	99,73 0,27	733.154,88 2.159,40
TOTAL	4.349.100,00	4.349.100,00	987.600,81	100,00	735.314,28 100,00	

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h-i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h-i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h-i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

MUNICÍPIO DE TREZE TIHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO – ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.275.000,00	1.275.000,00	20.355,05	292.377,82	22,93
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	743.300,00	743.300,00	5.279,01	44.827,25	6,03
1.1.1- IPTU	740.000,00	740.000,00	4.667,86	41.552,72	5,62
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.100,00	1.100,00	25,37	265,09	24,10
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.100,00	1.100,00	371,99	2.018,44	183,49
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.100,00	1.100,00	213,79	991,00	90,09
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	157.300,00	157.300,00	7.070,00	79.332,70	50,43
1.2.1- ITBI	157.300,00	157.300,00	7.070,00	79.332,70	50,43
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	236.500,00	236.500,00	5.210,02	98.730,55	41,75
1.3.1- ISS	234.300,00	234.300,00	2.495,36	89.424,65	38,17
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.100,00	1.100,00	84,20	368,96	33,54
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	-	0,00	1.192,94	4.400,43	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.100,00	1.100,00	1.437,52	4.536,51	412,41
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	137.900,00	137.900,00	2.796,02	69.487,32	50,39
1.4.1- IRRF	137.900,00	137.900,00	2.796,02	69.487,32	50,39
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	17.352.924,11	17.352.924,11	307.480,15	3.590.694,03	20,69
2.1- Cota-Parte FPM	6.682.448,11	6.682.448,11	223.585,56	1.434.726,84	21,47
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.682.448,11	6.682.448,11	223.585,56	1.434.726,84	21,47
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.494.103,00	9.494.103,00	45.797,59	1.952.283,82	20,56
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº67/1996	49.500,00	49.500,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPVA-Exportação	259.545,00	259.545,00	5.252,45	28.084,25	10,82
2.5- Cota-Parte ITR	1.328,00	1.328,00	12,85	32,45	2,44
2.6- Cota-Parte IPVA	866.000,00	866.000,00	32.631,70	175.566,57	20,27
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	18.627.924,11	18.627.924,11	327.835,20	3.883.071,85	20,85
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	563.750,00	563.750,00	0,00	144.186,05	25,58
5.1- Transferências do Salário-Educação	422.000,00	422.000,00	0,00	129.015,60	30,57
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	115.000,00	115.000,00	0,00	10.379,60	9,03
5.4- Transferências Diretas - FNATE	26.750,00	26.750,00	0,00	4.790,85	17,91
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	696.358,00	696.358,00	7.394,31	45.154,68	6,48
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.260.108,00	1.260.108,00	7.394,31	189.340,73	15,03
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.392.464,68	3.392.464,68	60.445,47	712.521,51	21,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.363.074,68	1.363.074,68	44.717,10	286.945,29	21,05
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.804.000,00	1.804.000,00	9.159,49	390.456,57	21,64
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	13.200,00	13.200,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPVA-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	31.460,00	31.460,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	330,00	330,00	2,57	6,49	1,97
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	180.400,00	180.400,00	6.566,31	35.113,16	19,46
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.860.000,00	2.860.000,00	55.185,67	741.482,49	25,93
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.860.000,00	2.860.000,00	55.185,67	741.482,49	25,93
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-532.464,68	-532.464,68	-5.259,80	28.960,98	-5,44
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE TREZE TIHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO – ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.002.000,00	2.002.000,00	0,00	501.256,66	25,04
13.1- Com Educação Infantil	450.000,00	450.000,00	0,00	226.401,12	50,31
13.2- Com Ensino Fundamental	1.552.000,00	1.552.000,00	0,00	274.855,54	17,71
14- OUTRAS DESPESAS	858.000,00	1.060.806,00	1.376,69	369.748,78	34,86
14.1- Com Educação Infantil	95.000,00	95.000,00	0,00	43.584,09	45,88
14.2- Com Ensino Fundamental	763.000,00	965.806,00	1.376,69	326.164,69	33,77
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.860.000,00	3.062.806,00	1.376,69	871.005,44	28,44
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					871.005,44
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					67,60
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					49,87
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-17,47
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					115.384,19
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					115.384,19
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	4.656.981,03	4.656.981,03	81.958,80	970.767,96	20,85
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.041.000,00	1.041.000,00	14.137,61	309.508,50	29,73
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.999.100,00	3.201.906,00	7.628,68	648.491,92	20,25
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.315.000,00	2.517.806,00	1.376,69	601.020,23	23,87
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	684.100,00	684.100,00	6.251,99	47.471,69	6,94
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.040.100,00	4.242.906,00	21.766,29	958.000,42	22,58
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					28.960,98
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					28.960,98
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					929.039,44
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					23,93
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	458.750,00	458.750,00	4.492,80	45.893,36	10,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	458.750,00	458.750,00	4.492,80	45.893,36	10,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.498.850,00	4.701.656,00	26.259,09	1.003.893,78	21,35

MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO – ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		115.384,19	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		741.482,49	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		794.157,12	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		794.157,12	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		62.709,56	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de TREZE TILAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
						% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
Administração	22.979.520,00	23.590.226,00	5.334.241,25	5.334.241,25	3.934.626,38	3.934.626,38	16,68
Administração Geral	3.897.740,00	3.937.640,00	643.806,33	643.806,33	473.781,53	473.781,53	12,03
Segurança Pública	130.000,00	130.000,00	23.961,72	23.961,72	17.724,14	17.724,14	12,03
Defesa da Ordem Jurídica	130.000,00	130.000,00	23.961,72	23.961,72	17.724,14	17.724,14	13,63
Assistência Social	1.229.000,00	1.229.000,00	195.026,62	195.026,62	164.981,28	164.981,28	13,63
Assistência à Criança e ao Adolescente	105.000,00	105.000,00	19.775,50	19.775,50	19.775,50	19.775,50	13,42
Assistência Comunitária	724.000,00	724.000,00	129.678,64	129.678,64	99.633,30	99.633,30	18,83
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	400.000,00	400.000,00	45.572,48	45.572,48	45.572,48	45.572,48	13,76
Saúde	4.360.100,00	4.360.100,00	990.355,81	990.355,81	738.069,28	738.069,28	11,39
Atenção Básica	4.340.300,00	4.340.300,00	987.662,39	987.662,39	735.909,88	735.909,88	16,93
Vigilância Sanitária	19.800,00	19.800,00	2.693,42	2.693,42	2.159,40	2.159,40	16,96
Educação	5.414.150,00	5.616.956,00	1.268.337,37	1.268.337,37	1.073.791,51	1.073.791,51	10,91
Ensino Fundamental	3.653.750,00	3.856.556,00	845.477,83	845.477,83	684.403,22	684.403,22	19,12
Ensino Superior	496.000,00	496.000,00	60.400,94	60.400,94	58.685,49	58.685,49	17,75
Educação Infantil	1.041.000,00	1.041.000,00	322.335,09	322.335,09	295.370,89	295.370,89	1,49
Educação de Jovens e Adultos	155.300,00	155.300,00	31.741,77	31.741,77	31.741,77	31.741,77	7,51
Educação Especial	57.000,00	57.000,00	8.381,74	8.381,74	3.590,14	3.590,14	28,37
Educação Básica	11.100,00	11.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,44
Cultura	511.000,00	511.000,00	40.145,82	40.145,82	36.898,83	36.898,83	6,30
Diffusão Cultural	511.000,00	511.000,00	40.145,82	40.145,82	36.898,83	36.898,83	0,00
Urbanismo	864.800,00	1.032.800,00	417.930,68	417.930,68	120.295,84	120.295,84	0,94
Serviços Urbanos	864.800,00	1.032.800,00	417.930,68	417.930,68	120.295,84	120.295,84	0,94
Habituação	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,06
Habituação Urbana	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,65
Agricultura	664.000,00	864.000,00	536.931,87	536.931,87	259.035,16	259.035,16	0,00
Extensão Rural	664.000,00	864.000,00	536.931,87	536.931,87	259.035,16	259.035,16	0,00
Comércio e Serviços	672.000,00	672.000,00	103.921,22	103.921,22	81.270,42	81.270,42	6,58
Turismo	672.000,00	672.000,00	103.921,22	103.921,22	81.270,42	81.270,42	2,07
Transporte	4.855.730,00	4.855.730,00	1.046.903,14	1.046.903,14	911.890,47	911.890,47	12,09
Transporte Rodoviário	4.855.730,00	4.855.730,00	1.046.903,14	1.046.903,14	911.890,47	911.890,47	2,07
							23,18
							23,18

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.979.520,00	23.590.226,00	5.334.241,25	5.334.241,25	3.934.626,38	3.934.626,38	100,00	16,68
Desporto e Lazer	371.000,00	371.000,00	66.920,67	66.920,67	56.887,92	56.887,92	1,45	15,33
Desporto Comunitário	371.000,00	371.000,00	66.920,67	66.920,67	56.887,92	56.887,92	1,45	15,33
TOTAL (III) = (I + II)	22.979.520,00	23.590.226,00	5.334.241,25	5.334.241,25	3.934.626,38	3.934.626,38	100,00	16,68

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	1.310.000,00	0,00		1.310.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	2.437.146,00	366.886,84	0,00	2.070.259,16
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.437.146,00	366.886,84	0,00	2.070.259,16
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.127.146,00	-366.886,84		-760.259,16

FONTE:

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	23.599.725,00	23.599.725,00	4.142.187,83	17,55	4.142.187,83	17,55
RECEITAS CORRENTES	21.844.725,00	21.844.725,00	4.142.187,83	18,96	4.142.187,83	18,96
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.606.100,00	1.606.100,00	292.979,64	18,24	292.979,64	18,24
IMPOSTOS	1.347.600,00	1.347.600,00	277.737,00	20,61	277.737,00	20,61
TAXAS	181.500,00	181.500,00	15.175,50	8,36	15.175,50	8,36
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	77.000,00	77.000,00	67,14	0,09	67,14	0,09
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	367.180,00	367.180,00	90.116,06	24,54	90.116,06	24,54
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	72.380,00	72.380,00	32.139,71	44,40	32.139,71	44,40
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	294.800,00	294.800,00	57.976,35	19,67	57.976,35	19,67
RECEITA PATRIMONIAL	107.500,00	107.500,00	61.481,17	57,19	61.481,17	57,19
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	107.500,00	107.500,00	61.481,17	57,19	61.481,17	57,19
RECEITA DE SERVIÇOS	70.120,00	70.120,00	370,47	0,53	370,47	0,53
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.590.900,00	19.590.900,00	3.615.927,45	18,46	3.615.927,45	18,46
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.286.727,43	19.286.727,43	3.596.351,70	18,65	3.596.351,70	18,65
Transf. de Conv.	304.172,57	304.172,57	19.575,75	6,44	19.575,75	6,44
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	102.925,00	102.925,00	81.313,04	79,00	81.313,04	79,00
Multas e Juros de Mora	95.500,00	95.500,00	44.349,20	46,44	44.349,20	46,44
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	8.963,60	0,00	8.963,60	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	3.025,00	3.025,00	13.167,73	435,30	13.167,73	435,30
RECEITAS DIVERSAS	4.400,00	4.400,00	14.832,51	337,10	14.832,51	337,10
RECEITAS DE CAPITAL	1.755.000,00	1.755.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.310.000,00	1.310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.310.000,00	1.310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	434.000,00	434.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	434.000,00	434.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	23.599.725,00	23.599.725,00	4.142.187,83	17,55	4.142.187,83	17,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de TREZE TIJAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	23.599.725,00	23.599.725,00	4.142.187,83	17,55	4.142.187,83	17,55
DEFIÇIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	23.599.725,00	23.599.725,00	4.142.187,83	17,55	4.142.187,83	17,55
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	570.806,00	—	—	363.490,50	—
Superávit Financeiro	—	570.806,00	—	—	363.490,50	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	22.979.520,00	610.706,00	23.590.226,00	5.334.241,25	5.334.241,25	3.934.626,38	3.934.626,38	16,68
DESPESAS CORRENTES	20.863.080,00	280.000,00	21.143.080,00	4.779.010,91	4.779.010,91	3.567.739,54	3.567.739,54	16,87
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.521.930,00	0,00	9.521.930,00	1.991.895,90	1.991.895,90	1.989.955,43	1.989.955,43	20,90
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.200,00	0,00	10.200,00	51,20	51,20	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.330.950,00	280.000,00	11.610.950,00	2.787.063,81	2.787.063,81	1.577.784,11	1.577.784,11	13,59
DESPESAS DE CAPITAL	2.106.440,00	330.706,00	2.437.146,00	555.230,34	555.230,34	366.886,84	366.886,84	15,05
INVESTIMENTOS	2.094.440,00	330.706,00	2.425.146,00	554.660,30	554.660,30	366.576,28	366.576,28	15,12
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	12.000,00	0,00	12.000,00	570,04	570,04	310,56	310,56	2,59
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	22.979.520,00	610.706,00	23.590.226,00	5.334.241,25	5.334.241,25	3.934.626,38	3.934.626,38	16,68
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de TREZE TIJAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	22.979.520,00	610.706,00	23.590.226,00	5.334.241,25	5.334.241,25	3.934.626,38	3.934.626,38	19.655.599,62
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	207.561,45	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	22.979.520,00	610.706,00	23.590.226,00	5.334.241,25	5.334.241,25	3.934.626,38	4.142.187,83	19.655.599,62

FONTE:

Município de TREZE TIÍAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

TREZE TIÍAS, 18/03/2015

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	9.429,96
DEDUÇÕES (II)	5.083.090,44	5.083.090,44	5.052.495,74
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.130.333,66	5.130.333,66	5.491.850,86
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	47.243,22	47.243,22	439.355,12
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-5.083.090,44	-5.083.090,44	-5.043.065,78
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-5.083.090,44	-5.083.090,44	-5.043.065,78

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	40.024,66	40.024,66

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	1.300.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	21.737.225,00	4.080.706,66	4.080.706,66	3.691.265,92
Receita Tributária	1.606.100,00	292.979,64	292.979,64	191.510,29
I.P.T.U.	740.000,00	36.884,86	36.884,86	814,64
I.S.S.	312.400,00	86.929,29	86.929,29	90.357,36
I.T.B.I.	157.300,00	72.262,70	72.262,70	49.659,64
I.R.R.F.	137.900,00	66.691,30	66.691,30	40.551,56
Outras Receitas Tributárias	258.500,00	30.211,49	30.211,49	10.127,09
Receita de Contribuição	367.180,00	90.116,06	90.116,06	77.776,03
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	367.180,00	90.116,06	90.116,06	77.776,03
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	107.500,00	61.481,17	61.481,17	27.513,17
(-) Aplicações Financeiras	107.500,00	61.481,17	61.481,17	27.513,17
Transferências Correntes	19.590.900,00	3.615.927,45	3.615.927,45	3.331.666,62
F.P.M.	5.319.373,43	968.913,09	968.913,09	984.019,48
I.C.M.S.	7.690.103,00	1.525.189,15	1.525.189,15	1.273.976,83
Convênios	304.172,57	19.575,75	19.575,75	24.262,13
Outras Transferências Correntes	6.277.251,00	1.102.249,46	1.102.249,46	1.049.408,18
Demais Receitas Correntes	173.045,00	81.683,51	81.683,51	90.312,98
Dívida Ativa	3.025,00	13.167,73	13.167,73	11.844,65
Diversas Receitas Correntes	170.020,00	68.515,78	68.515,78	78.468,33
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.755.000,00	0,00	0,00	260.000,00
Operações de Crédito (III)	1.310.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	11.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Transferências de Capital	434.000,00	0,00	0,00	210.000,00
Convênios	434.000,00	0,00	0,00	210.000,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	434.000,00	0,00	0,00	210.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	22.171.225,00	4.080.706,66	4.080.706,66	3.901.265,92
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	21.143.080,00	3.567.739,54	3.567.739,54	2.611.085,95
Pessoal e Encargos Sociais	9.521.930,00	1.989.955,43	1.989.955,43	1.393.584,88
Juros e Encargos da Dívida (IX)	10.200,00	0,00	0,00	117,34
Outras Despesas Correntes	11.610.950,00	1.577.784,11	1.577.784,11	1.217.383,73
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	21.132.880,00	3.567.739,54	3.567.739,54	2.610.968,61
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.437.146,00	366.886,84	366.886,84	445.893,68
Investimentos	2.425.146,00	366.576,28	366.576,28	445.394,69
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	12.000,00	310,56	310,56	498,99
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.425.146,00	366.576,28	366.576,28	445.394,69

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	23.568.026,00	3.934.315,82	3.934.315,82	3.056.363,30
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.396.801,00	146.390,84	146.390,84	844.902,62
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-1.396.300,00

FONTE:

TREZE TILIAS, 18/03/2015

Município de TREZE TIULAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

REO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	R\$ 1,00	
		Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agô/2014	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015			TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)																
RECEITA TRIBUTÁRIA																
IPTU		113.346,53	98.844,57	204.363,78	147.811,42	206.964,45	588.571,63	190.331,21	240.189,16	204.648,03	258.022,09	138.762,51	154.217,13	2.556.272,51	1.606.100,00	
IRRJF		22.376,75	25.432,53	43.463,39	34.598,44	25.707,35	33.791,70	29.990,14	30.306,09	51.003,37	42.128,66	32.315,91	34.074,37	405.688,58	20.685,00	
L.S.S.		41.408,74	40.323,48	46.100,09	46.046,59	74.964,08	52.596,81	53.519,46	55.902,79	51.087,27	50.476,19	46.051,96	40.877,33	599.257,79	312.400,00	
L.T.B.L.		39.276,65	11.570,84	25.429,92	34.628,02	10.750,26	21.734,22	9.237,66	34.480,80	38.427,10	40.479,14	19.413,90	52.846,80	338.277,31	157.300,00	
Outras Receitas Tributárias		9.810,32	21.517,72	89.370,38	32.535,37	36.650,08	60.324,18	33.698,90	22.154,27	22.333,54	84.824,95	17.885,95	12.526,68	442.682,34	375.715,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		39.177,97	41.082,68	40.865,12	42.641,00	45.015,95	42.972,02	43.776,02	47.891,96	16.998,95	73.962,23	44.942,91	45.273,15	524.549,96	367.180,00	
RECEITA PATRIMONIAL		4.990,45	27.492,92	16.192,76	27.291,88	7.194,36	40.694,65	20.299,84	15.624,93	25.462,79	32.747,21	16.254,70	45.226,47	278.422,96	107.500,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS		9.854,34	13.311,31	11.299,76	7.674,94	4.943,20	5.123,66	9.409,92	8.325,17	10.436,24	10.063,53	370,47	0,00	9.812,54	70.120,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.753.427,39	1.884.973,85	1.966.265,37	1.812.961,07	1.719.634,28	1.830.429,88	1.791.518,21	1.859.944,89	2.027.679,18	2.233.563,27	2.231.774,54	2.036.229,95	23.147.100,88	22.685.364,68	
Cota-Parte do FPM		376.793,29	430.046,10	573.093,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84	491.732,86	790.906,07	599.335,67	611.805,61	5.885.628,35	6.892.448,11	
Cota-Parte do ICMS		787.929,98	767.989,11	790.655,10	791.993,65	733.987,71	772.132,00	827.914,27	853.880,73	941.729,90	907.094,27	1.007.284,57	889.201,66	10.073.462,95	9.494.103,00	
Cota-Parte do IPVA		86.562,22	101.573,89	125.605,03	103.654,53	120.748,31	104.343,90	104.132,80	99.766,56	75.932,07	36.799,75	48.780,32	92.964,65	1.104.755,03	866.000,00	
Cota-Parte do ITR		0,00	6,05	6,03	6,03	0,00	14,53	1.659,92	3.116,19	61,68	6,05	19,60	0,00	4.896,08	1.329,00	
Outras Transferências Correntes		200.727,02	280.541,87	154.095,23	172.232,09	200.575,34	192.519,40	146.198,61	197.775,74	169.739,95	149.132,43	202.227,88	92.235,77	2.157.983,33	2.574.685,57	
Transferências da LC 61/1989		8.637,55	9.399,61	10.223,64	9.737,67	10.033,61	10.311,51	9.703,86	10.391,81	11.932,90	11.774,30	16.941,23	10.019,71	128.977,60	157.300,00	
Transferências da LC 87/1996		0,00	3.448,88	3.448,88	3.448,88	3.448,88	3.448,88	3.448,88	3.448,88	6.897,76	0,00	0,00	0,00	34.488,80	48.500,00	
Transferências do FUNDEB		289.777,33	291.989,14	319.240,96	302.108,23	279.742,80	299.239,61	305.379,13	319.061,14	333.101,94	330.652,64	356.285,27	330.011,55	3.756.888,74	2.890.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		58.277,95	59.485,15	54.411,81	58.471,74	78.357,51	53.486,35	41.627,03	121.170,42	41.102,57	44.950,93	44.065,57	37.246,47	692.674,50	102.925,00	
DEDUÇÕES (II)																
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		250.856,92	260.612,62	286.540,67	265.776,41	245.362,30	265.672,86	265.047,32	266.283,00	302.590,91	297.920,46	331.283,81	320.792,23	3.370.229,71	3.392.464,68	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.728.217,71	1.864.587,86	1.996.857,93	1.831.045,64	1.816.247,45	2.285.605,33	1.839.874,71	2.025.663,53	2.023.926,85	2.355.388,80	2.144.787,89	1.997.399,94	23.919.603,64	21.546.725,00	
FONTE:																

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	11.000,00	0,00	11.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	11.000,00	0,00	11.000,00
TOTAL	11.000,00	0,00	11.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				
PODER/ÓRGÃO											
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA											
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA											
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES											
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO											
SECRETARIA DE SAÚDE											
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS											
SECRETARIA DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO											
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E C											
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II):											
FOINTE:											

FONTE:

Município de TREZE TILIAS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial	—		23.599.725,00	
Previsão Atualizada	—		23.599.725,00	
Receitas Realizadas	4.142.187,83		4.142.187,83	
Déficit Orçamentário	—		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	—		363.490,50	
DESPESAS				
Dotação Inicial	—		22.979.520,00	
Créditos Adicionais	—		610.706,00	
Dotação Atualizada	—		23.590.226,00	
Despesas Empenhadas	5.334.241,25		5.334.241,25	
Despesas Liquidadas	3.934.626,38		3.934.626,38	
Superavit Orçamentário	—		207.561,45	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		5.334.241,25	5.334.241,25	
Despesas Liquidadas		3.934.626,38	3.934.626,38	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			23.919.603,64	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00		0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)	0,00		0,00	
Liquidadas	0,00		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		1.300.000,00	40.024,66	3,08
Resultado Primário		-1.396.300,00	146.390,84	-10,48
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	992.742,52	0,00	164.273,95	828.468,57
EXECUTIVO	992.742,52	0,00	164.273,95	828.468,57
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	47.243,22	0,00	46.824,59	418,63
EXECUTIVO	47.243,22	0,00	46.824,59	418,63
TOTAL:	1.039.985,74	0,00	211.098,54	828.887,20
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		902.013,35	25%	25,37
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		501.256,66	60%	73,04
Liquidadas		501.256,66		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.310.000,00	
Despesa de Capital Líquida		366.886,84	2.070.259,16	

Continua 1/2

Município de TREZE TILIAS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	11.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	563.868,61		15,00	16,15
Liquidadas	563.868,61			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso III da Lei 4.320/64.

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 06/2015. FUNDO

CONTRATO Nº 06/2015.

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob n.º 12.273.240/0001-49, neste ato representado pelo Secretario da Saúde do Fundo Municipal de Saúde, Exmo. Sr. Bruno José Heberle, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha São Pedro interior deste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 626.965.569-20, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa ASSCON-PP Assessoria e Consultoria Pública e Privada-Eireli-EPP, estabelecida na Rua DR. Maruri, 1204 sala 03, centro, no Município de Concordia/SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 17.688.208/0001-48 neste ato representado pelo Sr. Cristiano Trombetta, brasileiro, portador do CPF nº 027.450.299-24 e doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato Contratação de Empresa Especializada Para Elaboração do Plano De Saúde, Plano Anual Saúde, Relatório de Gestão-Rag-Sargsus, Relatório Quadrimestral e Prestação de Serviço de Consultoria, para o Fundo Municipal da Saúde desta Municipalidade de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente contrato tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada Para Elaboração do Plano De Saúde, Plano Anual Saúde, Relatório de Gestão-Rag-Sargsus, Relatório Quadrimestral e Prestação de Serviço de Consultoria, para o Fundo Municipal da Saúde desta Municipalidade, conforme segue abaixo:

Descrição do item	unid	Valor Unit R\$	Valor total R\$
Plano Anual de Saúde - (PAS) Consultoria para construção do plano anual de saúde 2016. Oficinas com toda equipe da Secretaria Municipal de Saúde para elencar ações para ano de 2016. Apresentação ao Conselho Municipal de Saúde. Impressão de três vias. Quantidade: 01	01	2.500,00	2.500,00
Relatório Anual de Gestão (RAG-SARGSUS) Estruturação e confecção do Relatório Anual de Gestão (RAG-SARGSUS) 2015, analisando e descrevendo resultados de morbi-mortalidade, análise e descrição das ações desenvolvidas durante o período de 2014, análise e descrição dos gastos em saúde. A empresa se responsabiliza em efetuar o preenchimento online do Relatório Anual de Gestão e a apresentação dos dados ao Conselho Municipal de Saúde para sua aprovação. Quantidade: 01	01	2.500,00	2.500,00
Relatório Quadrimestral Construção de relatório quadrimestral, exercício 2015, analisando todas as ações realizadas no período quadrimestral, respeitando datas de entrega solicitadas pelo Ministério da Saúde. O Relatório quadrimestral deverá respeitar modelo proposto pelo Ministério da Saúde conforme Resolução do CNS n 459, DE 10 DE OUTUBRO DE 2012. Quantidade: 03	03	2.389,00	7.167,00

Prestação de serviço de consultoria técnica de forma presencial, quinzenalmente e via telefone, internet sempre que necessário. Dentro da consultoria engloba-se auxílio na confecção de projetos para captação de recursos, (Programas, Centro de Saúde, Capacitação), alimentação do sistema sismob, revisão periódica da Programação Pactuada e Integrada PPI e FPO, auxílio ao gestor na análise do SIOPS, COAPContrato Organizativo de Ação Pública em Saúde. Elaboração de projetos para captação de recurso na esfera federal. Implementação, adequação e acompanhamentos dos seguintes programas: PPI –Programa Pactuada e Integrada. PMAQ- Programa Nacional de melhoria do acesso e da Qualidade da Atenção Básica, NASF- Núcleo de Apoio a Saúde da Família. Capacitação/treinamento dos servidores envolvidos com os programas relatados. Consultoria técnica para coordenação das ESFs pelo período de março até dezembro de 2015.	10	1.000,00	10.000,00
VALOR TOTAL			22.167,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 atualizada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - O preço ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 22.167,00(Vinte dois mil cento e setenta e sete reais). O pagamento devido ao vencedor será efetuado EM PARCELAS MENSIS de acordo com a execução do objeto e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE - Não haverá reajuste.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS - 02/03/2015 até 31/12/2015

CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (29,30) do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, do de ano de 2015.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO - O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento do pessoal para prestação dos serviços.

A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da assinatura do contrato, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE

TUNÁPOLIS, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação dos serviços ou pela prestação dos serviços que não atenda as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos

de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será efetuada pelo responsável da Secretaria de Saúde.

A fiscalização exercerá controle rigoroso quanto à qualidade dos serviços prestados.

As reclamações entre a contratada e a fiscalização serão feitas mediante ofício protocolado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

§ 1º - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 2º - A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula nona deste contrato.

§ 3º - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21/6/93, suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 10/2013, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis,(SC), 02 de março de 2015.

Bruno José Heberle

GESTOR DO FUNDO

Contratante

ASSCON-PP Ass e Cons Púb e Privada-Eireli-EPP

Contratado

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 07/2015 FUNDO

CONTRATO Nº 07/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa NEUSA ECKHARDT KAISER ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 17.858.048/0001-38, estabelecida na Avenida Gustavo Fetter, 841, Centro no Município de Iporã do Oeste/SC, neste ato representando pelo Sr. Franciel Kaiser, Procurador, inscrito no CPF sob o n. 054.249.839-10, denominada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo Licitatório nº 07/2015 e Convite para compras e serviços nº 01/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 O presente contrato tem por objeto à contratação de empresa para prestação de serviços Técnicos em Informática a serem prestados pelo contratado em todas as secretarias desta Municipalidade, durante o exercício de 2015 compreendendo os seguintes itens, a saber:

Item	Qtd.	Uni	Objeto	Valor Unitário Proposto R\$	Total R\$
2	10	Mês	Contratação de empresa para prestação de serviços Técnicos em Informática a serem prestados pelo contratado na secretaria Municipal da Saúde, durante o exercício de 2015 compreendendo os seguintes itens, a saber: -Manutenção completa de computadores na parte software (programas, limpeza, formatação, reparos na infraestrutura). -Atualizações e Backup -Assistência e manutenção das Redes de Internet, site; -Assistência e manutenção das impressoras -Ampliação da rede; Manutenção e Reparos eletrônicos em equipamentos e outras atividades correlatas; Controle de banda, software (programas) específico Setor (programa, G-Mus)	499,00	4.990,00
TOTAL					4.990,00

1.2 O Edital do Processo Licitatório nº. 07/2015, a proposta do CONTRATADO, e todos os demais documentos contidos nos autos do CONVITE nº. 01/2015 integram o presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO/ FORMA DE PAGAMENTO.

2.1 O contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 499,00(Quatrocentos noventa e nove reais) mensais, pagos até o dia 05 do mês subsequente do serviço prestado, mediante a apresentação da nota fiscal e, se necessário, de relatórios dos serviços prestados que poderão ser efetuado através de sistemas eletrônicos on-line, considerando que no mês de março de 2015 o pagamento será proporcional aos dias de serviços prestados neste mês, ou seja, o equivalente ao valor de R\$ 282,77(duzentos e oitenta e dois reais).

2.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores com a vigência do presente instrumento, em caso de prorrogação da vigência do contrato decorrente da presente licitação, o preço cotado será reajustado com base no IGPM ou outro índice que o substituir.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

3.1 Efetuar o pagamento ajustado.

3.2 Dar da CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, acompanhando-a, por seu representante legal ou preposto habilitado, às audiências designadas.

3.3 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, eventuais falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

3.4 Fornecer informações e documentos necessários para a perfeita entrega dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

4.1 A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as solicitações de consultoria feitas pela CONTRATANTE, contidas no objeto contratado, de maneira a atender as necessidades dos serviços públicos do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

4.2 A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

4.3 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

4.4 A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

4.5 A CONTRATADA assume responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros.

4.6 A CONTRATADA é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas dela decorrentes na execução do presente termo, tais como: sociais, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, bem como eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessárias.

clausula QUINTA - Regime de Execução.

5.1 A Contratada obriga-se a cumprir 8 (oito) horas semanais e mais chamadas de emergência segundo a demanda para a prestação de serviços mencionados na cláusula 1ª. Os serviços deverão ser executados em todas as secretarias desta municipalidade e se necessário na sede da Contratada, de forma a melhor atender as necessidades do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

5.2 Para a realização do objeto mencionado na cláusula 1ª, a CONTRATADA deverá executar as atividades solicitadas pela CONTRATANTE, sendo que todos os equipamentos e materiais necessários para a prestação dos referidos serviços são de inteira responsabilidade da CONTRATADA. Caso haja despesas de locomoção, estadia e outras estas são de responsabilidade do CONTRATADO. O contrato a ser firmado para a prestação dos serviços, terá vigência até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS.

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (9) do Fundo Municipal da Saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO.

O Presente contrato tem sua vigência até dia 31.12.2015, iniciando-se no dia 16 de março de 2015, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar, caso a execução dos serviços não venham atender ao objeto deste documento, oportunidade em que será efetuado o pagamento ao CONTRATADO pelos serviços até então executados.

CLAUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL.

O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III - declaração de inidoneidade;

IV - multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - F ORO COMPETENTE.

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis - SC, 16 de março de 2015.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

GESTOR DO FUNDO

NEUSA ECKHARDT KAISER ME

Contratado

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259-60

Turvo

PREFEITURA

CONVENIO PMT 02/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIO No 002/2015
CONVENIADA: Associação de Paes e Amigos dos Excepcionais.
OBJETO: Repasse de recurso financeiro de forma descentralizada dos Programas de atendimento a pessoas portadoras de deficiência.
VALOR: R\$ 12.405,60
VIGÊNCIA: De Janeiro a Dezembro de 2015.

CONVENIO PMT 03/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIO No 003/2015
CONVENIADA: Associação de Paes e Amigos dos Excepcionais.
OBJETO: Os recursos serão aplicados exclusivamente na contratação de pessoal e respectivos encargos sociais.
VALOR: R\$ 45.000,00
VIGÊNCIA: De Março a Dezembro de 2015.

CONVENIO PMT 04/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIO No 004/2015
CONVENIADA: Associação Irma Carmen.
OBJETO: Atendimento de crianças e adolescentes acolhidos na Associação.
VALOR: R\$ 2.800,00 - para cada criança e adolescentes abrigados daquelas encaminhadas pelo Município de Turvo.
VIGÊNCIA: De Janeiro a Março de 2015.

LEILAO PMT 29/2015

Aviso de Licitação - Processo de Licitação nº 29/2015
A Prefeitura Municipal de Turvo - SC, através de sua Leiloeira torna a público que fará realizar processo licitatório Modalidade de Leilão Público a quem se fizer interessado.
Objeto: Alienação de Lixo Recicláveis Inservível a Administração Pública
Abertura da Sessão para entrega de documentos e em seguida abertura para lances: a partir das 09:00 horas do dia 07/04/2015.
Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo - SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100.

Turvo/SC, 18 de Março de 2015.
Bernardete Biz Souza
Leiloeira

PORTARIA 083/2015

PORTARIA Nº 083/15, de 09 de Março de 2015.
ADMITE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Sabrina Elias Silvestri Arcaro por ter pedido demissão.
SERVIDOR (A)CPFLOCAL TRABALHO
Auricélia de Barros Santos969.733.583-49Creche Maria M. Sartor

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 09 de Março de 2015 e encerrará em 18 de Dezembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 09 de março de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 084/2015

PORTARIA Nº 084/15, de 09 de Março de 2015.
NOMEIA AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei nº 2.140/12 de 27 de Novembro de 2012,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Inclusiva, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.
NOME CPF Verônica Rodrigues da Silva037.594.779-50

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 09 de Março de 2015 e encerrará em 09 de Dezembro de 2015.

Turvo (SC), 09 de março de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel - Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 085/2015

PORTARIA Nº 085/15, de 09 de Março de 2015.

DEMITE A PEDIDO AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Inclusiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 001/14 - SME, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

NOME CPFMATRICULA

Noeli Nola Marcon 863.075.179-723313

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 09 de março de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 086/2015

PORTARIA Nº 086/15, de 09 de Março de 2015.

ALTERA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora ELIZABETE ARIGONI DA SILVA, CPF nº 022.623.339-12, matrícula nº 3388, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Noeli Nola Marcon por ter pedido demissão.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 09 de março de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 087/2015

PORTARIA Nº 087/15, de 09 de Março de 2015.

NOMEIA AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei nº 2.140/12 de 27 de Novembro de 2012,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Inclusiva, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPFLOCAL DE TRABALHO

Mariazinha Magagnin018.657.319-78Pré-Escolar Morro Chato

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 09 de Março de 2015 e encerrará em 09 de Dezembro de 2015.

Turvo (SC), 09 de março de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PREGAO PRESENCIAL PMT 28/2015

Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 28/2015 - Pregão Presencial nº 28/2015

Objeto: Aquisição de Areia para Aterro.

Entrega dos envelopes: até as 07h45min do dia 06/04/2015

Abertura da Sessão: á partir das 08:00 horas do dia 06/04/2015

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186.

Turvo - SC - 18 de Março de 2015

Ester Z. Barp

Pregoeira

Urussanga

PREFEITURA

AVISO VENCEDOR PR 05/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE VENCEDOR PREGÃO Nº 04/2015/FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO MENSAL SISTEMA INFORMATIZAÇÃO GESTÃO SAÚDE

Empresas participantes:
CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA
CNPJ 02.792.912/0001-79
CELK SISTEMAS LTDA EPP
CNPJ 03.434.978/0001-50
BRANET GESTÃO DE LOGISTICA EM SAÚDE LTDA ME
CNPJ: 02.630.826/0001-60

Empresa vencedora:
CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA
CNPJ 02.792.912/0001-79
Valor global: R\$ 20.000,05

Urussanga, 17 de março de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL

ATO Nº 06, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

A Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereadora Daniela Piacentini Visintim, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o inciso II, do art. 15, da Lei Orgânica Municipal; inciso XXIII, do art. 38, do Regimento Interno; art. 11, da Resolução nº 11, de 31 de maio de 2006; inciso IV, do art. 2º, da Lei Municipal nº 2.682, de 12 de setembro de 2014; e conforme o teor do Contrato nº 04, de 13 de março de 2015; promulga o seguinte:

ATO Nº 06, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

CONTRATA MOTORISTA, POR TEMPO DETERMINADO, PARA PRESTAR SERVIÇOS À CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA.

Art. 1º. Contrata, por tempo determinado, com fundamento no art. 2º, da Lei Municipal nº 2.682, de 12 de setembro de 2014, e conforme o teor do Contrato nº 04, de 13 de março de 2015, VALTER LUIZ NESI, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.321.070-0 e da CNH nº 02457838891, cadastrado no CPF sob o nº 433.024.169-20, residente e domiciliado na Rua Santana, nº 111, CEP: 88.840-000, Bairro da Figueira, no Município de Urussanga -SC, para prestar serviços de Motorista à Câmara Municipal de Urussanga, a partir de 13 de março de 2015.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga / SC, 13 de março de 2015.
Vereadora Daniela Piacentini Visintim
Presidente

Vereadora Izoete D. Vieira Gastaldon
1ª Secretária

Vereador João Batista Bom
2º Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Vereadora Izoete D. Vieira Gastaldon
1ª Secretária

EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO Nº 01/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Servidor por Tempo Determinado: 01/2015

Data da Assinatura: 13/03/2015

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratado: Valter Luiz Nesi

CPF do Contratado: 433.024.169-20

Objeto: Prestação de serviços de Motorista à Câmara Municipal de Urussanga, por tempo determinado, com fundamento no inciso IV, do art. 2º, da Lei Municipal nº 2.682, de 12 de setembro de 2014
Valor: R\$5.594,10 (cinco mil, quinhentos e noventa e quatro reais e dez centavos)

Término do Contrato: 15/08/2015

Dotação Orçamentária: Despesa 2.001 / Elemento 3.1.90.04.99.00.00.00.00

Vargeão

PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

AVISO DE CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

O Município de Vargeão - SC, através do Prefeito Municipal Sr. Amarildo Paglia, CONVOCA a empresa DEOCLIDES FROZZA E CIA LTDA - ME, segunda classificada no Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 15/2015, para que, no dia 20/03/2015, às 11 horas, compareça no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Vargeão -SC para querendo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado e mediante comprovação de habilitação, assinar contrato cujo objeto é: Aquisição de alimentação pronta (marmitex de isopor tipo nº 09 com tampa) destinada aos servidores da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos que estiverem a serviço no interior do município, na quantidade estimada de 1.800 unidades de marmitex solicitadas conforme a necessidade, ao longo do Exercício 2015.

Vargeão, SC, 18 de março de 2015.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 01/2015

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE
CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 01/2015

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2015

Credenciamento para Serviços de Exames Laboratoriais
O Prefeito Municipal de Vargeão, SC, Sr. Amarildo Paglia, torna público aos interessados que no dia 20/03/2015, às 10h estará procedendo à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação e proposta de adesão do Laboratório de Análises Clínicas Cruz e Bahu Ltda - ME ao Credenciamento Público nº 01/2015. Outras informações sobre o presente credenciamento serão prestadas pelo fone fax(49) 3434-0148 ou através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br.

Vargeão, SC, 18 de março de 2015.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 21/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 31 de março de 2015 às 8h45min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, para aquisição parcelada de materiais didáticos e de expediente, brinquedos e produtos para artesanato destinados ao SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ao Idoso, a Criança e ao Adolescente do Município de Vargeão, SC, conforme especificações constantes do Edital de Pregão nº 21/2015. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 18 de março de 2015.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 070/2015

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Termo de Rescisão do Contrato nº 070/2015, celebrado entre o Município de Vargeão, SC e a empresa CIDIONEI DOS SANTOS - ME, com fundamento nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e na Cláusula Décima Terceira do Contrato.

Objeto: Aquisição de alimentação pronta (marmitex de isopor tipo nº 09 com tampa) destinada aos servidores da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos que estiverem a serviço no interior do município, na quantidade estimada de 1.800 unidades de marmitex solicitadas conforme a necessidade, ao longo do Exercício 2015.

Vargeão, SC, 13 de março de 2015.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

ANEXOS REF. AO 1º BIMESTRE 2015 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.457.146,74	2.457.146,74	3.655.099,71
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.457.146,74	2.457.146,74	3.858.371,70
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	0,00	0,00	203.271,99
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.457.146,74	-2.457.146,74	-3.655.099,71
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.457.146,74	-2.457.146,74	-3.655.099,71

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	-1.197.952,97	-1.197.952,97

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-25.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

VARGEM BONITA, 17/03/2015

MELANIA AP. ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

ANEXOS REF. AO 1º BIMESTRE 2015 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	973.800,00	973.800,00	336.392,94	336.392,94	34,54
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	49.800,00	49.800,00	1.058,13	1.058,13	2,12
1.1.1- IPTU	42.000,00	42.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	4.800,00	4.800,00	936,90	936,90	19,52
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.400,00	2.400,00	121,23	121,23	5,05
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	24.000,00	24.000,00	4.456,00	4.456,00	18,57
1.2.1- ITBI	24.000,00	24.000,00	4.456,00	4.456,00	18,57
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	588.000,00	588.000,00	262.745,06	262.745,06	44,68
1.3.1- ISS	585.000,00	585.000,00	261.397,96	261.397,96	44,68
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	600,00	600,00	1.309,68	1.309,68	218,28
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.200,00	1.200,00	34,18	34,18	2,85
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.200,00	1.200,00	3,24	3,24	0,27
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	312.000,00	312.000,00	68.133,75	68.133,75	21,84
1.4.1- IRRF	312.000,00	312.000,00	68.133,75	68.133,75	21,84
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	19.377.000,00	19.377.000,00	3.272.844,84	3.272.844,84	16,89
2.1- Cota-Parte FPM	6.400.000,00	6.400.000,00	1.211.141,28	1.211.141,28	18,92
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.400.000,00	6.400.000,00	1.211.141,28	1.211.141,28	18,92
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	12.300.000,00	12.300.000,00	1.981.509,81	1.981.509,81	16,11
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº67/1996	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPVA-Exportação	190.000,00	190.000,00	35.198,43	35.198,43	18,53
2.5- Cota-Parte ITR	22.000,00	22.000,00	42,67	42,67	0,19
2.6- Cota-Parte IPVA	420.000,00	420.000,00	44.952,65	44.952,65	10,70
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	20.350.800,00	20.350.800,00	3.609.237,78	3.609.237,78	17,74
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	224.200,00	224.200,00	60.575,21	60.575,21	27,02
5.1- Transferências do Salário-Educação	180.000,00	180.000,00	60.485,21	60.485,21	33,60
5.2- Transferências Diretas - PDDE	600,00	600,00	90,00	90,00	15,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - FNATE	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	30.840,00	30.840,00	101,64	101,64	0,33
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	405.040,00	405.040,00	60.676,85	60.676,85	14,98
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.875.400,00	3.875.400,00	654.568,58	654.568,58	16,89
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.280.000,00	1.280.000,00	242.228,19	242.228,19	18,92
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.460.000,00	2.460.000,00	396.301,80	396.301,80	16,11
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPVA-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	38.000,00	38.000,00	7.039,69	7.039,69	18,53
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	4.400,00	4.400,00	8,53	8,53	0,19
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	84.000,00	84.000,00	8.990,37	8.990,37	10,70
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.650.000,00	1.650.000,00	303.237,02	303.237,02	18,38
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.650.000,00	1.650.000,00	303.237,02	303.237,02	18,38
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-2.225.400,00	-2.225.400,00	-351.331,56	-351.331,56	15,79
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					



MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.211.200,00	1.211.200,00	221.341,33	221.341,33	18,27
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.211.200,00	1.211.200,00	221.341,33	221.341,33	18,27
14- OUTRAS DESPESAS	440.000,00	459.126,88	11.247,60	11.247,60	2,45
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	440.000,00	459.126,88	11.247,60	11.247,60	2,45
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.651.200,00	1.670.326,88	232.588,93	232.588,93	13,92
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					232.588,93
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					72,99
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					3,71
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					23,30
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	5.087.700,00	5.087.700,00	902.309,45	902.309,45	17,74
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	870.000,00	870.000,00	142.982,45	142.982,45	16,43
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.741.320,00	2.760.446,88	387.529,85	387.529,85	14,04
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.651.200,00	1.670.326,88	232.588,93	232.588,93	13,92
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.090.120,00	1.090.120,00	154.940,92	154.940,92	14,21
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.611.320,00	3.630.446,88	530.512,30	530.512,30	14,61
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-351.331,56
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-351.331,56
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					881.843,86
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					24,43
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	182.400,00	182.400,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	220.120,00	231.547,85	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	402.520,00	413.947,85	0,00	0,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.013.840,00	4.044.394,73	530.512,30	530.512,30	13,12



MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	303.237,02	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	303.237,02	0,00

VARGEM BONITA, 17/03/2015

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

ANEXOS REF. AO 1º BIMESTRE 2015 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Município de VARGEM BONITA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

VARGEM BONITA, 17/03/2015

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
 Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
 Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
 CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

ANEXOS REF. AO 1º BIMESTRE 2015 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.



Município de VARGEM BONITA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (II)	1.744.593,78	1.822.930,87	1.939.906,63	1.787.830,32	1.659.623,25	1.806.772,02	1.706.667,91	1.876.311,55	2.069.966,35	2.368.779,88	2.076.861,85	2.417.491,92	23.194.526,33
RECEITA TRIBUTÁRIA	106.226,18	102.405,66	85.451,22	116.873,15	83.740,18	67.816,23	77.693,95	79.674,47	76.813,96	103.295,33	46.440,31	300.271,50	1.246.894,43
IRPJ	3.535,29	17.638,25	13.882,16	2.844,80	1.938,23	340,63	669,59	1.919,85	203,33	430,94	0,00	0,00	43.005,47
IRPJ-F	25.670,91	21.580,28	23.897,71	30.899,98	30.824,10	26.159,64	27.809,21	26.845,46	28.939,98	52.915,70	0,00	68.133,75	368.476,32
ISS	53.469,06	59.853,79	38.790,54	80.098,95	52.151,53	37.493,73	45.476,08	43.595,35	44.618,61	45.630,74	38.946,93	222.451,03	769.917,34
ITBI	5.765,00	2.600,00	2.200,00	1.860,00	240,00	1.440,00	2.577,07	6.091,80	1.372,73	3.066,40	3.670,00	786,00	31.609,00
Outras Receitas Tributárias	17.855,92	733,33	1.980,81	1.170,02	595,32	2.390,23	1.135,00	1.381,01	1.677,71	1.251,55	3.823,58	8.900,82	42.876,30
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.710,18	10.069,35	9.472,66	9.321,71	13.107,92	9.663,89	9.474,66	11.617,83	12.136,68	11.520,26	12.680,91	11.822,69	130.795,74
RECEITA PATRIMONIAL	8.180,52	10.815,43	7.716,84	15.594,67	7.322,68	6.619,23	8.339,97	5.337,98	10.792,18	8.471,86	4.474,46	6.964,33	100.622,16
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	7.016,97	9.842,59	13.854,93	10.860,66	8.550,46	7.372,13	12.520,11	12.010,71	9.975,38	21.652,35	5.375,74	3.941,43	122.973,46
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.594.592,73	1.787.218,76	1.821.430,47	1.630.441,35	1.572.748,01	1.713.236,49	1.687.331,64	1.766.283,53	1.946.605,35	2.221.066,58	2.006.942,84	1.789.773,85	21.537.682,60
Cota-Parte do FPM	376.793,29	430.046,10	573.088,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.333,84	491.732,86	793.936,07	599.339,67	611.895,61	5.886.628,35
Cota-Parte do ICMS	935.759,29	912.090,69	927.133,27	940.599,31	874.084,74	917.010,92	883.299,90	1.013.742,31	1.118.431,33	1.077.296,86	1.048.293,96	933.215,95	11.680.918,43
Cota-Parte do IPVA	46.200,47	45.477,30	43.723,89	36.536,96	40.203,28	42.278,76	33.401,16	39.344,81	23.466,80	10.461,04	14.974,13	30.076,52	408.070,12
Cota-Parte do ITR	11,61	7,83	0,00	0,00	0,00	12,86	591,91	13.485,46	8.301,16	463,49	42,67	0,00	22.000,00
Outras Transferências Correntes	98.396,48	255.979,15	120.920,97	73.050,14	150.094,67	157.405,33	127.177,28	171.479,39	198.594,04	173.904,17	164.947,61	55.687,22	1.662.590,00
Transferências da LC 81/1989	12.962,13	14.101,17	15.331,04	14.602,00	15.000,82	15.462,51	14.551,03	15.982,93	17.863,84	17.656,01	22.068,72	13.126,71	188.331,91
Transferências da LC 87/196	0,00	4.095,95	4.095,95	4.095,95	4.095,95	4.095,95	4.095,95	4.095,95	4.095,95	8.191,90	0,00	0,00	45.000,00
Transferências do FUNDEB	124.479,46	125.420,57	137.136,05	123.776,40	120.168,92	128.544,11	131.181,47	137.658,85	143.090,37	142.187,04	157.380,08	145.856,94	1.622.280,26
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.667,20	2.582,09	1.976,51	4.946,78	3.154,00	1.664,05	1.394,58	3.177,02	3.642,80	3.773,50	3.647,39	4.706,02	53.567,94
DEDUÇÕES (III)	274.342,37	281.168,02	312.674,47	285.522,63	260.502,72	285.457,24	285.767,73	291.550,82	332.794,20	330.638,24	336.922,82	317.645,76	3.595.177,02
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	274.342,37	281.168,02	312.674,47	285.522,63	260.502,72	285.457,24	285.767,73	291.550,82	332.794,20	330.638,24	336.922,82	317.645,76	3.595.177,02
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.470.251,41	1.541.762,85	1.627.232,16	1.502.407,69	1.430.120,53	1.521.314,78	1.510.900,18	1.586.760,73	1.727.182,15	2.038.341,64	1.742.639,03	1.799.836,16	19.599.349,31
FONTE													20.230.000,00
VARGEM BONITA, 17/03/2015													

MELANAP R. ROMAN MENEZINH
Prefeita MunicipalDORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CROSC - 16.6330

ANEXOS REF. AO 1º BIMESTRE 2015 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Município de VARGEM BONITA - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	20.990.000,00	
Previsão Atualizada		—	20.990.000,00	
Receitas Realizadas		3.542.475,19	3.542.475,19	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	35.939,07	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	20.990.000,00	
Créditos Adicionais		—	928.854,66	
Dotação Atualizada		—	21.918.854,66	
Despesas Empenhadas		4.872.958,69	4.872.958,69	
Despesas Liquidadas		2.414.161,00	2.414.161,00	
Superavit Orçamentário		—	1.128.314,19	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		4.872.958,69	4.872.958,69	
Despesas Liquidadas		2.414.161,00	2.414.161,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			19.599.349,31	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	
Resultado Nominal		-25.000,00	-1.197.952,97	
Resultado Primário		884.320,00	1.122.557,00	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	315.487,28	0,00	26.163,40	289.323,88
EXECUTIVO	315.487,28	0,00	26.163,40	289.323,88
TOTAL:	315.487,28	0,00	26.163,40	289.323,88
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		881.843,86	25%	24,43
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		221.341,33	60%	72,99
Liquidadas		221.341,33		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		43.297,47	2.929.144,67	

Continua 1/2



Município de VARGEM BONITA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	585.940,30		15,00	108,23
Liquidadas	585.940,30			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

VARGEM BONITA, 17/03/2015

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI
 Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
 Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELI
 CONTADOR CRC/SC - 16.61

ANEXOS REF. AO 1º BIMESTRE 2015 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

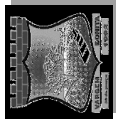
DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

VARGEM BONITA, 17/03/2015

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI Prefeita Municipal	SUÉLEN FAVRETTO Sec. de Administração e Finanças	DORNELES ANTONIO PELICOLI CONTADOR CRC/SC - 16.633/O
---	---	---

ANEXOS REF. AO 1º BIMESTRE 2015 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

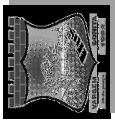
Município de VARGEM BONITA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	20.990.000,00	20.990.000,00	3.542.475,19	16,88	3.542.475,19	16,88
RECEITA TRIBUTÁRIA	20.230.000,00	20.230.000,00	3.542.475,19	17,51	3.542.475,19	17,51
IMPOSTOS	1.006.720,00	1.006.720,00	346.712,11	34,44	346.712,11	34,44
TAXAS	963.000,00	963.000,00	333.987,71	34,68	333.987,71	34,68
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	43.720,00	43.720,00	12.724,40	29,10	12.724,40	29,10
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	130.000,00	130.000,00	24.503,60	18,85	24.503,60	18,85
RECEITA PATRIMONIAL	130.000,00	130.000,00	24.503,60	18,85	24.503,60	18,85
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	138.600,00	138.600,00	11.438,79	8,25	11.438,79	8,25
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	80.120,00	80.120,00	5.681,60	7,09	5.681,60	7,09
RECEITA AGROPECUÁRIA	58.480,00	58.480,00	5.757,19	9,84	5.757,19	9,84
Recetta da Produção Vegetal	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	92.360,00	92.360,00	9.317,17	10,09	9.317,17	10,09
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	18.814.180,00	18.814.180,00	3.142.148,11	16,70	3.142.148,11	16,70
Transf. de Pessoas	18.629.540,00	18.629.540,00	3.142.148,11	16,87	3.142.148,11	16,87
Transf. de Conv.	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	184.040,00	184.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	47.940,00	47.940,00	8.355,41	17,43	8.355,41	17,43
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.320,00	22.320,00	2.087,96	9,35	2.087,96	9,35
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	4.800,00	4.800,00	3.024,11	63,00	3.024,11	63,00
RECEITAS DIVERSAS	11.400,00	11.400,00	3.243,34	28,45	3.243,34	28,45
RECEITAS DE CAPITAL	9.420,00	9.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	760.000,00	760.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	760.000,00	760.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	20.990.000,00	20.990.000,00	3.542.475,19	16,88	3.542.475,19	16,88
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO 2016

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	20.990.000,00	20.990.000,00	3.542.475,19	16,88	3.542.475,19	16,88	17.447.524,81
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	20.990.000,00	20.990.000,00	3.542.475,19	16,88	3.542.475,19	16,88	17.447.524,81
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CREDITOS ADICIONAIS)	—	847.254,66	—	—	35.939,07	—	—
Superávit Financeiro	—	847.254,66	—	—	35.939,07	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

[illegible]

Continua 2/3



Continuação 3/3

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	20.990.000,00	928.854,66	21.918.854,66	4.872.958,69	4.872.958,69	2.414.161,00	2.414.161,00	19.504.693,66
SUPERAVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.128.314,19	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	20.990.000,00	928.854,66	21.918.854,66	4.872.958,69	4.872.958,69	2.414.161,00	3.542.475,19	19.504.693,66

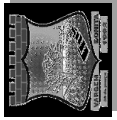
FONTE:

VARGEM BONITA, 17/03/2015

MELANIA AP. ROMAN MENEZINHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICIONI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

ANEXOS REF. AO 1º BIMESTRE 2015 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)							
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU			146.070,00	50.459,51	34,54		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI			6.300,00	0,00	0,00		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS			3.600,00	668,40	18,57		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF			87.750,00	39.209,93	44,68		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos			46.800,00	10.220,06	21,84		
Divídida Ativa dos Impostos			180,00	196,60	109,22		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívidida Ativa			900,00	145,76	16,20		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)			540,00	18,76	3,47		
Cota-Parte FPM			2.906.550,00	490.926,72	16,89		
Cota-Parte ITR			960.000,00	181.671,19	18,92		
Cota-Parte IPVA			3.300,00	6,40	0,19		
Cota-Parte ICMS			63.000,00	6.742,90	10,70		
Cota-Parte IPI-Exportação			1.845.000,00	297.226,47	16,11		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			28.500,00	5.279,76	18,53		
Desoneração ICMS (LC 87/96)			6.750,00	0,00	0,00		
			6.750,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II			3.052.620,00	541.386,23	17,74		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAÚDE-SUS			0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CREDITO VINCULADAS A SAÚDE			0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES		4.613.940,00	4.704.748,93	1.002.668,91	21,31	663.896,88	14,11
Pessoal e Encargos Sociais		3.281.580,00	3.281.580,00	540.631,73	16,47	540.631,73	16,47
Outras Despesas Correntes		1.332.360,00	1.423.168,93	462.037,18	32,47	123.264,15	8,66
DESPESAS DE CAPITAL		150.620,00	242.220,00	91.828,20	37,91	30.013,20	12,39
Investimentos		150.620,00	242.220,00	91.828,20	37,91	30.013,20	12,39

Continua 1/4



Continuação 2/4

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL		150.620,00	242.220,00	91.828,20	37,91	30.013,20	12,39
Investimentos		150.620,00	242.220,00	91.828,20	37,91	30.013,20	12,39
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)		4.764.560,00	4.946.968,93	1.094.497,11	22,12	693.909,08	14,03
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (h)	% (h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS		857.940,00	939.540,00	159.339,12	14,56	98.239,12	14,16
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS		857.940,00	939.540,00	159.339,12	14,56	98.239,12	14,16
Recursos de Operações de Crédito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS		74.400,00	74.400,00	9.729,66	0,89	9.729,66	1,40
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹		-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS³		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		932.340,00	1.013.940,00	169.068,78	15,45	107.968,78	15,56
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)		3.832.220,00	3.933.028,93	925.428,33	84,55	585.940,30	84,44
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5		108,23					
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI] - (15 x IIIb)/100]		504.732,37					

Continua 2/4



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL					
	0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 26 E 28					
LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL					
	-		-		-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (I)	% (I/Total I)*100	
			Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
Atenção Básica	4.838.960,00	5.027.292,06	1.104.226,77	100,00	100,00
TOTAL	4.838.960,00	5.027.292,06	1.104.226,77	100,00	100,00

FONTE:

- ¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4



Município de VARGEM BONITA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

VARGEM BONITA, 17/03/2015

MELANIA AP. ROMAN MENEZINHINI Prefeita Municipal	SUELEN FAVRETTTO Sec. de Administração e Finanças	DORNELES ANTONIO PELI CONTADOR CRC/SC - 16.6
---	--	---

ANEXOS REF. AO 1º BIMESTRE 2015 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Município de VARGEM BONITA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	2.972.442,14	43.297,47	0,00	2.929.144,67
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.972.442,14	43.297,47	0,00	2.929.144,67
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.972.442,14	-43.297,47		-2.929.144,67

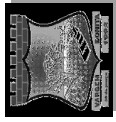
FONTE:

VARGEM BONITA, 17/03/2015

 MELANIA AP. ROMAN MENEZHINI
 Prefeita Municipal

 SUÉLEN FAVRETTO
 Sec. de Administração e Finanças

 DORNELES ANTONIO PELICOLI
 CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

ANEXOS REF. AO 1º BIMESTRE 2015 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

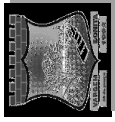
Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	20.990.000,00	21.918.854,66	4.872.988,69	4.872.988,69	2.414.161,00	2.414.161,00	100,00	11,01
Ação Legislativa	1.000.000,00	1.000.000,00	138.705,96	138.705,96	138.705,96	138.705,96	5,75	13,87
	1.000.000,00	1.000.000,00	138.705,96	138.705,96	138.705,96	138.705,96	5,75	13,87
Administração	2.404.720,00	2.404.720,00	753.879,08	753.879,08	350.893,15	350.893,15	14,53	14,59
Planejamento e Orçamento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	2.394.720,00	2.394.720,00	753.879,08	753.879,08	350.893,15	350.893,15	14,53	14,65
Segurança Pública	58.360,00	58.360,00	18.102,00	18.102,00	1.602,00	1.602,00	0,07	2,75
Policimento	40.360,00	40.360,00	102,00	102,00	102,00	102,00	0,00	0,25
Defesa Civil	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	1.500,00	1.500,00	0,06	8,33
Assistência Social	663.020,00	843.267,56	229.229,36	229.229,36	51.157,53	51.157,53	2,12	6,07
Assistência ao Idoso	55.000,00	55.000,00	1.449,09	1.449,09	1.449,09	1.449,09	0,06	2,63
Assistência à Criança e ao Adolescente	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	598.020,00	778.267,56	227.780,27	227.780,27	49.708,44	49.708,44	2,06	6,39
Saúde	4.908.700,00	5.119.468,64	1.108.531,25	1.108.531,25	707.943,22	707.943,22	29,32	13,83
Atenção Básica	4.838.960,00	5.027.292,06	1.104.226,77	1.104.226,77	703.638,74	703.638,74	29,15	14,00
Vigilância Sanitária	39.320,00	47.147,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	15.420,00	30.029,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	15.000,00	15.000,00	4.304,48	4.304,48	4.304,48	4.304,48	0,18	28,70
Educação	5.126.020,00	5.156.574,73	788.806,49	788.806,49	608.880,37	608.880,37	25,22	11,81
Alimentação e Nutrição	235.180,00	235.180,00	13.318,07	13.318,07	13.318,07	13.318,07	0,55	5,66
Ensino Fundamental	3.143.840,00	3.162.966,88	540.027,99	540.027,99	387.529,85	387.529,85	16,05	12,25
Ensino Médio	130.000,00	130.000,00	2.143,68	2.143,68	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	650.000,00	650.000,00	59.800,00	59.800,00	59.800,00	59.800,00	2,48	9,20
Educação Infantil	870.000,00	881.427,85	168.266,75	168.266,75	142.982,45	142.982,45	5,92	16,22
Educação de Jovens e Adultos	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	95.000,00	95.000,00	5.250,00	5.250,00	5.250,00	5.250,00	0,22	5,53
Cultura	225.000,00	225.000,00	18.765,90	18.765,90	3.145,90	3.145,90	0,13	1,40
Difusão Cultural	225.000,00	225.000,00	18.765,90	18.765,90	3.145,90	3.145,90	0,13	1,40
Urbanismo	727.200,00	727.200,00	272.403,51	272.403,51	59.675,81	59.675,81	2,47	8,21
Infra-Estrutura Urbana	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Urbanismo	20.990.000,00	21.918.854,66	4.872.988,69	4.872.988,69	2.414.161,00	2.414.161,00	100,00	11,01
Serviços Urbanos	727.200,00	727.200,00	272.403,51	272.403,51	59.675,81	59.675,81	2,47	8,21
Habitação	702.200,00	702.200,00	272.403,51	272.403,51	59.675,81	59.675,81	2,47	8,50
Habitação Rural	62.000,00	72.195,37	1.000,00	1.000,00	149,74	149,74	0,01	0,21
Habitação Urbana	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	52.000,00	62.195,37	1.000,00	1.000,00	149,74	149,74	0,01	0,24
Saneamento Básico Urbano	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.571.820,00	1.571.820,00	160.787,38	160.787,38	135.715,93	135.715,93	5,62	8,63
Extensão Rural	1.571.820,00	1.571.820,00	160.787,38	160.787,38	135.715,93	135.715,93	5,62	8,63
Indústria	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	2.698.160,00	3.195.248,36	1.195.164,06	1.195.164,06	230.663,30	230.663,30	9,55	7,22
Transporte Rodoviário	2.698.160,00	3.195.248,36	1.195.164,06	1.195.164,06	230.663,30	230.663,30	9,55	7,22
Desporto e Lazer	1.030.000,00	1.030.000,00	118.853,58	118.853,58	56.897,97	56.897,97	2,36	5,52
Desporto Comunitário	1.030.000,00	1.030.000,00	118.853,58	118.853,58	56.897,97	56.897,97	2,36	5,52
Encargos Especiais	439.000,00	439.000,00	68.730,12	68.730,12	68.730,12	68.730,12	2,85	15,66
Serviço da Dívida Interna	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	428.000,00	428.000,00	68.730,12	68.730,12	68.730,12	68.730,12	2,85	16,06

Continua 2/3



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.990.000,00	21.918.854,66	4.872.958,69	4.872.958,69	2.414.161,00	2.414.161,00	100,00	11,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	20.990.000,00	21.918.854,66	4.872.958,69	4.872.958,69	2.414.161,00	2.414.161,00	100,00	11,01

FONTE:

VARGEM BONITA, 17/03/2015

MELANIA AP. ROMAN MIENEGHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

ANEXOS REF. AO 1º BIMESTRE 2015 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		RS 1,00
				No Bimestre	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recatta de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Défid Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recatta Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recultas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recultas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recultas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recatta de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recultas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recultas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recultas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS						
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de VARGEM BONITA - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Continuação 3/3

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recapta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recapta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

VARGEM BONITA, 17/03/2015

MELANIA AP. ROMAN MENEZES SUÉLEN FAVRETTO DORNELES ANTONIO PELICOLI
Prefeita Municipal Sec. de Administração e Finanças CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

ANEXOS REF. AO 1º BIMESTRE 2015 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	-	-	-	-	100.000,00	215.487,28	26.163,40	26.163,40	-	289.323,88
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	215.487,28	26.163,40	26.163,40	0,00	289.323,88
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.998,20	0,00	0,00	0,00	25.998,20
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	127.798,91	0,00	0,00	0,00	227.798,91
SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.730,17	26.163,40	26.163,40	0,00	35.596,77
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	215.487,28	26.163,40	26.163,40	0,00	289.323,88

FONTE:

VARGEM BONITA, 17/03/2015

MELANIA P. ROMAN MENEZES
Prefeita Municipal

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

ANEXOS REF. AO 1º BIMESTRE 2015 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Município de VARGEM BONITA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/12/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

VARGEM BONITA, 17/03/2015

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELIC
CONTADOR CRC/SC - 16.633

ANEXOS REF. AO 1º BIMESTRE 2015 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	20.171.520,00	3.536.718,00	3.536.718,00	3.362.368,37
Receita Tributária	1.006.720,00	346.712,11	346.712,11	160.621,65
I.P.T.U.	42.000,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	585.000,00	261.397,96	261.397,96	91.357,68
I.T.B.I.	24.000,00	4.456,00	4.456,00	2.742,36
I.R.R.F.	312.000,00	68.133,75	68.133,75	50.009,17
Outras Receitas Tributárias	43.720,00	12.724,40	12.724,40	16.512,44
Receita de Contribuição	130.000,00	24.503,60	24.503,60	18.759,28
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	130.000,00	24.503,60	24.503,60	18.759,28
Receita Patrimonial Líquida	80.120,00	5.681,60	5.681,60	35.572,40
Receita Patrimonial	138.600,00	11.438,79	11.438,79	48.214,53
(-) Aplicações Financeiras	58.480,00	5.757,19	5.757,19	12.642,13
Transferências Correntes	18.814.180,00	3.142.148,11	3.142.148,11	3.081.723,76
F.P.M.	5.120.000,00	968.913,09	968.913,09	984.019,48
I.C.M.S.	9.840.000,00	1.585.208,01	1.585.208,01	1.513.542,94
Convênios	184.040,00	0,00	0,00	9.752,33
Outras Transferências Correntes	3.670.140,00	588.027,01	588.027,01	574.409,01
Demais Receitas Correntes	140.500,00	17.672,58	17.672,58	65.691,28
Divida Ativa	11.400,00	3.243,34	3.243,34	40.830,23
Diversas Receitas Correntes	129.100,00	14.429,24	14.429,24	24.861,05
RECEITAS DE CAPITAL (II)	760.000,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	760.000,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	760.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	760.000,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	20.931.520,00	3.536.718,00	3.536.718,00	3.362.368,37
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	18.931.412,52	2.370.863,53	2.370.863,53	2.223.748,56
Pessoal e Encargos Sociais	10.628.292,00	1.761.555,05	1.761.555,05	1.538.055,70
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.500,00	0,00	0,00	18,02
Outras Despesas Correntes	8.301.620,52	609.308,48	609.308,48	685.674,84
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	18.929.912,52	2.370.863,53	2.370.863,53	2.223.730,54
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.972.442,14	43.297,47	43.297,47	14.807,51
Investimentos	2.961.942,14	43.297,47	43.297,47	10.427,99
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	10.500,00	0,00	0,00	4.379,52
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.961.942,14	43.297,47	43.297,47	10.427,99



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	21.906.854,66	2.414.161,00	2.414.161,00	2.234.158,53
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-975.334,66	1.122.557,00	1.122.557,00	1.128.209,84
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				884.320,00

FONTE:

VARGEM BONITA, 17/03/2015

 MELANIA AP. ROMAN MENEZHINI
 Prefeita Municipal

 SUÉLEN FAVRETTO
 Sec. de Administração e Finanças

 DORNELES ANTONIO PELICOLI
 CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Videira

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2015 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2015 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 18/03/2015

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM ÁREA APROXIMADA 120M² SITUADO NA RUA JOSÉ FORMIGUERI Nº 126, BAIRRO ALVORADA, NESTE MUNICÍPIO, PARA INSTALAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR.

FORNECEDOR: ANTÔNIO ADAMI E OUTRO

VALOR: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: Inicia-se em 01/04/2015, com duração até o dia 01/04/2016.

FUNDAMENTO: Art. 24, X e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 18 de Março de 2015.

WILMAR CARELLI

PREFEITO MUNICIPAL

ENCERRAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 - FME

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 - FME

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 - FME, a qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PORTÃO DE PARTIDA E PISTÃO E ACESSÓRIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA PISTA DE BICICLOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9026 ou 3566-9032.

Videira, 18 de Março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0040/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0040/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0086/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: NORANEI CARMEM LOOF

CPF: 516.338.929-72

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 28 de fevereiro de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0041/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0041/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0036/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALCIONE APARECIDA DA SILVA

CPF: 021.241.319-82

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 25 de fevereiro de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0043/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0043/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0094/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: BRUNA DE OLIVEIRA

CPF: 091.660.239-71

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 27 de fevereiro de 2015.

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 - PMV

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica ALTERADO o descritivo do objeto e INCLUSO uma observação no item 1.5.3 do Edital de Pregão Presencial nº 21/2015-PMV, o qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDIDOR DE VELOCIDADE PARA SER UTILIZADO NO POLICIAMENTO DE RÁDIO PATRULHA DA POLICIA MILITAR. Tendo em vista que a data de abertura do presente certame ocorreria no dia 24 de Março do corrente ano às 14h00min, e que tais alterações implicam nas condições de participação das possíveis empresas interessadas e não havendo tempo hábil para a abertura do certame, fica remarcada a data de abertura para o dia 09 de Abril de 2015 às 15h00min, a qual atende ao disposto no art. 4º, inciso V da Lei nº 10.520/02. O Edital retificado está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08h00min às 11h45min às 13h30min às 17h45min. Informações através dos telefones (49) 3566-9026/9032.

Videira/SC, 28 de Março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 032/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 32/2013 QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E DO OUTRO A EMPRESA A.R.G. INDUSTRIAL LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº 8666 DE 21/06/1993, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA - EMPREITADA PELO PREÇO GLOBAL.

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 79.372.520/0001-85, estabelecida à Rua Santa Catarina, 2.266, na cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em Exercício ESTEVÃO RUCHINSKI, brasileiro, residente e domiciliado na Estrada Alto Ribeirão Fachinal, s/n, Fachinal, nesta cidade de Vitor Meireles, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE e de outro lado a A.R.G. INDUSTRIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.415.095/0001-65, estabelecida na Rodovia SC 302, nº 860 - Barragem Oeste - CEP 89.190-000, município de Taió/SC, neste ato representado pelo seu Sócio Gerente LAÉRCIO MENDES, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 033/2013, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, homologado em 26/11/2013, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8666 de 21/06/1993, inclusive suas alterações posteriores, cujo contrato fica alterado a seguinte cláusula:

CLAUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1 - O prazo do contrato de prestação de serviços será prorrogado por (134) cento e trinta e quatro dias, devido aos fatores abaixo:
- Falta de liberação de recurso pela União. Consequentemente ocasionando o atraso no término da obra.

O prazo começara a contar no dia 06 de Abril de 2015, as demais cláusulas do Termo de Contrato 32/2013, permanecem inalteradas.

E por estarem as partes de pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles (SC), 18 de Março de 2015.

ESTEVÃO RUCHINSKI PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO Contratante		A.R.G. INDUSTRIAL LTDA LAÉRCIO MENDES Sócio Gerente Contratada
TESTEMUNHAS: Nome: SANDRO LUNELLI CPF: 064.162.869-20		Nome: CLAUDINEI FELICIANO CPF: 042.800.449-02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Aos 18 de Março de 2015, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 4/2015, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 18/03/2015, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de LANCHES, MARMITAS E ALMOÇOS, PARA FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, para uso na Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

5992.7 - RESTAURANTE E LANCHONETE SAN DIEGO LTDA ME						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.

00001	UN	MARMITAS DE REFEICAO EM RECIPIENTE DE ALUMINIO Nº09, PESO APROXIMADO DE 650 A 700 GRS.		3.500,00	10,00	35.000,00
00002	UN	ALMOCO SERVIDO NA FORMA DE BUFFET LIVRE.		3.500,00	12,90	45.150,00
Total do Fornecedor: 80.150,00 (OITENTA MIL E CENTO E CINQUENTA REAIS)						

7968.5 - PANIFICADORA E LANCHONETE FAUSTO LTDA						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00003	UN	LANCHE SALGADO SERVIDO NO LOCAL DO ESTABELECIMENTO OU PARA VIAGEM DE FUNCIONARIOS AO INTERIOR (PASTEL, BOLINHO, GALETO, PEITO DE FRANGO, ASSADOS, CAFE), PESO APROXIMADO 350 A 400 GRS.		3.500,00	8,90	31.150,00
00004	LITRO	CAFE PRONTO ADOCADADO PRETO		400,00	2,90	1.160,00
00005	KG	PEDACOS DE CUCA DE NO MINIMO 50 GRAMAS, SEM RECHEIO, SABORES DIVERSOS (LARANJA, CHOCOLATE, LIMAO, CENOURA, BANANA E FORMIGUEIRO) COM COBERTURAS DIVERSAS (CHOCOLATE, GLACE, GANACHE).		250,00	10,50	2.625,00
00006	UN	SANDUICHE EM PAO FRANCES, COM NO MINIMO 25 GRAMAS, COM UMA CAMADA DE MARGARINA, UMA FATIA DE QUEIJO DE 25 GRAMAS E UMA FATIA DE PRESUNTO COZIDO DE 25GRAMAS.		2.000,00	2,05	4.100,00
00007	KG	ORELHA DE GATO DOCE - CROCANTE		100,00	12,50	1.250,00
Total do Fornecedor: 40.285,00 (QUARENTA MIL E DUZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS)						
Total da Licitação: 120.435,00 (CENTO E VINTE MIL E QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS)						

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada

(requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o FMS solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 4/2015 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º, Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será na Secretaria Municipal de obras e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 18 de Março de 2015.

COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO - Pregoeiro

JAIR WIPPEL - Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING - Equipe de Apoio

RESTAURANTE E LANCHONETE SAN DIEGO LTDA ME
VALMIR KOPP
Contratada

PANIFICADORA E LANCHONETE FAUSTO LTDA
NILTON DAVID FAUSTO
Contratada

AVISO DE LICITAÇÃO 013/2015

Processo de Licitação 013/2015

Modalidade: Pregão 008/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA USO DO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR E MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 31 de Março de 2015 em sessão pública, na mesma dirigido pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 18 de Março de 2015.

ESTEVÃO RUCHINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

EDITAL INSCRIÇÕES CONSELHO TUTELAR Nº 001/2015

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	---------------------

EDITAL Nº 0001/2015

Comissão Especial designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através da Resolução N. 009/2015, de 09/03/2015 consolidada pela Portaria Municipal 060/2015 no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, de conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Municipal nº 0880/2014, ao EDITAL Nº 0001/2015, TORNA PÚBLICO o nome dos inscritos para o Processo Eletivo Suplementar Especial em Regime de Excepcional Interesse

Público para de Conselheiros Tutelares em Vitor Meireles - SC.

1 . DAS INSCRIÇÕES:

1.1 A Comissão Especial Recebeu e registrou consignando válidas as seguintes inscrições;

INSCRIÇÃO Nº	Nome do candidato
001/2015	Elair Rodrigues Pereira
002/2015	Izabel Chiminelli
003/2015	Marlene Howe

2. O presente Edital entrará em vigência a partir da sua data de publicação.

Vitor Meireles, 18 de março de 2015.

Juarez Lima Varela

Presidente do CMDCA

Presidente da Comissão Especial

Vitor Meireles/SC.

EDITAL Nº 003/2015 CONSELHO TUTELAR

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	---------------------

EDITAL Nº 0003/2015

Comissão Especial designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através da Resolução N. 009/2015, de 09/03/2015 consolidada pela Portaria Municipal 060/2015, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, de conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Municipal nº 0880/2014, ao EDITAL Nº 0001/2015, TORNA PÚBLICO A CÉDULA ELEITORAL para o Processo Eletivo Suplementar Especial em Regime de Excepcional Interesse Público para de Conselheiros Tutelares em Vitor Meireles - SC.

CÉDULA ELEITORAL
Eleição Suplementar Especial em Regime de Excepcional Interesse Público para de Conselheiros Tutelares em Vitor Meireles - SC. Data 10/04/2015.
VOTE AQUI

O presente edital entrará em vigor na data da sua publicação.

Juarez Lima Varela

Presidente do CMDCA

Presidente da Comissão Especial

Vitor Meireles/SC.

PORTARIA Nº 061/2015

PORTARIANº 061/2015

ESTEVÃO RUCHINSKI, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: CATRICIA CATARINA BOING
Cargo: PROFESSOR NIVEL I - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário - ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na E.M. Salto Dollmann, com as turmas do 1º ao 5º ano, na disciplina de Artes, a partir do dia 19 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 19 de março de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 18 DE MARÇO DE 2015.

ESTEVÃO RUCHINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Xavantina**PREFEITURA****PP 19/2015 PMXV**

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015 PMXV

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de baterias para frota de veículos do Município de Xavantina e todos os Fundos, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 31/03/2015.

Abertura: dia 31/03/2015, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 19 de março de 2015.

MAURO JUNES POLETO,

Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 035/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE XAXIM - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO N. 063/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 035/2015

O Município de Xaxim - SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de profissional especializado para prestação de serviços de montagem e manutenção de computadores, eletrônica básica, cabeamento estruturado, com experiência comprovada na área, para atuar junto às unidades de saúde do município de Xaxim. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 01 de abril de 2015, procedendo à abertura às 09h:00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 18 de março de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

Decreto 126

DECRETO Nº. 126/2015.

Altera o Decreto Nº 501/2014 referente a alteração de carga horária de professor municipal efetivo e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações; Lei Complementar Nº 081, de 20 de julho de 2011 e suas alterações; Lei Complementar Nº 128, de 28 de novembro de 2013 e Edital 004/2014, de 30 de novembro de 2014 e considerando que foi constatado erro de digitação no total da carga horária alterada.

DECRETA:

Art. 1º O artigo 1º do Decreto Nº 501/2014, de 22 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica alterada, definitivamente, a carga horária da servidora municipal ROSANGELA APARECIDA BIANCHET, matrícula 1960, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora (Séries Finais-História), na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais, a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais artigos do Decreto Nº 501/2014.

Art. 3º Os valores pagos a maior deverão ser ressarcidos aos cofres do município na folha de pagamento do mês de março de 2015.

Art. 4º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de março de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira

Diretor Geral de Administração e RH

Consórcios

AGIR

CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA AGIR CONVOCAÇÃO: ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

FERNANDO TOMASELLI, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições legais e de acordo com o Artigo 17 e Parágrafos, Artigo 20 e Incisos e Artigo 30 Inciso I do Estatuto Social, CONVOCA todos os associados e consorciados em dia com as suas obrigações estatutárias para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA que se realizará no dia 27 de março de 2015, às 08h00min, em primeira (1ª) convocação com a presença da maioria qualificada e em não havendo o número, em segunda (2ª) convocação, trinta (30) minutos após, às 08h30min, com a presença da maioria simples dos consorciados.

Local: Rua: Alberto Stein, nº 466, Auditório do 1º piso - Bairro: Velha, CEP: 89.036-200, Blumenau, Santa Catarina.

ORDEM DO DIA

- 1 - Leitura e aprovação da ata anterior;
- 2 - Prestação de contas 2014;
- 3 - Reajuste anual dos servidores, auxílio alimentação e Jeton para 2015;
- 4 - Nova identificação visual da AGIR;
- 5 - Assuntos gerais.

Blumenau (SC), em 18 de março de 2015.

FERNANDO TOMASELLI
Presidente da Diretoria Executiva
(original assinado)

CIGA

EXTRATO CONTRATO -193- NOVA ITABERABA

Extrato de Contrato nº 193/2015
Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Nova Itaberaba

CONTRATANTE: Município de Nova Itaberaba

CNPJ: 95.990.131/0001-70

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 045/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 492,00 (quatrocentos e noventa e dois reais) parcelado

em 10 parcelas mensais.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 10 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO -195- BENEDITO NOVO

Extrato de Contrato nº 195/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Benedito Novo

CONTRATANTE: Município de Benedito Novo

CNPJ: 83.102.780/0001-08

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 032/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 410,00 (quatrocentos e dez reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 23 de fevereiro de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI

LICITAÇÃO Nº 002/2015 - DESPACHO

LICITAÇÃO nº 002/2015 - CONVITE

DESPACHO

Visto, etc.

Aberta a Licitação nº 002/2015, na modalidade Convite, para fins de contratação de prestador de serviços de hora máquina e hora roçadeira, com operador/motorista, para roçada nas dependências do Aterro Sanitário, localizado na Rua Tupiniquim, nº 1.070, no Município de Timbó/SC, consistindo no corte de vegetação, bem como no recolhimento e limpeza dos resíduos decorrentes da execução dos serviços restaram habilitadas as empresas Empreiteira KJ Ltda Epp e Ronaldo Gehrcke Me.

Promovida a abertura dos envelopes das propostas de preços das licitantes, a empresa Empreiteira KJ Ltda Epp manifestou-se no sentido de não foi apresentado o orçamento detalhado na proposta da empresa Ronaldo Gehrcke, conforme exigido no item 6.1 do Instrumento Convocatório.

Assim, com o intuito de promover a correta análise dos documentos constantes das propostas de preço apresentadas pelas

licitantes, a Comissão de Licitação, de conformidade com o art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, suspendeu a sessão de julgamento remetendo os autos da licitação a este Consórcio Público.

Inicialmente, quanto à insurgência da empresa Empreiteira KJ Ltda Me no sentido de que a empresa Ronaldo Gehrcke não apresentou o orçamento detalhado exigido no item 6.1 do Instrumento Convocatório, temos o seguinte a considerar.

Dispõe o item 6.1 da Carta Convite nº 002/2015:

“6.1 - A proposta deverá ser redigida em idioma nacional, com valores em reais, apresentada em original, rubricada em todas as suas páginas, sem emendas, entrelinhas ou rasuras, carimbada e assinada por representante legal da empresa, constando orçamento detalhado por unidade (hora) e total para realização integral dos serviços (preço para os dois itens).”

Desta maneira, exige-se que a proposta contenha orçamento detalhado por hora e total para realização dos serviços, consistindo no detalhamento dos serviços a serem realizados, nos termos do edital, e valores respectivos por unidade e total, o que verifica-se presente na proposta da empresa Ronaldo Gehrcke Me, estando de plena conformidade com os termos alinhavados pelo Instrumento Convocatório.

Entretanto, constata-se que a proposta apresentada pela empresa Ronaldo Gehrcke Me não está assinada, desatendendo as exigências do ato convocatório, especialmente o item 6.1, já mencionado acima.

Diante disso, com fundamento no art. 48, I, da Lei 8.666/93 e item 8.3.1, a, da Carta Convite nº 002/2015, conclui-se pela desclassificação da empresa Ronaldo Gehrcke Me.

Quanto à proposta apresentada pela empresa Empreiteira KJ Ltda Me, verifica-se que a mesma está de conformidade com as exigências constantes do Instrumento Convocatório nº 002/2015.

Desta forma, remeto os autos à Comissão de Licitação para que promova o julgamento da empresa vencedora do certame.

Publique-se, Registre-se, Intime-se.

Timbó (SC), 16 de março de 2015.
SERGIO ALMIR DOS SANTOS
Presidente do CIMVI

CISAM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CISAM Meio Oeste - SC

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário - Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972 Site: www.cisam.sc.gov.br E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM Meio Oeste, convoca os representantes dos entes consorciados para Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 26 de março de 2015, às 16h00min, na sede administrativa do CISAM Meio Oeste, sito à Rua Lourenço Côas Netto, nº 140, Loteamento Universitário, Município de Capinzal/SC, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Abertura;
- b) Eleição do novo Presidente do Consórcio;
- c) Nomeação e aprovação da Diretoria;
- d) Posse do Presidente e da nova Diretoria;
- e) Leitura e aprovação da Ata;
- f) Encerramento.

Capinzal/SC, 16 de março de 2015.

Andevir Isganzella

Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CISAM Meio Oeste - SC

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário - Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972 Site: www.cisam.sc.gov.br E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM Meio Oeste, convoca os representantes dos entes consorciados para Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 26 de março de 2015, às 14h30min, na sede administrativa do CISAM Meio Oeste, sito à Rua Lourenço Côas Netto, nº 140, Loteamento Universitário, Município de Capinzal/SC, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Abertura;
- b) Prestação de Contas;
- c) Repasse de informações acerca da obra de construção do laboratório;
- d) Demonstrativo das atividades desenvolvidas pelo Consórcio e Proposta do Plano de Ações;
- e) Orientações referente procedimentos e instrumentos legais relativos a regulação e fiscalização dos serviços de saneamento;

- f) Ratificação de contratos;
- g) Outros assuntos de interesse do Consórcio;
- h) Apreciação de eventuais moções de censura;
- i) Leitura e aprovação da ata;
- j) Encerramento.

Capinzal/SC, 16 de março de 2015.

Andevir Isganzella
Presidente

CIASS

ATA 01 CONSTITUICAO DO CONSORCIO

Ata da assembleia Geral de Constituição do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE - CIASS

Ao vigésimo segundo dia do mês de Janeiro de dois mil e quinze as oito horas e trinta minutos, reuniram em publico na sala de reuniões do CDL do município de Turvo estado de Santa Catarina os prefeitos de Turvo, Morro Grande, Timbé do Sul, Ermo, Jacinto Machado e Meleiro, devidamente autorizados pelas respectivas Câmaras Municipais, juntamente com seus advogados e Assistentes Sociais e demais interessados, com o objetivo de constituir juridicamente o "CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE - CIASS". Dando inicio aos trabalhos, seguimos para os itens da pauta do dia: 1) Constituição do "CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE - CIASS"; 2) Aprovação do Estatuto; 3) Eleição do Conselho Administrativo; 4) Assuntos Gerais. Para coordenar os trabalhos da assembleia foi aclamado pelos presentes o nome do Sr. Guilherme Bardini Fascin. Abertos os trabalhos pelo item 1) Constituição do "CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE - CIASS", o Sr. Guilherme Bardini Fascin apresentou o protocolo de intenções firmado entre os municípios de Turvo, Timbé do Sul, Ermo e Jacinto Machado, onde considerou que o CIASS tem como finalidade a instituição do serviço socioassistencial e de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92, do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS (Lei nº 8.742/1993) e Centro de Atenção Psicossocial - CAPS (Portaria/SNAS nº 224/1992 Portaria n.º 336/GM/ 2002), Após a exposição de motivos, a matéria foi posta em votação e logrou aprovação unânime pelos presentes, ficando então criado o "CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE - CIASS". Passando para o item 2) Aprovação do Estatuto do "CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE - CIASS". O Sr. Guilherme Bardini Fascin apresentou a minuta do Estatuto, artigo por artigo. Após apresentação do mesmo a matéria foi posta em votação e logrou aprovação unânime pelos presentes. Passando ao item 3) Eleição do Presidente, Vice-Presidente, Secretário, 2º Secretário. A assembleia por aclamação elegeu, no Conselho Administrativo como Presidente Sr. Ronaldo Carlessi, prefeito de Turvo, Vice-Presidente o Sr. Aldoir Cadorin, prefeito de Ermo, Secretário o Sr. Valdionir Rocha, prefeito de Morro Grande, e 2º Secretário o Sr. Jonnei Zanette prefeito de Meleiro. Prosseguindo os trabalhos do dia, os membros foram empossados nos cargos. Nada havendo mais a se tratar, o Sr. Guilherme Bardini Fascin, que serviu de presidente da Assembleia, deu por encerrados os trabalhos, em seguida os presentes na assembleia abaixo assinam a presente ata, para que depois de lida, produza seus efeitos legais.

Turvo SC, 22 de Janeiro de 2015.

Ronaldo Carlessi
Presidente
Prefeito de Turvo

Aldoir Cadorin
Vice-Presidente
Prefeito de Ermo

Valdionir Rocha
Secretário
Prefeito de Morro Grande

Jonnei Zanette
2º Secretário
Prefeito de Meleiro

Adelor Emerich
Prefeito de Jacinto Machado

Eclair Alves Coelho
Prefeito de Timbé do Sul
em exercício

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2015

CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

Edital de convocação 001-2015

Senhores Prefeitos.

Vimos pelo presente, convocá-los a participarem de Assembleia Geral Ordinária, no dia 04/03/2015 (quarta-feira), às 08:30 horas, na Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Turvo, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1. Apresentar valores, planilhas e formas para contratação de pessoal
2. Assuntos Gerais

A presença de Vossas Excelências é indispensável para o sucesso da nossa reunião. Não deixem de participar.

Atenciosamente

Turvo, 23/02/2015

Ronaldo Carlessi
Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2015

CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

Edital de convocação 002-2015

Senhores Prefeitos.

Vimos pelo presente, convocá-los a participarem de Assembleia Geral Ordinária, no dia 16/03/2015 (segunda-feira), às 08:30 horas, na Sala de reuniões da Câmara de Vereadores de Turvo, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1. Apreciação e votação da proposta orçamentaria para o ano de 2015
2. Formas de contratação de pessoal
3. Planos de cargos e salários com suas respectivas atribuições
4. Contratação de sistemas para execução do orçamento, pessoal e compras
5. Estabelecer percentual de rateio entre os municípios do CIASS.

A presença de Vossas Excelências é indispensável para o sucesso da nossa reunião. Não deixem de participar.

Atenciosamente

Turvo, 10/03/2015
Ronaldo Carlessi
Presidente

RESOLUÇÃO 003/2015

RESOLUÇÃO No 003/15, de 16 de Março de 2015.
NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

RONALDO CARLESSI, presidente do CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato.

Resolve

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora Jiane Tiscoski Ramos, CPF nº 580.569.479-49, e as Senhoras Suzana Casagrande, CPF nº 023.974.729-10, Jerusa Alexandre Pereira, CPF nº 038.812.349-42, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão Julgadora de Licitação - CJL, Permanente, para Abertura e Julgamento das Propostas, objeto de Licitação e Julgamento de Pedidos e Cadastros de Fornecedores expedidos pelo CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES..

Parágrafo único. Fica nomeada como suplente a Sra. Fernanda Ferreira.

Art. 2º. Os serviços prestados pelos membros acima citados serão gratuitos e considerados relevantes ao CIASS.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 16 de Março e 2015.
RONALDO CARLESSI
Presidente do CIASS

Pub. e registrado a presente resolução na data supra.

RESOLUÇÃO 004/2015

CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES
Resolução nº 004/15, de 17 de Março de 2015.
NOMEIA COMISSÃO PARA SUPERVISIONAR O PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015 DO CIASS, PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIO-ASSISTENCIAL E DE SAÚDE NA MODALIDADE DE ABRIGO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, QUE TENHAM SEUS DIREITOS AMEAÇADOS OU VIOLADOS, OBSERVANDO OS PRINCÍPIOS DO ART. 92, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O PRESIDENTE DO CIASS DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Legislação vigente,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Senhora Jiane Tiscoski Ramos, CPF nº 580.569.479-49, e as Senhoras Suzana Casagrande, CPF nº 023.974.729-10, Jerusa Alexandre Pereira, CPF nº 038.812.349-42, para sob a presidência da primeira, constituírem a Comissão para supervisionar o Processo Seletivo nº 001/2015 do CIASS na

contratação em caráter temporário de profissionais da área do serviço socioassistencial e de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92, do Estatuto da Criança e do Adolescente .

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de Março de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Resolução.

RESOLUÇÃO 005/2015

CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES
RESOLUÇÃO No 005/15, de 17 de Março de 2015.
NOMEIA RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO

RONALDO CARLESSI, presidente do CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato.

Resolve

Art. 1º. Fica nomeado o Servidor Publico do Municipio de Turvo, Senhor Nestor Reco, CPF 477.669.809-91 para Responsável pelo Controle Interno do CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES..

Art. 2º. Os serviços prestados pelo servidor citado serão gratuitos e considerados relevantes ao CIASS.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de Março e 2015.
RONALDO CARLESSI
Presidente do CIASS

Pub. e registrado a presente resolução na data supra.